

Universidade de Lisboa
Instituto de Ciências Sociais



A pureza perdida do desporto: futebol no Estado Novo

Rahul Mahendra Kumar

Doutoramento em Sociologia
Especialidade Teorias e Métodos de Sociologia

2014

Universidade de Lisboa
Instituto de Ciências Sociais



A pureza perdida do desporto: futebol no Estado Novo

Rahul Mahendra Kumar

Tese orientada pelo Professor Doutor José Manuel Sobral

Doutoramento em Sociologia
Especialidade Teorias e Métodos de Sociologia

Tese apoiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia
Bolsa de Doutoramento SFRH/BD/44577/2008

2014

Índice

Agradecimentos	i
Resumo	iv
Abstract	v
Introdução	1
I. Sociogénese do campo desportivo português	
_ Introdução	21
_ Os primórdios do desporto em Portugal: uma prática distintiva	22
_ Comité Olímpico Português e o modelo aristocrático-militar	31
_ Alargamento e popularização do campo desportivo: o ciclismo e o boxe	38
_ A difusão do futebol e o crescimento da sociedade civil	48
_ Associativismo e ecletismo: dois traços fundamentais das organizações desportivas nacionais	52
_ A formação dos quadros competitivos e a popularização do jogo	55
_ O futebol no Algarve e o desenvolvimento do sector conserveiro: um estudo de caso	59
_ Olhanense campeão: a vitória do futebol popular	65
_ Os primeiros passos do semi-profissionalismo: o início e o fim do amor à camisola	71
_ A imprensa e a produção de uma narrativa desportiva	79
_ A selecção nacional nos Jogos Olímpicos de 1928: Cândido de Oliveira e António Ferro	83
_ Conclusão	94

II. Estado Novo e o desporto: ideologias e instituições

_ Introdução	97
_ Decadência e regeneração: o lugar do desporto	104
_ Os primeiros programas estatais de educação física	111
_ O regulamento dos liceus de 1932: os médicos e o primado da ginástica respiratória	113
_ A educação física e os desportos no I Congresso da União Nacional: o triunfo dos militares	119
_ A institucionalização do Estado Novo	127
_ A escola e o desporto	131
_ Instituto Nacional de Educação Física: o centro irradiador de doutrina	136
_ Mocidade Portuguesa: ordem nos espíritos e disciplina nos corpos	140
_ Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho: mais gente nos campos menos nas bancadas	150
_ Emissora Nacional: elevar o gosto	163
_ A Direcção Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar: disciplinar o desporto	168
_ Conclusão	216

III. A pureza perdida do desporto: a profissionalização do jogador de futebol e a sua denegação administrativa

_ Introdução	219
_ A ligação húngara e os novos estrangeiros no futebol português: a luta pela modernidade e as raízes do profissionalismo	228
_ Profissionalismo global	245
_ A situação portuguesa: a persistência do debate sobre o profissionalismo	258
_ O novo regulamento de transferências	263
_ Os passos finais para a profissionalização	280
_ O “Estatuto do Jogador” e o início da mudança legislativa	289
_ O debate na Câmara Corporativa e na Assembleia Nacional	301
_ Conclusão	309

Conclusão	311
-----------	-----

Fontes e Bibliografia	317
-----------------------	-----

Agradecimentos

Uma tese de doutoramento é um dos símbolos máximos das chamadas obras puras. É vivida muitas vezes mais como uma questão pessoal do que um problema social. Surge como uma obra cujo valor se avalia em si mesmo, sem ter em consideração as condições sociais da sua produção, ou seja, o contexto económico e político em que é realizada. Também eu não irei fugir a esse modo de apresentação. Contudo, tenho de referir o contributo de algumas pessoas para a concretização do presente trabalho. Com isto não pretendo responsabilizar ninguém pelas falhas, lacunas e erros que esta tese certamente terá. Esses são apenas meus.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao Professor Doutor José Manuel Sobral. Com a sua reconhecida erudição mas também com uma imensa sensibilidade teórica orientou muitas das escolhas do trabalho que agora se apresenta. A generosidade com que me permitiu seguir as minhas próprias ideias e a paciência que em diversas ocasiões demonstrou perante um processo de investigação que nem sempre evoluiu ao ritmo desejado foram verdadeiramente fundamentais para a elaboração desta tese. No Instituto de Ciências Sociais não posso deixar de referir a importância do Professor Doutor José Luís Garcia, entre

outras razões, pelo ambiente de franco e estimulante debate que promoveu durante estes anos. O José Neves e a Nina Clara Tiesler foram interlocutores sempre interessados. Uma parte importante daquilo que hoje em dia se designa por excelência das organizações passa pelo trabalho de um vasto conjunto de pessoas que nem sempre é devidamente valorizado. Tenho a certeza de que sem o inquestionável conhecimento e saber com que a Andreia Parente, a Elvira Costa, a Madalena Reis e a Paula Costa gerem a biblioteca do ICS muita da investigação que ali se realiza, e em especial esta tese, não teria a mesma qualidade. Como se isso não fosse suficiente, penso que posso tratá-las, hoje, como amigas. À Ana Mafalda Graça, à Élia Paiva e à Dra. Maria Goretti Matias devo a resolução, sem complicações, de muitos dos problemas e obrigações de natureza administrativa e burocrática que foram surgindo ao longo destes anos.

Entre conferências, debates e publicações, ou outros contextos, diferentes pessoas foram criticando e discutindo aspectos desta tese. Desde logo o apoio do Miguel Chaves foi importante na preparação do projecto. Tenho em seguida de referir os comentários e leituras atentas de diversos capítulos efectuadas por Nuno Domingos e José Nuno Matos, pelo Professor Doutor João Sedas Nunes e pelo Professor Doutor João Carlos Graça. A Professora Doutora Margarida Marques, o Professor Doutor Diogo Ramada Curto e o João Pedro George convidaram-me para apresentar o meu trabalho aos seus alunos na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Devo um reconhecimento especial à Patrícia Pereira, ao Tiago Ralha e à Marta Alves, cujo contributo se tornou essencial para concluir a tese. A Inês Brasão foi uma das pessoas que me acompanhou do início ao fim deste trabalho. Leu, comentou e criticou todas as suas versões, do projecto ao texto definitivo. Penso que isso diz tudo sobre o quanto lhe estou agradecido.

Felizmente não consigo nomear, porque foram demasiadas e extraordinárias, todas as formas através das quais outros colegas e amigos contribuíram para este trabalho. Limito-me, portanto, correndo o risco de me ter esquecido de alguém e de não lhe dar o devido crédito, a nomeá-los por ordem alfabética, assim lhes transmitindo o meu obrigado: Alice Samara, Ana Gonçalves, Bárbara Direito, Bruno Peixe, Cristina Gomes da Silva, Cristina Pinto, Edalina Sanches, Helder Capela, Inês Costa, José Mapril, José Pedro Silva, Marcos Cardão, Nuno Dias, Nuno Estevão Ferreira, Nuno Oliveira, Patrícia Dias da Silva, Pedro Gomes, Pedro Mendonça e Victor Pereira. Acresce que esta

investigação nunca teria sido possível sem a amabilidade dos funcionários da Biblioteca Nacional, que foi também durante muito tempo o meu local de trabalho, e dos funcionários do Arquivo do Ministério da Educação. O mesmo se aplica à Fundação para a Ciência e Tecnologia, que me atribuiu uma bolsa de doutoramento.

Sem a ajuda da Maria Helena, do Francisco, da Zé, da Eduarda e da Joana nunca teria conseguido acabar esta tese. Não se tratam de palavras de circunstância. Não lhes conseguirei nunca agradecer a forma como saíram em meu socorro nos últimos meses de escrita e revisão do trabalho. Tratou-se de uma fase marcada por solicitações conflitantes. Por um lado, a urgência em finalizar o presente trabalho. Por outro, a obrigação de cuidar do Miguel e da Rita, que nasceram em Agosto de 2013. A eles espero dedicar o futuro. À minha irmã Nehal e aos meus pais sei que não preciso de agradecer. À Marta também não, até porque não saberia como e, sobretudo porque seria um reconhecimento insignificante para compensar quem hoje sabe mais de futebol do que alguma vez pensou querer saber. Trata-se de uma crueldade da qual me demorarei anos a redimir. Tenho tempo, espero. Apesar de noutras profissões ou ocupações, tidas como desqualificadas, não ser habitual dedicar os resultados do trabalho àqueles que nos são mais queridos, no caso da investigação essa é uma prática habitual. Dedico, portanto, esta tese aos meus pais, à Bina e ao Mahendra.

Resumo

Ao longo deste trabalho interrogamos o lugar do futebol no Estado Novo e na cultura popular portuguesa da época. A presente investigação toma como objecto privilegiado a relação entre o futebol – como parte de um campo desportivo autónomo que se encontrava na década de 1940 no final de um processo de institucionalização – e o Estado Novo – um poder político que se procurava impor ao espaço social português, desde o início da década de 1930. A hipótese aqui apresentada é a de que o desenvolvimento do futebol e a sua inscrição na cultura popular portuguesa contemporânea não foram promovidas pelo Estado Novo, e pelas suas organizações, nem podem primeiramente ser compreendidas à luz de uma história política.

Na primeira parte do texto, procuramos interpretar a história da introdução dos desportos modernos em Portugal, a partir dos seus agentes e instituições. É no âmbito dessa mesma história que situamos o processo de popularização do futebol. Na segunda parte, identificamos os programas ideológicos mas também os quadros institucionais a partir dos quais o Estado Novo procurou regular a esfera dos lazeres e influenciar a configuração do campo desportivo português. A distinção entre educação e física e desportos é, neste contexto fundamental. A intervenção política neste campo autónomo, e em particular no terreno do futebol, é analisada mais aprofundadamente com base no arquivo da Direcção Geral de Educação Física Desportos e Saúde Escolar. Na terceira parte, debruçamo-nos sobre o significado desta política, que continuou até ao início da década de sessenta a advogar o amadorismo como o modelo oficial para a prática desportiva. A restrição à mobilidade dos atletas desportivos serviu neste contexto como um meio para limitar a expansão do desporto competitivo e espectacular, porventura o propósito principal da política desportiva do regime, solidamente alicerçada em determinados modelos de classe.

Palavras-chave: Estado Novo, Cultura Popular, Futebol, Lazer.

Abstract

In this dissertation we explore the role played by football in the New State and its place in contemporary Portuguese popular culture. We claim that the development of football was not promoted by the State. Moreover, we sustain that this development cannot be understood in the light of a political history. The analysis is built around Bourdieu's *field theory*, namely the relation between the political and sports fields in Portugal until 1960.

The main argument is divided into three parts. In the first part we examine the agents and institutions responsible for the introduction of modern sports in Portugal. We situate the process of the popularization of football within that story. In the second part, we identify the ideological basis around which the New State's sport program was built and the institutional framework created to regulate the sphere of leisure and influence the configuration of the Portuguese sports field. The difference between physical education and sports represented a fundamental dimension of that program. The analysis of the archive of the Direcção Geral de Educação Física Desportos e Saúde Escolar proved crucial to make sense of the political intervention of the state in this autonomous field. In the third part of this thesis we focused on one particular aspect of this policy: the persistence, until 1960, of amateurism as the only official model for the practice of sports. The prohibition of professionalism amongst athletes and the severe player transfer restrictions can be interpreted as instruments to contain the development of spectator sports.

Keywords: New State, Popular Culture, Football, Leisure

Introdução

Quando, em 1959, num texto intitulado “A Nova República deve nascer adulta”, escrito na ressaca da campanha eleitoral de Humberto Delgado, e publicado em São Paulo no *Portugal Democrático*, Eduardo Lourenço classificou o Estado Novo como o “Regime da Avestruz”, o fim daquilo que apelidou como o “mais perfeito dos regime reaccionários do século XX” parecia, uma vez mais, eminente. Como hoje sabemos não estava. Nesse texto, onde se desenhava a configuração da Nova República, identificavam-se igualmente algumas das características ou dos processos que asseguraram a longevidade do Estado Novo. Para além da reiteração da importância dos mecanismos repressivos e da identificação das bases sociais de apoio do regime para justificar a sua durabilidade, uma parte substancial da repugnância de Eduardo Lourenço em relação ao Estado Novo dirigia-se aos seus instrumentos de propaganda, àquilo que hoje classificaríamos como o seu programa cultural. Para Lourenço “quem corre de veras não precisa de estar dizendo de manhã à noite que está correndo. O estilo dinamista do Regime, a sua insistência patológica sobre o movimento das

pontes e das estradas, a promoção de fontanários e catedrais, são a máscara de uma essencial imobilidade”. De seguida detalhava:

Durante 30 anos, com mão nocturna e diurna injectou na Nação doses cada vez mais elevadas de conformismo social, político, pedagógico, religioso, potenciando ao máximo os defeitos do nosso ser colectivo. Chamava a isso fazer obra de «nacionalismo». Aconchegar-se na Nação, explorar-lhe a infantilidade, o orgulho, a vaidade palerma, o imperialismo de pacotilha, distraí-la com os próprios defeitos, constituíram objectivo de uma «sábia política». Os apelos contrários ao trabalho sério, à iniciativa, à organização racional só em mínima parte alteraram aquela constante do Estado Novo, que foi a de distrair o povo. Entenda-se distraí-lo de si mesmo, narcotizá-lo, transferir para ele o sentimento de um autocontentamento inventado dos pés à cabeça para evitar a pavorosa emergência de ter um dia de se encontrar com ele face a face. O nome verdadeiro de tão «sábia política» é o de Regime de Avestruz. Enquanto o pastor magnânimo garantiu aos vizinhos que podiam ir tranquilamente à romaria e ao futebol, pois «ele» velava, o lobo de sempre, a miséria presente, aproximou-se em silêncio ou limitou-se a mostrar as orelhas, talvez sem verdadeira surpresa para o salvador fictício que sabe bem nada ter feito de sério para o liquidar.¹

Pela mão de um dos mais reconhecidos pensadores da identidade nacional, o futebol, integrado nos dispositivos de propaganda do Estado Novo, via-se entre os fenómenos responsáveis pela produção do conformismo social durante a vigência do regime. O reconhecimento do papel da propaganda e dos processos de mobilização das massas, paralelo à proletarianização do homem contemporâneo, por parte do fascismo foi, porém, bastante anterior. Em 1936, Walter Benjamin considerou a estetização da política como um elemento fulcral para a caracterização de fascismo. Ou seja, “o fascismo vê a sua salvação no facto de permitir às massas que se expressem mas, de modo nenhum, que exerçam os seus direitos. As massas têm o direito a exigir uma alteração das relações de propriedade; o fascismo pretende dar-lhes expressão, conservando essas

¹ Eduardo Lourenço, «A nova república deve nascer adulta», em *O Fascismo Nunca Existiu* (Lisboa: Dom Quixote, 1976), 17-18.

relações”.² Se considerarmos que no plano político o fascismo foi “o produto de uma tentativa de liberalização repentina, inexperiente, no meio de crises sociais”, a questão da incorporação política das massas e de produção de consenso constitui-se como um dos temas centrais da sua história. Como refere Michael Mann, “a direita autoritária foi uma reacção a problemas gerais de modernidade e crises sociais particulares que a Primeira Guerra Mundial legou. A maior parte dos autoritários buscou conscientemente a modernização: crescimento e reestruturação industrial, mais ciência e planeamento económico, mais integração nacional, um Estado mais ambicioso, e mais mobilização política de massas. Após alguma hesitação inicial, muitos elementos de direita adoptaram a maioria do pacote modernista, mas rejeitaram a mobilização de massas democrática.”³

Na sua influente investigação em torno do que classificou como “espectáculo fascista”, Simonetta Falasca-Zamponi insistiu precisamente na importância das formas culturais na história do regime fascista italiano. Para esta autora, o recurso a rituais e a construção de mitos revelou-se essencial para a construção do mundo social ordenado e ordeiro, ambicionado pelo fascismo. A união em torno de diferentes símbolos nacionais assegurava a coesão das massas desalinhas e possibilitava a sua incorporação num corpo político homogéneo. A participação em festivais públicos renovava o espírito nacional ao passo que um conjunto diverso de rituais e cerimónias cimentavam a unidade da nação.⁴ Sob o impulso de sentimentos nacionalistas, e graças a um novo estilo político e ao renovado papel do líder, a vida readquiria uma nova disposição, uma ordem. Tratava-se, assim, de nacionalizar as massas.⁵

A questão da produção do espectáculo fascista e da promoção do consenso social, ou seja da incorporação política das massas, deparou-se no caso italiano com obstáculos bastante significativos na construção de mecanismos de identificação que extravasassem a esfera produtiva, dada a ausência do que Victoria de Grazia apelidou dos modos naturais de produção da cultura de massas: através do aumento do consumo, da ampliação dos meios de comunicação de

² Walter Benjamin, «A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica» em *Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política* (Lisboa: Relógio D'Água, 1992), 111-112.

³ Michael Mann, *Fascistas* (Lisboa: Edições 70, 2012), 399 e 397.

⁴ Simonetta Falasca-Zamponi, *Fascist Spectacle: The Aesthetics of Power in Mussolini's Italy* (Berkeley e Los Angeles: California University Press, 1997), 5.

⁵ George L. Mosse, *The Nationalization of the Masses: Political Symbolism and Mass Movements in Germany from the Napoleonic Wars through the Third Reich* (Ithaca: Cornell University Press, 1991).

massas ou do incremento da participação em organizações estatais ou na esfera associativa das classes dominantes.⁶ Segundo Falasca-Zamponi o recurso a diferentes estratégias de mimetização, de deslocação e de incorporação foi fundamental para o fascismo italiano integrar, a partir das suas próprias instituições, as imagens potencialmente disruptivas de uma sociedade de consumo, individualista e democrática, provenientes de outros contextos.⁷

Tal como no caso italiano, durante uma boa parte da vigência do Estado Novo, também no espaço social português, caracterizado em 1964 por Sedas Nunes como uma sociedade dual,⁸ escasseavam os modos naturais de produção de uma cultura massas, em particular por via da expansão do consumo. Talvez seja essa a chave para se interpretar a dupla referência de Eduardo Lourenço à romaria e ao futebol como partes daquela “constante do Estado Novo que foi a de distrair o povo”. De um lado, o autor identificava um fenómeno ligado à religiosidade popular, do outro, aludia a uma manifestação relacionada com uma cultura popular globalizada, simbolicamente desqualificada. Encontravam-se as bases uma ideia que, de então para cá, adquiriu a firmeza e a estabilidade das convicções do senso comum, através da fórmula dos três efes: Fado, Fátima e Futebol.

Ao longo deste trabalho vamos procurar justamente interrogar o lugar do futebol no Estado Novo e no espectáculo fascista português. Esta investigação toma como objecto privilegiado a relação entre o futebol – como parte de um campo desportivo autónomo que se encontrava na década de 1940 no final de um processo de institucionalização – e o Estado Novo – um poder político que se procurava impor ao espaço social português, desde o início da década de 1930. A hipótese aqui apresentada é a de que o desenvolvimento do futebol e a sua inscrição na cultura popular portuguesa contemporânea não foram promovidos pelo Estado Novo e pelas suas organizações nem podem primeiramente ser compreendidas à luz de uma história política. Desenvolveram-se antes no quadro das expressões nacionais de uma cultura popular urbana global. O crescimento e a

⁶ Victoria De Grazia, *The Culture of Consent, Mass Organization of Leisure in Fascist Italy* (Cambridge: Cambridge University Press, 1981), 5.

⁷ Falasca-Zamponi, *Fascist Spectacle...*, 146.

⁸ A. Sedas Nunes, «Portugal, sociedade dualista em evolução» em *Antologia Sociológica* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2000).

difusão do futebol deveu-se mais à comercialização dos lazeres e ao alargamento de uma rede associativa do que ao investimento estatal.

As investigações de autores como Daniel Melo ou Vera Marques Alves situaram, com inegável utilidade, o campo da produção cultural, da construção oficial do popular e da propaganda do regime nalgumas das suas principais instituições.⁹ Em termos gerais, essa construção oficial do popular tem sido caracterizada como nacionalista, tradicionalista e ruralista. Esse programa cultural foi considerado como um instrumento fundamental para a produção do consenso e para assegurar a longevidade do regime. Jorge Ramos do Ó, por sua vez, analisou o “dispositivo cultural durante a «Política do Espírito»”, partindo dos discursos que o legitimam e permitem compreender a sua representação do mundo, assim como os seus sistemas classificatórios. Por outro lado, neste complexo institucional dualista onde as fronteiras entre o popular e o erudito surgem bem demarcadas, Ramos do Ó, encontrou no campo cultural, a partir do duplo poder de influência e de injunção, um dispositivo totalizante de “doutrinação sistemática e tentacular sobre a sociedade civil”. A alternativa a este dispositivo fixava-se entre “a submissão concordante ou a luta ilícita.”¹⁰ De facto, mesmo a investigação em torno de um fenómeno global de uma cultura de massas, como é o caso do cinema, tem-se concentrado largamente, no caso português, nas dimensões políticas e ideológicas da produção cinematográfica nacional e na análise da comédia portuguesa ou dos filmes de propaganda do regime.¹¹ Na mais completa e densa síntese sobre o projecto cultural do regime, Fernando Rosas defendeu o argumento de que o novo regime pela sua própria “natureza propositiva, pela mundivisão totalizante que transportava, exigiu e criou um aparelho de inculcação ideológica autoritária, estatista, mergulhado no quotidiano das pessoas (ao nível das famílias, da escola,

⁹ Daniel Melo, *Salazarismo e Cultura Popular (1933-1958)* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2001); Vera Marques Alves, *Arte Popular e Nação no Estado Novo: a Política Folclorista do Secretariado de Propaganda Nacional* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2013).

¹⁰ Jorge Ramos do Ó, *Os Anos de Ferro, O Dispositivo Cultural durante a "Política do Espírito", 1933-1949* (Lisboa: Estampa, 1999).

¹¹ Veja-se por exemplo, Luís Reis Torgal, coord., *O Cinema sob o Olhar de Salazar* (Lisboa: Circulo de Leitores, 2000); Maria do Carmo Piçarra, *Salazar Vai ao Cinema, O Jornal Português das Actualidades Filmadas* (Coimbra: Minerva, 2006); Patrícia Vieira, *Cinema no Estado Novo: a Encenação do Regime* (Lisboa: Colibri, 2011).

do trabalho, dos lazeres), com o propósito de criar esse particular «homem novo» do salazarismo”.¹²

Ainda que o conhecimento acumulado sobre diferentes instituições e complexos normativos do Estado Novo seja já significativo, o mesmo não sucede com a recepção desses mesmos projectos ideológicos. No entanto, como refere Roger Chartier, reafirmando a irredutibilidade da prática ao discurso, “a descrição das normas e das disciplinas, dos textos ou das palavras com os quais a cultura reformada (ou contra-reformada) e absolutista pretendia submeter os povos não significa que estes foram real, total e universalmente submetidos. É preciso, ao contrário, postular que existe um espaço entre a norma e o vivido, entre a injunção e a prática, entre o sentido visado e o sentido produzido, um espaço onde podem insinuar-se reformulações e deturpações.”¹³

Os modos de criação, difusão e apropriação daquilo a que chamamos de cultura popular urbana, tendencialmente autónoma face às principais instituições estatais, não tem conhecido um desenvolvimento simétrico às investigações que têm procurado mapear as instituições centrais do regime e a respectiva produção ideológica e discursiva. Não encontramos para o caso português um trabalho equivalente ao notável estudo de Victoria de Grazia, intitulado *Irresistible Empire*, ao longo do qual a autora demonstra a forma como a cultura de consumo americana e as suas diferentes instituições – como o *star system* de Hollywood, as imagens da publicidade, os supermercados ou mesmo os Rotary Clubs – transformaram a cultura europeia contemporânea e desafiaram triunfalmente os programas culturais oficiais dos regimes autoritários do período entre guerras.¹⁴

Como referem Nuno Domingos e Vítor Pereira, “o debate académico sobre o Estado Novo, sempre vivo, inseriu no campo das ciências sociais uma problemática política”.¹⁵ A inscrição deste debate num campo de estudos internacional que procurou através da análise comparativa construir uma tipologia

¹²Fernando Rosas, «O Salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo», *Análise Social*, vol. XXXV, n.º 157 (2001): 1031.

¹³ Roger Chartier, «‘Cultura Popular’, revisitando um conceito historiográfico», *Estudos Históricos*, vol. 8, n.º 16 (1995): 182. Sobre o mesmo tema ver também: James C. Scott, *Domination and the arts of resistance: hidden transcripts* (New Haven: Yale University Press, 1990).

¹⁴ Victoria De Grazia, *Irresistible Empire: America’s Advance Through Twentieth-Century Europe* (Cambridge: Belknap Press, 2006).

¹⁵ Nuno Domingos e Vítor Pereira, eds., *O Estado Novo em Questão* (Lisboa: Edições 70, 2010), 11.

de regimes e definir a sua natureza política e ideológica, possibilitou, por exemplo, ultrapassar os argumentos sobre a singularidade do regime português, alimentada pela produção ideológica do próprio regime, situando-o no quadro das ditaduras europeias.¹⁶ Se hoje conhecemos relativamente bem as formas institucionais do regime, os discursos dos seus principais actores e as suas origens ideológicas e culturais, a concentração dos investigadores na produção de tipologias, que devem ser instrumentos para facilitar a compreensão e a comparação de processos históricos, tem secundarizado a investigação sobre os diferentes regimes de práticas. Ainda de acordo com Nuno Domingos e Vítor Pereira, “a história do Estado Novo reproduz uma visão elitista que havia sido desenvolvida pela própria ditadura. Uma visão imposta de cima para baixo, onde o poder onipotente e onisciente do líder e dos aparelhos institucionais e jurídicos do regime se projectam sobre uma população apática e amorfa”.¹⁷

Este conjunto de investigações tem de algum modo, mesmo com as referências a diferentes formas de oposição e contestação à cultura dominante, partido de uma concepção hegemónica de cultura, ou seja, tem pressuposto a capacidade por parte daqueles que governam a sociedade em impor um conjunto de comportamentos e valores à maioria da população.¹⁸ Mesmo no quadro de um regime classificado como totalitário é fundamental interrogar tanto a hegemonia

¹⁶ Veja-se, por exemplo, Manuel de Lucena, *A Evolução do Sistema Corporativo Português* (Lisboa: Perspectivas e Realidades, 1976); Manuel Braga da Cruz, *O Partido e o Estado no Salazarismo* (Lisboa: Presença, 1988); Manuel Braga da Cruz, *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo* (Lisboa: Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais, 1980); Fátima Patriarca, *A Questão Social no Salazarismo: 1930-1947* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1995); António Costa Pinto, *O Salazarismo e o Fascismo Europeu: problemas de interpretação nas ciências sociais* (Lisboa: Estampa, 1992); Fernando Rosas, *O Estado Novo nos Anos Trinta: Elementos para o Estudo da Natureza Económica e Social do Salazarismo 1928-1938*. (Lisboa: Estampa, 1996); Herminio Martins, *Classe, Status e Poder e outros Ensaios sobre o Portugal Contemporâneo* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 1998); Philippe Schmitter, *Portugal: do Autoritarismo à Democracia* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 1999); Luís Reis Torgal, *Estados Novos, Estado Novo* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009); Manuel Loff, *O Nosso Século é Fascista! O Mundo Visto por Salazar e Franco (1936-1946)* (Porto: Campo das Letras, 2008).

¹⁷ Domingos e Pereira, *O Estado...*, 12.

¹⁸ De uma forma esquemática, Peter Worsley identificou quatro formas ideal-típicas de conceptualizar cultura: a elitista, a holista, a hegemónica e a pluralista. Na primeira dessas formas, cultura indica os valores superiores de uma sociedade, reservados às suas elites; na segunda, todo um modo de vida; na terceira, um conjunto de comportamentos impostos à maioria por aqueles que governam a sociedade; finalmente, os usos mais relativistas do termos reconhecem que diferentes comunidades da mesma sociedade apresentam diferentes códigos de conduta e sistemas de valores, que podem até mesmo ser conflitantes. Peter Worsley, *The Three Worlds* (Londres: Weidenfeld and Nicolson, 1984), 41-60. Para uma síntese sobre os usos do conceito de cultura veja-se ainda Raymond Williams, *Keywords, a Vocabulary of Culture and Society* (Glasgow: Fontana/Croom Helm, 1976), 76-82.

do modelo cultural oficial como os limites do seu poder. Este questionamento torna-se tanto mais necessário quanto mais salientes forem os processos de diferenciação social característicos das sociedades modernas, como sublinharam, entre outros, Durkheim e Tonnies.

Rui Bebiano, por exemplo, deu conta da forma como a recepção da Bossa Nova ou do Rock n' Roll, do cinema de Hollywood, de filmes como *Easy Rider* ou *Rebel Without a Cause*, de figuras como James Dean, Marilyn Monroe ou Brigitte Bardot, ou a leitura de autores como Jack Kerouac ou Allen Ginsberg, entre outras referências, contribuiu para uma transformação na paisagem cultural no país, nomeadamente para a desconstrução de uma certa ideia de cultura nacional produzida e veiculada pelas diferentes agências do regime. Partindo da “aplicação do conceito de cultura-mundo a uma realidade juvenil que, nascida nos Estados Unidos da América durante a década de 1950, foi rapidamente ampliada e alargada a outros lugares, integrando códigos, valores e tradições provenientes de experiências muito diversas”, o autor defende que o regime “passou a enfrentar um processo de contestação, que já não se limitava apenas às práticas da oposição política ilegal... Na verdade, ela transbordava de forma permanente e cada vez mais intensa, para o quotidiano de uma parcela cada vez mais significativa, não tanto pela dimensão quanto pelos papéis que desempenhava, da sociedade portuguesa”.¹⁹ Neste contexto “o cinema, acima de tudo, como divertimento popular, mostrava agora, mais do que nunca, os néones, o tráfego automóvel, as grandes multidões, as vivências cosmopolitas de Roma, Paris ou Nova Iorque”.²⁰

No presente trabalho consideramos que o significado dos diferentes consumos culturais e de práticas sociais não deve ser remetido para um sentido estritamente político, redutível a uma tomada de posição a favor ou contra o regime, lógica à qual muitas das investigações que transpõem a barreira da cultura oficial acabam muitas vezes por reverter. Ao longo das primeiras duas décadas do século XX, na crítica ao fado, por exemplo, convergiam integralistas, por o considerarem como um género demasiado recente, e intelectuais republicanos e socialistas mais progressistas, que o olhavam como promotor de uma postura politicamente reacçãoária. Como refere Rui Vieira Nery, “os representantes das elites culturais deste período,

¹⁹ Rui Bebiano, *O Poder da Imaginação: Juventude, Rebeldia e Resistência nos Anos 60* (Coimbra: Angleus Novus, 2003), 102.

²⁰ Bebiano, *O poder...*, 111.

independentemente da filiação político-ideológica específica de cada um, tendem, muito simplesmente, a unir-se numa mesma reacção de hostilidade partilhada face a esta ascensão e generalização bem-sucedida de um género oriundo de uma cultura popular urbana de massas com cujos códigos obviamente resistem a identificar-se”.²¹ A popularização do fado, nos anos 20, resultou, assim, do alargamento de um mercado de actuação profissional para os fadistas para lá das primeiras casas de fado e do próprio contexto bairrista original. Através de um decreto de 1927, a ditadura procurou “desde logo acelerar e radicalizar o processo de profissionalização que já estava em curso no meio do Fado, separando de forma ainda mais clara a prática amadora tradicional do exercício profissional que entretanto vinha emergindo.”²² A popularização do fado deu-se assim a montante da intervenção estatal, “no contexto da tolerância pragmática vigiada que encontra por parte do Estado Novo na sua fase ideológica mais característica”,²³ sendo a sua cooptação política posterior à II Guerra Mundial. Tal como se verificou com o fado, também o futebol apresentava, à entrada do segundo quartel do século XX, as características de um fenómeno de uma cultura popular massificada, uma das poucas expressões dessa mesma cultura num país ainda maioritariamente rural e agrícola. A extensa rede associativa e a pujante imprensa especializada transformavam esta prática de lazer das populações urbanas num poderoso instrumento de integração social.

Na Europa, as vitórias italianas nos campeonatos do mundo de futebol de 1934 (que a Itália de Mussolini organizou) e de 1938, bem como a organização dos Jogos Olímpicos de Berlim em 1936, servem habitualmente como medida das análises do lugar do desporto no fascismo. Todavia, e apesar do lugar que estes eventos ocupam nos imaginários sobre o fascismo, tais acontecimentos não têm sido enquadrados de forma sistemática nas análises da cultura fascista. A intersecção entre desporto e política, como refere Allen Guttman, revelou-se, pelo contrário, uma das principais áreas de investigação da história do desporto e dentro deste subcampo tem-se destacado a investigação sobre o papel do desporto nos regimes fascistas.²⁴

²¹ Rui Vieira Nery, *Para uma História do Fado* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2012), 177.

²² Nery, *Para uma História...*, 230.

²³ Nery, *Para uma História...*, 18

²⁴ Allen Guttman, «Sport, politics and the engaged historian», *Journal of Contemporary History*, vol. 38, n.º 3, (2003).

Se a organização de grandes eventos desportivos marcou a tentativa da Itália e da Alemanha se afirmarem no plano das relações internacionais, nem por isso essa deve ser considerada a dimensão fulcral das respectivas políticas desportivas.²⁵ As investigações sobre os casos alemão, italiano e espanhol indicam, em primeiro lugar, uma diferenciação significativa entre a valorização do espectáculo desportivo e da prática desportiva no quadro daqueles regimes. Distinção que se manifesta também nas práticas físicas valorizadas pelos fascismos europeus e no modo como conduziram as suas políticas desportivas. O investimento na ginástica e na prática física não competitiva, de cariz militar, com funções higiénicas foi o elemento comum a todos eles, mais do que a exploração “alienante” do desporto competitivo. Ainda que o grau de militarização das actividades físicas e o tipo de estruturas de enquadramento seja diferente das políticas desportivas dos regimes democráticos e liberais, a ideia de melhoria da condição física da população com vista ao desenvolvimento económico e político não são específicas aos regimes fascistas. Pelo contrário, o que parece ser singular nestes contextos, e de alguma forma contra-intuitivo face a um conjunto de imagens amplamente disseminadas, é a tentativa de controlar e até mesmo reduzir a actividade desportiva federada e comercial, mesmo que nesse campo se verifiquem diferenças substanciais entre os diferentes países.

A análise da história do desporto no Estado Novo tem estado dividida justamente entre estas duas dimensões. Por um lado, autores como João Nuno Coelho e Marcos Cardão partindo de uma análise dos discursos sobre o futebol, e dos discursos sobre momentos ou figuras mais ou menos excepcionais da história do futebol em Portugal, deram conta da forma como este fenómeno integrado numa cultura popular massificada se revelou um veículo privilegiado para a

²⁵ Sobre as políticas desportivas dos regimes autoritários daqueles países veja-se, por exemplo, Arnd Krüger, «Sport in German international politics, 1918-1945», em *Sport and International Politics*, ed. P. Arnaud e J. Riordan (London: Spon Press, 1998); J. A. Mangan, «Global fascism and the male body: ambitions, similarities and dissimilarities», *International Journal of the History of Sport*, vol. 16, n.º 4 (1999): 10; Matthias Marschik, «Between manipulation and resistance: Viennese football in the Nazi era», *Journal of Contemporary History*, vol. 34, n.º 2 (1999); Gigliola Gori, «Model of masculinity, Mussolini and the ‘new Italian’ of the fascist era», *International Journal of the History of Sport*, vol. 16, n.º 4 (1999); Angela Teja, «Italian sport and international relations under fascism» em *Sport and International Politics*, ed. P. Arnaud e J. Riordan (London: Spon Press, 1998), 86; Simon Martin, *Football and Fascism, the National Game under Mussolini* (Oxford: Berg, 2004); Teresa Gonzalez Aja, «Spanish sports policy in Republican and Fascist Spain», em *Sport and International Politics*, ed. P. Arnaud e J. Riordan (London: Spon Press, 1998); Eduardo González Calleja, «El Real Madrid, ¿‘Equipo del Régimen’?, Fútbol y política durante el Franquismo», *Esporte e Sociedade*, ano 5, n.º 14 (2010).

disseminação das ideias luso-tropicais.²⁶ A essa banalização corresponderia, de alguma forma, uma legitimação do Estado Novo e do colonialismo português. Não obstante a constatação de uma correlação entre determinados eventos englobados na história do futebol português e a existência de um regime autoritário, bem como da conformidade no plano dos discursos entre a linguagem utilizada por um conjunto de agentes para enquadrar o fenómeno desportivo e a ideologia política e colonial, os mecanismos através dos quais essa influência se exerceu permanecem por interrogar nestas investigações. Num quadro em que, por exemplo, a propriedade privada dos meios de comunicação social não havia sido interdita e num contexto em que, apesar das limitações inerentes à censura, estes continuavam a operar num mercado concorrencial não é possível atribuir a todos os discursos que enquadram o fenómeno desportivo o mesmo tipo de intencionalidade ou de sentido.

Um outro conjunto de investigações tem vindo a dar conta da produção de um projecto estatal de educação física durante o Estado Novo, a construção de um *habitus motor* oficial.²⁷ E aí encontramos também para o caso português uma diferença importante entre desportos e educação física. Desses regimes de práticas dá conta António Gomes Ferreira, ao analisar o desenvolvimento da educação física em Portugal durante o Estado Novo. Trava-se de um programa que apresentava como principal missão, à semelhança do que acontecia noutros regimes fascistas, “promover a regeneração física e moral daqueles que deviam assegurar a dignidade da pátria”.²⁸ No entanto, mais do que dinamizar essa “regeneração” ou impulsionar a educação física, o mesmo autor considera que os programas de educação física foram, sobretudo, instrumentos de enquadramento da população na ideologia estatal que se impunha. A limitada capacidade de penetração infra-estrutural²⁹, de regulação do quotidiano, por parte do regime implicou a perda da luta pela produção de corpos disciplinados a partir das

²⁶ Marcos Cardão, «Fado Tropical, O luso-tropicalismo na cultura de massas (1960-1974)» (tese de doutoramento em História Moderna e Contemporânea, Lisboa, Instituto Universitário de Lisboa, 2012); João Nuno Coelho, *A Equipa de Todos Nós: Nacionalismo, Futebol e Media* (Porto: Afrontamento, 2001).

²⁷ Nuno Domingos, «Building a motor habitus: physical education in the Portuguese Estado Novo», *International Review for the Sociology of Sport*, vol. 45, n.º 1 (2010).

²⁸ António Gomes Ferreira, «O ensino da Educação Física em Portugal durante o Estado Novo», *Perspectiva*, vol. 22 (2004): 205.

²⁹ Michael Mann, «The autonomous power of the state: its origins, mechanisms and results», *European Archive of Sociology*, vol. 25 (1984).

disposições incutidas pela prática de exercícios racionais e metódicos para a imprevisibilidade e espontaneidade dos gestos associados à prática *desportivizada*.

Neste sentido a oposição entre desportos e educação física não está, antes de mais, relacionada com a contradição entre um modelo político tradicionalista, ruralista e conservador e um fenómeno da moderna cultura de massas, como procurou argumentar Ricardo Serrado,³⁰ situando-se, pelo contrário, entre duas concepções distintas da modernidade e do lugar das práticas físicas atléticas na sociedade moderna, ou seja, entre uma organização autoritária das práticas e uma visão pluralista dessas mesmas práticas, parafraseando as formulações de Peter Wagner.³¹ De facto, e como demonstrou Nuno Domingos, perante a fragilidade do Estado colonial português e das suas estruturas de regulação do quotidiano o desenvolvimento do futebol em Moçambique, tal como de outras práticas desportivas e de lazer, relacionou-se de forma próxima com o processo de urbanização e uma estrutura desigual de distribuição de poder, assente em clivagens sociais, mas também religiosas e, de forma mais evidente, raciais. Neste contexto, a prática e o consumo do espectáculo desportivo adquiriram um conjunto de significados que não podem ser pensados exclusivamente a partir de critérios políticos. Existe na lógica da prática desportiva uma autonomia específica que se manifesta na formação e manutenção dos vínculos clubistas, que mais do que representarem uma adesão ao colonialismo português constituíam parte de reportórios de interacção em contexto urbano. A sua eventual eficácia na estabilização das estruturas sociais não resultava da filiação a uma ideologia ou um regime político mas antes do papel dos lares nas sociedades contemporâneas, como argumentou Elias, ou mesmo da funcionalidade do conflito, como sustentou Lewis Coser.³²

A investigação aqui apresentada sobre o lugar do futebol no Estado Novo permite, por conseguinte, integrar nas investigações sobre a cultura fascista uma dimensão fundamental das práticas de lazer, dos consumos e dos processos de formação de identidades sociais nas sociedades contemporâneas. Não nos

³⁰ Ricardo Serrado, *O Jogo de Salazar: a Política e o Futebol no Estado Novo* (Alfragide: Casa das Letras, 2009).

³¹ Peter Wagner, *A Sociology of Modernity, Liberty and Discipline* (Londres: Routledge, 1994)

³² Norbert Elias, *A Busca da Excitação* (Lisboa: Difel, 1992); Lewis Coser, *The Functions of Social Conflict* (Nova Iorque: The Free Press, 1956).

limitando à análise dos modelos culturais oficiais, procuramos interrogar de que forma a cultura e as organizações do corporativismo português se relacionaram com os valores, práticas e instituições de uma importante esfera da cultura popular urbana comercializada e da sociedade civil em Portugal. Essa manifestava-se pela promoção de competições desportivas, pela formação de uma ampla rede associativa, pela construção de uma estrutura de filiações e identificações clubistas e pelo desenvolvimento de um conjunto de órgãos de comunicação social especializados.

Este trabalho inspira-se no programa de investigação lançado por Robert Paxton, que na sua análise processualista do fascismo, considerou ser tão importante compreender o que os fascistas *fizeram* como aquilo que *disseram*.³³ Uma posição que se encontra em contra-ciclo face às narrativas apresentadas por muitos dos estudos sobre o fascismo, que, no âmbito da chamada viragem cultural, insistem no papel do discurso, dos rituais e das imagens projectadas pelos regimes autoritários do período entre guerras, concentrando-se, frequentemente, em momentos de alta intensidade dramática, apagando muitas vezes parte a experiência quotidiana da vida nos regimes fascistas. Apoiado numa análise detalhada dos compromissos e das negociações necessárias aos movimentos e regimes fascistas para se alcandorarem e manterem no poder, para Paxton a compreensão, das configurações específicas e a singularidade de cada um dos regimes autoritários do período entre guerras, passa pela interpretação das relações tensas entre quatro elementos: o líder fascista, o partido, o aparelho de estado e a sociedade civil.³⁴ Por outro lado, e segundo o mesmo autor, no que nos parece ser uma questão central para este trabalho, “the main problem with cultural studies of fascist imagery and rhetoric is their frequent failure to ask how influential these were... the study of fascist culture by itself does not explain how fascists acquired the power to control culture, nor how deeply into popular consciousness fascist culture penetrated in competition with either preexisting

³³ Robert O. Paxton, *The Anatomy of Fascism* (Londres: Penguin, 2004), 10 e 13.

³⁴ Paxton, *The Anatomy...*, 123-124.

religious, familial, or community values or with commercialized popular culture.”³⁵

Neste sentido, é igualmente necessário um comentário adicional à inclusão do futebol e do desporto na esfera da cultura popular, um conceito problemático, dotado com múltiplos e polémicos sentidos.³⁶ O uso que damos ao conceito de cultura popular, um conceito erudito, como relembra Roger Chartier,³⁷ não se refere a um conjunto de práticas estruturadas de modo permanente, nem associadas, em definitivo, a um grupo social num determinado contexto. Procuramos, antes, dar conta dos processos sociais de distribuição de práticas num determinado contexto e a sua associação com a estrutura social e identificar os processos de classificação dessas práticas. No contexto desta investigação seguimos a proposta de Lawrence Levine que reforça a necessidade de abandonar grelhas conceptuais rígidas para antes procurar “explore the degree to which popular culture functions in ways similar to folk culture and acts as a form of folk culture for people living in urban industrial societies, and can thus be used to reconstruct people’s attitudes, values, and reactions”³⁸.

Procura-se, assim, romper com as representações dualistas das hierarquias culturais e as oposições esquemáticas da cultura popular enquanto algo oposto ao universo letrado (o simples por oposição ao complexo), a partir da definição sociológica dos seus públicos (o baixo por oposição ao alto) ou como sinónimo de pureza de determinadas expressões culturais (o autêntico por oposição ao fabricado). Por oposição a este “modo de pensamento substancialista, que é do senso comum – e do racismo – e que leva a tratar as actividades ou preferências próprias de certos indivíduos ou de certos grupos numa sociedade num certo momento como propriedades substanciais, inscritas de uma vez por todas numa

³⁵ Paxton, *The Anatomy...*, 215.

³⁶ Para um debate mais alargado sobre estas questões ver, por exemplo: Theodor Adorno, *Sobre a Indústria da Cultura* (Coimbra: Angelus Novus, 2003); Richard Hoggart, *As Utilizações da Cultura: Aspectos da Vida da Classe Trabalhadora, com Especiais Referências a Publicações e Divertimentos* (Lisboa: Presença, 1973-1975); Pierre Bourdieu, *A Distinção* (Lisboa: Edições 70, 2010); John Fisk, *Understanding Popular Culture* (Boston: Unwin Hyman, 1989); Néstor García Canclini, *Hybrid Cultures: Strategies for Entering and Leaving Modernity* (Minneapolis: University of Minnesota Press, 1995); Herbert Gans, *Popular Culture and High Culture* (Nova Iorque: Basic Books, 1999); John Storey, *Inventing Popular Culture: from Folklore to Globalization* (Oxford: Blackwell, 2004).

³⁷ Chartier, *Cultura Popular...*, 179.

³⁸ Lawrence Levine, «The folklore of industrial society: popular culture and its audiences», *American Historical Review*, 97, n. 5 (1992): 1372.

espécie de essência biológica ou – o que não é melhor – cultural”³⁹ procuramos, a partir de uma utilização heurística e relacional do conceito, caracterizar os diferentes modos de apropriação dos bens culturais, sublinhar a associação, sempre contingente, histórica portanto, de determinadas práticas culturais a certos estratos sociais.

O estabelecimento de hierarquias mais marcadas e estanques ou mais abertas e flexíveis entre a cultura erudita, historicamente associada aos poderes políticos, aos membros do clero ou às elites letradas, e a cultura popular, ligada às práticas culturais dos grupos subalternos, tem conhecido variações históricas significativas.⁴⁰ Trata-se de um problema que não conhece, portanto, uma resposta apriorística, como aliás se poderá verificar ao longo deste trabalho a propósito das diferentes valorizações que foram atribuídas ao futebol em momentos distintos. Nesse sentido um dos objectivos desta investigação é também contribuir para o debate sobre os processos históricos de apropriação e incorporação, reforma e repressão da cultura popular encetados por diferentes forças sociais e em particular pelo Estado.

Não procuramos fazer, neste trabalho, uma discussão puramente teórica das diferentes abordagens sobre as culturas populares, mas antes implicando-as a propósito da construção e análise da nossa problemática de investigação. Os conceitos teóricos que guiam o trabalho empírico têm assim por função “indicar de maneira estenográfica, conjuntos de esquemas geradores de práticas epistemologicamente controladas” ou seja, “uma postura teórica, geradora de escolhas metódicas, tanto negativas como positivas na construção dos objectos.”⁴¹ Assim, o conceito de *campo* e a noção de *autonomia relativa* revelam-se úteis sobretudo no sentido de orientar a análise empírica para as lógicas de funcionamento concretas e específicas das instituições, das disposições dos agentes, das relações, de cooperação ou conflito, que estabelecem em contextos concretos e dos recursos que mobilizam no conjunto de lutas que são quotidianamente travadas na definição do real.

³⁹ Pierre Bourdieu, *Razões Práticas* (Oeiras: Celta, 2001), 5.

⁴⁰ Veja-se, por exemplo, Mikhail Bakhtine, *Rabelais and his World* (Cambridge: M.I.T. Press, 1968); Peter Burke, *Popular Culture in Early Modern Europe* (Nova Iorque: Harper Torchbooks, 1981); Roger Chartier, *A História Cultural, Entre Práticas e Representações* (Lisboa: Difel, 1988); Lawrence Levine, *Highbrow/Lowbrow, The Emergence of Cultural Hierarchy in America* (Cambridge: Harvard University Press, 1988).

⁴¹ Pierre Bourdieu, *As Regras da Arte, Gênese e Estrutura do Campo Literário* (Lisboa: Presença, 1996), 208.

A noção de campo define-se, assim, em termos relacionais e de conflito, dada a importância que é conferida às estratégias dos diferentes agentes sociais na luta pelo domínio dos campos e, nomeadamente, às lutas pela imposição de uma determinada representação do mundo social.⁴² Trata-se de uma visão sistémica orientada mais por princípios formais e abstractos do que empírico-concretos, donde resulta que o seu sentido e a sua orientação só se realizem em pleno no confronto com o terreno. Portanto, a delimitação das fronteiras de cada campo, no caso em análise os campos desportivo e o político, e as suas intersecções no espaço social português não devem, nesta perspectiva, ser tomadas como definitivas.⁴³

Um campo pode ser definido como uma rede ou uma configuração de relações objectivas entre posições que se afirmam objectivamente nos constrangimentos que impõem aos seus ocupantes agentes ou instituições, cuja situação, por sua vez é determinada pela estrutura de distribuição de diferentes espécies de capital, isto é, de poder, cuja posse possibilita o acesso aos recursos e aos lucros específicos que se jogam no campo e define as relações objectivas do agente face a outras posições. As dimensões fundamentais das posições nesse espaço são definidas, como sintetizou José Manuel Sobral, “pelo volume global de capital, pela estrutura do mesmo – decompondo-se em capital económico, capital cultural (representado pelos títulos escolares ou pelo gosto), capital social (inerente à antiguidade na própria posição, notoriedade familiar, relações sociais desenvolvidas, espécies de capital transmutáveis em capital simbólico, ou prestígio, a forma tida como legítima de cada uma dessas formas de capital – e

⁴² José Manuel Sobral, «Pierre Bourdieu e o Estudo da Identidade Nacional», em *Pierre Bourdieu, A Teoria da Prática e a Construção da Sociologia em Portugal*, orgs. José Madureira Pinto e Virgílio Borges Pereira (Porto: Afrontamento, 2007), 233.

⁴³ Uma análise histórica das relações entre o campo mediático e o campo desportivo demonstrou que estas podem ser compreendidas através do binómio estruturação-exploração. O desenvolvimento do futebol e do desporto português são inseparáveis do campo mediático e a forma como diferentes meios de comunicação influenciaram de diferentes formas a lógica do jogo. A forma como estas relações se desenvolveram dependeu não apenas do poder relativo de cada um desses campos, mas também das instituições dominantes em cada um deles. Começa por haver um regime de estruturação do campo futebolístico pela imprensa numa primeira fase, com um grau de exploração residual, seguindo-se uma lógica de exploração, mais racional e predatória, que se torna dominante com a liberalização do mercado mediático, e em particular da transmissão de jogos de futebol. Rahul Kumar, «Da Bancada aos Sofás da Europa: apontamentos sobre os media e o futebol no século XX português» em, *A Época do Futebol, o Jogo visto pelas Ciências Sociais*, eds. Nuno Domingos e José Neves (Lisboa: Assírio e Alvim, 2004).

pela evolução no tempo destas propriedades.⁴⁴ O espaço social bourdieusiano, em que coexistem diversos campos com as suas lógicas específicas, é, portanto, um espaço multidimensional, um espaço de diferenças entre agentes e instituições. Mais do que obedecer a um princípio unificado, as sociedades complexas, alicerçadas na divisão social do trabalho, estão divididas, mesmo em contextos definidos como totalitários, em campos e sub-campos que foram, ao longo da história, autonomizando progressivamente em torno de um conjunto relações sociais, desafios e recursos específicos. As relações entre estes campos, entre os quais é destacada a importância específica do campo económico, podem, por sua vez, ser de dominação, subordinação ou homologia, por exemplo.⁴⁵

A definição da autonomia de um campo, construída a partir de “princípios de diferenciação ou de distribuição constituídos pelo conjunto das propriedades que actuam no universo social considerado”⁴⁶, deve, por conseguinte, ser objecto de análise empírica. Nesta investigação procuramos, justamente, interpretar no contexto do Estado Novo português a subordinação dos clubes desportivos e da sua actividade a imperativos políticos. A compreensão do sentido da politização destas organizações passa, todavia, pela interpretação do que se joga em específico no campo desportivo mais do que de uma redução da lógica dos agentes a uma racionalidade estritamente política, no sentido de identificar tomadas de posição a favor ou contra o regime, por exemplo. É o entendimento das lutas que se travavam no interior dos clubes, principais instituições de divulgação do desporto, mas também da sua relação com os meios de comunicação social e o campo económico que nos permite observar a tensão entre as lógicas específicas de funcionamento de um campo autónomo. A medida exacta do sucesso das lógicas de acomodação e resistência a este poder, também ele conceptualizado como um espaço de lutas mais do que como um dispositivo,⁴⁷ que procurava por diferentes vias cercear os espaços de autonomia, é o problema desta investigação.

⁴⁴ José Manuel Sobral, *Trajectos: o Passado e o Presente na Vida de uma Freguesia da Beira* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 1999), 124.

⁴⁵ Pierre Bourdieu, Loïc J. D. Wacquant, *Réponses* (Paris: Seuil, 1992), 73.

⁴⁶ Pierre Bourdieu, *O Poder Simbólico* (Lisboa: Difel, 2001), 133.

⁴⁷ Bourdieu, *O Poder...*, 196-202.

O argumento aqui apresentado divide-se em três grandes partes. Na primeira parte, intitulada sociogénese do campo desportivo português, procuramos “compreender a génese social de um campo, e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se jogam”.⁴⁸ Por outras palavras, procuramos interpretar a história da introdução dos desportos modernos em Portugal, abordando os agentes, as instituições e as representações que lhes estiveram associadas. Verificamos aí que durante o primeiro quartel do século XX os enquadramentos mundanos e distintivos do desporto, enquanto actividade de lazer das elites, perdem, irremediavelmente, terreno para a prática *desportivizada*. A ruptura com as concepções mundanas e a autonomização do desporto face a um outro conjunto de práticas recreativas e de lazer, como diferentes manifestações artísticas, o turismo ou a caça, deu-se no quadro da emergência de uma estrutura de práticas dualista. De um lado, verificamos a permanência de um modelo de práticas físicas de perfil aristocrático-militar que se organizou em torno do Comité Olímpico Português e de modalidades como a esgrima, o hipismo e a vela. Do outro lado, apoiado no processo de comercialização de determinados desportos, como o futebol, o ciclismo e o boxe, e na notoriedade dos primeiros heróis desportivos, como José Bento Pessoa e Francisco Lázaro, por exemplo, emerge o desporto enquanto manifestação de uma cultura popular urbana.

Pese embora a importância de diferentes interesses comerciais na divulgação de algumas modalidades, e ao contrário do que se verificou noutros contextos, como o inglês ou o americano, o desenvolvimento do desporto em Portugal, e em particular do futebol, não esteve exclusivamente relacionado com um desígnio mercantil. O desenvolvimento do futebol, em particular, encontrou-se relacionado com o advento de uma sociedade industrial e com o crescimento urbano, mais do que com uma periodização política. A formação de quadros competitivos mais amplos e consistentes, depois do final da Primeira Grande Guerra, assinalou uma segmentação crescente nesta estrutura dualista do campo desportivo. A exaltação do lazer dos praticantes cedeu gradualmente perante uma intensa competição entre os clubes cada vez mais empenhados em funções de representação comunitária. O debate sobre o profissionalismo dos praticantes

⁴⁸ Bourdieu, *O Poder...*, 69.

desportivos revelou-se, desde meados dos anos vinte, como um dos indicadores privilegiados para a medição deste processo que marcou também uma transformação na origem social dos praticantes desportivos.

Na segunda parte do trabalho, olharemos de que forma o Estado Novo, já institucionalizado, interveio no campo desportivo que, em meados da década de trinta, se encontrava já em avançado processo de autonomização. Aqui, situamos ideologicamente o programa do Estado Novo no terreno da educação física e dos desportos. Verificamos que o desporto foi essencialmente concebido pelas instituições do regime como um instrumento de regeneração da raça, pensado, portanto, a partir das suas propriedades higiénicas e disciplinares. É no quadro das principais instituições do regime, e para além dos discursos, que procuramos situar a materialização de uma política desportiva em Portugal durante o período em análise. Quer no terreno escolar, quer no quadro de organizações como o Instituto Nacional de Educação Física, a Mocidade Portuguesa ou a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, deparamo-nos com uma diferenciação importante entre educação física e desportos. A massificação da prática da educação física, tida como o instrumento ideal para a promoção dos valores do regime no plano de uma política do corpo, deparou-se, porém, com obstáculos que permaneceram em grande medida por superar até ao início dos anos sessenta. Neste contexto uma organização periférica do regime como a Direcção-Geral dos Desportos, Educação Física e Saúde Escolar, que até agora não havia sido estudada, revelou-se, a partir do seu arquivo, como o terreno fundamental para compreender a forma como o Estado Novo procurou cooptar para os seus projectos desportivos o amplo movimento associativo desportivo que se havia desenvolvido em torno das modalidades desportivas que se popularizaram, e em especial do futebol.

Entre as múltiplas dimensões a partir das quais a Direcção-Geral dos Desportos procurou intervir no campo desportivo, aquela que mais se destacou foi a do controlo das transferências dos atletas desportivos e em especial dos jogadores de futebol. Na terceira parte desta tese debruçamo-nos sobre o significado desta política, que continuou até ao início da década de sessenta a advogar o amadorismo como o modelo legal para a prática desportiva. A restrição da mobilidade dos atletas desportivos serviu como um meio para limitar a expansão do desporto competitivo e espectacular, porventura o propósito principal

da política desportiva do regime, solidamente alicerçada em determinados modelos de classe. Tratou-se de um projecto anacrónico não só face à realidade do campo desportivo português como também perante a situação que se observava em todos os países com algum significado no mundo do futebol.

Entre 1942, o ano em que tal medida foi implementada, e 1960, o ano em que foi finalmente aceite na legislação portuguesa a possibilidade de remuneração dos praticantes desportivos nas modalidades de ciclismo, boxe e futebol, a refutação do modelo amador proveio dos mais diversos contextos. O relato desse processo de contestação e, por outro lado, a descrição do lento percurso de mudança procura apoiar o argumento de que mesmo no final dos anos cinquenta e na iminência da alteração legislativa, a posição da maior parte dos agentes ligados às políticas de educação física e desportos do Estado Novo não se havia alterado face ao observado para os anos trinta e quarenta. Durante todo este período foram raras as vozes que advogaram a possibilidade de uma instrumentalização política do espectáculo desportivo. A profissionalização do jogador de futebol foi tida assim no interior do regime como uma expressão da pureza perdida do desporto e da corrupção dos seus mais elevados ideais.

I Sociogénese do campo desportivo português

Introdução

Entre o final do séc. XIX e o primeiro quartel do séc. XX a prática desportiva desligou-se gradualmente das elites responsáveis pela sua introdução em Portugal e, sobretudo, dos seus códigos éticos. As imagens do *Sportsmen* e os relatos de uma actividade de recreação mundana e diletante praticamente desapareceram das páginas da imprensa. O desporto adquiriu um significado específico, autonomizando-se face a outras ocupações de lazer e consumo, como o turismo, as artes, a caça ou a tauromaquia. Neste processo de transformação do sentido da prática desportiva e do seu enquadramento cultural a imprensa desempenhou um papel fundamental. A rede associativa que se desenvolveu desde o final da primeira década do séc. XX, agrupando-se e filiando-se em unidades cada vez mais extensas – clubes, associações regionais, federações nacionais –, contribuiu também para o desenvolvimento de competições em quadros geográficos mais amplos. O primeiro campeonato nacional de futebol disputou-se em 1938/39. Nos anos seguintes, esta modalidade afirmou a

sua preponderância no quadro da narrativa desportiva. O desporto deixou por esta via de ser primeiramente considerado pela sua função higiénica e disciplinar, tal como era preconizado pelas autoridades políticas, ou como um divertimento das elites, integrado num leque mais amplo dos lazeres dos grupos sociais que Thorstein Veblen definiu como classes ociosas⁴⁹. O processo de *desportivização*,⁵⁰ isto é, o desenvolvimento da prática desportiva orientada para a competição, relacionou-se de forma inseparável com a formação dos primeiros clubes no início da década de 1910 e com o processo de comercialização do desporto, impulsionado pelo interesse de um público de origens sociais diversas. Para se compreender o papel central do futebol no campo desportivo português e na cultura popular contemporânea e a forma como o Estado Novo se relacionou com esta prática é fundamental analisar a génese do desporto em Portugal, e mapear a reconfiguração do campo desportivo português.

Os primórdios do desporto em Portugal: uma prática distintiva

A difusão inicial dos desportos modernos relacionou-se, de forma próxima, com a geografia dos interesses coloniais, económicos e políticos britânicos. Na última década do século XIX, a revolução dos jogos passou pela divulgação do críquete no subcontinente indiano, na Austrália, nas Caraíbas e na África do Sul. Por seu lado, na Europa continental e na América do Sul, o desporto, e em especial o futebol, foi transportado por agentes integrados nas rotas comerciais e educativas daquele império. Noutros terrenos, como nos Estados Unidos da América, a invenção de tradições desportivas nacionais relacionou-se com necessidade de ruptura simbólica e cultural com o império britânico, através da construção de práticas desportiva autónomas.⁵¹

A prática desportiva representava, em finais do século XIX, um elemento importante para a definição de uma posição social, que identificava o lugar dos seus cultores no topo de uma hierarquia de classe. Mais do que uma filiação nacional, o desporto, enquanto manifestação sensível de um espírito cultivado, de

⁴⁹ Thorstein Veblen, *The Theory of the Leisure Class* (Nova Iorque: Penguin, 1994).

⁵⁰ Elias, *A Busca...*

⁵¹ Allen Guttman, *Games and Empires* (Nova Iorque: Columbia University Press, 1995); J.A. Mangan, *The Games Ethic and Imperialism* (Londres: Viking, 1987).

um corpo racionalmente construído e de uma moral capaz de domesticar os seus impulsos primordiais, apresentava um significado específico que se encontrava ainda, em quase toda a parte, longe da popularização. O olimpismo, orientado para a superação de recordes e para a inovação tecnológica, espelhava esses padrões sociais das sociedades industriais e alguns dos seus valores centrais, como a competição ou o progresso. Para além disso, as competições olímpicas representaram, no quadro da construção do Estado Moderno e da sua identificação com a nação, um dos terrenos de afirmação das potências emergentes ao longo do século XX. Alicerçadas numa adesão intransigente aos valores do amadorismo da prática desportiva, as olimpíadas constituíam um baluarte desta visão elitista do desporto. Esta concepção do mundo, socialmente desigualitária e civilizacionalmente hierárquica, conheceu, por exemplo, em 1904, nos Jogos Olímpicos de St. Louis, com os *Anthropology Days*, um dos seus momentos mais controversos.⁵²

Tal como em outros países europeus, a introdução do desporto em Portugal foi feita por grupos sociais privilegiados e com forte influência britânica. Como mostra o trabalho de Manuela Hasse sobre corpo, lazer e desporto na transição do séc. XIX para o séc. XX, o acolhimento dos desportos fez-se no seio das elites. De notar que o primeiro acontecimento desportivo nacional terá sido uma regata de vela organizada em Paço d'Arcos, no ano de 1852, e promovida pelo conde de Alcáçovas. Num período em que a decadência física e moral da nação e a sua regeneração eram preocupações partilhadas por políticos, intelectuais e cientistas, “a navegação, o mar e o contacto com o ar marítimo eram

⁵² Num período de «performatividade polimórfica» em que o racismo científico se fundia com representações populares na afirmação da superioridade europeia, foi pedido em St. Louis, a «actores», contratados para representar nas «aldeias vivas» da Exposição Mundial os modos de vidas das diferentes «raças», que se envolvessem nas provas desportivas. Organizados por James Sullivan, então uma das mais poderosas figuras do desporto americano, os Jogos Olímpicos Especiais colocaram, durante dois dias, Ainus do Japão, Ameríndios do México, Pigmeus da África Central, Sírios e Turcos, entre outros povos «selvagens», em confrontos desportivos. Estes foram distribuídos entre provas desportivas «europeias», como as corridas de velocidade ou os saltos em altura e comprimentos, e as provas «tradicionais». Nos intervalos, os «atletas» executavam diferentes tipos de *performances* culturais «típicas», com destaque para a dança. Apesar do relativo insucesso desportivo e comercial dos *Anthropology Days*, os fracos resultados obtidos pelos «indígenas» serviram sobretudo para legitimar e confirmar as ideias dominantes sobre a superioridade «europeia». Os «selvagens» foram considerados incapazes de compreender as regras das práticas desportivas, ou seja, as bases do comportamento «civilizado», aprendidas nas semanas imediatamente anteriores. Susan Brownell, ed. *The 1904 Anthropology Days and Olympic Games, Sport, Race and American Imperialism* (Lincoln e Londres: University of Nebraska Press, 2008).

apontados como formas de higiene e terapêutica, um processo excepcional de fortalecer a saúde”.⁵³ A natação e o remo, mas também o ténis, a equitação, a esgrima ou o tiro constituíam outras das práticas físicas integradas neste universo de actividades de lazer. A divulgação do desporto, ou do *sport*, como era então designado, não se limitava ao exército, à marinha e às instituições escolares, onde predominava a prática da ginástica e, no primeiros caso, o domínio das armas de combate.

O entusiasmo em relação ao desporto e o alargamento para fora das esferas institucionais militares e de ensino resultavam da sua importação para um quadro mais amplo de actividades identificadas como práticas de distinção, entre as quais se destacavam as regatas. Ainda segundo Manuela Hasse, foi entre os frequentadores das estações balneares mais prestigiadas - Cascais, Paço d’Arcos, Algés, Aveiro, Figueira da Foz -, muitos deles parte das elites estrangeiras residentes, que se verificou “uma efervescência particular na promoção deste tipo de provas”, que representavam um “símbolo essencial na mobilização do interesse pela vida, forma conspícua de verdadeira afirmação social exemplo de filantropia e civilização.”⁵⁴ Luís Trindade referencia igualmente esta dimensão mimética da prática desportiva, através da qual as elites portuguesas procuravam emular, nas provas hípicas da Palhavã e nas regatas de Cascais, as corridas de Ascot ou as regatas de Henley, divulgadas através da *Ilustração Portuguesa*.⁵⁵

A sociogénese do desporto em Portugal, ligada à aristocracia, e com um declarado carácter lúdico e distintivo, por vezes associado a intenções beneficentes, concorreu para o frágil grau de estruturação e formalização destas práticas, quase sempre dependentes de entusiasmos pessoais, irregulares e muitas vezes fugazes. Apesar de se terem formado rapidamente as primeiras associações dedicadas ao *sport*, que se multiplicaram ao longo da segunda metade do século XIX⁵⁶, a organização de eventos desportivos era algo errática e a formalização das provas pouco definida, gerando muitas vezes divergências entre organizadores e

⁵³ Manuela Hasse, *O divertimento do corpo: corpo, lazer e desporto na transição do séc. XIX para o séc. XX em Portugal* (Lisboa: Editora Temática, 1999), 316.

⁵⁴ Hasse, *O divertimento...*, 327.

⁵⁵ Luís Trindade, «A imagem do Sportsman e o espectáculo desportivo», em *Uma História do Desporto em Portugal, Corpos, Espaços e Media*, coord. José Neves e Nuno Domingos, vol. I, *Corpos, Espaços e Media* (Vila do Conde: Quid Novi, 2011).

⁵⁶ Entre as mais significativas encontravam-se a Real Associação Naval (1956), Real Gymnasio Clube Português (1875), Club dos Aspirantes da Marinha (1888), Centro Nacional de Esgrima (1897).

participantes. Parte dessas discordâncias resultava do carácter ainda indistinto das actividades desenvolvidas.

Na transição do século, uma prova de vela e de natação assumia-se sobretudo como uma festa e um momento de socialização entre as classes privilegiadas, mesmo que em diferentes ocasiões atraísse alguns milhares de espectadores, sobretudo quando as actividades eram desenvolvidas nas frentes ribeirinhas. O programa de uma dessas festas, bastante participadas pelas mulheres, podia incluir uma corrida de barcas chatas ou a caça ao pato.⁵⁷ Esta presença feminina contradizia os argumentos de alguns divulgadores dos *sports*, que excluía as mulheres de muitas das suas actividades, limitando-as ao papel de espectadoras e de adorno dos verdadeiros *sportsman*. O desporto era um marcador emergente de virilidade masculina.⁵⁸

Vítor Costa, debruçando-se em maior detalhe sobre a velocipedia na passagem do século XIX para o século XX, relata atitudes semelhantes, não somente em relação às questões de género, mas também relativamente a uma tendencial indiferenciação entre o evento social e a prática desportiva, “apanágio de meios restritos e inserido num calendário mundano”⁵⁹. Assim, e apesar de em muitos sectores se procurar diferenciar o verdadeiro *sportsman* do diletante, levando mesmo o *Jornal da Noite*, dirigido por Vítor Pontes, futuro presidente do Comité Olímpico Português, a defender a necessidade de uma “verdadeira cruzada de desinfestação”,⁶⁰ a ideia de recreação e de festa associados ao *sport* persistiam.

Entre as primeiras actividades organizadas pela União Velocipédica Portuguesa, fundada em 1899, encontrava-se o excursionismo velocipédico, uma forma de cicloturismo institucionalizado, no qual, para surpresa de alguns, começaram a participar alguns membros de “grupos sociais menos favorecidos”.⁶¹ Pese embora uma certa componente conservadora dos *sports*, relacionada com o seu carácter elitista, foi justamente a sua dimensão recreativa que permitiu a participação dos mulheres nestes acontecimentos, “cujo espaço foi

⁵⁷ Hasse, *O divertimento...*, 327.

⁵⁸ George L. Mosse, *The Image of Man, The Creation of Modern Masculinity* (Oxford e Nova Iorque: Oxford University Press, 1996).

⁵⁹ Vítor Costa, «O desporto e a sociedade em Portugal, fins do Século XIX- Princípios do Século XX» (tese de mestrado em História Social Contemporânea, Lisboa, ISCTE, 1999), 12.

⁶⁰ Citado por Costa, «O desporto...», 5.

⁶¹ Costa, «O desporto...», 70.

progressivamente penetrado e ocupado pelo elemento feminino”.⁶² Como poderemos ver adiante, a velocipedia assumiu-se, antes de qualquer outra modalidade, como a prática recreativa e mundana que mais rapidamente foi dominada perante a pulsão do recorde.

Carlos Paula Cardoso dá conta, na sua obra sobre a história do atletismo em Portugal, de uma festa organizada pelo Campo Grande Football Club, em 1906, a qual incluía “corridas de cavalos, corridas de burros, corridas pedestres de velocidade e obstáculos e ainda um *match* de futebol”.⁶³ Salazar Carreira, um dos nomes fundamentais da história do desporto em Portugal na primeira metade do século XX, salientou a exclusividade de um evento organizado pelo mesmo clube um ano antes.⁶⁴ O acontecimento, mesmo apresentando uma dimensão competitiva, onde se registava a presença de cronómetros, foi “uma festa reservada a convidados”, “numerosos e finíssimos”, e aos quais se serviu um “finíssimo *lunch*”. Do programa desportivo constavam provas de atletismo e provas hípicas.⁶⁵ Os preços de inscrição para o I Cross Country Nacional – organizado pela Liga Sportiva de Trabalhos Atlético -, por exemplo, eram considerados “quase proibitivos”, oscilando entre os 2\$50 para as inscrições individuais e os 10\$00 para as colectivas. Deste modo, estabeleciam-se as fronteiras sociais que delimitavam o universo dos participantes, excluindo à partida atletas de origens mais modestas.⁶⁶

O desporto, ainda *sport*, permanecia, portanto, o reduto de uma condição social privilegiada. A indefinição dos *sports* resultava ainda da sua inscrição num universo de práticas recreativas modernas. A sua integração num universo dos lazeres e dos tempos livres pouco especializado garantia-lhe um significado social particular. A sua presença ao lado das artes era comum em algumas publicações

⁶² Costa, «O desporto...», 87.

⁶³ Carlos Paula Cardoso, *História do Atletismo em Portugal* (Lisboa: Clube do Coleccionador dos Correios, 2000) 14.

⁶⁴ Médico. Foi praticante de ginástica, esgrima, natação, andebol, rãguebi e ténis, sempre pelo Sporting Clube de Portugal, destacando-se no atletismo, em particular nas corridas de velocidade. Foi presidente do Sporting, da Federação Portuguesa de Atletismo, da Federação Portuguesa de Futebol, da Associação de Atletismo de Lisboa, da Associação de Rãguebi de Lisboa e da Confederação dos Desportos. Foi, igualmente, inspector dos Desportos entre 1944 e 1964, para além de ter publicado diversas obras sobre desporto e colaborado com vários periódicos desportivos, com destaque para *Os Sports*. Foi um dos principais teorizadores da política desportiva do Estado Novo.

⁶⁵ Salazar Carreira, «Evolução dos récores nacionais, apontamentos para a história do atletismo português», *Boletim da Direcção Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar*, fascículos I, II, III e IV (1945), 23-24.

⁶⁶ Cardoso, *História do...*, 26.

da época. Até meados da década de vinte, continuava a ser possível encontrar periódicos que se dedicavam ao relato desse universo de práticas elitistas, onde se incluíam a fotografia, o cinema, a literatura, o teatro e outras artes performativas, mas também o turismo e até mesmo a ciência.⁶⁷

Oscilando entre o acontecimento desportivo, o evento social e a manifestação de determinada sensibilidade plástica corporizada na figura do *sportsman*, os *sports* integravam-se num “processo de estetização geral de um quotidiano invadido pelas imagens produzidas pelos novos mecanismos da cultura de massa. Imagens que, por outro lado, funcionavam decisivamente para se poderem pensar novas dimensões da existência e, sobretudo, um novo lugar do corpo na hierarquia das representações.”⁶⁸ O corpo ideal deveria, assim, ser moldado por um justo equilíbrio entre elegância e resistência. Atraente, sólido e robusto, o corpo, imagem de força, energia, saúde e beleza, encarnava o espírito de aventura, o cavalheirismo, a gentileza ou capacidades como a coragem e o auto-controle, “garantia de poder enfrentar com sucesso os obstáculos da própria sobrevivência sem ser derrubado aos primeiros embates”.⁶⁹ Estes encontravam-se aptos à reprodução das novas gerações e a preservação da raça, mas também “mais apropriados a garantirem as possibilidades de enfrentarem as exigências impostas por uma sociedade original a erguer e os esforços de natureza intelectual, física, psíquica e nervosa que uma economia mais sólida, e um trabalho de características diferentes, reclamavam”.⁷⁰ A emergência do *homem de sport* não deve, contudo, ser pensada somente como “um dos símbolos dessa nova presença que era o corpo apenas na medida em que agora havia novas máquinas – a fotografia e o cinema – para o mostrar” mas também como o reflexo de um processo de “adaptação em que as elites tradicionais procuraram negociar o seu

⁶⁷ Vejam-se apenas os títulos de algumas revistas e periódicos publicados até ao fim do primeiro quartel do século, representativas de uma certa concepção de lazer. Em 1897, surgiu *O campeão: revista theatral e de sport*; em 1899, *A mariposa: semanário literário e de sport*; em 1902, *O aristocrata: semanário literário, científico, illustrado e de sport*; em 1904, *O aventureiro. Semanário literário, crítico, theatral e de sport*; em 1910, *Lettras e Sport: revista literária, sportiva e theatral*; em 1918, a *Gazeta Teatral: teatro música, cinematografia, sport*; em 1923, a *Revista Portuguesa: literatura, crítica de arte, sport, teatro, música e vida estrangeira*; em 1927, *Arte e sport: Ilustrado*; em 1928, *A Ribalta: publicação literária de teatro, cinema, sport e tauromaquia*.

⁶⁸ Trindade, «A imagem...», 122.

⁶⁹ Hasse, *O divertimento...*, 332.

⁷⁰ Hasse, *O divertimento...*, 333.

estatuto no interior de novos hábitos”,⁷¹ (Trindade, 125) no âmbito de um processo de recomposição do campo das classes dominantes.

A descrição de uma nova figura, de contornos socialmente vinculados, da paisagem urbana mobilizava o interesse da imprensa na passagem do século. Desde o *Gymnasta* (1882), passando pelo *Tiro Civil* (1901), até ao *Tiro e Sport* (1906), multiplicaram-se os debates, em torno do que caracterizava este novo tipo social moderno. Apesar dos inúmeros argumentos em jogo, um conjunto de critérios físicos, psicológicos, morais e, evidentemente, sociais, era partilhado por todos os proponentes. Em primeiro lugar, a possibilidade da prática do *sport* era ela mesma tida como uma manifestação de um privilégio hereditário dependente de uma posição social anteriormente estabelecida. Por outro lado, o *sportsman*, era também definido, antes de mais, como alguém que se distinguia das classes populares – porque o *sport* era uma actividade dispendiosa, para a qual eram necessários determinados recursos económicos. O *sport*, como outros fenómenos mundanos, constituía um terreno privilegiado para a reconfiguração do campo das classes dominantes e a integração das novas elites. Um terreno de sociabilidade onde se diluíam, no caso português, as diferenças entre a aristocracia e a alta burguesia.

Continuava a predominar, no seio destes grupos sociais, uma visão do mundo centrada na prática desportiva como um fim em si mesmo, logo distintiva, e não como um meio para atingir a notoriedade ou a promoção social, ainda que fosse, necessariamente, a consequência dessa forma de expressão de um espírito e de um corpo cultivados ao longo de gerações. O *sport*, para o ser, deveria ser uma prática materialmente desinteressada e as vitórias conquistadas apresentavam um valor meramente simbólico. A hegemonia destes valores do amadorismo e do cavalheirismo, a tradução nacional da ideia de *fair-play*, foi contestada e rapidamente colocada em causa.

A popularização do desporto no final do século decorreu deste processo contraditório, já que a espectacularização dos feitos do “*sportsman* aristocrático correspondeu assim à primeira explosão de popularidade do *sport*”.⁷² A espectacularização e a comercialização do *sport*, aquilo que Hargreaves chama de

⁷¹ Trindade, «A imagem...», 125.

⁷² Trindade, «A imagem...», 136.

espectadorização,⁷³ desempenharam um papel preponderante na divulgação do desporto. A crítica do amadorismo foi, contudo, um dos traços desta trama, em grande medida guiada pelos meios de comunicação social, tendo implicado a reconfiguração da hierarquia entre diferentes modalidades. Estas alterações, mais do que indicarem um processo de difusão cultural e ideológica de cima para baixo, incitam a analisar esta questão a partir de outras linhas de análise.

A hegemonia do ideário amador na prática desportiva até ao primeiro quartel do século XX resultou da sua associação a grupos sociais privilegiados e da exclusão de elementos das classes populares de um determinado segmento do campo dos lazeres. O profissionalismo era sinónimo de uma posição social inferior, de uma forma impura, que pervertia o princípio do “amor à arte” como um fim em si mesmo, mesmo quando se encorajava, noutros contextos nacionais, a competição entre os melhores amadores e os profissionais.⁷⁴ No âmbito deste quadro de valores, profissionalismo desportivo era tratado como uma impossibilidade lógica. O amadorismo condensava uma relação com a prática desportiva definida pelo *fair-play*, pelo desportivismo, pelos valores morais e educativos produzidos pela competição em espíritos representados como superiores. Idênticos valores poderiam, nos espíritos ditos menos preparados, instilar graves deformações morais. O espírito amador pretendia cultivar um carácter mais resiliente e voluntarioso ou inculcar valores de respeito pelo adversário e de identificação nacional. Isso implicava secundarizar a vitória e a relação agónica com os opositores, elementos indispensáveis nos processos de desenvolvimento do desporto competitivo.

Contudo, como refere Eric Hobsbawm, no contexto da análise da produção em massa de tradições na Europa entre 1870 e 1914, o desporto, associado às classes ociosas, transformou-se numa tradição das classes laboriosas. Se o conjunto de tradições a que se referem Hobsbawm e Ranger foram em grande medida inventadas pelo Estado Moderno, não deixaram também de ser construídas pelos movimentos sociais e pelas classes subalternas numa Europa em rápida transformação. O desporto, tal como, por exemplo, as manifestações do dia

⁷³ John Hargreaves, *Sport, power and culture, A social and historical analysis of popular sports in Britain* (Oxford: Polity Press, 1986).

⁷⁴ Barry Smart, *The Sports Star, modern sport and the cultural economy of sporting celebrity* (Londres: Sage, 2005), 60.

do trabalhador, 1º de Maio, tornou-se numa importante manifestação cultural das classes laboriosas.

Segundo Hobsbawm, o futebol adquiriu em Inglaterra, entre os anos setenta do século XIX e o final da década seguinte, os traços institucionais e rituais que ainda hoje nos são familiares: o profissionalismo, o campeonato nacional, a Taça (com a sua peregrinação anual de demonstração do triunfo proletário à capital), o ritual de sábado à tarde, e as rivalidades, geralmente entre as duas metades da mesma cidade.⁷⁵ Não se pode, todavia, considerar que este processo de popularização tenha seguido os mesmos ritmos e se tenha manifestado de forma semelhante em todos os contextos. Mesmo na Inglaterra da segunda metade do século XIX, a estrutura do futebol profissional era bastante diferente da de modalidades onde prevaleciam outros grupos sociais. Vejam-se os casos do rãguebi, críquete ou do boxe, que faziam já parte de um universo de lazer das classes trabalhadoras.⁷⁶

A análise da introdução e desenvolvimento do desporto em diferentes contextos deve, por conseguinte, concentrar-se, seguindo Hobsbawm, na politização destas actividades, e na sua relação com o trabalho organizado, ou, posto de outra forma, na sua relação com a estrutura de classes e diferentes instituições, como o estado, a igreja ou os sindicatos, por exemplo. No caso inglês, a invenção do desporto das classes médias e destinado a elas, combinou o elemento político e o social. Por um lado, contribuiu para a formação de uma nova elite que, de diferentes formas, complementou, competiu ou substituiu os anteriores modelos antistocrático-militares. Por outro, representou um esforço consciente por parte destas classes altas, conservadoras ou liberais, para fixar barreiras em relação às massas, ao destacar o amadorismo como o modelo ideal da prática desportiva no ténis e no rãguebi, por oposição ao futebol.⁷⁷ O desporto tornou-se, assim, um dos principais elementos destas tradições inventadas, permitindo distinguir, no interior de “comunidades nacionais”, diferentes classes ou estratos sociais.

⁷⁵ Eric Hobsbawm, «Mass-producing traditions: Europe 1870:1914», em *The invention of tradition*, ed. Eric Hobsbawm e Terence Ranger (Cambridge: Cambridge University Press, 2003), 303.

⁷⁶ Hobsbawm, «Mass-producing traditions...», 299.

⁷⁷ Hobsbawm, «Mass-producing traditions...», 306.

Se o desporto serviu como um dos elementos de construção de um nacionalismo banal, ou seja uma das formas de inscrição das identificações nacionalistas no quotidiano,⁷⁸ não deixou também, no interior de cada espaço nacional, de se assumir como um marcadores das fronteiras de classe que dividiam a nação. Do ponto de vista das classes dominantes estas fronteiras foram traçadas de três formas: “by maintaining aristocratic or middle-class control of governing institutions, by social exclusiveness or, more commonly, by the high cost or scarcity of the necessary capital equipment (real tennis courts or grouse-moors), but above all by the rigid separation between amateurism, the criterion of sport among the upper strata, and professionalism, its logical corollary among plebeians rarely developed consciously as such.”⁷⁹ A análise da constituição do movimento olímpico português e o seu lugar no campo desportivo no início do século XX, depois desta primeira fase de introdução dos desportos, permite ilustrar algumas destas tensões e ao mesmo tempo indicar especificidades nacionais.

Comité Olímpico Português e o modelo aristocrático-militar

A primeira participação portuguesa nos Jogos Olímpicos deu-se nos Jogos de Estocolmo, realizados em 1912⁸⁰. Em 1909, um ano após a quarta edição dessa competição, realizada em Londres, foi fundada a Sociedade Promotora de Educação Física Nacional (SPEFN). A esta Sociedade “competia fazer a coordenação das actividades dos clubes e promover iniciativas para o desenvolvimento da Educação Física do País -, mercê do impulso e entusiasmo do médico José Pontes e de Jaime Mauperrin dos Santos, director da Escola Académica.”⁸¹ Mas, mais do que cuidar do desenvolvimento da educação física no país, a SPEFN, em parceria com a Liga Sportiva de Trabalhos Atlético, organizou os primeiros Jogos Olímpicos Nacionais em 1910. Estes tinham como objectivo seleccionar os atletas que representariam Portugal no certame

⁷⁸ Michael Billig, *Banal Nationalism* (Londres: Sage, 2004), 122-125.

⁷⁹ Hobsbawm, «Mass-producing traditions...», 306.

⁸⁰ Os primeiros Jogos Olímpicos da era moderna decorreram em 1896, em Atenas.

⁸¹ Rodrigo António Pinto, *Portugal nos Jogos Olímpicos do Século XX* (Lisboa: Comité Olímpico de Portugal, 2004), 18.

internacional seguinte e também “custear a deslocação dos atletas à Suécia, o que foi feito através da realização de vários festivais e saraus”, nos quais colaboraram figuras como Pedro del Negro e o Dr. César de Melo.⁸²

A SPEFN esteve, portanto, na origem do Comité Olímpico Português (COP) que “terá resultado, afinal, de uma reunião, em 1912, no Centro Nacional de Esgrima, entre os dirigentes da SPEFN, jornalistas e delegados das colectividades desportivas”.⁸³ O COP foi oficialmente criado em 1912, meses antes dos Jogos de Estocolmo, de modo a formalizar a possibilidade da participação portuguesa. Alguns anos antes tinham-se efectuado os primeiros contactos para a criação do COP entre o Rei Dom Carlos, e o Barão Pierre de Coubertin, fundador do movimento olímpico moderno, no sentido de Portugal passar a integrar o Comité Olímpico Internacional. Tais contactos foram mediados pelo médico da Casa Real Dr. António de Lancastre, que então residia em Paris, e que foi o primeiro representante português no COI, entre 1909 e 1912. Entre 1912 e 1940 esse cargo foi desempenhado ininterruptamente pelo Conde de Penha Garcia. O COP, por sua vez, foi liderado por Mauperrin dos Santos até 1918. Seguiu-se um breve consulado de Prestes Salgueiro até 1923 para José Pontes comandar os destinos do movimento olímpico português durante mais de vinte anos, entre 1924 e 1956.

As origens aristocráticas do movimento olímpico moderno manifestavam-se composição dos diferentes organismos que tutelavam o desporto olímpico mas também no perfil social dos atletas olímpicos portugueses. As participações portuguesas nos Jogos Olímpicos entre 1912 e 1928 - ano da primeira participação da selecção nacional de futebol na prova - são ilustrativas. Em Estocolmo participaram nos JO 2484 homens, 57 mulheres, em representação de 28 países. A comitiva portuguesa, “sem o subsídio do governo e com uma atmosfera de inconsciente hostilidade, porque a maioria ainda não reconheceu o

⁸² Pinto, *Portugal nos...*, 18.

⁸³ «A primeira Comissão Executiva foi constituída pelo Conde de Penha Garcia, presidente de honra, Dr. Jaime Mauperrin dos Santos, presidente do executivo, que tinha Manuel Egreja, D. António de Lancastre e Carlos Bleck, como vice-presidentes; José Pontes, secretário-geral; Armando Machado, Aníbal Pinheiro e Duarte Rodrigues, secretários; Álvaro de Lacerda, António Osório, Daniel Queiroz dos Santos, Guilherme Pinto Basto, Dr. Francisco Pinto de Miranda, Dr. António de Sá e Oliveira e Fernando Correia». Pinto, *Portugal nos...*, 19.

grande valor patriótico da sua iniciativa”,⁸⁴ foi constituída por seis atletas, que participaram nas provas de atletismo, esgrima e luta grego-romana. Entre a comitiva portuguesa, destacavam-se nomes como António Stromp, um *sportsman* que esteve na fundação do Sporting Clube de Portugal e que se notabilizou no futebol e no atletismo, e Armando Cortesão⁸⁵. De fora, por falta de verbas, e apesar da subscrição pública para angariação de fundos aberta pelo Presidente da República, ficaram quatro atletas previamente seleccionados, dos quais vale a pena destacar D. Sebastião de Herédia, “uma das mais marcantes figuras dos primeiros anos do desporto em Portugal”.⁸⁶

De facto, a falta de interesse público pelas competições olímpicas poderá, em parte, ser justificada pela génese e composição elitista do movimento olímpico português. As subscrições públicas e os saraus organizados para reunir contributos monetários foram um fracasso. Uma gala organizada no Coliseu dos Recreios, em dia de greve dos eléctricos em Lisboa “quase não teve espectadores”⁸⁷ e “o esgrimista Sebastião de Herédia e os atletas Correia Leal e Matias Carvalho tiveram de ficar em Lisboa”.⁸⁸

Nem mesmo referido apoio de algumas das mais importantes famílias do país conseguiu suprir a lacuna do investimento público na participação nacional, indelevelmente marcada pela morte de Francisco Lázaro, a 15 de Julho de 1912, durante a prova da maratona. De facto, Lázaro o único atleta de origens sociais modestas – carpinteiro numa fábrica de carroçarias de automóveis situada no

⁸⁴ Romeu Correia, *Portugueses na V Olimpíada, Jogos Olímpicos de 1912, Subsídios para a história do desporto português* (Lisboa: Notícias D.L., 1988), 48.

⁸⁵ Armando Zuzarte Cortesão foi engenheiro-agrónomo, colonialista e historiador. Em 1919 foi nomeado chefe da Repartição de Agricultura no Ministério das Colónias. Em 1924 foi nomeado Agente Geral das Colónias, tendo sido o comissário geral de Portugal na Exposição Internacional de Antuérpia. Foi igualmente autor de numerosos estudos no campo da investigação histórica. No atletismo, representou entre 1911 e 1913 o Clube Internacional de Futebol, tendo-se destacado nas provas de 200, 800 e 1000 metros. Foi, juntamente com António Stromp e Francisco Lázaro, um dos três membros da primeira comitiva Olímpica Portuguesa. Nos Jogos Olímpicos de Estocolmo, em 1912, participou nas provas de 400 e 800 metros. «Cortesão (Armando Zuzarte)», em *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. VII (Lisboa e Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia Limitada, s.d.), 816.

⁸⁶ Foi igualmente dos primeiros sócios do CIF, do Sporting Clube de Portugal e do Carcavelinhos (que haveria de dar, depois, origem ao Atlético Clube de Portugal), jogou futebol, hóquei em campo e ténis. Formou-se em Engenharia Química no Instituto Superior Técnico. Depois de uns estágios diversificados fez parte do grupo de engenheiros da firma Mason & Barry que explorava as minas de cobre no Alentejo, em São Domingos, sendo director da unidade fabril aí existente. Mário Gentil Quina, coord., *Olimpícos de Portugal, 1912-2008* (Lisboa: Instituto do Desporto de Portugal, 2008), 256 e 257.

⁸⁷ Pinto, *Portugal nos...*, 42.

⁸⁸ António Simões, *Desporto com Política* (Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2011), 55-56.

Bairro Alto –, que integrou a comitiva olímpica com o apoio financeiro de D. José de Mascarenhas e da família Pinto Basto, representou a única nota dissonante neste desinteresse popular pela participação olímpica.⁸⁹ Quando, a 24 de Setembro de 1912, mais dois meses depois da sua polémica morte, foi realizado o seu enterro, no Cemitério de Benfica, incorporaram-se no funeral “numerosas representações desportivas e grande massa de povo”.⁹⁰

Depois da interrupção provocada pela I Guerra Mundial, os Jogos Olímpicos voltaram a realizar-se, em 1920, na cidade de Antuérpia. Participaram 2561 homens e 63 mulheres em representação de 29 países. Portugal esteve representado por 14 atletas em duas modalidades: esgrima e tiro. O quarto lugar colectivo na prova de espada foi o melhor resultado da comitiva portuguesa. A importância das modalidades de cariz militar nas representações olímpicas portuguesas manteve-se nos jogos seguintes, realizados em Paris, em 1924. Portugal fez-se representar por 28 atletas, dos quais 22 faziam parte das equipas de hipismo, esgrima e tiro. Nesse ano, Portugal também participou nas provas de atletismo, natação, vela, ténis e halterofilismo.

A preparação para os jogos caracterizou-se, mais uma vez, pelas dificuldades financeiras. A subscrição pública, que teve como primeiro aderente o Presidente da República, Teixeira Gomes, e o auxílio dos clubes desportivos, mostrou-se insuficiente para financiar a comitiva. Em 1924, no entanto, o Ministério da Instrução e os Ministérios da Guerra e da Agricultura, contra o que havia sido antes estabelecido em termos de financiamento público, acabaram por suprir as lacunas, mesmo que se tenham verificado algumas falhas. As montadas portuguesas, por exemplo, chegaram apenas uma semana antes dos jogos e para o seu regresso teve que ser pedido um empréstimo à Legião Portuguesa em Paris.⁹¹ Apesar de todas estas dificuldades, ficou para a história a primeira medalha olímpica portuguesa em hipismo, na prova de obstáculos, decorreu do terceiro

⁸⁹ Como notou Romeu Correia «Data de 1911 a subida surpreendente da sua popularidade, como jamais algum desportista conseguira até então. Invencível em longas distâncias, o nome de Lázaro, tão fácil desde o ressuscitado da Bíblia, é vedeta em todas as corridas de longo curso. Através da fotografia, testemunhamos grandes aglomerações junto da meta, no Lumiar. Aí se observam janotas de *palhinhas*, comerciantes bem nutridos, sopeiras fardadas de avental branco, sem faltarem os embasbacados saloios, embarretados, que, dos arredores traziam as hortaliças». Correia, *Portugueses na...*, 99.

⁹⁰ Correia, *Portugueses na...*, 105. Sobre Francisco Lázaro veja-se ainda Alexandre Miguel Mestre, *Ou Ganho ou Morro!, Francisco Lázaro: A Lenda Olímpica* (Porto: Afrontamento, 2012).

⁹¹ Quina, *Olimpicos de...*, 24 e 197.

lugar colectivo. Na sua maioria, a equipa de hipismo era composta por oficiais do exército⁹².

Destacavam-se ainda na comitiva portuguesa, na esgrima, João Sasseti (editor musical) e Paulo D'Eça Leal. O caso de Paulo D'Eça Leal é exemplar. O atleta provinha de “uma família relacionada com os mais importantes meios literários e artísticos da capital e, até, com alguma boémia, da qual, ele próprio foi um impenitente cultor. Alto, vigoroso, elegante e extremamente cuidadoso com a sua imagem, dele se chegaria a dizer que «dava um toque com a elegância de quem oferece uma flor». Muito viajado, para além do perfume da sua esgrima, terá deixado pelos países por onde andou belas e efémeras ligações e, segundo se dizia, gastos algo vultuosos”.⁹³ D'Eça Leal encarnava, em meados da década de 1920, o perfil, definido em finais de oitocentos, do *sportsman*.

Assim, e apesar da mudança de regime e consolidação do regime republicano em Portugal, até 1924 as origens sociais dos representantes olímpicos portugueses não se alteraram substancialmente. Aristocratas, altos funcionários de estado e militares compunham as comitivas portuguesas, dominadas pela esgrima, hipismo e o tiro. Para além deste aspecto, a dispersão dos atletas portugueses por diferentes disciplinas, reflectia o amadorismo e o espírito diletante que os caracterizava, comprometendo os resultados nas competições. Os poucos êxitos tornavam-se, aliás, tema recorrente nos debates públicos.

Mesmo num período em que, como referimos, as participações olímpicas adquiriram um sentido político e nacionalista que extravasava em muito a natureza desportiva do evento, a imprensa portuguesa não concedeu uma importância condizente à conquista da primeira medalha olímpica por representantes portugueses. *O Diário de Notícias*, por exemplo, deu conta do feito, na sua edição de 28 de Julho de 1924, numa pequena caixa de três parágrafos, através dos quais se informavam os leitores de que “Na Prova Equestre «Prémio das Nações», classificaram-se nos três primeiros lugares, respectivamente, as equipas da Suécia, Suíça e Portugal”. Depois de mencionar os

⁹² A medalha de bronze foi conquistada pelos cavaleiros Aníbal Borges de Almeida (capitão do exército), Hélder de Sousa Martins (tenente do exército, secretário do general Domingos de Oliveira, presidente do Conselho de Ministros em 1920), José Mouzinho de Albuquerque (capitão do exército) e Luís Cardoso de Menezes (conde de Margaride). Este último viria a ser director da Federação Portuguesa de Produtores de Trigo, entre 1936 e 1947, para além de ter ocupado outros cargos nas esferas desportiva, política e económica.

⁹³ Quina, *Olímpicos de...*, 234.

resultados das participações individuais portuguesas nessa prova, o pequeno artigo concluía com a nota de que “a bandeira portuguesa foi ancorada no mastro olímpico ao lado das outras duas nações. As equipas concorrentes à prova foram em número de treze.”⁹⁴

A notícia do resultado da equipa portuguesa chegou também com uma semana de atraso ao *Diário de Lisboa*. Na primeira página da edição do dia 28 de Julho, publicaram-se dois telegramas recebidos naquele mesmo dia de Paris. No primeiro deles, com data de 21, dava-se conta que a “equipe portuguesa classificou-se em terceiro lugar, entre as 13 nações concorrentes” na prova que havia decorrido no dia anterior. No segundo telegrama, com data desse mesmo dia 28, dava-se conta da classificação geral das nações concorrentes aos Jogos Olímpicos, liderada pelos Jogos Olímpicos. Por entre críticas à forma como tal classificação foi concebida, “cozinhada pelos jornais franceses, para colocar o seu país em terceiro lugar nas competições desportivas mundiais”, o jornal não deixava de se regozijar “com a bela classificação obtida pelos cavaleiros portugueses que confirma a *clam* de que há dias falámos”.⁹⁵

O tom utilizado por Norberto de Araújo, numa crónica de dia 31 de Julho, na qual realizou o balanço geral da participação olímpica portuguesa, não poderia, porém, ser mais ácido. O jornalista considerava que, em Paris, “os portugueses só fizeram boa figura na esgrima e na cavalaria.” O resultado parecia-lhe absolutamente lógico já que “andar a cavalo e terçar armas foi sempre o nosso forte. Toda a nossa história é feita de capa e espada e de justas de canas. Assim, nós não fomos para Paris para fazer *sport*, apresentar habilidades físicas tiradas à custa do trabalho, estudo e método.” Por oposição ao sucedido nos desportos modernos, sobretudo no atletismo, devido ao seu deficiente desenvolvimento em Portugal, o desempenho nacional naquelas modalidades, foram para o articulista, “apenas a representação do nosso feitio, da nossa moral, do nosso «estilo». Eles, os outros, faziam o presente. Nós, como sempre, o passado”. O falhanço nas provas náuticas era justificado por Araújo com os mesmos argumentos com que outros defendiam a superioridade nacional nas modalidades militares. Assim, “se não ganhamos todas as corridas de vela, foi porque elas eram num lago. Ora nós

⁹⁴ «Jogos Olímpicos Internacionais, Portugal alcança o 3.º lugar na prova hípica ‘Prémio das Nações’», *Diário de Notícias*, 28 de Julho, 1924: 5.

⁹⁵ Sem título, *Diário de Lisboa*, 28 de Julho, 1924: 1.

não descobrimos a Índia num lago. Para correr vela, até o Oceano foi pouco. Que fará uma piscina de patos em Paris.”

Nesta sardónica apreciação à participação portuguesa em mais uma edição dos Jogos Olímpicos, não escaparam igualmente os distintos *sportsmen* portugueses e as lógicas dominantes no desporto nacional, já que “os autênticos homens de Sport somos nós. Assim é que é fazer sport. Sport – desporto – é uma pessoa entreter-se ao ar livre para ganhar saúde. Para encher os pulmões de ar fresco. Para divertir o corpo com benefício para o corpo – ainda que às vezes com prejuízo para o espírito. Numa palavra: brincar. E ainda é melhor homem de sport o que mais amador for”.⁹⁶

Em resumo, a par das dificuldades financeiras e organizativas, as primeiras participações portuguesas nos Jogos Olímpicos reflectiam ainda a hegemonia das classes sociais responsáveis pela introdução do desporto em Portugal, a persistência do amadorismo, a importância de modalidades de cariz aristocrático e militar, caracterizadas pela necessidade de equipamento raro e de alto custo, obstáculos incontornáveis à sua popularização, e, finalmente, por uma concepção mais distintiva do que competitiva dos desportos modernos.

Apesar das especificidades do caso português, a integração do desporto nacional no movimento olímpico marcou uma gradual primazia da prática desportiva competitiva sobre os eventos sociais e as concepções higienistas. A afirmação da competição desportiva era um processo “inevitável” e “progressivo”, ainda que “conflituoso”,⁹⁷ resultado da codificação, isto é, da regulamentação e uniformização das regras. A participação portuguesa nos Jogos Olímpicos de 1912 havia sido considerada uma forma de aproximação à Europa civilizada e aos avanços evolutivos do tempo. As vitórias adquiriam ali um sentido que ultrapassava, em muito, o meramente desportivo. Os Jogos Olímpicos, como outros grandes eventos internacionais, tornaram-se um palco privilegiado para a afirmação das nações e para a definição do seu lugar na hierarquia civilizacional, num contexto em que a expansão imperial marcava as relações internacionais. Como nota Francisco Pinheiro, a propósito da primeira participação portuguesa no torneio olímpico, “em inícios de 1912, a impossibilidade do jovem Governo republicano português financiar uma equipa

⁹⁶ «As olimpíadas/ Lisboa no Verão», *Diário de Lisboa*, 31 de Julho, 1924, 3.

⁹⁷ Elias, *A Busca...*, 300.

nacional, para participar nos jogos desse mesmo ano, em Estocolmo, foi uma notícia que abalou negativamente a imprensa desportiva portuguesa e a própria moral lusitana.”⁹⁸

O triunfo do modelo competitivo, imposto pela integração do desporto português em redes internacionais, não implicou, de imediato, uma democratização da prática, nem uma transformação significativa na origem social dos atletas olímpicos. No entanto, ganhar, superar recordes e conquistar troféus tornaram-se os objectivos centrais do desporto, ainda que, e como obrigava a lógica do amadorismo, devessem ser procurados idealmente como um fim em si mesmo, ou para o engrandecimento nacional, e não como um meio de obtenção de recompensas materiais. A par desta vontade de ganhar, o aumento do interesse do público por modalidades como o ciclismo, o boxe e o futebol e a comercialização destes desportos, acabou por definir a transformação do campo desportivo em Portugal.

Alargamento e popularização do campo desportivo: o ciclismo e o boxe

À margem do Comité Olímpico, e impulsionado por diferentes forças sociais e económicas, desenvolvia-se, a um ritmo acelerado, um outro universo desportivo. O velódromo do Jardim Zoológico, um dos poucos espaços, para além do Real Velo Club do Porto e o do Clube dos Caçadores, em Viana do Castelo, com condições para acolher provas desportivas, recebia, já na primeira década do século XX, multidões de 3 a 5 mil pessoas para assistir às provas de ciclismo. Nessa época, as corridas ainda eram realizadas em modelos tradicionais, ou seja, a partir de uma estrutura competitiva baseada no desafio, cujos resultados eram reconhecidos e homologados por regras locais, definidas pela União Velocipédica Portuguesa, criada em 1899.⁹⁹ Apenas quatro anos antes tinha decorrido no

⁹⁸ Francisco Pinheiro, «Primeira República e desporto: a ideia de herói nacional em tempo de crise», Comunicação apresentada no XXX Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social, Lisboa, ISEG, 19-20 de Novembro de 2010, em: www.iseg.utl.pt/aphes30/docs/progdocs/Franciscopinheiro.pdf acedido a 8 de Novembro de 2011, 8.

⁹⁹ Costa, «O desporto...», 94 e 113. A União Velocipédica Portuguesa foi formada pelo Real Ginásio Clube (Português), Clube Velocipédico de Portugal, Velo Clube de Lisboa, Sport Clube

Hipódromo de Belém a primeira competição oficial de ciclismo no país, integrada num festival desportivo promovido pelo Real Ginásio Clube.¹⁰⁰

No momento em que se separaram os praticantes de excursionismo, interessados em higiénicos e recreativos passeios de bicicleta com vista a merendar na província, e os perseguidores de recordes, o sector desportivo levou vantagem. Este facto acompanhava as tendências “que se vinham afirmando universalmente”, assistindo-se “a um período de verdadeira febre de records nacionais”, em pista e em estrada.¹⁰¹ O público, atraído pela competição, não só acorria em massa a esses eventos como “escolhia favoritos, fazia prognósticos e discutia os resultados. A sua participação constituía-se como uma forma de lazer que ia atingindo camadas cada vez mais vastas da sociedade.”¹⁰² Poucos atletas terão encarnado melhor, e de forma tão prematura, estas tendências do que José Bento Pessoa, considerado o primeiro ciclista profissional português.¹⁰³

Associada à penetração de diferentes forças económicas, entre as quais se encontravam os empresários que organizavam as provas nos velódromos, a profissionalização no ciclismo impôs-se rapidamente, abrindo às classes populares a possibilidade de promoção social através da actividade desportiva. Fazia-se, assim, o corte com as lógicas do privilégio social que definiam o *sportsman* e com a ideologia do desinteresse que caracterizava o atleta amador. Era na competição entre os homens “pagos para correr mais rápido do que outros e, com isso, afirmarem a qualidade de umas máquinas sobre outras” que se tornava possível identificar “um novo campo de *mise en scène* de uma ideologia do talento e do esforço recompensados pelos espectadores”.¹⁰⁴ No início da prova, o concorrente surgia apresentado com a sua máquina, uma *Clement* ou *Adler*, que, em 1915,

de Lisboa, Grupo Velódromo D. Carlos, Velo Clube do Porto e Ginásio Clube Figueirense. Miguel Barroso, *História do Ciclismo em Portugal* (Lisboa: CTT, 2001) 26.

¹⁰⁰ Barroso, *História do...* 18.

¹⁰¹ Costa, «O desporto...», 105-106.

¹⁰² Costa, «O desporto...», 97-98. Romeu Correia, por exemplo, indica uma receita de 3600\$00 escudos para uma prova velocipédica realizada em 1894, cerca de 100 contos a preços de 1980. Na mesma época, numa outra prova o prémio para o atleta vitorioso foi uma medalha de ouro «com o preço equivalente a 20 contos oficiais». Romeu Correia, *A história do ciclismo português* (Alcobaça: Edição de Autor, 1980), 27.

¹⁰³ Romeu Correia, *José Bento Pessoa, Biografia* (Figueira da Foz: Casino Figueira, 2008).

¹⁰⁴ Ana Santos, *Volta a Portugal em Bicicleta, Territórios, Narrativas e Identidades* (Lisboa: Mundos Sociais, 2011), 24-25.

custava cerca de 85\$00, “o que representava 170 dias de trabalho de um operário”.¹⁰⁵

O espectáculo, estimulado pelas entradas pagas, passou para as estradas do país. A distância percorrida pelos atletas aumentou gradualmente e as corridas passaram a ligar as grandes cidades, seguindo um modelo comum em toda a Europa. Ainda mais do que nos velódromos, a influência dos interesses comerciais da imprensa e das marcas de bicicletas e seus representantes – apostados em divulgar os seus modelos e gerar uma apetência para a sua aquisição – é essencial para se compreender a expansão das provas de ciclismo para as estradas.¹⁰⁶ A progressiva familiaridade com a nova máquina, usada para fins recreativos e desportivos, mas também para a circulação na cidade, atenuou muitas das dificuldades sentidas pelos ciclistas. A necessidade de licenças¹⁰⁷, as perseguições, fora das cidades, por cães e até pelo próprio público, que ainda considerava as bicicletas como “toiros de que era sempre necessário fugir”, constituíram dificuldades que iam sendo contornadas pelos ciclistas, especialmente notórias fora de Lisboa, Porto, Aveiro ou Coimbra.¹⁰⁸

À medida que a distância percorrida pelos atletas aumentava, o ciclismo adquiria, fora dos velódromos, uma “dimensão de aventura”. As corridas passaram a ligar as grandes cidades. As corridas entre Bordéus e Paris, Paris e Viena ou Milão e São Remo representavam um modelo comum em toda a Europa. A primeira grande prova de longa distância em Portugal realizou-se em 1911, dezasseis anos antes da primeira Volta a Portugal em Bicicleta. Foram necessárias quase dezoito horas para que o vencedor, Charles George, percorresse os 360 km de estradas de pedra e terra, com longos troços sem iluminação, que separavam

¹⁰⁵ Correia, *A História...*, 43.

¹⁰⁶ José João Marques Pais, na sua *História do Ciclismo em Alpiarça*, nota, a propósito da introdução do ciclismo em Alpiarça que as eram as casas que comercializam bicicletas que tomavam, muitas vezes, a iniciativa de organizar corridas de bicicletas, como sucedeu em 1908, na Chamusca, onde António Jorge das Neves, «agente da casa Velo-Portugal, que vende, aluga e troca bicicletas das melhores marcas, tais como a Ipswich, Star (Velo), B.S.A (legítima) e Petrus, de 25\$000 a 60\$000 Reis» projectou uma corrida entre aquela localidade e Ulme. José João Marques Pais, *História do Ciclismo em Alpiarça* (Alpiarça: Agarrido Artes Gráficas, 2002), 10.

¹⁰⁷ As licenças «só eram passadas quando o pretendente apresentasse petição subscrita por 10 indivíduos a promoverem que ele sabia rolar...ampliada ainda com o facto do ciclista ter de parar todas as vezes que os polícias dele quisessem ver a licença». Em Aveiro, a taxa custava 2\$00 e as receitas recolhidas aos ciclistas eram entregues ao Ginásio Aveirense, para a construção do Velódromo de Aveiro». Correia, *A História...*, 32 e 33.

¹⁰⁸ Correia, *A História...*, 30 e 34.

Porto e Lisboa.¹⁰⁹ Através de provas como a escalada do Elevador da Glória, a Taça de Portugal (em bicicleta), a Volta a Lisboa ou o Giro do Minho, as corridas de bicicleta difundiram o gosto pelo desporto, pela actividade física sem qualquer fim produtivo imediato, ao mesmo tempo que ajudaram a construir identificações com os clubes e a sedimentar rivalidades regionais.¹¹⁰

A combinação entre “espectadores urbanos com tempo de lazer suficiente e dinheiro disponível para participar em eventos, promotores de corridas que vêem aqui uma oportunidade de negócio, ciclistas que procuraram nas corridas a glória e a fama e, ainda, representantes das marcas de bicicleta com necessidade de expansão de mercado”¹¹¹ revelou-se fundamental para a emergência do ciclismo em Portugal como espectáculo desportivo de massas no primeiro quartel no século XX. A primeira Volta a Portugal em bicicleta, realizada em 1927, seguindo modelos organizativos e económicos semelhantes aos que se observavam noutros países, configurou o culminar deste processo. Em França, realizava-se desde 1903 o Tour, projectado pelo periódico *L'Auto*. O Giro de Itália, promovido pela *Gazzeta dello Sport*, cruzava as estradas da Península desde 1909. Tal como naqueles países, em Portugal a imprensa desempenhou um papel fulcral na invenção dessa corrida. Aqui foi o jornal *Os Sports*, em parceria com o *Diário de Notícias*, a impulsionar a competição.¹¹² Sob a direcção do jornalista Raul Oliveira, um dos nomes centrais do jornalismo desportivo português na primeira metade do século XX, a Volta tornou-se um grande evento popular e mediático à escala nacional. Num país ainda por urbanizar, onde os lares e a proximidade com o modo de vida urbano eram escassos, os habitantes de muitas localidades do interior contactaram pela primeira vez com o desporto moderno através do ciclismo e, acima de tudo, com a “festa” da Volta, que rompia o quotidiano de vilas e aldeias.

Mesmo apresentando “potencialidade no domínio da construção da identidade colectiva”, o traçado da prova, que acompanhava a fronteira portuguesa, seguindo o modelo do Circuito Hípico de Portugal, realizado em 1925, via-se desenhado sobretudo com base em interesses comerciais e

¹⁰⁹ Correia, *A História...*, 72.

¹¹⁰ Santos, *Volta a...*, 26.

¹¹¹ Santos, *Volta a...*, 26.

¹¹² Santos, *Volta a...*, 28.

publicitários.¹¹³ Os jornais que perderam a batalha da organização da Volta a Portugal, o periódico desportivo *Sporting* e *O Século*, não deixaram de vigiar aquilo que consideravam, em tempo de hegemonia do amadorismo, ser os desvios da organização da prova. Nas suas páginas acusavam os corredores de se comportarem como meros “caixeiros-viajantes dos agentes das marcas *Scladlis*, *Peugeot*, *Elgin*, *Raleig* e *Olympique*”.¹¹⁴ Mas não foram só as empresas de bicicletas que se associaram à volta. Marcas como a Shell, que ofereceu a gasolina e os óleos, representantes de marcas de automóveis, como a Firma J.D. Broughton, que ofereceu um automóvel Dodge, a Ovomaltine, que foi o único patrocinador da primeira Volta, contribuíram para a corrida. A Volta foi, portanto, construída pela mobilização dos mais diversos interesses, que iam desde as grandes empresas até aos Grémios de turismo regional. Como refere Ana Santos, “a realização da primeira Volta a Portugal foi um banco de ensaios em termos económicos, mas os encargos terão sido de tal ordem que, não obstante a popularidade alcançada, os empreendedores só conseguiram repetir o evento quatro anos mais tarde, em 1931”.¹¹⁵ A imprensa beneficiava com a publicidade que os representantes das marcas de bicicletas colocavam nas suas páginas, tal como os atletas beneficiavam dos patrocínios dessas mesmas marcas. No entanto, em Portugal, as empresas de bicicletas, ainda longe de compreenderem o potencial publicitário desse evento e de dominarem as melhores formas de o rentabilizar,¹¹⁶ não apoiavam directamente a prova.

Impulsionada pelas emocionantes crónicas na imprensa, que depois dos anos marcados pela popularidade de José Bento Pessoa, dramatizava a rivalidade entre José Maria Nicolau, do Benfica, e Alfredo Trindade, do Sporting, a Volta foi construída pela confluência de diferentes interesses económicos, “muitos deles oriundos dos pequenos e médios comerciantes de vários ramos de actividade das cidades por onde passa”¹¹⁷. Ajudando a vender jornais, a Volta tornou-se num evento nacional que assumia o formato de folhetim de Verão. À medida que se popularizou, a prática do ciclismo foi abandonada pelas elites em benefício do automobilismo, que ainda mantinha intactas as suas características distintivas.

¹¹³ Santos, *Volta a...*, 40.

¹¹⁴ Santos, *Volta a...*, 28.

¹¹⁵ Santos, *Volta a...*, 40.

¹¹⁶ Correia, *A História...*, 120.

¹¹⁷ Santos, *Volta a...*, 42.

A popularização do boxe seguiu outros caminhos, igualmente associados à emergência de um público apreciador do espectáculo e de um conjunto de interesses comerciais e empresariais, diferentes daqueles que estruturaram o ciclismo. Os primeiros combates de boxe disputaram-se, em Portugal, a partir de 1909, pela iniciativa de agremiações como o Ginásio Clube Português, Clube Arte e Sport, Sport Cruz Quebradense, Clube Português de Recreio e Desporto. A “nobre arte” ocupava rapidamente o seu lugar no espaço público nas grandes cidades. A Federação Portuguesa de Box foi fundada em 1914. No entanto, a popularização do boxe deu-se apenas após o final da Grande Guerra de 1914-1918, ainda que a modalidade tenha evoluído ao sabor das mais “variadas e inesperadas mutações”, com uma “vida irregular, feita de altos e baixos, hoje rico e amanhã pobre, hoje popular e amanhã indesejável.”¹¹⁸

Integrado numa emergente cultura popular urbana global, da qual a *jazz band* e o cinema seriam dois dos grandes símbolos, o boxe ocupava em Lisboa espaços como o Campo Pequeno, o Coliseu dos Recreios e o Parque Mayer, inaugurado em 1922. Este último, então conhecido como Avenida Parque, “conseguiu impor-se não só como espaço de diversão mas também de convívio—este derivado da profusão de estabelecimentos para todos os gostos que o marcariam desde o início, desde cafés, retiros, tasquinhas, casas de pasto e de fados, restaurantes, bares, dancings, cabarets, etc..”¹¹⁹ Na Lisboa dos anos vinte este desporto partilhava os mesmos lugares onde se representava teatro de revista, se aplaudiam artistas de cabaret, ou se assistia a diferentes “espectáculos de variedades” e *dancings*, como o Concha ou o Olympia, na Rua da Glória ou na Rua dos Condes. Os ringues de boxe dividiam paredes com as orquestras internacionais, as casas onde se cantava o fado até de madrugada, os ringues de patinagem, os recintos de luta livre, os circos, os “bailes para sopeiras” nas matinés do fim-de-semana, mas sobretudo com o jogo clandestino e práticas sensuais ilícitas.¹²⁰

Assim, o boxe desde cedo foi apropriado pelo *bas fond* urbano e por uma certa boémia, que conviviam nesta região moral formada pela noite lisboeta, “um

¹¹⁸ Alberto Freitas, «O momento actual do pugilismo português», em *Figuras do Pugilismo Nacional*, Isidro Pinto (Lisboa: s.ed., 1942), s.p.

¹¹⁹ Daniel Melo, «Parque Mayer: história dos 80 anos da Broadway portuguesa», *História*, vol. 54, n.º 7 (2003): 46.

¹²⁰ Jorge Trigo e Luciano Reis, *O Parque Mayer* (Lisboa: Sete Caminhos, 2004), 26.

conjunto de lugares reconhecidos pelas forças da ordem pública, práticas associadas a comportamentos desviantes, uma permissividade relativamente controlada, que não prejudicava a exploração comercial inerente a estas actividades.”¹²¹ O Parque Mayer da década de 1920 era povoado por uma “amalgama crescente e flutuante”, de classe média e média baixa, composta pelos “tipos humanos mais diversos. Comerciantes, empregados de café e restaurante, meninas dos «tirinhos», «boys», coristas, vendilhões, cenógrafos, autores teatrais, jornalistas e artistas”.¹²² No mesmo espaço urbano, como nota Cecília Vaz, ao longo do eixo Restauradores, Avenida e Chiado as vanguardas culturais, “artistas plásticos, escritores e intelectuais... para os quais o clube é um elemento essencial da vida boémia artística e moderna”,¹²³ criavam os seus próprios espaços transgressores, de acesso mais seleccionado, como o Maxim ou o Bristol Club, onde, pese embora a segmentação social, as noites de boémia do pós-guerra, marcadas pelos jogos de azar, eram movidas ao cheiro da cocaína e ao som das *jazz-band*.¹²⁴

Dinamizado por empresários, promotores de espectáculos e *managers*, o boxe inseriu-se, desde muito cedo, numa singular teia comercial, onde as apostas eram também parte integrante do circuito de combates, como refere Nuno Domingos. Ao mesmo tempo, nos bairros populares, como Alcântara, Alfama, Bairro Alto, Alto do Pina, Bairro de Inglaterra, Campo de Ourique, Madragoa e Mouraria, nasciam os clubes desportivos onde se praticava o boxe e que marcaram a história da modalidade no nosso país, como o Grupo Desportivo da Mouraria, o Clube Rio de Janeiro, o Sport Lisboa Oriental ou o Ateneu Comercial

¹²¹ Domingos, Nuno, «Homens ao minuto: Para uma história do boxe nas décadas de quarenta e cinquenta», em *A História do Desporto em Portugal*, coord. José Neves e Nuno Domingos. vol. III, *Classes, Associativismo e Estado* (Vila do Conde: Quid Novi, 2011), 182.

¹²² Trigo e Reis, *O Parque...*, 26.

¹²³ Cecília Santos Vaz, «Clubes nocturnos modernos em Lisboa: sociabilidade, diversão e transgressão (1917-1927)» (tese de mestrado em História Moderna e Contemporânea, Lisboa, ICSTE, Lisboa, 2008), 52.

¹²⁴ Como sintetiza Cecília Vaz na sua tese de mestrado sobre clubes nocturnos modernos em Lisboa, «Os factores de transgressão são, de facto, elementos inerentes à própria definição destes clubes, relacionados sobretudo com o espírito de diversão aí cultivado: a boémia, a nova imagem da mulher, as músicas e danças modernas, o jogo e o consumo de substância proibidas. Uma transgressão que surge associada à modernidade e onde se constata o desejo de quebrar com valores e comportamentos socialmente implantados. Um espírito e actividades que transgridem, legalmente ou moralmente com a ordem que se procura ver cumprida e que condiciona fortemente as imagens que se constroem sobre os clubes nocturnos modernos em Lisboa, representados ora como locais de desenvolvimento de actividades e sociabilidades conotadas com a modernidade, ora com puros espaços de depravação física e moral.» (Vaz, «*Clubes nocturnos...*», 119).

de Lisboa.¹²⁵ A ligação entre estes dois universos, o associativo-amador e o comercial-profissional, nem sempre foi equilibrada. O relatório de actividades da Federação Portuguesa de Box de 1942 dava conta do “marasmo” do pugilismo amador, cuja “actividade foi quase nula e o termómetro desceu abaixo de zero”, por oposição ao sector profissional onde “houve movimentação digna de louvor”.¹²⁶ A criação das Associações de Boxe de Lisboa e do Porto, dois anos antes, não tinha conseguido, segundo o mesmo relatório, reformar esta situação, já que “lastimam-se as Associações da falta de concorrentes às provas que por vezes tentam organizar. Por sua vez os clubes queixam-se da falta de actividade das respectivas Associações”. Corria-se o risco de regressar a 1938, ano em que “não havia, nem pugilistas, nem recintos apropriados, nem Federação, nem público de box, nem nada.”¹²⁷

A falta de praticantes e de actividade dos organismos associativos atribuía-se à exclusão da Sala Central e da Sala Francisco Brito das competições federativas. De acordo com o relatório da Federação Portuguesa de Boxe, as provas oficiais perderam concorrentes, pois eram aquelas salas que inscreviam um maior número de atletas nos torneios. Defendia-se que “a exemplo do que se faz na esgrima, essas deveriam poder concorrer às provas, desde que estivessem filiadas. Como concorrerão às provas os esgrimistas da Sala Carlos Gonçalves, Ventura António Martins e de tantas outras similares, que supomos não serem clubes?”¹²⁸ O mundo do boxe recordava que “o pugilismo não é, entre nós, um desporto de elite, tal qual como sucede no atletismo, nas corridas de fundo, porque é nas camadas populares que tem de se ir recrutar praticantes de tão emotivo mas duro desporto”.¹²⁹ Certeira na análise da origem social dos praticantes, a comparação não se mostrava, contudo, inteiramente adequada.

A diferença fundamental não era nominal e não se situava entre salas e clubes mas sim entre profissionalismo e amadorismo. Com a popularização da origem social dos praticantes, o boxe passou de “inteligente e coordenada esgrima de punhos, cheia de elegância de subtilidade”, como era encarada até ao final da I Guerra Mundial, para “choque violento, por vezes cruel e monótono, de dois

¹²⁵ Domingos, «Homens ao...», 191.

¹²⁶ Federação Portuguesa de Box, *Relatório e Contas da Gerência dos anos de 1942-1943* (Lisboa: s.ed., 1944), 4.

¹²⁷ Federação Portuguesa de Box, *Relatório e...*, 4.

¹²⁸ Federação Portuguesa de Box, *Relatório e...*, 4.

¹²⁹ Federação Portuguesa de Box, *Relatório e...*, 4.

jogadores ignorantes da esgrima e da finta mas senhores de forte musculatura e robusta compleição.”¹³⁰ Esta crítica revelava a mudança de perspectiva sobre o desporto, associada à transformação da origem social dos praticantes e à sua popularização. Outras críticas da época iam mais longe e mostravam a desconfiança associada à proliferação de interesses comerciais em torno da modalidade, frisando a necessidade de separar o universo amador do profissional. A relação entre movimento associativo e universo empresarial não era, contudo, na maior parte dos casos, antagónica. O boxe oferecia aos jovens das classes populares a fuga a um destino de trabalho árduo, quase sempre mal remunerado. Os clubes dos bairros populares constituíam importantes viveiros de talentos a ser explorados comercialmente.

A crítica ao boxe não provinha apenas de sectores ligados ao Estado, interessados em promover uma política desportiva higienista, orientada para a produção de um corpo social saudável e disciplinado, como poderemos aprofundar na segunda parte deste trabalho. Ainda antes da implementação do Estado Novo, as correntes mais revolucionárias das organizações do proletariado português, então dominadas pelo anarquismo, partilhavam com o republicanismo “a crença na ciência e no conhecimento como fontes de emancipação individual”.¹³¹ A construção de uma rede de sindicatos, associações culturais, escolas, periódicos, universidades populares e universidades livres, expressavam essa tentativa de “edificação de um homem novo”, por parte das correntes políticas progressistas em Portugal durante a República, mesmo que alicerçadas em diferentes bases sociais de apoio e quadros ideológicos. A reforma e transformação do quotidiano popular constituía uma componente essencial dos seus projectos cultural e político. Encarando esse mesmo quotidiano como produto de uma condição social dominada, os bairros populares, por exemplo, donde provinha uma parte significativa dos pugilistas, eram considerados “antros que urge arrazar”¹³², corroídos pela insalubridade, pela profusão de tabernas e enfraquecidos pelo alcoolismo e pela prostituição.

Entre o que consideravam ser a brutalidade do futebol, espectáculo

¹³⁰ Rafael Barradas, *ABC do Pugilismo*, citado por Domingos, «Homens ao...», 171-172.

¹³¹ José Nuno Matos, «Anarquistas e desportistas: a batalha Vs a batalha», em *Futebol Português, Política, Género e Movimento*, coord. Nina Clara Tiesler e Nuno Domingos (Porto: Afrontamento, 2012), 28.

¹³² Matos, «Anarquistas e...», 26.

“superlativamente antipático e condenável porque é agente não só do atrofamento dos jogadores como também do embrutecimento e ferocidade dos povos”, e a ameaça do boxe, expressão da “prostituição física e moral dos indivíduos”¹³³, as diferentes correntes do anarquismo não deixavam, porém, de considerar os desportos, em especial quando praticados ao ar livre, e em particular a natação e a ginástica, como elementos fundamentais para o desenvolvimento integral e emancipação intelectual e social do trabalhadores. A defesa da mente sã em corpo são e a rejeição dos desportos espetadorizados eram, portanto, partilhados quer pela crítica conservadora e elitista e pelo movimento sindical. Torna-se, por conseguinte, difícil ler a evolução da história do desporto em Portugal e os seus conflitos partindo de uma história política. Todavia, projectos desportivos das forças progressistas da sociedade portuguesa não devem também ser exclusivamente interpretadas a partir das suas evidentes afinidades com os discursos conservadores. Num período em que, para além das questões mais relacionadas com a transformação da ordem social e económica, as diferentes correntes do anarquismo se debruçavam sobre temas tão diversos como o militarismo, a sexualidade, o naturismo, a educação ou a família, a defesa do prazer, da autonomia individual e da emancipação feminina, aquilo que hoje alguns poderiam apelidar de questões pós-materiais, o projecto desportivo anarquista distinguia-se do conservador, que privilegiava uma razão de Estado e de subordinação do indivíduo aos desígnios da produtividade económica e da expansão imperial, pelo menos nos seus objectivos.

No desporto verificou-se, contudo, uma situação semelhante à que afectou a propaganda neomalthusiana em que “o vanguardismo desta nova teoria no campo moral e sexual e a sua subsequente prática chocaram-se com os preconceitos daqueles a quem se dirigia, com os seus valores socioculturais e os seus modelos de sexualidade”.¹³⁴ Não obstante a crítica às modalidades desportivas em processo de popularização, a Federação Socialista dos Desportos Atléticos, fundada em 1921, organizou provas de ciclismo e atletismo e competições de futebol participados por clubes como o *Vendedores de Jornais* ou o *Campo Santana*. Mesmo no jornal *A Batalha*, o mais importante periódico anarquista da época, a

¹³³ Matos, «Anarquistas e...», 33.

¹³⁴ João Freire e Maria Alexandre Lousada. «O neomalthusianismo na propaganda libertária». *Análise Social*, vol. XVIII, n.ºs 72, 73 e 74 (1982): 1378.

censura ao futebol foi objecto de contestação, como refere José Nuno Matos.¹³⁵

A difusão do futebol e o crescimento da sociedade civil

A expansão da actividade desportiva afirmava-se como uma realidade para além das iniciativas estatais, das instituições que a procuravam enquadrar politicamente, à direita e à esquerda, ou das diferentes organizações da sociedade civil empenhadas na reforma ou repressão das práticas quotidianas das classes populares urbanas. Se os interesses comerciais enformaram desde a primeira hora o crescimento do boxe e do ciclismo, no caso do futebol a inegável expressão das influências económicas deu-se por outras vias, e noutras etapas. A difusão do futebol deveu-se sobretudo ao crescimento de uma rede associativa que arquitectou um conjunto de provas que, de modo gradual, se estenderam a todo o país. Dez anos passados sobre a primeira edição da Volta a Portugal em Bicicleta, realizava-se formalmente o campeonato nacional de futebol, cuja edição inaugural foi disputada na época de 1938/1939, ainda que se realizasse uma competição em moldes semelhantes desde 1934. A importância desta rede associativa no crescimento do futebol, a sua distribuição nacional, a sua estrutura organizacional e a sua importância nos mecanismos de identificação dos indivíduos encontram-se relacionados com os desiguais processos de industrialização e crescimento urbano do país.

Ainda que inseparáveis da sua história política, os clubes desportivos emergiram em Portugal ao mesmo tempo que o espaço associativo português crescia e se diferenciava das instituições dominantes até à segunda metade do século XIX: misericórdias, confrarias, bombeiros e filarmónicas. Durante a República, num período de massificação da política, os recintos desportivos e, em particular, os estádios de futebol foram elementos importantes na construção e reconfiguração de um espaço público.¹³⁶ Já antes, sob o liberalismo oitocentista, desenvolvera-se um universo associativo constituído por mutualidades, associações operárias, clubes/centros republicanos, círculos civis e associativismo

¹³⁵ Matos, «Anarquistas e...»

¹³⁶ Maria Alice Samara, *As repúblicas da República: história, cultura política e republicanismo* (tese de doutoramento em História Contemporânea Institucional e Política de Portugal, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2010).

católico. Este movimento, apesar de composto por instituições diversas e em parte caracterizadas por certa mistura social, encontrava-se, até à I Grande Guerra, em grande parte segmentado por linhas de classe. Os *clubs* e sociedades de elite mostravam-se mais orientados para formas de afirmação e reconhecimento social ou concentravam os seus esforços nas actividades de “reforma social”, ao passo que as associações de cariz mais popular, como as mutualidades e as cooperativas, permitiam às classes populares aceder a um conjunto de recursos, bens e serviços que nem o Estado nem o mercado providenciavam.¹³⁷

A importância que os grupos desportivos, integrados nos sectores de perfil mais “convivial” do associativismo, vão adquirir no campo associativo português não resultou apenas de uma tendência para a sua especialização funcional. De facto, muitas destas associações recreativas, socioculturais e educativas apresentavam um perfil plurifuncional. Não respondiam apenas a necessidades de lazer, mas cumpriam, por exemplo, uma função de integração social daqueles que eram lançados nas cidades pelo êxodo rural. As baixas qualificações de muitos dos seus membros e, sobretudo, as difíceis condições em que muitas destas modestas associações eram obrigadas a sobreviver, contribuíram também para reforçar “a aposta em espaços associativos mais apelativos e menos onerosos em termos logísticos”.¹³⁸ Finalmente, “a congregação semiforçada” destes segmentos do associativismo português encontra-se também relacionada, segundo Melo, com o “apertado enquadramento jurídico-legal e político-institucional vigente até à Primeira República” que “desfavoreceu a associação para fins políticos, religiosos ou sindicais”.¹³⁹ O Estado Novo, como poderemos verificar adiante, acentuou e dirigiu de modo ainda mais específico as formas de repressão e controlo sobre as expressões políticas e religiosas independentes das concepções oficiais e sobre os movimentos autónomos dos trabalhadores, mas também sobre os diferentes núcleos associativos, mesmo que estes não veiculassem explicitamente quaisquer projectos políticos alternativos.

Se tal conjunto de factores contribui para fundamentar a importância das associações recreativas de cariz convivial no universo associativo português, não

¹³⁷ Em 1876 eram já mais de 300 as associações de socorros mútuos e caixas económicas, congregando 70 mil associados. Daniel Melo, «‘A força do povo’: *photomaton* do associativismo popular», em *Como se faz um povo*, org. José Neves (Lisboa: Tinta-da-China, 2010), 356.

¹³⁸ Melo, «A força...», 357.

¹³⁹ Melo, «A força...», 356.

justifica necessariamente a ausência de linhas de clivagem políticas na estrutura de filiações desportivas ou a marginalidade dos enquadramentos mercantis da prática desportiva em Portugal. Ao contrário do que sucedeu com outros sectores do movimento associativo, como a Federação Portuguesa de Colectividades de Cultura e Recreio, que, a coberto do seu perfil convivial, se afirmaram como elementos de resistência política ao fascismo¹⁴⁰, no caso dos clubes desportivos eles adquiriram rapidamente outras características, resultantes precisamente da autonomização de um campo de actividades, onde se disputavam um conjunto específico de recursos. Ao mesmo tempo as suas actividades não favoreceram, senão pontualmente, o cruzamento entre as identificações desportivas e políticas, em especial no caso daqueles que se tornaram os maiores clubes nacionais, mas também em parte significativa das agremiações desportivas de menores recursos.

O mapa da difusão do futebol em Portugal encontra-se relacionado, como demonstrou Jorge Gaspar, com três factores: a presença de ingleses, o nível de urbanização e o grau de industrialização. Essa difusão, apesar de marcada por ritmos e lógicas próprias, deu-se sobretudo a partir da federação dos clubes. A primeira associação de clubes de futebol, a Associação de Futebol de Lisboa, foi criada em 1906. A segunda, a de Portalegre, num distrito que albergava um importante núcleo de indústrias corticeiras e têxteis, em 1911. Seguiram-se a do Porto, em 1913, e a do Funchal, em 1916. Braga, Coimbra, Faro e Évora formaram as suas associações regionais em 1922. Até ao final da década todos os distritos do país possuíam a sua Associação de Futebol.¹⁴¹

Se examinarmos o caso de outras modalidades verificamos que o processo de criação de uma rede de associações distritais foi bem mais lento, ainda que os primeiros clubes e associações tenham surgido dentro do mesmo padrão. No caso do boxe, as associações de Lisboa e Porto foram apenas fundadas em 1940. No ciclismo, e pese embora a extensa rede de delegados da União Velocipédica Portuguesa, a Associação de Ciclismo de Lisboa, então intitulada Associação de Ciclismo do Sul surgiu apenas em 1944, ao abrigo da nova legislação em vigor. No caso do atletismo, a associação do Porto nasceu em 1926 e a de Lisboa em

¹⁴⁰ Daniel Melo, *Salazarismo e Cultura Popular (1933-1958)* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2001).

¹⁴¹ Jorge Gaspar, «Aspectos geográficos do futebol em Portugal», *Brotéria*, vol. 92, n.º 4 (1971); Jorge Gaspar, *et al*, «Transformações recentes na geografia do futebol em Portugal», *Finisterra: Revista Portuguesa de Geografia*, vol. 17, n.º 34 (1982).

1929. Estas duas associações congregaram, durante décadas, os atletas a Norte e a Sul, respectivamente. A Associação de Atletismo da Guarda foi apenas fundada em 1977, encontrando-se anteriormente as actividades desportivas do distrito agrupadas na Associação dos Desportos distrital. No atletismo, contudo, esta situação não se observava apenas nas zonas rurais. Mesmo em distritos mais urbanizados, como Aveiro (1977) e Setúbal (1983), as respectivas associações foram criadas entre o final da década de setenta e o início da década de oitenta.¹⁴²

A Associação de Andebol de Lisboa, por sua vez, iniciou actividades em 1931, e a do Porto em 1932, tendo o primeiro campeonato nacional sido disputado em 1939, ano em que foi criada a Federação Portuguesa de Andebol. Seguiram-se Setúbal e Braga, e, só mais tarde, as ilhas e interior do país.¹⁴³ Introduzido em Portugal, em 1913, pela Associação Cristã da Mocidade, filiada na Young Men Christian Association (YMCA), o basquetebol, como refere Raquel Carvalheira, “ganhou adeptos no meio religioso, militar, universitário e também aristocrático”, talvez, e ao contrário de outras modalidades, “devido ao carácter pouco violento e à condição física que proporcionava, não produzindo grandes alterações morfológicas nos jogadores, como o desenvolvimento desproporcional de determinados membros do corpo”.¹⁴⁴ A Associação do Porto foi fundada em 1926, e as de Lisboa e Coimbra em 1927, depois de nesta última cidade a modalidade ter sido adoptada pela Associação Cristã de Estudantes de Coimbra.¹⁴⁵ À semelhança do que sucedeu com outras modalidades, foi nos três maiores núcleos urbanos que o basquetebol começou por ser praticado. Para além de permitir medir, de alguma forma, a popularidade do futebol face a outros desportos, o ritmo de associação dos diferentes núcleos regionais de clubes deixa-nos, justamente, e como referimos, compreender em termos mais concretos a forma como a difusão do futebol acompanhou o desenvolvimento da rede urbana e industrial do país.

¹⁴² Rahul Kumar, «Os piratas da corrida – fragmentos para a história do atletismo em Portugal», em *A História do Desporto em Portugal*, coord. José Neves e Nuno Domingos. vol. III, *Classes, Associativismo e Estado*, José Neves e Nuno Domingos (Vila do Conde: Quid Novi, 2011).

¹⁴³ Pedro Gomes, «O andebol português - história e itinerários». Em *A História do Desporto em Portugal*, coord. José Neves e Nuno Domingos. vol. III, *Classes, Associativismo e Estado*, José Neves e Nuno Domingos, (Vila do Conde: Quid Novi, 2011).

¹⁴⁴ Raquel Carvalheira, «Uma história do basquetebol em Portugal». Em *A História do Desporto em Portugal*, coord. José Neves e Nuno Domingos. vol. III, *Classes, Associativismo e Estado*, José Neves e Nuno Domingos (Vila do Conde: Quid Novi, 2011), 142.

¹⁴⁵ Carvalheira, «Uma história...», 139 e 140.

Associativismo e ecletismo: dois traços fundamentais das organizações desportivas nacionais

Compreender o desenvolvimento do futebol no país, cuja predominância no interior do campo desportivo se estabeleceu na década de trinta, obriga também a identificar as características fundamentais das organizações que o difundiram: o associativismo e o ecletismo. Ao contrário do que sucedeu em Inglaterra e nos Estados Unidos,¹⁴⁶ onde desde muito cedo as organizações desportivas assumiram uma natureza empresarial, dedicada à produção, quase sempre especializada, do espectáculo desportivo, em Portugal os clubes não só mantiveram uma lógica de funcionamento não comercial, isto é, sem distribuição de lucros pelos proprietários ou accionistas dos clubes-empresa, como, influenciados pelos modelos que definiriam a introdução do desporto em Portugal, permaneceram com uma actividade desportiva eclética, orientada de início mais para a prática do que para a produção do espectáculo desportivo.

Os principais clubes desportivos portugueses foram criados entre o final da primeira década do século XX e o início dos anos vinte. Na zona de Lisboa, o associativismo desportivo ligado ao futebol desenvolveu-se entre Cascais e Belém, para rapidamente se estender à zona Oriental da cidade.¹⁴⁷ No Porto, verificou-se uma situação análoga, com os núcleos desportivos a localizarem-se no centro da cidade, na zona da Foz e nas estâncias balneares de Matosinhos e Leça.¹⁴⁸ Em ambos os casos, a implantação dos primeiros núcleos desportivos deveu-se a uma combinação entre elementos da colónia inglesa – ligados, por exemplo, ao Vinho do Porto, no Norte, ou os técnicos do Cabo Submarino, na zona de Carcavelos – estudantes e comerciantes portugueses e numa mistura entre a alta burguesia e a aristocracia.¹⁴⁹ Gradualmente, núcleos desportivos com diferentes composições sociais e dedicados à prática de diversas modalidades foram-se agregando de modo a garantir uma actividade desportiva mais regular e

¹⁴⁶Sobre o caso inglês veja-se o seminal estudo de Hargreaves, *Sport...* Para o caso americano veja-se, por exemplo, S.W. Pope, *Patriotic Games, Sporting Traditions in the American Imagination, 1876-1926* (Nova Iorque e Oxford: Oxford University Press, 1997).

¹⁴⁷ Marina Tavares Dias, *História do Futebol em Lisboa: de 1888 aos Grandes Estádios* (Coimbra: Quimera, 2000).

¹⁴⁸ Manuel Dias, *O Futebol no Porto: das Origens com Port Wine ao Estatuto de Força Social* (Porto: Campo das Letras, 2001).

¹⁴⁹ A primeira bola terá sido introduzida em Lisboa pelo irmãos Pinto Basto, que se encontravam a estudar em Inglaterra, e no Porto por António Nicolau de Almeida, exportador de vinho do Porto.

o desenvolvimento de um conjunto de infra-estruturas indispensáveis à prática.

Os casos do Sporting Clube de Portugal ou do Sport Lisboa e Benfica, em Lisboa, e do Futebol Clube do Porto ou Leixões Sport Clube são ilustrativos destas lógicas. Formado com base num grupo de jovens de boas famílias que passavam o Verão em Belas, onde criaram em 1902 o Sport Club de Belas, o Sporting Clube de Portugal foi fundado após uma cisão entre os membros do Campo Grande Sport Club.¹⁵⁰ –Ao contrário das histórias que lhe apontam uma raiz popular, o Sport Lisboa e Benfica foi fundado na Farmácia Franco, por elementos das “boas famílias” da zona de Belém. Entre os primeiros sócios encontram-se médicos, arquitectos, escultores, pintores e professores.¹⁵¹ Com actividades regulares desde 1908, o SLB resultou da fusão entre dois grupos: o Sport Lisboa, sediado em Belém e dedicado futebol, e o Grupo Sport de Benfica, dedicado ao pedestrianismo e ao ciclismo. Uns sem campo e outros sem equipa de futebol, operaram a síntese que daria origem a um dos maiores clubes portugueses.¹⁵² No Porto a história não é muito diferente. O Leixões, por exemplo, fundado em 1911, resultou da fusão de três grupos desportivos todos eles criados em 1907: Lawn Tennis Club de Matosinhos, Lawn Tennis Club do Prado, e o Leixões Footballers. O clube que se tornou conhecido pela massa associativa popular ligada às actividades pesqueiras e conserveiras da cidade, teve na sua origem associações desportivas ligadas às classes dominantes da região. O mesmo sucedeu com o Futebol Clube do Porto, ou com o Boavista Futebol Clube, fundado por elementos ligados à Casa Graham.¹⁵³

A maior parte destes clubes, ainda caracterizados por uma forte componente de classe, dedicavam-se a uma série de actividades desportivas, entre as quais se destacava o ténis, então conhecido como *lawn tennis* ou o críquete que, noutros contextos de forte influência britânica, se tornou no desporto nacional.¹⁵⁴ Temos assim, portanto, o primeiro traço das instituições desportivas portuguesas: o ecletismo. Este era o resultado de um trabalho de agregação de diferentes núcleos de praticantes que se dedicavam à prática pouco estruturada de diferentes

¹⁵⁰ Marina Tavares Dias, *Sporting Clube de Portugal: uma história diferente* (Porto: Fubu, 2005).

¹⁵¹ Dias, *História do...*, 65.

¹⁵² Dias, *História do...*

¹⁵³ Dias, *O futebol...*

¹⁵⁴ Sobre o caso do críquete em contexto colonial vejam-se por exemplo, os casos da Índia e das Caraíbas, exemplarmente retratados nos trabalhos de Arjun Appadurai ou de Cyril Lionel Robert James. Arjun Appadurai, *Dimensões Culturais da Globalização* (Lisboa: Teorema, 2004); Cyril Lionel Robert James, *Beyond a Boundary* (Durham: Duke University Press, 2007).

modalidades, num quadro em que o desporto era ainda sobretudo uma actividade social distintiva e o desportista, o *sportsman*, se exprimia pela diversidade dos seus interesses. Uma parte importante destes clubes era ainda de acesso reservado e caracterizava-se por uma certa endogamia social, constituindo espaços de socialização e integração de diferentes estratos das classes dominantes.

Por outro lado, o futebol, embora inscrito desde logo no nome de alguns destes clubes, não era ainda, em muitos deles, a actividade dominante. Os primeiros estatutos do Sporting Clube de Portugal ilustram bem este processo. O clube, caracterizado como “uma associação composta de indivíduos de ambos os sexos de boa sociedade e conduta irrepreensível”, tinha como objectivos “a educação física dos sócios e dos seus filhos e tutelados por meio de exercícios de ginástica higiénica ao ar livre e poderá igualmente dedicar-se à ginástica aplicada, à esgrima, à equitação, à natação, aos jogos atléticos, aos exercícios de remo e de tiro e a outros dedicados ao desenvolvimento e conservação das forças musculares”.¹⁵⁵ Ainda mais do que o futebol, que se tornou na mais influente modalidade do clube, o ténis, em particular entre os elementos do sexo feminino, e o críquete foram as actividades que maior entusiasmo suscitaram de início entre os sócios do clube, que muitas vezes desempenhavam as diferentes funções de atleta, dirigente e técnico em simultâneo.

A ambiguidade do conceito de jogo, então ainda associado às apostas e jogos de azar, levou à tentativa de separar a natureza dos desportos atléticos daquelas práticas, ao mesmo tempo que impeliu a que o clube tivesse requerido a classificação de Associação de Utilidade Pública de Educação Física e Beneficência. Redigidos em tempos de agitação política e em vésperas de implantação da República, os estatutos proibiam “expressamente” quaisquer manifestações de “política militante”, sendo também impedida a cedência das instalações do clube para comícios políticos ou outras actividades desligadas das práticas desportivas.¹⁵⁶ A identidade dos clubes, como de um modo mais geral do terreno das actividades desportivas, encontrava-se alicerçada num conjunto de valores de classe que ultrapassavam os limites dos posicionamentos políticos, aliás diversos entre os diferentes actores de um mesmo clube.

Uma excepção a este padrão, terá sido a “Parada Cyclista de Apoio ao

¹⁵⁵ Dias, *Sporting Clube...*, 64.

¹⁵⁶ Dias, *Sporting Clube...*, 87.

governo da República”, organizada pelo então presidente da União Velocipédica Portuguesa, José Pontes, a 8 de Janeiro de 1911. Uma manifestação política que levou “os ciclistas de Lisboa, em número de dois mil e duzentos, com mais de setecentos vindos da província” a desfilarem em direcção ao Rossio e à demissão de 18 membros da U.V.P. “por discordarem daquela manifestação”. O jornal O Mundo considerou os demissionários “todos aferroados a ideias retógradas. Entre eles destaca-se o conde de Caria, que durante muitos anos, dentro da colectividade, não passou de ornamento inútil”. José Pontes leu, na Praça do Comércio a mensagem de saudação dos ciclistas. Afonso Costa, em nome do governo, agradeceu os cumprimentos.¹⁵⁷ Não obstante esta ostensiva e fracturante manifestação política conduzida por José Pontes, o associativismo e o amadorismo, mais do que as clivagens políticas ocasionais, configuraram, assim, os modelos de classe idealizados para o enquadramento do desporto até ao final da I Guerra Mundial.¹⁵⁸

A formação dos quadros competitivos e a popularização do jogo

Após o predomínio dos grupos ingleses de Cascais sobre as equipas portuguesas, e depois a criação de outros clubes como o Clube Internacional de Futebol¹⁵⁹, o Império Lisboa Clube, o Cruz Negra (sucessor do Club de Campo de Ourique) - quase sempre dedicados em primeiro lugar à modalidade - o futebol cresceu para os bairros populares da cidade, deixando se jogar exclusivamente entre pares. É nessa dimensão territorializada das organizações desportivas, associada ao incremento das rivalidades, que se pode situar o desenvolvimento do futebol em Portugal. A formação de um quadro competitivo mais consistente e regular marcou, por outro lado, uma transformação qualitativa na história do futebol em Portugal. Em 1911, o ano em que foi decretado o descanso semanal obrigatório ao domingo, foi também o ano em que se cobraram, pela primeira vez, entradas num

¹⁵⁷ Federação Portuguesa de Ciclismo, *UVP-FPC, 100 anos* (Lisboa, Federação Portuguesa de Ciclismo, 1999), 45-47.

¹⁵⁸ Para uma noção mais precisa do enquadramento noticioso dos desportos durante a I República veja-se Francisco Pinheiro e João Nuno Coelho, *República, Desporto e Imprensa, o Desporto na I República em 100 Primeiras Páginas 1910-1926* (Porto: Afrontamento, 2012).

¹⁵⁹ Destes dois clubes fizeram parte os irmãos Pinto Basto, figuras omnipresentes na cena desportiva da época e em especial nos grupos futebolísticos. O CIF congregava alguns dos mais ilustres desportistas portugueses da época.

jogo de futebol em Portugal.¹⁶⁰ Um Benfica-Carcavelos, por exemplo, atraiu perto de 8000 mil espectadores¹⁶¹. A exaltação do lazer e do prazer dos jogadores e dos valores educativos da prática física e morais do desportivismo cedeu gradualmente perante uma intensa competição entre os clubes dominados por um espírito mais acentuado da função de representação comunitária, para utilizar os termos de Dunning e Sheard.¹⁶² A história das primeiras edições do campeonato de Lisboa definiu-se, como mostram João Nuno Coelho e Francisco Pinheiro, por polémicas, conflitos, protestos, rupturas e desistências várias motivadas quase sempre por questões relacionadas com a arbitragem, a regulamentação das provas ou as transferências de jogadores a meio da época, sintomas do carácter tateante e amador dos organismos desportivos. A rivalidade e a identificação clubistas, a par da “incapacidade para aceitar a derrota”,¹⁶³ mesmo por parte daqueles que pugnavam pelos valores mais elevados do desportivismo e do reconhecimento gracioso da superioridade do adversário, tornaram-se, com o advento da luta por troféus, em elementos definidores das competições desportivas.

Se as cenas de confronto físico no terreno de jogo e a contestação às arbitragens, a par de uma não reconhecida dificuldade em digerir a derrota face a equipas portuguesas,¹⁶⁴ poderão ter motivado, em Janeiro de 1910, a retirada, “por uma questão de supremacia moral”¹⁶⁵ do histórico Carcavelos das competições oficiais, nomeadamente do Campeonato de Lisboa, o facto de ainda se tratar de um jogo praticado maioritariamente entre iguais validou a continuidade nas provas oficiais de clubes como o Clube Internacional de Futebol, que, aliás, venceu a prova na época de 1910-1911. Apenas a I Guerra Mundial colocou um travão temporário na expansão do futebol em Portugal, pela incorporação militar de muitos dos seus praticantes. O subsequente abandono da modalidade por parte

¹⁶⁰ Como se pode ler na Paixão do Povo, «Há quem afirme que tal sucedeu em 27 de Fevereiro de 1910, no Lumiar, mas parece ser mais crível a data de um outro Sporting-Benfica: 22 de Outubro de 1911. Nesta última partida foram cobrados 120 réis por cada bilhete. Tratou-se de uma decisão histórica que despertou muitas vozes discordantes, às quais se associou o Diário de Notícias, escrevendo as seguintes palavras: ‘Entradas pagas! Oh! Oh! Agora fia mais fino...’» Por sua vez, o Tiro e Sport considerou que a cobrança de entradas «é talvez o abrir da cova para onde escorregará o futebol desacreditado».. João Nuno Coelho e Francisco Pinheiro, *A Paixão do Povo: História do Futebol em Portugal* (Porto: Afrontamento, 2002), 135.

¹⁶¹ Coelho e Pinheiro, *A Paixão...*, 121.

¹⁶² Eric Dunning e Kenneth Sheard, *Barbarians, Gentlemen and Players* (Londres e Nova Iorque: Routledge, 2005).

¹⁶³ Coelho e Pinheiro, *A Paixão...*, 120.

¹⁶⁴ Depois de três triunfos consecutivos do Carcavelos, na época de 1909/1910, pela primeira vez uma equipa portuguesa, o Sport Lisboa e Benfica, venceu o campeonato de Lisboa.

¹⁶⁵ Coelho e Pinheiro, *A Paixão...*, 120.

da maioria dos jogadores estrangeiros, que compunham as melhores equipas, deixou em aberto um espaço que seria ocupado por jogadores portugueses, muitos deles de origem popular.

Em 1922, um ano depois da Selecção Nacional ter disputado o seu primeiro jogo, menos de três anos depois da aprovação da lei que limitava a jornada de trabalho diária a um máximo de oito horas diárias e 48 horas semanais,¹⁶⁶ realizou-se, pela primeira vez, o Campeonato de Portugal, a primeira prova futebolística de dimensão nacional. Até aí, o calendário desportivo oficial limitava-se aos campeonatos regionais, complementados por jogos amigáveis ocasionais entre equipas nacionais e estrangeiras, que se multiplicaram ao longo da década de vinte, e aos desafios entre equipas mistas de Lisboa e Porto. Se a formação do campeonato de Lisboa conduziu à retirada dos grupos exclusivamente compostos por ingleses, pouco tempo depois da criação do Campeonato de Portugal seria a vez de o CIF abandonar as provas oficiais, numa altura em que na imprensa se debatia a chegada dos profissionais húngaros ao futebol português e o relaxamento das regras que obrigavam um jogador a uma pausa de seis meses em caso de transferência de clube. Como um dos clubes fundadores da Associação de Futebol de Lisboa - com o Sporting, o Benfica, o Sport Clube Campo de Ourique (mais tarde o Cruz Negra) e o Sport Clube Império -, o CIF, “obrigado pelos seus princípios...rodeados de boas vontades e sem uma única defecção” decidiu que “o futebol dentro do Clube seria unicamente para nosso recreio e das nossas famílias”.¹⁶⁷

Incapaz já de concorrer com os grupos que representavam um número crescente de adeptos, o CIF fechou-se em competições reservadas aos seus sócios, entre os quais se incluíam muitos dos nomes que marcaram a génese do movimento olímpico português, de Sebastião de Herédia a Paulo D'Eça Leal, passando pelos irmãos Pinto Basto. Foi Guilherme Pinto Basto, considerado o responsável pela introdução do futebol em Portugal, numa entrevista concedida ao *Século* em 1938, no âmbito das comemorações do cinquentenário da introdução do jogo no país, quem sintetizou com clareza o ponto de vista das elites sobre a transformação que se havia observado no futebol português: “Era uma

¹⁶⁶ Decreto n.º 5516 de 7 de Maio de 1919. Não se encontravam abrangidos por este decreto os trabalhadores rurais e os domésticos.

¹⁶⁷ «O Club Internacional vai passar por uma nova orientação segundo nos afirma um director do antigo e prestimoso club», *Os Sports*, 6 de Novembro, 1924, 3.

brincadeira. Jogava-se apenas entre pessoas que já mantinham relações de amizade e cortesia. Tínhamos todos condição e educação aproximada. Não havia, propriamente, luta. O futebol era um divertimento próprio da idade. Não se falava nem sonhava em futebol de campeonato e, menos ainda, em profissionalismo. Era tudo diferente. Depois a enorme expansão que o futebol tomou, alargando-se a todas as camadas sociais, devia, evidentemente diminuir mais ou menos o verdadeiro espírito desportivo que requer uma cultura e educação que, infelizmente, não existe nas camadas populares.”¹⁶⁸

Este era o culminar de um processo que já se vinha notando desde o início do século. Já em 1901, *O Tiro Civil*, provavelmente o mais importante periódico desportivo da época, relatando um encontro entre o Lisbon Cricket Club, que abandonou a prática do futebol ainda antes do CIF, e o Grupo Luso, composto por ex-alunos da Casa Pia, elogiava o “silêncio e a boa ordem que reinavam no campo inglês” por oposição à “gritaria constante e incómoda, os comentários e apreciações nem sempre muito correctos que amiúde saiam do grupo português”.¹⁶⁹ Do Barreiro a Braga, passando por Coimbra e Olhão, o futebol não mais deixou de crescer, reportando a imprensa da época as multidões cada vez maiores, aliciadas pela competição entre diferentes grupos, que se identificavam com os bairros e as cidades. Cinco, dez e até quinze mil pessoas passaram a encher os precários recintos onde se desenrolavam as partidas. Aliás, no mesmo dia em que noticiava um encontro entre o Atlético de Madrid e o Benfica, em Março de 1924 *O Século*, numa linguagem que se continuaria a observar por mais alguns anos, e apesar de já ter incluído nas suas páginas uma coluna que acompanhava a actividade desportiva, informava que “o «foot-ball» nas ruas continua desenfreado, apesar da vigilância policial”¹⁷⁰. A relação dos poderes com os desportos colectivos, e especialmente com as práticas populares, pensadas enquanto problema social quando não pânico moral, não deixava de assentar na regulação, vigilância e repressão. Mesmo considerando o ecletismo das associações responsáveis pela expansão das redes de prática desportiva em Portugal, a partir dos anos 20 o crescimento do futebol, impulsionado pelo

¹⁶⁸ Guilherme Ferreira Pinto Basto, em entrevista ao *Século* em 1938, citado por Marina Tavares Dias. Dias, *História do...*, 22.

¹⁶⁹ Coelho e Pinheiro, *A Paixão...*, 78.

¹⁷⁰ «O ‘foot-ball’ nas ruas, continua desenfreado, apesar da vigilância policial», *O Século*, 2 de Março, 1924, 4.

interesse que despertava no público, ultrapassou rapidamente o de todas as outras modalidades.

O futebol no Algarve e o desenvolvimento do sector conserveiro: um estudo de caso

O afastamento das competições oficiais por parte de um clube claramente identificado com uma certa elite social como era o CIF deu-se no ano de 1924, novamente num ano em que um outro clube conotado com outro tipo de grupos sociais, o Olhanense, venceu pela primeira e única vez na sua história o Campeonato de Portugal. O crescimento do futebol na cidade de Olhão, como no resto do Algarve, acompanhou as transformações na estrutura produtiva regional e a integração de um “imenso mundo rural” numa divisão intersectorial de trabalho à escala nacional, assente numa lógica de especialização centrada na indústria das conservas e na cortiça, como refere Joaquim Manuel Rodrigues.¹⁷¹ Entre o final do século XIX e o final da I Guerra Mundial, Portugal transformara-se no maior produtor mundial de conservas de peixe. Estas, por sua vez, num dos mais importantes produtos de exportação da economia portuguesa.¹⁷² Em muitas localidades do litoral português, onde o futebol conheceu um rápido desenvolvimento, de Espinho a Matosinhos, passando por Setúbal, Portimão e Olhão, a indústria conserveira tornou-se um dos sectores fundamentais das economias regionais. Para se entender o triunfo do Sporting Clube Olhanense, no ano de 1924, e os seus principais personagens, é indispensável uma breve digressão pela história da indústria conserveira naquela vila. É justamente o carácter ideal típico desta história que oferece um modelo concreto para interpretar a expansão do futebol em Portugal.

No último quartel da década do século XIX, a estrutura produtiva de Olhão assentava no sector das pescas, na secagem e comércio internacional de peixe, sal e frutos secos, para além de outras actividades artesanais e comerciais relacionadas com a construção naval, fabricação de anzóis e olarias. A instalação

¹⁷¹ Joaquim Manuel Rodrigues, «A indústria de conservas de peixe no Algarve» vol. 1 (dissertação de mestrado em História do Século XX, Lisboa, Faculdade de Ciências sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1997), 374.

¹⁷² Pedro Lains, *A Economia Portuguesa no Século XIX* (Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1995), 92.

de duas fábricas de conservas na cidade, no início da década de 1880, verificou-se num momento em que se intensificava a emigração olhanense para Angola e para o Brasil. A escassez de peixe nas águas da Bretanha levou a que vários industriais conserveiros franceses, rapidamente seguidos por empresários espanhóis e italianos, procurassem no Algarve, em Lagos e Vila Real de Santo António primeiro, e depois em Olhão, não somente uma fonte de matéria-prima, mas também um lugar para onde deslocar as suas unidades de produção.

Segundo Antero Nobre, em 1901, vinte anos depois de instaladas as primeiras duas empresas, encontravam-se na cidade 8 fábricas de conservas de peixe, nas quais trabalhavam 316 homens (entre os quais 88 soldados) e 306 mulheres.¹⁷³ Nas duas décadas seguintes, a indústria cresceu de forma assinalável, com o aumento da procura das conservas algarvias durante a I Guerra Mundial. Entre 1915-16 e 1917-18 o movimento do armazém geral de Olhão quintuplicou.¹⁷⁴ Em 1917, o distrito de Faro possuía 239 estabelecimentos industriais, empregando 10.186 operários dos quais 5.064 mulheres (50%) e 1.793 menores (18%).¹⁷⁵ Os concelhos de Olhão (53 fábricas), Vila Real de Santo António (36), Faro (32) e Alportel (28), eram os mais industrializados. Este parque industrial assentava essencialmente nas fábricas de conservas de peixe e de cortiça.¹⁷⁶ No mesmo ano, Olhão já se havia transformado no maior centro conserveiro algarvio, com 34 fábricas e 2638 operários. Apesar de uma ligeira diminuição do número de estabelecimentos industriais no pós-guerra, e da crise que se abateu sobre o sector na segunda metade da década de 1920, a sua importância continuou a aumentar até 1933, ano em que 3300 operários de ambos os sexos trabalhavam nas 47 fábricas existentes.¹⁷⁷ Assente em ciclos económicos curtos e na exploração de mão-de-obra barata, o desenvolvimento do sector era também inseparável das políticas cambiais, crescendo nos períodos de desvalorização da moeda e recuando nos períodos de valorização cambial, como sucedeu a partir de 1924, com a reforma financeira iniciada por Álvaro de Castro.¹⁷⁸

¹⁷³ Antero Nobre, *História Breve da Vila de Olhão da Restauração* (Olhão: A voz de Olhão, 1984), 127.

¹⁷⁴ Rodrigues, «A indústria...», 150.

¹⁷⁵ Nobre, *História Breve...*, 151.

¹⁷⁶ Rodrigues, «A indústria...», 151-152.

¹⁷⁷ Rodrigues, «A indústria...», 90-91.

¹⁷⁸ Rodrigues, «A indústria...», 177.

O reduzido investimento necessário para montar uma empresa de conservas de peixe possibilitou a proliferação de pequenas unidades de carácter muitas vezes artesanal, “verdadeiramente improvisadas nas instalações e apetrechamento, sem organização eficaz e sem suporte financeiro suficiente”,¹⁷⁹ apoiadas na sazonalidade da produção, em elevadas taxas de feminização de mão-de-obra e explorando o trabalho infantil.¹⁸⁰ Os seus efeitos noutros sectores económicos da região fizeram-se sentir sobretudo em indústrias subsidiárias, como a litografia, a latoaria e a construção naval¹⁸¹, tendo igualmente contribuído para a “industrialização” da pescas locais.¹⁸² É, porém, necessário referir que não constituíram um motor de modernização da estrutura produtiva e das unidades industriais existentes. Uma parte importante dos lucros foi canalizado para despesas sumptuárias. Outra, num contexto de depreciação constante do escudo, foi depositada em bancos estrangeiros. A crise instalou-se no sector, na segunda metade da década de 1920, consequência da quebra de procura internacional, e da reorganização económica de diversos países europeus, mas também da maior concorrência de empresas italianas, espanholas e francesas em parte resultado da baixa qualidade do produto e das múltiplas fraudes praticadas pelos empresários portugueses durante a guerra.

Com a crise da pesca na costa algarvia terão fechado, em 1925, 90% das fábricas de conservas em Olhão, tendo sobrevivido apenas uma parte das perto de 80 unidades que laboravam na cidade no final da guerra.¹⁸³ O ciclo de crescimento foi, contudo, retomado com a II Guerra Mundial. Então, cresceram novamente e de forma significativa os lucros das empresas conserveiras.¹⁸⁴ Pese embora a fragilidade deste processo de industrialização, dependente de flutuações conjunturais de mercado e estruturalmente dependente de matérias-primas secundárias importadas, as consequências culturais deste incremento significativo na indústria das conservas durante os “anos loucos”, integrando um processo mais

¹⁷⁹ Nobre, *História Breve...* Para uma descrição mais detalhada das condições de algumas destas empresas veja-se Rodrigues, «A indústria...», 96-102.

¹⁸⁰ Rodrigues, «A indústria...», 175.

¹⁸¹ Como refere Rodrigues, «há ainda a destacar o impulso transmitido a outras indústrias, como por exemplo, a salineira, a serralharia e a caixotaria, fabrico de chaves, grelhas, pregos, cerâmica refractária e construção civil». Rodrigues, «A indústria...», 96.

¹⁸² Nobre, *História Breve...*, 88.

¹⁸³ Nobre, *História Breve...*, 109.

¹⁸⁴ Rodrigues, «A indústria...», 136 e 141.

geral de transformação das estruturas produtiva e social portuguesa, foram manifestas, mesmo que lentas e por vezes contraditórias.

O número de operários a nível nacional não parou de aumentar entre os últimos anos do século XIX e o final da I Guerra Mundial. Entre 1890 e 1896 cresceu 195%, entre 1896 e 1912 perto de 200%, para aumentar novamente 155% até 1917. Para o Algarve, e apesar da dificuldade em quantificar de forma exacta estes valores, Joaquim Manuel Rodrigues, avança a hipótese de o proletariado ter crescido uns impressionantes 890% durante o mesmo período, constituindo 53,6% do total do número de operários a nível nacional, em 1917.¹⁸⁵ Trata-se, para mais, de um volume bastante mais considerável do que o aumento populacional em Olhão durante o mesmo período, um indicador de proletarização das populações. Nos primeiros trinta anos do século XX, a população de Olhão cresceu de 10.009 habitantes para 13.394. Incremento que se sentiu sobretudo ao longo da década de 1920, já que a emigração nos primeiros anos do novo século e mais tarde a I Guerra Mundial e o surto de pneumónica influenciaram de forma decisiva a demografia local.¹⁸⁶

Como refere Manuel Villaverde Cabral, a propósito da composição de classe e organização política do proletariado regional, “apesar da pequena dimensão das implantações industriais e da irregularidade do emprego, a difusão da relação salarial, a divisão do trabalho e a continuidade urbanística da costa fizeram do Algarve uma das regiões que mais depressa e mais ardentemente aderiram ao sindicalismo revolucionário”.¹⁸⁷ A emergência de uma estrutura de classes de uma sociedade industrial e capitalista encontrou correspondência no desenvolvimento lento, parcial e desigual de associações recreativas e desportivas, sindicatos e partidos políticos, infra-estruturas rodoviárias e sanitárias modernas, enfim, de uma morfologia social, económica, política e cultural e de um conjunto de infra-estruturas que materializavam as dinâmicas de um processo de modernização.

Os lucros resultantes do aumento extraordinário do volume de negócios relacionados com a indústria conserveira – 11.542% de crescimento dos valores

¹⁸⁵ Rodrigues, «A indústria...», 209.

¹⁸⁶ Nobre, *História Breve...*, 196.

¹⁸⁷ Manuel Villaverde Cabral, *O Operariado nas Vésperas da República* (Lisboa: Editorial Presença, 1977), 104.

da exportação da conserva de sardinha entre 1914 e 1924¹⁸⁸ - não se repercutiram, contudo, na melhoria rápida das condições de vida dos trabalhadores. Entre 1920 e 1923, por exemplo, durante o pico dos lucros da indústria conserveira, para além das inúmeras greves de diferentes grupos profissionais locais – pescadores, soldadores, padeiros, funcionários dos correios, operários da construção civil e aguadeiros -, que reflectiam uma complexificação da composição de classe do proletariado algarvio, em pelo menos dois momentos, 1920 e 1922, observaram-se “assaltos populares aos estabelecimentos comerciais de géneros alimentícios” e em particular, em 1922, às padarias.¹⁸⁹ Luta pelo pão num contexto inflacionário que, como sublinha Villaverde Cabral, não deixava de reflectir os salários e o poder de compra de uma parte substancial dos operários portugueses.¹⁹⁰

Por outro lado, também não se pode considerar que os lucros tenham sido reinvestidos numa modernização industrial ou que tenham contribuído para uma melhoria sensível das condições de uma cidade historicamente reconhecida como uma das mais insalubres cidades do país. À entrada da década de 1920, e depois do surto de pneumónica, Olhão continuava, ainda, e de modo mais saliente, a ser reconhecida pelo seu proverbial mau cheiro, resultado também da porcaria que se acumulava nas ruas, ainda por asfaltar, cheias de poeira no verão e lama no inverno. Apenas na segunda metade da década de 1920, durante o mandato do monárquico Capitão João Carlos Mendonça na Câmara Municipal de Olhão, foi levado a cabo um conjunto de obras que permitiram à população o acesso a saneamento básico, água potável ou electricidade. Se as infra-estruturas físicas conheceram, durante este período, algum desenvolvimento, o insuspeito António de Oliveira Salazar na sua visita de 1931 aos centros conserveiros algarvios, guiado pelo Eng.º Sebastião Ramirez, que seria o seu primeiro Ministro do Comércio, Indústria e Agricultura, traçava um retrato social da região e do investimento que os industriais nela haviam feito: “nem cantinas, nem bairros operários, nem qualquer forma de assistência na fábrica ou fora dela...”¹⁹¹

A estrutura de classes local manifestava-se na constituição da sociedade civil e reproduzia algumas das suas divisões e fronteiras. Uma das mais claras era

¹⁸⁸ Rodrigues, «A indústria...», 162.

¹⁸⁹ Nobre, *História Breve...*

¹⁹⁰ Cabral, *O Operariado...* Em especial o Capítulo VI, «Salários, ‘nível de vida’ e horário de trabalho», 105 – 121.

¹⁹¹ Rodrigues, «A indústria...», 226.

a que separava a Sociedade Recreativa Olhanense (1880), a *recreativa rica*, do Grémio Recreativo Olhanense (1888), redenominado Clube Recreativo Olhanense, nos anos trinta, a *recreativa pobre*. Na primeira, composta no final do século XIX pelas “figuras principais da sociedade olhanense, incluindo o Juiz de Direito, o Presidente da Câmara, etc.” podia encontrar-se um pequeno teatro e organizava saraus de musica clássica onde chegou a participar, em 1894, o pianista Viana da Mota. Empregados no comércio e na indústria nascente e funcionários públicos de baixa categoria compunham o corpo da recreativa pobre, onde também havia lugar para o teatro amador e para os bailes.¹⁹² Foi nas suas instalações que, em 1908, se exibiu pela primeira vez o animatógrafo, quatro anos antes da inauguração do Cinema-Teatro de Olhão. Faziam parte da sociedade por quotas responsável pela introdução do cinema na cidade “Eugénio Pestana, proprietário de uma estância de serração de madeiras e fabrico de caixotaria e Manuel Pereira Madeira, capitalista e proprietário do terreno, que pouco antes regressara do Brasil, para onde emigrara bastante novo e onde fizera razoável fortuna”.¹⁹³

É entre os membros destes últimos grupos sociais que podemos encontrar os elementos que levaram o Sporting Clube Olhanense à notoriedade nacional. Do lado das elites de capitais mais consolidados, observava-se o investimento e a participação em iniciativas ocasionais de filantropia,¹⁹⁴ em actividades políticas, particularmente acesas durante a I República, e em eventos culturais, com destaque para a música e o teatro. Do lado do operariado emergente, para além da criação de sindicatos¹⁹⁵ e associações mutualistas, predominavam as associações

¹⁹² Joaquim Simões Júnior retrata da seguinte forma a relação entre as duas associações: «Em Olhão há dois clubes recreativos: um dos ‘Ricos’ e o outro dos ‘Pobres’. O primeiro destina-se aos doutores, grandes industriais e comerciantes; o segundo a funcionários públicos de baixa categoria social, aos empregados comerciais e a operários estabilizados. Num e noutro não entram pescadores, descarregadores de cais, vendedores de peixe, padeiros, taberneiros e engraxadores, e as profissões mais humildes em geral.» Joaquim Simões Júnior, *Antiga Crónica de Olhão* (Olhão: Gráfica Algarve, 1996), 62.

¹⁹³ Nobre, *História Breve...*, 165.

¹⁹⁴ Vejam-se, por exemplo, os casos da construção de um hospital em Olhão, financiado inicialmente pelo Juiz do Compromisso Marítimo, José Mendes; ou a tentativa em 1901, de constituição de um Corpo de Salvação Pública Olhanense (Bombeiros Voluntários) «tendo como primeiro e segundo comandantes, respectivamente, Eduardo Figueiredo e José Guerreiro Mendonça, moços das mais abastadas famílias locais. Nobre, *História Breve...*, 137.

¹⁹⁵ O primeiro sindicato olhanense, a Associação de Classe dos Pescadores de Olhão, foi fundado em 1898. Em 1901 foi criada a Associação de Classe dos Operários das Fábricas de Conservas, cujo primeiro presidente foi o soldador Francisco de Souza Pité. Em 1903 foi a vez da Associação de Classe das Operárias das Fábricas de Conservas, liderada por Adelina Rosa. A Associação dos Soldadores de Olhão foi criada em 1910, ainda com o nome de Sindicato dos Soldadores de

recreativas populares. Entre estes dois grupos, entre o lazer distintivo e as actividades beneficentes e as organizações das classes populares e as mais combativas organizações operárias¹⁹⁶, entre as quais se destacava a categoria dos soldados, um estrato intermédio da sociedade olhanense encontrou no comércio, no cinema e no futebol contextos para exprimir a sua trajectória social ascendente. A história da ascensão e declínio do clube é também a narrativa do destino deste grupo de olhanenses.

Olhanense campeão: a vitória do futebol popular

Fundado em 1912, no mesmo ano em que foi inaugurado o cinema da cidade, o Olhanense conheceu significativo protagonismo no futebol português em meados da década de 1920. Este período corresponde simultaneamente a um pico dos lucros da indústria conserveira e a uma considerável crise social e sucessivas greves na cidade, resultado do surto inflacionário e de uma significativa degradação das condições de vida do operariado local. Do ponto de vista de uma história social e económica, o triunfo do Olhanense na edição de 1924 do Campeonato de Portugal, seguido de um rápido declínio, será talvez uma das mais expressivas manifestações destes “anos loucos”, um dos marcos da ascensão e queda da indústria conserveira olhanense e um reflexo do difícil advento de uma sociedade industrial e moderna no Algarve.

O futebol terá sido introduzido no Algarve pelo então tenente da Marinha de Guerra, Joaquim Costa, o primeiro presidente do CIF e um dos membros da Associação de Futebol de Lisboa.¹⁹⁷ Num período em que eram raras as escolas no Algarve, foram os alunos do liceu de Faro que levaram o jogo para as suas terras nas férias do Verão. Em Olhão, a primeira partida disputou-se em 1908, por iniciativa de Armando Amâncio e de dois outros amigos que, nas férias de Verão, terão encomendado uma bola à Casa Senna em Lisboa.¹⁹⁸ Sobre as fundações do

Olhão. Nobre, *História Breve...*, 153.

¹⁹⁶ Segundo Joaquim Manuel Rodrigues, «Entre 1893 e 1921, o Algarve foi palco de 198 greves num total de 2.837 greves ocorridas a nível nacional, ou seja, representando, 6,9%, colocando-se atrás de Lisboa, Porto, Setúbal e Castelo Branco». Rodrigues, «A indústria...», 212.

¹⁹⁷ Para uma nota biográfica mais detalhada do Comandante da Armada Joaquim Costa veja-se Coelho e Pinheiro, *A Paixão...*, 96.

¹⁹⁸ Raminhos Bispo, *Sporting Clube Olhanense, 90 anos de história*. vol. 1 (Tavira: Tipografia Tavirense, 2004), 27.

futebol algarvio, conta-se em Portimão uma outra história, ligada desde o início à indústria conserveira: “O portimonense Pedro Bento d’Azevedo casou com uma cidadã inglesa, Elizabeth Pearce, em pleno século XIX. Despachante oficial, viria a notabilizar-se pelo forte impulso dado à indústria conserveira – as sardinhas Mary Elizabeth ficaram conhecidas em todo o mundo.” Na história do Portimonense, foi o rebento desta união, José Pearce d’Azevedo, que, beneficiando das ligações da família à Inglaterra e aí tendo efectuado os seus estudos, “sensivelmente na mesma altura” dos irmãos Pinto Basto, no regresso a casa “trouxe consigo uma bola e umas chuteiras, com biqueira de aço e forradas a cabedal”.¹⁹⁹

Independentemente dos imaginários regionais, as duas narrativas encaixam num mesmo padrão: no quadro da emergência de uma sociedade industrial, numa fase de crescimento das relações sociais de produção capitalistas, ou seja, de crescimento das interdependências sociais, jovens das elites que tomam contacto com a modalidade em instituições de ensino, em Portugal ou no estrangeiro, levaram o novo jogo para as suas cidades onde ele entusiasmou diferentes camadas sociais. Os clubes surgiram um pouco por todo o Algarve, primeiro informais e mais tarde institucionalizados em torno desses núcleos iniciais de praticantes. Daqui passou-se para a fase da organização regional, que permitiu gradual e lentamente formar os primeiros campeonatos entre os clubes da região.

O primeiro “Campeonato do Algarve” foi criado pela Liga de Educação Física, sediada em Tavira e fundada entre 1913 e 1914.²⁰⁰ Participaram na competição, cujas três primeiras edições foram vencidas pelo Olhanense, o Tavira Ginásio Clube e o Três Estrelas de Vila Real de Santo António. Na mesma altura, 1914, foi criada a União de Futebol de Faro, que agregava os clubes daquela cidade: Associação Académica de Faro, Escola Normal de Faro, Sporting Clube Fareense e Boavista Futebol Clube (Faro). Depois dos habituais desencontros e incompatibilidades em que o futebol português se mostrava fértil e que levaram à extinção daquelas duas organizações, constituiu-se em plena Grande Guerra, 1917, a Associação de Futebol de Faro, extinta em 1918, mas que esteve na base

¹⁹⁹ Armando Alves, *Portimonense Sporting Clube: 89 anos de história, 1914-2003* (Portimão: Portimonense Sporting Clube, 2003), 9.

²⁰⁰ Bispo, *Sporting Clube...*, 29.

da Associação de Futebol do Algarve. Esta foi criada a 21 de Outubro de 1921, na sede do Ginásio Clube Farense por dez clubes distribuídos pelos centros industriais da região: Sporting Clube Farense, Sport Lisboa e Faro, Boxing Futebol Clube, Sporting Clube Olhanense, Lusitano Futebol Clube, Glória Futebol Clube, Portimonense Sporting Clube, Sport Clube União, Sport Clube os Leões Portimonenses e o Esperança Futebol Clube.²⁰¹

O período de glória do Olhanense no futebol português verificou-se, precisamente, no culminar das transformações económicas, sociais, culturais e desportivas que procurámos identificar e detalhar. O que não significa que o sucesso desportivo se explique meramente por factores económicos. Todavia, na base da reorganização e transformação do Sporting Clube Olhanense em força dominante do futebol regional, e potência nacional, encontravam-se precisamente um conjunto de agentes provenientes das novas classes industriais algarvias. O clube, como os seus rivais regionais, tornou-se um elemento importante de representação comunitária. Nas páginas em que se escreve a sua história são inúmeros os relatos das partidas com o Lusitano de Vila Real de Santo António, com o Ginásio Tavira, o Farense, o Portimonense ou o Esperança de Lagos. Os estádios enchiam por ocasião dos jogos entre estas equipas ou das visitas das já então grandes equipas da capital, Sporting e Benfica. A transformação das funções sociais dos clubes desportivos não poderia deixar incólumes as suas bases sociais. A prática do futebol, já em processo de profissionalização, ainda que insegura e instável, tornou-se um meio de mobilidade social e de notoriedade para os jovens das classes trabalhadoras, entre as quais, depois da I Guerra Mundial, foram predominantemente recrutados os praticantes. Nas direcções dos clubes, elementos provenientes de estratos da pequena burguesia comercial, em percursos de mobilidade social ascendente, procuravam marcar a sua posição no espaço social local.

O final da Grande Guerra assinalou a chegada destas transformações ao Sporting Clube Olhanense. A frágil estrutura competitiva e organizativa do clube, como de outros da região, foi remodelada depois de ter falhado, em 1921, a fusão com o Ginásio Clube Olhanense. Nos anos seguintes, por via da actividade de uma direcção liderada por Cândido Ventura, e na qual também se distinguiam

²⁰¹ «Associação de Futebol do Algarve: historial» <http://www.afalgarve.pt/afa/Historial/index.htm>.
acedido a 9 de Abril de 2012.

Julião Florentino Topa e Manuel Jorge, conhecido como “pai Jorge”, figura incontornável do associativismo e da sociedade civil olhanense, o clube, que até então não tinha sede, construiu o seu estádio, o Estádio Padinha, inaugurado em 1924, e formou uma equipa competitiva.

Estes homens, que guiaram os destinos do Olhanense na primeira metade da década de vinte, partilhavam uma história, atributos sociais e disposições culturais. Desde logo, eram recém-chegados à cidade. Ventura, que tinha emigrado para Angola aos 19 anos, abriu, no seu regresso, uma mercearia, uma pastelaria e o café Avenida. Julião Florentino Topa voltou do Brasil e pouco depois, em 1919, foi nomeado Presidente da Associação de Empregados no Comércio e na Indústria. A ligação com a emigração não se ficava por aí. Também fazia parte da equipa que manteve as actividades desportivas do clube, durante a I Guerra Mundial, Domingos Chumbeiro, “co-fundador do grande grémio desportivo brasileiro Clube de Regatas de Vasco da Gama”.²⁰² Manuel Jorge não era nem um “brasileiro” nem um “africanista”, as categorias utilizadas à época para designar os emigrados. Chegou a Olhão em 1920, tendo-se instalado no largo da Alfândega como sócio dum estabelecimento comercial de apetrechos marítimos.

Homens do comércio, em trajectórias de mobilidade social ascendente, oriundos de meios culturalmente descapitalizados e socialmente desprestigiados, à procura de reconhecimento na cidade onde haviam chegado há pouco tempo, encontraram na emergente indústria conserveira um canal de afirmação económica. Julião Topa esteve ligado à importação e exportação de conservas e foi, mais tarde, uma das vozes mais activas nos debates sobre a indústria conserveira. Cândido Ventura foi um fugaz industrial de conservas. Aproveitando a explosão na procura internacional criou a fábrica “Esperança”, que rapidamente entrou em declínio. De Manuel Jorge “diz-se que foi o organizador de todas as manifestações culturais, tanto desportivas, como de beneficência e ainda as dedicadas à quadra do Carnaval, realizadas nos anos de 1925/1969”.²⁰³ Na segmentada sociedade olhanense todos eles estiveram ligados, de uma forma ou de outra, ao advento de uma cultura popular urbana moderna na cidade – que

²⁰² Bispo, *Sporting Clube...*, 30.

²⁰³ Para breves notas biográficas de Manuel Jorge, Julião Florentino Topa veja-se João Villares, *Quem é quem em Olhão* (Olhão: Livraria Clinar, 2004), 262-263 e 538-539.

englobava, por exemplo, e para além do futebol e do cinema, concorridos combates de boxe - relativamente distante dos saraus e dos debates organizados por outras fracções das elites locais. As atribulações da vida de Cândido Ventura condensam de forma impressionante o nexos entre biografia e estrutura social, para utilizar os termos de C. Wright Mills.²⁰⁴

Apesar de breve, a passagem deste homem de vida aventureira e “imaginação prodigiosa”, deixou marcas na cidade. Chegado de Angola depois da I Guerra Mundial, partiu para a Argentina em 1927, após a falência da sua fábrica de conservas e, ao que consta, de um amor não correspondido “por uma senhora, filha de uma das mais respeitáveis famílias da terra”. Dele se diz que dava “o melhor dos seus tempos aos namoricos”, aventuras amorosas que lhe “comiam muito dinheiro”, e que, também por isso, “a sua fábrica trabalhando em pleno não dava um tostão de lucro”. O seu Café Avenida, “o mais luxuoso café do Algarve”, inaugurado pouco depois de ter chegado à cidade, tornou-se o centro nevrálgico de uma certa sociabilidade olhanense, marcada pelos jogos de azar e pela presença constante de uma ou outra “beldade sevilhana, que tinha artes de fazer subir os lucros e provocava a raiva de muitas esposas”.²⁰⁵

Segundo histórias que se contam em Olhão, “gastava dinheiro sem fazer contas”, fosse em actos de sincera caridade, de construção de “audaciosos projectos” empresariais ou de desinteressado envolvimento na sociedade local.²⁰⁶ Nenhuma destas diversas paixões lhe terá consumido mais recursos e tempo do que o Sporting Clube Olhanense, que liderou entre 1921 e 1927. Sob a sua direcção, o Olhanense conquistou quatro campeonatos do Algarve consecutivos, entre as épocas de 1923/24 e 1926/27. Em 1923/24 foi Campeão de Portugal sem derrotas, tendo atingido as meias-finais da competição nas duas épocas seguintes.

Para levar o clube aos triunfos, uma das primeiras medidas de Cândido Ventura foi a demanda nacional por jogadores que pudessem complementar o viveiro local de talentos, de onde se destacava o jovem médio Cassiano, filho de pais incógnitos, abandonado à porta de uma igreja e educado pelo um vendedor

²⁰⁴ C. Wright Mills, *The Sociological Imagination* (Oxford e Nova Iorque: Oxford University Press, 2000).

²⁰⁵ Vilares, *Quem é...*, 563-566.

²⁰⁶ Veja-se, por exemplo, o caso do nunca concretizado «Bairro Municipal» de Olhão. Uma encomenda de Cândido Ventura ao arquitecto Carlos Ramos, seu cunhado. Ricardo Agarez, «A Construção do Quotidiano: Arquitectura ‘Bread-and-butter’ no Sul de Portugal, 1925-1950» (comunicação apresentada no IV Congresso História da Arte Portuguesa, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2012).

ambulante de bolos, Cassiano do Carmo Serrano.²⁰⁷ A principal figura trazida para Olhão foi Raúl Figueiredo, conhecido como o “tamanqueiro”, referência à profissão do seu pai. Este atleta do Avenida Futebol de Setúbal, que havia passado pelos escalões de formação do Vitória de Setúbal e do Sporting, foi contratado pelo Olhanense em 1923, distinguindo-se quer pela capacidade física, pela força do remate e pela “prodigiosa habilidade”. Foi transferido para o Benfica em 1926, mas regressou ao Olhanense, ao serviço do qual se encontrava quando representou a selecção portuguesa, orientada por Cândido de Oliveira, que atingiu o quarto lugar nos Jogos Olímpicos de Amesterdão em 1928. Em Olhão, em tempos de um semi-profissionalismo encoberto, “criou amizades. Como conhecia o negócio do peixe, viu que esta praça era bastante comercial e lhe dava margem para ganhar mais dinheiro. Ficou, e no Cais de Olhão, descalço e de calças arregaçadas comprava e vendia cabazes de sardinhas”.²⁰⁸

Apesar de serem comuns as referências ao desagrado que a estratégia de Cândido Ventura provocou entre os defensores de um amadorismo puro, a conquista de troféus e a reprodução de práticas semelhantes em todo o país rapidamente relegou para um segundo plano esse debate. Os tempos não eram ainda de profissionalismo total, mas o treinador Rogério Peres, um ex-jogador do Benfica, contratado na época de 1922-23,²⁰⁹ já tinha ao seu dispor recursos humanos para construir uma equipa competitiva. Conforme se pode ler nas páginas da história do clube, “o Olhanense, que na altura praticava um semi-profissionalismo, percorria o Algarve, o Sul de Espanha, em jogos particulares onde era reconhecida a categoria do seu futebol, criando raízes de um clube histórico”.²¹⁰ Pouco depois da saída de Cândido Ventura, “o Olhanense atravessava a maior crise de sempre. Chega a ter pouco mais do que duas dezenas de sócios pagantes, que poucos mais eram para além dos dirigentes em actividade.”²¹¹ O clube renasceu para os grandes palcos desportivos nacionais com novo ciclo de expansão dos lucros da indústria conserveira, trazido pela II Guerra Mundial. Mas essa é uma outra história.

²⁰⁷ Vilares, *Quem é...*, 99-103.

²⁰⁸ Vilares, *Quem é...*, 184-186.

²⁰⁹ Que levou consigo para Olhão o seu irmão, Fausto Peres, também ele um ex-jogador do Benfica.

²¹⁰ Bispo, *Sporting Clube...*, 57.

²¹¹ Bispo, *Sporting Clube...*, 59.

Os primeiros passos do semi-profissionalismo: o início e o fim do mito do amor à camisola

Para além de ter contribuído para a deserção de mais um clube das competições desportivas, o CIF, o triunfo do Olhanense deu-se num contexto de transformação organizacional, social e cultural do futebol português. A segunda metade da década de vinte marcou o triunfo do futebol operário e popular sobre o futebol elitista da década anterior. Para além do título do Olhanense, e dos bons resultados de equipas como o Casa Pia e o Vitória de Setúbal, outros clubes de bases populares, como o Marítimo, o Belenenses e o Carcavelinhos, também conhecido como o “Sparta de Alcântara”.

Neste contexto de popularização dos atletas e de ampliação dos públicos e da rede associativa, o debate entre os defensores do amadorismo mais puro e os advogados do profissionalismo condensa um conjunto de questões centrais para o entendimento da evolução do futebol em Portugal, as suas linhas de clivagem fundamentais e a forma como esse campo futebolístico se relacionou com a esfera política. Um debate que, no que concerne ao reconhecimento jurídico da natureza laboral do vínculo entre jogador e clube desportivo, só teve um epílogo na década de sessenta, como teremos oportunidade de detalhar na terceira parte. Neste período de praticamente quarenta anos foi-se gradualmente construindo o mito do “amor à camisola”, a nostalgia de um período remoto e inaugural do futebol em Portugal, no qual os atletas se moviam por paixão e valores morais mais do que pela busca do lucro, um tempo em que os amadores se sobrepunham aos que eram, no quadro dos valores ainda dominantes, classificados como mercenários.

Na memória de todos permanecia o exemplo de Artur José Pereira, que havia abandonado o Sporting Clube de Portugal, depois da conquista do título de 1918/1919, para fundar o “seu” clube, o clube do seu bairro. Ainda antes de ingressar no Sporting, Artur José Pereira integrou o Sport Lisboa e Benfica, reconstituído em 1908. Trabalhava simultaneamente na Farmácia Franco, berço daquele clube, se bem que dispondo de condições de trabalho bastante especiais, já que o proprietário da farmácia, Pedro Franco, era um grande apaixonado pelo futebol, mas também, e sobretudo, um empenhado sócio do Benfica. Não se conhecem exactamente os motivos da sua saída do clube. De acordo com alguns, terá que ver com o gradual corte da ligação entre o Sport Lisboa e a zona de

Belém. Por outro lado, a saída verifica-se depois de ter sido suspenso por seis meses pelo Benfica, no que poderia configurar uma rivalidade com o carismático líder benfiquista Cosme Damião. Seja como for, no final do campeonato de 1913/1914, em que o Benfica se sagrou tri-campeão de Lisboa, Artur José Pereira, considerado o melhor jogador português da época, protagonizou uma das primeiras grandes transferências do futebol português. Seduzido por Francisco Stomp, o rapaz de origens humildes e com a 5ª classe completa, mudou-se para o Sporting, com um acordo verbal, dada a impossibilidade de estabelecimento de contratos, para receber 36 escudos por mês, acentuando a já então notável rivalidade entre águias e leões.

Alguns anos mais tarde, e para concretizar o seu desígnio de voltar a jogar futebol em Belém, numa altura em que o seu irmão, regressado da I Guerra Mundial, representava o Benfica, pediu ao capitão do Sporting, Jorge Vieira, para interceder junto de Francisco Stomp, no sentido de este o “libertar” do Sporting. Num tempo em que jogadores, dirigentes e treinadores confraternizavam como iguais e muitas vezes trocavam de papéis, Stomp acedeu, segundo uma história oficial do Sporting, numa sentença que ficou na história do futebol português: “Ó Jorge, diz ao Artur que vá à merda e que funde o tal clube em Belém!”.²¹² Neste gesto fundacional foi acompanhado por outros jogadores que então militavam no Benfica. Ainda que centrado a sua actividade no futebol, o clube rapidamente abriria as secções de ginástica, atletismo, basquetebol, andebol, natação, ciclismo, ténis de campo, ténis de mesa e hóquei em campo.²¹³

Um ano depois, em 1920, foi criado o Casa Pia Futebol Clube, outro dos clubes populares da zona Belém. A equipa da instituição que havia sido uma das pioneiras na introdução das actividades desportivas em Portugal,²¹⁴ e que, no ano

²¹² Dias, *Sporting Clube...*, 121-127. Para uma biografia de Artur José Pereira veja-se Coelho e Pinheiro, *A Paixão...*, 176-177 e ainda «Artur José Pereira ou a Origem do Belenenses», <http://osbelenenses.blogspot.pt/2009/06/artur-jose-pereira-ou-origem-do.html> acedido a 7 de Janeiro de 2014.

²¹³ Acácio Rosa, *Factos, Nomes e Números da História do Futebol Clube Belenenses* (Lisboa, s/ed., 1960).

²¹⁴ Criada por iniciativa de Dona Maria I e sob tutela do Intendente Pina Manique, para contribuir para a recuperação e regeneração de parte da massa de indigentes e órfãos que circulavam pela Lisboa setecentista, a Casa Pia foi no século seguinte «pioneira do campo das actividades desportivas, introdutora da prática dos desportos modernos e divulgadora das sucessivas teorias de ginástica provenientes da Europa», constituindo um pólo fundamental na popularização do futebol português. Bruno do Carmo e Januário Barreto, alunos da instituição, introduziram o futebol na Casa Pia, em 1893. No ano seguinte uma equipa da Casa Pia disputou o seu primeiro jogo com o Grupo Académico, composto por alunos da Escola Politécnica. Em 1898 um grupo português,

da sua formação, venceu o Campeonato de Lisboa, era composta exclusivamente por ex-alunos do Casa Pia. Na base da constituição do novo clube, encontrava-se a Associação Escolar da Casa Pia, fundada em 1912, que se distinguiu em diversos torneios escolares, então organizados sob a égide da Associação de Futebol de Lisboa. Para além de assegurar a participação da Casa Pia nos vários torneios desportivos que se realizavam no país, a associação desenvolvia também actividades de natureza beneficente e cariz cultural, através de diferentes grupos como a Associação do Bem, o Grupo Luz Soriano ou, mais tarde, o Ateneu Casapiano, promovendo récitas e mantendo em funcionamento um gabinete de leitura ao mesmo tempo que prosseguiram as aulas de ginástica, impulsionadas por Luís da Câmara Leme, grande entusiasta da ginástica científica, que não deixava de divulgar na imprensa a importância do método de Ling.

Entre os fundadores do novo clube, cuja primeira equipa foi composta por jogadores oriundos do Benfica,²¹⁵ mas também do Sporting, do Belenenses e até do CIF, pontificava o nome de Cândido de Oliveira. O capitão da selecção nacional abandonara no final da época anterior o Benfica, depois de garantida a conquista do título de campeão de Lisboa, para fundar o novo clube, da organização que era também apelidada de Universidade Plebeia e Faculdade dos Proletários.²¹⁶ Assim não sucedeu com outros benfiquistas de origem casapiana. Perante a debandada de quase uma dezena de jogadores - entre os quais se destacava igualmente António Pinho -, Cosme Damião e Ribeiro dos Reis mantiveram-se fiéis ao clube da águia, mais uma vez confrontado com a necessidade de lutar pela sobrevivência.

À semelhança do Belenenses, as diferentes equipas do Clube Atlético Casa Pia atingiram notoriedade na maioria das modalidades praticadas no clube naquela época: natação, o pólo-aquático, luta greco-romana, boxe, atletismo, ginástica e esgrima, esta última modalidade animada pelo jornalista desportivo

formado por elementos da Casa Pia derrotou os até então imbatíveis ingleses do Carcavelos Club. A respeito do carácter pioneiro da educação física na Casa Pia de Lisboa veja-se, António Moraes Rocha e António Costa Sequeira, *Contribuição para a História da Educação Física na Casa Pia de Lisboa* (Lisboa, edição de autor, 1980), 9.

²¹⁵ O Benfica foi, aliás, novamente, uma das equipas mais prejudicadas com a formação destes dois novos clubes na zona de Belém. Depois de na década anterior ter perdido uma série de elementos para o Sporting, desta feita, em dois anos perdeu 10 jogadores para aquelas duas agremiações. Coelho e Pinheiro, *A Paixão...*, 182.

²¹⁶ José dos Santos Pinto e Hélder Tavares, *Casa Pia Atlético Clube, Ateneu Casapiano: 70 anos de Cultura de Solidariedade de Desporto* (Lisboa: Biblioteca – Museu Luz Soriano, 1990), 40.

Reynaldo Monteiro. Noutras zonas da cidade, como noutras zonas do país, outros clubes iniciavam paulatinamente as suas actividades, numa época que ficou conhecida como os tempos das balizas às costas, devido às difíceis condições logísticas e económicas em que se desenvolvia o futebol em Portugal. Neste primeiro momento de popularização do desporto, para além do processo de nacionalização dos praticantes, paralelo ao abandono dos membros da colónia inglesa, a grande diferença entre os membros dos diferentes grupos desportivos que se defrontavam nos pelados da época encontrava-se entre uma certa elite dos negócios, das profissões e do alto funcionalismo público e entre estudantes, intelectuais e artistas, aos quais se juntavam, em praticamente todos os clubes, um conjunto de homens de origens sociais mais modestas, mas dotados de um talento particular para o jogo.

Mas se este tipo de histórias, com as suas complexas e muitas vezes contraditórias tramas narrativas de amizade e rivalidade, traição e generosidade, marcaram a imaginação fundacional do futebol, a circulação de jogadores era um dado quotidiano relatado na imprensa. Um fenómeno que suscitava um intenso debate emaranhado num conjunto de valores morais, classistas e desportivos, muitas vezes antagónicos entre si. Quando em 1923, num editorial da *Gazeta Desportiva*, Cândido Oliveira defendeu o profissionalismo no futebol este era já um facto recorrente no quotidiano futebolístico. Aos seus detractores, considerava o jornalista, não restavam “outras armas eficazes que não sejam as da invocação de um ideal, do senso moral, da honra, da lealdade, da justiça desportiva. Têm toda a razão. Mas este é o seu único argumento sério e positivo. Ficam-se por aí.” Da aceitação desse ideal desportivo, ancorado na premissa de que “o desporto em geral, e o football em particular, só poderiam preservar a sua integridade e a sua pureza, se fossem praticados por criaturas livres de qualquer cuidado material”, Cândido de Oliveira deduzia que era “inevitável ou, pelo menos, admissível, que os desportistas de condição social modesta, sucumbam à tentação de juntar o útil ao agradável – praticando um futebol que se acomoda muito bem com certas vantagens materiais”.²¹⁷

Subjacente ao repúdio do profissionalismo desportivo encontrava-se a crítica à comercialização dos desportos. Na imprensa procurava-se clarificar

²¹⁷ Cândido de Oliveira, «Amadores e Profissionais, Na Sombra, A transferência dos ‘azes’», *Gazeta Desportiva*, 4 de Julho, 1923, 5.

alguns dos pressupostos que guiavam aquelas críticas, nomeadamente no que dizia respeito ao carácter lucrativo das empresas desportivas. No ano seguinte, em 1924, num momento em que “pasma meio mundo perante as grandes receitas provenientes dos desafios de futebol... a grande massa, essa, acredita que tais desafios são chuva de ouro que torna em Cresus as empresas que se abalançam, ou brilhante negócio para a aplicação de capitais”, Júlio de Araújo,²¹⁸ que havia sido o presidente do Sporting entre 1922 e 1923, procurava relativizar alguns das impressões que contribuía para a formação daquele espanto. No *Diário de Lisboa*, ao realizar o balanço de três séries de jogos internacionais, que haviam trazido a Lisboa as equipas do Rapid de Viena, Sparta de Praga ou do Nuselsky, também de Praga, que derrotou o Império por uns impressionantes 11-0, Júlio de Araújo concluía que o “erro da maioria dos que comentam as grandes receitas proveio do facto de considerarem tais receitas como lucros”. Não só a obtenção de lucros não fora a ideia que, para Júlio Araújo, havia conduzido ao convite àqueles três clubes como, argumentava ainda o cronista, a organização de encontros internacionais, especialmente com equipas conceituadas, desembocava a maior parte das vezes em prejuízo, já que aquelas exigiam habitualmente “subvenções elevadíssimas”. Mais fundamentais eram os efeitos das receitas dos encontros de futebol nas restantes actividades desportivas dos clubes portugueses, “além de que as receitas obtidas destinam-se a obras de melhoramento e não de manutenção”. A concluir aconselhava que “descansem, pois, aqueles que julgam quasi escandalosas as receitas dos jogos de foot-ball. Os dinheiros provenientes não se destinam a dividendos de obrigacionistas, nem são tão fabulosos como se imagina.”²¹⁹

²¹⁸ Um dos fundadores do Sport Barreirense (1907) e presidente do Sporting Clube de Portugal em dois períodos diferentes entre 1922 e 1925. Para a biografia de Júlio Araújo ver: Carlos Silva Pais, «Júlio de Araújo (1891-1977)». http://www.vinculadosaobarreiro.com/23julioaraujo/main_julioaraujo.html acedido a 22 de Janeiro de 2014. e «Júlio de Araújo». Em *Wiki Sporting, a enciclopédia do Sporting Clube de Portugal*. http://www.forumscp.com/wiki/index.php?title=J%C3%BAlio_de_Ara%C3%B3jo acedido a 22 de Janeiro de 2014.

²¹⁹ Júlio Araújo, «O «foot-ball» e os «sports» ricos e pobres. A aplicação das receitas dos desafios», *Diário de Lisboa*, 17 de Janeiro, 1924, 2. A crónica de Júlio Araújo surgia na sequência do encontro entre o Sporting e o Sparta de Praga, considerada uma das mais fortes equipas europeias da época, realizado a 13 de Janeiro de 1924 no Campo Grande, e ao qual terão assistido ao vivo «nove ou dez mil» espectadores, mesmo se «nunca a popularidade mimou os homens do Sporting. Quase todos os seus jogos têm sido feitos contra onze adversários em campo, e milhares de adversários fora dele». Para uma reportagem mais detalhada daquele encontro veja-se «O ‘Sparta’ de Praga empatou ontem com o ‘Sporting Club de Portugal’ por dois ‘goals’ a dois», *Diário de Lisboa*, 14 de Janeiro, 1924, 3.

O artigo de Júlio de Araújo pode ser lido como uma resposta, entre outros, a um editorial do *Diário de Lisboa*, assinado pelo jornalista Carlos Sérgio, em que este sublinhava o facto de o “*meeting sportivo*” do dia anterior apresentar uma “significação que não pode ser deixada passar em claro”, interrogando-se sobre “que manifestação conseguiria manter a pé firme e debaixo de chuva, dez mil pessoas?”. O jornalista que procurava ainda assim distinguir o “*sport*”, definido como “a tensão para a perfeição física, para uma maior harmonia plástica”, dos “espectáculos sportivos” tidos como “apenas uma consequência do actual momento de regeneração física”. Numa nota um pouco dissonante em relação a Júlio de Araújo, o cronista não deixou de alertar para os excessos do espectáculo desportivo, nomeadamente as questões económicas, reafirmando todavia a sua função de “meio mais eficaz de difusão” do *sport*. A ilustrar o artigo encontrava-se um desenho de Almada Negreiros intitulado “Uma defesa de Francisco Vieira, no desafio Sparta-mixto”.²²⁰

Noutras publicações, o chamado profissionalismo encoberto e a comercialização do desporto, eram debatido em termos menos cordiais. No jornal *Sport Ilustrado*, em 1924, Armando Rato constata que “escandalosamente, o profissionalismo desmascarado, está tendo o seu início em Portugal” existindo no país “quem ganhe dinheiro jogando à bola, quem faça do «shoot» o seu modo de vida sem a preocupação que o foot-ball seja um «sport amador». Existe, sem receio de contestação, quem dê pontapés numa bola a troco de escudos, quem saia de entre a família, de entre a convivência dos amigos, para ir para longe auferir o suficiente para sustentar a sua vida, cheia de ócio, de mandrice e de vaidade”.²²¹ O artigo de opinião surgia a propósito, entre outros casos, das transferências do jogador do Benfica, autor do primeiro golo da selecção portuguesa, Alberto Augusto, e de José da Fonseca, do Império, para o Braga, “por bons ordenados, hotel, deslocações pagas à parte e melhores gratificações no final da época”.²²²

Noutra coluna da mesma edição, era J. Ribeiro da Silva, quem exprimia a legítima repulsa dos “acérrimos adversários do profissionalismo” por uma “proposta vantajosa” que o Olhanense havia feito a Carlos Guimarães, guarda-redes internacional, para integrar a sua embaixada a Espanha para participar em

²²⁰ Carlos Sérgio, «O Sport», *Diário de Lisboa*, 14 de Janeiro, 1924, 1.

²²¹ Armando Rato, «Há profissionalismo em Portugal», *Sport Ilustrado*, 25 de Outubro, 1924, 1.

²²² «O que se diz», *Sport Ilustrado*, 25 de Outubro, 1924, 2.

cinco encontros, num momento que circulavam rumores que aquele clube havia exigido 12 contos aos franceses do F.C. de Cette para realizar um encontro amigável.²²³ Manuel Dias, por outro lado, na sua história do futebol no Porto, situa em 1933 a afirmação plena, ainda que fugaz, do profissionalismo oficial em Portugal. No Boavista, presidido por Artur Oliveira Valença, director do jornal *Sporting*, o primeiro diário desportivo português, um dos inventores da Volta a Portugal em Bicicleta e oposicionista militante,²²⁴ um “bom número de vitórias sobre variados adversários, incluindo os lisboetas Benfica e Sporting, desembocaram num pressionante boicote dos futebolistas amadores”, que levaram inclusivamente o clube a ser afastado das competições.²²⁵ Retornou rapidamente ao amadorismo oficial, que era igualmente reafirmando noutros locais, ao mesmo tempo que se multiplicavam as notícias sobre remunerações aos jogadores.²²⁶

O debate em torno da pureza do desporto, do amadorismo desinteressado e do amor à camisola não se ficava apenas pelas páginas dos jornais. A questão dividia os clubes e as suas direcções, muitas vezes ainda compostas pela geração dos fundadores. O caso mais representativo será a longa crise benfiquista de 1926, que opôs Cosme Damião e Ribeiro dos Reis, possivelmente os dois homens mais influentes da história do clube até então e fundamentais na forma como o Sport Lisboa e Benfica ultrapassou as sucessivas dificuldades que colocaram em causa a sua existência. A inauguração do campo das Amoreiras, a 13 de Dezembro de 1925, na presença de 15.000 espectadores, e numa altura em que o clube contava já com o apoio de 2000 sócios²²⁷, marcou um ponto de viragem decisivo na história da instituição. Cosme Damião, apesar de ter sido um dos impulsionadores

²²³ J. Ribeiro da Silva, «Caso grave, um exemplo», *Sport Ilustrado*, 25 de Outubro, 1924, 2.

²²⁴ Sobre Artur Oliveira Valença ver José Manuel Tavares Rebelo, «Artur d'Oliveira Valença: um tripeiro de fibra», *Revista Tripeiro*, Janeiro, 2010.

²²⁵ Dias, *O Futebol...*, 161.

²²⁶ Como refere Romeu Correia, «torna-se frequente a troca de camisola pelos futebolistas. Os clubes grandes recrutam nos clubes pequenos os jogadores mais habilidosos. Jornais e revistas desportivas debatem os problemas do amadorismo e do profissionalismo com uma frequência obsessiva. Deparam-se-nos entrevistas com os ‘ases’ mais célebres fotografados em plena actividade profissional. Este na oficina, aquele no balcão da loja, aqueloutro à secretária de um escritório, etc. São quase sempre os directores dos clubes que sofrem as dores de cabeça para não deixarem fugir jogador A ou B, uma vez que estes são imprescindíveis no grupo da casa. E mexem-se para os colocar nas suas próprias empresas ou em lugares em que têm influência. Há também um cómodo recurso a que, por este tempo, se recorre para prender o futebolista ao clube: comprar-lhe um automóvel, pagar-lhe uma carta de condução e pô-lo numa praça de táxis...» Romeu Correia, *Jorge Vieira e o Futebol do seu Tempo* (Lisboa, Edição de Autor, 1981), 138.

²²⁷ Que pagavam 10 escudos de quota mensal. Coelho e Pinheiro, *A Paixão...*, 218.

e o principal responsável pela iniciativa, viu as suas concepções de gestão do clube gradualmente contestadas.

Menos de um ano depois, como refere Astregildo Silva na biografia de Ribeiro dos Reis, nas eleições para a presidência do Benfica, realizadas a 5 de Agosto de 1926, encontravam-se em avaliação, “as características de acção e a própria capacidade de trabalho de Cosme Damião. Cosme, nas suas ideias sobre desportos e desportistas, bem como as suas atitudes, não acompanhou a evolução de princípios e doutrinas que se registou em todos os desportos, mas sobretudo no futebol. A tendência de todos os clubes para compensação por despesas feitas por jogadores com treinos, as indemnizações por salários perdidos, subvenções para despesas de viagem, tudo quanto apareceu no sentido de facilitar a prática do futebol a rapazes de condição modesta, tudo isto esbarrou com os sentimentos de Cosme Damião, de quando ele jogava numa altura em que os atletas pagavam pontualmente as suas quotas e os jogadores de futebol andavam com as balizas às costas”.²²⁸

Em jogo estava não somente aquilo que alguns sócios classificavam como a “péssima administração das obras das Amoreiras”, mas sobretudo a remuneração aos atletas, fundamental para o desenvolvimento do clube, num momento em que aumentava a competitividade, se expandiam os calendários e os principais rivais contratavam técnicos e até mesmo jogadores estrangeiros. A oposição à “Torre de Marfim” em que se havia encerrado Cosme Damião procurou ainda negociar uma abertura. Cosme Damião foi convidado a substituir o dramaturgo Bento Mântua, que havia liderado o clube desde 1917, “mas com gente nova e desembaraçada, que o ajudasse com trabalho e com opiniões próprias”²²⁹. Apesar de eleitos para a presidência do clube numa lista que juntava elementos da direcção contestada e elementos da oposição, Cosme Damião e Eduardo Martins Pereira demitiram-se imediatamente. Alberto Ávila de Melo, alinhado com a oposição, assumiu a presidência. Ribeiro dos Reis, o principal advogado da corrente modernizadora permaneceu na vice-presidência. Integrava também a direcção, na qualidade de Tesoureiro, Joaquim Ferreira Bogalho. Estava

²²⁸ Astregildo Silva, *Ribeiro dos Reis: Vida que Brilhou em Tempos Sombrios* (Lisboa: Caminho, 2004), 38.

²²⁹ Silva, *Ribeiro dos Reis*..., 39.

aberta a porta à instituição das compensações monetárias aos futebolistas do Benfica e à “modernização” do clube.

A imprensa e a produção de uma narrativa desportiva

A imprensa desempenhou um papel fulcral entre as diferentes instituições, grupos e organizações que divulgaram o desporto em Portugal e construíram os seus formatos dominantes. Acompanhando o processo de desportivização em curso, os periódicos desportivos do primeiro quartel do século XX abandonaram gradualmente o olhar complacente sobre os estilos de vida das classes ociosas. À medida que o desporto se popularizava, o relato da vida mundana deu lugar, como refere Vítor Costa a propósito dos retratos dos ciclistas, à descrição dos percursos competitivos, sublinhando características como a força, o poder ou a robustez, de atletas de origem pequeno-burguesa, quase sempre filhos de modestos comerciantes ou lojistas.²³⁰ Os discursos políticos sobre as intenções e objectivos desportivos estatais, sem se materializarem numa capacidade reguladora, limitação, aliás, decorrente da fragilidade da rede escolar, foram secundarizados nas páginas da imprensa. Por outro lado, tornaram-se mais raras as notícias sobre o espectáculo desportivo como evento beneficente, apesar da insistência de alguns sectores do campo desportivo em formação neste género de actividades e do empenho que a imprensa generalista colocava neste tipo de iniciativas. Em comparação com os critérios editoriais implementados pela imprensa especializada, em títulos como o *Diário de Notícias* e no *Século*, à entrada dos anos 20, subsistia uma atenção desproporcionada, aos eventos relacionados com actividades atléticas como a natação ou a ginástica, às quais eram atribuídas propriedades regeneradoras. A constituição da primeira equipa nacional de futebol, em 1921, “não foi assunto empolado pela imprensa”, como sublinha Homero Serpa na biografia de Cândido de Oliveira.²³¹ Alguns anos mais tarde os encontros da selecção nacional seriam objecto de outro tipo de tratamento na imprensa generalista.²³² Naquele momento, todavia, o futebol, como o desporto, vivia apenas num “canteiro interno”, para utilizar uma expressão de Homero

²³⁰ Costa, «O desporto...», 111-112.

²³¹ Homero Serpa, *Cândido de Oliveira, uma Biografia* (Lisboa: Caminho, 2000), 38.

²³² Coelho, *A Equipa...*

Serpa. Fora desse canteiro, as colunas desportivas da imprensa generalista encontravam-se nas mesmas páginas onde se tratava da vida artística, ainda parcialmente associadas à vida mundana, partilhando com elas um estilo e um formato noticioso.

A narrativa desportiva caminhava, porém, rumo ao relato autonomizado do evento desportivo, dirigido a um público cada vez mais alargado, que formava a comunidade de leitores destes periódicos.²³³ Na entrada dos anos vinte, em paralelo com a extensão das competições desportivas, que se apresentavam cada vez mais estruturadas em calendários regulares, observou-se uma verdadeira explosão no número de títulos dedicados àquelas actividades. Se entre 1870 e 1900 haviam surgido 37 periódicos desportivos, na década de 1920 editaram-se 166 novos jornais desportivos. No decénio seguinte esse volume desceu para as 123 publicações, para na década de quarenta baixar novamente para 66.

A transformação não foi apenas quantitativa, manifestando-se também no tipo de publicações dominantes em cada década. Até 1910 predominou a imprensa especializada, ligada essencialmente à velocipedia, à tourada, à caça e ao automobilismo, fazendo-se sentir ainda o tom mundano da cobertura noticiosa e a mistura entre artes, literatura, turismo, desporto e lazeres. Entre 1910 e 1930 dominou a imprensa desportiva generalista para, a partir da década de 1930, passarem a ser predominantes os novos títulos, boletins e jornais ligados a clubes e instituições desportivas, revelando o crescimento da esfera associativa e a necessidade de outras formas de comunicação entre os sócios e adeptos dos clubes desportivos.²³⁴

Na narrativa que os periódicos desportivos das décadas de 1920 e 1930 construíam verificava-se um equilíbrio na cobertura noticiosa das diferentes modalidades. As páginas das publicações desportivas como o *Sporting* (1921-1953), *Os Sports* (1926-1945), a revista *Stadium* (1932-1951) e *O Norte Desportivo* (1934-1983) encontravam-se preenchidas com os relatos de combates de boxe, corridas de ciclismo, provas de atletismo, natação, rugby, andebol,

²³³ Sobre a evolução desta narrativa veja-se Nuno Domingos e Rahul Kumar, «A grande narrativa futebolística – história da notícia desportiva em Portugal no séc. XX», em *Sociologia da Leitura em Portugal no Século XX*, dir. Diogo Ramada Curto (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006).

²³⁴ Dados construídos com base na tabela apresentada por Francisco Pinheiro, «História da imprensa periódica desportiva portuguesa (1875-2000)» (tese de doutoramento em História, Évora, Universidade de Évora, 2010), 588-592.

basquetebol ou motociclismo. Nestas publicações, como nas suas antecessoras, de duração efémera e reduzida sustentabilidade económica, era já o futebol que gerava os mais inflamados debates. Os periódicos, ainda antes da rádio, foram um agente activo na estruturação do campo desportivo dando conta, com entusiasmo e espírito de missão, da difusão das mais diversas modalidades para fora das grandes cidades, anunciando as competições, historiando o seu crescimento no país, divulgando os clubes e descrevendo as proeza dos seus atletas.²³⁵

Nos agitados tempos da República, os jornais, mais do que simples órgãos de informação, constituíam pólos aglutinadores da desorganizada cena desportiva portuguesa, contribuindo activamente para o seu crescimento. O futebol foi vernacularizado nas páginas de periódicos como a revista *Foot-ball* (1920-1923) *Gazeta Desportiva*, de 1923, o *Sport Ilustrado*, de 1924, ou *O AZ*, de 1928. Estas publicações trabalharam para a divulgação das regras, construindo um espaço de reflexão sobre os modelos tácticos do jogo e de interpretação estética dos gestos. Aqui coexistiam preocupações pedagógicas, com a tentativa de formar um público conhecedor e dotado de instrumentos de percepção para interpretar o jogo, e a defesa da autonomização do campo desportivo. A imprensa não se limitou a construir um terreno de divulgação, debate e crítica sobre as actividades desportivas. Estendeu, desde logo, a sua actividade à organização de provas e torneios, de que o exemplo mais evidente será a Volta a Portugal em Bicicleta. Em simultâneo, fomentou as trocas desportivas entre as equipas portuguesas e internacionais, divulgando também com acentuado interesse o que se passava para além das fronteiras nacionais, sendo também responsável, por exemplo, pela organização dos Congressos Desportivos de 1933 e 1938.

A imprensa foi um agente estruturante do campo desportivo nas diferentes dimensões da prática, estabelecimento de regras, formação de clubes, associações e federações ou na organização de competições. A produção de espectáculos desportivos criava, antes de mais, matéria noticiosa, que interessava a um público crescente, ele próprio parcialmente formado pela imprensa. Isto é, a sustentabilidade dos periódicos desportivos dependia da regularidade e previsibilidade na calendarização das competições, que por sua vez beneficiavam

²³⁵ Rahul Kumar, «Da bancada aos sofás da Europa: apontamento sobre media e futebol no séc. XX português», em *A Época do Futebol- o Jogo visto pelas Ciências Sociais*, ed. Nuno Domingos e José Neves (Lisboa: Assírio e Alvim, 2004).

da publicidade dos periódicos. Tal como se começava a verificar nos acesos debates em torno da remuneração dos praticantes desportivos, também os agentes que relatavam as actividades desse universo procuravam o seu lugar no jornalismo. A relativa indiferenciação de papéis entre os diferentes agentes do campo começava, sob o peso da procura de vitórias e do volume crescente de receitas, a dar lugar a uma especialização e profissionalização que colocava em causa a ética dominante no campo até à entrada da década de vinte. O debate sobre a profissionalização dos atletas acompanhava assim as discussões sobre a especificidade do jornalismo desportivo, a sua institucionalização e os seus códigos deontológicos.

Considerado à época uma especialidade menor, como continuaria a ser desconsiderado no futuro, o jornalismo desportivo manteve-se, também ele, parcialmente amador. Homens como Cândido de Oliveira, Ribeiro dos Reis e Ricardo Ornellas – todos com um passado casapiano – e outros como Tavares da Silva, Raul Oliveira, Salazar Carreira, Luís Raul ou Armando Rato definiram um novo tipo de jornalismo desportivo e contribuíam decisivamente para transformar a paisagem desportiva portuguesa. Tendo ocupado os mais diversos lugares no campo desportivo, como atletas, treinadores, fundadores de clubes e dirigentes desportivos, divulgadores, teóricos e críticos, quase sempre mantendo outras profissões, tomaram o lugar de José Pontes, pioneiro do jornalismo desportivo e impulsionador do movimento olímpico português.

No *Jornal da Noite*, ligado aos partidários de João Franco²³⁶, e nos *Sports Illustrados*, Pontes continuou o seu trabalho em defesa de um desporto com funções higiénicas, guiado por valores morais e em prol de fins beneficentes: da mocidade pobre, da recuperação dos mutilados da guerra, da criação das primeiras cantinas escolares. Esta nova vaga de jornalistas dinamizava, por seu turno, nos estádios, nos gabinetes dos clubes e nas redacções um outro movimento desportivo, orientado para o espectáculo, movido pela incerteza do resultado. Esta estruturação do campo desportivo, impulsionada por evidentes interesses comerciais que passavam pela imprensa, pela publicidade e pela procura social do espectáculo desportivo não se orientava, contudo, para modelos empresariais de

²³⁶ José Pontes, *Quási um Século de Desporto* (Lisboa: Sociedade Nacional de Tipografia, 1924).

gestão das actividades desportivas, mas para um associativismo economicamente sustentável.

A selecção nacional nos Jogos Olímpicos de 1928

Cândido de Oliveira e António Ferro

No final da década de 1920, a transformação do futebol em desporto competitivo e espectáculo orientado para o público encontrava-se consumada. Os jogos de preparação da equipa nacional para os Jogos Olímpicos foram objecto de grande destaque na imprensa generalista. No dia 16 de Abril de 1928, o *Diário de Notícias* dedicou praticamente uma página inteira à vitória obtida no dia anterior pela selecção portuguesa face à sua congénere italiana. Um encontro que terminou com um “nítido e brilhante triunfo de 4 bolas a 1”, destacando-se em particular o quinteto avançado de Portugal que “realizou uma exibição assombrosa de movimento e energia, quer no decurso completo dos 90 minutos, quer com qualquer das três formações que exibiu o seu trio central”. À margem do relato do encontro, três notas sobressaem na reportagem do *DN*. Em primeiro lugar, o realce da “atitude de franca hospitalidade dispensada pelos desportistas portuenses à equipe de Portugal”. Perante as guerras norte-sul que se verificavam no futebol português, e das quais a selecção nacional era um dos campos de batalha, “se prova [dessa hospitalidade] era necessária, ficou feita.”. Em segundo lugar, a forma como o encontro foi acompanhado um pouco por todo o país, nos placards eléctricos que o *Diário de Notícias* colocou nas praças de cidades como Lisboa, Coimbra e o próprio Porto, onde, na Avenida dos Aliados, a enorme multidão, que não coube no estádio, “aclamava delirantemente Portugal e o *Diário de Notícias*”. Uma fotografia retratava, por sua vez, o “imponente aspecto da multidão que ontem, no Parque Eduardo VII, assistiu entusiasmada à reprodução, no nosso «placard electrico», do jogo Portugal-Itália”. Finalmente, e em terceiro lugar, uma nota sobre o silêncio relativamente à situação política italiana. A partida foi narrada com base em critérios desportivos, ou seja, técnicos, táticos e físicos, sem quaisquer referências ao regime político italiano ou à sua liderança.²³⁷

²³⁷ «O encontro de football realizado ontem no Porto entre Portugal e a Itália», *Diário de Notícias*, 16 de Abril, 1928, 4.

O clima de união Norte-Sul, enunciado na crónica do jogo, diluiu-se um pouco no dia seguinte, quando os elementos do Sul que compunham a selecção nacional foram entusiasticamente recebidos na estação do Rossio. O *Diário de Notícias* apoiou o apelo da Associação de Futebol de Lisboa a essa recepção, já que “bem mereceram os representantes do sul na equipa nacional a apoteose de triunfo em que foram envolvidos. Convém não esquecer que o representante do Norte, o extremo direito Waldemar, foi um digno companheiro dos homens de Lisboa e do setubalense Armando Martins. Mas era do Sul que ontem se tratava. Waldemar, tendo jus à gratidão de todos os desportistas portugueses, deve ter sentido no domingo como é considerado pela «sua» gente. O público do Porto, sem esquecer os companheiros de Waldemar, acarinhou e aplaudiu o seu representante com o entusiasmo que ele fez largamente por merecer”.²³⁸ Noutros jornais, e em particular no *Norte Desportivo*, como teremos oportunidade de verificar, o conflito entre o Norte e o Sul não deixou de caracterizar uma certa forma de enquadrar os acontecimentos do desporto nacional e em particular os aspectos relacionados com a Selecção Nacional.

A cobertura mediática do último jogo de preparação da equipa nacional para os Jogos Olímpicos, com a selecção nacional francesa, no Parque dos Príncipes, em Paris, no dia 29 de Abril, foi em tudo semelhante àquela que acabámos de descrever. O empate a uma bola contra a equipa gaulesa encheu de optimismo os desportistas portugueses. Conforme se pode ler na crónica do jogo, “pela primeira vez o «onze» de Portugal, saídas as nossas fronteiras, vai regressar sem vir curvado ao peso da derrota”. As multidões que, em Lisboa, no Parque Eduardo VII, e no Porto, mais de 10000 pessoas, acompanharam nos placards eléctricos do *Diário de Notícias* a “reprodução exacta, fase a fase, jogada por jogada” do “grande desafio”²³⁹ foram novamente objecto de interesse fotográfico e jornalístico.²⁴⁰ O jornal procurava, assim, demonstrar não apenas a sua superioridade técnica sobre a concorrência, como também a pertinência das suas escolhas editoriais, comprovada pela adesão do público. Noutras cidades e vilas do país, como em Braga, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Coimbra ou Santarém, o jogo

²³⁸ «Depois do triunfal Portugal-Itália», *Diário de Notícias*, 17 de Abril, 1928, 4.

²³⁹ «O III Portugal-França», *Diário de Notícias*, 29 de Abril, 1928, 1.

²⁴⁰ Veja-se, por exemplo, a imagem da multidão que acompanhou o jogo no Parque Eduardo VII, e que ilustra a crónica do jogo no *Diário de Notícias*. «O ‘Onze’ de Portugal empatou com a ‘équipe’ da França por 1-1», *Diário de Notícias*, 30 de Abril, 1928, 4.

foi acompanhado noutro tipo de *placards*, a partir dos quais os interessados podiam acompanhar em tempo real a evolução do marcador.²⁴¹

No regresso de França, a equipa nacional foi novamente recebida de forma entusiástica. No dia 4 de Maio, “era enorme o número de pessoas que na gare do Rossio aguardava os jogadores portugueses... No momento em que os surgiram às janelas das carruagens, a enorme multidão vitoriou-os com entusiasmo, levando-os, em seguida em triunfo... Já fora da estação foi a custo que os jogadores tomaram lugar em vários carros, que a multidão rodeou até quasi lhes impedir o andamento.”²⁴² Entre os jogadores mais ovacionados encontravam-se o guardião António Roquette e o defesa Jorge Vieira. O contraste entre a euforia que acompanhava a selecção nacional de futebol e a relativa indiferença, ou até a ironia, com que foi recebida a primeira medalha olímpica quatro anos antes tornava-se assim expressivo, mesmo antes de os Jogos Olímpicos se iniciarem.²⁴³

Para além da intensa cobertura dos encontros de preparação da selecção nacional, a 21 de Maio, cerca uma semana antes do início do torneio olímpico de futebol, o *Diário de Notícias* iniciou o acompanhamento da participação da equipa portuguesa na prova. Na edição desse dia, informou os seus leitores que já havia partido para Amesterdão, o seu enviado especial, António Ferro, “ilustre jornalista...cuja prosa fulgurante e viva lhe conquistou um nome nos nossos meios jornalístico e literário”.²⁴⁴ No mesmo número, o diário dedicou cerca de meia página à partida da equipa de futebol para Amesterdão, com retratos de cada um dos membros do plantel, comandado por Cândido de Oliveira. Nesse artigo eram identificados os membros da comitiva, apresentado o calendário de jogos e analisadas as expectativas em torno da participação da equipa nacional, sendo considerada “legítima a ambição de irmos além da segunda eliminatória. Devemos, porém, ter em conta que o adversário que nos vai ser oposto no

²⁴¹ «O encontro Portugal-França», *Diário de Notícias*, 29 de Abril, 1928, 6.

²⁴² «Chegou ontem a ‘équipe’ nacional de football», *Diário de Notícias*, 05 de Maio, 1928, 4.

²⁴³ Não se tratava de um fenómeno exclusivamente relacionado com a selecção nacional. No dia 09 de Maio de 1928, por exemplo, o *Diário de Notícias*, dá conta, com uma fotografia a ilustrar, da «multidão» que acompanhou junto da Primorosa, em Braga, a sede do DN naquela cidade, o jogo Porto-Salgueiros junto do placar electrónico do jornal, que foi dando igualmente notícia do resultado de outros jogos que se realizavam em simultâneo. Segundo o próprio jornal «a reprodução do jogo Porto-Salgueiros foi primorosa. Nem a mais ligeira interrupção, nem o mais pequeno incidente a perturbaram, podendo afirmar-se que o serviço de comunicação estava modeladamente organizado». «O ‘Placard’ Animado em Braga», *Diário de Notícias*, 09 de Setembro, 1928, 5.

²⁴⁴ «Diário de Notícias nos Jogos Olímpicos: partiu ontem para Amesterdão o nosso camarada António Ferro», *Diário de Notícias*, 21 de Maio, 1928, 1.

primeiro dia leva também aspirações bem legítimas, e que para o avaliarmos [ao Chile] já não podemos nem devemos partir das exibições feitas pelo «Colo-Colo» em Lisboa, há dois anos.”²⁴⁵ No dia seguinte, foram apresentadas aos leitores as imagens dos milhares de adeptos que se despediram na equipa na estação do Rossio.²⁴⁶

Uma semana depois, no dia do segundo aniversário do “28 de Maio”, cujo programa comemorativo mereceu uma pequena coluna na primeira página do *Diário de Notícias*, o jornal exultou com “uma brilhante vitória do football português” sobre a selecção do Chile, por 4-2, no primeiro jogo do torneio olímpico de futebol. A primeira vitória de sempre no estrangeiro da história do futebol português representou muito mais do que um simples resultado desportivo, “é o nome de Portugal que brilha, como há quatro anos brilhou o Uruguai com os seus homens de football e a Finlândia com o seu Nurmi. Os desportos, acima de toda a sua utilidade pela cultura física, afirmam a existência dos povos que trabalham. E a derrota...dos derrotistas, dos que não vêm no desporto mais do que o divertimento da mocidade”.²⁴⁷ A cobertura noticiosa do periódico oscilou justamente entre aquelas duas dimensões. De um lado, encontravam-se as crónicas do intelectual modernista. Crónicas que exploravam a dimensão nacionalista e transcendente da aventura desportiva que decorria em Amesterdão, cujo significado ultrapassava em muito o campo meramente desportivo. Era a prova de um país que renascia sob a direcção da ditadura militar. Do outro, as crónicas de um jornalista especializado, interessado em oferecer ao leitor um relato dos acontecimentos observados no Estádio Olímpico de Amesterdão e uma chave para a sua interpretação.

No dia 29 de Maio, no seu primeiro grande texto sobre os jogos, António Ferro partilhou com os leitores do DN as suas impressões da viagem para Amesterdão, num discurso que englobava tanto uma interpretação da “alma dos jogadores portugueses” como uma nota sobre a presença da actriz Laura Costa, a «mascotte» da equipa, ou ainda um apontamento sobre a paisagem holandesa. Ainda sobre a viagem, o palavroso publicista considerava que “a força dos

²⁴⁵ «A representação de Portugal nos Jogos Olímpicos Internacionais», *Diário de Notícias*, 21 de Maio, 1928, 5.

²⁴⁶ «Portugal nos Jogos Olímpicos, Partiu ontem para Amsterdão a ‘equipe nacional de football’», *Diário de Notícias*, 22 de Maio, 1928, 5.

²⁴⁷ «Uma brilhante vitória do futebol português», *Diário de Notícias*, 28 de Maio, 1928, 1.

portugueses, a força dos nossos jogadores de «football», é uma força íntima, quase espiritual, uma força que vive no coração e nos nervos. São mais fortes na alma do que no corpo. Não são atletas de feira, com músculos de tabela: são atletas nos sentimentos, no orgulho da sua raça, na consciência do seu dever. A bola, para os nossos jogadores tem a forma do globo, tem o tamanho do mundo, como se fosse Portugal a sacudir a terra, a afirmar-se, a retomar, altivamente a sua velha posição”.²⁴⁸ No dia 2 de Junho, já depois da vitória sobre o Chile, o autor de *Viagem à Volta das Ditaduras*²⁴⁹ situou aquele resultado num campo essencialmente político. Naquela “tarde primaveril, tarde azul, tarde portuguesa que os nossos jogadores trouxeram na bagagem juntamente com a nossa bandeira...No estádio há vinte mil pessoas, vinte mil almas – almas de todas as raças – que pensam em Portugal, que têm os olhos voltados para nós, que se lembram da nossa situação no mapa, que reconhecem a nossa independência na independência da nossa equipe...O desporto internacional é uma grande lição de geografia que os governos devem compreender e estimular.”²⁵⁰

Continuando no mesmo tom, sobre os portugueses e chilenos e sobre o que se disputava no relvado, o adepto da jazz-band²⁵¹ declarava a sua ignorância face às questões mais técnicas do jogo que, aliás, não só pouco lhe interessavam como considerava dispensáveis ao pleno usufruto estético e sensível do jogo, que situava no plano do imediatismo emocional. Ferro reconhecia: “não sou um técnico, não sou um crítico de «football». A folha de papel branco que está na minha frente continuará branca até ao fim do jogo. Mas sinto-me feliz com a minha ignorância. Só assim poderei surpreender a emoção do «match», a movimentação instintiva e harmoniosa do combate e a sua vivacidade cinematográfica. Seguir um desafio de «football» com a catalogação de todas as penalidades, com a sciencia de todas as passagens, é o mesmo que ouvir Wagner ou Beethoven diante de uma partitura”.²⁵²

Foi justamente isso que um mais contido e mais especializado Ricardo Ornellas procurou fazer nas suas crónicas para o mesmo jornal. No dia 28 de

²⁴⁸ António Ferro, «Impressões da viagem Paris-Amesterdão», *Diário de Notícias*, 29 de Maio, 1928, 1.

²⁴⁹ António Ferro, *Viagem à Volta das Ditaduras*, Lisboa, Empresa Diário de Notícias, 1927.

²⁵⁰ António Ferro, «Uma grande vitória dos portugueses em Amsterdão», *Diário de Notícias*, 2 de Junho, 1928, 1.

²⁵¹ António Ferro, *A Idade do Jazz-band* (São Paulo: Monteiro Lobato, 1923).

²⁵² António Ferro, «Uma grande vitória dos portugueses em Amsterdão», *Diário de Notícias*, 2 de Junho, 1928, 1.

Maio, no relato do primeiro jogo da selecção nacional no torneio olímpico, Ornellas, realçou precisamente a narrativa do jogo, os movimentos de cada uma das equipas e os principais destaques individuais de cada uma delas, descrevendo detalhadamente as jogadas mais importantes do encontro. O jornalista terminou a sua crónica com um balanço sobre os 90 minutos do jogo. Nessas considerações finais, começou por referir que “os chilenos foram de começo muito rápido, lançando o ataque com rudeza”, tendo Portugal melhorado a partir do quarto de hora: “três ocasiões que se perderam tiveram o condão de criar maior vontade para impor o nosso valor”.²⁵³

Na crónica de dia 03 de Junho, onde se narrava a segunda vitória da selecção portuguesa no torneio olímpico, desta feita sobre a selecção jugoslava, António Ferro utilizou abundantes metáforas bélicas, com um sentido político mais ou menos imediato. A psicologia étnica de Ferro ritmava o relato dos acontecimentos do jogo, ainda que no plano desportivo fosse difícil ao leitor discernir exactamente o sucedido no campo a partir de formulações como “os portugueses na sua linha de fronteira, devolvem a bola, não a deixam passar, implacável muralha da «pelota basca». Os jugos-lavos defendem-se com violência, com desespero, com o seu terrível espírito balcânico. Mas tudo é inútil. Os portugueses apertam o cerco. Enredam habilmente a sua própria rede, e Vítor Silva, com um pontapé feliz, marca o primeiro «goal» português”.²⁵⁴ No dia 30 de Maio, Ricardo Ornellas, havia descrito o primeiro dos dois golos que conduziram Portugal à segunda vitória, por 2-1, na competição da seguinte forma: “Vinte e cinco minutos. O ataque português desce até à defesa contrária. Em penúltima fase, Soares dá a bola a Vítor Silva e este lança o remate que dá a Portugal o primeiro ponto. A troca dos interiores dá resultado. Soares e Waldemar entendem-se magnificamente. Dois remates de Waldemar e Figueiredo são repelidos. Vítor abre o jogo a Waldemar mas este falha por pouco. À meia hora a superioridade de Portugal é manifesta”. No comentário de conjunto, o jornalista não deixou de sublinhar a felicidade da vitória portuguesa, conseguida por intermédio de um golo no último minuto, perante uma Jugoslávia que “fez uma exibição melhor do que em Portugal se pode calcular, por falta de termo de comparação. Bastante

²⁵³ Ricardo Ornellas, «O encontro de abertura do Torneio Olímpico de Football», *Diário de Notícias*, 28 de Maio, 1928, 5.

²⁵⁴ António Ferro, «A segunda vitória dos nossos jogadores», *Diário de Notícias*, 3 de Junho, 1928, 1.

melhores que os chilenos, os eslavos praticam um jogo de técnica semelhante à dos portugueses, favorecidos pelo físico para o «controle» da bola”.²⁵⁵

A aventura olímpica da equipa portuguesa terminou no jogo seguinte, após uma derrota por 1-2 com a selecção egípcia. Tratou-se um resultado altamente contestado pela delegação portuguesa, em função daquilo que considerou ser um golo indevidamente anulado à equipa nacional, pelo árbitro italiano Giovanni Mauro, que não validou um lance em que a bola terá ultrapassado a linha de golo dos egípcios. A crónica, de dia 5 de Junho, de Ribeiro dos Reis, escrita quando o recurso português já havia sido indeferido, atacava o árbitro mas também as regras do Comité Olímpico: “nisto tudo o que se torna profundamente lamentável é o procedimento do árbitro, insistindo em prejudicar-nos até se assegurar que o «Comité» não iria contra si. Quanto à decisão do «Comité» ela baseou-se no princípio rígido pela Internacional quanto às chamadas «questões de facto». Não há apelação. O que o árbitro diz tem o rigor das leis irrevogáveis.”. Considerando todavia, que a equipa portuguesa regressava, na segunda-feira seguinte, ao país, “cheia de prestígio” depois de uma brilhante participação, Ribeiro dos Reis convidava a que se fizesse uma recepção “imponente, magestosa, formidável de brilhantismo” à equipa portuguesa na sua chegada à gare do Rossio.²⁵⁶

Nos dias seguintes, o *Diário de Notícias* procurou justamente construir as condições para esse evento se pudesse concretizar. A 9 de Junho, dia em que Itália e Egipto disputaram o terceiro lugar no torneio olímpico de futebol, o periódico anunciava que iria entregar no dia seguinte, na fronteira, em Vilar Formoso as suas medalhas de ouro aos jogadores portugueses. Trata-se de uma forma de transmitir à equipa um “abraço efusivo” de “milhões de portugueses que seguiram emocionados o seu tremendo esforço”. Na mesma coluna, o jornal anunciou os preparativos da “imponente recepção” que iria ter lugar no dia seguinte, na estação de Entre Campos onde a equipa iria desembarcar, e de onde se esperava que seguisse em cortejo até à Câmara Municipal de Lisboa.²⁵⁷ No dia 10 de Junho, numa edição em que Camões ocupava na íntegra a primeira página do jornal, António Ferro, digeria, numa das suas últimas crónicas, a derrota perante

²⁵⁵ Ricardo Ornellas, «A segunda vitória dos portugueses no torneio olímpico de football», *Diário de Notícias*, 30 de Maio, 1928, 5.

²⁵⁶ Ribeiro dos Reis, «A equipe portuguesa de ‘football’ sai hoje da Holanda de regresso a Portugal», *Diário de Notícias*, 5 de Junho, 1928, 5.

²⁵⁷ «O ‘Diário de Notícias’ fará amanhã, na fronteira, a entrega das suas medalhas aos jogadores portugueses», *Diário de Notícias*, 9 de Junho, 1928, 6.

os egípcios. Preferia ter perdido contra argentinos ou uruguaiois, afirmava, “gente da mesma família, pão do mesmo forno e da mesma farinha...Perdíamos, mas perdíamos claramente, pela nossa possível inferioridade, sabendo as razões da nossa derrota, sofrendo os «goals» que deveríamos sofrer...Com o Egipto, perdemos como se nos perdêssemos numa floresta, na floresta espessa de uma raça fechada, espiritista, de subsolo...Fomos vencidos por múmias, pela sombra espectral dos faraós”. Nesta sucessão de estereótipos e lugares comuns, que tinham menos que ver com o jogo jogado e muito mais com uma determinada forma de pensar o mundo, ficava inscrito um projecto de apropriação política e nacionalista dos jogos olímpicos e da participação portuguesa na competição, num quadro em que os Jogos eram considerados “o supremo e mais indicativo apuramento das faculdades vitais dos povos”.²⁵⁸

Na chegada a Lisboa, apesar não terem conquistado qualquer medalha, ao contrário do que quatro anos antes sucedera com a equipa de hipismo, os jogadores foram “delirantemente ovacionados por milhares de pessoas”, tal como é possível observar pela reportagem e impressionantes imagens publicadas na primeira página do *Diário de Notícias*.²⁵⁹ Ao longo de todo o torneio milhares de pessoas acompanharam em tempo real os encontros da selecção nos placards eléctricos da imprensa, estrategicamente colocados nas principais praças das maiores cidades portuguesas. A imprensa, especializada e generalista, acompanhou com uma atenção extraordinária a aventura olímpica da selecção nacional, de uma forma incomparável com o observado relativamente a qualquer outra modalidade. E se esta jornada olímpica sintetizou um processo de nacionalização do jogo e da equipa nacional – ou seja, de identificação dos portugueses com o jogo e com a selecção - esse processo ultrapassava em larga medida o nacionalismo tal como era entendido por António Ferro. Reflectia também, e sobretudo, um processo de popularização do futebol, que encontrava na selecção uma das suas formas de expressão privilegiada.

A diversidade na interpretação do significado do acontecimento não se esgotou na diferença entre as crónicas de Ricardo Ornellas e Ribeiro dos Reis, por um lado, e António Ferro, por outro, no DN. O enviado especial a Amesterdão do

²⁵⁸ António Ferro, «Os portugueses vencidos mas não convencidos... », *Diário de Notícias*, 10 de Junho, 1928, 5.

²⁵⁹ «Chegou ontem a Lisboa a equipe nacional de ‘football’», *Diário de Notícias*, 11 de Junho, 1928, 1.

Diário de Lisboa foi o próprio seleccionador nacional, Cândido de Oliveira. Para além da evidente surpresa que nos causa hoje ver o treinador de uma equipa a relatar nas páginas da imprensa os jogos da equipa que dirigia - um reflexo do carácter inacabado do processo de autonomização do campo desportivo português, e em especial do futebol, no final da década de 1920 - o olhar de Cândido de Oliveira sobre os acontecimentos de Amesterdão não deixa de indicar a preponderância que o olhar mais estritamente desportivo adquiria rapidamente nas páginas da imprensa. Se é inegável uma apropriação nacionalista do fenómeno desportivo, limitar o seu significado a essa acomodação parece ser simplificador dos termos em que a questão era vivida pelos contemporâneos.

De um modo geral, a cobertura dos Jogos Olímpicos no *Diário de Lisboa* foi bastante mais moderada do que no *Diário de Notícias*, reflectindo com maior clareza o processo de construção de uma linguagem própria para interpretar o jogo. Sem nunca abandonar o ambiente de entusiasmo colectivo que rodeou a selecção nacional, no jornal da capital, para além das crónicas dos jogos, que faziam uma descrição do desenrolar dos encontros - “Portugal inicia o jogo com um ataque brilhante. Vítor Silva remata de cabeça mas o «keeper» defende. José Manuel passa depois a João dos Santos, que por sua vez lança a Waldemar, que «shoota» para fora”²⁶⁰ - em termos que ainda não se encontravam completamente indigenizados, mas que eram já parte de um repertório cultural partilhado por uma boa parte das populações urbanas masculinas, tentava-se interpretar os eventos em termos um pouco mais profundos.

Nesse mesmo dia, a 29 de Maio, enquanto o *Diário de Notícias* optou por sublinhar na sua primeira página o requerimento de Salazar Carreira ao International Board para que o português fosse uma das línguas de trabalho do grupo,²⁶¹ e para além de uma página inteira dedicada ao jogo com a Jugoslávia, Cândido de Oliveira dedicou meia página a essa reunião do Internacional Board. Numa crónica de página inteira intitulada “os nossos jogadores esperam aproximar-se das meias-finais”, o seleccionador nacional mencionou, de passagem, o requerimento de Salazar Carreira, mas focou sobretudo a sua atenção

²⁶⁰ Cândido de Oliveira, «Os portugueses bateram a Yugo-Slavia por 2-1», *Diário de Lisboa*, 29 de Maio, 1928, 8.

²⁶¹ «Uma proposta patriótica do delegado português, Dr. Salazar Carreira para que a lingua lusitana seja considerada oficial dento do Congresso Olímpico», *Diário de Notícias*, 29 de Maio, 1928, 1.

no que considerou o mais importante congresso da FIFA daqueles último anos, já que se iria aí discutir o “manque a gagner”, ou seja a indemnização de salários perdidos aos jogadores de futebol. Tratava-se de uma questão crucial, cuja importância era objecto de um “conflito gravíssimo” que poderia comprometer o papel da FIFA no futebol mundial. Para além de ter abordado, ao longo de meia página, as relações de poder e as implicações das decisões que ali iriam ser tomadas, Cândido de Oliveira partilhou com os leitores um pouco do quotidiano da equipa portuguesa em Amesterdão, mas também do regime de treinos da selecção nacional. Terminou exprimindo o seu deslumbramento com o relvado do estádio olímpico, que “ultrapassa todas as expectativas. Não conhecemos nada que se lhe assemelhe. Nivelado como uma mesa de bilhar, sem uma rugosidade, todo coberto de relva”.²⁶² Facto tanto mais saliente quanto em Portugal apenas se jogava, à época, em campos pelados.

A crónica do jogo com o Chile, pela mão do seleccionador nacional, chegou às páginas centrais do jornal no dia 1 de Junho. Ao longo de duas páginas, o treinador não se limitou a analisar e interpretar o jogo. Partilhou com os leitores um pouco do quotidiano da selecção e do ambiente que rodeou o seu primeiro jogo, classificando, por exemplo, de “bizarro” o traje da comitiva italiana. A leitura do jogo foi a de um especialista que domina os diferentes gestos e movimentos do jogo. Sobre o primeiro golo do Chile pode ler-se: “A bola vai ao campo português. Não há noção de perigo para as nossas redes. Joga-se fora da grande área. Há três ou quatro jogadores sobre a bola. Ela ressalta para o médio centro chileno. Um pontapé formidável, a 20 metros, e o balão entra rente ao poste, do canto alto direito. Foi assim o primeiro «goal». Os portugueses mostram-se surpreendidos naturalmente”. O colunista, com a dupla função de treinador, não se inibiu de apreciar publicamente o desempenho individual de cada um dos jogadores portugueses que ele próprio orientava. Considerou que “Pepe fez uma partida admirável, lutando com uma energia fantástica de princípio ao fim”, mas que “a linha da frente ressentiu-se da falta de colocação de Armando Martins”.²⁶³

²⁶² Cândido de Oliveira, «Os nossos jogadores esperam aproximar-se das meias-finais», *Diário de Lisboa*, 29 de Maio, 1928, 3.

²⁶³ Cândido de Oliveira, «O desafio Portugal-Chile descripto pelo nosso redactor Candido de Oliveira seleccionador da ‘équipe’ portuguesa», *Diário de Lisboa*, 1 de Junho, 1928, 4-5.

O editorial do dia 2 de Junho do *Diário de Lisboa*, no dia seguinte à vitória sobre a Jugoslávia, foi assinado pelo próprio Cândido de Oliveira. Mais do o “terrível espírito balcânico” a partir do qual António Ferro havia caracterizado o jogo dos jugoslavos, o cronista do DL preferiu sublinhar a superioridade técnica dos jugoslavos: “na arte de jogar suplantam-nos. É justo que o confessemos, comandam a bola, dominam-na, passam de uns para os outros, delineam lances – como inda não sabemos fazer”. A vitória da equipa portuguesa perante tal opositor explicou-a o seleccionador, pela “bravura” com que jogaram os portugueses, “o entusiasmo, a energia indomável com que jogam, que poem na luta, não desfalecendo nunca”.²⁶⁴ Na última página da mesma edição, o mesmo Cândido de Oliveira, detalhou as suas impressões sobre o jogo.²⁶⁵ Terminada a participação portuguesa nos jogos olímpicos, o *Diário de Lisboa* informava no dia 6 os seus leitores da partida naquele mesmo dia da selecção, rumo a Lisboa. O seu enviado especial, que escreveu “algumas das mais notáveis páginas de reportagem que se escreveram dos jogos Olímpicos, continua em Amesterdão até ao final do campeonato”.²⁶⁶

Vale a pena concluir com um pequeno parágrafo de uma das crónicas de balanço de Cândido de Oliveira. É possível, assim, identificar e detalhar um pouco melhor os conceitos e os esquemas classificatórios utilizados pelo seleccionador nacional para interpretar o jogo e em particular os acontecimentos que observou no torneio olímpico no qual Portugal, segundo opinião partilhada pela crítica internacional, marcou o seu lugar entre os melhores do mundo, ficando apenas atrás dos uruguaiois, que venceram novamente o torneio. Mas, dizíamos, a síntese de Cândido de Oliveira, na qual se considerava que os uruguaiois surgiam como modelo de jogo que todos procuravam imitar, situava o futebol jogado na Holanda no confronto entre os dois grandes paradigmas de jogo que se defrontavam nos campos europeus: “A análise dos *teams* não dá margem a que se possa dizer que neste campeonato haja um confronto de *escolas*...Não tem havido de verdade, esse confronto. Não há aqui, entre os diversos *teams* propriamente diferentes *escolas de foot-ball*. O que há é bons *teams* e maus *teams*.”

²⁶⁴ Cândido de Oliveira, «Portugal nos Jogos Olímpicos», *Diário de Lisboa*, 2 de Junho, 1928, 1.

²⁶⁵ Cândido de Oliveira, «A vitória de Portugal sobre a Yogo-Slavia foi difícil de alcançar devido à fadiga da nossa ‘équipe’», *Diário de Lisboa*, 2 de Junho, 1928, 8.

²⁶⁶ Sem título, *Diário de Lisboa*, 6 de Junho, 1928, 1.

Bom *foot-ball* e mau *foot-ball*. O «*tipo*» «*escocês*» está admiravelmente representado. O «*tipo*» «*inglês*» não tem um representante de classe.”²⁶⁷

Conclusão

Desde a introdução das práticas físicas modernas no país, na segunda metade do século XIX, até ao primeiro quartel do século XX, as concepções higiénicas e disciplinares e mundanas deram lugar à hegemonia de uma concepção essencialmente competitiva e espectacular do desporto. O processo de estruturação do campo desportivo português resultou de um choque entre uma perspectiva conservadora, que encarava o desporto a partir de um ideário distintivo, ancorado no privilégio de classe e alicerçado no amadorismo, e a actividade de um conjunto de agentes e instituições que, no contexto de um interesse crescente do público pelo espectáculo competitivo, procuravam autonomizar a prática desportiva.

A integração no terreno dos lazeres urbanos populares comercializados deu-lhe um significado específico. A popularização de modalidades como o ciclismo, o boxe e o futebol deve ser interpretada no âmbito dos processos de crescimento urbano e industrialização do país, mais do que do ponto de vista de uma história política. A difusão dos desportos em Portugal e a reconfiguração da hierarquia entre as diferentes modalidades resultou, sobretudo, da confluência entre interesses comerciais diversificados, da actividade da imprensa a expansão da rede associativa e o interesse do público e não tanto da mediação de instituições como o Estado, sindicatos e organizações dos trabalhadores ou da Igreja. A evolução do estatuto dos atletas desportivos, e a oposição entre os defensores do amadorismo e do profissionalismo, revelou-se um dos marcadores fundamentais deste processo de espectadorização dos desportos, que assinalou igualmente uma alteração significativa na origem social dos praticantes.

É precisamente na tensão entre a centralidade do modelo associativo e eclético de organização das actividades desportivas no território português, e as fronteiras de classe que se estabeleceram entre um conjunto de modalidades que se profissionalizaram, e outras que se mantiveram como um reduto das classes

²⁶⁷ Cândido de Oliveira, «A ‘*équipe*’ de Portugal comparada com outros ‘*teams*’ que disputavam o campeonato olímpico», *Diário de Lisboa*, 11 de Junho, 1928, 3.

dominantes, que pode ser entendida a relação que o Estado Novo vai estabelecer com este campo de actividades. A incapacidade do estado português para implementar um conjunto de políticas de enquadramento das actividades desportivas da população, seja durante a Monarquia, a República ou até mesmo sob o Estado Novo, como teremos oportunidade de verificar, levou a que este universo associativo fosse largamente responsável não apenas pelo desenvolvimento do espectáculo desportivo como também da prática desportiva no país. Contudo, em função das condições económicas, sociais, políticas e culturais de apropriação do desporto em Portugal, este manteve-se relativamente autónomo quer face a enquadramentos políticos quer face a uma organização mercantilizada e estritamente orientada para o mercado.

II O Estado Novo e o desporto: ideologias e instituições

Introdução

No dia 10 de Junho de 1944 foi inaugurado, no Vale do Jamor, o Estádio Nacional. Numa Europa destroçada pela II Guerra Mundial e num país a braços com uma vaga de protestos sociais e políticos, aquela obra concretizava a promessa feita por Salazar aos desportistas portugueses, como António Ferro fez questão de sublinhar aos microfones da Emissora Nacional nesse mesmo dia. Poucos meses depois da aprovação da Constituição de 1933 e do Estatuto Nacional do Trabalho, traves mestras, juntamente com o Acto Colonial, da arquitectura jurídica do Estado Novo, no discurso dirigido aos clubes de Lisboa, António de Oliveira Salazar retribuiu os votos formulados pelo Congresso dos Clubes Desportivos, reunido em Lisboa, em Dezembro daquele mesmo ano, com o compromisso de construção “em breve” do Estádio Nacional. Nesse mesmo discurso, “o filho do campo, criado ao murmúrio das águas de rega e à sombra dos arvoredos” revelou a sua pena por saber “os cafés cheios de jovens, discutindo os mistérios e problemas da baixa política, e ao mesmo tempo ver deserto esse Tejo

maravilhoso, sem que nele remem ou velejem, sob o céu imparável, aos milhares, os filhos deste país de marinheiros”. O Estádio Nacional seria a primeira concretização do objectivo de “dar aos Portugueses, pela disciplina da cultura física, o segredo de fazer duradoura a sua mocidade em benefício de Portugal”.²⁶⁸

O concurso para o projecto do recinto foi lançado a 1 de Março de 1934. Nesse mesmo ano, a Itália fascista de Mussolini organizou o Campeonato Mundial de Futebol, que a sua selecção nacional conquistou. Dois anos mais tarde a Alemanha nazi, liderada por Adolf Hitler, declarou o seu ressurgimento na cena internacional com a organização dos Jogos Olímpicos de 1936, realizados em Berlim. O impulso definitivo para o arranque do projecto foi dado pelo germanófilo Duarte Pacheco, Ministro das Obras Públicas e Comunicações, no quadro de uma estratégia mais geral englobada no aprofundamento da intervenção do estado na economia e na extensão das funções do estado no período entre guerras, que se fazia sentir em diferentes contextos políticos. Tratava-se de uma estratégia relacionada com a construção de infra-estruturas, mas também com o aprofundamento do planeamento urbano e das políticas sociais urbanas. Entre o primeiro concurso para a elaboração do projecto, em que todas as propostas se viram recusadas²⁶⁹, e a fixação mais ou menos definitiva do mesmo, em 1939, intervieram arquitectos como Jorge Segurado, Caldeira Cabral, em colaboração com Konrad Wiesner, que esteve ligado à construção do Olímpico de Berlim, e Miguel Jacobetty Rosa, o último responsável pelo projecto. Com estes atrasos na definição do projecto, as obras do estádio, cuja inauguração estava inicialmente

²⁶⁸ Oliveira Salazar, *Discursos, 1928-1934* (Coimbra: Coimbra Editora, 1935), 267-271. No dia 03/12/1933, o *Diário de Lisboa* dedicou toda a sua primeira página, ilustrada com duas fotografias à parada dos clubes desportivos. Podia ler-se no periódico «A parada dos clubes desportivos que se realizou hoje, por entre filas compactas de povo, desde o Parque Eduardo VII até ao Terreiro do Paço, teve um alto significado constituindo uma manifestação desportiva digna de ver-se. A legião de gente de desporto, praticantes e dirigentes, que trabalha ignoradamente em prol do desenvolvimento físico da raça mostrou hoje o seu valor, a sua força e a sua grandeza. E isto é tanto mais notável, quanto é certo que a obra desportiva até hoje efectuada tem sido produto exclusivamente do esforço de todos os clubes portugueses». «A parada dos clubes desportivos revestiu-se de grande importância», *Diário de Lisboa*, 3 de Dezembro, 1933, 1. Na última página da mesma edição, anunciou-se em letras garrafais que «O chefe do Governo afirmou hoje que teremos em breve um estádio nacional», num artigo em que se transcreveu na íntegra o discurso de Salazar aos desportistas de Lisboa. «O chefe do Governo afirmou hoje que teremos em breve um estádio nacional», *Diário de Lisboa*, 03 de Dezembro, 1933, 8.

²⁶⁹ Apresentaram propostas Carlos Ramos, associado a Jans Wils, projectista do Estádio Olímpico de Amesterdão, concebido para os Jogos Olímpicos de 1928, e Cristino da Silva, este com Constantino Constantini, autor do Forum Mussolini em Roma, construído para receber o Mundial de 1934.

prevista para 1940, de forma a coincidir com a exposição do Mundo Português, arrancaram apenas em 1939.

A monumentalidade da obra, que expressa algumas das tensões entre o primeiro modernismo da arquitectura portuguesa e um vocabulário historicista e regionalista que definiu boa parte da produção arquitectónica do Estado Novo, mas também as influências clássicas, comuns a outros projectos arquitectónicos desportivos de regimes congéneres, e patentes, por exemplo, na continuidade entre as bancadas e a paisagem envolvente ou nos materiais utilizados, fizeram do Estádio Nacional, apesar do atraso na inauguração, uma das obras icónicas do Estado Novo. Mais do que um mero recinto desportivo, destinado a acolher espectáculos desportivos, o estádio encerrava outro tipo de ambições. O significado político de tal obra não pode, por isso mesmo, deixar de ser articulado com o desenvolvimento de uma cultura de massas, mesmo que a sua expressão fosse ainda de certo modo incipiente no Portugal da primeira metade do século XX, e com fenómenos de estetização e ritualização da política e das suas manifestações mais comuns à época. A entrada em forma de ferradura aberta para o anfiteatro natural, amplificava naturalmente o efeito cénico dos grandes cortejos, possibilitando observar a entrada das formações no estádio e o seu desfile pelo vale. A distração do povo, proporcionada também pelos espectáculos desportivos e as grandes manifestações políticas, não era, porém, suficiente. A arquitectura do recinto, bem como a sua localização, exprimia, justamente, uma ambição pedagógica. As transformações que os projectos originais foram sofrendo, algumas por razões conjunturais, não deixam de revelar as preferências dos autores da encomenda no debate entre os defensores do modelo do anfiteatro romano, um recinto fechado localizado no centro da cidade e orientado para o espectáculo, e o modelo do estádio grego, mais adequado aos planos de renovação urbana então em curso.²⁷⁰

É precisamente com base nesta dicotomia que o Capitão Quintino da Costa, no Boletim do INEF, defende o seu “Conceito de Estádio”. Ainda em

²⁷⁰ Sobre o Estádio Nacional veja-se Teresa Andresen, coord., *O Estádio Nacional: um paradigma da arquitectura do desporto e do lazer. Actas das jornadas Europeias do Património* (Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 2007); Ana Tostões et al, *Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian: Francisco Caldeira Cabral e a primeira geração de arquitectos paisagistas (1940-1979)* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003) e Luís André Cruz, «O Estádio Nacional e os Novos Paradigmas do Culto, Miguel Jacobetty Rosa e a sua Época» (tese de mestrado em Arquitectura, Lisboa, Universidade Lusíada, 2005).

1943, e sobre o já construído, mas ainda por inaugurar, recinto desportivo, o Capitão defendia a necessidade de o recinto estar não somente “aberto para todos, mas principalmente que todos devem ter um estádio onde se exercitem. Isso se pretende com o grandioso movimento da educação física moderna”, cuja genealogia o deveria levar a aproximar-se “ainda mais dos ginásios de Atenas”. Em consonância com este programa de nacionalização e estatização da prática desportiva, que até esse momento se havia desenvolvido sob a tutela da iniciativa privada do movimento associativo, o projecto original contemplava não somente a perspectiva de centralização do universo desportivo português mas também a construção de equipamentos - o Hipódromo, Piscina Olímpica, Centro Náutico, Parque Público - destinados à educação desportiva da população, que permaneceram, todavia, por concluir durante largos anos. Ainda mais, Quintino da Costa pugnava, já em 1943, por um “urgente estudo de uma ampla rede de Estádios Municipais onde o povo português encontre um mínimo de condições para o seu desenvolvimento físico e conservação da saúde.”²⁷¹ O carácter inacabado, o lento crescimento e esparsa utilização do equipamento projectado para centralizar o universo desportivo português, onde foi inaugurada em 1954 a sede do INEF também desenhada por Jacobetty Rosa, e as próprias dificuldades sentidas pelo Estado português na difusão de equipamentos para a prática desportiva por todo o país, não podem deixar de constituir um incentivo para uma análise mais detalhada da política desportiva do Estado Novo, não somente do ponto de vista dos seus valores e ideologias, mas também das políticas e instituições. Entre a norma e a prática, entre o projecto e a sua concretização, como teremos oportunidade de examinar, mediou uma certa distância.

Todavia, sobre aquele 10 de Junho de 1944, António Lopes Ribeiro, o “*cineasta do regime*”,²⁷² autor de obras como *Bailando ao Sol* (1928), *A Revolução de Maio* (1937) e *Feitiço do Império* (1943),²⁷³ para além dos clássicos da comédia portuguesa como *O Pai Tirano* (1941), contou a história de uma “obra

²⁷¹ Quintino da Costa, «Conceito de estádio», *Boletim do Instituto Nacional de Educação Física*, n.º 4, 1943.

²⁷² Sobre a obra de António Lopes Ribeiro e a sua relação com o Estado Novo veja-se, por exemplo, Piçarra, *Salazar vai...*, em especial o capítulo V, «O Cineasta do Regime: António Lopes Ribeiro», pp. 103-115. Note-se que António Lopes Ribeiro também colaborou com *A Bola*, tendo sido o responsável pela encomenda do logotipo do jornal a um designer alemão. Paula Machado, *António Lopes Ribeiro, 1908-1995: Cineasta* (Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2004), 8.

²⁷³ Estas últimas, as duas únicas obras de ficção com intenções claramente propagandísticas financiadas pelo SPN.

monumental, digna do Portugal ressurgido e pacífico”, definida pela sua “extraordinária beleza”, caracterizada pelo “equilíbrio dos volumes e pelo seu ajustamento à paisagem serena do Vale do Jamor”. Ainda na panorâmica sobre a construção do recinto, destacavam-se a auto-estrada de Cascais, a primeira da Península Ibérica, inspirada na moderníssimas auto-estradas alemãs, e a estrada marginal, “artérias verdadeiramente dignas da capital do império”, devedoras da “concepção e força criadora desse grande e malogrado ministro que foi o engenheiro Duarte Pacheco”.²⁷⁴ Nem só de agricultura e ruralismo se fazia a propaganda do Estado Novo.

A propósito da inauguração propriamente dita, era sublinhada, tal como na arquitectura, a monumentalidade do evento, quer do ponto de vista da sua organização e dos participantes, quer do ponto de vista dos espectadores que deram “o melhor exemplo de disciplina e entusiasmo”. Ao som do hino nacional “todo o público, multidão-público, saudou Carmona e Salazar”, o “campeão da pátria” que “era o campeão número um daquela festa de campeões”. A multidão foi acompanhada no renovado exemplo de ordem e disciplina pelos seus dirigentes que lhe ofereciam o espectáculo “à hora marcada, à hora exacta” e pelos desportistas e organizações que ao longo de horas desfilaram no relvado. Pela porta da maratona entraram sucessivamente “3600 filiados da Mocidade Portuguesa, 3600 rapazes saudáveis e confiantes, esperança do hoje e garantia do amanhã”, que entoaram o hino da MP e “60 mil espectadores concordaram com eles”, e as raparigas da FNAT, “marcando um novo e claro lugar da mulher portuguesa na vida nacional”. Mas não foram apenas os representantes das organizações estatais de enquadramento político e dos lares que se fizeram notar naquele dia.

A “parte apoteótica do festival” deu-se, seguindo a narrativa de António Lopes Ribeiro, quando uma dezena de milhar de atletas, representando todas as modalidades e clubes desportivos e todos os sindicatos nacionais, desembocaram no recinto, manifestando a adesão global da sociedade ao projecto de renovação nacional que o Estado Novo, com abnegação e sentido de missão, cumpria. A lista dos participantes revela, uma vez mais, o modo como o fascismo português procurava conciliar o futuro e o passado, a ambição de transformação e

²⁷⁴ As citações referentes a António Lopes Ribeiro e à inauguração do Estádio Nacional, foram retiradas do filme *Inauguração do Estádio Nacional* (1944).

regeneração de um corpo político e social enfermo articulada com a necessidade de preservar uma ordem simbólica e cultural solidamente ancorada nas tradições. Assim, e antes dos praticantes dos desportos modernos - tenistas e esgrimistas, remadores e velejadores, corredores, saltadores, lançadores do peso, disco, martelo e dardo e todas as outras modalidades do atletismo, e para além dos atletas estudantes da academia coimbrã, envoltos nas suas capas negras, para seguirmos o relato de António Lopes Ribeiro, passaram pela pista do novo estádio “precedidos por insígnias simbólicas... os cavaleiros, os pescadores de linha, os caçadores, os atiradores, com as suas canas de pesca e as suas espingardas”. O final do filme de propaganda desenha precisamente esse renovado espírito nacional, actualizado pelos rituais do espectáculo fascista e materializados na obra de Salazar. Depois de concentrados os 10 mil atletas no relvado, desceram pelas bancadas do estádio os guiões da Mocidade Portuguesa, “produzindo um efeito deslumbrante. Ia ter lugar o momento culminante da festa: o agradecimento dos desportistas portugueses ao chefe da nação. Prémio espontâneo da nação, àqueles que tão firmemente nos conduzem através da tormenta da guerra, com mão segura e inteligência esclarecida de pensador, a inauguração do Estádio Nacional foi na vida portuguesa presente uma das mais gloriosas vitórias. Vitória da paz e unidade nacionais.” No último minuto do documentário, uma referência ao animado desafio entre Sporting e Benfica que “rematou a brilhantíssima festa.”

Naquela representação de António Lopes Ribeiro, naquela obra e nos acontecimentos daquele dia, tudo parece convergir num mesmo sentido. Arquitectura, organizações de enquadramento de massa, rádio, cinema contribuíam em simultâneo, e em consonância, para construir uma experiência política ritualizada e uma sensibilidade cultural específica. A inauguração do Estádio Nacional, como outros marcos na história do Estado Novo, demonstra a competência do regime para projectar uma forma de dominação, para além das técnicas repressivas, alicerçada na capacidade de mobilização de diferentes grupos sociais a partir de cima e na imersão desse sujeito político, a massa corporativamente organizada, num quotidiano totalitário, no qual as diferentes formas de produção cultural, coordenadas a partir de organizações de propaganda centralizadas, se conjugavam hegemonicamente para dirigir as práticas sociais e anular possibilidades de leitura e interpretação alternativas da realidade. Na narrativa de António Lopes Ribeiro, a narrativa do regime, não era somente o

Estado e as suas instituições que se aglutinavam em torno de Salazar. Era toda a sociedade, ali representada pelos clubes desportivos e pelos sindicatos nacionais, e acima de tudo pelo público-massa, que, naquele dia, se rendia ao Presidente do Conselho e à obra do Estado Novo.

Nesse projecto político, o confronto entre o desporto enquanto prática higiénica e disciplinar - subordinado a uma razão de estado, e considerado como um meio para atingir um determinado fim - e o desporto competitivo, que tomava a prática, e em especial a competição desportiva como um fim em si mesmo, também parecia ter sido mitigado. A formação de um campo desportivo autónomo havia passado nas décadas anteriores pela afirmação das práticas comerciais e associativas. Estas haviam sido regularmente criticadas por determinadas segmentos do campo desportivo, nomeadamente aqueles mais próximos de uma concepção elitista do desporto, e que se organizavam em torno do Comité Olímpico Português. E se para a configuração do campo desportivo português foram fundamentais os processos de comercialização mas também de autonomização da sociedade civil, é importante reiterar que o desporto em Portugal cresceu largamente à margem das instituições estatais. Esse espaço relativamente autónomo encontrava-se agora, na cerimónia de inauguração do Estádio Nacional, simbolicamente integrado na orgânica do regime. A instauração da ditadura militar, a 28 de Maio de 1926, e a sua subsequente institucionalização sob a designação de Estado Novo, em 1933, intimamente associadas um projecto de aprofundamento da intervenção estatal em todas as esferas da vida social, permitem colocar questões políticas ao desenvolvimento do desporto, e em particular, do futebol português.

É precisamente esse projecto de subordinação do universo desportivo ao salazarismo que importa aqui interrogar. Mais do que presumir a identidade entre um e outro, para se interpretar o desenvolvimento do futebol durante o Estado Novo é fundamental compreender a forma como o regime se relacionou com este universo desportivo autónomo e identificar o lugar do desporto e da educação física no programa ideológico e político do Estado Novo. O triunfo do fascismo resultou, portanto, não somente da sua capacidade repressiva, mas também da sua competência para integrar, colonizar e disciplinar os diferentes sectores autónomos do espaço social. A análise do lugar do desporto nas diversas estruturas de enquadramento da ocupação de tempos livres para diferentes

categoriais sociais - a Mocidade Portuguesa, a FNAT ou as Casas do Povo - permite uma primeira abordagem às concepções desportivas do Estado Novo, durante a década de trinta. A criação do Instituto Nacional de Educação Física (1940) e da Direcção Geral dos Desportos (1942), permite interpretar, por outro lado, uma vontade política de regulação de um universo desportivo a partir da apreensão quer das lógicas de formação de técnicos e instituições de regulação, enquadramento e vigilância do campo desportivo, seja na vertente escolar e da prática física, como no quadro dos desportos federados e *espectadorizados*.

Pretende-se, assim, nesta segunda parte situar a intervenção destas instituições e da doutrina que produziram e conhecer a forma era concebida a sua actividade e os quadros ideológicos que a balizavam. Procuraremos apreender os mecanismos através dos quais esses processos de acomodação e repressão das práticas e organizações desportivas instituídas foram levados a cabo, as áreas sobre as quais esses dispositivos de poder interferiram e a extensão dessa mesma intervenção. Nesse sentido, a instituição fundamental para ponderar a forma como o Estado Novo lidou com o universo desportivo é a Direcção Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar, o organismo criado para regular a educação física fora das instituições de ensino, da Mocidade Portuguesa e da FNAT, precisamente o terreno onde os desportos se haviam implantado em Portugal.

Decadência e regeneração: o lugar do desporto

O corpo, e em particular “o belo corpo masculino”, como refere George Mosse, foi um símbolo importante em todos os movimentos fascistas europeus. Com a generalização da ideia novecentista de que a estrutura do corpo humano reflectia a estrutura da mente, o exercício físico foi considerado, no quadro da estética fascista, um instrumento importante para produzir um corpo esculpido a partir da influência do modelo grego. À harmonia do corpo haveria de corresponder a conformidade dos espíritos. Tratava-se de um corpo que, para continuarmos com Mosse, “projectava autodomínio na atitude e virilidade no jogo dos músculos; simbolizava tanto a dinâmica como a disciplina que correspondiam às necessidades e aos anseios da sociedade. Neste caso, a ordem e o progresso, tantas

vezes em conflito, reconciliavam-se através do simbolismo do corpo masculino modelado segundo as formas harmoniosas da escultura grega.”²⁷⁵

Esta reconciliação entre a sociedade tradicional e a moderna sociedade de massas, este “futurismo do passado”, exprime uma das bases fundamentais da cultura fascista.²⁷⁶ A possibilidade de um novo começo, mais do que uma intenção simplesmente restauracionista, ajuda a situar parte do apelo que uma nova ideologia e uma prática política especificamente modernas exerceram sobre diferentes grupos sociais um pouco por toda a Europa, mas também fora dela. O carácter revolucionário dos fascismos, a sua modernidade, as suas ambições de transformação da ordem social, de construção de um “homem novo”, de redefinição da forma das relações sociais mas também dos gostos individuais, de mobilização e enquadramento das massas, comuns a outros regimes políticos modernos, adquiriram, como salientou Roger Griffin, uma identidade própria nos mitos palingenéticos ultranacionalistas.²⁷⁷ Ou seja, numa interpretação específica das causas da decadência nacional e uma solução radical para a regeneração da comunidade, cuja unicidade e organicidade naturais haviam sido, de acordo com os fascismos, corrompidas por um conjunto de factores e agentes historicamente identificáveis.

A narrativa que o Estado Novo construiu sobre a história de Portugal e o seu papel nessa história não parece fugir a este padrão. A decadência da nação constituiu um dos temas centrais do discurso político e cultural do regime autoritário português.²⁷⁸ Esse projecto de regeneração nacional assentou no caso do salazarismo, durante o seu processo de institucionalização e sem colocar em causa as diferentes matizes que assumiu entre as diferentes direitas que o

²⁷⁵George L. Mosse, «Estética Fascista e Sociedade, algumas considerações», em *A estética no fascismo*, George L. Mosse, Emily Braun, Ruth Ben-Ghiat (Lisboa: Sá da Costa, 1982), 7.

²⁷⁶ Como notou Hermínio Martins a propósito do caso português «os integralistas deviam caminhar sobre este terreno não só sob o impulso de imperativos culturais genéricos, mas por via da própria lógica da sua ideologia nacionalista. A partir do momento em que repudiaram virtualmente todo o século XIX em bloco - em especial o seu chefe intelectual mais dotado e autorizado, António Sardinha (1889-1925) - procuraram definir a ‘essência eterna’, a herança da tradição portuguesa, servindo-se de factos simbólicos e personagens que encarnassem valores messiânicos, pastorais e hierárquicos. Esta reconstrução do passado numa perspectiva nacionalista reaccionária era definida com exactidão, por comentadores complacentes, como ‘futurismo do passado’. Hermínio Martins, *Classe, status e poder* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006), 25.

²⁷⁷ Roger Griffin, *The Nature of Fascism* (Londres: Pinter Publishers 1991).

²⁷⁸ Sobre esse discurso e os seus antecedentes veja-se por exemplo Sérgio Campos Matos, *História, Mitologia e Imaginário Nacional. A História no Curso dos Liceus (1895-1939)* (Lisboa: Liv. Horizonte, 1990).

apoiavam e a sua transformação ao longo do tempo, num “peculiar casamento dos valores nacionalistas de matriz integralista e católica conservadora com as influências radicais e fascizantes recebidas da guerra civil de Espanha e do triunfal ascenso dos fascismos e do hitlerismo na Europa, ainda que esta segunda componente se possa sentir, como adiante se verá, menos ao nível da dogmática dos conteúdos, mas sobretudo no tocante à definição dos alvos, dos instrumentos, dos métodos e da iconografia que acompanhavam o seu enunciado e inculcação.”²⁷⁹

De modo mais concreto, no período de afirmação da “nova ordem” e de invocação da “revolução nacional”, em lugar destacado nas “verdades indiscutíveis” encontrava-se “o mito palingenético, ou seja, o mito do recomeço, da «Renascença portuguesa», da «regeneração», operada pelo Estado Novo, interrompendo a «decadência nacional», precipitada por mais de cem anos de liberalismo monárquico e do seu paroxismo republicanista”. O regime não se representava somente como um novo período na vida política nacional. A sua mitologia justificava-o, para continuarmos com Rosas, como “o retomar do genuíno curso da história pátria”. A vocação imperial, assente numa missão colonizadora e evangelizadora providencial, o mito da ruralidade, “tida como uma característica e uma virtude específica, donde se bebiam as verdadeiras qualidades da raça”, e a espontaneidade da ordem corporativa, que traduzia uma “hierarquização espontânea e harmoniosamente estabelecida como dado intemporal”, ligadas por uma ancestral “vocação para a pobreza”, que bloqueava o desenvolvimento de ambições materiais desestruturadoras da harmonia social, e a essência católica da identidade nacional, constituíam, resumidamente, os eixos ideológicos centrais em torno dos quais o Estado Novo procurou ancorar cultural ideologicamente a sua legitimidade.²⁸⁰

Este programa organizava e sistematizava também o problema da decadência da raça, associando-a a períodos históricos específicos e a forças políticas particulares. Esta narrativa da decadência e regeneração não era, contudo, nova na paisagem ideológica portuguesa. A formação ideológica do Estado Novo passou também, em grande medida, pela recuperação de temas preexistentes na

²⁷⁹ Fernando Rosas, «O Salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo», *Análise Social*, vol. XXXV, n.º 157 (2001): 1033.

²⁸⁰ Rosas, «O Salazarismo...», 1034-1036.

cultura e política portuguesas. No caso do nacionalismo, por exemplo, vale a pena apreciar a forma como o regime construiu a partir dos seus dispositivos de produção cultural uma determinada representação da identidade nacional.²⁸¹ Mas é igualmente importante considerar a forma como a “a legitimidade do regime, naquele contexto histórico específico, resultou da vocação para defender e proteger essa cultura”, dessa cristalização do nacionalismo da qual terá sido tanto criador como criatura, para utilizar a formulação de Luís Trindade.²⁸²

O mesmo é possível ser argumentado a propósito da questão da decadência da raça. Sendo fundamental ao mito fascista, trata-se de uma concepção da história que em larga medida o antecede, tendo aliás conhecido particular intensidade no início do século XIX. Como notou Joel Serrão, “na verdade, tanto foram «regeneradores» os liberais de 1820, os das primeiras cortes constituintes, os cartistas, os setembristas, como os engenheiros fontistas, e até, ainda os republicanos”.²⁸³ No âmbito dos debates do final de novecentos, a noção de regeneração era tida como um dos meios para ultrapassar uma certa ideia de crise que não era assinalada apenas no campo político, mas também por amplos sectores do campo cultural português.²⁸⁴ A sua expressão mais intensa encontra-se, não obstante, relacionada com o Ultimatum britânico, de 11 de Janeiro de 1890.²⁸⁵ O sentimento de humilhação que resultou da cedência a interesses estrangeiros de parte do projecto colonial, historicamente pensado pela generalidade das elites portuguesas como um desígnio nacional, não fora, para os republicanos, apenas um reflexo das suas consequências diplomáticas de subordinação nacional a interesses estrangeiros. Constituía também uma manifestação, no plano interno, da decadência fisiológica da raça, cujas consequências não deixavam de se manifestar igualmente no plano moral.

²⁸¹ José Manuel Sobral, *Portugal, Portugueses: uma Identidade Nacional* (Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2012).

²⁸² Luís Trindade, *O Estranho Caso do Nacionalismo Português* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008), 14.

²⁸³ Joel Serrão, «Decadência», em *Dicionário de História de Portugal*, dir Joel Serrão. vol. II (Porto: Figueirinhas, 1992).

²⁸⁴ Fernando Catroga, «Os intelectuais portugueses entre a decadência e a regeneração (séculos XIX e XX)», em *Optimismo e pessimismo acerca do futuro de Portugal. VIII Curso Livro de História Contemporânea, Lisboa, 21 a 26 de Novembro de 2005*, coord. Fernando Catroga (Lisboa: Edições Colibri/Fundação Mário Soares/Instituto de História Contemporânea, 2008).

²⁸⁵ Sobre o Ultimatum e as suas consequências na política externa mas também, e sobretudo, na política interna, veja-se Nuno Severiano Teixeira, «Política Externa e Política Interna no Portugal de 1890: o Ultimatum Inglês», *Análise Social*, vol. XXIII, n.º 98 (1987).

Apesar de as explicações para a crise política e social da nação remeterem em última instância para o terreno político, com a monarquia a ser responsabilizada pelo estado a que havia chegado o país, a decadência fisiológica da raça era também, desde a segunda metade do século XIX, imputada a factores médicos. A sífilis, o alcoolismo, a tuberculose e a mortalidade infantil constituíam os quatro grandes flagelos que, do ponto de vista de um conjunto de médicos, justificavam uma suposta inferioridade física do povo português.²⁸⁶ Se as consequências económicas, militares e demográficas destas “pestes contemporâneas” eram claras – a cedência ao Ultimatum, mas também a emigração para o Brasil ou o atraso económico português – a interpretação científica da degenerescência assentava, também, nos novos conhecimentos sobre as formas de transmissão das epidemias contemporâneas, ou seja, nas teorias do higienismo e da hereditariedade, indissociáveis da divulgação do darwinismo. Encontrava-se, por outro lado, relacionada com o avanço dos conhecimentos estatísticos, que permitiam não só quantificar estes problemas como correlacioná-los com outras características da população.

O combate a estes “flagelos sociais”, que os médicos se revelavam incapazes de resolver por si próprios, já se manifestara capaz de mobilizar e reunir diferentes fracções das classes dominantes, organizações ligadas à igreja e grupos políticos, quer monárquicos quer republicanos, num movimento filantrópico pelo revigoramento da raça.²⁸⁷ Apesar dos avanços observados no último quartel do século XIX na bacteriologia e na fisiologia, ou seja a atribuição de causa da disseminação de doenças aos *germens*, num conjunto diverso de situações, o combate às doenças, atribuídas quer a factores ambientais quer hereditários, com o alcoolismo no cimo de todas as preocupações, a profilaxia social continuou a ser considerada central para o revigoramento da raça.

Se é inegável que, naquela conjuntura política, as forças republicanas, apoiadas na ciência e sentido de progresso histórico de que se julgavam

²⁸⁶ Rita Garnel, *Vítimas e Violência na Lisboa da I República* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007). Sobre o papel dos médicos veja-se, sobretudo capítulo III, «A construção e consolidação do poder médico», 147-248.

²⁸⁷ A este respeito vejam-se, por exemplo, alguns estudos de caso: Ismael Vieira, «Contributos da ‘Liga Nacional contra a Tuberculose’ para a luta antituberculose em Portugal (1899-1907)», (comunicação apresentada no XXXI Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social, Coimbra, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 18 e 19 de Novembro de 2011); João Cosme, «As preocupações higio-sanitárias em Portugal (2.ª metade do século XIX e princípio do XX)», *Revista da Faculdade de Letras do Porto: História*, III série, n.º 7 (2006).

portadoras, instrumentalizaram as ideias de decadência e degenerescência da raça, considerando a longa duração, é no terreno das transformações económicas e das relações sociais que se torna possível localizar tanto a emergência do discurso da degeneração como o desenvolvimento de uma série de movimentos de profilaxia dedicados a debelar os males da civilização. Como, aliás, sintetiza Irene Vaquinhas, “dirigido às classes trabalhadoras, este movimento humanitário não é ideologicamente isento. Sob a capa da filantropia e da luta contra os flagelos sociais esconde-se a vontade de enquadramento social das classes trabalhadoras e a sua moralização, tentando-se inculcar os valores burgueses de higiene, da sobriedade, da moderação. Da caça aos gérmens passa-se, imperceptivelmente, à caça aos portadores de gérmens”.²⁸⁸ O que, na segunda metade do século XIX, distingue este movimento de outros anteriores é sobretudo a forma como se empenha em estender à maior parte da população, uma série de hábitos e práticas, devidamente filtradas, organizadas e enquadradas por uma crítica aos seus modos de vida.

Desde meados do século XVIII, que o combate pela civilização do corpo se havia tornado num “instrumento de luta desencadeado pelos estratos sociais mais cultos da vida portuguesa, que dispunham de conhecimentos técnicos e científicos actualizados, contra a superficialidade das atitudes e movimentos de grupos minoritários que encontravam, em velhos privilégios e «heranças», as formas de afirmação e ascensão social. Neste contexto de mudança o valor dos homens media-se antes pela capacidade de «ser» e não em comportamentos fundamentos no «parecer» fingido, sem qualquer utilidade colectiva ou desprovido de autenticidade humana.”²⁸⁹ Este projecto de racionalização das condutas, dirigido por uma burguesia emergente, dirigiu-se também, como refere Jorge Creso, contra uma existência assente na busca de prazeres sensuais e uma vida luxuosa e excessiva. A crítica à situação física dos portugueses implicou não apenas projectos de reforma de hábitos de higiene e alimentação e práticas sexuais, mas também a repressão de muitas das práticas de lazer das classes populares, urbanas e rurais. As corridas de touros, as epidérmicas lutas entre aldeias ou ainda a festa, momento privilegiado para o excesso, tornaram-se, ao

²⁸⁸ Irene Vaquinhas, «O conceito de ‘decadência fisiológica da raça’ e o desenvolvimento do desporto em Portugal (finais do século XIX/princípios do século XX)», *Revista de História das Ideias*, vol. 14 (1992): 371.

²⁸⁹ Jorge Creso, *A História do Corpo* (Lisboa: Difel, 1992), 504.

longo da primeira metade do século XIX, e apesar da sua posterior valorização etnográfica, algumas das esferas privilegiadas de intervenção por parte das autoridades públicas e, em especial, da polícia. Tais costumes, bem como a proliferação dos jogos de azar, das crendices e superstições conduziam àquilo que era sentido como uma degradação da robustez dos corpos.²⁹⁰

A unir a repressão às práticas e aos lazeres populares e a crítica a certos comportamentos da aristocracia encontrava-se a noção de utilidade, temperada com os conceitos de moderação, frugalidade e disciplina. Tratava-se de inscrever nos corpos a hegemonia dos novos valores, orientados para o trabalho, para a produtividade e para o progresso. Não era apenas a quantidade dos homens, que as diferentes condições de vida e hábitos quotidianos colocava em causa, mas também a sua qualidade. O combate à dissipação de energias, às diferentes modalidades de dissolução e hedonismo, consubstanciadas no binómio excesso-ociosidade, tornou-se assim fundamental, a par das preocupações relacionadas com as deficiências na higiene, na terapêutica e na alimentação, no processo de civilização do corpo. Dois grupos mereceram uma atenção especial do corpo crescente de especialistas com uma missão reformadora cujas atribuições e projectos foram ganhando visibilidade ao longo de todo o século XIX: as mulheres e as crianças e jovens. No caso das mulheres essas preocupações resultavam do papel biológico que lhes estava reservado na formação e criação de seres humanos, mas também, como refere Jorge Crespo, daquilo que era considerada, do ponto de vista moral, a sua elevada disponibilidade para a ociosidade, especialmente entre as classes altas.²⁹¹ Considerava-se, por outro lado, que seria entre os jovens, como sujeitos ainda por formar, com personalidades por fixar e hábitos por adquirir, que os novos saberes e práticas teriam um efeito mais marcante e duradouro.

O trabalho, o serviço militar e a educação apresentaram-se como os três grandes terrenos de combate à ociosidade. E se o trabalho, se afirmou sistematicamente como o instrumento civilizador privilegiado, mesmo que fosse necessário forçá-lo, a educação foi também considerada como a esfera privilegiada para proceder a essa renovação das condutas e mentalidades. A

²⁹⁰ Jorge Crespo faz uma leitura detalhada destes processos. Crespo, *A História...*

²⁹¹ Crespo, *A História...*, 492.

retirada das crianças à exclusiva tutela familiar e a sua inserção num meio escolar foi tida justamente como uma das formas de cultivar o contacto social e as regras de disciplina social que dele adviriam.²⁹²

Os primeiros programas estatais de educação física

O desporto e a educação física desempenharam neste projecto educativo um papel importante. Implementados, de início, no quadro de instituições militares e educativas, foi sobretudo no contexto daquelas que a educação física se desenvolveu. Depois da criação dos primeiros ginásios - em 1828 no Instituto Industrial e Comercial de Lisboa - e dos primeiros dos cursos de ginástica - em 1838 a ginástica tornou-se uma disciplina obrigatória na Casa Pia de Lisboa - e a sua generalização por um conjunto de instituições militares como a Escola do Exército, a sua expansão para o sistema de ensino, apesar de integrar os currículos e ter um programa definido desde 1836, revelou-se difícil.²⁹³ As sucessivas reformas educativas envolveram, todavia, desde a segunda metade de novecentos, uma importante componente relacionada com as práticas físicas. Tratou-se, aliás, de um modelo partilhado por outros países europeus. Com a excepção dos colégios de elite britânicos, onde os modernos desportos foram inventados e conheceram o maior desenvolvimento, a ginástica associada às instituições de ensino revelou-se, ao longo da segunda metade do século XIX, no que diz respeito às práticas desportivas como um instrumento privilegiado de “regeneração” das populações. Tratou-se de um processo transnacional, em que os quadros conceptuais e as técnicas do movimento Turner, de origem alemã, ou da ginástica sueca, o “método de Ling”, se afirmaram em boa parte da Europa como os

²⁹² Jorge Ramos do Ó, *O Governo de Si Mesmo, Modernidade Pedagógica e Encenações Disciplinares do Aluno Liceal (último quartel do século XIX – meados do século XX)* (Lisboa: Educa, 2003).

²⁹³ Filipe Rocha, *Fins e Objectivos do Sistema Escolar Português. Período de 1820 a 1926* (Aveiro: Livraria Estante Editora, 1987), 39; José Gregório Viegas Brás, «A fabricação curricular da educação física: história de uma disciplina desde o antigo regime até à I República» (tese de doutoramento em Ciências da Educação, Lisboa, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, 2006).

instrumentos pedagógicos prioritários na constituição das disciplinas de educação física.²⁹⁴

Ainda assim, em Portugal, no final do século XIX, como referimos, as práticas náuticas, como o remo ou a vela, e as militares continuavam a prevalecer enquanto lazeres das classes dominantes ou exercícios militares. O surgimento de alguns clubes e associações dedicados à divulgação das práticas atléticas obedeceu ao mesmo tipo de lógicas, não tendo permitido a generalização dos exercícios desportivos à população. Organizações como o Real Gynásio Clube Português (1875), uma das primeiras instituições a divulgar o método de Ling em Portugal, mantiveram-se como redutos associados ao privilégio social e à filantropia. Como refere António Gomes Ferreira, “apesar do reconhecimento da importância da Educação Física e da relativa expansão da sua prática, somente no século XX os governos portugueses apostaram na sua institucionalização, tendo em vista tanto a sua generalização quanto o seu controlo.”²⁹⁵

A obrigatoriedade do ensino da Educação Física no Curso Geral dos Liceus foi apenas instituída em 1905, com a reforma do ensino secundário levada a cabo durante o terceiro governo de Luciano de Castro, por Eduardo José Coelho, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino.²⁹⁶ Não deixa de ser expressivo, por outro lado, que entre as poucas referências aos métodos pedagógicos que figuravam no diploma constasse a necessidade de os alunos realizarem o seu curso de Educação Física “pelos meios modernamente adoptados e especialmente pela prática da ginástica sueca” com o propósito expresso de corrigir “a fadiga cerebral, que estes estudos aturados e a longa permanência nas aulas acarretam inevitavelmente”. Não se pretendia agir somente sobre o corpo do estudante. À educação física e aos exercícios a ela associados, tal como à educação estética e moral, também integradas no currículo dos liceus, era

²⁹⁴ Sobre a difusão e influências recíprocas de diferentes sistemas de educação física na Europa, veja-se, por exemplo Gertrud Pfister, «Cultural confrontations: German turnen, Swedish gymnastics and English sport - European diversity in physical activities from a historical perspective», *Culture, Sport, Society*, vol. 6, n.º 1 (2003). Sobre a educação física em França no final do século XIX veja-se por exemplo, Eugen Weber, «Gymnastics and sports in fin-de-siècle France: opium of the classes», *The American Historical Review*, vol. 76, n.º 1 (1971). Sobre o processo mais amplo a nível europeu veja-se Pierre Lanfranchi, «Entre initiative privée et question nationale. Genèse et évolution des politiques sportives en Europe (Grande-Bretagne, Allemagne, France, Italie)», *Politix*, vol. 13, n.º 50 (2000).

²⁹⁵ António G. Ferreira, «O ensino da Educação Física em Portugal durante o Estado Novo», *Perspectiva, Revista do Centro de Ciências da Educação*, n.º 22 (2004): 199.

²⁹⁶ Decreto de 29 de Agosto de 1905, publicado no Diário do Governo n. 194 de 30 de Agosto, 1905

atribuída a propriedade de por via do “desenvolvimento do organismo que estes exercícios provocam...exercer benéfico influxo na formação moral dos estudantes; e alguns deles, como os jogos, têm uma função moral educativa que era forçoso aproveitar” A reforma educativa de 1905 ainda contemplava, portanto, “os jogos”, como práticas providas de uma função moral e educativa.²⁹⁷

A mudança de regime, e a reforma educativa de 1917, preconizada por Joaquim Pedro Martins, Ministro da Instrução, no governo liderado pelo médico António José de Almeida, não trouxe alterações notáveis ao panorama da educação física escolar, a não ser uma nova designação.²⁹⁸ Não obstante a inclusão da disciplina de *Ginástica* no currículo liceal, o diploma não deixa de demonstrar a fragilidade da política de expansão das práticas físicas no sistema de ensino português. À obrigatoriedade estipulada na reforma de 1905 aceitavam-se exceções. O ensino da disciplina só teria lugar se existissem “as condições materiais indispensáveis para o regular aproveitamento dos alunos e pessoa idónea para a ministrar”. Estavam dispensados das aulas, como refere José Carlos Casulo, os alunos que o médico escolar considerasse que podiam ser prejudicados pela prática de exercício físico. No caso das raparigas, a “a frequência das aulas de ginástica só (...) [seria] obrigatória para as alunas, quando o seu número e as condições do liceu tornassem possível a organização de turmas especiais para o efeito”.²⁹⁹

O regulamento dos liceus de 1932: os médicos e o primado da ginástica respiratória

É justamente no terreno da educação e da regeneração física e moral da nação, que o papel dos desportos e da educação física durante o Estado Novo deve primeiramente ser equacionado. Ainda que rituais de grande intensidade dramática, como a inauguração do Estádio Nacional, tenham vindo a ocupar um lugar privilegiado na interpretação do imaginário fascista, o seu carácter singular

²⁹⁷ José Carlos Oliveira Casulo, «Currículo e pedagogia nos Liceus Portugueses entre a Monarquia e a República: as reformas do ensino secundário de 1905 e 1917», *Revista Ibero-Americana de Educação*, n.º 54/4 (2010): 4-5.

²⁹⁸ Decreto-Lei n.º 3091 de 17 de Abril de 1917.

²⁹⁹ Casulo, «Currículo e...», 9.

não deve ser desvalorizado. Atendendo a esta genealogia institucional e ideológica, o programa fascista para a regeneração física da nação perde igualmente algum do seu carácter de novidade. A esfera educativa e as actividades rotineiras de organizações paramilitares como a Mocidade Portuguesa, ou de regulação dos lazes como a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, constituíram os contextos prioritários para a implementação de um conjunto de políticas relacionadas com as práticas físicas e desportivas por parte do regime autoritário português. Com estas organizações o regime procurou formar um complexo institucional de enquadramento das práticas físicas dos jovens e dos trabalhadores e construir no terreno dos tempos livres uma alternativa, de foro recreativo mas com pretensões educativas e pedagógicas, ou seja, políticas e ideológicas, capaz de concorrer com o universo associativo e comercial, hegemónico na esfera desportiva portuguesa.

A transição autoritária assinalou uma modificação importante no sistema educativo português, porventura até mais significativa nos primeiros anos de escolarização, já que o acesso ao ensino secundário continuou socialmente selectivo. Os ideias pedagógicos da República deram lugar a uma concepção autoritária do processo educativo. Projectos educativos típicos da República, que assentavam numa concepção da criança como sujeito activo da aprendizagem, cujo propósito seria formar espíritos inquisitivos ágeis, cederam perante um conjunto de métodos de ensino genericamente assentes na autoridade do professor e na rigidez dos conteúdos transmitidos. Todavia, se em múltiplos aspectos a ruptura com os ideais republicanos era patente, no caso da educação física esse corte não foi tão profundo. Ainda antes da implementação da Constituição de 1933, o Decreto n.º 21 110, de 3 de Abril de 1932, onde se estabelecia o Regulamento de Educação Física dos Liceus, permite antever um pouco do que seria a política do regime face aos desportos e à educação física. Ao ler, escrever e contar, pode-se acrescentar o respirar.

A educação física, postulava o decreto, “não é propriamente um pretexto para divertimentos ou lazes, senão um elemento poderoso para o melhoramento das condições individuais e sociais.” Perante a “presença da decadência manifesta da espécie humana”, e dado que “em Portugal essa decadência já não sofre dúvidas para ninguém, tal o seu grau”, a eficácia da educação física nesse projecto de regeneração dependia da sua capacidade de chegar ao maior número de

sujeitos. A ginástica, e em particular a ginástica respiratória, com uma certa tradição em Portugal, continuou a ser encarada como o instrumento privilegiado de massificação da educação física. Pelo contrário, os médicos que procederam aos exames dos candidatos à marinha portuguesa “pronunciaram-se até publicamente na imprensa diária contra a mania desportiva, definindo-a como uma das causas mais importantes para o definhamento do nosso povo”. Recusava-se, num período de popularização do futebol, o papel pedagógico dos jogos, tidos como deletérios para a formação não só física como sobretudo moral da juventude. Mais significativo ainda, tendo em conta desenvolvimentos posteriores, repudiava-se como um erro pedagógico e social a possibilidade de fazer da educação física um pretexto para exhibições e paradas.

O projecto para a educação física escolar nacional fundamentava-se não somente “sobre o rigoroso conhecimento anatómico-fisiológico, que é igual para todos os povos, mas ainda sobre as modificações que o clima e o meio moral, familiar e social imprimem a cada povo”. Assim, “os sistemas, ou métodos aplicados integralmente em povos de constituições diferentes do povo sueco devem todavia ser cuidadosamente analisados e modificados segundo as tendências, os hábitos e o carácter de cada um.” Daqui resultava a impossibilidade da importação dos métodos de educação física aplicados noutros contextos, já que “aplicar sem discernimento a multiplicidade dos exercícios de uma técnica, mesmo a mais bem concebida, a organismos deficitários onde nem sequer a respiração, já educada, realiza o princípio do maior esforço útil, é tarefa inútil e tantas vezes perigosa.” A referência ao povo sueco e à técnica bem concebida procedia da tentativa de adaptar à situação nacional os métodos de ginástica desenvolvidos, naquele país, no início do século XIX, por Pehr Enrik Ling, e que se haviam tornado dominantes no campo da ginástica escolar.

Mesmo considerando valiosos os conceitos de Ling, e o espírito da educação física moderna, na qual assentava todo o programa pedagógico em causa, a sua aplicação não poderia ser automática, dadas as condições fisiológicas e higiénicas em que se encontrava o povo português. A prevalência de doenças como a tuberculose, e, de um modo mais geral, as elevadas taxas de mortalidade que se observavam em Portugal e sobretudo nas grandes cidades, como era comprovado pelo “eminente sábio e higienista Dr. Ricardo Jorge”, urgiam a que se pusesse cobro ao “desbaratar contínuo de energias” e fosse resolvido o

problema da tremenda baixa do “capital de saúde” da nação. Partindo desta situação lamentável de “um povo de asfixiados num país riquíssimo de ar e luz”, a prioridade deveria ser concedida à educação para a respiração. Sem essa base, todo o trabalho analítico, de racionalização das posturas ou de desenvolvimento muscular, ficaria comprometido. Para além das justificações de natureza científica, quer fisiológicas quer sociais, a questão económica e a relação dos programas escolares com outros terrenos de intervenção do Estado revelavam-se aspectos importantes a ter em conta na defesa da ginástica respiratória como, aliás, é confessado ainda na introdução do decreto: “sem educação da respiração nunca alcançarão toda a sua eficácia os meios profiláticos e curativos, como habitações baratas e higiénicas, sanatórios, hospitais de repouso, balneários, etc., nem jamais estes poderão substituir aquela, além de que estes, à parte as habitações baratas e higiénicas, são de um custo elevado, enquanto a educação da respiração está ao alcance de todos.”

A defesa da ginástica respiratória, com base no que era denominado o “Método Oficial Português”, resultava, por outro lado, das finalidades atribuídas à educação física, mesmo que à ginástica de Ling não deixassem de ser atribuídas propriedades espirituais. A ginástica de formação não deveria, por conseguinte, ser contemplada somente como um ramo da higiene, cujos fins seriam somente a saúde, a força ou a beleza. Deveria, sobretudo, ser tomada pelos seus fins formativos e transcendentais, capaz de permitir “a exteriorização das faculdades superiores do espírito”. Para os teóricos da educação física portuguesa era essencial atender à escola pedagógica tradicional, que “dava primazia ao processo endogénico, isto é, ao actuar do espírito sobre o corpo”. O triunfo da “escola pseudo-científica moderna” e a hegemonia dos princípios exogénicos teria resultado no “papel hipertrofiado dado à educação física e [n]os desvarios em que esta caiu presentemente”.

Resultado de uma estreita articulação entre quadros ideológicos e disponibilidade económica, a oposição ao que se entendia como uma espécie de materialismo muscular conduzia logicamente à ideia de que a educação física visava “formar homens esclarecidos e ao mesmo tempo fortes, vigorosos, em que a vontade modelada em sãos princípios agora se afirma em toda a sua pujança”. Esta concepção terapêutica da educação física almejava essencialmente o combate ao excesso e à fadiga, num quadro em que “as necessidades imperiosas da vida

moderna, a luta cada vez maior pela existência, reclamam do cérebro um dispêndio de energia que têm de ser repartidas delicadamente e rigorosamente entre os dois sistemas muscular e nervoso”.

Em consonância com o estipulado no diploma de 1917, aos jogos “como meio pedagógico e com o carácter universal que de alguma forma se lhes pretende atribuir” estava destinado um papel acessório, amarrado sempre às suas propriedades pedagógicas. Estes deveriam ser usados com “um espírito de grande ponderação” e tendo em conta que a “emotividade impulsiva da juventude é o pior óbice na prática reguladora de uma boa educação física”. À natação, ao remo ou à equitação, “com a devida formação que os preceda, ninguém lhes contesta o valor utilitário e os benefícios higiénicos de aplicação”. O mesmo sucedia com o jiu-jitsu, dado que se fundava nos mesmos princípios do método sueco, mas apenas “depois de o aluno ter atingido o último grau de ensino”. Finalmente, “com as mesmas restrições do anterior”, os jogos tradicionais portugueses e em especial o jogo do pau, eram “também assaz recomendáveis”. Era igualmente recomendada, desde que enquadrada pela “concepção moral de Baden-Powell”, a prática do escutismo, “à parte os seus excessos de naturalismo, que falseiam os fins da educação. A natureza não é educadora”, concluía lapidar a declaração.

Às propriedades pedagógicas de outras modalidades reservava-se um diagnóstico diferente. Como vários autores notaram sobre este primeiro programa de educação física do regime autoritário português, não eram aceites “os desportos anglo-saxónicos e os jogos atléticos, bem como os desafios e *matches* em geral, especialmente os de foot-ball, visto ser nulo ainda o seu papel educativo, e cujos malefícios são óbvios”. Ainda que, ao longo das secções destinadas às considerações higiénicas e pedagógicas, nunca tenham sido especificados os jogos de valor educativo em contexto escolar, os “desportos e jogos desportivos” tomavam-se como a “antítese de toda a educação”, dado que não representavam “um meio de aperfeiçoamento individual, mas antes de deformação física, quantas vezes de perversão moral”. Por um lado, à universalidade dos programas de ginástica assinalados opunha-se o particularismo dos jogos, tidos como uma produção do “génio” e da “raça” dos povos anglo-saxónicos. Se em dado momento eles poderão ter desempenhado um papel educativo, esse efeito resultava mais dos “fortes elementos de educação recebida, afeiçoando esse génio naturalmente combativo, tenaz, violento e audaz”, do que

de características intrínsecas às referidas práticas. E se “a influência dos desportos, mesmo nos adultos, quer sejam jogadores ou assistentes, é tão maléfica que nem os anglo-saxónicos lhe escapam”, como os próprios começavam a reconhecer, deduzia-se no passo seguinte que “os desportos estão fora do génio português. São um elemento exótico que só serve para se juntar às causas que, de longe, também vêm trabalhando no sentido de o desviar do seu bom e verdadeiro rumo nacional”.

Não se tratava, contudo, somente de rejeitar o papel pedagógico dos desportos e postular a sua exclusão dos programas escolares. Tendo em conta 1) que “os desportos podem ser agentes de agilidade ou de destreza por um processo de adaptação funcional, o que é o contrário da educação, não o são, todavia, da verdadeira coragem que é moral”; 2) que “não são os desportos escolas de actividades, porque estas mesmas, sem rigorosas regras em assimilações sintéticas de movimentos lúdicos, ficam irremediavelmente comprometidas no seu pretenso objectivo de saneamento físico e moral; 3) que “não são os desportos uma escola de disciplina, porque esta nunca derivou de movimentos desregrados em atitudes deformantes do corpo e excessos de toda a ordem; 4) e que, finalmente, que “não são uma escola de solidariedade humana, porque esta não se deduz da execução de atitudes morais e físicas a que não preside uma moral elevada, antes o inebriamento que desperta o alcance do triunfo desvirtua pela competição, num combate sem utilidade e sem objectivo moral superior, toda a intenção de uma vontade bem intencionada para alcançar o bem individual e colectivo”, o Estado não deveria auxiliar quaisquer iniciativas no sentido de desenvolvimento das práticas desportivas.³⁰⁰

Em relação ao Decreto n.º11.651, publicado a 7 de Maio de 1926, não se identificam diferenças substanciais. Ainda antes do golpe militar de 28 de Maio, o legislador entendia já as práticas recreativas, que se desenvolviam espontaneamente nas ruas da cidade, e de modo mais organizado na esfera desportiva associativa, como um risco para a saúde dos indivíduos e mesmo para a segurança pública. Dessa forma, “nenhum aluno das escolas dependentes do Ministério da Instrução Pública poderia dedicar-se a práticas desportivas de

³⁰⁰ Decreto-Lei n.º 21.110 de 3 de Abril de 1932. Sobre a forma como um Fernando Correia da Silva, médico e Inspector da Saúde Escolar via, e criticava, os desportos veja-se Fernando da Silva Correia, *Os Desportos e o «Velho do Restelo»* (Lisboa: Portugal, 1942).

qualquer natureza sem uma autorização escrita dos chefes dos estabelecimentos onde se encontrassem matriculados, declarando-o apto para as realizar”.³⁰¹ A certificação médica, como poderemos verificar adiante, não deixaria, durante largos anos, de constituir um instrumento central na repressão das práticas desportivas populares.

Não se pode, todavia, daqui depreender que a concepção de educação física vertida no decreto tenha resultado de uma espécie de monolitismo ideológico. Ainda que nos estreitos limites do debate possível no contexto político português da época observou-se nesta fase, como referem Maia e Ferreira, o confronto entre três escolas: “ a) a corrente médico-portuguesa (também conhecida por “técnica portuguesa de ginástica”), defendida por um conjunto de médicos, e que se baseava na ginástica médica de Ling, dando principal ênfase ao desenvolvimento dos mecanismos respiratórios; b) a corrente da ginástica de formação, que granjeou a simpatia dos professores que leccionavam na Escola Superior de Educação Física, criada em 1930, junto da Sociedade de Geografia de Lisboa, e que se baseava no método de Ling, defendendo, contudo, a introdução de alguns aspectos fisiológicos com o objectivo de reforçar o potencial orgânico; c) a corrente de aplicação militar, utilizada obviamente nos sectores militares e que, desde 1922, procuravam conciliar o método de Ling com o método francês de Amorós.”³⁰² Deste confronto, e do poder relativo de cada uma das correntes em diferentes contextos políticos resultou ao longo de mais de vinte anos a configuração do campo da educação física estatal em Portugal.

A educação física e os desportos no I Congresso da União Nacional: o triunfo dos militares

Apesar da letargia que caracterizou, segundo António Costa Pinto, a vida interna partidária durante a sua primeira década de existência,³⁰³ resultante também do facto de se tratar de um projecto de iniciativa governamental, a União Nacional

³⁰¹ Decreto-Lei n.º 11.651 de 7 de Maio de 1926.

³⁰² António G. Ferreira e Fernando Maia, «A afirmação do Estado Novo e as opções sobre a Educação Física» (comunicação apresentada no III Congreso de la Asociación Española de Ciencias del Deporte, Valência, 11-13 de Junho, 2004), 2.

³⁰³ António Costa Pinto, «As elites políticas e a consolidação do salazarismo: o Nacional Sindicalismo e a União Nacional», *Análise Social*, vol. XXVII, n.º 116-117 (1992).

constituiu um dos pilares do processo de institucionalização da ditadura militar e na sua transformação em regime político.³⁰⁴ O monopólio da representação parlamentar a partir de 1934, data das primeiras eleições para a Assembleia Nacional e Câmara Corporativa, e as funções políticas que preencheu, pese embora o papel subalterno que lhe foi destinado,³⁰⁵ conferem aos debates que ocorreram durante o primeiro congresso da organização um carácter representativo dos limites que balizavam o pluralismo no interior das instituições do Estado Novo e os projectos desportivos que eram concebidos no interior do Estado português, num momento de institucionalização do novo regime.

No quadro de uma estratégia política de legitimação do Estado Novo e do salazarismo, realizou-se, precisamente em Maio de 1934, o I Congresso da União Nacional. Os trabalhos da 16ª sub-secção do congresso, presidida pelo catedrático da Faculdade de Medicina de Coimbra, João Serras e Silva, possibilitam uma primeira abordagem ao projecto de educação física oficial. Entre as sete comunicações que compuseram aquele painel sobressaem dois temas: a tentativa de esboçar o desenho de instituições que coordenassem, a partir do Estado, o universo desportivo português e a reflexão mais geral em torno da relação entre educação física, jogos e desportos e o seu lugar na educação nacional.³⁰⁶

O capitão Leal de Oliveira, uma das figuras mais destacadas da educação física nacional lançou, na sua intervenção, as “bases para a organização da educação física escolar”. Tratou-se de uma comunicação de cariz quase legislativo, por via da qual se propunha a criação, no quadro do Ministério da Instrução Pública, de uma Direcção Geral da Educação Física, à qual caberia a orientação doutrinária e técnica da educação física escolar. Depois de especificar as bases orgânicas da nova Direcção Geral, desenvolvendo os seus fundamentos pedagógicos e higiénicos, o Capitão definiu as características essenciais de que se

³⁰⁴ Como refere, Arlindo Caldeira, «a coincidência entre a máquina partidária montada e a Administração Pública era total: as inscrições da UN fazem-se nos próprios governos civis e paços do concelho e aí são muitas vezes instaladas as sedes provisórias. Esta promiscuidade só acentuava o carácter oficial da organização, o qual, se era passível de atrair pequenos e grandes famintos do poder, resultava, em geral, como factor desmobilizador, fonte de confusões e atropelos.» Arlindo Caldeira, «O partido de Salazar: antecedentes, organização e funções da União Nacional (1926-34)», *Análise Social*, vol. XXII, n.º 94 (1986): 959.

³⁰⁵ Não lhe coube, por exemplo, a função de selecção política para o Governo, já que o recrutamento ministerial durante o salazarismo seguiu outras trajectórias a elite ministerial. Pedro Tavares de Almeida, António Costa Pinto, Nancy Bermeo, orgs., *Quem Governa a Europa do Sul?* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006).

³⁰⁶ *Tudo pela Nação, Nada contra a Nação, I Congresso da União Nacional, Discursos, Teses e Comunicações* (Lisboa: União Nacional, 1935), 291-431.

deveria revestir o ensino da educação física, segundo os diferentes graus de ensino, detendo-se em maior detalhe no ensino da educação física no ensino superior, um dos aspectos cuja importância mereceu o consenso de todos os participantes no painel. O projecto, solidamente alicerçado nos conhecimentos do moderno movimento de educação física, terminava com recomendações de cariz construtivo para a construção de ginásios, aconselhando igualmente o rácio de um professor para cada 150 alunos e de um ginásio para cada 300 alunos.

Em termos mais substantivos, Leal de Oliveira propunha a obrigatoriedade da disciplina de educação física em todos os graus de ensino. Integrada na educação geral do povo, “num momento de profunda renovação nacional que se está fazendo de acordo com as nossas mais puras tradições, com o espírito científico e a moral cristã”, a educação física, pensada como trabalho corporal liberto das “exigências meramente utilitárias da profissão ou de pura adaptação social”, constituía “um meio de transcendente importância para a educação da mocidade, desde que essa actividade física se apresente tocada de uma sã moral e como sustentáculo da marcha vitoriosa da Inteligência”. No programa proposto, quer para o ensino da educação física nas escolas e nos institutos superiores quer em outros graus de ensino, procurava-se um equilíbrio entre a ginástica, os jogos e os desportos, apesar da clara primazia atribuída quer à ginástica pedagógica geral quer à ginástica de preparação militar. Com a excepção do ensino infantil, para crianças entre os 4 e os 7 anos de idade, em todos os outros graus de ensino a ginástica era obrigatória. Os jogos deveriam introduzir-se gradualmente nos programas, sendo reservada uma lição semanal para os desportos, mas somente para os maiores de 16 anos. Entre os desportos obrigatórios encontravam-se o voleibol, o basquetebol e o andebol e, para os rapazes, diferentes modalidades de atletismo. O futebol, não sendo obrigatório, deixava, no projecto de Leal de Oliveira, de ser proibido. Um dos aspectos mais significativos do projecto era a assunção do “predomínio do trabalho muscular dinâmico” e a exigência de anulação do Decreto n.º 21 110, de 3 de Abril de 1932, onde havia sido estabelecido o primado da ginástica respiratória.³⁰⁷

Júlio dos Santos, professor de educação física, foi o único participante no

³⁰⁷ Leal de Oliveira, «Bases para a organização da educação física escolar», em *Tudo pela Nação, Nada contra a Nação, I Congresso da União Nacional, Discursos, Teses e Comunicações* (Lisboa, União Nacional, 1935).

painel a apresentar duas comunicações. A sua detalhada proposta para a criação da Escola Superior de Educação Física, um projecto que se materializaria apenas em 1940 no Instituto Nacional de Educação Física, partia do corpo institucional e das bases pedagógicas que se haviam estabelecido na Escola Superior de Educação Física da Sociedade de Geografia de Lisboa, fundada em 1930. Em conjugação com o programa de estatização da educação física proposto por Leal de Oliveira, tratava-se também na proposta de Júlio dos Santos de deslocar para a alçada estatal a formação dos agentes qualificados para o ensino da educação física, que, durante décadas, fora em larga medida assegurado pela chamada sociedade civil.³⁰⁸ A repetida reivindicação da herança da Escola Superior de Educação Física, fundamental para a concepção do novo instituto, reflectia a crescente importância dos militares na gradual transformação do programa oficial de educação física, em detrimento do papel atribuído aos médicos e aos programas de ginástica respiratória.³⁰⁹ Aliás, ao único médico participante nos trabalhos ficou reservado um papel relativamente secundário.³¹⁰ Mas esta nova correlação de forças entre militares e médicos, porventura dois dos grupos profissionais mais activos na elaboração dos guiões para a educação física nacional, juntamente com pedagogos e higienistas, não reflectia uma tentativa mais geral de subordinar a educação física à instituição militar. Ambos os projectos discriminavam nas suas propostas as diferentes exigências das populações civis e militares, mas Júlio dos Santos, um civil, ia até um pouco mais longe. Desenvolvendo o seu argumento sobre a formação de professores de educação física especializados, considerava “descabidas” quaisquer soluções que advogassem, como vinha sendo feito por correntes antagónicas, que só médicos

³⁰⁸ Júlio dos Santos, «Para a formação do professor de Educação Física», em *Tudo pela Nação, Nada contra a Nação, I Congresso da União Nacional, Discursos, Teses e Comunicações* (Lisboa: União Nacional, 1935).

³⁰⁹ Como refere Jorge Crespo, «perante a ineficácia do Governo, a iniciativa particular resolveu dar vida, em 1930, à Escola Superior de Educação Física da Sociedade de Geografia de Lisboa, a qual se reclamava da unidade dos interesses diversificados no campo da especialidade, seguindo um plano de estudos inspirado na actividade desenvolvida pelo Instituto Central de Estocolmo. A sua orientação era um progresso importante, não só devido à referida pedagogia mas, também, em virtude da utilização de diversos meios como a ginástica, os jogos e os desportos». Jorge Crespo, «História da educação física em Portugal. Os antecedentes da criação do INEF», *Revista Ludens*, vol. 2, n.º 1, (1977): 48. Veja-se ainda Jorge Crespo, «A formação de professores de educação física, alguns dados históricos», *Revista Ludens*, vol. 1, n.º 1 (1976).

³¹⁰ Fernando de Almeida, assistente na Faculdade de Medicina de Lisboa, apresentou uma curta comunicação intitulada «Notas sobre o ensino da Anatomia na futura Escola Superior de Educação Física». Fernando de Almeida, «Notas sobre o ensino da Anatomia na futura Escola Superior de Educação Física», em *Tudo pela Nação, Nada contra a Nação, I Congresso da União Nacional, Discursos, Teses e Comunicações* (Lisboa: União Nacional, 1935).

ou oficiais do exército poderiam desempenhar com competência o ensino da educação física.³¹¹

Indicado para participar no Congresso pela sua qualidade de vogal e secretário da Comissão Orientadora de Educação Física da Assistência Pública, Júlio dos Santos enfatizou, numa segunda comunicação, o flagrante contraste entre actividade desenvolvida em prol da educação física no campo da Assistência Social e os restantes estabelecimentos de educação e ensino do país. A importância do “Projecto de Regulamento da «Comissão Permanente Orientadora da Educação Física na Assistência Pública»” fundava-se na obrigatoriedade da educação física nos currículos e actividades desenvolvidas por organizações como a Casa Pia de Lisboa e a Escola Profissional D. Maria Pia, as mais antigas, ou o Asilo de Nuno Álvares, e no papel que tiveram na divulgação da educação física em Portugal. Pese embora o reconhecimento do papel que os jogos e os desportos poderiam desempenhar na formação dos alunos a cargo da assistência pública, a sua educação deveria basear-se “em grande parte nos princípios do escotismo, preconizados pelo seu criador, Lord Baden Powell, visto a metodologia desta admirável escola de formação moral comportar-se absolutamente na orientação pedagógica moderna”.³¹²

Dois homens abordaram a situação da educação física de um ponto de vista um pouco diferente. Numa sintética comunicação, Carlos Vilar, professor no Liceu Normal de Lisboa, o Liceu Pedro Nunes, talvez a instituição de ensino público onde o ensino da educação física se encontrava mais firmemente implementado, destacou o papel que os jogos e os desportos desempenhavam no sistema educativo de países como a Inglaterra e os Estados Unidos. Para propor a adopção do sistema de jogos recreativos e desportivos do Liceu Normal de Lisboa em todos os liceus da capital, socorreu-se dos argumentos do director do Instituto Provincial de Liège, que sublinhava a importância dos jogos na educação, mas também no contributo que davam a um saudável crescimento dos jovens e à

³¹¹ Na formulação do próprio Júlio dos Santos: «Qualquer das soluções apontadas, além de descabidas, provocou uma reacção do nosso humorismo que logo alvitrou a necessidade de uma nova Faculdade de Medicina onde se formassem médicos para tratar de pessoas sãs, e a ideia de converter todas as nossas escolas em institutos de aplicação militar ou em clubes de alta ginástica». Santos, «Para a formação...»

³¹² Júlio dos Santos, «Um aspecto do problema da Educação Física», em *Tudo pela Nação, Nada contra a Nação, I Congresso da União Nacional, Discursos, Teses e Comunicações* (Lisboa: União Nacional, 1935).

robustez e vigor que ajudavam a conservar.³¹³ Como refere Jorge Ramos do Ó, não se tratava de uma ruptura profunda com a matriz pedagógica e educativa em vigor. Não devendo ser menorizada, “esta divergência não tinha senão o significado de estender a toda a actividade física os benefícios disciplinares-ortopédicos que a medicina escolar remetia apenas para a ginástica respiratória”.³¹⁴

O proprietário alentejano Ruy de Andrade, um monárquico, que no ano seguinte tomou posse como procurador à Câmara Corporativa na qualidade de representante do Comité Olímpico Português, foi um pouco mais longe do que Carlos Vilar “em defesa da difusão dos exercícios físicos e do desporto”. Ressalvando, como sempre, os benefícios higiénicos, disciplinares, morais e educativos das práticas físicas, a sua comunicação representou um dos raros momentos de defesa do espectáculo desportivo no interior do espaço político do regime. Partindo da constatação da intensidade do movimento desportivo nas sociedades urbanizadas, industrializadas ou em países altamente militaristas, recomendava a Portugal, mesmo tratando-se de um país pobre e ainda atrasado, “seguir este movimento como os outros”. Em primeiro lugar, por motivos de afirmação internacional do país, já que “a actividade desportiva representa uma espécie de escalão do valor da raça, de cada nação”, um dado que a afirmação global dos Jogos Olímpicos viera exacerbar. Para Ruy de Andrade, concordando ou não com este estado de coisas, tratava-se de uma evidência da qual não era possível o país desinteressar-se: “seria o mesmo que renunciar a ocupar-nos da literatura, da arte; não ter Marinha, não ter Exército. Abandonando qualquer destes campos, seria como confessar a nossa inferioridade, e declararmo-nos vencidos, sem ter lutado.” O segundo motivo para defender uma política desportiva voltada para o espectáculo prendia-se com dois objectivos. Por um lado, porque “para que este trabalho de regeneração física e moral da nossa juventude tenha eficácia é necessário que a gente nova se interesse, é indispensável que encontre na prática dele [do desporto] a satisfação duma aspiração” E essa bem poderia ser “a esperança de demonstrar a sua qualidade de ser seleccionado para qualquer competição; representar o país em qualquer

³¹³ Carlos Vilar, «A Educação Física, os Jogos e os Desportos» em *Tudo pela Nação, Nada contra a Nação, I Congresso da União Nacional, Discursos, Teses e Comunicações* (Lisboa: União Nacional, 1935).

³¹⁴ Ramos do Ó, *O governo...*, 576.

concurso internacional”.

Mesmo rejeitado a ideia da profissionalização dos desportistas, Ruy de Andrade contemporizava com um amadorismo impuro, de modo a possibilitar que todos, mesmo fora do espaço das classes cultas, se prestassem à selecção desportiva. Mas, para além desta questão, e em segundo lugar, Ruy de Andrade não esquecia que o “exercício desportivo tem uma grande atracção para a juventude; interessa-a, prende-a e ocupa o seu espírito de forma tal que a leva a esquecer as paixões políticas e é um facto que nos países onde o desporto tomou um grande incremento as juventudes não se ocupam da política e deixam em paz os dirigentes” O argumento da relação entre o consumo do espectáculo desportivo e o desinteresse político era sustentado não somente no exemplo de países com regimes congéneres ao Estado Novo, como a Itália ou a Hungria do almirante Horthy, mas também com a referência a países democráticos como a Inglaterra ou a Checoslováquia do período entre guerras.³¹⁵

Pode-se encontrar a síntese do projecto de educação física em fabricação no I Congresso da União Nacional na comunicação do eminente higienista, criador da Direcção-Geral de Saúde Escolar em 1933 e seu director-geral até 1938, João Serras e Silva. A educação física encontrava-se integrada na política educativa do Estado Novo, que, depois de ter posto ordem nas finanças, procurava agora, mas suas palavras, promover a ordem no espírito. A degeneração da raça, imposta pelo sedentarismo e pela mecanização, tornavam manifesta, para Serras e Silva, a carência de uma cultura física, “base de uma cultura moral”. A referência a esta necessidade fundamentava-se em Mussolini que dissera “há pouco, que o fascismo era o horror da vida cómoda. O grande político e grande homem de Estado não queria condenar a nossa civilização, queria somente afirmar que o progresso exige a energia das vontades, energia que está ligada à dureza da pele e à riqueza da seiva que corre no organismo”. A questão que colocava era “como fazer a educação física?”

Familiarizado com todos os grandes sistemas de ginástica e educação física – na sua curta comunicação faz referências a Ling, Tahulin, Pestalozzi, Bukh, Bode, Lagrange e a Gaulhofer e à escola de Viena – advogou como ideal para a

³¹⁵ Ruy de Andrade, «Em defesa da difusão dos exercícios físicos e do desporto», em *Tudo pela Nação, Nada contra a Nação, I Congresso da União Nacional, Discursos, Teses e Comunicações* (Lisboa: União Nacional, 1935).

situação portuguesa um programa eclético, necessário precisamente pela diversidade dos sistemas e pela impossibilidade de definir cientificamente, a partir dos conhecimentos da fisiologia, os efeitos dos exercícios. Ainda assim, tendo em conta que “o que interessa a Portugal é formar homens sadios, equilibrados de corpo e de espírito. Sem pressa, mas sem perda de tempo”, a escolha de um método deveria ter como horizonte a sua capacidade em transformar o corpo num “instrumento afinado e resistente”, capaz de responder aos desafios que se colocavam aos homens modernos “numa época difícil, cheia de incertezas, de inquietações, de pessimismo”. Sem nunca contrariar a importância da respiração, considerava, todavia, necessário implementar definitivamente o método aprovado pelo Ministério da Instrução, mas ainda não posto em prática, inspirado na ginástica sueca, mas também no método de Bode, que assentavam na prioridade atribuída à “educação dos músculos por grupos”, possibilitando “pô-los debaixo do domínio da vontade em contracção estática isolada, isto é, livre da associação de outros músculos – sinergia inconveniente.” Encontravam-se assim novamente secundarizados os métodos assentes na limitação do esforço muscular.

Por outro lado, encontrava-se protegida a prioridade daquilo a que se chamava de métodos racionais de educação física sobre os jogos. A argumentação de Serras e Silva mostra-se eloquente: “nós acreditamos, não por virtude duma doutrina, mas pela lição dos factos, que esta dissociação das contracções é vantajosa. Só depois de termos exercido a vontade sobre grupos isolados de músculos, com o repouso dos outros grupos, só depois deste trabalho de individualização, teremos a possibilidade de fazer os movimentos sintéticos, com elegância, destreza, e precisão. No movimento intencional do conjunto, cada grupo vai entrar agora com a parte que lhe compete, como numa orquestra cada executante entra na devida altura com a parte que lhe corresponde. A orquestração muscular será assim afinada e não tumultuária, contraditória e anárquica.”³¹⁶ No que toca aos desportos, instigadores do movimento tumultuário, contraditório e anárquico, não se torna possível, como se adivinha, identificar uma distância significativa em relação às definições inscritas na legislação de 1932 que, recorde-se, os tomava como factores de “deformação física” e “perversão moral”.

³¹⁶ Serras e Silva, «Discurso do Presidente da Sub-Secção de Educação Física», em *Tudo pela Nação, Nada contra a Nação, I Congresso da União Nacional, Discursos, Teses e Comunicações* (Lisboa: União Nacional, 1935).

A institucionalização do Estado Novo

A eficácia e a consequência destes discursos, representações, ideologias e diplomas legais sobre educação física e desportos e o seu lugar no programa regenerador do Estado Novo deve ser medida na sua institucionalização e no seu alcance social. O “triplo equilíbrio social” que o Estado Novo salvaguardou nos anos trinta,³¹⁷ a sua “arte de saber durar”,³¹⁸ encontrou também correspondência nas lógicas que modelaram as instituições de enquadramento criadas ao longo daquela década. Concluído o processo de constitucionalização do regime, que englobou a formação de organizações de profundo alcance ideológico como o Secretariado para a Propaganda Nacional (1933) ou as Casas do Povo (1933), a segunda metade dos anos trinta assistiu ainda à formação da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (1935), da Obra das Mães para a Educação Nacional (1936), da Legião Portuguesa, da Mocidade Portuguesa e ainda da Mocidade Portuguesa Feminina (1937/38). É justamente no âmbito de organizações como a Mocidade Portuguesa ou a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, para além da escola, que se torna possível reconstruir parte do modo como o programa de educação física e desporto do corporativismo português foi formado e implementado bem como o seu lugar num projecto mais amplo de enquadramento de diferentes categorias e práticas sociais.

Se no terreno cultural é possível apontar as linhas de continuidade nos discursos sobre educação física e desportos, neste novo quadro institucional podem identificar-se algumas rupturas fundamentais que o salazarismo operou com a República e a Ditadura Militar e situar algumas das tensões políticas e ideológicas que confluíram no já referido debate sobre a natureza autoritária ou totalitária do regime. Mesmo se uma boa parte dos analistas dos fascismos se encontra de acordo com Roger Griffin, ao salientar a ideia de regeneração, e das preocupações obsessivas com o declínio comunitário, sentimentos de humilhação

³¹⁷ Em termos muito sucintos, o triplo equilíbrio social passou pela contenção e repressão do movimento operário, desejada por todo o bloco de apoio do regime, pelo equilíbrio estabelecido entre as estratégias da grande agricultura, da grande indústria e entre os interesses produtivos e do comércio internacional, o import/export, e ainda a articulação dos grandes e pequenos interesses da indústria e da agricultura. Fernando Rosas, *O Estado Novo nos Anos Trinta: Elementos para o Estudo da Natureza Económica e Social do Salazarismo 1928-1938* (Lisboa: Editorial Estampa, 1996), em especial o capítulo 3, «A Base Social do Estado Novo e o Modelo de Desenvolvimento Possível do Capitalismo Português», 115-289.

³¹⁸ Fernando Rosas, *Salazar e o Poder: A Arte de Saber Durar* (Lisboa: Tinta-da-China, 2012).

e vitimização nacional e os correspondentes cultos compensatórios da unidade, energia e purificação, muitos, incluindo Paxton,³¹⁹ também sublinham a impossibilidade de definir o fascismo exclusiva ou principalmente a partir das suas dimensões culturais, ideológicas e intelectuais, ou seja do populismo ultra-nacionalista palingenético, o mínimo fascista com que Griffin procurou sintetizar a complexidade e a diversidade dos fascismos.³²⁰ Mesmo um autor como Michael Mann, que remete, em última instância, a interpretação do fascismo histórico para factores ideológicos – realçando a importância de conceitos como nacionalismo, purificação e transcendência -, não deixa de sublinhar a importância dos quadros institucionais, nomeadamente a existência de organizações paramilitares, para a caracterização dos fascismos europeus do pós-guerra.³²¹

A formação de organizações como a Mocidade Portuguesa e a Legião Portuguesa representou justamente essa deriva fascizante do regime corporativo português, ao passo que outras, como a FNAT, não deixam de indiciar, no plano das práticas culturais e de lazer, as intenções de uma engenharia política e social das almas, que procurava também abranger a esfera privada e a família, como sucedeu no caso da OMEN.³²² A aceleração deste processo de fasciszação, na segunda metade dos anos trinta, resultou do endurecimento do regime face à oposição interna mas relacionou-se também de forma próxima também com a conjuntura internacional. No plano interno, tratava-se de enquadrar política e ideologicamente diferentes categorias sociais, como a juventude, as mulheres, os estudantes ou os trabalhadores, mas sobretudo promover o combate ao comunismo e ao movimento operário organizado, dois dos eixos centrais das actividades da Legião, mas também da Mocidade.

As diversas investigações sobre estas organizações são, por outro lado, unânimes em considerar a sua utilidade também na unificação do espaço político

³¹⁹ Paxton, por exemplo, define fascismo como «a form of political behavior marked by obsessive preoccupation with community decline, humiliation or victimhood and by compensatory cults of unity, energy and purity, in which a mass-based party of committed nationalist militants, working in uneasy but effective collaboration with traditional elites, abandons democratic liberties and pursues with redemptive violence and without ethical or legal restraints goals of internal cleansing and external expansion». Paxton, *The Anatomy...*, 218

³²⁰ Roger Eatwell, «On defining the 'Fascist Minimum': The centrality of ideology», *Journal of Political Ideologies*, vol. 1, n.º 3 (1996).

³²¹ «O fascismo é a busca de um Estatismo nacionalista transcendente e purificador através do paramilitarismo». Michael Mann, *Fascistas* (Lisboa: Edições 70, 2011), 41.

³²² Sobre a OMEN veja-se, por exemplo, Irene Pimentel, *História das Organizações Femininas no Estado Novo* (Lisboa: Circulo de Leitores, 2000).

de apoio ao regime e na marginalização, por um lado, e integração, por outro, de elementos alinhados com os sectores mais radicais e minoritários da direita portuguesa e do movimento fascista nacional. A relevância do papel dos militares quer na MP quer na LP, uma espécie de compensação pela sua paulatina exclusão dos cargos políticos, ou a forma como estas duas organizações apelaram a elementos afectos ao Nacional Sindicalismo, mesmo depois da ilegalização do movimento liderado por Rolão Preto, ilustram algumas das funções políticas que aquelas organizações cumpriram. No plano externo, a Guerra Civil de Espanha e a ameaça que o triunfo das forças democráticas representava para a sobrevivência do Estado Novo, a par do ascenso dos fascismos em diferentes países europeus, que ofereciam novos modelos de socialização política e de enquadramento das massas, relevaram-se fundamentais para desencadear e acelerar o processo de formação destas organizações.

A institucionalização, a partir de cima, destes impulsos milicianos e paramilitares, tal como aliás se verificou em relação à União Nacional, oferece um poderoso argumento àqueles que, como Braga da Cruz ou Costa Pinto, se opõem à inclusão do Estado Novo na categoria dos regimes totalitários do período entre guerras. Todavia, mesmo perante a inexistência de um movimento fascista, para um autor como Manuel Lucena, os desígnios totalitários, assentes por exemplo no controlo e vigilância da sociedade civil, de tais instituições encontram-se delineados nos projectos que levaram à sua estruturação e nos decretos que lhes ofereceram corpo jurídico. Aliás, para Lucena são muitas as semelhanças jurídico-constitucionais entre o Estado Novo e o fascismo italiano.

Não nos interessa tanto aqui aprofundar o debate sobre a classificação do Estado Novo, mesmo que ele seja fundamental para balizar os limites políticos e ideológicos do regime. Esses podem, numa definição minimalista, ser situados na família dos regimes autoritários do período entre guerras e numa definição maximalista nos totalitarismos da época. Interessa-nos, isso sim, a forma como foram traduzidas numa prática quotidiana e qual o alcance de um conjunto de ideias, aspirações e projectos que moldaram a vida em Portugal durante essa época. Parece ser nesse terreno, o da implementação dos projectos, que se observam as maiores discrepâncias entre o ideal promotor e o resultado final da institucionalização do Estado Novo. Uma discrepância, aliás, como refere Robert Paxton, comum a boa parte dos movimentos fascistas que lograram, por diferentes

vias, mas quase sempre com o apoio das elites tradicionais, alcandorar-se a posições de poder e controlo do aparelho estatal. Parte da desarticulação das intenções totalizantes do Estado Novo produziu-se pela hegemonia dos conservadores sobre os radicais. Por outro lado, verificou-se uma diluição desses mesmos programas no confronto dos seus projectos e instituições com um conjunto de autonomias administrativas e institucionais que se encontravam já consolidadas no interior do campo burocrático e, mais difusamente, também no espaço social português.

As investigações produzidas sobre as organizações de enquadramento do Estado Novo dão conta não somente do modo como elas se adaptaram a diferentes conjunturas políticas e económicas mas também da forma como se relacionaram entre si e com outras instituições preexistentes. Sobre os primeiros anos da Legião Portuguesa, por exemplo, Luís Nuno Rodrigues revelou as relações pouco pacíficas entre a milícia, que veio de alguma forma romper com alguns equilíbrios políticos estabelecidos a nível local, e a União Nacional, Câmaras Municipais e Governadores Civis. Para além do Serviço de Informações da Legião, ao qual foram atribuídas funções de controlo em diversos contextos, desde clubes desportivos a grupos profissionais, passando pela vigilância a hotéis, pensões e caminhos de ferro, em 1942 a organização viu acrescidas as suas funções de Defesa Civil do Território.³²³

Esta ampliação da esfera de actuação da LP deu-se justamente num momento em que se avolumavam suspeitas de uma conspiração britânica para derrubar o regime, num contexto em que este procurava manter o seu estatuto neutral na II Guerra Mundial.³²⁴ Esse alargamento de funções de policiamento e repressão a nível interno, num contexto percebido como sendo de ameaça externa, mesmo que abafadas as posições pró-germanófilas na Legião, provocou os maiores conflitos entre esta e as forças policiais portuguesas, a PSP e a GNR. Tratava-se de conflitos que já se arrastavam desde 1937, e que foram

³²³ Luís Nuno Rodrigues, «A Legião Portuguesa (1936-1944)» (tese de mestrado em História dos Séculos XIX e XX, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1994).

³²⁴ Esta ampliação das funções da LP terá também estado relacionada com o chamado «caso Shell», em que a PVDE desmontou uma rede de espionagem britânica a operar em Portugal, com o objectivo de organizar a resistência portuguesa contra uma possível invasão alemã. Cândido de Oliveira, na época redactor da *Stadium* e inspector dos correios, foi um dos presos nessa operação. José António Barreiros, *Traição a Salazar* (Alfragide: Oficina do Livro, 2012). Sobre a operação Shell, veja-se ainda Júlia Leitão de Barros, «O caso Shell: a rede de espionagem anglo-portuguesa (1940-1942)», *História*, ano XIV, n.º 147 (1991).

determinados por razões diversas, relacionadas com os “excessos legionários” nos ataques e perseguições àqueles que eram por si considerados uma ameaça à “ordem”, com o problema do armamento dos legionários ou a negociação da hierarquia entre os membros das diferentes organizações e os procedimentos relacionados com a intervenção pública de cada uma delas, nomeadamente o reconhecimento, ou não, das funções policiais à Legião.³²⁵

A escola e o desporto

Ainda antes das organizações de enquadramento, o sistema educativo e em particular a escola, “a sagrada oficina das almas”, apresentou-se como o terreno privilegiado para a implementação de um conjunto de políticas educativas e pedagógicas adequadas à formação do “homem novo”. A “política do espírito”, ou seja, a construção de uma concordância entre as categorias de classificação, esquemas de percepção e disposições individuais e a organização do mundo, a base do processo de naturalização da ordem política e social, passava também pela disciplina dos gestos e dos movimentos, essenciais para a reabilitação das consciências.

Desde muito cedo ficou patente, nos mais diversos quadrantes, que esses objectivos se defrontavam com limitações. Dez anos depois do primeiro congresso da União Nacional, onde se projectaram as instituições e políticas que haviam de permitir “dar aos Portugueses, pela disciplina da cultura física, o segredo de fazer duradoura a sua mocidade em benefício de Portugal”, no II Congresso, realizado em Maio de 1944, era já possível realizar um balanço de mais de uma década de Estado Novo e do impacto das organizações que haviam entretanto sido criadas. De entre os 49 estudos apreciados na 16ª sub-secção do Congresso, apresentados por 45 congressistas, 27 discorriam sobre temas relacionados com educação física e 22 diziam respeito a assuntos de saúde escolar. As restantes comunicações debatidas no painel presidido pelo Tenente-Coronel Álvaro Salvação Barreto, Director Geral dos Desportos entre 1942 e

³²⁵ Para um relato mais detalhado sobre as relações da Legião Portuguesa com outras instituições e organismos do Estado Novo, veja-se, Rodrigues, «A Legião...», em especial o capítulo 6, «A Legião no campo político nacional: ‘um organismo apenas tolerado’», 199-229.

Março de 1944, trataram, com excepções – dedicadas a práticas como o campismo, vela, remo ou esgrima - do papel da educação física nas forças armadas e nas organizações de enquadramento entretanto criadas.

As conclusões desta secção, dedicada à educação física e desportos, claramente dominada pelos militares, apontaram algumas dessas dificuldades organizativas e materiais. Preconizava-se, na primeira conclusão, uma direcção única para a educação física nacional “com o fim de eliminar os inconvenientes da pluralidade de orientações”. Em segundo lugar, considerava-se urgente “a regulamentação de todas as actividades físicas e consequente revisão dos programas escolares e da legislação com elas relacionada”, para além de implementar definitivamente “a obrigatoriedade da educação física em todos os graus de ensino”. Acrescentava-se, a seguir, a premência em “resolver o problema da educação física no ensino primário”. A solução destes problemas passava por três vias. À Direcção-Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar, criada em 1942, deveria ser atribuída a unificação, “sem prejuízo da suficiente autonomia de execução para as organizações”, da “direcção única para a educação física nacional”. O Instituto Nacional de Educação Física, fundado em 1940, deveria tornar-se o “principal centro irradiador de doutrina” e de formação dos técnicos, a quem caberia supervisionar e promover a prática da educação física e dos desportos. Os problemas materiais seriam resolvidos por via de um modesto “plano geral de apetrechamento material”. Sem se identificarem prazos concretos, estipulavam-se, no ponto VII das conclusões, as bases para uma carta desportiva nacional.

No mais, reforçavam-se, ora pela rejeição ora pela reiteração, algumas das linhas fundamentais da política desportiva do Estado Novo. Atribuiu-se, por exemplo, “particular significado patriótico e pedagógico à prática da aviação sem motor”. Num momento em que a classe médica perdia peso na determinação dos programas de educação física, definiu-se “como indispensável a colaboração médica na educação física”, que se deveria concretizar “no estabelecimento dos preceitos higiénicos, na vigilância e condicionamento das actividades desportivas”. Na XI e última conclusão do congresso, uma nota sobre o desporto competitivo e o estatuto do atleta desportivo: “Só o conceito de amador no desporto é compatível com o transcendente significado deste meio de educação física na formação da pessoa. Deve ser claramente definida a situação dos

indivíduos cuja actividade desportiva constitua modo de vida, a fim de se evitar um «profissionalismo» encoberto que representa a negação dos princípios morais do desporto.»³²⁶

De uma breve leitura das conclusões da Secção de Educação Física é possível deduzir as dificuldades observadas ao longo de quase dez anos de vigência do Estado Novo na regulamentação das actividades físicas, na revisão dos programas escolares, na efectiva implementação da obrigatoriedade da educação física em todos os graus de ensino e na resolução dos problemas de apetrechamento material das escolas. A comunicação do Capitão Quintino da Costa, subordinada ao problema da educação física na escola primária elementar, permite detalhar a natureza e a dimensão desses obstáculos. Mesmo reconhecendo “os esforços dispendidos há longos anos pelos poderes públicos”, para Quintino da Costa “a educação física no ensino primário elementar não corresponde ainda de qualquer modo às necessidades da formação da pessoa”. Os programas, continuava o Capitão, apresentavam-se “insuficientes, inadaptados e desarmónicos, inconvenientes agravados pela falta de habilitação dos agentes de ensino e pela dualidade da direcção”. Para além dos problemas curriculares, também a formação dos professores, os primeiros responsáveis pela aplicação dos programas de educação física, era considerada deficitária, já que “o programa de educação física actualmente em vigor nas Escolas do Magistério Primário não corresponde às necessidades de formação do professor primário, por impossibilidade de aplicação futura dos conhecimentos adquiridos, necessariamente muito deficientes por inadaptação do programa ao regime escolar.”³²⁷

A par das lacunas na formação dos professores e do desajustamento do conteúdo dos programas curriculares de Educação Física, outro problema fundamental para a concretização do projecto educativo do Estado Novo traduziu-se nos equipamentos escolares e na massificação do acesso ao ensino primário. O censo de 1930 calculava em 3.549.321 o número de analfabetos no país, ou seja 51,9% do total da população residente. Naquele ano, apenas 40% da população com idade igual ou superior a 10 anos poderia ser classificada como alfabetizada,

³²⁶ «Relatório e Conclusões da 16.^a Sub-Secção do II Congresso da União Nacional», *Boletim do Instituto Nacional de Educação Física*, n.º 1-2-3, 1944.

³²⁷ Quintino da Costa, «A educação física na escola primária elementar», *Boletim do Instituto Nacional de Educação Física*, n.º 4, 1943.

independentemente da sua escolaridade.³²⁸ A tentativa de ampliar as qualificações escolares dos portugueses ganhou fôlego em 1940 com o programa de construção de escolas primárias e a reorganização da rede escolar incluída no Plano dos Centenários, onde se anunciava a construção de 7200 escolas primárias em dez anos. Concluído praticamente dez anos depois do previsto, apenas em 1961, o plano ficou muito aquém dos seus objectivos iniciais, tendo sido construídas 3952 escolas, ao longo de praticamente vinte anos.³²⁹ Este investimento em equipamentos escolares reflectiu-se, não obstante as limitações apontadas, numa gradual redução das taxas de analfabetismo no país. Em 1940, a alfabetização entre população portuguesa com mais de dez anos ascendia aos 48%, para atingir os 58% em 1950 e os 67% em 1960.³³⁰

A evolução do ensino liceal não deixou, no entanto, de denunciar as assimetrias sociais que conduziram este projecto, o qual manteve o papel da escola como instrumento de selecção social. Entre 1930 e 1960 o número de alunos a frequentar o ensino primário duplicou, de perto de 422 mil para cerca de 887 mil, em larga medida devido ao incremento da oferta pública.³³¹ No caso do ensino liceal, o crescimento do número de estudantes resultou da expansão do ensino privado mais do que do investimento público sistemático na rede de liceus. Partindo-se de uma limitada base de 19 268 estudantes liceais em 1930 atingiu-se, em 1960, os 111 821 estudantes. Esta evolução do número de efectivos resultou de um significativo incremento na procura feminina, que, sendo perto de um terço da masculina, em 1930, passou a ser praticamente homóloga em 1960. Em 1930 encontravam-se matriculados nos liceus 14 523 rapazes e 4745 raparigas. Em 1960 esses valores subiram para os 56 367 rapazes e as 55 454 raparigas. Mais de metade desses estudantes, 65 761, encontravam-se inscritos em estabelecimentos

³²⁸ António Candeias, Ana Luísa Paz e Melânia Rocha, dir. e coord., *Alfabetização e Escola em Portugal nos Séculos XIX e XX: os Censos e as Estatísticas* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004), 145.

³²⁹ Jorge Castanheira de Oliveira, *A Educação Física na Escola Primária do Estado Novo* (Coimbra: Tenacitas, 2002), 89.

³³⁰ Candeias, Paz, Rocha, *Alfabetização e...*, 163, 176 e 189.

³³¹ No ensino particular assistiu-se, pelo contrário, a uma redução no número de estudantes. De perto de 51 mil inscritos em 1940 passou-se para 41 mil inscritos em 1960. António Nóvoa, «A educação nacional», em *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques. vol. XII, *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, coord. Fernando Rosas (Lisboa: Presença, 1992), 481, 484.

de ensino particulares, quando em 1930 os estudantes do ensino liceal particular, 4289, representavam apenas cerca de um quinto do total.³³²

Dessa disparidade entre a expansão do ensino primário e a manutenção da vocação tradicional do Liceu, com o seu papel de preparação para o ensino superior, as suas finalidades culturais e o seu papel de selecção e preparação das elites, dá conta o ritmo de crescimento dos liceus e da população liceal em Portugal entre a década de trinta e a década de sessenta. Como refere Fernando Moreira Marques, “no período compreendido entre 1928 (data da criação da Junta Administrativa para o Empréstimo do Ensino Secundário) e 1952 (ano de conclusão dos últimos liceus do Plano de 38), a rede de estabelecimentos liceais mantém, no essencial, a sua matriz estrutural. Os poucos liceus situados fora das capitais de distrito já existiam antes de 1928, com excepção do Liceu de Oeiras. A este, o Estado Novo acrescenta apenas mais dois novos liceus nacionais, em Lisboa e no Porto, limitando-se a reagir ao aumento da população escolar na área de influência dos principais centros políticos, económicos e populacionais do país.”³³³ Apesar do papel dos renovados edifícios liceais na propaganda do Estado Novo,³³⁴ pode considerar-se que “entre 1936 e 1960 (...) se assiste a uma política deliberada de contenção da expansão da rede escolar no ensino liceal público, primeiro, até 1947, através de uma estratégia claramente ‘obstrucionista’, em seguida através de uma estratégia de ‘aliciamento’ para o ensino técnico”.³³⁵

O nivelamento por baixo das aprendizagens escolares, consubstanciadas na redução da escolaridade mínima obrigatória para três anos – apenas em 1956 seria de novo reposta em 4 anos – e na edificação de uma escola nacionalista, entendida «principalmente como uma agência, não de transmissão de conhecimentos (instrução) mas de formação da consciência (educação)»,³³⁶ dá conta das dificuldades em situar no campo escolar uma política desportiva consistente. Por falta de verbas, ficaram de fora da tipologia das construções das novas escolas primárias, que marcaram o imaginário arquitectónico, educativo e

³³² Nóvoa, «A educação...».

³³³ Fernando Moreira Marques, *Os Liceus no Estado Novo: Arquitectura, Currículo e Poder* (Lisboa: Educa, 2003), 60.

³³⁴ Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, *15 Anos de Obras Públicas (1932-1947)* (Lisboa: Comissão Executiva da Exposição de Obras Públicas, 1948).

³³⁵ João Barroso, *Os Liceus, Organização Pedagógica e Administração (1836-1960) Vol. I* (Lisboa: FCG/JNICT, 1993) 577.

³³⁶ Maria Filomena Mónica, *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar (A escola Primária Salazarista 1926-1939)* (Lisboa: Presença, 1978), 344.

político do Estado Novo, equipamentos tão essenciais como as residências escolares ou as cantinas.³³⁷ Ao contrário do que se verificou com os Liceus, tanto os poucos que foram construídos de raiz como aqueles, a maioria, que foram objecto de intervenções de requalificação, também os ginásios, tidos como indispensáveis para a implementação dos programas de educação física, se viram excluídos do programa construtivo. Apesar das indicações de Leal de Oliveira, no Congresso da União Nacional de 1934, das conclusões da Secção de Educação Física e Desportos do II Congresso da UN, que se propunha até ampliar o programa de construção de equipamentos desportivos para além da escola, no final da década de quarenta a Mocidade Portuguesa, apesar de reivindicar a construção de ginásios dotados dos aparelhos necessários para o desenvolvimento da educação física, salientava a possibilidade de as aulas daquela disciplina se realizarem nos pátios das escolas, desde que as condições climáticas o permitissem.³³⁸

Instituto Nacional de Educação Física: o centro irradiador de doutrina

A fundação do Instituto Nacional de Educação Física, em 1940, ajudou a resolver a questão da heterogeneidade na formação dos professores de educação física. A consolidação de um corpo teórico e pedagógico mais sólido revelou-se decisivo na autonomização da disciplina de educação física. Integrado no Ministério da Educação Nacional, tal como era preconizado por António Leal de Oliveira, e não no Ministério da Guerra, apesar da importância dos militares nestes primeiros anos, e em particular de homens como o próprio Leal de Oliveira e Celestino Marques Pereira³³⁹ o INEF assumiu-se como uma organização de vocação civil.

³³⁷ Oliveira, *A Educação...*, 84. Ainda sobre este temas e as formas de ultrapassar as limitações materiais que impediam a disseminação da educação física na escola primária, veja-se, Alberto Feliciano Marques Pereira, *A Lição de Ginástica na Própria Aula* (Lisboa: Tip. Casa Portuguesa, 1947).

³³⁸ Oliveira, *A Educação...*, 83.

³³⁹ Para notas biográficas sobre Celestino Marques Pereira e Leal de Oliveira, veja-se, António Nóvoa, dir., *Dicionário de Educadores Portugueses* (Porto: Asa, 2003), 1070-1073 e 996-998. Sobre Celestino Marques Pereira veja-se ainda Alberto Manuel Trovão do Rosário, «O conceito de educação física em Celestino Marques Pereira» (tese de doutoramento em Motricidade Humana, Lisboa, Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa, 1994).

Fundamentado numa base ideológica, a constituição de um modelo oficial de educação física, um “habitus motor oficial”, projecto no qual o INEF era uma peça chave, apoiou-se nos mais avançados conhecimentos científicos do movimento da educação física moderna e dos métodos de “ginástica racional”, como nota Nuno Domingos.³⁴⁰ Procurava-se, assim, implementar um conjunto de práticas físicas modernas, altamente racionalizadas, instrumentais para a produção de um corpo e de um espírito disciplinados e produtivos.

Tendo-se tornado o principal centro irradiador de doutrina, a rede de circulação de saberes na qual o INEF se inseriu extravasou largamente os regimes políticos autoritários, mesmo que no final dos anos trinta a Alemanha tenha sido objecto de atenta curiosidade, como atestam as publicações e relatórios de homens como Quintino da Costa e Leal de Oliveira.³⁴¹ As influências mais duráveis nas bases científicas que estruturaram a formação de professores de educação física em Portugal provinham, todavia, de outros países no Norte da Europa. António Leal de Oliveira, por exemplo, doutorou-se em Educação Física, em 1929, na Universidade de Gand, na Bélgica. Celestino Marques Pereira, um católico, depois de uma formação inicial na Escola de Educação Física do Exército, complementou a sua formação técnica na Suécia, no Instituto Central e Real de Estocolmo, e na Dinamarca, tendo-se também doutorado, em 1951, na Bélgica, no Instituto de Educação Física da Universidade Livre de Bruxelas. Mas para além da formação de dois dos mais importantes agentes da constituição do campo da educação física em Portugal, uma série de missões de estudo e participações em conferências internacionais dão conta da amplitude das referências que moldaram a educação física em Portugal.³⁴²

O papel dos militares, o primado dos métodos de “ginástica racional”, desenvolvidos em países como a Suécia, a Dinamarca ou a Bélgica, e a definitiva afirmação do método de Ling como o modelo para a formação dos futuros professores de educação física concorreram em simultâneo, no quadro da

³⁴⁰ Domingos, «Building a motor *habitus*...».

³⁴¹ Leal de Oliveira, *Reflexões sobre os Jogos Olímpicos de 1936* (Lisboa: s/ed., 1938); Quintino da Costa, *Missão de Estudo na Alemanha em Guerra* (Lisboa: Tip. da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1943).

³⁴² A este respeito veja-se por exemplo, algumas das missões de estudo e as participações em congressos: Leal de Oliveira, *O Sétimo Congresso Internacional de Educação Física em Bruxelas e Outra Viagem de Estudo À Suécia* (Caxias: Tipografia Do Reformatório Central de Lisboa, 1936); Celestino Marques Pereira, *A Educação Física na Suécia e Dinamarca e Contribuições para o seu Estudo em Portugal: relatório-extractos* (Lisboa: Instituto para a Alta Cultura, 1939).

institucionalização da disciplina de educação física, para resolver as “guerras metodológicas” que durante os anos trinta opuseram militares e médicos, os defensores da ginástica racional e os proponentes da ginástica respiratória. Apenas no final da década de cinquenta se iniciou, como refere António Gomes Ferreira, uma nova ruptura na educação física portuguesa, com a contestação a este modelo mecanicista, protagonizado pelos professores mais antigos (Celestino Marques Pereira, Moura e Sá ou Hans Lipka), e uma maior abertura em relação aos modelos psicologistas e pedagogistas, defendidos por homens como Nélson Mendes e Vítor da Fonseca, e aos modelos desportivistas, corporizados por Moniz Pereira, Mário Lemos, Paula Brito, Noronha Feio, entre outros.³⁴³

A integração no campo da educação física de saberes provenientes de novas áreas, e da importação de novas concepções de educação física, acompanhou a implementação de políticas desenvolvimentistas e modernizadoras nos anos cinquenta. A necessidade de um novo tipo de trabalhador,³⁴⁴ mas também uma transformação importante no lugar do Estado nos processos de gestão social, que extravasava cada vez mais o plano económico, não levaram, porém, à ruptura total com os modelos estabelecidos na educação física. Mesmo que, no final dos anos sessenta, a importância acrescida da planificação, a difusão da pedagogia experimental e a emergência de um discurso que tomava o desporto como um fenómeno cultural contribuíssem para alargar o leque de discursos sobre o desporto, os modelos anteriores mantiveram sempre alguma da sua influência, permanecendo o desenvolvimento do corpo subordinado, pelo menos em parte, “à fundamentação científica da Medicina e à intervenção metodológica do saber militar”.³⁴⁵

Este processo de racionalização do campo da educação física em Portugal e a institucionalização da formação dos professores especializados esteve longe, porém, de permitir resolver as lacunas que muitos continuavam a identificar na educação física escolar nos anos cinquenta. Continuando com “o problema da educação física nacional”, o título da comunicação que o Cap. Quintino da Costa apresentou no III Congresso da MP, realizado em Novembro de 1951, é possível

³⁴³ Ferreira, «O ensino da...», p. 208.

³⁴⁴ Sobre os processos de construção deste novo tipo de trabalhador veja-se, por exemplo, José Nuno Matos, «O operário em construção: das relações humanas ao trabalho temporário» (tese de doutoramento em Sociologia, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2013).

³⁴⁵ Ferreira, «O ensino da...», p. 205.

iniciar um balanço de 10 anos de funcionamento do INEF. A insuficiência dos programas de educação física e a falta de habilitações dos agentes de ensino não teriam, seguindo o Capitão, sido resolvidos nos sete anos anteriores. Para Quintino da Costa, “desde o escasso número de horas semanalmente destinadas à Educação Física, à situação subalterna dos respectivos agentes de ensino relativamente ao restante corpo docente, tudo tem contribuído para acentuar o cunho absorventemente intelectual do nosso ensino. No ensino primário, a deficiência é quase total, a despeito de lhe caber a honra de ter sido o primeiro, em escolas civis, a incluir os exercícios físicos nos seus programas, que, certamente, satisfazem o legislador, sem contudo beneficiarem a acção educativa enquanto se limitarem ao papel. E as dificuldades de realização prática desses programas concretizam-se na falta de agentes de ensino devidamente habilitados, e de instalações com um mínimo de requisitos”. Para o Liceu e o Ensino Técnico o diagnóstico era um pouco menos agreste, já que “as coisas parecem trilhar melhor caminho, especialmente depois da Mocidade Portuguesa haver sido investida nessas funções. Está, contudo, longe de satisfazer, pelas seguintes razões principais: deficiência dos programas e tempo a eles destinados, número insuficiente de professores para as populações escolares, más instalações e a situação subalterna dos professores de educação física”.³⁴⁶

Não se tratava de um espírito particularmente crítico das realizações do Estado Novo, nem sequer se encontrava isolado. Ao longo de toda a década de cinquenta, como detalha Jorge Castanheira Oliveira, foram vários os agentes relacionados com a educação física escolar – José Esteves, Alberto Marques Pereira ou Manuel Fradinho – a preconizar uma avaliação semelhante.³⁴⁷ Aliás, o I Curso de Informação de Educação Física para professores do ensino primário no INEF realizou-se apenas em 1964, tendo abrangido 25 professores, de um total de 25 mil professores do ensino primário existentes à época.³⁴⁸ Apesar do crescimento do número de licenciados pelo INEF – passou de um total de 33 em 1942-43 para 282 em 1965-66³⁴⁹ –, a relação professor/aluno também aumentou desde 1952-53, ano até ao qual tinha vindo a descer. No ano lectivo de 1942-1943

³⁴⁶ Quintino da Costa, «O problema da educação física nacional», *Boletim do Instituto Nacional de Educação Física*, ano 13, n.º 1-2, 1952.

³⁴⁷ Oliveira, *A Educação...*, 59.

³⁴⁸ Oliveira, *A Educação...*, 61.

³⁴⁹ Direcção Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar. *Plano de Fomento Gimno-desportivo para 1966-1970* (Lisboa: Ministério da Educação Nacional, 1965), 42-43.

existia um professor de educação física para cada 2254 alunos. Dez anos depois, no ano lectivo de 1952-53, esse valor tinha baixado para 696, o melhor valor do período, apenas para voltar a subir para os 938 alunos por professor no ano lectivo 1963-64.³⁵⁰ No ano lectivo de 1962/63 apenas 52,9% dos agentes de ensino de educação física eram diplomados pelo INEF. Estes números não deixam de sublinhar a incapacidade das estruturas educativas do Estado Novo para responderem ao aumento da procura social de educação. Isso mesmo era reconhecido no Plano de Fomento Gimnodesportivo para 1966-1970, quando se reconhece que “não há tendência de crescimento na formação dos professores de educação física”.³⁵¹ A designação “agentes de educação física” indicia, por outro lado, a heterogeneidade na formação social e escolar da categoria dos agentes de ensino de educação física, na qual se incluíam os professores formados pelo INEF, os instrutores de educação física, diplomados pelas Escolas de Educação Física, e outros, fossem ou não detentores de habilitações específicas para o ensino da educação física.

Mocidade Portuguesa: ordem nos espíritos e disciplina nos corpos

Os objectivos e funções da Mocidade Portuguesa, organização criada no âmbito da reforma educativa de 1936 levada a cabo pelo Ministro da Instrução Nacional Carneiro Pacheco, um dos elementos mais radicais do regime, devem ser pensadas em articulação com o sistema de ensino do Estado Novo. Instituída pelo decreto-lei n.º 26:611, de 19 de Maio de 1936, nos termos do regulamento da organização, publicado a 4 de Dezembro, estipulava-se que ela “abrange toda a juventude, escolar ou não, e tem por fim estimular o desenvolvimento integral da sua capacidade física, a formação do carácter e a devoção à Pátria, no sentimento de ordem, no gosto da disciplina e no culto do dever militar”. A promoção da “educação moral e cívica, física e pré-militar dos filiados”, em que se destacava a “educação cristã tradicional do país”, os exercícios militares e as práticas

³⁵⁰ Direcção Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar. *Plano de Fomento...*, 1965, 46-47.

³⁵¹ Direcção Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar. *Plano de Fomento...*, 1965, 43.

desportivas, seria desenvolvida em colaboração com todos os estabelecimentos de ensino oficiais e particulares, devendo ser “feita a indispensável conjugação de actividades, obrigatória para professores e alunos”.³⁵²

Avelãs Nunes definiu a MP como uma organização totalitária (pela obrigatoriedade de inscrição e “subordinação absoluta aos interesses do regime”), fascista (pelo culto do chefe e da autoridade) e militarista (pela preparação pré-militar que ministrava aos filiados, para além das paradas e desfiles e restante aparato cénico e ritualístico), inspirada pelas suas congéneres italiana e, sobretudo, alemã.³⁵³ A dimensão totalitária do projecto da organização surge tanto mais clara quanto, em 1942, num momento em que o seu perfil paramilitar começava a representar um problema para o reposicionamento político do regime, quer perante a oposição interna quer no terreno internacional, lhe foi atribuído o monopólio das actividades não-curriculares e a competência de fiscalização e controlo de todas as organizações de juventude não oficiais.³⁵⁴ Já em 1947 foram confiadas à MP a superintendência formal, ou seja a direcção e a inspecção, da educação física escolar, do canto coral e dos trabalhos.³⁵⁵

Desenhada como organização totalitária que almejava acrescentar à instrução escolar uma educação integral, assente não somente na transmissão de competências, como a alfabetização, mas sobretudo na socialização dos jovens no quadro da “restauração das grandes certezas”, a Mocidade Portuguesa procurou “assegurar a ordem nos espíritos e a disciplina dos corpos, no quadro das políticas de «renovação do carácter» e de «revigoração da raça»”.³⁵⁶ Este objectivos foram perseguidos fundamentalmente a partir de três grandes categorias de actividades: preparação militar, formação doutrinária e educação física e desportos.

Um olhar mais pormenorizado da história da organização demonstra, todavia, o contraste entre o discurso mobilizador dos principais dirigentes da Mocidade Portuguesa, entre os quais se destacava o primeiro comissário nacional Francisco Nobre Guedes, um germanófilo com simpatias pelo regime nacional-

³⁵² Decreto-Lei n.º 26.611 de 19 de Maio de 1936; Decreto n.º 27.301 de 4 de Dezembro de 1936.

³⁵³ João Paulo Avelãs Nunes, «As organizações de juventude do Estado Novo (1934-1949)», *Revista de História das Ideias*, vol. 17 (1995), 194.

³⁵⁴ Decreto-Lei n.º 31 908 de 9 de Março de 1942.

³⁵⁵ Decreto-Lei n.º 36 507 de 17 de Setembro de 1947.

³⁵⁶ Prefácio de António Nóvoa. Luís Viana, *A Mocidade Portuguesa e o Liceu* (Lisboa: Educa, 2010), 5.

socialista, e a prática, muito mais orientada para o enquadramento da juventude escolar do que para uma intensa mobilização da juventude em geral. Tanto no que diz respeito à abrangência da organização, e à sua capacidade de mobilização da juventude, como no que concerne as actividades desenvolvidas, só parcialmente foram concretizados os objectivos a que se propôs. Não se pode considerar, como faz Lopes Arriaga, no seu estudo pioneiro sobre a Mocidade Portuguesa, que “o universo concentracionário de uma organização que apresentava todos os traços da ditadura que dominou a vida portuguesa durante quase quarenta e oito anos, não consentia a mínima fuga”.³⁵⁷ Uma análise mais detalhada das práticas permite, igualmente, sugerir os limites dessas ambições totalizantes.

A preferência inicial pela escola, e em particular pelos liceus, como terreno de intervenção privilegiado da Mocidade Portuguesa, tornou-se gradualmente uma dependência. Quer os dados sobre a evolução dos filiados quer sobre os centros de instrução apontam nesse sentido.³⁵⁸ Esta opção por uma intervenção prioritária no terreno escolar procedeu de condicionalismos financeiros e materiais, mas não deixa também de ser relevadora de escolhas políticas, que procuraram limitar, até certo ponto, a dinâmica de mobilização paramilitar da juventude, aliás não prevista no projecto inicial.³⁵⁹ Em todo o caso, no Portugal de final dos anos trinta apenas a escola, mesmo com assinaláveis fragilidades, apresentava o conjunto de meios materiais, administrativos e humanos necessários à efectiva

³⁵⁷ Lopes Arriaga, *Mocidade Portuguesa, Breve História de uma Organização Salazarista*, (Lisboa: Terra Livre, 1976), 27. Todavia, como o próprio sublinha, quando se debruça sobre a natureza das resistências à incorporação na MP a «a fisionomia militarista e política da Mocidade Portuguesa manteve-se assim ao longo dos anos agravada pela obrigatoriedade que a tornava extremamente antipática e odiosa aos olhos de muitos filiados, dos pais e dos encarregados de educação» Arriaga, *Mocidade Portuguesa...*, 101.

³⁵⁸ No final do primeiro ano de actividades, de um total de 38458 filiados entre os 10 e os 21 anos, 31106, cerca de 80% eram estudantes. Simon Kuin, «A Mocidade Portuguesa nos anos 30: anteprojectos e instauração de uma organização paramilitar da juventude», *Análise Social*, vol. XXVIII, n.º 122 (1993): 567. Em 1956, quando se preparava a primeira grande reforma da MP, que abandonava gradualmente as suas funções paramilitares para assumir de forma mais clara a sua vocação circum-escolar, estavam inscritos na organização 56027 jovens. Apenas 7988, correspondentes a 1,3% da população juvenil em condições de ser integrada na MP e 14,2% dos inscritos, provinham de fora do sector escolar, contra 48039 filiados do campo escolar. Os dados sobre os Centros de Instrução apontam também no sentido de uma notória incapacidade da organização em se estender para fora do campo escolar. Viana, *A Mocidade...*, 32. Segundo dados do INE, de um total de 587 centros da MP existentes em 1957, 337 integravam o sector escolar contra 137 do sector extra-escolar, 111 especializados, 25 milicianos e 3 universitários. O maior número de centros especializados em actividades desportivas dizia respeito ao hipismo, que contava com 14 centros, e à vela, com 13. A ginástica contava com 3, a esgrima com 7 e o atletismo com 8. Não existiam quaisquer centros dedicados do futebol. Instituto Nacional de Estatística, *Estatística da Educação, Ano Lectivo 1956-1957* (Lisboa: Sociedade Tipográfica Lda., 1958), 101.

³⁵⁹ Kuin, «A Mocidade...», 563.

institucionalização da Mocidade Portuguesa. E a escola, de facto, permitiu resolver, ainda que parcialmente, o problema das instalações e da mobilização dos jovens, ao tornar obrigatória a inscrição de todos os estudantes. A questão dos dirigentes e instrutores, porém, revelou-se de solução mais complexa.

Parte dos quadros dirigentes e instrutores da Mocidade Portuguesa proveio do exército. Esta preponderância resultou das funções paramilitares da organização e da implementação de actividades de preparação pré-militar. Todavia, tal como sucedeu na atribuição de uma tutela militar à Legião Portuguesa, a elevada participação de militares nas estruturas da MP representou, a par de uma política de aumento dos vencimentos dos militares (sobretudo dos oficiais), também uma forma de compensação pela exclusão do exército da vida política.³⁶⁰ Apesar de ter sido liderada quase sempre por civis, no primeiro comissariado nacional, por exemplo, 10 dos 24 dirigentes eram militares. Essa preponderância dos militares notava-se também nos níveis intermédios e locais da organização. O regulamento da MP apontava para que as funções de subdelegado regional e delegado provincial fossem desempenhadas por oficiais do exército ou da armada, do activo, da reserva ou reformados. A nível local a direcção dos Centros de Instrução era confiada preferencialmente aos directores dos liceus e colégios, mas, também aqui, em 1938, 41% dos dirigentes eram militares.³⁶¹ Finalmente, o recurso aos militares resultava das dificuldades na criação de um quadro de dirigentes e instrutores, suficientemente vasto e empenhado, que permitisse a concretização do plano de actividades da MP. Os professores, um dos alvos da política de recrutamento da MP, não responderam com grande entusiasmo ao apelo, nem depois da reforma de 1956 e do subsequente afrouxamento do carácter paramilitar da organização.

Dificuldades de recrutamento de quadros, mas também fragilidades materiais e organizativas, caracterizaram a existência da Mocidade Portuguesa durante praticamente toda a sua existência. Se as formas encontradas para fazer face a essas dificuldades conseguiram de alguma forma manter os equilíbrios políticos desejados pelas cúpulas do Estado Novo, os seus efeitos no funcionamento das instituições e na sua capacidade de enquadramento e

³⁶⁰ Telmo Faria, *Debaixo de fogo!: Salazar e as forças armadas (1935-41)* (Lisboa: Cosmos, Instituto da Defesa Nacional, 2000).

³⁶¹ Kuin, «A Mocidade...», 574-575.

mobilização não deixaram de se manifestar. Mais do que materializar um complexo institucional e ideológico articulado para a prossecução dos objectivos totalitários da vontade de um líder, as relações entre as diversas instituições de enquadramento do regime entre si, mas sobretudo com outras que lhe preexistiam, como a família, a igreja e a escola exprimiram as dificuldades de funcionamento da organização e modelaram a sua configuração em diferentes momentos. Se a imagem resultante desta avaliação não é de caos administrativo, que terá caracterizado os estados-duais do entre guerras, ela encontra-se também longe de evidenciar um dispositivo burocrático e político perfeitamente afinado.³⁶² De facto, ainda que atenuando a ideia do carácter dual dos estados fascistas, também Paxton reforça a ideia de que a “characteristic blend of febrile activism and shapelessness” dos fascismos se relacionou justamente com as relações tensas entre quatro elementos: o líder fascista, o partido, o aparelho de estado e a sociedade civil.³⁶³

O encontro entre o exército a escola proporcionado pela MP permite identificar de modo mais concreto algumas destas questões, detalhadamente caracterizadas por Luís Viana. Do ponto de vista institucional, abundam os relatos de polémicas entre os dirigentes da MP e os reitores, motivadas quer pela subordinação hierárquica destes últimos aos delegados provinciais da MP, e ampliadas por questões tão mundanas como os horários das actividades e o uso

³⁶² Como refere Kevin Passmore sobre a evolução dos estudos sobre o totalitarismo: «Contemporary proponents of the totalitarian thesis counter objections to earlier versions of the theory. They allow for the chaotic nature of totalitarian regimes. Indeed, they maintain that the bureaucratic chaos helped create an arbitrariness in government which made it possible for individuals to resist the regime.» Kevin Passmore, *Fascism, a Very Short Introduction* (Oxford e Nova Iorque: Oxford University Press, 2002), 20. Sobre os estados duais, a articulação entre Estado Prerrogativo e Estado Normativo, e a sua relação com a crise do capitalismo no pós-guerra veja-se Ernst Frankael: «By the Prerogative State we mean that governmental system which exercises unlimited arbitrariness and violence unchecked by any legal guarantees, and by the Normative State and administrative body endowed with elaborate powers for safeguarding the legal order as expressed in statutes, decisions of the courts, and activities of the administrative agencies». Ernst Frankael, *The Dual State, A Contribution to the Theory of Dictatorship* (New Jersey: The Lawbook Exchange, Ltd., 2006), XIII. Ou ainda, seguindo Stanley Payne: «There developed instead in Germany a kind of ‘dual State’, in which the regular state system continued to function within its own specialized structure but was increasingly paralleled by the ever-expanding bureaucracy and functions of the National Socialist Party. The product was a dual system which featured an ever-increasing number of new Reich ‘boards’, eventually amounting to some sixty special state commissions, bureaus, and agencies. This produced such an administrative maze that it would be almost impossible to diagram the state structure accurately - a multiform ‘administrative chaos’ presided over by Hitler alone. It has been suggested that Hitler in fact preferred the confusion and competition in such a system because it enhanced his personal domination.» Stanley Payne, *A History of Fascism, 1914-1945* (Madison e Londres: The University of Wisconsin Press, 1995), 180-181.

³⁶³ Paxton, *The Anatomy...*, 123-124.

das instalações escolares. A perda de autonomia da escola e a sua subordinação a uma entidade externa, em relação a algumas matérias curriculares, gerou igualmente reacções por parte dos professores. A tentativa de mobilização do corpo docente, apelando, como fez Marcello Caetano, a que estes abandonassem a posição de “intelectual espectador” ou “indiferente”, encontrou resposta no seu alheamento das actividades da organização. Esta resistência do corpo docente à integração na MP não tinha uma razão única. Terá resultado, todavia, não tanto de uma oposição política generalizada, mas antes “porque as actividades da MP não só não lhes pareciam de acordo com o seu estatuto social e função profissional, como não traziam qualquer benefício adicional já que não implicavam nem gratificações nem reduções horárias”.³⁶⁴

As relações entre a Igreja e a MP também não foram pacíficas. Desde muito cedo, fez-se notar “uma forte pressão da Igreja contra os contactos com a *Hitlerjugend*, contra tentativas de dissolver o Corpo Nacional de Escutas e tentativas da Igreja para influenciar o conteúdo da política social da Mocidade Portuguesa num sentido cristão, mediante a presença de padres no quadro de dirigentes da Mocidade Portuguesa, designadamente na Escola Central de Graduados”.³⁶⁵ Desde a fundação da Mocidade Portuguesa que a Igreja Católica, limitada na sua capacidade de intervenção política, procurou proteger a sua hegemonia no campo social e educativo, para além de tentar garantir a sobrevivência das suas próprias organizações de juventude. Essa contestação não teve lugar a partir do interior da MP, mas sobretudo a partir da imprensa católica, que mesmo no contexto da ofensiva da censura aos órgãos de comunicação social independentes, manteve alguma autonomia.³⁶⁶ Foram publicamente rejeitados, pelo próprio Cardeal Cerejeira, os apelos de Carneiro Pacheco à extinção do Corpo Nacional de Escutas, que, contando com cerca de 4000 membros em 1936, seria rapidamente diluído em caso de integração na MP. No quadro de uma crítica

³⁶⁴ Trata-se de uma indiferença constante como indica Luís Viana: «O alheamento dos professores da vida da MP foi sempre tão evidente que, logo em 1937/38, o Reitor do Liceu Alexandre Herculano, no Porto, se viu obrigado a designar professores para as actividades de sábado recorrendo à convocatória de base legislativa (relatório do reitor, p. 226). O fraco envolvimento permitia que, em 25/03/1961, pudesse constatar, em relatório do Comissário Nacional Adjunto referente ao funcionamento dos Centros no distrito de Braga, a identificação de Osório Araújo como o único professor disponível dentro do Liceu de Braga para colaborar com a MP (ANTT, AMP, n.º de ordem 95).» Viana, *A Mocidade...*, 35- 36.

³⁶⁵ Kuin, «A Mocidade...», 588.

³⁶⁶ Apenas 11 sacerdotes, dirigiam, em 1937/38 Centros de Instrução da MP, ou seja correspondiam a 4% do número total de dirigentes dos centros locais. Kuin, «A Mocidade...», 585.

às influências pagãs da Juventude Hitleriana, cuja influência era notória entre alguns dirigentes da Mocidade, Cerejeira exigiu, contra parte dos sectores mais radicais da MP, que procuravam fomentar a sua militarização, a implementação da formação católica na MP e o fim das suas actividades ao domingo como moeda de troca para a extinção do CNE.³⁶⁷

Fora da participação no espectáculo fascista, ou seja, nas grandes paradas e comemorações de índole nacionalista, aquelas que seriam as actividades com maior impacto na socialização política e doutrinação da juventude, a MP confrontou-se com uma endémica falta de meios e uma intensa rejeição por parte dos seus destinatários. As descrições que nos chegam das actividades da Formação Portuguesa, que englobava a leitura das “Folhas de Doutrina” e a realização de conferências sobre temas históricos, dão conta não somente da sua gradual marginalização no pós-guerra, como de um limitado empenho dos Liceus na sua realização, sobretudo nas duas maiores cidades do país.³⁶⁸

Para além dos problemas de sofisticação pedagógica e comunicativa destas actividades de inculcação ideológica, também os exercícios de preparação militar - como o tiro, o campismo, as marchas de aproximação ou os acampamentos - parecem ter encontrado no desinteresse dos estudantes e filiados da MP e na ausência de meios materiais obstáculos incontornáveis à sua eficácia. Como refere em 1947 o Reitor do Liceu de Leiria, Agostinho Tinoco, “não havendo campismo ou material desportivo, as actividades dos filiados resumiam-se a uma fatigante instrução pré-militar”, caracterizada, segundo relatório do mesmo ano do Reitor do Liceu de Viseu, Fernão Malaquias Pereira, pelo “abuso das formaturas e das evoluções, o «marcar o passo», que originava na rapaziada um verdadeiro horror quando se aproximava a hora da instrução”.³⁶⁹

Nos anos seguintes serão frequentes os relatórios que dão conta da ausência de público a assistir às formações militares, a apatia que as caracteriza e de um modo mais geral da incapacidade de atracção destas actividades, em particular das classes médias. Também Fernando Rosas sintetizou a reacção geral a estas actividades em termos mais ou menos semelhantes e oferece uma outra chave para a sua interpretação: “uma população esmagadoramente camponesa,

³⁶⁷ Kuin, «A Mocidade...», 583.

³⁶⁸ Viana, *A Mocidade...*, 98.

³⁶⁹ Viana, *A Mocidade...*, 112.

sem hábitos de disciplina e mecanização fabril, com uma escolaridade diminuta e onde a ginástica ou o exercício desportivo eram quase desconhecidos, afeiçoava-se mal à uniformidade da farda, à parada, ao autoritarismo ritmado e sincronizado da cadência militar, à euforia da turba em marcha. Basta observar as concentrações legionárias ou os desfiles da MP, mesmo nos entusiásticos anos 30, para se compreender que há algo de estrutural e culturalmente insuportável na falta de garbo militar das ziguezagueantes filas de graduados adrede fardados, ou na expressão perplexa dos jovens lusitos cujas mães, ansiosas, de restaurador farnel nas mãos, esperam que acabe o inusitado sacrifício.”³⁷⁰

Acabou por ser no campo das actividades circum-escolares e de ocupação de tempos livres, sem uma dimensão propagandística explícita, que a MP se relevou mais apelativa. As excursões, o campismo, e, sobretudo, as práticas desportivas foram as actividades que maior entusiasmo suscitaram entre os filiados da organização. As excursões, que a maior parte dos centros levava a cabo apenas uma vez por ano, por falta de recursos financeiros, perseguiram muitas vezes objectivos meramente recreativos, mesmo aquelas que eram apresentadas com “finalidades patrióticas”. No caso do campismo, apesar de lhe serem atribuídas prodigiosas propriedades formativas, partilhadas também, de diferentes modos quer pela Igreja mas também pela oposição, nomeadamente o Partido Comunista Português,³⁷¹ a situação também não se apresentou muito diferente. Com a excepção de alguns Liceus, como o Passos Manuel em Lisboa, as actividades campistas da maioria Centros de Instrução da MP, muitos dos quais nem sequer possuíam mais do que duas tendas, “restringiram-se quase sempre a fazerem-se representar, anualmente, nos Acampamentos Regionais e, esporadicamente, no Nacional. Envolviam, normalmente, um número relativamente pequeno de filiados que eram reunidos, muitas vezes, com algumas dificuldades. Dificuldades que tinham origem na resistência das famílias em permitirem aos seus educandos ausentarem-se do seio familiar. Uma reacção que resultava também dos encargos económicos que tais actividades comportavam para as famílias.”³⁷²

³⁷⁰ Fernando Rosas, coord. *O Estado Novo (1926-1974)*. vol. 7, *História de Portugal*, dir. José Mattoso (Lisboa: Estampa, 1998), 294.

³⁷¹ José Neves, «Ler desportivamente Lenine - para a história do comunismo e do desporto em Portugal», *Esporte e Sociedade*, ano 4, n.º 11 (2009).

³⁷² Viana, *A Mocidade...*, 118.

Tendo em conta este panorama relativamente desolador, a única actividade que verdadeiramente parece ter mobilizado os jovens incorporados na MP terá sido a educação física, até pela regularidade e frequência, semanal, com que decorriam, embora também esta não tenha tido um desenvolvimento linear. No primeiro congresso da MP, realizado entre 21 e 28 de Maio de 1939, em Lisboa, o Engenheiro Melo e Castro, da Covilhã, dava conta ao Congresso das dificuldades em organizar as sessões de ginástica no Centro que dirigia, dada a inexistência de instrutores, monitores ou de quaisquer elementos com formação técnica dos quais se pudesse socorrer para ministrar a educação física. Considerando-se um intruso nessa matéria, dada a sua formação de base, revelou que a instrução no seu Centro era feita apenas por graduados e que “no ano passado quis formar mais graduados, mas não foi possível, porque os rapazes, sendo pobres, não tinham dinheiro para estar em Lisboa alguns dias”.³⁷³

Apesar da inequívoca valorização dos propósitos formativos da educação física, uma parte importante do tempo atribuído às práticas físicas atléticas na MP foi dedicado aos desportos, que em função do seu carácter subsidiário em relação à educação física, “devem ser assistidos, vigiados, orientados, ordenados e limitados às possibilidades do filiado”.³⁷⁴ Mesmo recusando-se os excessos do desporto, estabeleceu-se, aqui sim, uma complementaridade em relação à escola, onde predominavam a ginástica formativa e os jogos educativos. Explicitando um pouco melhor, e segundo o próprio Celestino Marques Pereira, “as actividades de sábado apresentam-se assim neste campo da educação física como um complemento do que na realidade não existe”.³⁷⁵

Com o final da II Guerra Mundial, a vertente desportiva das actividades da MP acentuou-se. Por um lado, pela gradual dissipação da componente militarista administrada aos filiados, por outro devido ao crescimento do interesse pelo desporto em Portugal no pós-guerra, que acompanhou o processo que decorria à escala europeia, factores aos quais se deve acrescentar também a integração na organização de um conjunto de professores de educação física formados no INEF,

³⁷³ *I Congresso da Organização Nacional «Mocidade Portuguesa», Discursos, Relatórios, Teses, Discussões e Conclusões* (Lisboa: Editorial Império, 1939), 53.

³⁷⁴ Veja-se, por exemplo, a intervenção do Eng.º Francisco Leite Pinto, Relator da 1ª Sessão do Congresso, onde esclarece que «a ginástica a ministrar deve ser racional, científica, social e condicionada às compleições dos filiados; por isso se ensinará a ginástica de formação com fundas raízes no consagrado método de Ling». *I Congresso...*, 1939, 40.

³⁷⁵ Rosário, «O conceito...», 11.

e que preconizaram, desde logo, a defesa de uma matriz desportiva para os programas de educação física, que só mais tarde seria integrada nos currículos escolares. Ainda assim, em 1957, num momento em que muitas destas mudanças se começavam a consolidar, apenas 4.000 dos cerca de 400.000 filiados, cerca de 1%, portanto, participaram nas competições desportivas organizadas pela organização.³⁷⁶

A conjugação destes dois factores, o interesse do público e a formação de uma primeira vaga de professores de educação física, a par da utilidade com que os próprios reitores encaravam as actividades desportivas - um óptimo instrumento para aumentarem o prestígio dos seus liceus -, revelou-se fundamental para o desenvolvimento da prática essencialmente competitiva de modalidades como o futebol, o basquetebol, o atletismo, a ginástica desportiva, o andebol e o voleibol. Para além de ter desempenhado um papel importante na divulgação do voleibol em Portugal, a MP procurou também, por via dos seus Centros Especializados, disseminar, com limitações, e como referimos, modalidades mais próximas de um ideário militar, como o tiro desportivo, a equitação, a esgrima, o vôo com e sem motor e os desportos náuticos, mas também outras, como o Hóquei em Patins. Pesem embora algumas queixas sobre a falta de instalações adequadas ao desenvolvimento dos desportos, e até da corrupção dos valores do cavalheirismo e do fair-play que definiam o projecto de educação desportiva da MP, o desenvolvimento do desporto na MP, fora do quadro “educativo” e disciplinar prescrito pela doutrina oficial, influenciou não somente a sua capacidade de atrair os jovens como contribuiu para transformar, lenta e gradualmente, como tudo parecia acontecer num regime que encontrou no retardar da mudança social um dos seus desígnios, a lógica da própria educação física escolar.

³⁷⁶ Instituto Nacional de Estatística, *Estatística da...*, 101.

Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho: mais gente nos campos menos nas bancadas

O mesmo tipo de tensão entre projecto doutrinário e prática social pode ser identificado na Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, a organização do regime que tinha como objectivo central “o aproveitamento do tempo livre disponível dos trabalhadores portugueses, em ordem a assegurar-lhes, no limite do possível, o maior desenvolvimento físico e a elevação do seu nível intelectual e moral”.³⁷⁷ No âmbito da política de “desfascização” do regime, levada a cabo após o termo da II Guerra Mundial, a FNAT transformou-se, sobretudo a partir do final da década de cinquenta, numa “rede de infra-estruturas burocráticas, prestadora de serviços e distribuidora de orientações emanadas de órgãos colegiais (onde, aliás, geralmente se integra), criados no âmbito do Plano de Formação Social e Corporativa”, abandonando progressivamente o papel de inculcação da uniformidade político-ideológica pretendida pelo regime. No âmbito desta transfiguração, para José Carlos Valente, aquilo que a “FNAT ganha em massa associativa e estrutura orgânica...perde em conteúdo e actuação ideológica própria”.³⁷⁸

Ora, pelo contrário, parece ser justamente no âmbito da política social do Estado Novo que as funções de integração política da FNAT tiveram maior eficácia. A regulação dos tempos livres dos trabalhadores, orientada por um projecto de “desproletarização” das consciências, operou por via da popularização de um certo tipo de consumos culturais e práticas de lazer destinadas às classes trabalhadoras, como notou Nuno Domingos, no quadro de uma investigação em torno da história da Companhia Portuguesa de Ópera e das temporadas líricas do Teatro da Trindade.³⁷⁹

A importância crescente deste modelo de regulação dos tempos livres, sob a égide centralizadora do Estado, parece, também aqui, ter-se relacionado com o permanente jogo de equilíbrios no interior das forças políticas nos quais o regime se sustentou, mas, sobretudo, com as tentativas de gerir política e ideologicamente

³⁷⁷ Estatutos da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, Decreto-Lei n.º 25.495 de 13 de Julho de 1935.

³⁷⁸ José Carlos Valente, *Para a História dos Tempos Livres em Portugal. Da FNAT à INATEL (1935-2010)* (Lisboa: Colibri, 2010), 166.

³⁷⁹ Nuno Domingos, *O Papel da Companhia Portuguesa de Ópera na «Política Social» do Estado Novo* (Lisboa: Lua de Papel, 2007).

as consequências sociais das transformações económicas que se adivinhavam mais expressivas a partir do I Plano de Fomento, de 1953. As intenções totalizantes da “primeira” FNAT, onde pontificavam homens provenientes do nacional-sindicalismo como Higino de Queiroz e Castro Fernandes, foram rapidamente diluídas no quadro corporativo do Estado Novo. A demagogia obreirista e fascizante de leves contornos anti-plutocráticos do *1º de Maio*, título do jornal oficial da FNAT até 1941, deu lugar a um outro, mais conservador mas nem por isso menos sugestivo, *Alegria no Trabalho*. As tentativas de mobilização e enquadramento das comemorações do 1º de Maio foram abandonadas em 1940, quando o incremento dos protestos populares tornava complicado o processo da sua gestão administrativa e propagandística. O projecto de formação de um escol sindical, integrado na estrutura corporativa, também não terá avançado muito para além dos planos.

A FNAT viu também negada a “unidade de comando” que pretendia face a outras organizações do regime, como o SPN, os Sindicatos Nacionais, ou mesmo em relação à regulação dos lazeres rurais. Do controlo e coordenação das Casas do Povo ficou encarregue a Junta Central das Casas do Povo, criada em 1945. Permaneceram de fora da alçada da FNAT as colectividades de cultura e recreio, cerca de 3000 em 1939, contabilizando perto de 300.000 membros, bem como outras formas de associativismo popular, como as associações desportivas e de cultura física de base social operária.³⁸⁰ No final da II Guerra Mundial, à FNAT cabia “apenas” a tutela dos Centros de Alegria no Trabalho (CAT), ou seja, “todo o agrupamento destinado a promover quaisquer iniciativas respeitantes à formação social e física e ao recreio dos trabalhadores, desde que seja constituído por trabalhadores de uma mesma empresa, por empregados de um mesmo organismo ou instituição, ou por funcionários de um ou mais serviços do Estado ou dos corpos administrativos» e dos Centros de Recreio Popular, isto é, qualquer agrupamento que promovesse as mesmas iniciativas dos CAT e fosse formado “por trabalhadores de um mesmo aglomerado populacional”.³⁸¹

Apesar da dinâmica inicial orientada para o combate político e ideológico, verificou-se desde cedo que o centro da actividade da instituição se encontrava

³⁸⁰ Dados de *O Século*, citados por Valente, *Para a História...*, 93.

³⁸¹ As Casas do Povo e as Casas dos Pescadores eram considerados Centros de Recreio Popular. Valente, *Para a História...*, 164-165.

noutros terrenos. Alguns dados publicados no relatório e contas da FNAT de 1957 dão conta disso mesmo. Naquele ano, o sector económico-social representava já 76,37% das despesas, contra apenas 7,96% do sector cultural. No ponto 5, da mesma introdução, reconhecia-se que “a actividade económico-social constituída pelo funcionamento de cantinas, refeitórios, colónias de férias e albergarias, assim como o plano de obras, que vem sendo executado e continuará a sê-lo nestes anos mais próximos, dominaram a administração. O sector económico-social vai tomando uma extensão e uma complexidade tais que por si só justificaria uma organização própria”. A “alegria no trabalho” era tanto mais necessária, como era explicitado no ponto seguinte, quanto mais se fosse desenvolvendo a industrialização do país: “o progresso técnico requer progresso moral”, concluía-se. Na introdução ao relatório é sublinhado justamente o alargamento contínuo da instituição “sem que as suas finanças sejam perturbadas”.³⁸²

Esta era uma referência à situação que a FNAT vivia no final da década de quarenta. Durante aquele período a organização confrontou-se com lacunas de financiamento resultantes tanto do desinteresse do sector corporativo, apesar da obrigatoriedade de todos os organismos corporativos e de coordenação económica terem de contribuir financeiramente, como do patronato, que se manteve indiferente à “política de intensa espiritualização da vida com um forte apelo aos valores morais” pretendida pela instituição.³⁸³ O financiamento do Estado tornou-se, durante esta fase, fundamental para o funcionamento da instituição, já que, tal como refere Higino de Queiroz, ainda em 1938, em carta dirigida a Salazar, “todas as tentativas feitas para alargar o número de subscritores têm sido mal sucedidas, encontrando-se quase sempre como desculpa, a circunstância de já contribuírem para outras organizações com mais do que podem”.³⁸⁴

A resolução dos problemas financeiros do organismo, durante o mandato de Quirinho Mealha (1950-1958), contribuiu para ampliar a capacidade de intervenção da FNAT no plano dos lazes e dos tempos livres. As actividades do foro intelectual e moral, de cariz pedagógico, que passavam pela disseminação de bibliotecas, pela promoção de cursos nocturnos, versando temas como a história da expansão portuguesa, e pelos cursos de educação de adultos, para além da

³⁸² Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho, *Relatório e Contas da Gerência de 1957* (Lisboa: Gabinete de Divulgação, 1958), 11-13.

³⁸³ Valente, *Para a História...*, 38.

³⁸⁴ Valente, *Para a História...*, 91.

organização de uma série de iniciativas que englobavam palestras, conferências ou exposições, viram-se rapidamente dissolvidas numa estrutura que, também em função da procura social, se especializou na oferta de actividades mais propriamente recreativas e de prestação de serviços de apoio social. Se naquele ano de 1957 os cursos de educação para adultos abrangeram 287 alunos, participaram nas excursões da FNAT 1.119 excursionistas. As 822 sessões de cinema impulsionadas pela FNAT, por exemplo, terão chegado a uma assistência de cerca de 371 mil espectadores.³⁸⁵ Para além das descrições e dos mapas do movimento financeiro da organização, os relatórios anuais daqueles anos focam, globalmente, a sua atenção nas actividades dos refeitórios económicos, das colónias de férias e das práticas desportivas, sendo as actividades educativas e culturais relegadas para um segundo plano, mesmo que, por exemplo, em Lisboa, em 1952, tenham sido distribuídos, a preços reduzidos 3.040 bilhetes de cinema, ou tenham assistido aos serões para trabalhadores 108.200 espectadores.³⁸⁶

Trata-se de uma tendência que não pode ser situada apenas na década de cinquenta. Na verdade, tais orientações, quer no que concerne ao peso das diferentes actividades de cariz recreativo e pedagógico quer no equilíbrio entre estas e os programas sociais, acompanharam a instituição praticamente desde a sua génese, ainda que a sua importância tenha variado em função dos recursos disponíveis. A actividade dos refeitórios económicos, por exemplo, cresceu continuamente entre 1937 e 1957, com desvios pontuais à regra, que não deixaram de suscitar protestos por parte dos utentes. Entre 1936 e 1944, o número total de refeições servidas no refeitório central de Lisboa praticamente triplicou, passando de 91.776 para 273.049, sendo o crescimento ainda mais significativo no Porto, onde cresceram de 25.105 para 125.545.³⁸⁷ Entre o final dos anos quarenta e o final da década de cinquenta a tendência acentuou-se, justificada pela criação de um maior número de refeitórios. Se em 1949 foram servidas 1.124.776 refeições económicas, em 1957 esse valor ascendeu a 1.623.123.³⁸⁸

Os dados relativos à colónia de férias “Um lugar ao sol”, localizada na Costa da Caparica, apontam no mesmo sentido. Partindo de uma base de 294

³⁸⁵ Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho, *Relatório e contas...*, 1958, 39.

³⁸⁶ Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, *Relatório da gerência de 1952* (s.l.: s.ed., 1953), 37-38.

³⁸⁷ Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, *Dez anos de alegria no trabalho* (Lisboa: Tip. Ideal, 1945), 45.

³⁸⁸ Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho, *Relatório e contas...*, 1958, 48.

utentes em 1938, cresceu rapidamente para os 1.220 utilizadores em 1942. Em 1945 frequentaram a colónia 3.245 indivíduos, tendo o valor praticamente duplicado até 1949, ano em que 6.348 pessoas passaram férias naquele local. A oferta de vagas estabilizou nos anos seguintes, havendo a colónia de férias acolhido 7.124 beneficiários em 1957.³⁸⁹ O aumento da procura daquelas instalações, “um complemento maravilhoso da nossa legislação sobre férias pagas”, esbarrava porém, nalgumas dificuldades, como era reconhecido desde meados dos anos cinquenta. Em 1954, por exemplo, registaram-se 8.365 inscrições, mas apenas foi possível admitir 6.202 pessoas.³⁹⁰ O problema mais significativo, e um impedimento ao aprofundamento do projecto da FNAT, encontrava-se relacionado com o perfil dos utentes daquele equipamento. A diária, de 20\$00 em 1952, continuava a não ser “acessível à grande massa dos trabalhadores, e tanto assim, que o seu maior número de beneficiários é da classe média. Os de mais baixa condição que a frequentam são os que têm as suas despesas pagas no todo ou em parte pelas entidades patronais”. Recomendava-se, assim, que não só fossem multiplicadas as colónias, de modo a ampliar a oferta, dado que naquele ano apenas uma se encontrava em actividade, como se sugeria que fosse ampliado a outros sectores profissionais o princípio das férias pagas.³⁹¹

Neste contexto, a FNAT dispensou “desde a sua primeira hora, uma atenção muito especial ao desenvolvimento físico dos trabalhadores portugueses através dos desportos e da ginástica”.³⁹² Logo em 1936 eram clarificados os objectivos de uma programa de cultura física “tida para nós como imprescindível não só com o fim de melhorar a condição física dos trabalhadores portugueses, mas sobretudo para os disciplinar e poder ter sobre eles verdadeiro e efectivo controle”. A ginástica revelou-se um instrumento privilegiado para disseminar uma certa ideia de cultura física hegemónica no campo político, mas subordinada no campo desportivo. No balanço dos 10 anos de actividades da FNAT celebrava-se a divulgação da ginástica entre os trabalhadores portugueses, apesar das dificuldades, “muitas” e de “toda a ordem”, com que a expansão da prática se

³⁸⁹ Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho, *Relatório e contas...*, 1958, 49.

³⁹⁰ Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, *Relatório e Contas da Gerência de 1954* (s.l.: s.ed., 1955), 22.

³⁹¹ Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, *Relatório da Gerência...*, 1953, 44.

³⁹² Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, *I Relatório Anual do II Pelouro, 1947-1948* (s.l.: s.ed., 1949), 5.

defrontou, desde a inexistência de locais apropriados para a sua prática à incompreensão quase geral dos trabalhadores em relação à sua utilidade.³⁹³

Entre 1941, ano em que se instituíram as primeiras classes de ginástica, e 1949 não se verificaram oscilações significativas no número de alunos. As 14 classes de 1941 integraram 322 sócios da FNAT. As 13 classes de 1949 foram compostas por 293 beneficiários. Em termos quantitativos este “triunfo” da política oficial correspondeu, ao longo da década de quarenta, a um máximo de 21 classes de ginástica a funcionar em simultâneo em diferentes CAT’s num mesmo ano, em 1945-46, tendo o máximo de alunos inscritos, 466, sido atingido logo no segundo ano de funcionamento das classes, 1942-1943.³⁹⁴ A organização de eventos espectaculares, como as exhibições de ginástica realizadas em grandes recintos desportivos, como o Jamor, a Tapadinha, o estádio do Lumiar ou no Pavilhão do Parque Eduardo VII, para além do seu valor propagandístico, terá concorrido para um aumento no número de inscritos nas classes de ginástica. Em 1952 participaram nas aulas de ginástica 731 associados da FNAT.³⁹⁵ Cinco anos depois, em 1957, esse número subiu para 1.306, tornando-se a ginástica a segunda modalidade mais praticada na FNAT, logo a seguir ao futebol.³⁹⁶ Apesar de significativos, trata-se de números ainda muito aquém dos atingidos no mesmo período pelos clubes desportivos.

No âmbito de um projecto que procurava, ainda em meados da década de quarenta, “a fórmula que assegure uma estreita cooperação do núcleo central que é a FNAT e dos organismos periféricos do trabalho industrial, comercial e agrícola, dentro de um sistema com que fique garantido o auxílio solidário das empresas, através da participação das entidades corporativas ou pré-corporativas que as representam (...)»”,³⁹⁷ ensaiou-se também no terreno do desporto a fabricação de uma estrutura capaz de competir com a esfera associativa e a mercantil, cujo controlo escapava à FNAT.

O primeiro intuito da política desportiva da FNAT pode ser sintetizado através da fórmula “mais gente nos campos e menos nas bancadas”. Um objectivo que prosseguia a crítica do espectadorismo e procurava, de acordo com o

³⁹³ Valente, *Para a História...*, 66.

³⁹⁴ Valente, *Para a História...*, 266-267.

³⁹⁵ Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, *Relatório da Gerência...*, 1953, 41.

³⁹⁶ Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho, *Relatório e Contas...*, 1958, 45.

³⁹⁷ Valente, *Para a História...*, 68.

princípio *mens sana in corpore sano*, alargar o acesso à prática desportiva. Em segundo lugar, esta prática desportiva, pensada no quadro do higienismo e devidamente reenquadrada por valores educativos e morais, “baseados na lealdade, na disciplina e no mais puro amadorismo”, que segundo os ideólogos da FNAT se iam impondo, havia de exercer “salutar influência, mesmo fora do seu campo de acção”. Era fundamental para Higinio de Queirós, já no final da década de quarenta, “não transigir com usos e vícios que ameçam transformar uma coisa bela e salutar como é o desporto, num espectáculo muitas vezes sem grandeza e por vezes até, condenável. É preciso convencer – sei que não é fácil – os que se propõem tomar parte nos mesmos campeonatos que a disputa das provas é uma competição e não uma luta, que a vitória que não é obtida dentro da estrita e leal aplicação das regras do jogo, pode conquistar uma taça, mas tem o travo amargo da pior das derrotas”.³⁹⁸

Tendo em consideração esta dupla finalidade, iniciaram-se, também em 1940, os campeonatos corporativos. Naquele ano apenas se realizou o torneio de futebol, no qual participaram 22 equipas e 438 trabalhadores, circunscritos à região de Lisboa. A polémica, porém, estalou imediatamente. Durante as duas épocas seguintes a prova não se realizou. A equipa do Grupo Desportivo dos Empregados da Federação Nacional dos Produtores de Trigo terminou o campeonato em 4º lugar e protestou o título conquistado pelo Grémio dos Armazenistas de Merceria, anunciando o seu boicote à prova no ano seguinte. Na base da desistência encontrava-se a incapacidade da organização das provas em “evitar que em organismos corporativos alinhassem figuras de destaque no Futebol Português e contra tais adversários não nos era moralmente possível, alinhar empregados da Federação dos Trigos”. Apesar de a queixa ser desprovida de fundamento jurídico, já que, como se poderá verificar na terceira parte, o profissionalismo desportivo era estritamente proibido pela legislação portuguesa, nos dois anos seguintes o torneio não se disputou “por não estar concluído o estudo a que se procedeu sobre o critério a adoptar para os trabalhadores que disputavam na mesma época campeonatos oficiais em representação de clubes desportivos”. Depois de proibida a participação dos atletas que integrassem as competições oficiais no já redenominado campeonato corporativo, a prova voltou

³⁹⁸ Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, *I Relatório...*, 1949, 3.

a disputar-se na época de 1943-1944, integrando um total de 697 jogadores e 36 equipas.³⁹⁹

Haviam-se entretanto iniciado as provas de basquetebol, natação e pingue-pongue. Também nestas modalidades, o quadro desportivo parecia estar longe dos preceitos higiénicos e morais definidos na política oficial, como se pode verificar, por exemplo, pelo estudo de caso de Hugo Pereira sobre as políticas sociais, desportivas e culturais na Fábrica do Carvalhinho, no Porto. Para além da centralidade da competição no plano das práticas desportivas, e do concomitante incumprimento do plano ideológico da FNAT no plano desportivo, o autor realça, sobretudo, a importância do paternalismo empresarial no plano dos apoios sociais mais do que as actividades relacionadas com dispositivos de inculcação ideológica daquele centro local da FNAT.⁴⁰⁰ No ano em que se voltou a realizar o torneio de futebol, já com a participação de equipas do Porto e de Santarém, teve também lugar o primeiro campeonato de atletismo. Até 1948 iniciaram-se competições de modalidades como o tiro, o voleibol, o ciclismo ou a luta de tracção à corda, para além de torneios de chinquilha e do jogo da laranjinha, “com o objectivo de manter as tradições nacionais”.⁴⁰¹ Na época de 1944/45, quatro anos após a primeira edição dos campeonatos nacionais da FNAT, participaram nos seus torneios desportivos um total de 2839 atletas, em representação de 234 equipas e distribuídos por seis modalidades. Mais de metade dos atletas, 1576, distribuídos por 86 equipas, jogaram no campeonato de futebol.⁴⁰²

A dimensão do universo federado oferece a estes números um termo de comparação. Na mesma época, 1944/45, a Federação Portuguesa de Futebol licenciou 9163 jogadores.⁴⁰³ Alguns anos depois, no início da década de cinquenta, a discrepância gradual entre o universo do desporto corporativo e o desporto competitivo tornou-se patente. Em 1952 participaram nos campeonatos da FNAT 3.747 atletas. O incremento no número de participantes resultou, sobretudo, do crescimento de outras modalidades, já que no caso do futebol se registou, em relação a 1945, um pequeno decréscimo no número de praticantes,

³⁹⁹ Valente, *Para a História...*, 73.

⁴⁰⁰ Hugo S. Pereira, «A acção social, desportiva e cultural da Fábrica do Carvalhinho», *Boletim Cultural da Associação dos Amigos de Gaia*, n.º 69 (2009).

⁴⁰¹ Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, *Dez anos...*, 22. Para os dados sobre os torneios de futebol vejam-se as páginas 29-30.

⁴⁰² Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, *Dez anos...*, 25.

⁴⁰³ Federação Portuguesa de Futebol, *Relatório e contas da gerência de 1942/43 e da gerência das Comissões Administrativas até 20/07/1946* (Lisboa: Tip. Americana, s.d.), 75.

que neste ano foi de 1.329, em representação de 77 grupos. O segundo campeonato mais participado, o de ténis de mesa, contou 488 atletas, seguido pelas provas de basquetebol, 479 praticantes, e voleibol, 457 jogadores.⁴⁰⁴ Nesse ano de 1952, marcado pela inauguração do Estádio das Antas, no Porto, a FPF licenciou 12.041 indivíduos para a prática do futebol em competições oficiais, um incremento de cerca de 25% em relação a 1945.⁴⁰⁵

Nos anos seguintes os campeonatos da FNAT cresceram de forma relevante, muito em função de outras modalidades, nas quais os processos de espetadorização e de profissionalização ainda não se haviam desenvolvido de forma significativa. Em 1957 participaram nos diferentes torneios daquela organização 6320 atletas, entre os quais 1758 nas provas de futebol.⁴⁰⁶ No caso da modalidade mais popular, a discrepância em relação ao universo federado continuou a ser significativa já que dos 13.138 atletas registados na FPF participaram em provas oficiais 11.379. No caso de outras modalidades o hiato, apesar de menos acentuado, apontava no mesmo sentido. A exceção era o ténis de mesa, a segunda modalidade da FNAT. As provas das federações atraíram pouco menos do dobro, 973, dos participantes nos campeonatos da FNAT, com 541 praticantes. Os 432 praticantes de voleibol encontravam correspondência em 4.611 inscritos nas provas da respectiva federação, dez vezes mais. No basquetebol as proporções eram semelhantes. Na FNAT contavam-se 425 atletas, contra 3.158 nas competições da federação. No andebol a diferença era de 195 para 1814 e no atletismo de 277 para 1.080. No hóquei em patins, umas das modalidades que mais interessou os portugueses na década de cinquenta, a FNAT apresentava 16 praticantes, contra 1.558 do universo desportivo autónomo. Mesmo na ginástica essa disparidade era assinalável. Os dados dão conta da especificidade daquela modalidade no campo desportivo. Tratava-se de uma prática desportiva procurada pelas suas funções de manutenção física mais do que pela competição. Dos 4.886 inscritos nas associações regionais e na federação de ginástica, apenas 48 participaram em provas competitivas.⁴⁰⁷

⁴⁰⁴ Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, *Relatório da...*, 1953, 41.

⁴⁰⁵ Federação Portuguesa de Futebol, *Relatórios da Gerência, de 1951/52 e Parecer do Conselho de Contas* (Lisboa: Tip. Americana, s.d.), 61.

⁴⁰⁶ Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho, *Relatório e Contas...*, 1958, 48.

⁴⁰⁷ Instituto Nacional de Estatística, *Estatística da...*, 124.

É no terreno do futebol e, em particular, das assistências dos espectáculos desportivos que estas correlações adquirem maior significado. Já na segunda metade da década de cinquenta, observou-se um incremento substancial no número de espectadores das provas da FNAT. Em 1956 assistiram ao total de provas da organização, não só aos campeonatos nacionais mas também aos torneios dos CAT e dos CRP, um total de 283.446 espectadores.⁴⁰⁸ No ano seguinte, esse valor subiu para os 380.000.⁴⁰⁹ Nesses mesmos anos assistiu-se a um crescimento igualmente significativo no número de bilhetes vendidos para os jogos do campeonato nacional da primeira divisão. Na época de 1955/56 foram vendidos 928.086 bilhetes valor que na época de 1956/57 ascendeu a 943.546. Se acrescentarmos a estes dados os bilhetes vendidos para as II e III divisões dos campeonatos federados a disparidade torna-se bem mais significativa. Contando com as três principais divisões das competições federadas venderam-se na época de 1956/57 perto de 1.800.000 bilhetes.⁴¹⁰ Um valor que ainda, assim, subestima o número de espectadores que naquele ano frequentou os estádios de futebol, na medida em que não só não contempla os campeonatos distritais, como não inclui igualmente uma parte importante dos espectadores que, por serem sócios dos clubes, se encontravam isentos do pagamento de bilhete e cujo número é praticamente impossível de calcular. Ainda assim, é possível afirmar que, em 1957, existiam em Portugal 2.455 associações desportivas e recreativas, que mobilizavam um total de 776.016 sócios. Em Lisboa, existiam quatro associações, entre as quais certamente se encontravam Sporting, Benfica e Belenenses, com mais de 5000 sócios. Estas quatro instituições integravam 86.627 membros. No Porto, esses números reduziam-se para perto de metade. Duas associações, integravam 42.501 sócios.⁴¹¹ Recorde-se, por outro lado, que as entradas para assistir às provas da FNAT eram gratuitas.

A expansão das provas desportivas na FNAT e o seu papel na divulgação das práticas desportivas não deve ser, apesar destes dados, subestimado. Num período de renovação dos estádios dos grandes clubes, que também assumiam um

⁴⁰⁸ Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho, *Relatório e Contas da Gerência de 1956* (Lisboa: Gabinete de Divulgação, 1957), 48.

⁴⁰⁹ Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho, *Relatório e contas...*, 1958, 45-46.

⁴¹⁰ Federação Portuguesa de Futebol, *Relatório da Gerência de 1956-57 e Parecer do Conselho de Contas* (Lisboa: Federação Portuguesa de Futebol, 1957), 92 e Federação Portuguesa de Futebol, *Relatórios da Gerência de 1958-59 e Parecer do Conselho de Contas* (Lisboa: Comp. e Imp. nas Ofic. Gráf. da EER, s.d.), 110.

⁴¹¹ Instituto Nacional de Estatística, *Estatística da...*, 122-123.

papel importante no incremento da prática desportiva, o Estado Novo procurou acompanhar o processo, criando as suas próprias estruturas para a prática desportiva. Dois equipamentos contribuíram de forma importante para a política desportiva do Estado Novo. Em 1956 foi inaugurado o Estádio Universitário de Lisboa. Em 1958, no bairro de Alvalade, o Estádio da FNAT.⁴¹² Estes recintos, de modo um pouco diferente de outras obras de carácter monumental, procuravam responder ao desafio colocado pelo desporto federado e, sobretudo, estender a prática desportiva entre estudantes e operários. Apesar de estas estruturas terem sido incapazes de suplantar uma esfera associativa bastante extensa e um conjunto de competições que eram objecto de intensa mediatização, elas não deixam de indiciar uma transformação das modalidades de intervenção do regime no campo dos lazeres e dos consumos culturais e, em particular, no terreno desportivo. A forma como foram integrados na política social do Estado Novo e como o pensamento oficial sobre os lazeres evoluiu ao longo da década de 1950 permite também repensar o lugar da FNAT no quadro do salazarismo.

Durante esse período, a linguagem regeneradora dos primeiros discursos do campo estatal sobre a finalidade dos desportos, cedeu gradualmente, mesmo no interior da FNAT, a uma outra mais orientada pelos princípios da moderna gestão e do incremento da produtividade. No relatório de actividades da organização relativo ao ano de 1952, quando já se ia “dissipando o tenebroso panorama financeiro” herdado da anterior gerência,⁴¹³ patenteavam-se já algumas destas novas tendências na administração científica das questões sociais e económicas. Escassos três anos após a constituição do Gabinete de Estudos Corporativos,⁴¹⁴ reconhecia-se, todavia, que “neste capítulo talvez estejamos melhor apetrechados na acção do que em matéria de estudos sociais, com que o ocidente se está a preocupar com uma rapidez, extensão e profundidade tais, que parece pretender recuperar o tempo perdido”.⁴¹⁵

Não era apenas sublinhada no relatório a importância das actividades educativas e, sobretudo, recreativas, como se considerava que a “expressão máxima do pensamento da F.N.A.T. localiza-se neste pelouro”. O trabalho,

⁴¹² Nuno Domingos e Joaquim Vieira, *Um Estádio na Cidade: 50 Anos do Parque dos Jogos Iº de Maio* (Lisboa: Fundação Inatel, 2010).

⁴¹³ Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, *Relatório da Gerência...*, 1953, 3.

⁴¹⁴ José Luís Cardoso, «O Gabinete de Estudos Corporativos (1949-1961) e a génese de uma biblioteca moderna de ciências sociais», *Análise Social*, vol. XLVIII, n.º 206 (2013).

⁴¹⁵ Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, *Relatório da gerência...*, 1953, 33.

classificado como “dever social”, apresentava a “necessidade instintiva da alegria” que “deverá ser a finalidade dominante do pelouro da actividade recreativa e educativa”. Exigia-se da recreação, no âmbito de uma moderna gestão dos recursos humanos, o desenvolvimento da “alegria que conduza o trabalhador à plenitude da sua personalidade a usufruir os benefícios da civilização”. O foco, mais do que na política, entendida no sentido estrito da adesão aos valores do regime, encontrava-se na esfera económica e na produtividade. Como se pode ler um pouco mais à frente no mesmo relatório: “a empresa de hoje, para estar actualizada em relação à época social em que vivemos tem de preocupar-se com todos estes problemas, sob pena de, quando mal se apercebe, ver diminuído o rendimento do trabalho e aumentar portanto o custo de produção sem que se tenham alterado os respectivos salários. Não se pode ignorar os vínculos morais, familiares, profissionais do trabalhador”. No arranque do programa de industrialização do país, conclui-se, com clareza, que “o progresso técnico que desconheça o homem fará deste a sua principal vítima. E assim, um dos objectivos da alegria social será evitar que o mesmo caminhe para esta tortura. Eis uma das grandes batalhas da era presente”.⁴¹⁶

Em relação a este último aspecto, essencial para compreender o papel do desporto e dos lazeres no âmbito da FNAT, é necessário assinalar duas questões. Tal como sucedeu com a Opera Nacional Doppolavoro, aquela que era considerada a menos fascista de todas as organizações fascistas italianas, a eficácia política da FNAT derivava da capacidade de gerir identidades e necessidades sociais que extravasavam os locais de trabalho. Ao providenciar a operários, mas também a empregados dos serviços ou funcionários públicos, serviços que, em função dos baixos salários praticados no país, eles não tinham capacidade de adquirir no mercado, como, aliás é reconhecido, no interior da própria organização, a FNAT conseguia, ainda que parcialmente, integrar grupos sociais em relação aos quais o sucesso de interpelações políticas mais directas e explícitas seria incerto. Em Portugal, este processo adquiriu renovada força e até uma certa urgência, com o arranque das políticas de planificação económica e de fomento industrial.

⁴¹⁶ Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, *Relatório da gerência...*, 1953, 36-37.

À semelhança do que observou Victoria de Grazia, para o caso italiano no período entre guerras, também em Portugal, perante a fragilidade de uma sociedade de consumo emergente, ou outros mecanismos de integração social modernos, como a cultura de massas, ou formas de associativismo transversais às clivagens de classe, tornou-se fundamental a administração e organização política deste projecto centralizado de regulação dos lazeres.⁴¹⁷ Procurou-se, por exemplo, através do alargamento dos mecanismos de acesso à propriedade, materializados numa política específica de habitação social,⁴¹⁸ e de expansão do consumo, nomeadamente de bens culturais, destabilizar as tradicionais linhas de identificação políticas e de classe. A luta pela hegemonia no terreno dos lazeres apontava para um horizonte de uma integração pacífica dos trabalhadores na esfera produtiva. Uma integração nos quadros empresariais que só seria administrável através da contenção da possibilidade de transformação de uma condição de classe, a classe em si, numa consciência de classe antagonista.

Entre as influências mais determinantes na formação destas organizações centralizadas de regulação dos lazeres encontram-se, tal como sucedeu também com a OND em Itália, os saberes relacionados com a moderna gestão de recursos humanos e regulação laboral, desenvolvidos nos Estados Unidos da América após a I Guerra Mundial, em particular "os resultados das experiências de Hawthorne, realizadas pelo psicólogo social e sociólogo Elton Mayo, surgem como a principal referência das mudanças a empreender".⁴¹⁹ Ao contrário, porém, do que se verificava em países de capitalismo avançado, em Portugal apenas poucas empresas, integradas numa estrutura produtiva assimétrica, se encontravam dotadas da capacidade e do interesse em desenvolver políticas sociais de tipo paternalista. À parte do caso de empresas como a CUF, por exemplo,⁴²⁰ uma estrutura centralizada como a FNAT era fundamental, no contexto de instituição de um capitalismo monopolista, para o abandono dos processos estritamente repressivos da relação com os trabalhadores e a extensão de estratégias de gestão de políticas sociais e de lazer, produtivistas e gradualmente despolitizadas, no

⁴¹⁷ Grazia, *The Culture...*

⁴¹⁸ Luís Baptista, *Cidade e Habitação Social* (Oeiras: Celta, 1999).

⁴¹⁹ Matos, «O Operário...», 42.

⁴²⁰ Sobre a política social da CUF veja-se, por exemplo, António Camarão, António Sardinha Pereira e José Miguel Leal da Silva, coord., *A Fábrica – 100 anos da CUF no Barreiro* (Lisboa: Bizâncio, 2008) e Jorge Morais, *Rua do Ácido Sulfúrico, Patrões e Operários: um Olhar sobre a CUF do Barreiro* (Lisboa: Bizâncio, 2008).

âmbito das quais se verificava uma diluição das fronteiras entre intervenção estatal e intervenção privada.

Emissora Nacional: elevar o gosto

Em termos mais estritamente ideológicos, a construção de uma política social e um programa de integração dos lares foi definida no quadro de uma concepção específica tanto do que era como do que deveria ser a cultura popular, ela própria inscrita numa ordem cultural dualista e hierarquizada, entre o alto e o baixo mas também entre o urbano e o rural. Daniel Melo identifica na tríade nacionalismo-tradicionalismo-ruralismo os valores fundamentais que guiam a produção do “popular” pelo Estado Novo, por oposição à modernidade, ao urbano e à cultura de massas. Do bailado ao folclore e às marchas populares, passando pela organização de bibliotecas, pelas campanhas de educação popular e pela criação de museus rurais, o autor dá conta de um projecto de identificação, construção e divulgação de uma certa forma do “popular” para a qual a história e a etnografia deram contributos fundamentais, colaborando para a mobilização das populações rurais e para a formação uma ideia de identidade nacional que encontrava no corporativismo a fórmula política e institucional ideal.⁴²¹ Esta concepção imobilista de cultura popular, que através de uma política do gosto procurou também, como apontou Vera Marques Alves, e par da afirmação internacional da individualidade nacional, a nacionalização das classes médias receosas da desordem,⁴²² não permeou somente as práticas culturais destinadas aos meios rurais e organizadas pela rede de Casas do Povo. A FNAT manteve-se durante muito tempo como um dos redutos do ruralismo, no quadro da consagração dum paradigma rural,⁴²³ a partir do qual o Estado Novo procurou transformar e reformar as práticas culturais das classes populares urbanas e codificar e disciplinar um conjunto de tradições que lhe preexistiam, procurando dessa forma

⁴²¹ Daniel Melo, *A Cultura Popular no Estado Novo* (Coimbra: Angelus Novus, 2010).

⁴²² Alves, *Arte Popular...*

⁴²³ Daniel Melo, «A FNAT entre Conciliação e Fragmentação (Sócio-Culturais)» em *Vozes do povo: a Folclorização em Portugal*, ed. Salwa El-Shawan Castelo-Branco e Jorge Freitas Branco (Oeiras: Celta Editora, 2003), 46.

integrar na ordem cultural oficial as diferentes costumes de grupos que poderíamos classificar como subalternos.

Esta reinvenção do popular, ruralizado, tradicionalizado e foclorizado, um movimento cujas raízes remontam ao romantismo nacionalista do século XIX e que no contexto europeu da época não era um exclusivo dos fascismos, permitiu, justamente, articular um conjunto muito diversificado de práticas culturais, construídas com base em algumas das mais modernas técnicas de engenharia social e disseminadas por alguns dos mais sofisticados dispositivos técnicos da cultura de massas.⁴²⁴ Como referem Salwa Castelo-Branco e Jorge Freitas Branco, “a supressão das estruturas do movimento operário independente implicou a eliminação dos símbolos a ele associados: as bandeiras vermelhas, as comemorações, as marchas, as petições, as greves, os convívios, o debate político, a retórica da agitação. A ilegalização da luta de classe coincide com a emergência de uma imagética ruralizante que, neste contexto de ausência de competição, se torna hegemónica”.⁴²⁵ No âmbito deste processo e projecto de folclorização do popular, os fenómenos culturais de perfil urbano e globalizado, ligados às indústrias culturais mais do que às tradições do movimento operário, não permaneceram fora da órbita do regime.

Todavia, a sua inscrição no programa cultural oficial resultou, geralmente, mais de concessões às lógicas de mercado do que propriamente a uma tentativa programada de utilização das práticas de consumo cultural para finalidades políticas. António Ferro em *Problemas de Rádio* situou o projecto radiofónico do regime da seguinte forma: “a Emissora Nacional renunciaria ao seu programa essencial, ao próprio título de nobreza que se contém no seu nome, se passasse o tempo a satisfazer as exigências medíocres de certas camadas da população dos radiouvintes, que precisam de ser orientadas, ensinadas, e nunca lisonjeadas, nas suas baixas tendências.”⁴²⁶ De acordo com António Ferro, entre as exigências medíocres encontram-se os relatos de futebol, o fado, o jazz, entre um conjunto mais alargado de manifestações culturais que poderíamos enquadrar na cultura

⁴²⁴ Regina Bendix, *In search of authenticity: The formation of folklore studies* (Madison: University of Wisconsin Press, 2009). Para o caso português veja-se ainda, João Leal, *Etnografias portuguesas, cultura popular e identidade nacional* (Lisboa: Dom Quixote, 2000) e José Manuel Sobral, «O genuíno, o espúrio e a identidade local: um estudo de caso das políticas de património em meio rural», *Etnográfica*, vol. 8, n.º 2 (2004): 243-271.

⁴²⁵ Salwa El-Shawan Castelo-Branco e Jorge Freitas Branco, eds., *Vozes do povo: a Folclorização em Portugal* (Oeiras: Celta Editora, 2003), 11.

⁴²⁶ António Ferro, *Problemas da Rádio* (Lisboa: SNI, 1950), 17.

popular urbana. Para lá das aspirações dos ideólogos do Estado Novo, esta declaração parece corroborar a existência de uma cultura popular urbana desenquadrada e relativamente autónoma dos esquemas culturais do regime.

Pensar a programação da Emissora Nacional primeiramente a partir da análise ideológica de programas como os Jogos Florais, ou os Serões para Trabalhadores ou ainda das palestras de altos funcionários do regime e projectar essas disposições nas respectivas audiências limita a interpretação do lugar da cultura no processo histórico, confinando, no mesmo gesto, a definição de prática cultural ao que era ideologicamente definido pelo poder. Agindo num mercado mais complexo, insusceptível de ser confinado às orientações ideológicas e estéticas de António Ferro, a Emissora Nacional teve de se adaptar e conformar a gostos que não eram inteiramente formatados pelo regime, nem formados no interior dos quadros políticos e ideológicos implementados a partir 1926. Assim, gradualmente, as “exigências medíocres” da população urbana portuguesa, entre as quais se devem também incluir também fracções das classes médias a quem a produção folclorista se dirigia, foram acomodadas na programação da Emissora, tendo esta inclusivamente passado a transmitir “fados e guitarradas” duas vezes por semana, a partir de 1936.⁴²⁷ Mais do que extrapolar as intenções dos produtores e programadores para as audiências, ou presumir a sua autonomia, o trabalho empírico em torno de fenómenos particulares possibilita justamente situar os limites desse processo de acomodação e a complexidade das forças em jogo nas constantes redefinições e reformulações do significado dos bens culturais.

A partir da análise dos discursos e das práticas sobre a música ligeira nos primeiros anos da Emissora Nacional, Manuel Deniz Silva e Pedro Russo Moreira demonstraram que o projecto radiofónico estatal foi moldado por múltiplos factores abrangendo “questões como a “«elevação do gosto musical», da eficácia comunicacional do entretenimento, da influência social dos produtos culturais de origem estrangeira e da necessidade de os «nacionalizar”. A adaptação a um mercado concorrencial constituía um elemento decisivo a ter em conta nas decisões de programação. A conquista das audiências teria, necessariamente, de

⁴²⁷ Nélson Ribeiro, «A emissora nacional como instrumento de propaganda do Estado Novo (1933-1945)» (tese de mestrado em Ciências da Comunicação sobre Indústrias Culturais, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 2003), 164.

preceder a reeducação dos espíritos. Com efeito, a investigação realizada por estes autores revela que, apesar dos discursos e representações das principais figuras do regime, “as estratégias musicais implementadas pela ENR foram o resultado, não da aplicação unívoca de uma norma ideológica, mas de compromissos e de equilíbrios complexos”,⁴²⁸

O processo de integração do futebol na grelha da Emissora Nacional, irremissível a conteúdos folclóricos, reflectiu, também, esta lógica de compromissos e equilíbrios. Para além da música, num período em que a linguagem radiofónica ainda procurava os seus formatos específicos, a palavra e o discurso falado eram outras componentes fundamentais da programação inicial da Emissora, como notou Rogério Santos.⁴²⁹ Em média, segundo Nélson Ribeiro, “eram transmitidas duas palestras diárias, versando temas tão diversos como filologia, literatura, religião, arte, teatro, música, história, assuntos coloniais, política, higiene e profilaxia, radiofonia e assuntos femininos”⁴³⁰ Em 1935, ainda antes do início dos relatos das partidas de futebol, a programação desportiva da Emissora era marcada pelas palestras de Ayala Botto ou do Alferes Rafael Barradas.

Estas palestras de Rafael Barradas, delegado da Direcção-Geral dos Desportos, dedicadas habitualmente ao comentário dos acontecimentos desportivos do dia, destinavam também algum tempo à divulgação da importância da prática do exercício físico regular debruçando-se sobre temas como “as belezas do jogo do golf”, “alguns perigos do desporto”, “os desportos e a fadiga do organismo”, “a marcha, desporto simples, exercício admirável”, “as qualidades e os vícios do football” ou ainda a “psicologia moral do exercício físico”.⁴³¹ Mesmo com as transmissões dos relatos dos jogos de futebol, até 1945 a programação desportiva poucas vezes terá ocupado mais de 2% do total da programação da Emissora Nacional.⁴³² Apesar de mais relevantes do que as palestras do Alferes Rafael Barradas, alguns anos mais tarde caído em desgraça, ou de Ayalla Botto, palestras de âmbito ideológico que procuravam reenquadrar, de forma talvez já

⁴²⁸ Manuel Deniz Silva e Pedro Russo Moreira, «‘O essencial e o acessório’ práticas e discursos sobre a música ligeira nos primeiros anos da Emissora Nacional (1933-1949)», em *O Estado Novo em Questão*, eds. Nuno Domingos e Victor Pereira (Lisboa: Edições 70, 2010), 111.

⁴²⁹ Rogério Santos, *As Vozes da Rádio, 1924-1939* (Lisboa: Caminho, 2005).

⁴³⁰ Ribeiro, «A emissora...», 168.

⁴³¹ Veja-se o *Boletim da Emissora Nacional* entre 1935 e 1936.

⁴³² Ribeiro, «A emissora...», 363.

anacrónica, o sentido da prática e do consumo do desporto, é difícil quantificar de forma exacta a extraordinária importância que os relatos dos jogos do campeonato nacional de futebol terão tido para a divulgação do futebol em Portugal, para a sua popularização e até mesmo para a definição de uma estrutura nacional de preferências clubistas.

É possível, todavia, cruzando os discursos dos principais responsáveis pela estação e a grelha de programação inicial, argumentar que, tal como sucedeu com o caso da música ligeira, também a integração do futebol e do desporto na rádio pública passou mais por uma tentativa de responder às exigências das “baixas tendências” das audiências e a um mercado radiofónico concorrencial do que por uma instrumentalização calculada e racionalizada do futebol enquanto forma de entretenimento com uma finalidade política. Ainda antes da constituição da Emissora Nacional, as rádios amadoras, como refere Rogério Santos, estabeleceram parcerias com a imprensa desportiva, quer para relatar eventos desportos quer, sobretudo, para desenvolver programas de análise e comentário. A profusão dos aparelhos receptores de rádio ao longo da década de trinta – o número de aparelhos existentes no país passou de 16 mil em 1933 para quase 100 mil em 1940⁴³³ levou inicialmente os clubes desportivos, por receio de perda de espectadores, a proibirem a entrada dos locutores nos estádios. Todavia, e já depois de debeladas as dúvidas dos clubes desportivos, o Decreto-Lei N.º 30 752 de 14 de Setembro de 1940, que retirou a Emissora Nacional da tutela dos CTT, autorizava a estação a “efectuar, por missão informadora do público, a radiodifusão de qualquer acontecimento ou espectáculos promovidos por entidades públicas ou particulares, sempre que essa radiodifusão se limite à sua reportagem ou descrição”, classificação na qual se inseriam os espectáculos desportivos.⁴³⁴

Das transmissões iniciais em diferido e das dificuldades inaugurais em encontrar uma linguagem específica, a rádio, e em particular a Emissora Nacional, chegou no início da década de cinquenta à transmissão simultânea dos múltiplos relatos das principais partidas que todos os domingos à tarde se disputavam em diferentes campos de futebol do país. Quando em 1935 Pires Cardoso, vogal da comissão administrativa da EN, definiu como um dos objectivos da rádio pública

⁴³³ Santos, *As vozes...*, 82.

⁴³⁴ Decreto-Lei n.º 30.752 de 14 de Setembro de 1940.

“dar a conhecer Portugal a Portugal”, referindo-se à divulgação do folclore regional, não tinha em mente que o futebol e os seus relatos radiofónicos poderiam, com muito maior força e por via das rivalidades desportivas, concretizar com maior eficácia esse propósito de nacionalização das populações.⁴³⁵

A Direcção Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar: disciplinar o desporto

No Decreto-Lei nº 32 241, de 5 de Setembro de 1942, que institui a Direcção Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar e a encarrega de “dirigir a educação física no País, fora das escolas, da Organização da Mocidade Portuguesa e da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho”, identificavam-se as principais tarefas deste novo organismo do Estado Novo. Para além da promoção da educação física, um dos objectivos primordiais da Direcção Geral era “introduzir a disciplina nos desportos.” O legislador esclarece: “não se pretende substituir a organização existente que se formou espontaneamente ou sem a intervenção directa do Estado; pretende-se assistir àquela organização, orientar-lhe a actividade e completá-la quando se mostre insuficiente nos elementos que a constituem. Nada se tira ao que existe; sobrepõe-se-lhe alguma coisa de que se espera muito.”⁴³⁶ No ano seguinte, o Decreto nº 32 946, de 3 de Agosto, fixou o regulamento da Direcção Geral esclarecendo alguns dos pressupostos da sua intervenção. No preâmbulo definiram-se as prioridades da política desportiva pública: “o problema que em primeiro lugar interessa ao Estado é o da educação física do povo português. Esta há-de fazer-se, antes de tudo, através de métodos de ginástica adequados, que, por serem executados em escola, facilitam uma vigilância contínua sobre as condições físicas dos alunos e tornam possível a graduação dos exercícios, de modo a que só de harmonia com

⁴³⁵ Como salientou Pires Cardoso, «Se quisermos sintetizar em meia dúzia de palavras o pensamento determinante desta iniciativa, podemos dizer que ela se alicerça na aspiração bela de ‘dar a conhecer Portugal a Portugal’. Isto porque embora do Minho ao Algarve vivam portugueses em absoluto integrados na Nação – pelo espírito de unidade e independência e pela comunhão de tradições e aspirações – a verdade é que cada província tem os seus traços próprios, os seus tipos marcados, a sua índole definida. E ninguém ignora que um dos aspectos mais salientes por que se revelam as características duma região – o seus ‘*facies*’ típico – é sem dúvida a música: - o cantar do povo, o folclore regional». «O 3.º espectáculo regional organizado pela E.N. - Província do Douro», *Boletim da Emissora Nacional*, n.º 5, 1935, 45.

⁴³⁶ Decreto-Lei n.º 32.241 de 5 de Setembro de 1942.

aquelas condições eles serem admitidos a praticá-los.” Os parágrafos seguintes clarificam algumas das ideias do governo sobre a prática desportiva e elaboram um diagnóstico da situação dessa mesma prática no país. Considerava-se que “fora dos estabelecimentos de ensino é muito difícil criar cursos de ginástica com a garantia de que seriam frequentados.” Seria, contudo, possível, na óptica do legislador, mobilizar, para os fins julgados convenientes, a extensa rede de organizações desportivas que já se projectava “bastante profundamente por todo o país”, precisamente pelo efeito dos desportos que exerciam uma “sedução” de que a ginástica era desprovida.⁴³⁷

A 29 de Janeiro de 1945, passados menos de três anos sobre a criação da Direcção Geral, publicava-se o primeiro número do periódico desportivo *A Bola*, fundado por Vicente de Melo, Artur Rebelo, Cândido de Oliveira e Ribeiro dos Reis. Estes dois últimos, antigos alunos da Casa Pia, eram homens plurifacetados, que já haviam desempenhado inúmeros papéis no campo desportivo português. No primeiro número do jornal, que contava entre os seus colaboradores diversos opositores ao regime, prometia-se “Liberdade integral ao redactor, ao colaborador, ao leitor, que acolhe nas suas colunas, de acordo, é claro com a índole desportiva deste jornal. *A Bola* é – e procurará ser sempre – tribuna livre para todos quantos se interessam, lutam e consagram ao desporto.”⁴³⁸

A promessa de autonomia editorial espelhava o percurso dos fundadores, nomeadamente de Cândido de Oliveira, o qual havia sido libertado do campo do Tarrafal em Janeiro de 1944, onde cumpriu uma pena de cerca de um ano e meio por colaboração com as forças inglesas durante a guerra.⁴³⁹ *A Bola* tornou-se rapidamente um dos periódicos mais lidos em território português e um dos principais espaços de divulgação, debate, análise e crítica do fenómeno desportivo. Jornal dedicado a “todos os desportos” tal como constava no cabeçalho, desenhado a letras vermelhas, a grande razão de ser do então bissemanário era o futebol. Fundado por homens que consagraram praticamente toda a sua vida a esse desporto, enquanto jogadores, treinadores, jornalistas e dirigentes, era, de facto, no futebol que assentava tanto a cobertura mais detalhada como as análises mais profundas nas páginas do jornal. A cobertura noticiosa de *A Bola* apresentava-se, contudo, eclética e diversa. O ciclismo

⁴³⁷ Decreto-Lei n.º 32 946 de 3 de Agosto de 1943.

⁴³⁸ «Bola de Saída», *A Bola*, 29 de Janeiro, 1945, 1.

⁴³⁹ Serpa, *Cândido de...*

e, em menor escala, o boxe eram as modalidades mais populares depois do futebol. Num terceiro plano encontravam-se o atletismo, o hóquei em patins, o basquetebol e o andebol.

Nos anos seguintes, o desenvolvimento do futebol em Portugal foi marcado pelo confronto entre duas lógicas, mais antagónicas do que convergentes, corporizadas por estas duas instituições. O jornal *A Bola* procurou, com o seu projecto editorial, aprofundar no pós-guerra as raízes de uma autonomia do campo desportivo, lutando por um desenvolvimento do futebol em Portugal, a partir de uma racionalidade específica. A Direcção-Geral dos Desportos, ambicionou, por sua vez, subordinar esse mesmo terreno a um conjunto de lógicas que tomavam aquela modalidade como um meio para diversos fins, donde se destacavam o projecto de nacionalização do desporto e a sua utilização como instrumento de higiene individual e disciplina social. De um lado, tentava-se, aceitando e alimentando o processo de espectadorização, construir um público informado, generalizando os instrumentos de percepção da prática e democratizando um conjunto de esquemas de avaliação e classificação, que permitissem às multidões que acorriam aos estádios um conhecimento mais aprofundado dos diferentes factores que condicionavam o espectáculo. Do outro, procurou-se, essencialmente, garantir o controlo político das administrações dos clubes e organizações desportivas, e reenquadrar o sentido da competição, e portanto da produção e do consumo do espectáculo desportivo.

A criação da Direcção-Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar respondeu a um conjunto de anseios que se manifestavam há já algum tempo na Assembleia Nacional, no contexto dos debates que enquadraram a produção legislativa do Estado Novo sobre o fenómeno da educação física e dos desportos. Em Fevereiro de 1935, quando o projecto de reorganização da educação física no ensino secundário, apresentado pelo Capitão Henrique Galvão, o primeiro director da Emissora Nacional e à época um fervoroso salazarista,⁴⁴⁰ foi chumbado, um outro elemento da ala direita do regime, o deputado Francisco Nobre Guedes, que considerou aquela proposta bastante limitada perante o que era necessário fazer,

⁴⁴⁰ Sobre Henrique Galvão, veja-se por exemplo, Nélson Moreira Antão e Célia Gonçalves Tavares, «Henrique Galvão e o assalto ao Santa Maria. Percorso de uma dissidência no Estado Novo e suas repercussões internacionais», *Revista Sapiens*, n.º 0 (2008). Salvo referência em contrário, as notas biográficas dos deputados da Assembleia Nacional e dos procuradores à Câmara Corporativa foram construídas a partir de Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, dir., *Dicionário Biográfico Parlamentar* (Lisboa: Assembleia da República e Imprensa de Ciências Sociais, 2004).

reconheceu então que “o Estado não tem tido qualquer interferência na organização e disciplina dos desportos particulares e, no entanto, eles têm um volume apreciável. Ainda há dias os jornais vinham cheios de notícias de determinados actos de indisciplina praticados em campos de foot-ball”, considerando, um pouco mais à frente, “que a disciplina deve entrar forçosamente nos desportos particulares.”⁴⁴¹

Cerca de quatro anos depois, no decurso dos debates que precederam a aprovação da proposta de lei que criou o INEF, reconheceu-se novamente através do parecer da Câmara Corporativa que “a dispersa legislação existente, que bem pode classificar-se de abundante, demonstra as tentativas, apenas ensinadas, para dar uma platónica satisfação à opinião pública, que de há muito sentia que os problemas de educação física, de tam alto interesse nacional, deviam merecer ao Estado a maior atenção.”⁴⁴² A necessidade de um corpo de técnicos aptos a enquadrar racional e cientificamente as práticas atléticas era urgente perante, tal como era expresso na proposta legislativa, o “fenómeno geral e alarmante de depressão moral e de degenerescência física” para o qual contribuíam também “as práticas desportivas, nascidas de um instinto de movimento e de luta” que “muitas vezes têm levado também, pela ausência de preparação gimnástica, pela arbitrária especialização e por excessos atléticos, ao desequilíbrio funcional e morfológico.”⁴⁴³

Esta crítica aos excessos atléticos do desporto competitivo surgia, porém, parcialmente mitigada pela necessidade de reconhecer o “esforço das entidades particulares”. Entre estas organizações, sobretudo aquelas afastadas do mundo do desporto mediático, encontravam-se o Ginásio Clube Português, cujo papel como precursor da educação física em Portugal era sublinhado. Com efeito, lê-se no parecer da Câmara “não podem deixar de ter-se como valiosos os subsídios dados pelas associações particulares a causa de tanta monta.” Mesmo que face aos “exageros da competição e, à face do critério científico, se reconheçam riscos de prejuízos devidos à prática de alguns por indivíduos imperfeitamente dotados fisicamente, devemos reconhecer quo o valor social desta actividade excede as desvantagens que possam ser-lhe atribuídas. É caso para poder dizer-se que enquanto se distraíram na prática dos desportos - mesmo em mal escolhidos

⁴⁴¹ *Diário das Sessões*, n.º 10S, 13 de Fevereiro, 1935, 1-6.

⁴⁴² *Diário das Sessões*, n.º 45S, 8 de Março, 1939, 23-28.

⁴⁴³ *Diário das Sessões*, n.º 42, 27 de Fevereiro, 1939, 377-392.

desportos - estavam desviados da taberna, do jogo, do lupanar, da alfurja revolucionária, etc.”⁴⁴⁴

Para além da problemática relação entre futebol e outro tipo de lazeres, como foi possível verificar pelo caso de Olhão, onde o jogo, o lupanar e a taberna integravam uma mesma constelação de práticas, este ponto de vista sobre a utilidade social dos desportos, mesmo em “mal escolhidos desportos”, estava longe de ser consensual, ou até maioritário, na Assembleia Nacional. O deputado Ângelo César, presidente do Futebol Clube do Porto entre 1938 e 1939, antigo membro do Centro Católico, e apesar da sua inscrição clubista, foi um dos que de forma mais ardente reivindicou uma intervenção musculada no Estado “para evitar que a anarquia organizada continue a ser o espectáculo de todos os dias na vida dos desportos”. O Estado não deveria “confinar-se na sua acção a remédios de repressão policial” e muito menos poderia “consentir que esse problema seja autonomamente resolvido e definido por organizações que são filhas legítimas do liberalismo”. Opondo-se àquilo que considerava ser um “programa mínimo” reduzido “a cumprimentos de reverência ou acatamento simbólico, a fotografias mais ou menos decorativas e a saudações olímpicas em que já se espalmam algumas das mãos que ainda há bem pouco tempo se mostravam fechadas” Ângelo César, com aclamação da Assembleia, exigiu mais. O deputado recordou os valores monetários mobilizados pelo futebol, e que não poderiam deixar de ser fiscalizados; criticou a forma como “analfabetos” representavam o país em competições internacionais, reclamando que o Estado verificasse “se quem representa o País tem a suficiente preparação ou devoção nacionalista que o torne digno de lá fora falar conscientemente como cidadão do Estado Novo português”; e, acima de tudo, voltou a sublinhar a indisciplina que se manifestava nas competições que interessavam às multidões, “entusiasmando-as ou deprimindo-as”.⁴⁴⁵

No mesmo sentido, também Luiz de Pina, um médico, que há longos anos vinha também clamando “contra a má prática dos desportos, em certos campos e da parte de muitas entidades interessadas”, não deixou de realçar a incompletude da obra do Estado Novo e a necessidade do seu aprofundamento, por via da regulamentação da actividade desportiva fora do meio escolar. O presidente do Instituto de Criminologia do Porto fundamentava os seus argumentos numa obra

⁴⁴⁴ *Diário das Sessões*, n.º 45S, 08 de Março, 1939.

⁴⁴⁵ *Diário das Sessões*, n.º 73, 12 de Fevereiro, 1949, 261-264.

intitulada *La criminalità negli sports*, de 1927, na qual o autor, Giuseppe del Vecchio, “analisa a frio, seca e duramente a psicologia dos desportistas, chegando-se ao termo do livro com a impressão de que o estádio, o palco de luta e a estrada de corrida mais não são do que óptimos ninhos de anormais e degenerados”.⁴⁴⁶ Em função destes argumentos pediu, ainda em 1935, num artigo publicado no *Comércio do Porto*, a instituição de uma Academia Nacional de Educação Física e Desporto, inspirada justamente na Academia Fascista de Educação Física. A esta organização caberia velar “por toda a actividade desportiva nacional, procurando lançar os novos nos exercícios físicos, afastando-os do campo do desporto que mereça condenação, pelos gravíssimos prejuízos que causa. O exemplo de Itália merece imitação!”. O desporto, quando distanciado dos princípios de *mens sana in corpore sano*, pode ler-se no artigo de 1935, “não é disciplina, é luta contra um elemento e um adversário, luta que faz perder a fiscalização moderadora dos outros e de si mesmo, tornando-se brutal”. Mas não era apenas no campo de jogos que o desporto pervertia. Para Luís de Pina afigurava-se “por demais danosa, para a paz social da Nação, a rija batalha entre partidos ou jogadores. Transformado em puro jogo, o Desporto cria deliriosos amigos e inimigos em redor de homens e agremiações, arrastando estólicas bulhas entre aldeias, vilas e cidades, facto de tanta gravidade, que nem de comentários precisa! Longe de se tornar meio de união entre os Portugueses, como devia ser, o Desporto desachega, esparralha as multidões”.⁴⁴⁷

Com a criação do INEF, o deputado considerou que se encontravam reunidas as condições para a resolução do problema, depois de em 1936, no decreto que reformava a Junta Nacional de Educação, se terem verificado avanços significativos no âmbito da regulação das práticas desportivas no país. Aliás,

⁴⁴⁶ *Diário das Sessões*, n.º 74, 13 de Fevereiro, 1940, 265-274.

⁴⁴⁷ Luís de Pina, «Crónica Científica, Educação Física e Desporto», *Comércio do Porto*, 15 de Fevereiro, 1935, 2. Não se tratava, porém, de caso isolado. No dia anterior, o mesmo periódico recordava, no quadro de um apelo à disciplina e à educação cívica e moral no quadro de uma sucessão de escândalos de adulteração de azeite por óleo de amendoim que se observavam em todo o país, que tem «feito por vezes algumas sensatas e oportuníssimas considerações sobre o péssimo costume que caracteriza o rapazio das ruas mas que, não contente em fazer de qualquer ponto da cidade improvisados campos de futebol, com manifesto desdém pelo sossego e integridade física de quem passa, se entretém ainda a rabiscar pelas paredes garatujas ofensivas do pudor e da moral. E tendo apelado para as autoridades policiais, no sentido de por cobro a tais desmandos, que fazem rebaixar a nossa mentalidade educativa pode o Comércio do Porto orgulhar-se jubilosamente por ter concorrido para uma grande obra de saneamento moral». «Saúde Pública, Higiene do Corpo e do Espírito - Necessidade de defender uma e outra», *Comércio do Porto*, 14 de Fevereiro, 1934, 1-2.

havia sido em função dessa mesma reforma que havia abdicado de instituir na cidade do Porto um Conselho Municipal de Educação Física e Desportos, cuja constituição tinha sido aprovada no ano anterior, por proposta sua, na Assembleia Nacional. Para Luiz de Pina, essa sua proposta, justificada “pela urgente necessidade de organizar a complexa educação física e espiritual da infância e da adolescência, no sentido do tradicionalismo histórico, fortalecendo-a para os altos destinos desta nossa gloriosa e grande Pátria” já que “a má orientação da educação física e dos desportos é grave causa de transtornos orgânicos, por vezes irremediáveis, transtornos que beneficiam o depauperamento da raça”, encontrara resposta nas renovadas atribuições da Junta Nacional de Educação.

Entre as competências da Junta Nacional de Educação, no campo dos desportos e da educação física, o deputado destacou sete pontos que lhe pareciam fundamentais para a intervenção do Estado no âmbito do movimento associativo e da prática desportiva. Às autoridades públicas cabia, antes de mais, a tarefa, de foro prescritivo de emitir pareceres sobre os “métodos de ginástica de formação do indivíduo tendentes ao seu maior valor físico útil para ele e para a colectividade”, incluindo os métodos de educação física pré-militar a adoptar pela Mocidade Portuguesa. Estas atribuições eram também extensíveis à necessidade de “orientação e coordenação dos desportos e dos jogos desportivos, no sentido da boa ordem anátomo-fisiológica, do espírito de fraternidade e da leal competição, bem como a cooperação das respectivas organizações na obra educativa do Estado”. Numa outra ordem de funções, ao Estado, por via da Junta Nacional de Educação, caberia a responsabilidade do “levantamento da carta desportiva do país” e a organização e sistematização “de todos os relatórios e dados estatísticos sobre a acção da escola e das organizações desportivas portuguesas no que respeita à cultura física e preparação para o dever cívico e militar”. Dois aspectos que se encontravam intimamente relacionados com o dever de “promover o desenvolvimento de todas as espécies de desporto, particularmente o exercício ao ar livre, bem como estimular a criação de uma ampla rede de ginásios, piscinas naturais ou artificiais e campos de jogos em todo o País.” Finalmente, e como estipulava ainda uma das alíneas do regulamento da Junta Nacional de Educação, era fundamental uma atenção às representações oficiais portuguesas nas competições desportivas internacionais, devendo emitir um parecer “em cada caso, sobre a sua petição, bem como a cooperação das representantes que hão-se

saber e poder servir o brio da Nação, ainda quando não se classifiquem nos primeiros lugares”.⁴⁴⁸

Apesar de já se encontrar legislada há alguns anos, e como se pôde verificar pelos debates na Assembleia Nacional, mais de uma década depois do golpe militar de 28 de Maio de 1926, a intervenção do Estado Novo no campo dos desportos encontrava-se, no final da década de trinta, ainda por estruturar de forma julgada conveniente pelo poder político. O campo desportivo ainda não havia sido nacionalizado e submetido à intervenção normalizadora do Estado. Foi precisamente a partir de 1942, três anos depois dos debates que enquadraram a criação do INEF, e com a criação da Direcção-Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar, que o conjunto de competência atribuídas à Junta Nacional de Educação naquele domínio se operacionalizaram de modo mais preciso.

Mais do que a afirmação de um projecto, o dispositivo legal que regulamenta o funcionamento da Direcção-Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar, pode, em primeiro lugar, ser interpretado como uma admissão das dificuldades sentidas pelos programas de enquadramento dos lares e tempos livres de organizações do Estado Novo perante a concorrência dos clubes desportivos. No início da década de trinta a Mocidade Portuguesa, a FNAT ou, ainda mais relevante, a instituição escolar encontravam-se longe de garantir a massificação da prática desportiva, como tivemos oportunidade de verificar. Não se tratava somente do resultado da incapacidade financeira do Estado, ou até da sua indisponibilidade, para criar uma extensa rede de cursos de educação física. Reconhecia-se no decreto a fraca “sedução” que os cursos de ginástica e os programas desportivos oficiais exerciam sobre a população portuguesa, mais interessada nos desportos e, em especial, no futebol. A dimensão da rede federativa e das associações particulares dedicadas aos desportos assim o comprovava.

No sentido de mitigar esse problema, à Direcção-Geral coube, por conseguinte, a missão de “dirigir” e “orientar” a esfera desportiva, “no sentido de sobrepor aos interesses clubistas o interesse geral, de substituírem a política da vitória do clube *seja como for* por uma política desportiva de sabor

⁴⁴⁸ *Diário das Sessões*, n.º 74, 13 de Fevereiro, 1940, 265-274.

verdadeiramente nacional”. Coube-lhe também a tarefa de regular a actividade dos “elementos da organização desportiva existentes”, que cresceram à margem das instituições e das intenções estatais. Entre os 13 pontos ao longo dos quais se definiam, no decreto 32.241, as atribuições da futura direcção-geral dos desportos, mais de metade diziam directamente respeito a questões de natureza disciplinar. A Direcção Geral deveria “dirigir e vigiar” as organizações e “superintender todas as actividades desportivas”. Teria a atribuição de “intervir na selecção das pessoas, nos exercícios ou competições desportivas, [que] houverem desempenhar funções de direcção ou técnicas, ou tiverem poderes de decisão” e ao mesmo tempo “exercer autoridade disciplinar”. Àquela organização caberia tanto “velar pela formação do espírito desportivo, utilizando todos os meios adequados à disciplina do público” como “conhecer, directamente, ou em recurso, todas as questões relativas à disciplina do desportivo, ou elas surjam entre desportistas, ou entre organizações desportivas, ou entre uns e outros”. Finalmente, no 13º, e último ponto, reafirmava-se que a missão da Direcção-Geral seria “fazer tudo o que possa interessar ao revigoramento físico da gente portuguesa e à disciplina nos desportos”. Em duas alíneas do último ponto estabelecia-se que os seus poderes, não eliminando os da organização desportiva, se sobrepunham a esta, como eram insusceptíveis de recurso as suas decisões em matéria de disciplinar.

Entre as responsabilidades mais positivas da nova organização encontravam-se a promoção da prática da educação física, tarefa que deveria “concertar” com as Câmaras Municipais e, por outro lado, “instruir com a MP e sob a direcção do INEF, escolas móveis para preparar os dirigentes da educação física” e, em simultâneo, “prestar às actividades desportivas existentes nas escolas a colaboração que lhe solicitarem”.⁴⁴⁹ Perante o dispositivo disciplinar e repressivo, aquilo a que Ramos do Ó apelidou de “poder de injunção”, o “poder de influência” da nova organização surgia ligeiramente empalidecido.⁴⁵⁰ Esse mesmo desequilíbrio entre as funções repressivas e outras de natureza mais construtiva foi desde logo anunciado pela nomeação do Tenente-Coronel de Artilharia, Álvaro de Salvação Barreto, Director dos Serviços de Censura desde o final da década de 1920, como primeiro Director-Geral dos Desportos, cargo que exerceu entre 19 de Setembro de 1942 e 05 de Março de 1944, quando foi

⁴⁴⁹ Decreto-Lei n.º 32.241 de 5 de Setembro de 1942.

⁴⁵⁰ Ramos do Ó, *Os Anos de Ferro...*

substituído por outro militar, João do Sacramento Monteiro, que, por sua vez, se manteve em funções até 1958.⁴⁵¹

A tradução destes objectivos em matéria legislativa e na intervenção disciplinadora e reguladora da Direcção-Geral expressou-se num conjunto de alíneas do Decreto-Lei 32.946 que definiram as prioridades da intervenção dos poderes públicos no campo desportivo. No articulado jurídico, que se estende por mais de trinta páginas, era detalhada a orgânica da nova instituição e discriminados os seus serviços. Foram também identificadas desde logo um conjunto de normas que definiam as regras de constituição e estrutura dos tais “filhos ilegítimos do liberalismo”, as suas obrigações e encargos gerais, como eram também firmadas em letra de lei as categorias da competições desportivas e a sua organização, o estatuto dos participantes nessas mesmas competições, incluindo os júris, juízes, fiscais e cronometristas, bem como, na secção IV, o regime disciplinar a que estariam sujeitos todos aqueles abrangidos pela alçada da Direcção-Geral.

Continuando com os pressupostos expressos na lei, procurava-se “uma centralização descentralizada (se isto se pode dizer) com as vantagens de duas formas de organização que aqueles termos exprimem: unidade de pensamento, representada pela Direcção-Geral, e realização múltipla desse pensamento, conforme as modalidades desportivas ou a escala de gradação dentro da mesma modalidade, representada pelos órgãos directos de cada desporto”. Sem integrar os clubes desportivos na orgânica do estado, o movimento associativo desportivo não deixava, contudo, de ser submetido à tutela do regime. Lendo de forma mais atenta o regulamento em causa, é possível considerar que a intervenção do Estado no terreno do associativismo desportivo, ao criar uma organização que tinha como principais funções vigiar, controlar e disciplinar uma esfera associativa particular, procurou, antes de mais, e em primeiro lugar, responder ao que era entendido como um problema de disciplina social, quando não de ordem pública, e simultaneamente um problema político potencial. Numa segunda ordem de ideias, sobressai o projecto de utilizar a estrutura associativa já existente para a construção de uma política desportiva “de sabor verdadeiramente nacional”.

⁴⁵¹ Sobre a trajectória de Salvação Barreto veja-se, Joaquim Cardoso Gomes, «Álvaro Salvação Barreto: oficial e censor do salazarismo», *Media e Jornalismo*, n.º 9 (2006).

Em termos mais concretos, segundo o articulado do artigo 20.º as organizações desportivas, para terem autorização para exercer as suas actividades deviam, desde logo, enviar para a entidade que passou a tutelar o desporto nacional, os seus estatutos, regulamentos internos, indicação das filiações previstas e adesões já obtidas e uma relação dos campos, salas e equipamentos existentes ou em vias de o serem. A estas obrigações acrescia o compromisso de criação de cursos de ginástica e de organização de um serviço médico eficiente. As direcções e os conselhos fiscais dos organismos desportivos, eram, para mais, compelidos a prestar contas da sua gerência ao Estado, em relatórios anuais. Para essas mesmas direcções, segundo o artigo 26º, só podiam ser eleitos para os corpos gerentes, não obstante a possibilidade de excepções devidamente autorizadas, indivíduos de nacionalidade portuguesa, maiores de 21 anos, no gozo pleno dos seus direitos civis e políticos e que tivessem prestado a declaração a que se referia o Decreto-Lei n.º 27.003, por via da qual os cidadãos atestavam a sua integração na ordem social e política em vigor e activamente repudiavam o comunismo e todas as ideias subversivas.

Não se tratava, porém, apenas da implementação de um sistema de vigilância e controlo à vida interna das associações desportivas. À Direcção-Geral foram atribuídos poderes discricionários, que lhe permitiam interferir directamente na sua administração. Ainda no âmbito do artigo 20.º, estipulava-se que “o ministro da educação nacional pode, sempre que o entender conveniente, substituir os corpos gerentes dos organismos desportivos por comissões administrativas da sua livre escolha”. Segundo o artigo 28.º, não só a Direcção-Geral podia “fazer-se representar em todas as reuniões da assembleia geral ou dos corpos gerentes dos organismos desportivos”, como poderia ainda “impedi-los de deliberar ou de tornar executórias as deliberações tomadas”. Finalmente, e de acordo com o artigo 37.º, os clubes estavam obrigados a enviar, até ao dia 30 de Novembro de cada ano, os projectos de orçamento para o ano seguinte, cuja aprovação, rejeição ou eventuais alterações introduzidas teriam de ser comunicadas pela Direcção-Geral aos clubes até ao dia 20 de Dezembro. E, “sempre que o entender conveniente”, a instituição poderia “fazer verificar por pessoas da sua escolha a regularidade da execução do orçamento”.

Para além do controlo administrativo e directivo das organizações desportivas, o estabelecimento de um novo regulamento desportivo não deixou

incólumes as competições desportivas. Antes de mais, todas as provas desportivas, fossem de cariz oficial ou particular, deveriam ser submetidas à aprovação da Direcção-Geral, à qual cabia também, em consonância com o artigo 49.º, definir as “épocas próprias” para a sua prática. Só se encontravam habilitados a participar em competições desportivas, mesmo de cariz particular, organizações devidamente legalizadas. As federações e associações desportivas deveriam, por sua vez, “submeter à aprovação da Direcção-Geral, até dez dias antes do início da época desportiva, os calendários das provas oficiais, e até à antevéspera de cada uma destas, o respectivo programa, com indicação dos locais e horários das competições a realizar”. Do mesmo modo, mas englobado na classificação de “outras disposições”, determinava-se, no artigo 96.º, a obrigatoriedade de as federações e associações desportivas remeterem à Direcção-Geral os boletins das equipas de arbitragem, juntamente com uma cópia dos castigos que fossem aplicados.

O detalhe da legislação extravasava o terreno administrativo, interferindo directamente em questões de natureza mais propriamente desportiva e competitiva. No artigo 45.º, exigia-se, a partir de 31 de Agosto de 1945, aos clubes que disputassem o campeonato nacional de futebol da primeira divisão, um campo relvado, não podendo qualquer jogo do campeonato ser disputado em campo não arrelvado. Tal como se verificou nas provas internas, também os contactos desportivos internacionais que envolvessem equipas ou desportistas nacionais dependiam, segundo o artigo 50.º, de autorização especial do Ministério da Educação Nacional. Para além da necessidade de autorização prévia para concretizar contactos desportivos internacionais, também a designação dos representantes portugueses em competições desportivas internacionais, sendo feita pela respectiva federação ou associação, encontrava-se, de acordo com o artigo 63.º, sujeita a “homologação da Direcção-Geral”, sendo o mesmo princípio aplicável também à respectiva preparação técnica que seria “realizada segundo planos aprovados pela Direcção-Geral”. Num outro plano, e para além da autorização dos regulamentos das competições e dos seus calendários e da definição das condições em que podiam decorrer, à Direcção-Geral cabia ainda uma última palavra nos critérios de selecção dos treinadores desportivos, já que, e perante o artigo 44.º, a contratação de técnicos estrangeiros pelos organismos desportivos dependia de autorização superior.

Tal como no caso dos dirigentes, também os participantes nas provas desportivas deveriam fazer prova, segundo o artigo 59.º, de bom comportamento moral e civil, devendo, para além do mais, ter pelo menos 18 anos de idade. Condições indispensáveis para a participação em provas desportivas eram ainda, e vale a pena citar, a posse da “necessária aptidão física comprovada por atestado passado expressamente para este efeito por médicos da Direcção-Geral ou dos respectivos organismos desportivos, ou ainda por qualquer médico, desde que não estejam integrados em algum dos elementos da organização desportiva” e ainda “frequentar com assiduidade e aproveitamento um curso de ginástica adequado”. Duas alíneas adicionais abriam a possibilidade de relativizar um pouco estas exigências. O Ministro da Educação podia, depois de consultas das entidades competentes, a Mocidade Portuguesa e a Direcção Geral, passar uma licença a menores de 18 anos para a prática dos desportos, e dispensar, “em casos especiais”, os atletas da obrigatoriedade de inscrição num curso de ginástica. Finalmente, por intermédio do artigo 60.º, ficavam igualmente interditas as transferências de jogadores, salvo por motivos devidamente justificados, todos eles de natureza não desportiva.

A importância atribuída pelos poderes estatais às inspecções médicas e cursos de ginástica, se necessário for voltar a sublinhá-lo, surge plasmada nada mais nada menos do que em três passagens distintas do decreto: como condição de legalização dos organismos desportivos, na discriminação mais detalhada das suas obrigações e encargos gerais, e, finalmente, associada à regulamentação dos participantes nas competições desportivas. Na redacção original do decreto 32.946 foi concedido um ano aos organismos desportivos para instituírem os cursos de ginástica, que deveriam ser dirigidos por pessoas devidamente habilitadas. De acordo com o artigo 35.º, “só poderão assumir a direcção dos cursos a que se refere este artigo os diplomados com os cursos do Instituto Nacional de Educação Física, das antigas Escola Superior de Educação Física da Sociedade de Geografia, Escola de Educação Física do Exército, Escola de Educação Física do Campo Entrincheirado de Lisboa, curso normal de educação física ou de escolas estrangeiras de reconhecido mérito e os indivíduos a isso autorizados pela Direcção-Geral.” De igual forma, a Direcção-Geral não se limitava a estipular a obrigatoriedade dos exames médicos. Definia, por via do artigo 33.º, os exames que deveriam constar na ficha médica individual dos atletas que praticassem as

modalidade de classe A, constando no artigo 31.º as características do exame clínico a que os atletas que praticassem as mesmas modalidades de classe A deveriam ser submetidos. Classificavam-se na Classe A, no artigo 11.º, as modalidades de atletismo, andebol, basquetebol, râguebi, futebol, luta, hóquei, ciclismo, boxe, voleibol, natação, náutica e ténis. Na classe B, a outra categoria, incluíam-se esgrima, hipismo, caça, tiro, patinagem, ténis de mesa, golfe, campismo, pesca desportiva e “outros”.

Para concretizar a sua missão, a Direcção-Geral foi dotada de uma estrutura relativamente pequena. Para além do director-geral, faziam parte do quadro do organismo, três inspectores dos desportos e três médicos dos desportos. A estes, cujas responsabilidades abrangiam todo o território metropolitano e ilhas adjacentes, acrescia uma rede de delegados regionais e locais, cuja dimensão não era esclarecida. A equipa inicial de inspectores dos desportos, constituída por José Salazar Carreira, um médico, José Duarte de Ayala Botto, que estudou medicina e letras na Faculdade de Ciências, e pelo capitão António Rodrigues Cardoso manteve-se intacta durante praticamente vinte anos, sendo desfeita apenas com a morte deste último, a 9 de Janeiro de 1960, tendo Salazar Carreira abandonado as suas funções em 1964, por ter atingido o limite de idade.

O perfil político dos inspectores era semelhante. António Cardoso pertencia à espinha dorsal da ditadura militar que governava desde 1926, havendo sido presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Cascais, entre 1930 e 1937.⁴⁵² Ayala Botto, professor no Liceu Pedro Nunes, antes de ser convidado a integrar a Direcção-Geral, provinha das fileiras do Integralismo Lusitano, tendo-se distinguido na oposição à “política partidária e desregrada de então”. Destacou-se igualmente como publicista e jornalista, no *Diário da Manhã*, e integrou a Emissora Nacional em 1936, onde proferiu, até 1959, cerca de mil e

⁴⁵² Podia ler-se no artigo que dava a notícia da sua morte, no Boletim da Direcção-Geral: «Nacionalista convicto, lutou desde sempre pelos ideais duma sã política que dignificasse o País e que em seu espírito se concretizou no movimento do 28 de Maio, no qual colaborou com todo o seu entusiasmo patriótico; e, desde então, ao serviço incondicional dos princípios que correspondiam ao seu portuguesismo intransigente, serviu em sucessivos cargos públicos, sempre com a maior dedicação e entusiasmo, podendo dizer-se com inteira propriedade que o fez até ao último alento, até ao último dia que lhe foi concedido viver», «Capitão António Rodrigues Cardoso», *Boletim da Direcção Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar*, Fascículos I e II (1960).

trezentas palestras, “todas elas visando assuntos técnicos e de ética desportiva”.⁴⁵³ Por oposição aos seus colegas, que se distinguiram no plano político, sendo apenas acessoriamente desportistas, ainda que António Cardoso tenha representado o CIF e o Benfica e batido vários recordes nacionais em diferentes disciplinas do atletismo, Salazar Carreira notabilizou-se essencialmente no campo desportivo, como praticante de diversas modalidades, jornalista e dirigente de diversos organismos, entre os quais se inclui a presidência do Sporting, onde lutou pela manutenção do amadorismo. Era o homem do desporto na Direcção-Geral.

A nomeação dos delegados regionais seguiu caminhos semelhantes. Tratam-se na maior parte dos casos de notáveis locais, homens de algum estatuto social, dotados de recursos económicos e ligados a diferentes esferas da sociedade civil e integrados nas organizações do regime. A 24 de Agosto de 1943 e “constando” no Governo Civil de Beja que “essa Direcção Geral está nomeando os seus delegados em diferentes Distritos do País” foi o próprio Governador Civil de Beja quem sugeriu o nome de Raúl Guerreiro Lampreia, que possuía “a necessária idoneidade moral e política” para o cargo, em termos que vale a pena reproduzir: “O proposto, que tem dispendido com a causa do desporto avultadas quantias, exerceu durante muitos anos as funções de director do Luso Sporting Club, desta cidade e bem assim as de director da Federação Portuguesa de Futebol, de vice-presidente da Associação de Futebol de Beja, cargo em que se acha investido até às próximas eleições. Faz parte, como vereador, da Câmara Municipal do concelho sede deste distrito, é Sub-Delegado Regional da Mocidade Portuguesa e membro de várias associações de beneficência desta cidade. Como é solteiro e possuidor de grande fortuna, dedica-se com carinho aos organismos desportivos de cujos corpos directivos faz parte”.⁴⁵⁴

O perfil do delegado nomeado para Viseu, João Figueiredo Cabral Mascarenhas, apresenta-se semelhante. Tratava-se de um “agricultor”, com o

⁴⁵³ Quando substituiu o Capitão António Cardoso, como chefe de repartição da Direcção-Geral, para além destes elementos da sua trajectória, foi caracterizado como um «nacionalista de sempre, bateu-se pelo Estado Novo quando como oficial miliciano do Exército serviu nos batalhões de Caçadores n.º 7 de Carros n.º 1 e de Engenheiros; foi secretário da presidência do Ministério (general Domingos de Oliveira) durante o período em que este prestigioso militar exerceu tal cargo», «O Inspector Ayala Botto, Chefe de Repartição da Direcção-Geral», *Boletim da Direcção Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar*, Fascículos III e IV (1960).

⁴⁵⁴ *Arquivo da Direcção Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar (ADGEFDSE)*, Caixa 4/14 - Transferências, 1943. Pasta 19 - Individuais. Ofício - L.º 1/43, N.º15, Fls. 20, 30 de Agosto de 1943.

Diploma do Curso Superior do Comércio no início da sua carreira político administrativa, que o levou à Câmara Corporativa, na qualidade de Presidente da Direcção da Federação dos Grémios da Lavoura da Província da Beira Alta, tendo anteriormente desempenhado cargos como Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Viseu, e liderado o Grémio da Lavoura de Viseu e de Vila Nova de Paiva ou a Federação dos Vinicultores do Dão, por exemplo.⁴⁵⁵ Também em Portalegre, a função foi desempenhada por um homem que chegou à Câmara Corporativa, primeiro, e à Assembleia Nacional, depois, o médico Armando Coelho Sampaio. Natural de Beja, Coelho Sampaio, que foi seleccionador nacional de futebol, iniciou a sua vida profissional justamente em Portalegre no ano de 1937. Nesse distrito, foi Presidente da Comissão Distrital na União Nacional, subdelegado regional da Mocidade Portuguesa e Delegado do Instituto de Assistência à Família.⁴⁵⁶

Noutros distritos, o perfil dos delegados obedecia a um mesmo padrão. O primeiro delegado no distrito de Setúbal, foi um militar, o Tenente Joel Pascoal. No Funchal, a Vasco Homem de Gouveia e Sousa, o primeiro delegado, seguiu-se Damião Spínola, um homem ligado ao Sporting Clube da Madeira e aos Serviços de Censura locais, que, por sua vez foi substituído por pelo então Capitão de Infantaria, Fernando Homem da Costa. Um homem que posteriormente liderou, durante 11 anos a Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal a Junta Autónoma dos Portos do Arquipélago da Madeira e a Comissão Administrativa dos Aproveitamentos Hidráulicos da Madeira. Em Faro, no início dos anos cinquenta viu-se nomeado para delegado dos desportos Luís Augusto da Silva e Sabbo, um notário, que foi igualmente Vice-Presidente da Câmara Municipal de Faro entre 1950 e 1954.

Num universo desportivo já dominado pelo futebol, e marcado por polémicas relacionadas com arbitragens, aquilo a que se convencionou chamar de guerra

⁴⁵⁵ Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, dir., *Dicionário Biográfico Parlamentar*, vol. 2 (Lisboa: Assembleia da República e Imprensa de Ciências Sociais, 2004), 77.

⁴⁵⁶ Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, dir., *Dicionário Biográfico Parlamentar*, vol. 2 (Lisboa: Assembleia da República e Imprensa de Ciências Sociais, 2004), 518-519.

Norte-Sul,⁴⁵⁷ transferências de jogadores à margem da lei e conflitos no interior dos clubes e organismos desportivos e entre eles, para além daquilo que era definido como a “indisciplina do público”, ainda antes da publicação do seu regulamento, a Direcção-Geral dos Desportos anunciou desde logo as suas intenções. Entre o final do ano de 1942 e o Verão de 1943, nas páginas da imprensa, devidamente esterilizadas pelos serviços de censura, e por intermédio de um conjunto de conferências e de uma série de ofícios, a Direcção-Geral declarou o início de uma nova era no desporto nacional. Uma era marcada pela disciplina.

No *Diário de Lisboa* assinalou-se o “júbilo” com que a medida do governo foi recebida em todo o país. “Havia-se chegado, no campo desportivo” continuava o DL, “a uma grande desorientação sob o ponto de vista dos regulamentos e as cenas de indisciplina sucediam-se com uma frequência assustadora”. Neste quadro, era feito o elogio do Director-Geral nomeado para responder ao problema, uma “pessoa que como militar, como vice-presidente da Câmara Municipal e como Presidente da Comissão Censura se tem afirmado brilhantemente”.⁴⁵⁸ Nos meses seguintes, o diário continuou a debruçar-se sobre os acontecimentos desportivos, e em especial o futebol da primeira divisão, mesmo com a II Guerra Mundial como pano de fundo. Tavares da Silva e Ribeiro dos Reis, entre outros, analisaram os jogos e os principais protagonistas nas páginas do periódico. A vida desportiva continuou a ser seguida pelo *Diário de Lisboa*, à margem dos novos critérios fixados pela Direcção-Geral. Critérios que raras vezes, com excepção dos momentos institucionais, enquadraram a cobertura mediática do fenómeno desportivo, ou marcaram a sua agenda.

O Norte Desportivo, a publicação dirigida por Joaquim Alves Teixeira, um dos grandes instigadores da luta Norte-Sul, recebeu de forma diferente a intervenção estatal nos desportos. Ao contrário do *Diário de Lisboa*, *O Norte Desportivo* acompanhou de perto, nesta fase inicial, a agenda imposta pela Direcção-Geral. No dia 25 de Outubro de 1942, o jornal dava notícia da palestra

⁴⁵⁷ A propósito da «guerra norte-sul» no futebol veja-se, por exemplo, Pinheiro, «História da imprensa...», em especial «O agravamento da guerra Norte-Sul, e das rivalidades jornalísticas», 277-282. Para uma leitura mais geral sobre as divisões regionais Norte-Sul em Portugal veja-se, José Manuel Sobral, «O Norte, o Sul, a raça, a nação - representações da identidade nacional portuguesa (séculos XIX-XX)», *Análise Social*, vol. XXXIX, n.º 171 (2004).

⁴⁵⁸ «A personalidade do primeiro director geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar», *Diário de Lisboa*, 12 de Setembro, 1942, 4.

proferida pelo presidente da Associação Futebol do Porto sobre a disciplina nos desportos, algo a que todos os líderes das associações distritais foram obrigados pela DG.⁴⁵⁹ No dia 15 de Novembro, foi a vez de o presidente do conselho fiscal e jurisdicional da AFP, Paulo Sarmento, esclarecer os desportistas daquela cidade, na Constituição, sobre os métodos da nova organização: “evitar a indisciplina que não impor a disciplina é a ordem de serviço a que se abalançam, neste momento, os dirigentes. Para tal, se utilizam dois métodos de convencer: a persuasão e o castigo. Ao primeiro rendem-se os inteligentes; ao segundo, os restantes.”⁴⁶⁰ Nas semanas seguintes o periódico continuou a acompanhar a actividade pedagógica dos dirigentes junto dos outros agentes do campo desportivo.

A visita de Salvação Barreto, ao Porto, em Janeiro de 1943 foi recebida, segundo *O Norte Desportivo*, “com uma trovoadas de aplausos”.⁴⁶¹ No seu discurso, o Tenente-Coronel sublinhou uma vez mais a necessidade de reforma dos hábitos desportivos no país: “O público desportivo não deve ser uma multidão que por ter pago a sua entrada se julga no direito de dar largas à irreverência que explode da contrariedade que nele causam resultados ou actuações que não desejou mas se todos os elementos que actuam nas competições se conduzirem segundo as normas e as regras que fazem parte integrante do desporto, não é natural que o público se disponha por muito tempo a ser na competição o único a proceder incorrectamente. Quer isto dizer que é do campo que deverá partir o exemplo, não dando ao público motivos que o levem aos excessos conhecidos.”⁴⁶² Dois meses mais tarde, num discurso proferido na Emissora Nacional, Salvação Barreto voltou a reiterar o tema central de que se ocupava a instituição que dirigia. No programa “entrevista do dia”, “a disciplina voltou a ser o assunto principal em que o Sr. Director Geral dos Desportos firmou a maior parte das suas apreciações”, nomeadamente a partir de duas questões centrais: a disciplina do jogador e a falta de educação desportiva do espectador de futebol.⁴⁶³

⁴⁵⁹ «Novas Directrizes, A palestra do Presidente da Associação de Futebol do Porto proferida no Lima constitui um documento de elevado valor disciplinar», *O Norte Desportivo*, 25 de Outubro, 1942, 1.

⁴⁶⁰ «O presidente do Conselho Fiscal e Jurisdicional da AF do Porto, proferiu na Constituição, a segunda palestra disciplinar dirigida aos jogadores, árbitro e público», *O Norte Desportivo*, 15 de Novembro, 1942, 1.

⁴⁶¹ «A visita do Sr. Director Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar ao Porto», *O Norte Desportivo*, 17 de Janeiro, 1943, 6.

⁴⁶² «O discurso do sr. Tenente-Coronel Salvação Barreto foi um luminoso programa traçado às novas directrizes do Desporto Nacional», *O Norte Desportivo*, 24 de Janeiro, 1943, 1-2.

⁴⁶³ «Notícias e comentários do desporto lisboeta», *O Norte Desportivo*, 07 de Março, 1943, 3.

Às páginas da imprensa começavam a chegar também os primeiros resultados desta política disciplinadora. Em Fevereiro de 1943, e depois de um encontro com o Belenenses, o Benfica foi punido com uma multa de 2000\$00, por mau comportamento do público, tal como sucedeu com o Futebol Clube do Porto, pelos mesmos motivos, num outro encontro dessa mesma jornada. Alves Teixeira, em pleno acordo com as sanções aplicadas, dirigiu-se “a todos os clubes no sentido de que se procure, por meio de uma vigilância permanente entre os assistentes, neutralizar a acção nefasta dos desordeiros profissionais.”⁴⁶⁴ Em Maio de 1943, o mesmo jornal informava de nova multa aplicada ao Benfica.⁴⁶⁵

O arquivo da Direcção-Geral permite-nos aprofundar, do ponto de vista da lógica interna da organização, a análise da natureza dos acontecimentos e da dinâmica do processo de imposição de uma nova instituição no campo desportivo. Tanto o Benfica como o Sporting haviam sido punidos com multas de 2.000\$00, por má conduta desportiva, depois de em Dezembro ambos os clubes terem sido objecto de uma repreensão escrita por “actos de violência individual e marcada demora em pôr a bola em campo com o intuito de aproveitar benefícios que revelam desrespeito pelas normas desportivas e representam irreverência condenável para com o público, para com os adversários e até para com a autoridade presente.” Consideravam-se, no relatório do Capitão António Cardoso, aqueles actos “muito pouco próprios” das responsabilidades dos dois clubes “como os mais antigos representantes deste desporto em Portugal”.⁴⁶⁶

A 12 de Maio de 1943 a repreensão escrita transformou-se em multa. Evocando o relatório do jogo de Dezembro, considerou-se que “são ainda agora os mesmos clubes que motivam idênticas considerações às que então se fizeram. Trata-se das duas mais representativas sociedades desportivas de Portugal. Impõe-se-lhes, por isso, as mais pesadas responsabilidades, como exemplo que devem ser da melhor compostura desportiva. Agrava-as o facto de não terem sido ponderadas, parece, no encontro realizado em 9 do corrente no campo do Sport Lisboa e Benfica as observações acima transcritas quanto à forma como têm de

⁴⁶⁴ Joaquim Alves Teixeira, «Comentários...», *O Norte Desportivo*, 28 de Fevereiro, 1948, 10.

⁴⁶⁵ «Ditos e boatos», *O Norte Desportivo*, 30 de Maio, 1943, 3.

⁴⁶⁶ *ADGEFDSE*, Caixa 04/528 - Federação Portuguesa de Futebol, 1943. Pasta - Inquéritos, Ofício - n.º 42 de 09 de Dezembro de 1942.

conduzir-se em campo os elementos representativos dos dois clubes. Esta Direcção Geral não aceita, e tudo fará para eliminar dos campos desportivos, os actos de incorrecção de que estão infelizmente inveteradas as competições por falta de intervenção oportuna, quer dos dirigentes dos clubes, quer dos árbitros. Considera-se que as faltas disciplinares não são apenas os actos de manifesta violência mas também todos aqueles em que as regras de boa educação desportiva e cívica são esquecidas. Os grupos que se defrontam nos campos e não se cuidam de conduzir-se com inteiro respeito pelas mais elementares regras de cortesia e educação constituem um péssimo exemplo para os que hão-de vir a incluir-se neles como elementos de renovação.”

Aquilo que a direcção-geral não aceitava era o futebol moderno, afastado das regras de etiqueta do cavalheirismo e do *fair-play*. Tudo aquilo que era censurado no ofício era parte integrante do futebol competitivo, em que a procura da vitória se sobrepunha claramente às considerações sobre a meios para os atingir, procurando os jogadores e os clubes explorar todas as vantagens competitivas ao dispor. Tavares da Silva classificou, relativamente ao mesmo jogo, como “esforço”, “audácia” e “sacrifício” aquilo que para o Capitão António Cardoso era indisciplina.⁴⁶⁷ Mas para o poder político “tudo isto que nada tem que ver com a dureza própria dos encontros oficiais é lamentável pelo diminuto grau de educação cívica e desportiva que revela e há-de ser expurgado dos campos portugueses para que seja possível fazer progredir não só o futebol como todos os outros desportos. As recomendações acima referidas devem ter ido ao conhecimento das direcções dos dois clubes. A repetição dos mesmos actos reprováveis exige procedimento que defina, de uma vez por todas, a disposição

⁴⁶⁷ Referiam-se nos mesmo ofício do Capitão António Cardoso, como exemplos de indisciplina, «as ameaças por gestos ou palavras segregadas, os golpes intencionais disfarçados de tática de jogo, os lançamentos demorados propositadamente para tirar do tempo mais probabilidade de vitória, os assomos de protesto ou enfado dirigidos ao público sempre pronto a secundá-los quando partem dos seus preferidos, a falta de compostura nas saudações, as discussões sobre o direito de lançar a bola que está fora de jogo o acto incorrecto de a atirar para longe do ponto em que deve ser marcada qualquer penalidade». Tratando-se de um jogo a eliminar, tudo o que foi criticado na análise do Capitão António Cardoso foi justamente valorizado por Tavares da Silva na sua análise ao jogo: «Toda a ordem de considerações que se façam em relação ao jogo do Campo Grande devem subordinar-se à ideia do resultado...Como primeira observação, deve afirma-se em hipóteses como a apresentada, ser raro ver-se futebol de qualidade. O temperamento e os nervos dos jogadores estão muito abalados para se subordinarem ao necessário espírito de conjunto. Cada um dá largas à sua força física e imaginação. Por isso, a partida do Campo Grande não nos aparece, mesmo agora, com qualquer espécie de interesse técnico, antes vivendo do esforço, da audácia e do sacrifício dum ou doutro elemento, e daquilo que se poderá designar por animo e vontade colectiva». «O resultado não se deve à sorte mas às características do Benfica», *Diário de Lisboa*, 10 de Maio, 1943, 7.

desta Direcção Geral de adoptar os meios de repressão que convém ao desenvolvimento regular da educação física no país”.⁴⁶⁸

Na leitura que os poderes políticos faziam dos actos de indisciplina estabelecia-se uma relação dialéctica entre o que ocorria dentro do campo e o que se passava nas bancadas. As atitudes dos intervenientes, dirigentes, árbitros e jogadores, inflamavam os ânimos do público, e este, por sua vez, não só reagia a esses estímulos como era igualmente responsável por muitos dos comportamentos que a Direcção-Geral desejava erradicar dentro do campo. No sentido de impor ordem a este tumultuoso mundo, dos serviços da Direcção-Geral emanaram um conjunto de ordens e sugestões desde o final de 1942, no sentido de corrigir uma parte daqueles comportamentos.

Na primeira circular produzida pela Direcção-Geral, com a data de 7 de Outubro de 1942, chamava-se a atenção dos clubes para tornar mais efectivo o policiamento nos estádios de futebol, “para tanto quanto possível diminuir as responsabilidades do clubes no caso de indisciplina do público”, responsabilidades que diminuiriam “na medida em que o policiamento aumentar – mas nunca deixarão de existir. Por isso se recomenda, mais, que ao público se faça constantes apelos à cordura e ao desportivismo, de forma a que a intervenção superior seja desnecessária”.⁴⁶⁹ Dois meses depois, a 7 de Dezembro de 1942, essa ambição reformadora estendeu-se a outros agentes. A Direcção-Geral informava os treinadores dos clubes que “deverão fazer, nos dias de treino ou em quaisquer outros, prelecções aos seus jogadores sobre correcção desportiva e interpretação das Leis do Jogo.” Chamava-se ainda a atenção do meio para o facto de os gestos de discordância dos jogadores face às decisões dos árbitros passarem a ser punidos como falta intencional, já que “que desorientam o público”.⁴⁷⁰

Na semana seguinte, a 15 de Dezembro, um extenso ofício abordava a questão da arbitragem, um problema que “de dia para dia vai avultando entre os assuntos para que é solicitada a atenção da Direcção Geral”. Considerando o árbitro “a figura central da competição”, concluía-se que “do seu procedimento depende a possibilidade de integrar este desporto nas suas legítimas finalidades”.

⁴⁶⁸ ADGEFDSE, Caixa 04/528 - Federação Portuguesa de Futebol, 1943. Pasta – Inquéritos. Ofício - n.º 3 de 12 de Maio de 1943.

⁴⁶⁹ «Circular n.º 106, de 7 de Outubro de 1942», *Boletim da Direcção Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar*, Fascículos I e II (1946), 155.

⁴⁷⁰ «Circular, n.º 126, de 7 de Dezembro de 1942», *Boletim da Direcção Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar*, Fascículos I e II (1946), 159.

Sendo todos os aspectos do jogo influenciados pelo comportamento da arbitragem, havia, pois, “que assegurar um ritmo de arbitragens perfeitas que, necessariamente, se repercutirão no público e nos jogadores, impondo-lhes a indispensável confiança na organização e nos altos fins que viza”. Nesse sentido solicitava-se aos órgãos directivos da arbitragem nacional que procedessem a uma selecção rigorosa dos árbitros, excluindo aqueles considerados inaptos para o desempenho da função, para além da preparação de um conjunto de instrumentos de formação teórica, mas também de formação pessoal e de “aquisição de uma consciência de uma grande responsabilidade” por parte de todos os intervenientes, onde se incluíam os jogadores.⁴⁷¹

Ainda no âmbito dos mecanismos persuasivos, e num momento em que a saudação fascista começava a desaparecer dos campos de jogos, mas ainda no sentido de proteger os mais elevados valores do desportivismo, era imposta aos clubes “uma velha praxe de delicadeza e cortesia entre os jogadores”. Tornavam-se obrigatórios a partir daquela data os cumprimentos “feitos pela fórmula portuguesa de três vivas, que serão iniciados pelo clube vencedor e correspondidos, a seguir, pelo clube vencido.”⁴⁷² Apesar da “benéfica acção desenvolvida pela imprensa desportiva” e da “série de castigos e multas que têm vindo a ser aplicados a jogadores, árbitros e clubes”, reconhecia-se, todavia, a 29 de Março de 1943, que se vinha verificando “uma recidiva em actos reprováveis cometidos em campo”. A essa reincidência na indisciplina era atribuído um nexo causal. À medida que as competições avançavam, e os resultados se iam apurando, crescia a “excitação do público afecto ao clube proprietário do campo em que se realizava a competição”. Essa excitação por sua vez “reflectia-se na atitude dos jogadores e dos árbitros”. E, finalmente, e perante a constatação que “em muitos casos os dirigentes não se aplicam a desenvolver entre os seus consócios o espírito de compreensão das lutas desportivas”, ou seja, face ao fracasso dos mecanismos de persuasão, a Direcção-Geral anunciava que passaria a responsabilizar os dirigentes “pela atitude assumida pelo público nas competições realizadas nos seus campos, muito em especial o que ocupa os lugares destinados

⁴⁷¹ «Circular, n.º 130, de 15 de Dezembro de 1942», *Boletim da Direcção Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar*, Fascículos I e II (1946), 150-161.

⁴⁷² «Circular, n.º 148, de 1 de Fevereiro de 1943», *Boletim da Direcção Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar*, Fascículos I e II (1946), 161.

aos seus associados e por cujo policiamento são, aliás, regularmente responsáveis”.⁴⁷³

Este conjunto de medidas devem ser interpretadas no quadro de um regime que enfrentava a maior parte das formas de conflito social como potenciais ameaças para a ordem social. A tentativa de conter a competição desportiva e a identificação clubista ancorava-se, no plano desportivo, nas mesmas lógicas que sustentavam a rejeição do conflito na esfera das relações sociais de produção, expressa no Estatuto Nacional do Trabalho, de 1933, através da proibição da organização sindical autónoma dos trabalhadores, ou o impedimento do pluralismo parlamentar na esfera da representação política. O interesse nacional era interpretado pelo Estado, e encontrava-se acima dos interesses particulares, e muitas vezes antagónicos, de diferentes partidos, classes, ou, podemos acrescentar, clubes desportivos, por via dos quais se actualizavam rivalidades e querelas bairristas e localistas, que, obviamente, não contribuíam para a construção de uma política desportiva de “sabor verdadeiramente nacional”. Todavia, esta resistência ao espectáculo desportivo competitivo, mais do que simplesmente recusar um fenómeno da modernidade apontava como modelo a seguir, e a sua antítese, a educação física moderna, tal como assinalado.

No início do Verão de 1943, meses antes de ser publicado o seu regulamento, a Direcção-Geral dos Desportos “congelou” a vida desportiva nacional. Já no final da época desportiva, por intermédio de duas circulares de 10 de Julho, suspenderam-se todas as Assembleias Gerais eleitorais das organizações sujeitas à sua tutela e, fundamental para preparar a época seguinte, ficaram “absolutamente proibidas” as transferências de jogadores.⁴⁷⁴ No dia 6 de Agosto os processos eleitorais nos clubes desportivos foram novamente autorizados a realizar-se. As transferências, porém, continuaram suspensas. Joaquim Alves Teixeira, fiel ao seu estilo da época, poucos dias depois de noticiar no seu periódico a proibição do profissionalismo desportivo na França ocupada,⁴⁷⁵ não deixou de manifestar a sua concordância com a medida, uma semana depois de ter

⁴⁷³ «Circular, n.º 161, de 29 de Março de 1943», *Boletim da Direcção Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar*, Fascículos I e II (1946), 163.

⁴⁷⁴ «Circular, n.º 189, de 10 de Junho de 1943» e «Circular n.º 190, de 10 de Julho de 1943», *Boletim da Direcção Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar*, Fascículos I e II, ano II (1946), 166.

⁴⁷⁵ Joaquim Alves Teixeira, «Acaba de ser suprimido em França o profissionalismo desportivo», *O Norte Desportivo*, 4 de Julho, 1943, 1.

violentamente criticado os salários dos jogadores,⁴⁷⁶ quando a propósito daquela medida considerou que a Direcção-Geral “colocou cautério na chaga”.⁴⁷⁷

Quando finalmente, em Agosto de 1943, se estabeleceu o regulamento da Direcção-Geral, de forma a garantir um maior controlo sobre um meio crescentemente guiado pelas suas próprias lógicas internas, uma das primeiras medidas da Direcção-Geral, mesmo depois de restabelecida a licença para a realização de eleições para os corpos gerentes dos organismos desportivos, foi a nomeação de uma Comissão Administrativa para governar a Federação Portuguesa de Futebol. Durante um período de oito anos, entre Outubro de 1943 e Junho de 1951, foram suspensas as eleições para os corpos gerentes daquela instituição, tendo a sua administração sido entregue sucessivamente a três comissões administrativas, lideradas por homens próximos do centro político: Fernando Pires de Lima, que, por “motivo de doença”, seria substituído pelo Juiz Bento Coelho da Rocha, proveniente dos meios católicos, e depois André Navarro, presidente da Junta Central da Legião e membro da comissão executiva da União Nacional, que liderou a FPF entre 1946 e 1951.⁴⁷⁸ Encontrava-se, assim, sob tutela política a Federação da modalidade que mais atletas e público mobilizava e que mais problemas causava ao Estado.

Destes primeiros anos saiu reforçada, sobretudo, a intervenção disciplinar do Estado sobre a modalidade e as suas principais instituições. Até ao final da década, registaram-se inúmeros casos de suspensões e irradiações de atletas, dirigentes e árbitros, de interdições de campos desportivos e de multas aplicadas

⁴⁷⁶ Muitos deles, dizia, «lançados na vida real, não valem nada. Tirando-se-lhes a habilidade para a bola (e eles não possuem metade daquela que julgam ter) são verdadeiros vagabundos.», Joaquim Alves Teixeira, «Quem dá mais?... », *O Norte Desportivo*, 4 de Julho, 1943, 1.

⁴⁷⁷ Joaquim Alves Teixeira, «As cartas de desobrigação para os dirigentes», *O Norte Desportivo*, 11 de Julho, 1943, 1.

⁴⁷⁸ Presidida pelo Prof. Doutor Fernando Pires de Lima, o futuro Ministro da Educação Nacional, a primeira Comissão Administrativa, cujo mandato se estendeu até Julho de 1946, foi composta por Manuel Facco Vianna, Vicente de Melo, Virgílio Paula e pelo Juiz Bento Coelho da Rocha, que acabou por assumir a presidência da mesma por alegada doença de Pires de Lima. A segunda e a terceira comissões administrativas foram lideradas por André Navarro, um homem que presidiu à Junta Central da Legião Portuguesa. Faziam parte da mesmas: o Eng.º António de Castro Mascarenhas de Meneses, Dr. Manuel Facco Vianna, Dr. António José de Melo, Dr. Mário de Miranda Monteiro, Major Joaquim Fernando da Conceição Gomes Marques, Capitão Almiro Maia de Loureiro e Alberto Nogueira de Brito. O primeiro mandato decorreu entre Julho de 1946 e o final do mês de Julho de 1949. O segundo entre Julho de 1949 e o final de Junho de 1951. Federação Portuguesa de Futebol, *Relatório e contas da gerência de 1942/43...*; Federação Portuguesa de Futebol, *Relatório e Contas da Gerência da Comissão Administrativa de 21/07/1946 a 30/6/1949* (Lisboa: Tip. Americana, s.d.); Federação Portuguesa de Futebol, *Relatório e Contas da Gerência da Comissão Administrativa de 1/7/1949 a 30/06/1951 e Parecer do Conselho Fiscal e Jurisdicional* (s.l., s.ed., s.d.).

aos clubes no sentido de garantir o cumprimento da ética e dos valores desportivos sustentados pela legislação em vigor. Em Outubro de 1943, por exemplo, foi demitido da presidência da direcção do Sporting Clube de Portugal e proibido de voltar a exercer cargos de direcção em organismos desportivos, Amado de Aguiar, um homem do regime, acabado de ser reeleito para um segundo mandato na presidência daquele clube. Uma pena que só foi levantada em 1959, após anos de protestos e recursos jurídicos, inclusivamente para o Supremo Tribunal Administrativo. No momento em que Amado de Aguiar foi reintegrado na orgânica desportiva, as autoridades não deixaram de recordar a necessidade do castigo, mesmo que “excessivo para a gravidade das suas faltas”, considerando que “foi, de algum modo, impertinente, esquecendo o respeito devido aos órgãos superiores da hierarquia desportiva. As suas atitudes e palavras foram realmente atentatórias da disciplina e justificavam uma punição”.

Aquela irradiação resultou de um processo que envolveu a falhada transferência do jogador do Académico do Porto, António Marques, para o Sporting, depois de a Direcção Geral ter suspenso a transferência que ela mesma autorizara. Em função daquela decisão, Amado de Aguiar pediu a demissão do cargo que ocupava, “pela incompreensão dos seus esforços em prol da nova ordem desportiva para dar lugar a outros a quem a própria Direcção Geral não entrave a indispensável reorganização legal da secção de futebol do Clube”, como se pode ler nas actas das reuniões da direcção do clube apenas ao seu processo. Numa sucessão de reviravoltas, o advogado voltou atrás na sua decisão, demitindo-se novamente um dia antes de ser irradiado. A deliberação da Direcção Geral resultou de um ofício, de 13 de Outubro, assinado por Aguiar, dirigido ao Director Geral dos Desportos, onde se encontram formulações como “aborreço-me, profundamente, trabalhar no cumprimento de ordens dadas por V. Exa. em tom de quem se dirige a funcionários inferiores, esquecendo, lamentavelmente, que isto de dirigir um clube desportivo é coisa que só nos leva o repouso, amizades e, até, muito dinheiro”. Tendo prosseguido a sua comunicação em tom semelhante, que Sacramento Monteiro considerou, a 16 de Outubro, um “grave acto de indisciplina”, a consequência foi a sua irradiação sumária, sem processo ou inquérito ou qualquer tipo de julgamento.⁴⁷⁹

⁴⁷⁹ Podia ler-se na decisão de Sacramento Monteiro: « O signatário deste ofício tem demonstrada perante esta Direcção-Geral não possuir idoneidade para o exercício de funções dirigentes em

No ano seguinte também o Benfica viu dirigentes seus suspensos, depois de uma polémica arbitragem num jogo em que participou a sua equipa de futebol. A 26 de Outubro de 1944, e concluído o inquérito aos eventos ocorridos após um Benfica-Belenenses, de 8 de Outubro, - ordenado pela Direcção-Geral na sequência “de informações particulares e pelo relato da Emissora Nacional” -, a instituição confirmou a suspensão, por 30 dias, de Júlio Ribeiro, Secretário-Geral do Benfica, “reconhecido opositor do regime”, e a multa de 3.000\$00 aplicada pela Comissão Administrativa da FPF ao clube. O Capitão António Cardoso, responsável pelo inquérito, não aceitou, pelo contrário, o castigo ao árbitro, por erros admitidos pelo próprio no relatório do encontro e considerados pela FPF “inadmissíveis a um árbitro da sua categoria”.⁴⁸⁰ Para o Capitão tais erros, nomeadamente um golo mal anulado ao Benfica, eram naturais e humanos e “tendo em conta o ambiente em que decorreu o encontro” o árbitro “deu proas de coragem moral e física notáveis”.⁴⁸¹

Perante estes dois casos, entre outros que se encontram nos arquivos da Direcção-Geral, é difícil sustentar a ideia de uma distribuição política dos castigos disciplinares. Separados por menos de um ano, estes dois exemplos ilustram, em primeiro lugar, um projecto de afirmação de autoridade de uma instituição estatal

organismos desportivos. Considero este officio como grave acto de indisciplina praticado no exercicio dessas funções. Em consequência, demito-o de Presidente da Direcção do Sporting Clube de Portugal, não podendo voltar a ocupar qualquer cargo de direcção nos organismos dependentes desta Direcção Geral». *ADGEFDSE*, Caixa, 04/357 - Actividades Desportivas, Corpos Gerentes, Disciplina, Diversos, 1954. Pasta 1959 - Corpos Gerentes. Proc.º 2/2 (Disciplina). Todo o processo de Amado de Aguiar, e os officios citados, encontram-se disponíveis nesta pasta.

⁴⁸⁰ Tavares da Silva comentou da seguinte forma a arbitragem daquele jogo: «Há uma grande confusão na arbitragem portuguesa...Todavia, contra as realidades e as facilidades que se dão aos juizes de campo, a verdade é que são vulgares as arbitragens inferiores, os modelos que não merecem nota de passagem, falhos de certeza e personalidade. Não sabemos, pela posição que ocupamos, se o goal invalidado ao Benfica era ou não legal. O nosso depoimento não tem, assim, o mérito da testemunha que, de facto, e em consciência, pode auxiliar na reconstituição da verdade. Mas não há dúvida de que, e isto parece-nos importantíssimo, desde esse goal off-side em diante era somente o corpo do árbitro que se encontrava em campo. O raciocínio e a inteligência tinham fugido. Isto, só por si, vale como condenação». Tavares da Silva, «Nossa maneira de ver o desafio Benfica-Belenenses», *Diário de Lisboa*, 9 de Outubro, 1944, 4.

⁴⁸¹ *ADGEFDSE*, Caixa 04/582 - Futebol, Aveiro, Beja, Braga, Castelo Branco, Lisboa..., 1944. Officio - L.º3, N.º 10-D, Fls. 1-v, 14-11-1944. Todo o processo encontra-se apenas a este officio. Sobre este mesmo caso, António Simões conta uma outra história, de contornos um pouco mais dramáticos: «Em Outubro de 1944, houve um Benfica-Belenenses para o Campeonato de Lisboa. Com os benfiquistas a perderem por 0-1, invalidou-se golo a Rogério. A caminho dos balneários, Júlio Ribeiro da Costa, outro reconhecido opositor do regime, insultou o árbitro, a FPF suspendeu-o por um ano - e multou o clube em 3000\$00. O Dr. Augusto (era assim que no clube o tratavam...) não se conteve, recorreu das penas - e insinuou que em tudo aquilo havia, subterfúgica, ‘razão de represália política’. A DGD suspendeu-o (e a toda a sua direcção) impedindo-o de voltar a ocupar qualquer cargo directivo.» Simões, *Desporto com...*, 138.

no espaço social português. Projecto esse, sim, dotado de uma natureza ideológica e política própria. O ataque à figura do Director-Geral, mesmo que em correspondência privada ou em reuniões particulares, ou o desrespeito ou a agressão aos árbitros revelaram-se, neste contexto, como o maior problema disciplinar a resolver. A par da reforma dos costumes desportivos, nomeadamente a violência entre espectadores, estava em jogo, também no desporto, uma ideia de sociedade naturalmente hierarquizada, cuja estrutura não deveria ser objecto de debate. A defesa do árbitro, perante as considerações críticas dos adeptos, jogadores, dirigentes e jornalistas, assumia, assim, uma importância fulcral.

As penas aplicadas aos árbitros, entendidos como a figura máxima e incontestável da autoridade dentro de campo, resultavam não tanto do seu desempenho técnico, mas sobretudo do que era interpretado como a sua incapacidade em expressar a sua autoridade e das consequências que daí advinham, como se pode verificar pela pesada pena aplicada ao árbitro de um Atlético-Belenenses a contar para a Taça de Portugal, realizado a 16 de Abril de 1944. Francisco Garcia foi suspenso durante 6 meses, até dia 31 de Outubro de 1944, “por falta de autoridade, por não se fazer respeitar e omitir no seu boletim faltas dos jogadores em campo”. A Comissão Administrativa da FPF deliberou igualmente “multar os dois clubes em virtude do espectáculo pouco educativo e desprestigiante para o futebol nacional, dado por alguns dos seus jogadores, e absolutamente incompatível com a categoria dos respectivos clubes”. Foi ainda aplicada uma suspensão por 30 dias ao jogador Gregório, do Atlético, por “desrespeito ao árbitro”. Uma pena equivalente àquela com que foi sancionado José Pedro Ferreira, do Belenenses, por jogo violento. Mais do que factos concretos, a “omissão” a que se refere o ofício da FPF resulta do relato do delegado da Direcção-Geral, Ayala Botto, que não só se sobrepôs ao relatório do árbitro, como influenciou as decisões tomadas pela Comissão Administrativa da FPF, apesar de não especificar no documento os lances que originaram os castigos, mas apenas as impressões do delegado sobre o desempenho dos intervenientes, sem qualquer tipo de matéria factual.⁴⁸²

⁴⁸² Podia ler-se no relatório de Ayala Boto: «Em primeiro plano devo salientar a detestável acção exercida pelo árbitro, o qual, sem a noção da responsabilidade do cargo de que estava investido, consentiu violências a vários jogadores – dos quais destaco Vasco de Oliveira e José Pedro Ferreira, do Belenenses – e, o que é pior – não castigou como devia, faltas de respeito que outros, como Gregório dos Santos, do Atlético, cometeram contra a sua pessoa.» *ADGEFDSE*, Caixa

As sanções disciplinares, apesar de discricionárias, não se aplicavam de forma necessariamente arbitrária, nem eram insusceptíveis de considerações de natureza política. Ainda durante o conturbado ano de 1944, no dia 12 de Junho, a Direcção-Geral enviou para as federações desportivas um ofício por via do qual informava que, por despacho do dia 6 daquele mês, poucos dias antes da inauguração do Estádio Nacional, o Ministro da Educação Nacional concedera “uma ampla amnistia a todos os organismos desportivos e desportistas, exceptuando unicamente os que sofreram pena de irradiação. Devem ser cancelados, por isso, todos os castigos, considerando-os, no entanto, para futuros efeitos disciplinares.” A sugestão desta medida havia partido de Mário Madeira, Governador Civil de Setúbal, que utilizou a sua influência política para reduzir os danos causados pela suspensão do Vitória de Setúbal de todas as competições desportivas até ao final daquele ano. Uma decisão que havia sido tomada pela Comissão Administrativa da FPF, no dia 15 de Maio, após um jogo entre aquele clube e a Académica de Coimbra, realizado no Campo do Lumiar, no dia 10. Nesse jogo de desempate a contar para a Taça de Portugal foram expulsos de campo, pelo árbitro, cinco jogadores do Vitória de Setúbal.⁴⁸³

Perante aquilo que apreciou como “um castigo que excede em alcance e gravidade todos os outros” e considerando que o clube “representa por tal forma o desporto local e está por tal modo integrado na vida de Setúbal”, Mário Madeira situou o seu pedido de “clemência” em oportunos “motivos de ordem social”. O Governador Civil de Setúbal recordava, em ofício com data de 20 de Maio, ao Ministro da Educação Nacional não somente a composição social do Concelho – “constituída na sua quasi totalidade por operários de fábricas e pescadores, com condições de vida bastante difíceis e estando exactamente agora as fábricas

04/32 - Actividades Desportivas, 1944. Pasta D. Ofício - Lº 3, N.º 18-D, Fls. 2-v, 25 de Abril de 1944. Todo o processo encontra-se apenso a este ofício.

⁴⁸³ A crónica do jogo no *Diário de Lisboa*, refere os «nervos menos dominados» e o «destempero» de um jogador do Vitória, Manuel Tomaz Junior, que foi irradiado, por aquela mesma decisão, da prática desportiva. Cinco outros jogadores do Vitória foram suspensos por períodos que variaram entre os 30 e os 90 dias. No despacho da Comissão Administrativa foi ainda louvado o grupo da Académica, que se encontrava com o seu campo interdito, «pelo aprumo, lealdade e espírito desportivo evidenciado pelos seus componentes». No *Diário de Lisboa*, não deixou de considerar que «ninguém que tenha algum sentido das necessidades do desporto nacional pode deixar de condenar o tresloucado comportamento dos prevaricadores» que moveram aos jogadores da Académica «um ataque directo e pessoal». Ainda assim, o colunista relativizou o sucedido: «simplesmente para os jogadores há, por vezes, a desculpa da nervosa e áspera luta a que se entregam. Mas para o juiz – não pode haver desculpa: ao bom árbitro não pode faltar serenidade». «Taça de Portugal, A Académica eliminou o Vitória mas o jogo deve ser esquecido», *Diário de Lisboa*, 11 de Maio, 1944, 2.

paralisadas há mais de quatro meses” – mas também o comportamento ordeiro da população de Setúbal – “apesar disto esta boa gente trabalha e sofre num louvável exemplo de disciplina social, não tendo dado o menor exemplo de revolta mesmo perante o mau exemplo próximo das últimas greves noutras localidades dentro e fora deste Concelho”. A importância do clube na vida da cidade, e o entusiasmo com que os desportistas da cidade preparavam a sua participação na inauguração do Estádio Nacional, justificavam a medida de clemência que permitiria “à população da cidade não se ver privada do seu desporto e espectáculo favorito, uma das poucas distrações ainda ao seu alcance dentro da vida atribulada de todos os dias”. O ofício do futuro presidente do Benfica terminava com a já referida sugestão de amnistia, integrada nas comemorações de inauguração do novo estádio, a todos os clubes desportivos, “com a indispensável exclusão da penas mais graves”, ou seja, as irradiações. A sugestão foi prontamente aceite pelo Ministro que nesse mesmo dia concedeu uma amnistia generalizada.⁴⁸⁴

Nem sempre, porém, as influências políticas conseguiam anular os castigos aplicados. Tratava-se de decisões não procediam não uma análise estritamente política, nem sequer simplesmente da influência dos requerentes. Dependiam quer do contexto, quer dos equilíbrios entre os diferentes sectores e instituições em jogo. O louvor da Comissão Administrativa da FPF ao comportamento dos atletas da Académica de Coimbra, no jogo com o Vitória de Setúbal, surgiu num momento em que o campo daquele clube se encontrava interditado por 30 dias, por acontecimentos decorridos após um Académica-Sporting, realizado em Dezembro de 1943. Segundo a denúncia, com data de 7 de Dezembro, de um cidadão de Cernandelo, o árbitro daquele jogo foi alvo da “selvajaria dos estudantes (?) desportistas de Coimbra” que “barbaramente” o agrediram. Já na estação do Caminho de Ferro “feriram-no e cortaram-lhe o cabelo... depois não contentes com isso insultaram-no de forma vergonhosa dentro da carruagem perante os olhares reprovativos de centenas de pessoas”. O denunciante não só classificava o caso como “uma vergonha” como exigia “um castigo severo para que não se oiçam comentários como no domingo passado, em que, com toda a razão se dizia, os estudantes têm protecções especiais e que com outro club o caso mudaria de figura”.

⁴⁸⁴ *ADGEFDSE*, Caixa 04/32 - Actividades Desportivas, 1944. Pasta D. Ofício - L.º3, N.º 18-D, Fls.3, 13 de Junho de 1944. Todo o processo encontra-se apenso a este ofício.

Durante os meses seguintes, entre recursos da Académica, multiplicaram-se as intervenções de diferentes instituições da cidade de Coimbra em defesa do clube. No dia 13 de Dezembro, o Secretário Geral da Associação de Futebol de Coimbra defendeu a inocência do clube em relação aos factos alegados. Acrescentou ainda, extravasando argumentos desportivos, que “a universidade e o público de Coimbra, querem saber porque foi uma punição que não entendem”. No dia 18 de Dezembro, o presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Alberto de Sá de Oliveira, pediu o levantamento da pena de suspensão por trinta dias do campo de jogos de Santa Cruz, já que eram também “grandemente atingidas as Instituições de Caridade, tais como a Casa dos Pobres, Asilos, Filantrópicas Académica, etc., visto terem atribuídas determinadas percentagens das receitas provenientes dos jogos aí realizados”. Em resposta, no dia 5 de Janeiro de 1944, ainda com o recurso da Académica a ser avaliado, o Director-Geral lamentava “não poder ser agradável à Câmara que V. Ex^a. superiormente dirige pois, tratando-se de um assunto disciplinar em que a Federação Portuguesa de Futebol assumiu a atitude que lhe cumpria, em virtude dos regulamentos e das constantes recomendações feitas, esta Direcção Geral não pode intervir no sentido de alterar a decisão tomada do que resultaria prejuízo para a orientação dos serviços que dirige.” Perante a manutenção do castigo, a Académica continuou a procurar a influência dos agentes políticos locais. No dia 3 de Fevereiro, foi a vez do Presidente da Junta da Província da Beira Baixa, e uma das figuras do salazarismo, Bissaya Barreto, subscrever, ainda que em termos pouco ruidosos novo recurso do clube, “porque se nos afigura razoável o que nele [no recurso interposto à DG] se expõe, não temos dúvidas em patrocinar a pretensão da Associação Académica”.

A Académica alegava que os seus dirigentes cumpriram o regularmente estipulado para a protecção do árbitro e que era impossível aferir a filiação clubista dos prevaricadores, não devendo por isso o clube ser castigado. O caso serviu para a produção de doutrina. A direcção geral considerava, no final de Fevereiro de 1944, que interdição “não é uma consequência necessária de actos praticados por uns ou por outros. Pode, portanto, quando determinada, não atingir uns nem outros no que respeita à sua correcção desportiva. É uma medida de

disciplina mas não é uma pena disciplinar. É uma medida de disciplina que se dirige ao público, sobretudo, como prevenção geral”.⁴⁸⁵

Três anos depois, e apesar da severidade das penalidades aplicadas um pouco por todo o país a grandes e pequenos clubes, a situação disciplinar, quer dentro quer fora dos relvados, não se havia alterado substancialmente. Em função dos tumultos observados na cidade de Coimbra, no dia 11 de Junho de 1947, durante e após um jogo entre a Académica e o Benfica, a Comissão Administrativa da FPF puniu novamente o clube com uma interdição de seis meses do seu estádio. Após o recurso do clube dos estudantes, que apresentava em seu benefício os testemunhos de dois cidadãos, um notário das Caldas da Rainha e um advogado de Alcobaça, para além dos relatórios da PSP e do delegado ao jogo pela associação de futebol de Coimbra, e do inquérito conduzido pelo inspector Salazar Carreira, no final do mês de Junho a Direcção-Geral reduziu o castigo para uma multa de 2.000\$00, já que se comprovou que “a gravidade dos factos é muito menor do que a apontada pelo árbitro”, que, por sua vez, seria suspenso por três meses.

A partir do relatório da PSP é possível ter uma noção dos factos ocorridos. O jogo, ao qual assistiu “elevadíssimo número de espectadores, decorreu desde o início até ao seu final um pouco agitado por parte da assistência”. O sector onde estavam presentes milhares de adeptos do Benfica “chegou a arremessar pedras” contra os jogadores da equipa da casa e o árbitro. Terminado o encontro, os espectadores “envolveram-se logo em desordem, começando por se agredirem mutuamente uns aos outros, sendo então necessária a intervenção da Polícia e de algumas praças montadas da Guarda Nacional Republicana, que energicamente os dispersaram, tendo alguns dos guardas sido apedrejados e até atingidos com algumas pedras que eram arremessadas por um grupo de indivíduos insurrectos que se haviam entrincheirado através de uma barreira ali existente”. Só depois de a polícia disparar alguns tiros, para “dissolver toda aquela multidão”, se deu por terminado o motim, que valeu aos clubes uma multa de dois contos.⁴⁸⁶

⁴⁸⁵ Para este caso veja-se *ADGEFDSE*, Caixa 04/32 - Actividades Desportivas, 1944. Pasta D, Ofício - L.º3, N.º 18-D, 2-v, 08 de Março de 1944; *ADGEFDSE*, Caixa 04/32 - Actividades Desportivas, 1944. Pasta 18-a. Circular - N.º 48, 28 de Fevereiro de 1944; *ADGEFDSE*, Caixa 04/528 - Federação Portuguesa de Futebol, 1943. Pasta - Inquéritos, Ofício - L.º 18, N.º3, Fls.8, 05 de Janeiro de 1944.

⁴⁸⁶ *ADGEFDSE*, Caixa 04/522 - Federação, 3/47, 24 A a D e J/3, 1947. Pasta 24-D. Ofício - L.º3/47, N.º 24-D (8), Fls.2, 15 de Novembro de 1947. Todo o processo encontra-se apenso a este

Numa entrevista concedida em Novembro 1945, pouco depois de ter cumprido uma pena de um ano e meio no campo do Tarrafal, Cândido de Oliveira sintetizava de forma crítica, partilhada por muitos agentes do campo, a forma como a Direcção-Geral se relacionava com o meio desportivo: “O Estado devia limitar-se a estabelecer regras superiores de orientação, inspiradas na experiência e na ciência da educação físico-desportiva e deixar às Federações e aos Clubes a acção propriamente dita. Vigiar as actividades desportivas, dar-lhes estímulo e auxílio, criando meios materiais – piscinas, campos e parques de jogos. ... Isto seria bastante mais útil do que ter confiado à DGD uma ingerência directa no funcionamento dos clubes e das associações: condicionando e intervindo nas eleições dos dirigentes dessas instituições particulares do desporto; procurando averiguar se um castigo foi bem ou mal imposto a um jogador pelo Clube ou pela Federação; se um árbitro de um jogo ou de um combate de «box» serviu bem ou foi incompetente e, mais perturbadoramente ainda, modificando decisões competentemente tomadas pelos árbitros desportivos, como sucedeu no último Portugal-Espanha, em «water-polo».”⁴⁸⁷

Desta sucessão de casos ressalta a continuidade das desordens e dos conflitos nos estádios de futebol, muitas vezes mais acesos até nos jogos das divisões inferiores, as dificuldades de implementação de critérios de avaliação disciplinar relativamente homogéneos, aliás comuns a outras esferas de intervenção da Direcção-Geral, e a interferência sistemática da tutela sobre as federações desportivas. Tratam-se de tendências que se mantiveram ao longo dos anos seguintes. A arbitrariedade e a discricionariedade das intervenções da Direcção-Geral eram uma consequência dos objectivos que prosseguia, desfasados da realidade competitiva que procurava vigiar e reformar. Mas resultavam, por outro lado, da exiguidade da sua estrutura e dos meios de que dispunha para desempenhar as funções que lhe foram atribuídas. Aliás, isso mesmo tornava-se patente nas conclusões do relatório à não comparência da selecção portuguesa ao banquete de homenagem à equipa inglesa que em 1947 jogou em Portugal, e que venceu, no Jamor, a 25 de Maio de 1947, a selecção nacional por uns estrondosos 10-0, a maior derrota de sempre da história da

ofício.

⁴⁸⁷ «O desporto deve estar à margem das lutas políticas», entrevista a Cândido de Oliveira, *Diário Popular*, 17 de Novembro, 1945, 1 e 5. Citado por Nuno Domingos, «Homens ao...».

selecção.⁴⁸⁸ Para os nossos propósitos, mais importante do que interpretar as causas e consequências desportivas do resultado, ou até mesmo os castigos aplicados aos jogadores da selecção, incluindo um ano de suspensão para o capitão de equipa, Álvaro Cardoso, ou até sublinhar a conclusão de que “não houve qualquer deliberação colectiva para não comparência ao banquete”, importa realçar como no inquérito se atribuiu ao “alheamento” da Federação, relativamente ao estágio da equipa, parte da responsabilidade pelo problema. Referia-se ainda, sobre os membros da comissão administrativa, “que muitos dos seus dirigentes não têm tempo para realizar as suas tarefas...O capitão Maia

⁴⁸⁸ O jornal *A Bola* procurou minimizar as consequências da derrota perante os «mestres ingleses», que consideravam os melhores do mundo. Ribeiro dos Reis, em duas crónicas consecutivas considerou que «A superior classe do ‘onze’ inglês esteve sempre em evidência», 26 de Maio, 1947, 4 e que, por outro lado «Não se exagere: Os nossos jogadores não valem tão pouco como o resultado deixa transparecer», 29 de Maio, 1947, 1. Mais do que atribuir a responsabilidade pela pesada derrota aos jogadores e ao seleccionador nacional, Tavares da Silva, os jornalistas daquela publicação enquadraram o resultado na análise das condições em que se desenvolvia o futebol em Portugal. Cândido de Oliveira, por exemplo, focou, em primeiro lugar a sua atenção na diferença entre os profissionais ingleses e os «amadores» portugueses: «a treinar com o relógio no pulso, ou uma vez por semana, e a jogar ao domingo, depois de uma semana a serrar madeira, a cavar, a carpintear - ou a jogar hóquei... nunca poderemos igualar, no domínio técnico, ou no domínio da ciência do futebol, aquelas máquinas-de-jogar-futebol que são cem por cento profissionais, como os Lawtons, os Matthews, os Imbellonis, os Martinos, os artistas que o futebol pode criar». «A maior derrota do ‘onze’ nacional», *A Bola*, 26 de Maio, 1947, 5. Quatro dias depois do jogo, o mesmo Cândido de Oliveira elencou, mais uma vez e de forma detalhada, o conjunto de problemas estruturais que impediam, na sua opinião o progresso do futebol português («O seleccionador não foi o responsável...pela derrota de domingo», *A Bola*, 29 de Maio, 1947, 1-5) para numa terceira crónica apontar baterias aos dirigentes federativos, comparando a situação inglesa com a portuguesa: «Não é possível, em Inglaterra, entregar a direcção superior deste desporto – ou das Federações, ou das Associações ou dos Clubes – a curiosos! Nem a dirigentes remunerados! A direcção superior do futebol é, e terá de ser sempre, confiada a dirigentes idealistas, que amem o futebol, e se lhe tenham consagrado de alma e coração durante muitos anos: como jogadores, árbitros, dirigentes de clubes ou de Associações». «O ‘segredo’ da superioridade dos jogadores ingleses», *A Bola*, 5 de Junho, 1947, 1-6. Em *O Norte Desportivo* a reacção de Joaquim Alves Teixeira, foi um pouco diferente. Não só colocou em causa as escolhas do seleccionador nacional, nomeadamente a não convocatória de alguns jogadores do Norte, como procurou desmontar os argumentos dos redactores d’ *A Bola*, nomeadamente a sua defesa dos progressos do futebol português. «Em que ficamos, Senhores Críticos, progredimos ou não?», *O Norte Desportivo*, 8 de Junho, 1947, 1-5. Ainda na crónica do jogo considerou que «as possibilidades normais do nosso futebol apareceram hoje ao de cima e de tal maneira que não deixaram uma nesga de handicap.» «Quando a ‘classe’ fala», *O Norte Desportivo*, 25 de Maio, 1947, 6-7. Não deixou igualmente de atacar os jogadores da selecção, não só pela falta de modéstia – «Os nossos jogadores davam entrevistas. Modestos como verdadeiros génios, predestinados para o futebol, diziam que o jogo seria difícil mas não escondiam o seu sorriso superior» - mas também pelos rumores sobre as exigências que teriam feito relativamente aos prémios de jogo e dos bilhetes para o encontro. «A ‘verdade’ deles e a nossa ‘mentira’», *O Norte Desportivo*, 1 de Junho, 1947, 1-4; «A realidade, O ‘amadorismo’ do nosso futebol», *O Norte Desportivo*, 1 de Junho, 1947, 4. Finalmente, já a 15 de Junho, dirigiu uma carta aberta ao Ministro da Educação, exigindo uma reforma no futebol português com conteúdos, apesar de tudo, não muito diferentes àqueles que outros advogavam: redução da idade oficial para autorização da prática do futebol, separação total do sector profissional do amador e apoios fiscais às organizações desportivas. Joaquim Alves Teixeira, «Ao sr. Ministro da Educação Nacional – O futebol do futuro», *O Norte Desportivo*, 15 de Junho, 1947, 1-3.

Loureiro não assiste sequer às reuniões nem dá a cooperação de qualquer espécie. O Sr. Major Marques, pelas suas funções de Chefe de Gabinete, está praticamente inibido de dar a colaboração que desejaria dar. O Sr. Engenheiro André Navarro, pelas múltiplas funções que exerce em diversas actividades políticas e escolares é um elemento puramente decorativo.»⁴⁸⁹

Apoiada, seguindo os termos de Michael Mann, num poder despótico, a Direcção-Geral nunca dispôs de recursos suficientes para o transformar numa força infra-estrutural, capaz de controlar, vigiar e transformar, segundo o seu projecto, o campo desportivo nacional.⁴⁹⁰ Uma implicação fundamental desta fragilidade da intervenção do poder estatal no campo desportivo traduzia-se na sua dependência de agentes e instituições estranhas aos seus pressupostos. O poder do estado, organizado num sistema vertical, apoiava-se, necessariamente, noutros poderes periféricos, de natureza muitas vezes caciquista, clientelar, ou de patrocínio, cujos objectivos e interesses nem sempre eram concordantes.⁴⁹¹ É justamente esta trama complexa de relações que poder que ajuda a compreender parte das discrepâncias e fragilidades da actuação da Direcção-Geral mas também a interpretar, para além dos seus objectivos declarados, as prioridades da sua intervenção. Nos primeiros anos da década de 1950, praticamente dez anos depois de criada a Direcção Geral, tornava-se patente a debilidade da implementação de uma série de medidas como a obrigatoriedade das inspecções médicas ou dos cursos de ginástica.

Nesse momento de crise do futebol português, que perdia competitividade no plano internacional, quer a nível de clubes quer no que concerne à selecção, a Direcção-Geral consentiu, finalmente, e apesar de parecer em contrário da Mocidade Portuguesa,⁴⁹² a prática do futebol nos clubes desportivos por jovens

⁴⁸⁹ ADGEFDSE, Caixa 04/522 - Federação, 3/47 – 24 A a D e J/3, 1947. Pasta 24-D, Ofício - L.º 3/47, N.º 24-D (7), 29 de Maio de 1947.

⁴⁹⁰ Mann, «The autonomous power...».

⁴⁹¹ Sobre os mecanismos clientelares de incorporação dos cidadãos na política de massas veja-se, por exemplo, Nicos Mouzelis, «On the Concept of Populism: Populist and Clientelist Modes of Incorporation in Semiperipheral Politics», *Politics and Society*, n.º 14 (1985). S. N. Eisenstadt e René Lemarchand, eds., *Political Clientelism, Patronage and Development* (Londres: Sage, 1981). Luís Roniger e Ayse Gunes-Ayata, eds., *Democracy, Clientelism and Civil Society* (Londres: Lynne Rienner Publishers, 1994).

⁴⁹² Podia ler-se em ofício de 10 de Março de 1950 da Mocidade Portuguesa, assinado por Luís Pinto Coelho, dirigido à Direcção-Geral dos Desportos a justificação detalhada do parecer que recusava as escolas de futebol, «por motivos de ordem médico-pedagógica, de ordem educativa e

entre os 11 e os 15 anos. Tratava-se de uma decisão justificada pelo seu impacto quer na “melhoria do nível de execução das diferentes modalidades”, quer pela “salvaguarda das condições de saúde do adolescente na sua preparação física antes de atingir a possibilidade de competição”. Ao mesmo tempo assumia-se também como forma de legalizar uma situação de facto, já que se sabia “desde há tempo que, escolas ou cursos de preparação quase exclusivamente futebolísticos, vêm nalguns clubes funcionando com jovens que não atingiram ainda a idade mínima que o decreto 32.946 fixa para o desporto de competição.”⁴⁹³.

No curso deste debate, que já tinha cerca de três anos, e se iniciara justamente em 1947,⁴⁹⁴ Prata da Lima, médico dos desportos, aconselhou a Direcção-Geral, ainda durante o mês de Janeiro de 1950, a alargar as inspecções médicas aos participantes nos campeonatos de juniores e, por outro lado, perante aquilo que classificou como “a miserável preparação física dos nossos jogadores”, particularmente evidente nos encontros internacionais, instou a organização a tornar de facto obrigatória a prática da ginástica a todos os jogadores de futebol, “criando ao mesmo tempo um regime penal duro que imponha respeito, e que ao fim de alguns anos, quando a educação física tiver dado os seus frutos, poderá então ser devidamente suavizado”.⁴⁹⁵ Face às “quantias fabulosas” que se gastavam em jogadores, era ainda mais difícil para Prata da Lima aceitar o incumprimento generalizado de outras obrigações. Anos depois de publicado o Decreto 32.946, e praticamente seis anos depois de a Direcção-Geral ter recebido

de ordem política» a criação dos chamados «cursos de iniciação desportiva». *ADGEFDSE*, Caixa 04/627 – Liv. 3/52, Federação Portuguesa de Futebol (A – Árbitros; C – Castigos e cumprimentos; J/2 – Jogos Internacionais), Fundo de Assistência Médico desportiva, 1952. Pasta - Fundo de Assistência Médico-Desportiva. Cópia do ofício N.º 264, de 10 de Março de 1950 da Mocidade Portuguesa.

⁴⁹³ *ADGEFDSE*, Caixa 04/627 - Liv. 3/52, Federação Portuguesa de Futebol (A – Árbitros; C – Castigos e cumprimentos; J/2 – Jogos Internacionais), Fundo de Assistência Médico desportiva, 1952. Pasta - Fundo de Assistência Médico-Desportiva. Ofício - «Cursos de Iniciação Desportiva».

⁴⁹⁴ No início do mês de Abril de 1947, a Direcção Geral havia requisitado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, por via da Direcção Geral dos Negócios Políticos e da Administração interna, informação sobre a preparação dos jogadores jovens (juniores) numa série de países. Interessavam à Direcção, entre outros aspectos, as regras de organização de competições, os métodos de preparação e os sistemas de treino dos jovens. Nos meses seguintes chegaram respostas às embaixadas portuguesas de Inglaterra, Espanha, França e Bélgica. *ADGEFDSE*, Caixa 04/522 - Federação, 3/47 – 24 A a D e J/3, 1947. Pasta 24-A. Ofício L.º 3/47, N.º 24-A (15), Fls. 2-v, 05 de Maio de 1947.

⁴⁹⁵ *ADGEFDSE*, Caixa 04/520 - INEF (Pessoal), INEF (Diversos), Médicos dos Desportos, Instalações Desportivas, Organização Desportiva, Conselhos Técnicos, Publicações no Diário da República, Estatuto do Pessoal do INEF. Pasta – Médicos dos Desportos - P.º 11, Ofício L.º D, N.º 97, 18 de Janeiro de 1950.

de todo o país a informação sobre a inexistência de instrutores de ginástica qualificados em número suficiente para proporcionar a prática da ginástica aos seus atletas das modalidades de Classe A,⁴⁹⁶ a situação parecia não se ter alterado substancialmente.

No final do ano de 1952, a 23 de Dezembro, a Direcção-Geral incumbiu o delegado Mário de Carvalho de “informar os clubes que não têm ficheiros médicos organizados e de um modo geral não têm elementos de apreciação da sua actividade em ordem, que serão encerrados no prazo de 30 dias se não modificarem a situação”. Tratava-se de uma resposta a uma nova reclamação de Prata da Lima, com data de 24 de Novembro, que sugeriu alterações no preenchimento das fichas médicas dos atletas, já que “na grande maioria ou até na quasi totalidade dos clubes desta região [Porto]...tais ficheiros nem sequer existem, quanto mais estarem em dia”. Para além da importância da fichas médicas, o que estava em causa era, para o médico, “o prestígio da nossa Direcção Geral”.⁴⁹⁷

Apesar dos reiterados avisos, comunicações e ofícios que circularam ao longo dos anos sobre a necessidade de as organizações desportivas regularizarem a sua situação administrativa perante a Direcção Geral⁴⁹⁸, em 1953, e “por

⁴⁹⁶ Num clube de dimensão nacional como o Barreirense, por exemplo, as aulas de ginástica eram dadas por Regimundo Mendonça, sem o diploma adequado, que iria procurar obter, informava o clube, ao abrigo do n.º 1 do art. 35 do Decreto 32 946. Noutros pontos do país a situação era ainda mais difícil. O Santa Clara, de Coimbra, por sua vez, argumentava que apesar de todas as tentativas ainda não havia conseguido um professor para dirigir a sua classe de ginástica, situação que era, para mais, dificultada ainda pela escassez de meios de que o clube dispunha, e que assim sendo não conseguia cumprir o disposto no Decreto 32946. Pedia, porém, autorização para que um sócio do clube, sem diploma, que no passado já havia dirigido algumas classes de ginástica «com agrado geral» pudesse desempenhar a função. ADGEFDSE, Caixa 04/11 - Menores, J.N.E.F.E. Física, Administrativa, 1944. Ofício - L.º1, N.º7, Fls. 4, 20/5/1944 e Ofício - L.º1, N.º7, Fls. 5-v, 29 de Junho de 1944.

⁴⁹⁷ADGEFDSE, Caixa 04/424 - Actividades Desportivas, Pessoal, Médicos dos Desportos, Serviços Administrativos, Conselhos Técnicos, Instalações Desportivas, 1953. Pasta - Médicos dos Desportos, Ofício - L.º 11, N.º 17, 23 de Dezembro de 1952.

⁴⁹⁸ O Comunicado n.º 33, de 31 de Dezembro de 1945 informava os clubes de que devem ter os estatutos legalizados. «Verificando-se que não cumpriram ainda o preceituado no n.º 3 do art. 20º do decreto n.º 32.946 muitos dos clubes que mantêm actividade no desporto que essa Federação dirige, rogo a V. Ex.ª. Que avise todas as colectividades filiadas da determinação do Exmo. Director Geral de que só serão aprovados os novos corpos gerentes àqueles clubes que tenham os seus estatutos devidamente legalizados. Todos os outros, cujos estatutos não foram ainda aprovados nos termos das disposições acima citadas, devem dar cumprimento às mesmas urgentemente». Assina o presidente da Comissão Administrativa da F.P.F., Bento Coelho da Rocha. Noutro plano, o Comunicado n.º 150 de 29 de Maio de 1950, «verificando-se que muitos organismos desportivos continuam a não cumprir o que está determinado sobre eleições dos corpos gerentes o que causa embaraços aos serviços administrativos da Secretaria desta Direcção deve ser ‘rigorosamente cumprido’ o estipulado ou seja, as eleições dos corpos gerentes devem fazer-se sempre durante a primeira quinzena de Janeiro». ADGEFDSE, Caixa 04/80 - Actividades

incumprimento das disposições do artigo 96º do decreto nº 32.946”, uma série de associações regionais de futebol, entre as quais se incluíam as de Braga e do Porto, encontravam-se na iminência de ver “anuladas todas as penas disciplinares” por si aplicadas. A tomada deste tipo de medidas disciplinares extremas resultava daquilo que o Capitão António Cardoso apelidou de “resistência desrespeitosa” mais ou menos generalizada, já que aquelas associações não remetiam à Direcção-Geral, conforme estipulado, “os boletins e os relatórios dos júris, juizes e árbitros e dos seus delegados em competições oficiais, juntamente com cópias dos despachos que aplicarem castigos”. Facto tanto mais grave quanto “se verificou que a acção disciplinar de algumas seguia critérios inadmissíveis que podem dar lugar a favoritismos.” A decisão de anular os castigos verificou-se depois de a Direcção Geral ver ignorada, desde Novembro do ano anterior, uma série de pedidos para que as associações cumprissem a lei.⁴⁹⁹ A própria Federação, já liberta da tutela das comissões administrativas, admitiu, em ofício de 14 de Janeiro, que “simplesmente, por lapso da Secretaria Geral deste organismo, não foi transmitido às mesmas Associações o prazo fixado...circunstância esta que somos os primeiros a lamentar...Contudo, esta Federação vai providenciar no sentido das Associações que não deram cumprimento às determinações dessa Direcção-Geral, no caso em referência, o façam com máxima brevidade”.⁵⁰⁰

No balanço que alguns anos antes, ainda em 1946, fez da gerência da primeira comissão administrativa da FPF, Virgílio Lopes Paula classificara em termos semelhantes aos que o Capitão António Cardoso utilizou em 1953, a atitude dos agentes desportivos perante “os novos moldes” em que se procurava trabalhar, “com novos conceitos, com fórmulas diferentes, que, por

Desportivas, 1944-1954. Pasta A. Comunicado N° 33, de 31 de Dezembro de 1945 e Comunicado N.º150 de 29 de Maio de 1950.

⁴⁹⁹ A longa história dos pedidos consta do ofício no qual se anulam as sanções disciplinares aplicadas pelas associações: «oficiou-se em 16 de Novembro à Federação Portuguesa de Futebol para que determinasse às Associações o cumprimento da lei. Como estas não o fizessem, oficiou-se novamente em 3 de Dezembro, insistindo e marcando-se-lhes um prazo até 16 de Dezembro para o recebimento dos boletins e mapas de castigos respectivos. Em 2 de Janeiro, como só algumas tivessem cumprido o determinado, oficiou-se novamente reclamando o cumprimento do que está estabelecido. Não tendo sido cumprida a determinação feita, oficiou-se, novamente, em 15 de Janeiro, estabelecendo-se o prazo de oito dias, findo o qual seriam aplicadas severas sanções às que não tivessem cumprido as determinações feitas. Estamos em 4 de Fevereiro e nem a lei nem as determinações da Direcção-Geral foram cumpridas pelas seguintes Associações: Braga, Castelo Branco, Portalegre, Porto, Viseu, Angra do Heroísmo, Horta e Vila Real.

⁵⁰⁰ *ADGEFDSE*, Caixa 04/627 - Liv. 3/52, Federação Portuguesa de Futebol, Fundo de Assistências Médico Desportiva, 1952. Pasta - Federação C. Ofício - L.º 3/52, N.º 24-C (1), 07 de Março de 1953. Todo o processo encontra-se apenso a este ofício.

incompreendidos na sua finalidade, passando o primeiro entusiasmo, encontraram uma resistência passiva inexplicável”. De acordo com o antigo Secretário Geral da FPF, praticamente todas as questões em relação às quais se procurou intervir, relacionadas com “o problema das transferências, a idade de inscrição dos jogadores, o arrelvamento dos campos, a obrigatoriedade da ginástica para os atletas, o exame médico dando a garantia de um «*mens sana in corpore sano*», a criação de quadros de treinadores, foram questões mal compreendidas e pior assimiladas.” A questão fulcral, como teremos oportunidade de analisar na terceira parte desta tese, era a das “transferências, transferências e mais transferências. Era esse o êxito que convinha para o coração do trabalho dos dirigentes de um ano, aqueles dirigentes que só são bons quando ganham campeonatos e arrecadam receitas compensadoras. Pensou-se só em iludir a lei, em criar fórmulas inventoras de rabulice regulamentar, para se obter jogadores, custasse o que custasse. Perdeu-se tempo, dinheiro e a confiança da própria Direcção Geral. Esqueceram-se os ginásios, as escolas, os bons treinadores, os campos relvados, etc.”⁵⁰¹

Aquilo que alguns classificavam como o desmesurado investimento dos clubes em transferências e nos salários dos jogadores, ou seja o modelo de gestão dos clubes desportivos, não constituía o único entrave ao desenvolvimento do desporto em Portugal. Pelo contrário, outros identificavam no Estado um obstáculo ao investimento em equipamentos desportivos por parte dos clubes, em especial no quadro da estrutura assimétrica do campo desportivo nacional. Como demonstrou Ribeiro dos Reis, ainda em 1938, no I Congresso Nacional de Futebol, com base em contas detalhadas das diferentes competições desportivas nacionais, e partindo do caso do campeonato de Lisboa da época de 1937/38, as despesas de organização⁵⁰² e a distribuição de verbas pela Associação e pelos clubes das divisões inferiores absorviam cerca de 40% da receita bruta obtida em bilheteira naquele ano, nos jogos do Campeonato de Honra. Através de uma sucessão de exemplos, o Capitão Ribeiro dos Reis demonstrou como era “errada a ideia de que o futebol dá lucros fabulosos. Nenhum dos nossos clubes tem vida desafogada e as instalações de quase todos eles são uma miséria, não oferecendo

⁵⁰¹ Federação Portuguesa de Futebol, *Relatório e Contas da Gerência de 1942/43...*, 4.

⁵⁰² Entre as quais se incluíam «imposto único, beneficência do Governo Civil, licenças da Câmara, policiamento, pessoal, bilhetes e cartazes» Ribeiro dos Reis, «Os Impostos e o Futebol», em *I Congresso Nacional de Futebol* (Lisboa: Soc. Nacional de Tipografia, 1938), 8.

as necessárias comodidades ao público”. Jogos daquela época, como o Carcavelinhos-Casa Pia, deram, inclusivamente, prejuízo.⁵⁰³

O regime fiscal aplicado aos espectáculos desportivos constituía, para os homens do desporto, uma parte fundamental do problema. Aos jogos de futebol, incluídos na categoria de “espectáculos não mencionados nas alíneas anteriores e nos divertimentos realizados ao ar livre” do Decreto 14.396, de 10 de Outubro de 1927, era aplicada a taxa máxima aplicável aos espectáculos públicos, ou seja, implicava o pagamento de 8% sobre o preço dos bilhetes correspondentes a dois terços da lotação do recinto, independentemente do número de espectadores. De acordo com o mesmo diploma, outro tipo de espectáculos artísticos, entre os quais se incluíam eventos de “ópera, declamação, opereta, «vaudeville», revista, «feeries», variedades, circo e quaisquer outros de intuíto exclusivamente artístico” pagavam no máximo 3,5% sobre o preço dos bilhetes correspondentes a 50% da lotação. Os espectáculos cinematográficos, “com ou sem variedades”, pagavam 7% sobre dois terços da lotação e as touradas (6%) ainda menos.⁵⁰⁴

Perante esta situação, Ribeiro dos Reis concluía que “os espectáculos desportivos, organizados por agremiações que não são empresas com fins lucrativos, pagam mais do que as touradas, os cinemas e os teatros”. Tendo em conta não só o carácter não lucrativo dos organismos desportivos mas a própria incapacidade do Estado em “fornecer às organizações desportivas elementos que acelerassem o seu desenvolvimento”, o Estado deveria no mínimo abster-se de “subtrair-lhe aquele pouco de que vão vivendo e progredindo”. Nesta comunicação eram ainda recordadas as conclusões do congresso dos clubes desportivos, organizado cinco anos antes. No evento organizado pelo jornal *Os Sports*, em 1933, já se havia chegado “à conclusão de que o exagero das contribuições fiscais devia levar o Congresso a partilhar a doutrina de que havia necessidade de solicitar dos poderes constituídos uma mais justa e equitativa aplicação de impostos, se não fosse possível uma completa isenção, que seria o ideal”.⁵⁰⁵

A mudança da legislação fiscal em vigor não aliviou de forma substancial as dificuldades financeiras em que vivia a maior parte dos clubes desportivos em

⁵⁰³ Reis, «Os Impostos...», 7.

⁵⁰⁴ Decreto n.º 14.396 de 10 de Outubro de 1927.

⁵⁰⁵ Reis, «Os Impostos...», 1, 4 e 6.

Portugal. O Decreto-Lei nº. 36281 de 16 de Maio de 1947 instituiu pela primeira vez um sistema de tributação específico para os espectáculos desportivos, que desde 1927, e como referimos, se encontravam diluídos na categoria genérica de “espectáculos ao ar livre”. Dois anos depois, em Janeiro de 1949, a Associação de Futebol de Lisboa informava a Direcção-Geral do conteúdo de uma reunião que manteve naquela semana, “com prévio acordo” da Comissão Administrativa da FPF com o Director Geral das Contribuições e Impostos “a quem nos permitimos entregar uma exposição relativa às taxas de tributação que actualmente oneram os campos dos clubes nossos filiados, rogando-lhe simultaneamente os seus bons ofícios no sentido duma possível revisão, nos jogos desta A.F.L., tornando-os mais consentâneos com as possibilidades financeiras da maioria dos clubes”.

A nova legislação, como admitia a AFL, “teve em atenção facilitar a realização dos jogos de futebol de menor categoria e promover o desenvolvimento de tal prática desportiva entre os Clubes mais populares e de vida financeira menos desafogada”. No essencial o decreto permitia que, com a excepção dos “jogos de futebol disputados entre Clubes dos campeonatos nacionais, regionais e distritais, de taça e particulares, quando efectuados entre os grupos das categorias de honra dos Clubes da 1ª divisão do Campeonato Nacional, e nos seus campos de jogos, bem como os que se realizem entre grupos de nacionalidades diferentes”, em todos os outros se passava a cobrar um imposto de 8% sobre um terço do valor da lotação. Ainda assim, segundo a AFL, na maioria dos jogos, das camadas juvenis às divisões inferiores, tal imposto em jogos que se realizavam muitas vezes perante 100 ou 200 ou 500 espectadores, muitas vezes em recintos de capacidade muito grande, absorvia a maioria das receitas de bilheteira, levando a que não poucas vezes os clubes preferissem não cobrar entradas para o evento não dar tanto prejuízo, já que ao imposto acrescentavam-se ainda despesas com arbitragem, policiamento e despesas avultadas com deslocações.

Assim, continuava a exposição da AFL, “na prática os efeitos reais do espírito e da doutrina do Decreto nº. 36281 não corresponderam às intenções do Governo e os organismos de futebol têm esbarrado com insuperáveis obstáculos para poderem efectivar jogos de fraco interesse espectacular com entradas pagas.” No sentido de apoiar o seu argumento, a AFL argumentava que “um tal regime tão prejudicial para os Clubes e os seus jogadores, acaba também por ser prejudicial para o próprio Estado, que em vez de receber pequenos impostos em

muitos jogos, acaba por não receber imposto algum nos jogos mais modestos, que são a grande maioria dos realizados aos domingos no distrito de Lisboa”. Por conseguinte, a AFL solicitou à Direcção Geral de Contribuições e Impostos que o imposto fosse modificado no sentido de incidir apenas sobre um décimo ou um oitavo da lotação total dos campos onde os encontros se realizassem.

No dia 3 de Março, a própria Direcção Geral entrou em contacto com o Chefe de Gabinete do Ministro das Finanças no sentido de o informar do seu parecer sobre o requerimento da AFL, nomeadamente “da justiça que lhe assiste”. Anexo ao ofício, encontra-se um parecer de 23 de Fevereiro da DG sobre o problema. Nele pode ler-se que as disposições do decreto em debate “no que se referem aos impostos sobre espectáculos desportivos parecem inspiradas pela miragem dos grandes encontros de futebol, com estádios cheios. Se, porém, pensarmos naqueles jogos das divisões inferiores – como os indicados pela Associação de Futebol de Lisboa - onde acorrem apenas algumas centenas de pessoas, ou às competições de atletismo, andebol, hóquei em campo, rugby, voleibol, natação, etc., onde o máximo de afluência não corresponde à decima parte da lotação tributável dos recintos onde se celebram, chegaremos à conclusão que os 8% impostos por lei se transformam em 70% da receita bruta real.”

Numa estrutura desportiva assimétrica, em que uns poucos grandes clubes conviviam com uma multidão de pequenos clubes que sobreviviam em condições precárias, mas também na qual se observavam profundas diferenças entre o futebol e a maior parte das outras modalidades desportivas, a mudança do sistema fiscal era fundamental para assegurar uma existência menos problemática à maioria dos clubes desportivos. Aliás, o Director-Geral dos Desportos ia até um pouco mais longe do que a AFL no seu pedido à Direcção Geral de Contribuições e Impostos, secundando “todas as exposições tendentes a provocar um novo estudo do assunto e agir no sentido de ser modificado o actual estado de coisas, quer como alvitra a Associação de Futebol de Lisboa, quer, como se me afigura mais lógico, passando o imposto a ser aplicação sobre o número de localidades vendidas, nas organizações das modalidades pobres e nos jogos de futebol entre clubes de divisão inferior, estabelecendo-se ainda um limite abaixo do qual os espectáculos desportivos ficariam isentos do pagamento de imposto.”⁵⁰⁶

⁵⁰⁶ *ADGEFDSE*, Caixa – 04/542, Liv. 3/49, Futebol, Lisboa, 1949. Pasta – D, Ofício - L.º 3/49, N.º11-D, 03 de Março de 1949. Todo o processo encontra-se apenso a este ofício.

Um ano depois, quando a 8 de Maio de 1950 e depois de um longo processo negocial com a Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, a Direcção-Geral dos Desportos informou a Associação de Futebol do Funchal que os jogos de futebol na Madeira passavam a pagar o imposto mínimo, 8% sobre 1/3 da lotação,⁵⁰⁷ não só nada se havia alterado no regime contributivo dos espectáculos desportivos, como se tornava claro que regimes excepcionais seriam negociados caso a caso. Naquele momento era a situação do futebol na Madeira, onde não se disputavam jogos do campeonato nacional de futebol, que autorizava a redução do imposto. Conforme se pode ler em ofício, de 28 de Janeiro de 1950 da Direcção-Geral dos Desportos dirigido às finanças “o inspector dos desportos desta Direcção Geral que foi à Madeira, informou, por o ter verificado, que todos os desafios foram efectuados entre os clubs locais, que são o Marítimo, o União, o Sporting e o Nacional. Pôde o mesmo verificar que num desses encontros a receita foi de Esc. 7\$50 líquidos. Só nos encontros com os clubes do continente as receitas são apreciáveis”.⁵⁰⁸

A fragilidade do programa oficial de reforma das práticas desportivas manifestava-se também, portanto, na inexistência de plano fiscal que pudesse permitir às organizações desportivas acumular um conjunto de meios financeiros para desenvolver as suas actividades e melhorar os equipamentos. Quase nada havia sido feito relativamente a essa questão ao longo dos anos anteriores. No final da década de quarenta, e passados quinze anos da promessa de construção de um estádio nacional feita por Salazar aos desportistas portugueses, continuou a ser impossível a implementação da obrigatoriedade de todos os jogos do campeonato nacional de futebol serem jogados em campos relvados. Apesar do subsídio de 50 contos concedido às associações de futebol de Braga, Aveiro, Setúbal, Faro, Coimbra e Lisboa, ainda em 1945, por forma a garantir que na época de 1946/47 todos os jogos da primeira divisão se disputassem em terreno relvado, o problema não havia sido solucionado.⁵⁰⁹

⁵⁰⁷ *ADGEFDSE*, Caixa – 04/472, Liv.3/50, Funchal, Angra do Heroísmo, Horta, Ponta Delgada, Colónias, 1950. Pasta - Funchal, Subpasta, 19 – J/1, Ofício - L.º3/50, N.º 19-J/1(1), 08 de Maio de 1950.

⁵⁰⁸ *ADGEFDSE*, Caixa – 04/472, Liv.3/50, Funchal, Angra do Heroísmo, Horta, Ponta Delgada, Colónias, 1950. Pasta - Funchal, Subpasta, 19 – J/1. Ofício - L.º3/50, N.º 19-J/1(1), 28 de Janeiro de 1950.

⁵⁰⁹ *ADGEFDSE*, Caixa 04/80 - Actividades Desportivas, 1944-1954. Pasta A. Comunicado Oficial 166, de 21 de Julho de 1945.

Contando com o Estádio Nacional, existiam em 1948 em todo o país somente cinco campos relvados, todos eles situados em Lisboa e no Porto. No quadro de um programa de apoios ao arrelvamento dos campos de jogos, fomentado pela Direcção-Geral dos Desportos com a colaboração do Ministério das Obras Públicas, o elogio da obra pública já realizada era seguido da necessidade do seu aprofundamento, já que “a iniciativa particular, embora se empenhe na resolução deste problema, como o atestam o Estádio José Manuel Soares (C.F. “Os Belenenses”) Estádio José Alvalade (Sporting Club de Portugal) e Campo da Tapadinha (do Atlético Club de Portugal) em Lisboa, e Estádio do Lima (do Académico F.C.), no Porto, não consegue, por si só, resolvê-lo.” Em Março de 1948, e depois de concertados os montantes a serem atribuídos pelas duas entidades públicas (MOP, 120 contos, DGDEFSE, 180 contos), a FPF foi informada da existência de um fundo de 300 contos anuais para aquele fim. Só no final do ano seguinte, durante o mês de Novembro, a FPF enviou para a Direcção-Geral uma estimativa dos custos do arrelvamento dos recintos de cinco clubes, todos eles com tradição no futebol português e que, à entrada da segunda metade do século XX, ainda disputavam os seus encontros em terrenos pelados: Lusitano Futebol Clube, Vitória Futebol Clube, Vitória Sport Clube, Sporting Clube Olhanense, Grupo Desportivo Estoril Praia.⁵¹⁰

Entre a prática das instituições estatais no terreno desportivo e o discurso propagandístico oficial continuou, todavia, a observar-se, à entrada dos anos cinquenta, um contraste que importa notar. Num pequeno texto intitulado *Salazar e o Desporto*, editado em 1954 e originalmente publicado no ano anterior no jornal *União* de Lourenço Marques para celebrar o 25º aniversário da entrada de Salazar para o governo, o inspector dos desportos Ayala Botto fez o balanço daqueles anos. Apresentando o presidente do Conselho como um “grande velejador”, Ayala Botto qualificou a sua acção não só como “decidida e firme” como a considerou ainda “eloquentemente demonstrada” e de uma “intensidade

⁵¹⁰ ADGEFSE, Caixa 04/520 - INEF (Pessoal), INEF (Diversos), Médicos dos Desportos, Instalações Desportivas, Organização Desportiva, Conselhos Técnicos, Publicações no Diário da República, Estatuto do Pessoal do INEF. Pasta – Instalações Desportivas - Pº. 12. Ofício - L.º 1/49, N.º 12 (J6), 12 de Novembro de 1949.

fulgurante”. No desporto como noutras áreas, era “forçoso não esquecer que a Obra não apresenta desníveis, pois se mantém de uma homogeneidade impressionante”.

Passados os primeiros anos e o tempo de “pôr a casa em ordem”, Ayala Botto lembrou a atenção dedicada ao “«trabalhador» que, como elemento precioso de valorização nacional, não podia ser esquecido”, tal como atestava a criação da FNAT. No âmbito da “premente necessidade de educar a juventude”, sublinhou a obra da Mocidade Portuguesa; relevou o mérito da instituição do INEF, “uma velha ideia – tinha mais de um século e não passava de ideia”; deteve-se na “faceta pedagógica, educativa” da intervenção da Direcção Geral dos Desportos, antes de avançar para modalidades como a Columbofilia ou o Tiro, que mereceram especial atenção do Estado Novo. Para além de passar em revista o complexo institucional desportivo criado por Salazar, “neste período abençoado por Deus, em que tudo se passa em Portugal num ambiente de naturalidade e confiança, tão diferente daquele outro que, em tantas e tão variadas regiões, pode ser observado”, o inspector não deixou de sublinhar a materialidade da obra do regime e de Salazar.

As contribuições do Estado para a construção de equipamentos desportivos foi, aliás, o aspecto mais detalhado no texto do homem que proferiu mais de mil palestras aos microfones da Emissora Nacional. Dando conta das “avultadas participações do Estado, saídas do Fundo de Desemprego”, especificou, para além dos exemplos do Estádio Nacional e do Estádio 28 de Maio, em Braga, os “numerosos estádios municipais” que foram surgindo, nomeadamente os de Viseu, Covilhã, Coimbra, Leiria e Famalicão. Ayala Botto alertou ainda os seus leitores para a necessidade de não se olvidar “que os dois principais Municípios do Império[Lisboa e Porto], ambos com vista à realização de Campeonatos Mundiais de hóquei em patins, construíram, respectivamente, em 1947 e 1952, Pavilhões dos Desportos, de indiscutível utilidade, sobretudo para as modalidades menos providas de receitas”.

Foram igualmente destacados no texto outros empreendimentos camarários em matéria de infra-estruturas desportivas. Os “substanciais” apoios concedidos pela Câmara Municipal do Porto e pelo Fundo de Desemprego à construção do Estádio das Antas, inaugurado a 28 de Maio de 1952, enquadrados nas “muitas centenas de contos destinados a colaborar nas construções que ao

desporto dizem respeito”, colocavam também as obras dos clubes privados no âmbito das realizações do Estado Novo. A minúcia com que foram enumerados outro tipo de apoios, “numerosos e justos”, concedidos às organizações desportivas, decorria da necessidade de responder aos críticos da política desportiva do regime, “facto que tem feito correr muita tinta, visto ser frequente ouvir, àqueles que de tudo fazem baixa política, a afirmação – a propósito da dureza com que os citados espectáculos são onerados pelos impostos – de que a contribuição que o desporto dá ao Estado, é em tudo, superior aos auxílios que dele, ou por via dele, aufere”.

Como resposta a estas injustiças, o autor conclui o texto com uma pormenorizada descrição dos montantes investidos pelo Estado no desporto. Aos 5.500 contos acumulados, entre 1947 e 1952, pelo Fundo de Auxílio aos Organismos Desportivos,⁵¹¹ financiado por uma sobretaxa de cinquenta centavos em cada bilhete de futebol, foi “acrescentada, por concessão governamental, às federações de remo, vela, esgrima, patinagem e Congresso de Ginástica de Ling, a verba de 4.500 contos; tais verbas foram distribuídas por federações, associações regionais, clubes e entidades diversas, não esquecendo o Comité Olímpico Português, com cerca da quarta parte da totalidade dos dez mil contos, que destinou à deslocação de numerosas representações portuguesas que figuraram nos Jogos Olímpicos de Londres (1948) e de Helsínquia (1952).” Entre as verbas dispensadas pelas Câmaras Municipais, 30 mil contos, “em construções, subsídios, rendas, prémios e professores de educação física”, e os 120 mil contos que o Governo gastara em construções, entre as quais, relembra o autor, se encontravam o Estádio Nacional e o “sumptuoso” edifício do INEF, que seria inaugurado naquele ano, era “fácil chegar, por adição, à soma bem significativa, de cento e quarenta e cinco mil contos até ao final do ano de 1952.”

Perante a grandeza destes números tornava-se claro para o inspector dos desportos que “desde o advento desta situação que, por graça de Deus, nos rege, o

⁵¹¹ Criado pelo Decreto-Lei n.º 35 992 de 23 de Novembro de 1946. Tratou-se de um fundo, administrado pela Direcção Geral «destinado a promover a expansão de modalidades desportivas de pequenas disponibilidades financeiras e a auxiliar a representação portuguesa em congressos e competições internacionais». As receitas do fundo provinham de uma taxa de 50 centavos cobrada a cada bilhete de entrada nas competições internacionais e oficiais de futebol, de 5% das receitas das competições de futebol internacionais realizadas no Estádio Nacional, das multas aplicadas a desportivas e organismos desportivos e subsídios e donativos atribuídos pelo Governo ou qualquer outra entidade.

Estado não recebeu do Desporto, através das suas repartições de contribuições e impostos, coisa que de longe se pareça com metade das cifras atrás mencionadas.” A responsabilidade de tal obra era de Salazar, já que “efectivamente, sem a sua superior visão das coisas, sem o seu sentido das oportunidades, sem o seu espírito coordenador, sem a sua palavra de ordem, nada do que está feito teria sido feito”. A conclusão lógica desta obra, resultante da visão do líder era que “Portugal confia hoje e sempre em Salazar”.⁵¹² A multiplicidade das obras referidas e a grandeza dos números apresentados, por uma obra que já tinha vinte e cinco anos, e que se vinha intensificando nos anos anteriores, pode ser medida pelas concretizações posteriores do próprio regime e dos montantes que mais tarde foram afectados ao campo desportivo.

Os Planos de Fomento Gimnodesportivo, financiados pela criação das apostas mútuas desportivas em 1961 e, em consequência das verbas disponibilizadas por estas, ao Fundo de Fomento do Desporto,⁵¹³ terão sido, na década de 1960, o fenómeno de maior impacto no desporto português, e importantes sobretudo para os então chamados “desportos pobres”. Foram justamente as verbas canalizadas para este fundo que permitiram incrementar significativamente o investimento do regime no desporto. As tentativas anteriores, materializadas no Fundo de Auxílio aos Organismos Desportivos, geraram montantes de reduzido significado, ao contrário do que argumentava Ayala Botto. Com as receitas do Fundo de Fomento tornou-se possível, pela primeira vez, desenvolver uma política desportiva estruturada, a partir de orçamentos anuais que partiam de um mínimo de 30 mil contos. Para se ter uma ideia sobre a importância do Fundo de Fomento, bastará referir que, no relatório preliminar do II Plano de Fomento Gimnodesportivo, para o triénio 1971-1973, se calculavam em 142 000 contos as receitas provenientes das apostas mútuas desportivas e em 3600 contos (1200 por ano) as verbas originárias do Fundo de Auxílio a Organismos Desportivos.⁵¹⁴

No relatório onde se fazia a avaliação da aplicação das receitas das apostas mútuas desportivas no triénio 1963-65, ainda antes da elaboração dos

⁵¹² José de Ayala Botto, «Salazar e o Desporto», *Boletim da Direcção Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar*, Fascículos I e II, 1954.

⁵¹³ Decreto-Lei n.º 46.449 de 25 de Julho de 1965.

⁵¹⁴ Augusto de Ataíde, *II Plano de Fomento Gimnodesportivo: relatório preliminar* (Lisboa: Direcção Geral de Educação Física e Desportos. Centro de Informação e Documentação, 1971), 15.

planos de fomento gimnodesportivo, já se recomendava, porém, alguma cautela na leitura daqueles valores: “não obstante as ordens de grandeza das verbas acabadas de citar, bem como o respectivo ritmo ascensional [subiram de cerca de 16 mil contos em 1962 para 34 mil em 1965], justificarem uma atitude optimista quanto ao papel que sem dúvida as Apostas desempenharão no fomento gimnodesportivo nacional, não pode deixar de se reconhecer que tais verbas acabam por ser exíguas perante a grande acção a desenvolver. Basta lembrar que a receita atribuída ao Ministério da Educação Nacional se destinou, entre outras finalidades, ao fomento de 34 modalidades gimnodesportivas, ao mesmo tempo que apenas o futebol beneficiou, durante o mesmo período, de 49 910 866\$50 (cerca de 45% da verba total atribuída ao referido ministério).”⁵¹⁵

O salto mais significativo foi dado entre 1966-1970, o período abarcado pelo primeiro Plano de Fomento Gimnodesportivo, com valores um pouco acima dos 30 mil contos anuais. Nesse Plano, previa-se a construção de 10 pistas de atletismo, a acrescentar às 16 existentes⁵¹⁶. De acordo com o estudo desenvolvido pelos autores do relatório, o país necessitaria ainda de 105 pistas de atletismo. Apesar do investimento aplicado ao longo de toda a década, o desporto português continuava numa situação débil. Isto é, após uma década de investimento sistemático em infra-estruturas desportivas, ainda se estava, no final do triénio 1971-1973, a acabar de equipar todas as capitais de distrito com, pelo menos, um pavilhão gimnodesportivo e uma piscina. Relativamente às cidades com mais de 20 mil habitantes, contempladas com os referidos equipamentos, o relatório indicava que “sendo possível facultar, no âmbito do presente plano, a cobertura de todas as capitais de distrito, o mesmo não se passa com todas as outras localidades referidas, que *podem* beneficiar dos empreendimentos programados, não significando isto, evidentemente que seja possível nos próximos três anos dotá-las todas de pavilhão e piscina.”⁵¹⁷ Em meados da década de setenta, nem todas as cidades do país com mais de 20 mil habitantes estavam ainda equipadas com pelo menos um pavilhão gimnodesportivo e uma piscina, impossibilitando, portanto, e

⁵¹⁵ Direcção Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar. *Relatório da aplicação das receitas das apostas mútuas desportivas atribuídas ao ministério da educação nacional no triénio 1963-1965* (Lisboa: Ministério da Educação Nacional, 1967), 95.

⁵¹⁶ Direcção Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar. *Plano de Fomento..., 1965*, 29-38.

⁵¹⁷ Ataíde, *II Plano...*, 26.

no quadro das concepções desportivas que mobilizavam a política desportiva do regime, o alargamento da prática desportiva a parte significativa da população.

Estas limitações não eram as únicas. Os relatórios de funcionamento dos Centros de Medicina Desportiva permitem esboçar um outro retrato da situação. Os Centros de Medicina Desportiva foram criados em 1944, de forma a garantir a inspecção médica de todos os praticantes de desporto no país. Era, contudo, apenas para o final do triénio 1971-1973 que se esperava que os centros de medicina desportiva conseguissem, finalmente, inspeccionar todos os praticantes, de forma a “retirar completa utilidade das actividades gimnodesportivas e evitar que estas sejam mesmo, nalguns casos, prejudiciais à saúde”.⁵¹⁸

Cerca de trinta anos depois da sua formação, os Centros de Medicina Desportiva pareciam também estar prestes a cumprir a sua missão na íntegra. A sua trajetória histórica demonstra não apenas a expansão das capacidades inspectivas do Estado português mas também a evolução da relação do poder público com o campo desportivo e as prioridades dessa mesma relação.

Em 1945 existia apenas um Centro de Medicina Desportiva no país, localizado em Lisboa, onde naquele ano se realizaram 2020 exames. Embora não fosse apresentado o número total de atletas a ser inspeccionado, a prioridade do Centro de Medicina Desportiva era clara. Ao longo daquele ano foram examinados 1818 praticantes de futebol, a grande distância dos árbitros de futebol, com 92 observações, e dos candidatos ao INEF, com 30 indivíduos inspeccionados. O ciclismo e o atletismo, as categorias seguintes, apresentavam-se com seis atletas⁵¹⁹. Cerca de vinte anos depois, o futebol continuava a ser a prioridade nos Centros de Medicina Desportiva, que passaram a cinco (Lisboa, Porto, Setúbal, Braga e Faro), aos quais se acrescentavam três do sector escolar. Na época de 1962/63 estavam inscritos nas federações 23 342 atletas. Foram inspeccionados 8 965, o que correspondia a 38,41% do total. No caso do futebol foram observados 8 535 atletas, de um total de 11 497, portanto, 74,24%. A segunda modalidade com mais atletas federados era o basquetebol. De um total de 3 022 praticantes inscritos, foram controlados 42, o que constituía 1,39% do total. Entre as outras modalidades com maior taxa de inspecção encontravam-se o

⁵¹⁸ Ataíde, *II Plano...*, 29.

⁵¹⁹ Manuel de Mesquita Guimarães, «Relatório da actividade do Centro de Medicina Desportiva no ano de 1945», *Boletim do Instituto Nacional de Educação Física*, n.º 3-4 (1946), 71.

hóquei em patins, com 15,01% (1286/193), o pugilismo, com 13,26% (132/18) e o ciclismo, com 8,68% (311/27). O atletismo apresentava uma taxa de 3,49%, correspondente a 40 atletas inspeccionados em 1 147 atletas inscritos.⁵²⁰

Entre meados dos anos sessenta e o 25 de Abril de 1974, verificou-se, de facto, uma maior racionalização do campo desportivo e um crescimento do número de atletas federados. Estava-se longe, porém, quer de uma prática desportiva de massas, quer da hipótese de contemplar o sucesso internacional dos atletas portugueses de elite. Apesar de tudo, este crescimento da actividade desportiva em Portugal deveu tanto ao planeamento técnico, possibilitado pela aplicação dos Planos de Fomento Desportivo, como à aceitação do futebol profissional. A legislação respeitante à profissionalização dos jogadores de futebol, de 1960, e a instituição das Apostas Mútuas Desportivas, em 1961, foram fundamentais para a expansão da rede de infra-estruturas desportivas. Por outro lado, o aumento do interesse por outras modalidades deu-se também, ou mesmo sobretudo, através dos processos de identificação associados às redes de simpatias e filiações clubistas, que o futebol gerou à escala nacional, como aliás demonstra a evolução da notícia desportiva. O crescimento da capacidade de intervenção e planificação do Estado Novo no campo desportivo, nomeadamente no que concerne à promoção de infra-estruturas desportivas, dependeu, uma vez mais, do processo de profissionalização do futebol português. Trata-se de um processo que o regime não deixou de tentar bloquear precisamente até ao início da década de sessenta.

Conclusão

Até essa data, o futebol e os desportos competitivos foram encarados, pelo Estado Novo, ou seja pela maioria das suas instituições e dos agentes a elas afiliados, como a antítese do modelo ideal da prática desportiva, corporizado pela ginástica. O significado de acontecimentos como a inauguração do Estádio Nacional, em 1944, amplificado pela propaganda, não deve obscurecer o seu carácter excepcional e a oposição que se estabeleceu entre educação física e desportos.

⁵²⁰ Direcção Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar. *Plano de Fomento...*, 1965, 69.

Como procurámos demonstrar ao longo desta segunda parte, prevaleceu no campo estatal, durante todo o período em análise, uma concepção higiénica e disciplinar das práticas físicas, ancorada numa ideologia da regeneração da raça. Mesmo que os mitos palingenéticos e as práticas políticas nacionalizadoras se tenham revelado, no plano ideológico e cultural, como uma das formas de classificar os regimes autoritários do período entre guerras, pudemos verificar continuidades e persistências assinaláveis nessas concepções, cuja origem remonta ainda ao século XIX. Disputado entre militares e médicos, entre os defensores da ginástica respiratória e os proponentes da ginástica sueca, método de Ling, o campo estatal da educação física não se pautou, no entanto, pelo monolitismo ideológico ou pela estagnação, tendo ele mesmo evoluído entre as décadas de trinta e de sessenta.

Mais do que no plano ideológico e discursivo, relativamente coerente, foi no plano da institucionalização, marcada, em simultâneo, por fragilidades materiais na sua concretização e resistências sociais à sua aceitação, que situámos as formas através das quais o Estado Novo implementou um programa oficial de práticas físicas. Foi possível aí observar uma discrepância assinalável entre os projectos de enquadramento e mobilização de diferentes categorias sociais, plasmados, por exemplo, numa série de decretos legais e programas oficiais, e a sua concretização. Num contexto em que o papel de selecção social da instituição escolar se fortalecia, mesmo com a redução das taxas de analfabetismo, o reduzido investimento na educação física escolar, na construção de ginásios ou na formação de professores de educação física, lacuna que a criação do INEF não se revelou capaz de solucionar, não permitiu uma massificação da educação física por aquela via. Uma outra organização do regime, a Mocidade Portuguesa, para além da escassez de meios com que foi dotada ou da sua limitada abrangência, viu os seus projectos, de uma educação física militarizada, por exemplo, minados por uma série de resistências sociais, profissionais e institucionais. Todavia, foi justamente no campo das actividades desprovidas de um conteúdo doutrinário de inculcação ideológica explícito, como as actividades circum-escolares da Mocidade ou a política social da FNAT, onde os desportos desempenharam um papel importante, que esse programa oficial se revelou mais bem sucedido.

A constituição da Direcção-Geral dos Desportos, Educação Física e Saúde Escolar não deixou de denunciar a fragilidade daquelas instituições de enquadramento do regime e a sua incapacidade em suplantarem a concorrência dos

modelos associativos e comerciais de enquadramento das práticas desportivas. A actuação da Direcção-Geral dos Desportos, organização criada em 1942, sobre o campo desportivo e o universo associativo, que cresceu, recorde-se, à margem das instituições estatais, caracterizou-se por objectivos de reforma moral e cultural que foram, em grande medida, derrotados por uma economia de práticas específica já instituída no campo desportivo. Partindo de premissas nacionalizadoras e estatizadoras de um segmento da sociedade civil, num modelo que classificou de “centralização descentralizada”, o projecto de instrumentalização das organizações desportivas autónomas defrontou-se com um conjunto de resistências que resultavam quer da constituição histórica de um campo de práticas dotado de uma autonomia relativa quer da exiguidade de meios com que aquela organização do Estado Novo foi dotada, tornando-a dependente de um conjunto de redes de poder verticais, de natureza muitas vezes clientelar, orientadas por objectivos muitas vezes dissonantes em relação àqueles afirmados pelo centro político. Assim, e para além da incapacidade para mobilizar a esfera associativa para a massificação dos cursos de ginástica, a intervenção da Direcção-Geral, apoiada num poder despótico, arbitrário e discricionário, afirmou-se essencialmente pelo controlo disciplinar e policial de uma esfera da sociedade civil portuguesa e pela tentativa de limitar o crescimento do espectáculo desportivo, tido também aqui como antagónico em relação aos verdadeiros valores e objectivos do desporto e da educação física.

III A pureza perdida do desporto: a profissionalização do jogador de futebol e a sua denegação administrativa

Introdução

Entre 30 de Junho e 22 de Julho de 1951 realizou-se no Brasil aquela que pode ser considerada a primeira competição intercontinental de clubes, o Torneio dos Campeões ou a Copa Rio, como ficou conhecida. Depois de perdida, no Maracanã, a final do Campeonato do Mundo de 1950, para o Brasil a Copa Rio representou mais do que uma simples competição desportiva. Foi também um instrumento para restaurar o orgulho nacional e comprovar perante o mundo o força do futebol brasileiro e o seu vanguardismo. Do ponto de vista económico, foi uma forma de rentabilizar os investimentos realizados na construção dos novos estádios para o mundial de futebol.

Não obstante o nome com que ficou conhecida, a competição decorreu não só no Rio de Janeiro, no Maracanã, como em São Paulo, no Pacaembu. A organização da prova não foi uma tarefa simples. No final de Maio, a pouco menos de um mês do início da competição, não eram ainda conhecidos todos os

participantes. *A Bola* dava conta, na sua edição de dia 19 desse mesmo mês, que o Milão, o Estrela Vermelha de Belgrado e o Sporting eram já presenças confirmadas. Em relação à Espanha, que acabaria por não enviar qualquer representante, nada se sabia ainda de concreto.⁵²¹ Dois dias depois, a 21 de Maio, especulava-se sobre a possibilidade de a realização da prova se encontrar em causa, já que Sir Stanley Rous, referia a hipótese de não participarem nela quaisquer clubes ingleses ou escoceses, o que acabou por se confirmar.⁵²²

A dificuldade em harmonizar calendários a um nível internacional revelou-se um dos factores que contribuiu para afastar algumas equipas europeias. O Milão, vencedor do campeonato italiano, concentrado na Taça Latina, que se realizou em Itália durante a segunda metade do mês de Junho, acabou por ceder o seu lugar no Torneio dos Campeões à Juventus, o segundo classificado do campeonato italiano na época anterior. Apesar de inicialmente não estar prevista a presença do representante francês, perante a falta de comparência de outros convidados, o campeão Nice acabou por atravessar o Atlântico, remetendo o Lille, o segundo classificado do campeonato francês naquele ano, para a Taça Latina. No final, para além dos campeões do Rio de Janeiro e São Paulo, Palmeiras e Vasco da Gama, participaram neste primeiro mundial de clubes o Nacional do Uruguai, o Áustria Viena, o Sporting, o Nice, a Juventus e o Estrela Vermelha.

Entre os participantes europeus, o campeão português foi o único a competir naquelas duas provas. O Sporting viu no convite uma oportunidade para restaurar relações com o Brasil. Relações que ficaram algo danificadas, dizia-se, depois de não ter aceite participar, por incompatibilidade de calendários, no festival 1º de Maio “em que se pretendia fazer uma festa popular organizada pelo presidente Getúlio Vargas aos operários brasileiros”.⁵²³ Poucos dias depois de dois jogos com o Lille, um deles de desempate, e de uma derrota com o Atlético de Madrid, ou seja, de um último lugar na Taça Latina, o Sporting partiu para o Brasil. Aí o saldo desportivo também não foi muito positivo. Derrota no primeiro jogo com o Vasco da Gama, por 5-1. Derrota como Nacional do Uruguai, por 3-2. E finalmente derrota como Áustria Viena por 2-1.

⁵²¹ «O Sporting no ‘Torneio dos Campeões’», *A Bola*, 19 de Maio, 1951, 2.

⁵²² «O torneio dos campeões do Brasil está comprometido?», *A Bola*, 21 de Maio, 1951, 1.

⁵²³ «O Sporting recusou o convite para jogar no Brasil no ‘Festival’ 1º de Maio», *A Bola*, 19 de Abril, 1951, 4.

A prestação do Sporting no Torneio dos Campeões seguiu o padrão dos resultados internacionais das equipas portuguesas naquele ano. Nos cerca de três meses que mediaram entre o final do campeonato nacional e o início da Copa Rio, nas páginas de *A Bola*, os resultados das equipas portuguesas, clubes e selecção, suscitaram um intenso debate sobre as causas da crise que o futebol português atravessava. A derrota da selecção nacional com a sua congénere italiana, em Abril, no primeiro internacional da época, por 4-1, e sobretudo a diferença de qualidade patenteada pelas equipas portuguesas contra as várias equipas brasileiras, entre as quais o São Paulo e o Flamengo, que fizeram digressões em Portugal entre o final de Abril e o início do mês de Junho, contribuíram para avolumar o sentido de estagnação e de atraso que se vivia entre aqueles que acompanhavam de forma mais próxima o desenvolvimento do futebol português e lutavam pela sua modernização e actualização.

O regresso de Cândido de Oliveira a Portugal, após uma temporada como técnico do Flamengo, onde assumiu funções depois de ter estado no Brasil como jornalista durante o Mundial de 1950, contribuiu, de alguma forma, para acentuar ainda mais essa discrepância no desenvolvimento do futebol em cada um dos lados do Atlântico. Retomando funções n' *A Bola*, menos de uma semana após o seu retorno, Cândido de Oliveira iniciou uma série de textos sobre “O futebol no Brasil”. Logo na primeira crónica procurou transmitir “de forma sumarássima, mas suficientemente elucidativa, algumas notas susceptíveis de ajudar à construção de uma ideia quanto possível exacta da verdadeira posição do Brasil no Mundo da bola, pelo particularismo da sua organização, dos seus métodos de trabalho, da sua acção em favor e até, num aspecto ou noutro, em desfavor do desporto número um do nosso século.”⁵²⁴

Nas semanas seguintes, e ao longo de praticamente dois meses, os leitores de *A Bola* ficaram a conhecer de forma detalhada algumas das dimensões fundamentais do futebol brasileiro.⁵²⁵ Perante este stock de conhecimento, as

⁵²⁴ Cândido de Oliveira, «No Rio de Janeiro joga-se a bola... e toma-se banho de mar durante todo o ano», *A Bola*, 03 de Março, 1951, 1.

⁵²⁵ Entre os temas abordados por Cândido de Oliveira encontravam-se a estrutura organizativa e o sistema de provas oficiais no Brasil; os critérios para a definição do calendário de jogos; a hierarquia dos clubes e as relações entre clubes grandes e clubes pequenos; o impacto da Taça do Mundo na popularização do futebol daquele país e no número de espectadores nos estádios; o sistema fiscal aplicado ao futebol e o papel do Estado; os salários dos jogadores e a questão do profissionalismo; o perfil dos dirigentes e a gestão dos clubes; problemas de arbitragem;

derrotas das equipas portuguesas face às suas congéneres brasileiras não apanharam de surpresa a comunidade de leitores de *A Bola*. Ainda assim, o debate sobre a crise do futebol português estava lançado. Ou melhor, continuava a fazer correr muita tinta. Em Abril de 1951, Cândido de Oliveira responsabilizou a “D.G.D. pela inferioridade dos portugueses no tocante ao futebol, revelada mais claramente no último Portugal-Itália e, de um modo geral, em todas as competições internacionais em que temos participado”. Nas linhas seguintes, o redactor de *A Bola* não se inibiu de arrasar a política desportiva em vigor.⁵²⁶

Ao longo de todo o ano de 1951, o ano que em terminou o tempo das comissões administrativas impostas pela Direcção-Geral dos Desportos à Federação Portuguesa de Futebol, processo acompanhado nos meses de Junho e Julho com extraordinário interesse nas páginas de *A Bola*, o jornal destacou igualmente a questão do profissionalismo dos atletas desportivos. Convocou para as suas páginas, em defesa do profissionalismo no futebol, figuras dos mais diversos campos de actividade. Homens de diferentes proveniências, orientações políticas e inscrições profissionais, como o locutor Artur Agostinho, o maestro Pedro Freitas Branco, o actor José Amaro, o engenheiro Varela Cid, o médico Mário Damas Mora ou o professor Vasco Botelho Amaral, entre muitos outros, deixaram os seus testemunhos nas páginas do periódico quanto à necessidade da aceitação do profissionalismo no futebol.⁵²⁷

interpretações para o virtuosismo técnico dos jogadores brasileiros; os aspectos religiosos e metafísicos da cultura futebolística local.

⁵²⁶ Não se limitando a comentários genéricos, o antigo seleccionador nacional elencou, um a um, os problemas fulcrais: «Proibição do futebol infantil; proibição do futebol nalgumas escolas que foram outrora esteio da organização futebolística, como a Casa Pia de Lisboa; proibição de competições desportivas inter-juniores com menos de 18 anos (!); proibição da existência de clubes populares, a não ser quando procuram condições praticamente impossíveis de preencher; a proibição do profissionalismo, sob a alegação de que ‘a beleza do desporto perde-se quando se transforma num modo de vida’ (!); condicionalismo de transferência de jogadores, simulador de proibição, mas que, em boa verdade, não deixa de existir; a falta de auxílio eficiente e permanente aos clubes, a não ser através do dinheiro dos próprios clubes, beneficiando a D.G.D. do Fundo de Expansão – de expansão do futebol! – atribuído primitivamente à Federação, para ser distribuído discricionariamente pela própria D.G.D.; substituição dos corpos gerentes eleitos pelas Associações e Clubes – e zeladores do interesses dos clubes e do futebol – por Comissões Administrativas, tudo isto somando tem contribuído, de modo inequívoco, para determinar o abaixamento do nível técnico do futebol nacional e impedir o seu progresso de modo a justificar a existência de competições internacionais». «A nossa inferioridade futebolística é cada vez mais nítida de ano para ano segundo se revela nos jogos internacionais», *A Bola*, 26 de Abril, 1951, 1.

⁵²⁷ Vejam-se alguns dos títulos que acompanharam aquelas entrevistas no jornal *A Bola*: «‘O profissionalismo parece estar na base do perfeito funcionamento da máquina que é uma equipa’ – disse-nos o maestro Pedro de Freitas Branco, desportista cem por cento e chefe de uma família de desportistas», 17 de Fevereiro, 1951, 1; «‘O desportista que intervém numa competição com entradas pagas deve ser remunerado visto ser ele a razão de existir do espectáculo’, disse-nos o

O contraste entre a abordagem de Cândido de Oliveira à sua experiência brasileira e o relatório redigido por Carlos Góis Mota, dando notícia da embaixada do Sporting Clube de Portugal ao Brasil, em 1951, e dirigido “A Sua Excelência o Professor Doutor António de Oliveira Salazar, ilustríssimo Presidente do Conselho de Ministros do meu País, cujo nome sentimos querido e respeitado, no Brasil, espelho das nossas virtudes, orgulho de Portugal” não poderia, à primeira vista, parecer mais flagrante. O destacado membro da Legião Portuguesa e dirigente do Sporting descreveu, desde logo pelo título do relatório, a viagem maravilhosa do seu clube a um país de maravilha “como alto instrumento do estreitamento das relações dos dois povos da mesma língua”, mas também com a ampla comunidade portuguesa residente naquele país.⁵²⁸

Na imprensa portuguesa, nomeadamente em *A Bola*, essa dimensão mais estratégica foi um aspecto secundário da cobertura noticiosa do torneio dos campeões. Empenhado na cobertura das eleições presidenciais de 1951, o *Diário de Lisboa* não deixou também de noticiar, em detalhe, a participação do Sporting no Torneio dos Campeões. Tavares da Silva pautou as suas crónicas relativas à competição por critérios essencialmente desportivos, sublinhando na último dos seus textos o deslumbrante futebol do Vasco da Gama, cujo “diabólico carrossel” apresentou “um espectáculo de futebol assombroso, jamais visto”.⁵²⁹

actor José Amaro», 24 de Fevereiro, 1951, 1; «‘O profissionalismo é um modo de vida e qualquer profissão pode manter um ideal elevado’, - disse-nos o eng. Varela Cid», 17 de Maio, 1951, 8; «‘Só um profissionalismo integral, bem dirigido com os deus direitos e deveres pode dar satisfação’, - afirma o Dr. Mário Damas Mora», 8 de Setembro, 1951, 1; «‘O profissionalismo e a especialização não são manias são necessidades para a verdadeira técnica’, -disse-nos o Prof. Vasco Botelho do Amaral», 13 de Setembro, 1951, 9.

⁵²⁸ Carlos Góis Mota, *Viagem Maravilhosa a um País de Maravilha* (Lisboa: Tipografia Silvas, 1951).

⁵²⁹ No dia 2 de Julho, por exemplo, destacou a justeza do resultado da partida entre Sporting e Vasco da Gama, sublinhando de passagem a efusividade do público brasileiro. Tavares da Silva, «O Sporting merecia melhor resultado com o Vasco da Gama», *Diário de Lisboa*, 2 de Julho, 1951, 8. No dia 4, sobre o encontro entre Sporting e Nacional, o ênfase deslocou-se para a dureza do jogo dos uruguaiois. Tavares da Silva, «O Sporting foi prejudicado pela violência dos uruguaiois», *Diário de Lisboa*, 4 de Julho, 1951, 3. No dia 8 mais uma crónica de um jogo perdido pelo Sporting no Brasil. Tavares da Silva, «O Sporting perdeu no Brasil mais um jogo em que merecia não ter perdido», *Diário de Lisboa*, 8 de Julho, 1951, 7. No dia 9 tratou-se essencialmente de partilhar com os seus leitores o seu deslumbramento com o futebol apresentado pelo Vasco da Gama. Tavares da Silva, «O Vasco da Gama deve ser a melhor equipa do mundo como o demonstrou em Maracanã contra a forte equipa da Austria», *Diário de Lisboa*, 9 de Julho, 1951, 4. Os comentários sobre o acolhimento do Sporting no Brasil, viram-se remetidos para parte de uma pequena caixa, e diluíram-se numa apaixonada ode ao futebol do Vasco da Gama e à interpretação técnica e tática das suas virtudes.

Mais do que o relato das actividades desportivas que esta embaixada restabelecia, vinte anos depois da última viagem de um clube português ao Brasil, Góis Mota deteve-se, pelo contrário, com maior demora sobretudo nas questões culturais e de interesse político, dando conta da forma como neste “novo e imenso mundo que é o Brasil marcam os portugueses a sua missão histórica de tornarem o seu sangue o cadinho em que se fundiu a nova nacionalidade”. O Brasil, “a menina dos nossos olhos, o espelho da nossa grandeza passada e o nosso maior orgulho” era assim um reflexo da alma portuguesa, “a prova mais exuberante do génio e da maneira de ser do português”. O discurso de Góis Mota e o tom do relatório, para além dos objectivos diplomáticos declaradamente assumidos da participação do Sporting no primeiro torneio intercontinental entre clubes, reforçados pela natureza política mais do que desportiva do convite dirigido ao clube, coloca igualmente uma questão política sobre o desenvolvimento do futebol em Portugal.

Num momento em que o luso-tropicalismo se afirmava como forma de legitimação do imperialismo português, o relatório de Góis Mota sugere, partindo do exemplo do que significou o fundista Paavo Nurmi para a Finlândia, as funções que o futebol e os maiores clubes portugueses poderiam desempenhar nesse processo de transformação da imagem no país na cena internacional. As digressões africanas das principais equipas portuguesas e o ciclo de inaugurações dos estádios dos anos cinquenta, a par da presença de alguns elementos do regime nas direcções dos principais clubes portugueses podem com alguma facilidade integrar o mesmo quadro analítico ou uma periodização política da história do futebol português e do seu lugar no “espectáculo fascista”.

É possível, todavia, partindo dos mesmos factos, ou seja da digressão brasileira do Sporting, e do relatório que Góis Mota dirigiu a António Oliveira Salazar, e integrando-os noutra série de eventos, interpretar de modo um pouco diferente as relações entre futebol e política no período em questão. A leitura da imprensa desportiva e do *Diário de Lisboa* deu-nos já algumas indicações nesse sentido. O arquivo da Direcção-Geral mostra-nos como a participação do Sporting naquele torneio se fez contra as primeiras indicações oficiais. No dia 1 de Maio, o Director Geral dos Desportos havia sugerido à Direcção do Sporting, perante a consulta do Ministério da Educação, “que desista de comparecer no torneio, o que evitaria um indeferimento de melindrosa interpretação”. Depois de ter chegado a

17 de Maio o convite oficial à FPF e perante a insistência do clube, no dia 02 de Junho, e, a Direcção Geral havia sido obrigada a rever a sua posição, informando o Sporting que “por ordem superior, a autorização definitiva para a participação no Torneio dos Campeões, no Brasil, só será dada se esse clube acentuar a preparação intensiva dos jogadores e se se reforçar com elementos estranhos ao grupo”.⁵³⁰ Mais do que o estreitamento das relações luso-brasileiras, que o futebol até poderia colocar em causa, a preocupação dos poderes políticos dividia-se em duas vertentes. O futebol já se havia revelado no passado não como um promotor dos laços entre nações, mas tal como sucedia no plano interno, como um potencial destabilizador das relações diplomáticas portuguesas. Em segundo lugar, a reconhecida fragilidade do futebol português, não oferecia garantias de representação nacional considerada condigna.

A doutrina em relação a estes casos havia sido estabelecida alguns anos antes. No final da época desportiva de 1947, o Benfica pediu autorização para três jogos no Brasil. Dois no Rio de Janeiro e um em São Paulo, segundo o acordo efectuado com o Botafogo de Futebol e Regatas. A 26 de Junho daquele ano, a Direcção-Geral solicitou o parecer do Ministério dos Negócios Estrangeiros sobre o assunto. A resposta chegou no dia 2 de Julho: “conforme foi comunicado a essa Secretaria de Estado, pelo officio nº. 20, de 26 de Novembro último, a intervenção do Ministério dos Negócios Estrangeiros, já depois de ser publica a existência de entendimentos entre associações desportivas para encontros internacionais, é praticamente impossível, pois poderia oferecer melindres de carácter diplomático.”. Ainda assim o Ministério apontou os dois aspectos fundamentais a ter em conta na apreciação de casos semelhantes:” a) se a preparação técnica dos representantes do desporto português permite exhibição no estrangeiro que não desprestige as cores nacionais; b) se as relações diplomáticas entre Portugal e o paiz com que se efectua a competição, ou outras circunstâncias não são de molde a desaconselhar o encontro.” Donde se concluía que “é evidente que qualquer resposta negativa, quanto à alínea a) desaconselha desde logo a ponderação prevista na alínea b). No caso que motiva o officio de V. Ex^a. esse Ministério dispõe já, quanto à alínea a) parecer dos serviços competentes dessa Secretaria de

⁵³⁰ ADGEFDSE, Caixa 04/420 - Liv.3/51, Federação Portuguesa de Futebol. Pasta - Jogos Internacionais. Officio - L.º 3/51, N.º24--J/2 , Fls, (6), 02 de Junho de 1951.

Estado. Na parte relativa à alínea b), as relações entre Portugal e Brasil são evidentemente as mais cordiais.”

Em face desta informação, a Direcção-Geral exigiu ao Benfica que reforçasse a sua equipa para obter a autorização para realizar os referidos encontros no Brasil. A 7 de Julho, o Benfica respondeu informando que o Belenenses e a Académica recusaram as licenças dos jogadores que lhes haviam sido pedidos e que não obstante “condicionada de forma inaceitável pelo F.C. Boavista a colaboração do seu jogador Caiado” conseguiu, ainda assim, o concurso de alguns jogadores do Estoril Praia, do Vitória de Setúbal, do Académico do Porto e do S.L. Elvas. Com estes atletas e os jogadores do quadro do Benfica, o clube juntou os 17 ou 18 elementos que deveriam partir no domingo seguinte. No dia 8 a resposta da Direcção-Geral: “Concordo com a informação da Direcção Geral. Em face da impossibilidade de o Sport Lisboa e Benfica conseguir organizar uma representação capaz, não autorizo, neste momento, a sua deslocação ao Brasil”.⁵³¹

Para além da recusa política da intensificação das relações futebolísticas com o Brasil, ao contrário do que uma primeira leitura do relatório de Góis Mota poderia fazer crer, o próprio documento oferece também outras pistas para se compreender o sentido da viagem. No final do texto, o nosso autor extrai duas grandes lições da viagem ao Brasil. Uma, já abordada, foi dada “por portugueses que vivem no Brasil, pelos brasileiros que amam Portugal e pelo próprio Brasil”. A outra, referida de forma mais discreta, dizia respeito ao “futebol, sua organização, sua técnica e a sua táctica, seus primores de beleza e de arte espectacular.”. Em termos mais concretos “a lição recebida pelo que respeita ao futebol”, patente nos resultados obtidos “não nos traz a descrença das nossas possibilidades nem nos desanima no confronto verificado entre os profissionais artistas que jogam para viver e vivem a jogar e os nossos meio amadores que jogam por gostar e trabalham para viver. Do confronto não saímos diminuídos” conclui Góis Mota.

É nesta passagem que o dirigente inclui a questão do profissionalismo desportivo e a urgência da sua implementação em Portugal: “para tanto, temos

⁵³¹ ADGEFDSE, Caixa 04/493 - Actividades desportivas, 1947. Ofício - L.º 3/47, N.º11-C (9), Fls, 08 de Julho de 1947.

que abandonar a ideia absurda, que está na mente da maioria dos portugueses, de que jogar à bola, como modo de vida, abona mal por ser expressão de falta de amor ao trabalho.” Numa fase em que os atletas do Sporting, e contra a regulamentação em vigor, recebiam já salários que oscilavam entre os 5 e os 20 contos mensais, Góis Mota interrogava-se: “ninguém leva a mal nem considera vilania que o escultor venda as suas esculturas, que o pintor troque as suas telas pelo pão nosso de cada dia, que o poeta e o músico vão buscar ao espiritualismo das suas produções, a matéria que há-de sustentar a sua própria matéria - Porque se há-de levar a mal aos jogadores de futebol?”

O atleta desportivo, e em particular o jogador de futebol, que ao longo dos anteriores vinte anos havia sido considerado um símbolo de ociosidade, de preguiça e de vaidade via-se assim transmutado em artista, pelas mãos de uma das mais radicais figuras do Estado Novo. A exposição destas ideias ao Presidente do Conselho desembocou num pedido bastante preciso: “Esta proibição [de utilizar jogadores com menos de 18 anos] tem de ser entendida em termos hábeis e por tal forma que se deixe à Direcção-Geral dos Desportos a possibilidade de se autorizar que jogadores, já homens feitos pelas suas condições de robustez e pela sua preparação física, possam revelar-se artistas consumados na arte de jogar, como aquele célebre jogador brasileiro [Dejair, do Vasco da Gama].” Um pedido curto, se atendermos à situação internacional. Em quase todos os países do “mundo do futebol” o profissionalismo desportivo era aceite desde os anos trinta.⁵³² Também neste ponto em particular, Portugal manteve-se isolado até ao início dos anos sessenta.

A história que Góis Mota contou a Salazar não era, no entanto, toda a história. A expressão “meio amadores” era um já um eufemismo para designar a situação dos jogadores de futebol dos principais clubes portugueses. Desde o final dos anos vinte que avançava em Portugal o processo de espectadorização do futebol, ou seja, o processo através do qual a prática desportiva deixa de se guiar primeiramente pelo prazer dos jogadores para se passar a concentrar nos princípios da representação comunitária orientada para os espectadores.

⁵³² Noutros países europeus, como a Inglaterra (1895), Espanha (1926) e França (1932), ou sul americanos, como a Argentina (1924) ou o Brasil (1933), há muito que o profissionalismo tinha sido integrado nos regulamentos desportivos e aceite como consequência lógica da popularização do desporto

Associado a esta dinâmica, o profissionalismo dos jogadores, não obstante as barreiras morais e culturais, mas também questões económicas e organizacionais era já uma realidade, à margem da lei, nos maiores clubes portugueses.

E se, de qualquer modo, o texto que Góis Mota dirigiu a António Oliveira Salazar concretiza a possibilidade de uma utilização política e ideológica dos contactos desportivos internacionais no sentido de legitimação do regime, uma possibilidade que futuras investigações poderão confirmar ou rejeitar, ele inaugura também uma década ao longo da qual, seja na prática da gestão dos clubes, seja no quadro de um debate público mais amplo, as políticas e as opções do Estado Novo no terreno desportivo se viram sistematicamente colocadas em causa. É justamente a história desse processo de racionalização do campo desportivo, por via da especialização dos seus agentes, que constitui a principal marca do desenvolvimento autónomo do futebol português face ao poder político. O longo e moroso caminho de profissionalização do jogador de futebol, mais do que qualquer outro tema, oferece-nos um indicador bastante preciso da forma como o Estado Novo procurou restringir o desenvolvimento do futebol enquanto espectáculo competitivo em Portugal.

A ligação húngara e os novos estrangeiros no futebol português: a luta pela modernidade e as raízes do profissionalismo

A saída de cena de Cosme Damião da direcção do Benfica, analisada na primeira parte, marcou também o final do seu ciclo enquanto treinador da equipa de futebol do clube, que orientou entre 1908 e 1926. O processo gradual de racionalização de um campo de actividade coadunava-se cada vez menos com um amadorismo puro dos atletas mas também com um certo empirismo característico de um conjunto de agentes que desempenhavam no interior dos clubes uma multiplicidade de funções em simultâneo – jogadores-treinadores-dirigentes - apoiados sobretudo num desígnio moral e ético, mais do que num conjunto de competências formalizadas e estruturadas. Como salientou Max Weber, parte importante do processo de racionalização encontra-se relacionado com a predominância de uma

orientação teleológica para a eficácia, apoiada em cálculos racionais.⁵³³ O que estava em causa em meados da década de vinte em todos os principais clubes portugueses era o combate pela finalidade da prática desportiva, entre aqueles que procuravam afirmar a glória desportiva dos seus clubes através dos meios mais eficazes de que dispunham, contra aqueles que lhes contrapunham um conjunto de valores morais e éticos associados a tradições ou costumes, que não poderiam ser transgredidos. Essa finalidade não se encontrava então, e no caso português, imbuída de um desígnio puramente mercantil, nem poderia, por outro lado, ser meramente subsumida a uma orientação política de determinado espectro.

A contratação de técnicos estrangeiros para orientar as equipas portuguesas revelou-se, neste contexto, um passo fundamental tanto para o processo de gradual diferenciação da actividade desportiva relativamente a outras práticas sociais, como para o aprofundamento da divisão social do trabalho no interior desta esfera de actividade. Já não se tratava, na maior parte dos casos, dos “estrangeiros” que se encontravam na origem do futebol em Portugal. Não se tratava de homens radicados no país que, a par de um conjunto de actividades profissionais, políticas, culturais ou sociais, desenvolviam, de forma acessória e no tempo de lazer, uma prática desportiva, mas de especialistas dotados de um conhecimento pericial específico que ofereciam vantagens competitivas não despidiendas àqueles que requisitavam os seus serviços. Ainda antes da formação de um mercado de transferências de jogadores de futebol, a autonomização do papel do treinador demonstrou ser um instrumento eficaz para uma maior formalização dos sistemas de jogo das equipas. O futebol deixava de ser algo que tinha apenas que ver com os jogadores e com as suas capacidades e competências para se tornar, nos meios mais vanguardistas, em algo que tinha que ver também táticas, ou seja, a melhor forma de colocar os jogadores no terreno e utilizar o espaço disponível.

À entrada dos anos vinte, fruto da competição entre as principais cidades do antigo Império dos Habsburgo, Viena, Budapeste e Praga tornaram-se as capitais europeias do futebol. O desenvolvimento do jogo na Europa central relacionou-se com a competição urbana pela modernidade entre aquelas cidades. Os clubes desportivos tornaram-se espaços de competição entre classes, sendo um

⁵³³ Max Weber, *Conceitos sociológicos fundamentais* (Lisboa: Edições 70, 2009).

dos meios de afirmação de uma burguesia emergente, ao mesmo tempo que o futebol era rapidamente apropriado pelas classes trabalhadoras urbanas, como refere Detlev Clausen.⁵³⁴ As mudanças sociais observadas entre as guerras não são, contudo, suficientes para compreendermos a forma como o MTK de Budapeste, o Ferencvaros, o Ujpest, o Slavia e o Sparta de Praga ou o Rapid e o Austria Viena, entre outros, se tornaram os expoentes máximos de uma determinada concepção sobre a melhor forma de jogar futebol.

A singularidade do futebol no antigo império austro-húngaro entre as guerras resultou ainda de uma combinação de dois outros elementos. Em primeiro lugar, um contexto cultural único organizado em torno dos cafés, elementos estruturantes de um espaço público crítico em que se cruzavam diferentes tendências políticas, artísticas e culturais, unidas pela boémia. Na Viena Vermelha, por exemplo, política progressista –, sufrágio universal, a jornada de oito horas diárias, os subsídios de desemprego, habitação pública ou serviços sociais - e cultura popular não pareciam incompatíveis, tendo-se mesmo desenvolvido em simultâneo.⁵³⁵ Como refere Jonathan Wilson, a moderna forma de conceptualizar o futebol, como táctica, foi inventada nos cafés daquela cidade, “by a social class that instinctively theorised and deconstructed, that was as comfortable with planning in the abstract as it was with reacting on the field and, crucially, that suffered none of the distrust of intellectualism that was to be found in Britain. That happened in central Europe between the wars. What was demonstrated by the Uruguayans and Argentinians was explained by a - largely Jewish - section of the Austrian and Hungarian bourgeoisie.”⁵³⁶ § A esta burguesia intelectual juntou-se um conjunto de jogadores educados nos liceus, perfeitamente equipados para interpretar as ideias dos técnicos.

Em segundo lugar, a transformação do futebol naquelas cidades deveu-se à influência dos “mestres escoceses”, fundamentais para a modernização do jogo na Europa Central.⁵³⁷ Num momento da história do futebol em que o papel do

⁵³⁴ José Neves e Nuno Domingos, «Uma Entrevista a Detlev Clausen, Futebol e Modernidade: Béla Guttmann, Eusébio, Adorno, Fritz Lang, Alban Berg e Outros», em *Futebol Português, Política, Género e Movimento*, coord. Nina Clara Tiesler e Nuno Domingos (Porto: Afrontamento, 2012).

⁵³⁵ Helmut Gruber, *Red Vienna: Experiment in Working-Class Culture, 1919-1934*. (Oxford: Oxford University Press, 1991).

⁵³⁶ Jonathan Wilson, *Inverting the pyramid* (Londres: Orion Books, 2008), 59.

⁵³⁷ Homens como John Madden, treinou o Slavia de Praga entre 1905 e 1938; John Dick, orientou o Sparta em dois momentos distintos entre 1919 e 1933; acima de todos o inglês Jimmy Hogan,

treinador não era ainda particularmente valorizado, e o treino, tático, físico e técnico era secundarizado face ao que era considerado o “talento natural”, estes homens encontraram naquelas cidades um contexto desportivo receptivo às suas ideias. A formação clássica 2-3-5, a pirâmide, ganhou novas formas e outros movimentos, como a diagonal. A dinâmica colectiva foi valorizada face aos gestos individuais, num processo que culminaria alguns anos mais tarde na consagração do WM desenvolvido em Londres, no final dos anos vinte, por Herbert Chapman, em resposta à introdução da lei do fora-de-jogo. A preparação física tornou-se fundamental na organização dos treinos. Se é certo que o jogo de passe curto e rápido escocês já se havia superiorizado ao chamado “dribbling game”, baseado na finta e no movimento individual, noutras paragens, como a Inglaterra, continuava a predominar um futebol alicerçado nas competências físicas dos jogadores e no passe longo.

Não cabe aqui desenvolver a história da evolução tática do jogo, já magistralmente narrada por Jonathan Wilson. Vale a pena, não obstante, reiterar que a especialização de funções e a formalização de um conjunto de princípios de jogo se revelou naquele contexto uma vantagem competitiva fundamental. O interesse do público pelo jogo e a necessidade de os clubes em diferentes países defrontarem equipas que apresentavam modelos de jogo mais evoluídos possibilitaram o estabelecimento de um circuito europeu de jogos amigáveis. Para além da intensa troca de informações entre os diferentes órgãos de comunicação social que relatavam os eventos desportivos, este circuito permitiu estabelecer a celebridade de um conjunto de jogadores, treinadores e equipas em todo o mundo futebolístico, acelerando o trânsito de agentes entre diferentes países.

Foi junto destes mestre escoceses e húngaros que as principais equipas portuguesas procuraram orientação técnica. No momento em que o Benfica avançava para a aceitação das subvenções monetárias aos jogadores, Sporting, Futebol Clube do Porto ou mesmo o Vitória de Setúbal, contavam já há alguns anos com a experiência de técnicos internacionais. A “invenção” da figura do treinador no futebol português remonta justamente ao início da década de vinte. O Porto, por exemplo, nunca havia contado com um treinador português. Entre 1907

que entre 1911 e 1921 comandou o Austria Viena e o MTK de Budapeste, retornando à liderança daquelas duas equipas depois de uma passagem de 7 anos pelo futebol suíço.

e 1909 a equipa foi organizada por Cattulo Gadda, um engenheiro químico da fábrica Marianini, que havia jogado no Milão, e que durante aqueles dois anos foi também jogador do clube do Norte. Entre 1907 e 1924, a equipa de futebol dos dragões foi dirigida, a tempo inteiro, pelo belga Adolphe Cassaigne, que havia sido treinador em França e no Porto treinava até então os amadores da Escola de Alunos-Marinheiros da Corveta da Estefânia. Em 1924 chegou ao clube Akos Tezler, porventura um dos primeiros treinadores profissionais em Portugal, que “revolucionou os quadros organizativos e, sobretudo, o grupo principal, introduzindo a técnica das combinações e fixando os jogadores na sua posição. Até aí, os elementos da equipa trocavam frequentemente de lugar durante o jogo e não chegavam a especializar-se em nenhuma posição nem a conhecer ou criar hábitos de combinação”.⁵³⁸ Sob o comando de Tezler, o Porto atingiu em 1924 a final do Campeonato de Portugal, na qual foi derrotado pelo Olhanense. O título chegou no ano seguinte. Os campeões receberam *Gilletes* de ouro oferecidas pela firma “Pacheco, Barros & C” e, secretamente, notas de 100 escudos.⁵³⁹ O Porto não só conquistou o título como apresentou um futebol fluído, caracterizado pelo apuro técnico dos jogadores, cujo posicionamento e disciplina impressionou os comentadores da época. Tezler, que recebia 1000\$00 mensais, abandonou o clube em 1927, depois de lhe ter sido recusado um aumento salarial. Rumou aos Estados Unidos, onde o futebol se encontrava em franco crescimento. O Futebol Clube do Porto continuou a procurar nos técnicos húngaros a chave para as vitórias. Com a excepção de Alexandre Cal, um português que comandou interinamente o futebol do clube depois da saída de Tezler, e da época de 1936/37, em que foi treinado pelo austríaco François Gutkas, até ao final da década de quarenta o Porto foi sempre conduzido por técnicos húngaros: Joseph Szabo, Mihaly (Miguel) Siska, Magyar Ferenc e Lipo Hertzka.⁵⁴⁰

Também o Sporting contava, desde 1919, com a mestria do escocês Charles Bell, que treinou a equipa até 1922, conduzindo o clube à vitória do campeonato de Lisboa no seu último ano. O antigo avançado-centro, que tinha 25 anos quando assumiu aquele papel no Sporting, voltou a treinar o clube verde e branco em 1928, depois de ter passado pelo comando técnico de equipas como o

⁵³⁸ Álvaro Magalhães e Manuel Dias, *F.C. Porto, 100 anos de história, 1893-1993* (Porto: Asa, 1995), 43.

⁵³⁹ Rodrigues Teles, *História do Football Club do Porto* (Porto: Empresa Diário do Porto, 1933).

⁵⁴⁰ Futebol Clube do Porto, *Almanaque do FC Porto, 1893-2011* (Alfragide: Caderno, 2011).

Marselha ou o Mansfield Town. Bell não dispunha ainda, contudo, dos plenos poderes que seriam alguns anos mais tarde atribuídos aos treinadores. Era o capitão de equipa, Francisco Stromp quem, durante aquele primeiro triénio, convocava os jogadores, dava as prelecções antes dos jogos e orientava a equipa no terreno. Com Augusto Sabbo, que treinou Stromp no último ano da sua carreira de jogador, a situação alterou-se. Ainda um homem da anterior geração de desportistas, é uma das figuras do futebol português da primeira metade do século. Para além de ter sido o primeiro técnico a tempo inteiro a receber uma remuneração naquele clube, foi também o responsável pela introdução e aprofundamento da preparação física dos atletas, muitas vezes de tipo militar. Lisboa de nascimento, o engenheiro de ascendência germano-húngara, que dirigiu a montagem de rede de tracção eléctrica da cidade de Coimbra, comandou a equipa principal do Sporting entre 1922 e 1925 e novamente na época 1926/27, tendo oferecido ao clube de Alvalade o seu primeiro título de campeão de Portugal na época 1922/23. Abandonou o Sporting em 1924, no meio de uma crise financeira, quando a direcção do clube se revelou incapaz de suportar o seu salário.⁵⁴¹

Depois de, ainda como atleta, ter introduzido a teoria da triangulação no CIF, cuja direcção também integrou, foi no Barreirense que ficou registada a marca mais duradoura da sua abordagem metódica ao jogo e “a elevação do valor moral e técnico do Futebol Associativo Português”, através da transformação de uma “mera arte” em “jogo científico”.⁵⁴² Para Sabbo esta conversão do jogo/arte para a o futebol/ciência seria impossível sem a colaboração do público, que a imprensa procurava, aliás, quotidianamente instruir nos mistérios do jogo.⁵⁴³ Mais do que um empecilho, como alguns a consideravam, “o desenvolvimento de qualquer modalidade desportiva, dispendiosa na conservação e não subvencionada, é impossível, sem o desenvolvimento paralelo do entusiasmo da multidão por ela, porque, se não houver quem assista dando os meios necessários à sua manutenção, de nada serve haver quem pratique, com o fim de angariar

⁵⁴¹ Nos anos seguintes, e antes da chegada de Joseph Szabo, a equipa de futebol Sporting foi treinado, para além de Filipe dos Santos, por homens como Julius Lelovtic (húngaro), Artur John (inglês), Rudolf Jenny (húngaro) e Wilhelm Possak (romeno). Sporting Clube de Portugal, *Almanaque do Sporting Clube de Portugal, 1906-2006* (Lisboa: Almanaxi, 2004).

⁵⁴² Augusto Sabbo, *Estratégia e método, base do futebol associativo científico* (Beja: Edição de Autor, 1945), 7-8.

⁵⁴³ Domingos e Kumar, *A grande...*

esses meios”.⁵⁴⁴ Trata-se da mesma multidão que, anos mais tarde, Cândido de Oliveira caracterizou, nas páginas do seu jornal, como “orfeão gigantesco de olhares” composto pelo “magnifico e menosprezado desportista! Esplêndido homem que vai à bola, sejam quais forem as condições do tempo, as perspectivas do jogo, o preço dos bilhetes! E nada se perdeu da «eminente dignidade da pessoa humana»; nada se destruiu do valor moral do Homem e das possibilidades de cultura...⁵⁴⁵

O autor de “Estratégia e método: a base do futebol científico”, por sua vez, introduziu no Barreiro um jogo de passes curtos e rápidos com súbitas aberturas para os extremos, à imagem da escola húngara ou do futebol da Wunderteam austríaca dos anos trinta, que ali fez escola, a “escola barreirense”. Entre a segunda metade da década de vinte o final da década de trinta, Sabbo não inventou somente o estilo Barreirense. Durante os seus oito anos no comando da equipa, conduziu o clube da Margem Sul do Tejo a duas finais do campeonato de Portugal, em 1930 e 1934, a primeira das quais perdida para o Benfica, comandado pelo inglês Artur John, em circunstâncias que no Barreiro ainda hoje são debatidas.⁵⁴⁶ “Jogar à Sabbo” permaneceu, contudo, no imaginário Barreirense.

⁵⁴⁴ Sabbo, *Estratégia e...*, 10.

⁵⁴⁵ Continuando com Cândido de Oliveira: «Entre a multidão fremem intelectuais, estremece artistas, interessam-se sacerdotes; aqui, vê-se o oficial superior do Exército ou da Marinha; adiante, o médico de renome e o advogado de grande saber e profunda eloquência olvidam, uns segundos, a investigação ou a análise; o professor que revive. Pestalozzi entrega-se ao prazer de seguir um momento os caminhos de toda a gente; grandes industriais e comerciantes, que todos conhecem, confundem-se na multidão; engenheiros que sonham com arranha-céus ou pontes airoas concentram a sua capacidade de construir na geometria do jogo, no desenho dos lances, na perfeição do ‘quadrado mágico’». Cândido de Oliveira, «O Estádio e a Multidão», *A Bola*, 26 de Abril, 1951, 1.

⁵⁴⁶ Veja-se Pais, Carlos Silva. «Augusto Sabbo (1887-1971)».

http://www.vinculadosaobarreiro.com/26sabbo/main_sabbo.html acedido a 24 de Dezembro de 2013: «A época 1929/30 ficou (tristemente) célebre. O Barreirense venceu o III Campeonato de Setúbal, em final no Montijo (3-0 ao Vitória). No Campeonato de Portugal, o F.C.B. afastou o Unidos do Barreiro, Comércio e Indústria, Luso, União de Coimbra, Boavista, Espinho, Belenenses (campeão de Lisboa!) e apurou-se para a finalíssima, sem qualquer derrota naquela época. Adversário: o Benfica, que ainda não tinha sido campeão nacional. Sucedeu algo de que se ressentiu muito no Barreiro... O encontro deveria ser disputado em campo neutro. Mas as entidades (parciais) de Lisboa marcaram o encontro para o Campo Grande, o terreno de jogos do... Benfica. O benfiquista João de Oliveira (um dos dois irmãos ‘Bananeiras’) estava suspenso por, semanas antes, ter agredido um árbitro em jogo. À última da hora, este Oliveira foi ... ‘amnistiado’ do seu castigo de oito meses (!) a fim de poder alinhar na final contra o Barreirense. E – o que foi o cúmulo – para árbitro foi designado Silvestre Rosmaninho, ex-jogador do Benfica e um dos sócios mais antigos das águias (!). Os protestos do Barreirense caíram em saco roto. E o Barreirense foi batido no prolongamento, por 1-3, até o segundo golfo foi obtido pelo referido ‘Bananeira’ de modo irregular. E Augusto Sabbo não se tornou Campeão Nacional pelo Barreirense em 1930.

Quando Arthur John chegou ao Benfica, trazia consigo já uma larga experiência no futebol português. O primeiro treinador estrangeiro do Benfica havia treinado consecutivamente, entre 1923 e 1929, o Vitória de Setúbal, clube do maior centro conserveiro nacional. Conhecido como o treinador-enfermeiro, pois desempenhava também o papel de massagista, levou o Vitória por duas vezes ao triunfo no Campeonato de Lisboa e por uma vez à final do campeonato de Portugal. Ainda que, depois de Arthur John, Ribeiro dos Reis tenha voltado ao comando técnico do Benfica, entre 1930 e 1935, seguido de um breve consulado de Vítor Gonçalves, também o Benfica não escapou à influência húngara. Entre 1936 e 1949 a sua equipa de futebol foi treinada por Janos Biri e Lippo Hertzka. Antes de chegar às Amoreiras, em 1936, Hertzka, antigo jogador do Essener Turnerbund e da Real Sociedad, já havia treinado alguns dos principais clubes espanhóis: Real Sociedad, Atlético de Bilbao, Sevilha e Real Madrid. Depois de um primeiro ciclo no Benfica, entre 1936 e 1939, e antes de regressar ao clube em 1947, Hertzka orientou ainda o Belenenses e o Futebol Clube do Porto.

Janos Biri, antigo jogador do Boavista, que havia alinhado em clubes húngaros, italianos e suíços, fez a viagem em sentido contrário. Biri assumiu, depois de duas épocas como jogador do Boavista, o comando técnico do Porto no mesmo ano em que Hertzka chegou a Lisboa. Nas duas temporadas seguintes orientou o Académico, para em 1939 rumar ao Benfica, onde permaneceu até 1947. Continuou ao longo das duas décadas seguintes a trabalhar em Portugal, tendo treinado clubes como o Estoril Praia, o Vitória de Guimarães, o Atlético, o Vitória de Setúbal, o Oriental ou a Académica de Coimbra. Dotados de uma vasta experiência internacional, ambos contribuíram de forma significativa para que o Benfica conquistasse, no período que antecedeu a hegemonia do Sporting dos Cinco Violinos, três títulos nacionais.⁵⁴⁷

O técnico húngaro com maior longevidade em Portugal foi, contudo, Joseph Szabo. O antigo jogador do Ferencváros chegou ao país em 1925, emprestado por aquele clube ao Szombathely, que realizou uma digressão pela Madeira. Impressionados com a qualidade do médio, os dirigentes do Nacional da Madeira garantiram a sua permanência naquele clube. Antes de chegar ao Porto, em 1928, onde desempenhou em simultâneo as funções de jogador e treinador,

⁵⁴⁷ Carlos Perdigão, *Benfica, 100 gloriosos anos, Jogadores e Técnicos* (Matosinhos: Quid Novi, 2004).

passou ainda pelo Marítimo. Szabo não foi o único a fazer a viagem da Madeira para o Porto. Artur de Sousa, mais conhecido como Pinga, trocou, em 1930, o Marítimo por aquele clube do Norte.⁵⁴⁸

A estreia oficial de Pinga, talentoso interior esquerdo, verificou-se cerca de um ano depois, a 25 de Dezembro de 1931, atrasada pelos regulamentos da Associação de Futebol do Porto, e de uma violenta controvérsia entre os dois clubes. Nesse mesmo ano de 1931 era instituída a chamada “lei do ano”. No essencial, a “lei do ano” determinava um ano de paragem obrigatória para os atletas que abandonassem um clube sem o respectivo acordo, a chamada “carta de desobrigação”. A medida resultava, necessariamente, do reconhecimento do fim do amadorismo e da transferência de jogadores por motivos desportivos e económicos. Ao que consta, Pinga, por exemplo, terá chegado ao Porto a troco de 500 escudos mensais, “mas para afastar o espectro do profissionalismo, o jogador passou a trabalhar na Fábrica de Sebastião Ferreira Mendes (que pouco depois seria eleito presidente do FC Porto).”⁵⁴⁹

Uma outra lei, de 1927, um ano em que o Campeonato de Portugal fora reformulado, de modo a ampliar o número de participantes e de jogos, já indicava uma tentativa por parte das autoridades desportivas para regularem a circulação de atletas. Para além, de nesse ano, os regulamentos da prova determinarem que a final se deveria jogar em terreno neutro, também estabeleciam em dois o número máximo de jogadores estrangeiros que cada equipa poderia fazer alinhar, já que não era apenas no interior do espaço nacional que os clubes procuravam melhorar os seus plantéis. Recorde-se que dois anos antes havia chegado ao Porto, com Akos Tezler, o guardião húngaro Mihaly Siska, popularmente conhecido como “meia-equipa”, que depois de um longa permanência no país se naturalizou português alterado o seu nome para Miguel. A chegada de Siska, o primeiro estrangeiro não inglês, e remunerado, a Portugal, também esteve “envolta em acesa polémica”. O antigo guardião do Vasas de Budapeste, mecânico de profissão, acompanhou Tezler para o Porto, segundo os jornais da época, a troco de 1000 escudos mensais.⁵⁵⁰ Para aplacar a polémica, a direcção do clube alegava que a contratação do atleta não implicava quaisquer despesas. Oficialmente, o

⁵⁴⁸ Sobre Joseph Szabo ver Coelho e Pinheiro, *A paixão...* 316-317

⁵⁴⁹ Sobre Artur de Sousa, «Pinga», ver Coelho e Pinheiro, *A paixão...* 273.

⁵⁵⁰ Coelho e Pinheiro, *A paixão...*, 219.

guardião mudara-se para o Porto para trabalhar como mecânico numa empresa de vinho do Porto, sediada em Gaia, segundo noticiado pelo periódico *Os Sports*.⁵⁵¹

Em 1927 o problema ganhou outra dimensão, fruto do (longo) período de transição que se vivia no futebol português. Em função daquela lei, gerou-se um conflito complexo entre o Porto e a Federação a propósito de Normal Hall, um inglês que, alegava o Porto, residia na cidade desde os oito anos de idade e representava o clube há muito, desde 1919. Para o Porto era, portanto, “moralmente um jogador português”. No momento, e segundo o relatório de gerência daquela época do FC Porto, a Federação anuiu. No final da temporada, contudo, o clube viu o seu protesto do jogo dos quartos de final com o Belenenses – por erros de erros de arbitragem - indeferido por ter utilizado três estrangeiros. Para além de Syska, o profissional, e de Hall, o herdeiro dos antigos jogadores ingleses, o clube contava ainda nos seus quadros com Fridolf Resberg, um diplomata norueguês que havia sido colocado no Consulado da Noruega no Porto. Contrariamente ao que havia considerado no início da época, no final da mesma a Federação considerou, para fúria dos dragões, Hall como estrangeiro.⁵⁵² A mistura entre os novos profissionais e os antigos estrangeiros amadores gerava um conjunto de situações ambíguas que, no entanto, gradualmente se dissiparam, com o abandono total do futebol competitivo por parte destes amadores.

Entre 1937 e 1944, Sporting, Benfica e Porto, apresentaram técnicos húngaros ao leme das suas equipas. Ao mesmo tempo, os jogadores dedicavam-se cada vez mais e em exclusivo à prática desportiva, ainda que constrangidos por um semi-amadorismo em lenta agonia. Depois de ter passado seis épocas ao serviço do Porto, Szabo, para retomarmos o fio narrativo, abandonou o Porto pouco depois de um “estágio” em Londres. Com o Arsenal e Herbert Chapman descobriu não apenas o WM, a base da tática moderna, mas também um renovado respeito pelo papel do treinador, ali dotado de um autoridade particular. A tentativa de implementar um modelo de preparação física mais intensa no Porto

⁵⁵¹ Conforme se pode ler na edição de 23 de Outubro de 1924 de «Os Sports», numa altura em que a chegada dos «húngaros» fazia correr tinta na imprensa desportiva, e no âmbito de uma série de notícias sobre outros jogadores remunerados a actuar em Portugal: «Quanto ao caso do jogador húngaro, embora não possamos louvar a atitude do F.C.P. parece-nos...um pouco diferente. O Porto não nos passou uma procuração para o defendermos; mas em todo o caso ele não teve agora a coragem de ser menos solidário com os restantes clubs do país e, além disso, podemos informar o nosso contraditor que Misi está empregado, no exercício da sua profissão, na Sociedade dos Vinhos Borges e Irmão, em Gaia». «Os Sports no Porto», *Os Sports*, 23 de Outubro, 1924, 3.

⁵⁵² Teles, *História do...*, 84.

levou a alguns conflitos com os jogadores, o que, juntamente com resultados menos conseguidos, conduziu à sua saída do clube. Se a sua influência no Braga ficou para sempre plasmada nas camisolas do “Arsenal do Minho”, foi no Sporting que alcançou os seus maiores triunfos. Mais uma vez também aqui, a história de um treinador, um jogador e uma direcção, num clube com uma base de apoio social específica, se cruza para transformar o futebol português.

A chegada de Fernando Peyroteo a Lisboa, oriundo de Luanda, a 26 de Junho de 1937, e a sua contratação pelo Sporting condensa as questões que temos vindo a abordar e permite compreender como se estruturaram quer a trajectória social e profissional do jogador de futebol, o papel do treinador, a crescente concorrência entre os clubes e o modo como a prática quotidiana do mundo do futebol se relacionava com os regulamentos oficiais e os preceitos morais que haviam, nas duas décadas anteriores, balizado a actividade desportiva. A necessidade de acompanhar a sua mãe, professora em Moçâmedes, numa viagem à metrópole por motivos médicos, é a justificação que Peyroteo oferece aos leitores da sua autobiografia para a sua viagem a Portugal. Aqui, o jogador do Sporting de Luanda, e escriturário da Repartição de Contabilidade da Fazenda Pública, iria continuar os seus estudos ao mesmo tempo que jogaria na Académica de Coimbra. No entanto, por influência dos dirigentes do Sporting de Luanda e a iniciativa de Trindade Fernandes, um director daquele clube, os seus planos alteraram-se, tendo-se estabelecido que à chegada a Lisboa o atleta se apresentaria aos treinos do Sporting Clube de Portugal. Um outro director do mesmo clube adiantou mesmo 1.500 angulares, para despesas de viagem ao atleta.

Num tempo em que era ainda difícil aferir, à distância, o real valor dos jogadores quer o clube de Luanda quer o de Lisboa procuraram salvaguardar os seus interesses. De Luanda, não trouxe consigo a carta de desobrigação. Em Lisboa, o Sporting, por diferentes vias, procurou atrasar a assinatura do contrato. A notoriedade de Peyroteo e as notícias da sua chegada a Portugal já haviam, no entanto, atravessado o Atlântico. Enquanto esperava pelo seu primeiro treino em Lisboa, o avançado foi abordado, na Estação do Rossio, onde aguardava a saída de um comboio para Sintra, por um homem que representava o FC Porto, que “sem rodeios, com a característica sinceridade e franqueza dos portuenses, ofereceu-me um emprego no Porto, ordenado por jogar no Futebol Clube do Porto e um prémio de alguns milhares de escudos pela assinatura do

contrato...Respondi-lhe, lealmente, que não podia aceitar o convite porque já me obrigara a jogar pelo Sporting, estando tudo definitivamente combinado.”⁵⁵³ Após um único treino, e com a anuência de Joseph Szabo e a informação de que o Porto também havia feito uma proposta ao jogador, o Sporting avançou para a formalização de um acordo.

Nas palavras do ídolo sportinguista, “elaborado como estava, o contrato só dava garantias a uma das partes – ao Sporting! – embora, na aparência, me fossem conferidos alguns direitos. Conhecia já os termos desse documento. Era um “contrato leonino” como escreveu, algures, o grande romancista Eça de Queiroz! Por ficar «preso» para as épocas de 1936/37, 1937/38 e 1938/39, recebi de prémio a quantia de... quinhentos escudos, verba que indico por extenso para não se supor que houve erro de imprensa...Fixou-se um ordenado mensal de 700\$00 mas, segundo creio, o contrato incluía uma cláusula que permitia ao Sporting baixar aquela verba no caso de eu me empregar.”⁵⁵⁴ O Sporting continuava, não obstante os termos “leoninos” do contrato, desconfiado do valor real do atleta. O primeiro contrato de Peyroteo seguiu para a Federação com um erro técnico. A duração do mesmo encontrava-se estipulada em três anos e não três épocas como convencionado nos contratos desportivos. Durante dois meses, o jogador representou o clube ao abrigo de um contrato irregular.

Conhecendo esta situação, o Belenenses, depois de Peyroteo ter marcado dois golos ao Benfica, ofereceu-lhe trinta contos de prémio de assinatura e um salário de 1200\$00 mensais. Fiel à sua palavra, como já fora aquando da abordagem do Porto, o atleta rejeitou a proposta, por não ter acreditado que o erro no contrato, tal como sucedeu a propósito da chegada carta de desobrigação, directamente enviada do Sporting de Luanda para o de Lisboa, tivesse resultado de má fé dos dirigentes do Sporting. Se assim não fosse “uma troca aparentemente insignificante, poderia ter feito com que eu, em vez de, durante quase três épocas, ter envergado uma camisola às ricas verdes e brancas vestisse uma azul com a Cruz de Cristo, continuando, embora, a ser sportinguista, mas a dar o melhor esforço à equipa de Belém!”⁵⁵⁵ O respeito pelos compromissos assumidos, mais do que o amor à camisola, falaram mais alto no caso de Peyroteo, que durante

⁵⁵³ Fernando Peiroteo, *Memórias Peyroteo* (Lisboa: s.ed., 1957), 63.

⁵⁵⁴ Peiroteo, *Memórias Peyroteo*, 68.

⁵⁵⁵ Peiroteo, *Memórias Peyroteo*, 93.

anos esteve oficialmente empregado no Grémio Concelhio dos Comerciantes de Carnes de Lisboa.

O regime de treinos do Sporting, mas sobretudo o encontro com Joseph Szabo deixou profundas marcas no jogador. No caso de Peyroteo, aquilo que destaca nas suas primeiras memórias do Sporting, para além do caricato sotaque do Szabo, vai para a intensidade do treino físico, a disciplina na sua organização e para a preparação específica dos diferentes jogadores, consoante a sua posição no campo. Com salários instituídos, os jogadores pagavam multas por chegarem atrasados ou faltarem aos treinos. A preparação ao longo da semana intensificava-se e diversificava-se. Alguns dias por semana, predominava o treino físico, donde se destacavam as massacrantes corridas à volta do jardim do Campo Grande, totalizando quase dez quilómetros por sessão. Os habituais jogos entre a equipa principal e a equipa de reservas deram lugar, no Sporting de Szabo, a jogos entre uma equipa composta pelos atacantes titulares contra outra baseada nos titulares da defesa. A Peyroteo era dedicado um programa de preparação específico destinado a melhorar as suas capacidades de concretização, em especial a nível do remate.

Num país onde a nacionalização do estilo de jogo ainda estava em curso, ao mesmo tempo que, como refere Eric Hobsbawm, o processo decorria noutras partes da Europa,⁵⁵⁶ as derrotas da selecção nacional começavam a causar algum transtorno. A “equipa de todos nós”, expressão cunhada no final dos anos vinte por Ricardo Ornellas, já representava em campo o país. Gradualmente, e com base numa interpretação nacionalizada do estilo de jogo em Portugal, a ideia de uma certa contradição entre o talento e a proficiência técnica dos jogadores e a incapacidade de concretizar em golos, tornou-se numa das ilustrações da identidade nacional.⁵⁵⁷ Peyroteo, mais do que qualquer outro jogador na história do futebol português, contrariou essa tendência, a do “eterno fado dos últimos

⁵⁵⁶ Eric Hobsbawm, *A questão do nacionalismo* (Lisboa: Terramar, 1998), 137.

⁵⁵⁷ A propósito da invenção dos estilos de jogo nacionais, veja-se, por exemplo, o seminal artigo de Sérgio Leite Lopes, «L'invention du style brésilien», onde conjuga uma interpretação da relação entre a implementação do profissionalismo no futebol brasileiro e a transformação da origem social dos praticantes, a sua popularização - mas também a forma como a abertura do futebol aos negros possibilitou construir uma imagem meritocrática do campo futebolístico, como terreno privilegiado para a ascensão social dos negros brasileiros - o trabalho teórico e jornalístico de um homem como Mário Filho e o contexto político em que essas transformações decorrem. José Sergio Leite Lopes e Jean-Pierre Faguer. «L'invention du style brésilien», *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, vol. 103 (1994).

trinta metros”⁵⁵⁸ mais alicerçada na fragilidade dos métodos de treino e outros factores relacionados com a preparação das equipas do que com qualquer putativa patologia crónica da identidade nacional, supostamente dividida entre o dom do improvisado e a impotência para a sua concretização, entre “a superioridade técnica” e um “complexo de inferioridade”.⁵⁵⁹

A equipa que Peyroteo integrou, com apenas 19 anos, já pouco tinha que ver com as formações do tempo de um suposto amor à camisola. Destacavam-se no plantel do clube três atletas da Margem sul, formados na “escola barreirense”. O guarda-redes Azevedo, o médio Pedro Pireza e o avançado Soeiro, vindos do Barreiro, aos quais acrescia o extremo João Cruz, proveniente do Vitória de Setúbal. Soeiro, um dos melhores marcadores de sempre da história do clube, chegou ao Sporting em 1933 oriundo do Luso, onde jogou durante cinco temporadas. O antigo serralheiro dos caminhos-de-ferro, Pedro Pireza, um médio que podia jogar a extremo ou interior, era um dos mais experientes jogadores do Sporting, onde chegou em 1935, depois de também ter alinhado cinco temporadas no Barreirense. No ano em que Pireza chegou ao Sporting foi treinado pelo romeno William Possak, treinador-jogador. Nessa época, o clube colocou ao serviço do técnico, que enquanto jogador se havia notabilizado ao serviço dos húngaros do Ujpest e do Vasas de Budapeste, três jogadores brasileiros, os primeiros da história do clube: o guardião Jaguaré, o defesa Vianinha e o avançado Fernando. Destinados a equipas italianas, durante a viagem souberam do início da Segunda Guerra Italo-Abissínia. Acabaram por ficar em Lisboa. Vale a pena descrever de forma mais pormenorizada um pouco mais a trajectória destes atletas para reforçar o retrato do processo de profissionalização dos jogadores de futebol em Portugal, no âmbito da ampliação do terreno de recrutamento dos clubes e a chegada dos novos estrangeiros que vieram substituir os antigos membros da colónia britânica e os elementos mais distintos das elites nacionais.⁵⁶⁰

O italo-brasileiro Fernando Giudicelli, que integrou a selecção brasileira no Mundial de 1930, passou de forma mais ou menos incógnita por Lisboa. O antigo jogador do América, Vasco da Gama, Botafogo, Torino e Bordéus, realizou

⁵⁵⁸ José Neves, «O Eterno Fado dos Últimos Trinta Metros – Futebol, Nacionalismo e Corpo», em *A Época do Futebol - o jogo visto pelas ciências sociais*, eds. Nuno Domingos e José Neves (Lisboa: Assírio e Alvim, 2004).

⁵⁵⁹ Coelho, *A Equipa...*, 103.

⁵⁶⁰ Sobre estes casos, vejam-se por exemplo algumas páginas do clássico de Mário Filho, *O Negro no Futebol Brasileiro* (Rio de Janeiro: Mauad, 2003).

apenas três jogos. Prosseguiu a sua carreira no Real Madrid, tendo sido o primeiro jogador brasileiro a representar aquele clube. A história do defesa Vianinha é um pouco diferente. Permaneceu em Portugal durante duas épocas. Na primeira, ao serviço do Sporting, foi campeão de Lisboa e de Portugal, tendo realizado 28 jogos. Os bons desempenhos valeram-lhe uma transferência para o Porto, que pagou 7 contos ao Sporting pela carta de desobrigação, tendo o jogador recebido 14 contos de “luvas” e um ordenado mensal de 1500 escudos. A trajectória do guarda-brasileiro Jaguaré e a luta pela titularidade na baliza do Sporting revelam as diferentes modalidades de pensar o desporto e as lógicas da filiação identitária que nos anos trinta ainda se verificavam na formação dos plantéis.

Conceituado guarda-redes, dotado de ampla experiência internacional, Jaguaré foi contratado para ser o titular da baliza leonina. Formado no Atlético Santista, onde iniciou a sua carreira como amador, o antigo estivador destacou-se ao longo de quatro épocas no Vasco da Gama, o primeiro clube brasileiro a reconhecer o profissionalismo dos jogadores. Depois de uma digressão do Vasco da Gama em Espanha transferiu-se, com Fausto, a “Maravilha Negra”, o melhor médio brasileiro da altura, para o Barcelona em 1931, por cerca de 30 mil pesetas.⁵⁶¹ Ali, o internacional brasileiro permaneceu durante duas épocas antes de ser obrigado a voltar ao Brasil para cumprir o serviço militar. Depois de duas temporadas no Corinthians, chegou ao Campo Grande, onde permaneceu menos de um ano, antes de seguir para um período de três anos ao serviço do Olympique de Marselha, clube ao serviço do qual se transformou num herói desportivo local.

O relativo falhanço de Jaguaré no Sporting, onde se esperava que substituísse Artur Dyson, guarda-brasileiro internacional português que, depois de duas épocas ao serviço do Benfica, representava o Sporting desde 1931, resultou da afirmação de um jovem de apenas 20 anos. Foi Azevedo, contratado ao Luso do Barreiro na mesma época para ser o terceiro guarda-redes do Sporting, quem se impôs na baliza do Sporting, tendo permanecido no clube durante quase vinte anos, até 1953. Depois de concluída a carreira desportiva na época seguinte, ao serviço do Oriental, foi taxista no Barreiro e motorista de um colégio em Londres. Não se tratou de um caso isolado. Muitos dos melhores praticantes acabavam, depois de concluída a sua carreira nos relvados, em situações de dificuldade

⁵⁶¹ Tony Mason, *Passion of the People? Football in South America* (London: Verso, 1995), 51.

económica, impelidos a desempenhar uma multiplicidade de profissões subalternas e mal remuneradas, retomando destinos que os aguardavam antes da entrada no mundo desportivo.

A multiplicação de exemplos de circulação de jogadores e do aumento dos custos de manutenção de uma equipa de futebol competitiva seria supérflua. Todavia, num contexto em que os clubes desportivos funcionavam num regime associativo e as suas receitas provinham quase exclusivamente da quotização e da bilheteira, muitos alertavam para a insustentabilidade financeira dos investimentos na contratação de jogadores e nos seus salários. Para fazer face às despesas crescentes, os clubes recorriam às mais diversas estratégias. Desde a organização de festas teatrais, à subscrição pública para a construção dos novos recintos, até aos *cachets* cobrados por jogos particulares e ao emergente mercado de transferência dos jogadores de futebol, eram estas receitas extraordinárias que permitiam aos clubes fazer face às crescentes despesas fixas.⁵⁶²

Esta não era uma tendência recente. Já no final da década de vinte, *O Eco dos Sports*, um periódico dirigido por Artur Inês, alertava para os riscos associados ao processo de espectadorização nos moldes em que ele se desenvolvia em Portugal. Em pleno defeso, num artigo intitulado “As mentiras do Sport”, Inês traçava um retrato sombrio da vida associativa dos clubes desportivos portugueses, considerando que aquelas entidades de utilidade pública “deveriam antes ser consideradas entidades de divertimento público”. Não obstante o triunfo da bilheteira, continuava o jornalista, “clubes sportivos que contam com milhares de sócios nos seus cadernos de inscrição – dificilmente conseguem juntar dez nomes para uma prova de atletismo”. Mas o problema principal, associado à fraca participação dos sócios na vida associativa do clube, era a “existência fictícia” dos “nossos grandes clubes”, alimentada acima de tudo pelas suas direcções, já que “a ânsia da popularidade baseada no foot-ball arrasta-os às maiores loucuras administrativas. E a obra séria, necessária de cultura e educação física – é esquecida e desprezada”. Ainda que embalado num discurso que criticava o “público que procura no sport unicamente emoções nervosas” por oposição a um papel de “renovadores da raça pela educação física”, que deveria caber aos clubes desportivos, o artigo sublinhava questões importantes: a crescente distanciação

⁵⁶² Coelho e Pinheiro, *A paixão...*, 191.

entre a administração dos clubes e as suas massas associativas e os problemas financeiros com que muitas das organizações desportivas se começavam a defrontar.⁵⁶³

Esta segmentação não era, porém, completa. Entre aqueles dois grupos, destacava-se um grupo intermédio, os chamados “carolas”, ou seja, um conjunto de agentes, os notáveis, que mesmo sem ocupar cargos na direcção dos clubes, contribuíam com dinheiro para financiar a contratação e o salário dos jogadores, ou conseguir-lhes empregos, reais ou fictícios, que permitissem manter as aparências de amadorismo, mas também, dotados de elevados volumes de capital social, com uma ampla rede de contactos que poderia facilitar o desenvolvimento da actividade dos clubes. Antes da afirmação de outras modalidades de gestão dos clubes desportivos em Portugal, foram os “carolas”, ou seja, os beneméritos dos clubes, quem, juntamente com as respectivas massas associativas, financiaram este modelo de profissionalismo incipiente.

É precisamente a formação de uma “caixa dos carolas” no Sporting Clube de Portugal que permite compreender outra parte do contrato de Peyroteo e a situação profissional dos atletas daquele clube. Oficialmente os atletas continuavam apenas a receber por dias de trabalho perdidos, prémios de jogo e compensação por despesas. Assim, a generalidade dos jogadores da primeira equipa do Sporting recebia perto de 700\$00, o montante do primeiro contrato de Peyroteo. Apesar desta situação de igualdade formal entre os atletas, que também contribuía para aplacar pedidos de aumento salarial, era de um fundo especial denominado “caixa dos leões”, composto pela “cotização dos carolas”, que “saíam quantias destinadas a reforçar os ordenados de alguns jogadores”, para aqueles “que mereciam”, um subsídio extraordinário de 200 ou 300 escudos mensais.⁵⁶⁴ Neste fundo, administrado naquela época por Francisco Franco, também eram acumuladas as verbas que permitiam a contratação de jogadores, sem que esses montantes, tal como os relativos a uma boa parte dos salários dos atletas, fossem inscritos nas contas dos clubes.

⁵⁶³ «As mentiras do Sport», *Eco dos Sports*, 05 de Junho, 1927, 3.

⁵⁶⁴ Peyroteo, *Memórias Peyroteo*, 68.

Profissionalismo global

A profissionalização lenta, e encapotada, dos jogadores de futebol em Portugal não obedecia a um ritmo nacional. Trata-se de um processo que se encontrava relacionado com o avanço de um mercado, que possibilitava aos seus melhores intérpretes a possibilidade de distinção social e proveitos económicos a uma escala internacional. A crescente rivalidade interna, mas também a gradual emergência das competições desportivas internacionais levava a um menosprezo crescente, em toda a parte, das origens sociais ou características fenotípicas dos praticantes, sendo antes valorizada a sua competência específica.

Com a excepção de Inglaterra, onde o profissionalismo se impôs legalmente em 1895, na maior parte dos países que ocupavam lugares relevantes no mundo do futebol, o debate entre amadorismo e profissionalismo acentuou-se na década de vinte e no início dos anos trinta. Pouco depois do primeiro campeonato mundial de futebol, realizado em 1930, era já aceite um pouco por toda a parte a possibilidade de remuneração pecuniária dos jogadores, mesmo que em muitos casos sob pretexto da defesa dos valores do amadorismo. Em cada contexto nacional, o formato específico e a cronologia deste processo resultou da dinâmica deste processo global e da sua convergência com as histórias locais, ou seja, o conjunto de actores, instituições e grupos envolvidos no campo desportivo. Nos países que dominavam o futebol europeu à época, o reconhecimento da prática futebolística como actividade profissional deu-se em meados dos anos vinte: na Áustria, em 1924; na Hungria, em 1925 e na Checoslováquia, em 1926.

Também em 1926, durante a ditadura de Primo Rivera, foi aprovado o profissionalismo em Espanha. A Liga daquele país passou a disputar-se a partir de 1929. Entre o final dos anos vinte e o início da guerra civil, e depois de uma boa participação – medalha de prata - da selecção espanhola nos Jogos Olímpicos de Antuérpia, em 1920, o futebol tornou-se um dos lazeres favoritos da Espanha urbana, a par do teatro e do cinema, rivalizando em popularidade com a tourada. O guarda-redes Zamora era já uma celebridade global nos anos vinte. Proveniente de uma classe média profissional catalã, a sua carreira permite acompanhar algumas das transformações mais importantes no futebol espanhol e a sua gradual popularização e comercialização. Em 1922, quando trocou o Barcelona pelo

Espanhol, da mesma cidade, a troco de um salário mensal de duas mil pesetas e vinte e cinco mil pesetas de prémio de assinatura, acabou suspenso. Em 1929, já depois de ter recebido milhares de pesetas pela participação em digressões pelo Danúbio e pela América do Sul, ao serviço do modesto Espanhol, de ter representado em filmes e publicitado diferentes produtos, tornou-se o primeiro jogador catalão a passar para um clube de Madrid. Desta feita o Espanhol recebeu 150 mil pesetas pela transferência, o jogador outras 50 mil como prémio de transferência e viu o seu salário aumentado para três mil pesetas mensais, tornando-se um dos assalariados mais bem pagos do país.⁵⁶⁵ A concorrência interna e o receio da fuga dos melhores jogadores a par de receitas crescentes foram fundamentais para o profissionalismo ter sido rapidamente aceite, ao contrário do que aconteceu noutros contextos.⁵⁶⁶

Na Alemanha, apesar de praticado desde a segunda década do século XX, o profissionalismo não se impôs oficialmente até ao início da década de 1960. Se os pagamentos por baixo da mesa eram prática comum, nem por isso eram reconhecidos, resultado das barreiras morais e culturais impostos pelas elites dirigentes do futebol alemão. O importante era não ser apanhado. Nem por isso os clubes de tradições operárias da zona do Ruhr se viram a salvo da punição da federação alemã. Em Agosto de 1930, por exemplo, “saltou a tampa” do amadorismo de fachada. O organismo dirigente do futebol alemão declarou profissionais 14 jogadores do Schalke por terem recebido pagamentos “muito acima do aceitável”. Todos eles foram expulsos da competição. Wilhelm Nier, o tesoureiro do clube e responsável pelos pagamentos por baixo da mesa, suicidou-se. Nos dois anos seguintes gerou-se um intenso debate que acabou com a marcação de uma reunião para 25 de Maio de 1933, na qual se deveria regulamentar o profissionalismo. A reunião nunca chegou a acontecer. Em Janeiro daquele mesmo ano, Hitler tomou o poder.⁵⁶⁷

Em França, a emergência do novo modelo desportivo, que suplantou o modelo elitista do amadorismo desinteressado, foi também lento e polémico,

⁵⁶⁵ Andrew McFarland, «Ricardo Zamora: The First Spanish Football Idol», *Soccer and Society*, vol. 7, n.º 1 (2006).

⁵⁶⁶ Para uma análise mais detalhada do estatuto do jogador de futebol na Espanha franquista veja-se Duncan Shaw, «*The political instrumentalization of football during francoism*» (tese de doutoramento em História, Londres, University of London/Queen Mary College, 1988), em especial o capítulo 5, «Football and Exploitation».

⁵⁶⁷ Ulrich Esse-Lichtenberger, *Tor! A Story of German Football* (London: WSC Books, 2002), 48.

apesar de os pagamentos aos jogadores serem já uma realidade. Como refere Alfred Wahl, a elite do futebol francês, composta por homens do mundo dos negócios, vivia na mais completa hipocrisia. Predominava a regra do “tudo é permitido desde que não se seja apanhado”.⁵⁶⁸ Alicerçado ainda em torno das ideias de progresso social e das finalidades educativas do desporto e amplamente estruturado em torno dos valores do amadorismo, este primeiro modelo de profissionalismo no futebol francês, como refere Hassan Slimani, operou por via da socialização federativa dos jogadores. Esta socialização, apoiada num regulamento produzido pelos dirigentes dos clubes em 1932, ocorreu, segundo Slimani, por duas vias. Em primeiro lugar, através do estabelecimento de uma contradição insanável entre duas alíneas do regulamento. Numa delas, o jogador poderia mudar de clube, mesmo que ainda tivesse um contrato em vigor, se o clube que representava não fosse capaz de igualar as condições contratuais oferecidas por um terceiro. Por outro lado, nenhum clube poderia pagar ao jogador prémio de transferência ou mesmo estabelecer adiantamentos em forma de contrato-promessa. Em segundo lugar, retirava aos atletas profissionais a capacidade de contestar as decisões das direcções, através da perda de voto nas assembleias gerais dos clubes por parte de todos os indivíduos licenciados como profissionais. Mais ainda, cabia exclusivamente à Federação Francesa de Futebol a possibilidade de designar os clubes “autorizados” a ter jogadores profissionais e o salário destes era limitado em função do seu “emprego principal”.⁵⁶⁹ Criada já como resposta às práticas clandestinas, em vigor desde o início da década, e sem uma separação completa entre amadores e profissionais, a regulamentação do profissionalismo, em 1932, foi ainda considerada, por parte dos órgãos federativos franceses, como um instrumento de combate à “comercialização do desporto”, um mal que assim seria travado. Na prática, permitiu aos “carolas” franceses legalizar pagamentos que há muito tempo eram feitos por baixo da mesa e, mais importante, regular o mercado e controlar os salários dos jogadores, que vinham crescendo desde o início da década.

Ao contrário do que sucedeu em Inglaterra, ou mesmo na Áustria, o

⁵⁶⁸ Alfred Wahl, «Le footballeur français: de l’amateurisme au salariat (1890-1926)», *Le Mouvement Social*, n.º 135 (1986): 19.

⁵⁶⁹ Hassen Slimani, «La professionnalisation du football français: un modèle de dénégarion», (tese de doutoramento, Nantes, Faculté des Lettres et Sciences Humaines Université de Nantes, 2000), 151 e 155-156.

profissionalização dos jogadores de futebol em França não resultou do alargamento do espaço social de recrutamento dos atletas, nem do incremento da procura do espectáculo desportivo por parte do público. Uma especificidade do mercado francês de jogadores de futebol da época era a limitada participação dos operários na prática do futebol profissional, quando comparado com outros grupos de assalariados urbanos e a elevada percentagem de jogadores estrangeiros, que constituíam quase um terço dos efectivos. Entre estes destacavam-se os ingleses, o maior contingente, mas também os húngaros e os austríacos, emigrados pela situação política naqueles países, os sul-americanos, os espanhóis, durante a guerra civil, para além de um importante número de atletas balcânicos.

Um dos factores decisivos para a instituição do profissionalismo eufemizado em França havia sido a constituição, em 1930, da Taça Peugeot, também conhecida como a Taça Sochaux. O Sochaux, fundado em 1928 por iniciativa de Jean-Pierre Peugeot, proeminente membro daquela família ligada à indústria automóvel, foi o primeiro clube abertamente profissional em França. A competição organizada por aquele clube em 1930 reuniu na mesma prova os melhores clubes franceses da época, independentemente do estatuto dos seus jogadores. É também em resposta a esta competição, desenvolvida fora dos quadros institucionais do futebol francês, que foi estabelecida a legislação do profissionalismo e, ao mesmo tempo, foram definidas as bases do moderno campeonato francês de futebol.⁵⁷⁰

Em Itália, alguns dos passos mais importantes rumo ao profissionalismo encontram-se relacionados com a intervenção de uma outra poderosa família ligada à indústria automóvel. Desde o início da década de vinte, que a família Agnelli, proprietária da Fiat, vinha investindo, inspirada pelas modernas tecnologias de gestão americanas, em diversos programas de apoio social e de enquadramento dos lazeres dos seus trabalhadores: de supermercados com preços controlados, a programas de crédito, passando pela construção de habitação económica, ao programa Fiat Sports, que promovia a prática desportiva, altamente competitiva para os padrões da época, entre os trabalhadores.⁵⁷¹ Na Juventus, que

⁵⁷⁰ Pierre Lanfranchi e Alfred Wahl, «La professionnalisation du football en France (1920-1939)», *Modern & Contemporary France*, vol. 6, n.º 3 (1998).

⁵⁷¹ Sobre a política social da Fiat e o aprofundamento da sua relação com a OND veja-se Victoria de Grazia, *The culture...*, 74-81. Mais em concreto, e sobre as afinidades entre fascismo e a moderna gestão de recursos humanos «Fascism of this kind, organized to strengthen the

passou a controlar desde 1923, a Fiat descobriu um poderoso instrumento de identificação com os operários da fábrica e da cidade. A “Vecchia Signora” tornou-se, assim, com base no seu lema de “simplicidade, seriedade, sobriedade”, o reflexo de um projecto de sociedade industrial e de um tipo de cidade, de um programa de gestão que se consubstanciava, como refere Christian Bromberger, num certo estilo baseado na disciplina e na hierarquia.⁵⁷² Pese embora a relação entre a Fiat e o regime de Mussolini, e as afinidades deste estilo empresarial com as bases ideológicas e políticas económicas do fascismo, as fundações da relação entre o fascismo italiano e o universo do futebol em vias de profissionalização assentaram na rejeição do “campeonismo” e do campanalismo”.⁵⁷³ Ou seja, por um lado, na recusa da celebridade desportiva e, por outro lado, na subordinação do indivíduo ao colectivo e na secundarização das identidades regionais e locais que os clubes desportivos poderiam representar a um desígnio nacional.

À semelhança do processo que Victoria de Grazia descreve em *The Culture of Consent*, obra dedicada à organização dos lazes na Itália Fascista, onde destaca o processo de taylorização dos tempos livres no âmbito de um projecto de bases gestonária e produtivista de regulação e enquadramento das práticas culturais dos trabalhadores e classes populares italianas,⁵⁷⁴ também no caso do *calcio* é essencial compreender o projecto de nacionalização das instituições, com a gradual colonização da sociedade civil e das estruturas intermédias do espaço social italiano por agentes fascistas e a sua crescente subordinação a uma razão de estado, concretizada a partir de diversos dispositivos legais. Ao contrário do que sucedeu com outras esferas da vida civil italiana, que não colocavam em causa o poder político e que por isso mesmo foram deixadas mais ou menos incólumes, o regime fascista italiano interveio na esfera desportiva. Não tratou somente de nacionalizar o jogo através da invenção de uma história italiana do futebol, cujas origens passaram a remontar a um jogo florentino medieval, mais do que às escolas privadas inglesas. As instituições e organizações do *calcio* foram também objecto de particular controlo e

production process, was fully compatible with a personnel management system that had long ceased to refer to the ostensibl ‘liberal’ managerial techniques of fordism – its original inspiration – espousing instead a peculiarly authoritarian administrative system premised on strict hierarchy and discipline», 81.

⁵⁷² Christian Bromberger, *Le Match de Football, Ethnologie d’une passion partisane à Marseille, Naples et Turin* (Paris: Maison des Sciences de l’ Homme, 1995), 149.

⁵⁷³ Martin, *Football...*

⁵⁷⁴ Grazia, *The culture...*

reconfiguração, como mostra Simon Martin. Os instrumentos fundamentais para se entender essa intenção são a Carta de Viareggio e a Carta dello Sport, que enquadram todo o universo desportivo italiano.

O documento de 1926, a *Carta de Viareggio*, que subordina toda a organização desportiva italiana competitiva ao Comité Olímpico daquele país, representou um dos instrumentos fundamentais de controlo do desporto competitivo e a sua separação da prática desportiva de lazer, atribuída, em exclusivo, a partir de 1928, à OND, por via da *Carta dello Sport*. A viver uma crise profunda, devassado pela “mania dos protestos”, pela falta de competitividade entre as equipas mais poderosas e as mais fracas e por polémicas relacionadas com a arbitragem, o futebol italiano ganhou um novo fôlego com a intervenção fascista. Para além de subordinar todas as federações desportivas à autoridade do Comité Olímpico Italiano e de ter criado um Conselho de Arbitragem independente, a carta procedeu também à nacionalização do futebol através de uma reformulação do campeonato italiano da primeira divisão, alargando a representatividade nacional das equipas, obrigando nalgumas cidades, como em Florença, à fusão entre clubes, de modo a assegurar a sua competitividade.

Por outro lado, e no âmbito do processo de regulamentação da actividade dos desportistas, a carta instituiu a separação entre “dilettanti” e “non-dilletanti”, ou seja entre amadores e não amadores. Esta distinção não significou a aceitação incondicional do profissionalismo desportivo. Pelo contrário, para numerosos responsáveis pela política desportiva fascista, a estrela desportiva, o jogador de futebol, era considerada uma figura disruptiva dos valores que deveriam guiar a nação, já que representava quer uma fuga ao trabalho, quer uma forma de distinção individual que colocava em causa o sentido colectivo que deveria presidir à actuação dos diferentes membros da comunidade. Ainda assim, mesmo que a carta não reconheça abertamente o profissionalismo dos jogadores de futebol, o estatuto de não-amador permitia que os clubes remunerassem os jogadores por rendimentos perdidos. Na prática, possibilitava aos clubes estabelecerem contratos desportivos com os atletas, uma realidade que, tal como em França, ou em Portugal, já apresentava naquele país uma longa história clandestina. No mesmo ano em que o Olympique de Marselha assegurou o concurso de dois jogadores internacionais parisienses, Jean Boyer et Edouard

Crut, que foram oficialmente empregados na empresa do presidente daquele clube, também a Juventus contratou, em 1923, Virginio Rosetta, talvez o primeiro futebolista declaradamente profissional em Itália, ao Pro Vercelli, por 50 mil liras.

Apesar das diversas restrições colocadas à circulação de jogadores – só poderiam transferir-se entre clubes da mesma região, para garantir um certo equilíbrio nas representações regionais no principal campeonato – mesmo depois da implementação daqueles dispositivos, durante o mandato de Leandro Arpinati à frente da Federação Italiana de Futebol, o mercado de transferências inter-regional continuou bastante activo. O “dissenso morale” entre um jogador e o clube ou o “messi fuori rosa”, ou seja, um jogador que ficasse de fora da equipa principal, autorizavam uma interpretação bastante elástica da legislação, permitindo com relativa facilidade ultrapassar as restrições que limitavam a circulação de jogadores.

Mais polémica foi, sem dúvida, a limitação do número de jogadores estrangeiros por equipa. A partir de 1926, num campeonato que atraía alguns dos melhores intérpretes húngaros e austríacos, cada equipa poderia apenas inscrever dois estrangeiros. Apenas um poderia alinhar no onze titular. Esta disposição, agravada em 1928 para a proibição de atletas estrangeiros, não só levou ao êxodo de alguns dos melhores jogadores do campeonato, como colocou em causa, a própria competitividade do futebol italiano e, por consequência, o prestígio internacional da nação. A derrota da selecção italiana nas meias finais do torneio olímpico de 1928, frente ao Uruguai, deu o primeiro sinal de alarme. O Uruguai, por sua vez, venceu o torneio numa final disputada com a Argentina, repetindo o feito da equipa de 1924. No primeiro mundial de futebol, realizado em 1930, a final repetiu-se, com o mesmo resultado. A vantagem uruguaia sobre a Argentina residia não tanto na supremacia técnica ou física dos seus elementos, globalmente equivalentes, mas antes na capacidade de juntar à criatividade uma estrutura defensiva sólida. O melhor futebol do mundo, segundo outros especialistas, jogava-se nas margens do Rio da Prata.

Do outro lado do Atlântico, ainda que a génese do jogo e a história básica do seu desenvolvimento fosse idêntica àquela observada em diferentes países europeus, o futebol havia sofrido outras transformações. À medida que a

autoridade do cristianismo muscular britânico⁵⁷⁵ se começou a desvanecer e chegaram sucessivas vagas de imigrantes espanhóis e italianos, a influência do estilo inglês deu lugar ao que se convencionou apelidar de futebol crioulo, feito do “puro prazer do corpo que se lança na proibida aventura da liberdade”, seguindo a poética desportiva de Eduardo Galeano. Graças ao “esperanto da bola”, nos campos e pelos pelados e ruas estreitas de Buenos Aires e Montevideu, “os trabalhadores expulsos do campo entendiam-se às mil maravilhas com os trabalhadores expulsos da Europa”. Estes futebolistas “inventavam a sua linguagem no minúsculo espaço em que a bola não era pontapeada mas retida e possuída” e como “dançarinos desenhavam filigranas, florando-se nos limites de uma laje de pavimento”.⁵⁷⁶ E se num dos mitos fundadores do futebol argentino consta uma digressão do Ferencvaros, em 1922, àquele país, para Wilson, a semelhança entre os estilos rioplatense e danubiano resulta acima de tudo da disponibilidade para experimentar novas soluções técnicas, numa tentativa, simultânea, de romper com o estilo inglês, já que a formação táctica 2-3-5 continuava, em toda a parte, a constituir o padrão dominante, mesmo se adaptada às condições locais.⁵⁷⁷

A proximidade do primeiro mundial de futebol, e a expansão das competições internacionais entre clubes – a Taça Mitropa começou a ser disputada em 1927⁵⁷⁸ – ofereceu o ímpeto para uma pequena alteração legislativa em Itália. Para contornar a profundamente impopular proibição de atletas estrangeiros, e perante a supremacia do futebol sul-americano, e com o objectivo de aumentar não só a competitividade das equipas italianas mas também da selecção, eram considerados italianos, logo aptos para integrar as equipas italianas e a selecção nacional, os filhos dos emigrantes de primeira geração. Ora, uma boa parte das selecções da Argentina e do Uruguai, mas também uma parte dos

⁵⁷⁵ Sobre a questão do cristianismo muscular veja-se por exemplo, Donald Hall, ed., *Muscular Christianity: Embodying the Victorian Age* (Cambridge: Cambridge University Press, 1994) ou ainda John Springhall, «Building character in the British boy: the attempt to extend Christian manliness to working-class adolescents, 1880-1914» em *Manliness and morality: middle-class masculinity in Britain and America 1800-1940*, eds. J.A. Mangan e James Walvin (Manchester: Manchester University Press, 1987). Sobre a influência do cristianismo muscular nos Estados Unidos da América veja-se Clifford Putney, *Muscular Christianity: Manhood and Sports in Protestant America, 1880-1920* (Cambridge: Harvard University Press, 2001).

⁵⁷⁶ Eduardo Galeano, *Futebol, Sol e Sombra* (Viana do Castelo: Livros de Areia, 2006), 48-49.

⁵⁷⁷ Wilson, *Inverting the...*39

⁵⁷⁸ A Taça da Europa Central. Na primeira edição da prova participaram equipas Austríacas, Húngaras, Checoslovacas e Jugoslavas, tendo-se posteriormente alargado o leque de participantes.

melhores jogadores brasileiros era precisamente descendente de imigrantes italianos. Estava aberta a caça aos jogadores sul-americanos. Os “oriundi” ou os “rimpatriati”, como eram designados, tiveram não somente uma influência fundamental no futebol italiano, mas também um impacto global ao nível da aceitação do profissionalismo dos jogadores de futebol.

Um dos primeiros jogadores de futebol a atravessar o Atlântico para alinhar por equipas italianas foi o avançado do Independiente, e membro da selecção argentina que conquistou a medalha de prata nos Jogos Olímpicos de Amesterdão, Raimondo Orsi. A polémica mudança gerou uma severa reacção por parte da Federação Argentina, que condenou o regime fascista italiano pelo reforço “sem princípios e sem escrúpulos” da sua equipa nacional de futebol. A estrela argentina dos Jogos de 1928 concretizou a sua transferência para a Juventus, em 1929, depois de um ano de paragem forçada, a troco de 100 mil liras de prémio de assinatura, acrescidas de um Fiat 509 e um salário mensal de 8000 liras.⁵⁷⁹ No período entre guerras, 47 jogadores sul-americanos seguiram o mesmo caminho. Só em 1931, segundo Tony Mason, o Como, a Fiorentina, a Lázio e a Roma recrutaram 39 jogadores brasileiros.⁵⁸⁰ Longe de consensual, a chegada destes jogadores e, sobretudo, a sua incorporação na selecção, gerou intensos debates sobre a real italianidade dos reforços sul-americanos e do seu futebol, sobre o seu estilo de jogo, mas também temperamento e hábitos culturais.

As vitórias que se seguiram ajudaram rapidamente ao seu processo de acomodação na imaginação fascista. O Bolonha, clube da cidade de Leandro Arpinati venceu duas Taças Mitropa, em 1932 e 1934, a competição dominada pelos clubes danubianos. Desde 1930 que contava com três uruguaiois: Francisco Fedullo, Raffaele Sansone e Michele, anteriormente Miguel, Andreoli. A selecção italiana venceu, em casa, o Mundial de 1934, frente à Checoslováquia, depois de vencer na meia-final, com um gol contestadíssimo, a poderosa equipa austríaca guiada por Hugo Meisl, um dos precursores do que ficaria conhecido algumas décadas mais tarde como “futebol total”. Na equipa liderada por Victorio Pozzo, o técnico que comandou a selecção italiana durante quase todo o período fascista, alinhavam uma série de “oriundi”. Para além de Orsi, também Enrique Guaita, Cesarini, o anteriormente brasileiro Filó e Luisito Monti, que já havia

⁵⁷⁹ Martin, *Football and...*, 195.

⁵⁸⁰ Mason, *Passion of...*, 52.

representado o Uruguai no Mundial de 1930, foram peças importantes no esquema de Pozzo, o homem que em tempos de hegemonia do WM, o “sistema”, lançou através da sua tática do “método”, as bases de um estilo de jogo que se viria a tornar sinónimo do estilo nacional italiano.

A abertura deste corredor transatlântico para a circulação de jogadores não redundou somente no triunfo da equipa que representava o regime fascista italiano. Concorreu, também, para acelerar o processo de aceitação do profissionalismo dos jogadores de futebol que, ao longo de toda a década de vinte, tantas rupturas, cisões, conflitos, debates e polémicas havia gerado no Atlântico Sul. O Uruguai e a Argentina foram os primeiros países a procurar responder ao êxodo dos seus jogadores, tendo-se seguido o Brasil. Redenominada, em 1926, a Associação Amadora Argentina de Futebol, que havia resultado da fusão anterior entre duas ligas concorrentes, foi obrigada, em 1931, a aceitar o inevitável avanço do profissionalismo. A 31 de Maio daquele ano jogou-se a ronda inaugural do primeiro campeonato profissional argentino, realizado sob a tutela da Associação de Futebol Amador e Profissional. No ano seguinte, verificou-se a admissão do profissionalismo no futebol uruguaio, que havia sido reunificado, tal como sucedeu na Argentina, em 1926, quando as duas ligas existentes no países se fundiram.⁵⁸¹

Para além da sangria de jogadores para o campeonato italiano, dois dos melhores jogadores brasileiros do início dos anos trinta, os internacionais Leónidas e Domingos da Guia, rumaram ao Uruguai. Leónidas, possivelmente o inventor do pontapé de bicicleta e o primeiro jogador brasileiro a ser associado a campanhas publicitárias, representou durante uma época o Penãrol de Montevideo. Domingos da Guia, o “divino mestre”, permaneceu uma época no Nacional, também de Montevideo, tendo também representado o Boca Juniores entre 1935 e 1936. Para além da cor da pele, negra, ambos partilhavam a mesma posição de classe. Domingos da Guia iniciou a sua carreira no Bangú, enquanto trabalhava como tecelão na Companhia Progresso Industrial do Brasil, donde passou ao fim de três épocas para o Vasco da Gama. Leónidas encontrou no futebol um meio para ultrapassar “uma infância de muitas dificuldades”. Em 1931, aos 18 anos, assinou contrato pelo Bonsucesso, por “400 mil réis por mês,

⁵⁸¹ Mason, *Passion of...*, 49.

tendo exigido como luvas dois pares de sapatos e dois ternos”.⁵⁸² Ainda assim, as condições oferecidas pelos clubes brasileiros e mesmo a consideração e estatuto social que lhes eram concedido ficavam aquém da sua influência nos relvados. Na primeira metade dos anos trinta, a situação do jogador negro e operário já era contudo bastante melhor do que nos anos vinte.

Regido pelos preceitos do amadorismo, o elitista e exclusivista futebol brasileiro popularizou-se e *amorenou-se* ao longo de toda a década de vinte. O incremento da competição desportiva acendeu uma intensa concorrência entre clubes. O triunfo do Club de Regatas Vasco da Gama no campeonato de 1923 havia aberto os relvados aos jogadores negros e gerado uma cisão que demorou dez anos a resolver. O clube de origem portuguesa, e com sede num dos bairros periféricos da cidade, iniciou um período de vitórias dos clubes populares, que contavam com jogadores operários, mulatos e negros. Os títulos conquistados pelo São Cristóvão, em 1926, e pelo Bangú, em 1933, marcam o final deste período de transição no futebol brasileiro. Os clubes “aristocráticos” - o Flamengo, o Fluminense, o Botafogo e o América - que dominavam até então os campeonatos, não conseguiram encaixar a derrota perante uma equipa cheia de jogadores negros. Os principais clubes do Rio de Janeiro constituíam um dos terrenos de sociabilidade de uma certa elite. Para além do futebol, o remo, especialmente apreciado pelo elemento feminino, eram o centro de interesse da vida desportiva dos clubes, cujo calendário era também particularmente definido pelos bailes, banquetes e outras actividades sociais.

A jogar pela primeira vez, em 1923, na principal competição de futebol do Rio de Janeiro, o Vasco da Gama transformou definitivamente esse estado de coisas. Recrutou negros, mulatos e trabalhadores nos subúrbios da cidade branca. Face ao amadorismo oficial, eram os comerciantes portugueses que registavam os novos jogadores como empregados nos seus estabelecimentos. A Liga enviava inspectores, da Comissão de Sindicância, às lojas dos portugueses, apenas para descobrir, apesar das confusões e de muitos dos patrões não saberem o nome civil dos seus empregados, que o funcionário se encontrava ausente em serviço. Na equipa orientada pelo uruguaio Ramon Platero, que ninguém esperava no início da época que fosse campeã, alinhavam, descobriu-se na época seguinte, nada

⁵⁸² Filho, *O Negro...*, 230.

menos do que doze jogadores que não reuniam os atributos então considerados necessários para a prática do futebol. A situação conduziu a uma cisão no campeonato carioca. Para os antigos clubes dominadores, perder dentro da comunidade, mesmo que doloroso, era aceitável. Perder para pobres suburbanos era impensável.

Em 1924 os clubes “aristocráticos” partiram para a formação de um novo campeonato. A AMEA, a Associação Metropolitana dos Sports Athleticos serviu, nas palavras de Mário Filho, para acabar com “aquela história de clube pequeno igual a clube grande, de preto igual a branco”.⁵⁸³ Esta nova organização, fundada pelos “grandes”, pretendia substituir a anterior Liga Metropolitana, que o Vasco havia vencido. Os regulamentos da nova competição, que obrigavam os atletas a responder a extensos inquéritos sobre a sua condição profissional, nível de escolaridade e meios de sobrevivência, de forma a garantir o respeito pelo mais estrito amadorismo, foram, contra todas as expectativas, rejeitados pelos clubes “pequenos”. Estes continuaram a disputar o campeonato Metropolitano. Naquela que ficou conhecida como a “Resposta Histórica”, o presidente do clube campeão, o Dr. José Augusto Prestes, apesar de não colocar em causa a investigação sobre as condições sociais dos jogadores, numa carta dirigida a Arnaldo Guinle, presidente da AMEA e do Fluminense, rejeitava os seus resultados, negando-se a excluir os doze jogadores chumbados da equipa, considerando que “seria um ato pouco digno da nossa parte sacrificar ao desejo de filiar-se à AMEA alguns dos que lutaram para que tivéssemos entre outras vitórias a do campeonato de futebol da cidade do Rio de Janeiro de 1923”.⁵⁸⁴

A 12 de Janeiro de 1933, durante a ditadura de Getúlio Vargas, e depois de mais uma década de divisões entre as organizações do futebol brasileiro, e perante a fuga de alguns dos melhores jogadores para a Europa, foi finalmente criada a Liga Carioca de Futebol, que instituiu o pleno profissionalismo. No mesmo ano era também aceite o profissionalismo em São Paulo. A confusão ainda não tinha, no entanto, terminado. Perante a oposição da Confederação Brasileira dos Desportos ao profissionalismo, as Ligas profissionais do Rio de Janeiro e São

⁵⁸³ Filho, *O Negro...*, 137.

⁵⁸⁴ O documento original encontra-se disponível em: Monteiro, Carlos. 2013. «Vasco, time de todos: os 89 anos da Resposta Histórica», <http://www.vasco.com.br/site/index.php/noticia/conteudo/4715/#.UrxLoW0ubI> acessado a 24 de Janeiro de 2014.

Paulo foram forçadas a criar a Federação Brasileira de Futebol. Em 1937, a Federação Brasileira dos Desportos finalmente reconheceu o profissionalismo, mantendo a representação do futebol brasileiro na FIFA. Com o profissionalismo, o elitista futebol brasileiro popularizou-se definitivamente. Em 1940, já durante o Estado Novo brasileiro, três quartos dos jogadores provinham das classes populares.⁵⁸⁵

Do outro lado do mundo, e do outro lado da barreira política, na União Soviética os ritmos do profissionalismo desportivo são semelhantes, mesmo que embalados noutro tipo de discursos políticos e enquadrados por outras instituições. Como refere Robert Edelman, no seu estudo sobre desportos espectadorizados na União Soviética, tal como em todos os outros contextos onde o divertimento se tornou coisa séria, também nos países socialistas muitos compreenderam que, independentemente dos modelos formais, era necessário inventar alguma forma de remunerar e compensar os atletas. A questão que então se coloca, segundo Edelman, é saber quem controlava o desporto – burocratas ou empresários? – e com que objectivos – propaganda ou lucro?. Ainda que se tenha desenvolvido tardiamente, por comparação com outros países europeus mais industrializados, o futebol tornou-se depois da I Guerra Mundial um dos lazeres favoritos das populações urbanas. O fim da Guerra Civil em 1921 marcou um período de crescimento dos desportos espectadorizados na Rússia. Subordinados, como noutros contextos, a objectivos produtivistas e militaristas, os desportos, e em particular o futebol, o boxe e o halterofilismo foram considerados, depois da revolução e até à segunda metade da década de vinte, prejudiciais às finalidades higiénicas que deveriam cumprir as práticas físicas recreativas. Tendo crescido associado às agências de segurança e ao exército, e num contexto onde a desconfiança política, teórica e ideológica face às funções sociais do espectáculo desportivo era ainda significativa, apenas no final dos anos vinte o futebol viu reconhecido o seu estatuto de espectáculo público legítimo. Apesar disso, desde os anos vinte muitos dos jogadores das principais equipas eram remunerados, existindo também ali um mercado de jogadores já em desenvolvimento, que era também, simultaneamente, objecto de severas críticas. Só com a criação de um campeonato em 1936, o profissionalismo foi aceite, mesmo que subordinando os

⁵⁸⁵ Mason, *Passion of...* 55.

jogadores a um contrato oficial, muitas vezes como instrutores de educação física, numa das instituições que geriam os clubes, exército e serviços de segurança mas também empresas ou sindicatos.⁵⁸⁶ Nem por isso, e como o desenvolvimento da celebridade desportiva, e com o avanço da competitividade do futebol soviético, se deixou de criticar, pelo menos até ao final da II Guerra Mundial, a excessiva importância dos desportos espetadorizados face à prática desportiva massificada.

A situação portuguesa: a persistência do debate sobre o profissionalismo

Quando, um pouco por todo o mundo do futebol, o profissionalismo era aceite, em Portugal a discussão continuava. No congresso dos 50 anos do futebol português, ao mesmo tempo que Guilherme Pinto Basto constata o abaixamento da “qualidade social dos praticantes” e do espírito desportivo, Ribeiro dos Reis e Cândido de Oliveira avançavam na reflexão sobre a relação entre os “impostos e o futebol desporto”, ou a “formação dos jogadores de futebol”.⁵⁸⁷ No mesmo congresso, o industrial gráfico, Francisco Madeira Mega, antigo presidente do Belenenses (1935-38 e 1939-1941), apresentou uma comunicação sobre “a assistência aos jogadores de futebol”. O homem que na qualidade de Presidente do Grémio Nacional dos Industriais de Tipografia e Fotogravura, integrou a Câmara Corporativa durante duas legislaturas, entre 1942 e 1949, defendeu o incremento das políticas educativas para os jogadores de futebol já que “grande

⁵⁸⁶ Robert Edelman, *Serious fun, a history of spectator sports in the U.R.S.S.* (Nova Iorque e Oxford: Oxford University Press, 1993).

⁵⁸⁷ Reis, «Os Impostos...»; Cândido de Oliveira, «A Formação dos Jogadores de Futebol», em *I Congresso Nacional de Futebol* (Lisboa: Soc. Nacional de Tipografia, 1938). As restantes comunicações apresentadas ao congresso foram, «A Gimnástica no Futebol», pelo Capitão Rebelo de Almeida; «As Relações Internacionais do Futebol» pelo Prof. Cruz Filipe, Presidente da FPF; «O Futebol Sugestão de Arte» por Norberto de Araújo, Escritor, Jornalista e Crítico de Arte; «Campos de Futebol» pelo Capitão Maia Loureiro, Secretário Geral da FPF; «Escola Superior Especial de Instrutores e Treinadores do Futebol Científico», por Augusto Sabbo, engenheiro e antigo jogador de futebol; «A Organização Nacional do Futebol e as Suas Grandes Competições Nacionais», por Mário de Oliveira, Jornalista e antigo delegado da AF do Algarve na FPF; «O Ensino e a Vulgarização das Regras do Jogo» por Ricardo Ornellas, jornalista e técnico de futebol; «O valor da Artropneumografia das lesões traumáticas da articulação do joelho», pelo Dr. Arnaldo Rodo, médico-cirurgião; «A Função Orientadora das Associações Regionais» por António Correia, capitão aviador e Presidente da Associação de Futebol de Vizeu; «A Higiene na Vida do Jogador de Futebol», pelo Dr. Carlos Fradique, Médico da Associação de Futebol de Lisboa, Selecção e Contrôlo Médico dos Jogadores, pelo Dr. Adeodato de Carvalho, Médico da Associação de Futebol de Lisboa; «Futebol Escolar» pelo Dr. Vergílio Paula.

número dos nossos jogadores mal sabe desenhar o seu nome e, o restante, nem de tanto é capaz.” Tal como se verificou no Brasil, embora o exemplo não fosse referido na sua comunicação ao congresso, a forma de forçar os atletas a frequentar o sistema de ensino seria “que tão rapidamente quanto lhe seja possível, o organismo máximo do futebol em Portugal legisle, no sentido de não poder ser aceite a filiação de qualquer indivíduo, como jogador, desde que a respectiva assinatura no boletim de inscrição não seja feita pelo seu próprio punho, e que nele, ainda, o jogador seja obrigado a indicar as suas habilitações literárias.” Perante a mudança da origem social dos praticantes, e no quadro do paternalismo social e moral que caracterizava o olhar dos membros das elites dirigentes sobre os subalternos, a instrução primária seria fundamental para estimular nos jogadores “a vontade por via de regra adormecida por uma vida de trabalho que nem sempre é compatível com o esforço que despendem como atletas”. Infantilizado nas palavras de Madeira Mega, “o jogador de futebol joga sem a preocupação no futuro, sem se precaver contra um desastre que o impossibilite para todo o sempre, não só da prática do futebol como até de angariar o seu sustento e dos seus, para o resto da vida.”, a educação primária seria o instrumento indispensável para lhe assegurar uma vida decente depois de concluída a sua carreira desportiva. O estabelecimento de um sistema de previdência, por sua vez, era, do ponto de vista de Madeira Mega, que presidia a FPF quando o profissionalismo foi finalmente implementado, um problema que “comporta dificuldades de execução infinitamente maiores que o anterior”.⁵⁸⁸ O antigo líder do Belenenses, quando aquele clube tentou desviar Peyroteo a troco de um prémio de assinatura de trinta contos e 1200\$00 mensais, não reconhecia o pagamento de salários aos jogadores, admitindo apenas o pagamento por dias perdidos e acidentes desportivos.

Uma das raras vozes provenientes de outro tipo de meios sociais a intervir no debate sobre o desporto em Portugal foi Sílvio Lima. O republicano e oposicionista, que havia sido demitido, em 1935, do seu lugar de professor na Universidade de Coimbra,⁵⁸⁹ publicou, entre 1937 e 1939, três obras sobre

⁵⁸⁸ Francisco Madeira Mega, «A Assistência aos Jogadores de Futebol», em *I Congresso Nacional de Futebol* (Lisboa: Soc. Nacional de Tipografia, 1938).

⁵⁸⁹ Sobre a exoneração de Sílvio Lima da Universidade de Coimbra veja-se Nídia Gregório, «‘Subversão’ e repressão na universidade no início do Estado Novo, dois casos exemplares» em in

desporto.⁵⁹⁰ Refutando a menoridade do desporto como “assunto frívolo, indigno de atrair a lupa crítica dum antigo e modesto professor universitário”, no último dos textos dessa trilogia, intitulado “Desportismo Profissional: desporto, trabalho e profissão”, dedicou-se a “fixar a posição social do verdadeiro desporto”, interrogando filosoficamente, e fora do terreno dos estudos médico-higiénicos que dominavam a produção teórica da época, a possibilidade do jogo se transformar em trabalho e profissão.

No essencial, o argumento de Sílvio Lima, inspirado quer no “grego clássico” quer em John Bull, representação simbólica de um certa ideia britanidade, passa pela distinção entre profissão entendida como “o modo de vida ou o processo técnico de ganhar o pão quotidiano” e o desporto como “exercício puro, desinteressado, não-utilitário”. Perante esta contradição, e para simplificar um argumento que se estende ao longo de 68 páginas, o desporto nunca poderia ser uma profissão “sem se negar a si mesmo, intrinsecamente, como exercício desportivo”. Estabelecida a prioridade do trabalho, da profissão sobre o desporto, entendido como um “exercício luxuoso”, no sentido em que “para se fazer desporto é mister que o organismo não padeça de fome”, a crítica de Sílvio Lima dirige-se para a comercialização dos desportos e para o espetadorismo.

A causa fundamental da corrupção do jogo em trabalho residia na “incompreensão mental do burguês capitalista por tudo o que não seja fonte lucrativa ou mercantil”, mas também o espectador que “parece considerar o desporto apenas como espectáculo, como cousa que se paga para ser exibida e gosada”. O verdadeiro desportista, esse “não é espectador; é actor”. O desporto não era, por conseguinte, pensado enquanto privilégio daqueles que disponham das condições materiais prévias necessárias ao seu exercício. Pelo contrário, era idealizado como possibilidade de uma comunidade igualitária, onde “cada qual é meramente um jogador, não importa se ariano se semita, se argéntario se proletário, se budista se católico, se minhoto se algarvio, se médico se tipógrafo, se aristocrata se plebeu. E isto porque o desportista se baseia nos seus méritos e não sobre privilégios de casta, de herança ou de riqueza, mas sobre autênticas,

Ideologia, Cultura e Mentalidade no Estado Novo, Ensaios Sobre a Universidade de Coimbra, Nídia Gregório et al., coord. Luís Reis Torgal (Coimbra: Faculdade de Letras, 1992).

⁵⁹⁰ Sílvio Lima, *Desporto, Jogo e Arte* (Porto: Civilização, 1938); Sílvio Lima, *Ensaios sobre o Desporto* (Lisboa: Sá da Costa, 1937); Sílvio Lima, *Desportismo Profissional: Desporto, Trabalho e Profissão* (Lisboa: Inquérito, 1939).

irrefragáveis qualidades pessoais adquiridas laboriosamente mercê de um esforço, individual, livre, paciente e disciplinado”. Mesmo no Portugal salazarista, para o idealista Sílvio Lima, “o papel do desporto como corrector dos vícios profissionais é tanto mais eloquente quanto é certo que as técnicas industriais, desde que libertas do cesarismo capitalístico, oferecem ao obreiro maiores ócios ou lazes”, permitidos pela “redução das horas de labor, aumento dos salários, contratos colectivos de trabalho, férias pagas, assistência social, etc.”.⁵⁹¹

A crescente comercialização dos desportos e o avanço do profissionalismo, sobretudo no futebol, também não deixou indiferente o Comité Olímpico Português. Em 1942, a instituição patrocinou uma série de conferências desportivas dedicadas ao tema “profissionais e amadores”.⁵⁹² Apesar de o seu presidente, José Pontes, apresentar na introdução ao ciclo de conferências uma posição conciliadora,⁵⁹³ a lista de convidados permitia, desde logo, adivinhar um retrato negativo do desenvolvimento do desporto profissional em Portugal. Vasco Rosa Ribeiro, antigo presidente do Benfica, entre 1933 e 1936, foi um dos poucos participantes no ciclo que se manifestou pela aceitação do profissionalismo. O dirigente que apenas teve treinadores portugueses no comando do futebol, reconheceu que durante o seu mandato dirigiu profissionais, como Vítor Silva, Valadas, Gaspar Pinto, Albino e um dos grandes avançados de sempre da história do Benfica, o “Pérola Negra” Guilherme Espírito Santo, o primeiro atleta negro a representar a selecção portuguesa. Na sua comunicação, intitulada “Tratemos dos Amadores e Deixemos os Profissionais”, Vasco Ribeiro, mesmo reconhecendo que os profissionais não poderiam ser considerados desportistas, se tomada a definição de Coubertin, defendeu a inevitabilidade do estabelecimento de fronteiras claras entre uns e outros. Não aceitava, todavia, a crítica que era endereçada aos clubes. Dirigidos por amadores e sem orientações lucrativas ou comerciais, os clubes não poderiam de nenhuma forma ser equiparados a empresas.⁵⁹⁴ Vasco Ribeiro refutava, assim, parte das acusações de um dos fundadores do COI e Chefe de Missão nas representações portuguesas aos Jogos

⁵⁹¹ Lima, *Desportismo...*

⁵⁹² Comité Olímpico Português, *Profissionais e Amadores, conferências desportivas patrocinadas pelo Comité Olímpico Português* (Lisboa: Comité Olímpico Português, 1942).

⁵⁹³ José Pontes, «Citius, Altius, Fortius», em *Profissionais e amadores, conferências desportivas patrocinadas pelo Comité Olímpico Português* (Lisboa: Comité Olímpico Português, 1942).

⁵⁹⁴ Vasco Ribeiro, «Tratemos dos Amadores e Deixemos os Profissionais», em *Profissionais e amadores, conferências desportivas patrocinadas pelo Comité Olímpico Português* (Lisboa: Comité Olímpico Português, 1942).

de 1928, 1932 e 1936, César de Melo, na sua conferência intitulada “A grande confusão. O desporto e o profissionalismo que vive à sua sombra”.⁵⁹⁵

Apenas Álvaro Frade, membro do COI e antigo Director do Clube Naval de Lisboa, mas também ex-Presidente da Mesa da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal do Sporting, acompanhou os argumentos de Vasco Ribeiro.⁵⁹⁶ Entre os restantes conferencistas, representantes das modalidades tradicionalmente caras ao COP e destacados membros do olimpismo português encontravam-se Jorge Oom (Esgrima e Hipismo), Francisco Duarte e Martinho Gonçalves (Remo), Mário de Noronha (Esgrima). Todos eles, de uma forma ou outra, advogaram a defesa dos valores do amadorismo desportivo e o repúdio do profissionalismo como reflexo da deterioração do desporto às mãos da sua comercialização. A posição mais radical foi a de Nobre Guedes, “permanente na sua intransigência de «amador» integral”.⁵⁹⁷ A Nobre Guedes, o primeiro comissário da Mocidade Portuguesa e antigo embaixador português na Alemanha Nazi de onde havia fugido durante os bombardeamentos dos aliados, coube a honra de inaugurar, em Março, e encerrar, em Julho, o ciclo de palestras organizadas por José Pontes. E se na primeira se debruçou sobre “Certas incompreensões dos amadores sobre amadorismo”, na segunda, o antigo presidente do CIF manifestou o seu intento: “levar os amadores a fazer coincidir os seus actos com as suas convicções”.⁵⁹⁸ Apesar do combate ao semi-profissionalismo travado nas mais altas instâncias do movimento olímpico e apoiadas pelo Conde de Baillet Latour, que sucedeu a Coubertin na liderança do COI, mesmo em Portugal, constatava Nobre Guedes, “os encapotados amadores foram grandemente deixando cair o capote, e o mercado de jogadores, de começo instalado em sítios escusos, mudou-se para a praça. Então os dirigentes viram a inutilidade da comédia mantida durante anos com desprestígio para todos os figurantes. Deram o passo em frente e proclamaram, francamente, o

⁵⁹⁵ César de Melo, «A grande confusão. O desporto e o profissionalismo que vive à sua sombra», em *Profissionais e amadores, conferências desportivas patrocinadas pelo Comité Olímpico Português* (Lisboa: Comité Olímpico Português, 1942).

⁵⁹⁶ Álvaro Frade, «Amadores e Profissionais - Um depoimento despretencioso no caminho das soluções», Comité Olímpico Português, em *Profissionais e amadores, conferências desportivas patrocinadas pelo Comité Olímpico Português* (Lisboa: Comité Olímpico Português, 1942).

⁵⁹⁷ Pontes, Citius, Altius..., XXXVIII.

⁵⁹⁸ F. Nobre Guedes, «O meu intento: levar os amadores a fazer coincidir os seus actos com as suas convicções», em *Profissionais e amadores, conferências desportivas patrocinadas pelo Comité Olímpico Português* (Lisboa: Comité Olímpico Português, 1942).

profissionalismo”. Mesmo que reconhecesse o “caminho errado que tomaram os clubes amadores”, mais do que o profissionalismo declarado era no falso amadorismo que Nobre Guedes concentrava o seu ataque. Era nos clubes profissionais que identificava a corrupção de todos os desportos, já que percorrendo “a lista dos desportos e jogos cultivados no país, encontramos viciados uns mais do que outros, conforme o seu grau de popularidade e, apenas mantêm integridade de regime os que não são praticados nas associações de profissionais”. Tomando como exemplo, quer um certo modelo desportivo britânico, já que “na aristocrática Inglaterra, país de castas, o desporto não poderia fugir à regra, e vive na maior independência da profissão”, quer a “Alemanha, onde o sistema político procura um equilibrado nivelamento social” e onde o profissionalismo havia sido extinto, Nobre Guedes negava ao profissionalismo qualquer papel na democratização do acesso à prática desportiva e ao espectáculo desportivo qualquer papel na popularização de uma cultura desportiva.⁵⁹⁹ Era, e perante aquilo que considerava ser o silêncio do COP sobre estas questões, em organizações como a Mocidade Portuguesa e no avanço do desporto escolar, quer ao nível do ensino primário quer universitário, isto é, organizações estatais e com uma concepção higienista da prática, que o desporto se deveria desenvolver.

O novo regulamento de transferências

Nesses tempos de “insalubre hibridismo”⁶⁰⁰, como os classificou Homero Serpa, o regulamento dos praticantes nas competições desportivas da Direcção Geral constituiu a base da intervenção do regime corporativo no universo desportivo em processo de profissionalização. Claros nos seus princípios e simples nas suas definições, sete artigos disciplinaram e uniformizaram o estatuto dos praticantes em todo o universo desportivo português. Na generalidade das modalidades continuava a prevalecer o amadorismo. No ciclismo e no pugilismo, pelo contrário, o profissionalismo era há muito aceite. Foi sobretudo no futebol que o regime corporativo teve uma intervenção mais persistente, mesmo que os seus

⁵⁹⁹ F. Nobre Guedes, «Certas incompreensões dos amadores sôbre amadorismo» em *Profissionais e amadores, conferências desportivas patrocinadas pelo Comité Olímpico Português* (Lisboa: Comité Olímpico Português, 1942).

⁶⁰⁰ Serpa, *Cândido de...*, 63.

dispositivos regulamentares e práticas repressivas não tenham transformado de modo significativo as práticas já estabelecidas. Desarticulada da realidade do futebol português, e das transformações observadas no futebol mundial ao longo da década de 1930, essa intervenção estatal contribuiu, pelo contrário, para durante mais 18 anos manter clandestinas um conjunto de modalidades de relacionamento entre diferentes agentes do campo desportivo. Nem mesmo o controlo directo de sectores do campo desportivo, que se materializou, por exemplo, pela imposição de comissões administrativas, nomeadas pelo poder político, à Federação Portuguesa de Futebol, conseguiu desestruturar essa economia subterrânea do futebol português.

Alicerçada nos valores do amadorismo, a legislação que o regime autoritário e conservador procurou impor de forma ao universo desportivo encontrava-se desfasada do seu tempo. A tentativa de regular um mercado já irreprimível possibilitou, antes de mais, o estabelecimento de uma rede de influências sustentadas em afinidades locais, simpatias políticas, recursos económicos e outras fontes de influência social, que durante este período condicionaram de forma decisiva a estruturação do campo desportivo português. Do lado do poder político, este dispositivo permitiu, face a uma das questões centrais no desenvolvimento do desporto moderno, intervir, nas suas diferentes escalas de funcionamento, de forma mais ou menos discricionária, em função dos mais diversos objectivos políticos e pessoais de muitos dos seus agentes ligados ao campo desportivo. Do lado do campo desportivo, a persistência de um mercado ilegal permitiu tecer de forma mais sólida quer o poder dos clubes sobre os jogadores quer, de forma ainda mais expressiva, acentuar o domínio dos clubes dotados de maiores recursos sobre um vasto universo de pequenos clubes que lutavam quotidianamente pela sobrevivência.

O preâmbulo do Decreto-Lei 32 946 era sucinto quanto ao que se pretendia. Desejava-se “acabar com negócios que arruinam os clubes e diminuem o desporto e os desportistas. A beleza do desporto perde-se quando se converte num modo de vida. Às organizações cabe assegurar aos seus desportistas o condicionamento indispensável ao pleno rendimento das suas faculdades físicas; mas deve-lhes ser vedado comprá-los e a estes vender-se. É o que pretende instituir-se com o regime de transferências que se instituiu.” Desde logo, e segundo o artigo 59º, a obtenção de uma licença desportiva dependia do

comportamento moral e civil do atleta, devendo este ter pelo menos 18 anos de idade, para além do inevitável atestado de aptidão médica emitido pela própria direcção geral e “frequentar com assiduidade e aproveitamento um curso de ginástica adequado”.⁶⁰¹ Mais importantes e polémicas foram as alíneas que compunham o artigo 62º. Nelas se estabeleciam as condições, nalguns casos mais restritivas do que o regime de transferências na Itália de Mussolini, que possibilitavam a um desportista, uma vez inscrito para a disputa de competições oficiais, mudar de clube. Assim, o jogador, apesar de amador, estava preso ao seu clube. Apenas poderia representar outra equipa se devidamente munido da carta de desobrigação do seu clube. A doutrina que guiava a actividade da direcção geral não concebia com simpatia estas mudanças.

A restrição à mobilidade do praticante desportivo, ao contrário do que sucede naqueles contextos onde a lógica empresarial e competitiva do desporto é reconhecida, não serviu aqui para assegurar o equilíbrio competitivo ou mesmo garantir a identificação entre colectividade social e a equipa desportiva. Pelo contrário, revelou-se um instrumento para o bloqueio do sistema competitivo, ainda que com resultados perversos. Como refere João Leal Amado “entendia-se, no fundo, que o desporto era um prazer, ora, um prazer paga-se, ou pode-se pagar, mas não se faz pagar; destarte, a relação entre o profissionalismo e o desporto seria análoga à que existe entre a prostituição e o amor”.⁶⁰² Era a lei do amor forçado à camisola. Em Outubro de 1944, por exemplo, a Federação Portuguesa de Basquetebol enviou à Direcção Geral um mapa com 13 pedidos de transferência. Apenas quatro foram autorizadas, um por o clube onde o atleta iniciou a prática da modalidade ter recommçado a participar em provas oficiais e dois porque a sua nova empresa também tinha secção de basquetebol. Artur Lopes, jogador de basquetebol do Grupo Desportivo da C.P, despedido daquela empresa e empregado pela CUF, viu deferido o seu pedido de transferência para a equipa de basquetebol daquela empresa. Em todos os restantes casos, o director geral estabeleceu a doutrina: “Um atleta, quanto a mim, só enverga, para a prática

⁶⁰¹ Com a circular n.º 194 de 5 de Agosto de 1943 só podem ser inscritos nas competições desportivas indivíduos que soubessem ler e escrever. «Circular n.º 194, de 5 de Agosto de 1943». *Boletim da Direcção Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar*, Fascículos I e II, ano II (1946): 166-167.

⁶⁰² João Leal Amado, *Vinculação versus Liberdade: o processo de constituição e extinção da relação laboral do praticante desportivo* (Coimbra: Coimbra Editora, 2002), 23.

dos desportos, uma camisola, e é dentro deste critério que, de futuro, vão ser resolvidas algumas situações como esta.”.⁶⁰³

Sem a carta de desobrigação essa transferência era aceite apenas em três situações: a) mudança de residência, por motivo justificado, do desportista para outra localidade; b) existência de motivo legítimo de incompatibilidade com o meio; c) impossibilidade, para jogador de comprovados recursos, de progredir por falta de condições no clube a que pertence. Estava assim proibido o reconhecimento do pagamento de salários aos jogadores que, pressupunha-se, teriam obrigatoriamente outra profissão ou fonte de rendimentos que não o desporto. O confronto deste regimento com a realidade das práticas constituídas no campo desportivo não foi fácil. A voz de comando do regime, mantendo-se firme nos seus propósitos, não foi, porém, ouvida com a mesma atenção em todos os terrenos desportivos, sendo quotidianamente contornada, ultrapassada, refutada e contestada por via de uma multiplicidade de expedientes, meios, recursos e instrumentos criativamente empregues por um amplo conjunto de agentes e organizações do campo desportivo, mas não só, dotados de uma extraordinária habilidade para derrotar a lei. À intransigência inicial da entidade que supervisionava todo o desporto português, seguiu-se uma atitude mais negociada, que não deixava, por isso mesmo, de procurar limitar efeitos do mercado, tidos como perniciosos.

Logo em 1944, começavam a chegar, um pouco de toda a parte, aos serviços da Direcção Geral relatos do selvagem mercado de transferências de jogadores, apoiado nos motivos “legítimos” que poderiam autorizar as transferências: mudança de emprego, especialmente por funções públicas, serviço militar ou continuação de estudos. Não eram apenas os clubes das grandes cidades e apoiados por uma ampla ou capitalizada massa associativa que procuravam, onde quer que eles se encontrassem, os melhores jogadores para incrementar a competitividade das suas equipas. Quando as transferências se decidiam por acordo entre as três partes, pouco ou nada se poderia depreender sobre as implicações financeiras dos arranjos estabelecidos. Os clubes chegavam a acordo para a transferência do jogador, era acordado um salário com este e os dirigentes do novo clube providenciavam ao atleta um emprego. Todavia,

⁶⁰³ *ADGEFDSE*, Caixa 04/574 - Actividades Desportivas, 1944. Pasta – Basquetebol. Ofício - L.º 1, N.º11, Fls. 13-v, 18 de Outubro de 1944.

chegavam à Direcção Geral quotidianamente relatos de casos em que uma das partes se sentia ofendida nos seus direitos. Estes relatos permitem ter uma noção mais precisa dos enredos através dos quais se forjava uma evasão generalizada aos regulamentos que foram impostos a partir de cima a um campo desportivo já regido por uma economia de trocas particular.

À revelia da lei, no Barreiro, um dos viveiros do futebol português, o sistema de oferta e procura causava moessa. O Unidos do Barreiro, denominação temporariamente assumida pelo Grupo Desportivo CUF entre 1940 e 1944, em função da proibição imposta em 1940 pela Junta Nacional de Educação do uso de nomes de empresas por clubes que participassem nas competições desportivas “oficiais”, enviou, em Agosto de 1944, uma longa exposição sobre o cerco dos maiores clubes de Lisboa e Setúbal aos seus jogadores. Argumentando em defesa de todos os clubes que formavam jogadores e dispunham de menores recursos económicos, a direcção dos Unidos fazia um balanço sombrio do defeso futebolístico, que naquele Verão fez lembrar “outros tempos” em que alguns clubes procuravam, “evidentemente” a troco de dinheiro, reforçar as suas equipas. Neste contexto, “alguns indivíduos, sofismando o verdadeiro espírito da lei, continuam a desviar os jogadores de futebol do verdadeiro caminho do Desporto, fazendo deste um negócio”. Precisamente “para obstar a estes e outros graves inconvenientes, foram fixadas no Regulamento Geral dessa Direcção Geral as condições lógicas e justas em que seriam autorizadas as transferências de jogadores”. Ora, e apesar do novo regulamento, o assédio aos seus jogadores continuava. João Bernardo da Palma havia sido convidado pelo Sporting Clube Olhanense “a deslocar-se a Olhão a fim de alinhar por aquele Clube.” Entre as condições que o Olhanense, a beneficiar de novo incremento nas exportações de conservas durante a II Guerra Mundial, oferecia ao atleta encontravam-se 20 contos de prémio de assinatura, ordenado mensal de 1.200\$00, “quantia que lhe seria paga, parte pelo Clube e outra parte mediante serviço a prestar num dos seguintes empregos: - motorista de um barco de pesca, serralheiro numa oficina em Olhão ou empregado numa casa de bicicletas de aluguer”. Por outro lado, teria também um conjunto de regalias laborais que são descritas em detalhe, e que passavam, por exemplo, por férias pagas durante os meses de Julho e Agosto. Para além deste atleta, também outros jogadores do clube haviam sido convidados a transferir-se: José Luís Ribeiro Florêncio para o Benfica, por 700\$00 mensais

acrescidos de 15 contos de prémio de assinatura, ao abrigo do serviço militar que cumpria em Lisboa; Avelino Pereira Cardoso, soldador “ausente da oficina onde trabalha por se encontrar prestando serviço militar” em Lisboa “está em negociações” com o Sport Lisboa e Benfica; Camilo Marques Pina, caldeireiro, “foi convidado a transferir-se pelos Clubes: Sporting Clube de Portugal, Clube de Futebol ‘Os Belenenses’ e Vitória Sport Clube, de Guimarães”.

Concluídas as denúncias, e para além da injustiça que constituía o facto de outros espoliarem jogadores que lhes deram “trabalhos e canseiras” a formar, um ano depois das lutas laborais de Julho e Agosto de 1943, que levaram o Governo a enviar para o Barreiro militares e legionários para operarem as máquinas das fábricas que considerava fundamentais para a economia nacional,⁶⁰⁴ o clube considerava que a questão exprimia também um problema social e político, e não apenas desportivo, dado que o desenvolvimento do desporto naquela zona contribuía para limitar “a frequência de meios perniciosos”: “sendo o Barreiro, como bem se sabe, um meio onde se propagam e têm ambiente propício todas as más ideias, é obra de não pouca valia aquela que o nosso Clube tem vindo a realizar, pois levamos a nossa acção ao ponto de assegurar não só o bem estar físico e moral dos nossos desportistas, interessando-nos pelo seu futuro, procurando assegurar-lhes profissões estáveis, como ainda estendemos a nossa acção até junto de suas famílias, organizando festivais para sua diversão e procurando mesmo ampara-los nas suas necessidades”. O desporto continuava, pois, a ser oficialmente uma actividade sucedânea do trabalho, mesmo que na maioria dos casos, dos clubes da primeira divisão não o fosse.

A resposta da Direcção Geral seguiu para o Barreiro apenas em Outubro. O aproveitamento político dos sucessos desportivos de um clube que, numa região politicamente subversiva, apresentava alguma condescendência em relação ao regime, não motivou uma forte defesa da sua situação desportiva. Em termos simpáticos, e manifestando “agrado” pela “forma como o vosso clube cuida das diferentes secções” assegurava que “acautelará por forma segura os seus interesses”. Em termos mais objectivos, e num gesto pouco habitual com outros clubes, com excepção dos grandes, oferecia ao Unidos a justificação pelas decisões tomadas. A transferência do jogador José Luís apenas foi autorizada

⁶⁰⁴ Fernando Rosas, *Portugal entre a Paz e a Guerra 1939-1945* (Lisboa: Ed. Estampa, 1995).

durante o serviço militar “imposto” e a transferência de João da Palma havia sido negada. Nessas condições “não foram desrespeitadas as determinações da lei nem tampouco o seu espírito. Se houve intervenção de dinheiro só devem lamentar-se de o ter despendido aqueles que o despenderam pois não conseguiram os seus fins e devem tê-lo perdido”.⁶⁰⁵

No mesmo ano, era a própria Direcção Geral que reconhecia o fracasso da legislação e a sua incapacidade para a implementar em pleno. Assim sendo, perante a multiplicação de situações deste género e da fraude generalizada que se verificava nos contratos e transferências dos jogadores de futebol, através da circular 14, de 17 de Novembro de 1944, pouco tempo depois da inauguração do Estádio Nacional, e em “obediência a esta salutar doutrina tem esta Direcção Geral procurado evitar o negócio das transferências, impondo severas medidas restritivas. Reconhece-se, porém, que os resultados obtidos não correspondem à actuação seguida e, por isso, o Exm.º Director Geral determina que sejam suspensas, até ordem em contrário, todas as transferências.”⁶⁰⁶

No Verão seguinte a situação já se havia normalizado. Entre Agosto e Outubro de 1945 a Direcção Geral recebeu, no mínimo, trezentos pedidos de transferências de jogadores de futebol.⁶⁰⁷ Muitas delas revelavam, não somente a persistência do mercado de transferências de jogadores, mas a forma como diferentes grupos e agentes – alguns periféricos, outros nem tanto - manipulavam a lei, o modo como se relacionavam com o poder político e as lógicas quantas vezes discricionárias e contingentes deste. Em Dezembro de 1945 chegou à Direcção Geral um pedido de recurso do Sporting da Covilhã relativamente ao deferimento da transferência do seu jogador António Martinho da Costa para o Belenenses, concretizada em Agosto do mesmo ano. Lamentavam aqueles dirigentes, com argumentos semelhantes aos Unidos do Barreiro, a desprotecção dos clubes pequenos face ao assédio dos clubes mais poderosos aos seus jogadores, acrescentando-lhe ainda a posição subordinada da “província, aquela

⁶⁰⁵ *ADGEFDSE*, Caixa 04/574 - Actividades Desportivas, 1944. Ofício - L.º 1, N.º 11, Fls. 13, 06 de Outubro de 1944. Todo o processo encontra-se apenso a este ofício.

⁶⁰⁶ *ADGEFDSE*, Caixa 04/582 - Futebol, Aveiro, Beja, Braga, Castelo Branco, Lisboa..., 1944. Pasta, 10 A. Circular - N.º 14 de 17 de Novembro de 1944.

⁶⁰⁷ *ADGEFDSE*, Caixa 04/14 - Transferências, 1945. Ofício - L.º 1'45, N.º 11/3, Fls. 12-v, 8 de Setembro de 1945; Ofício - L.º 1'45, N.º 11/3, Fls. 14, 14 de Setembro de 1945; Ofício - L.º 1'45, N.º 11/3, Fls. 14-v, 17 de Setembro de 1945; Ofício - L.º 1'45, N.º 11/3, Fls. 14-a, 19 de Setembro de 1945; Ofício - L.º 1'45, N.º 11/3, Fls. 15-a, 22 de Setembro de 1945.

sem a qual Lisboa não seria capaz de competir verdadeiramente nas pugnas com representantes estrangeiros”. Os dirigentes do Sporting da Covilhã asseguravam ainda que a mudança do atleta não se ficara a dever por mudança legítima de emprego, tanto que à data do despacho que autorizava a transferência se encontrava desempregado. Pelo contrário, durante as suas férias em Lisboa, o trabalhador da indústria dos lanifícios e atleta de reconhecido valor, teria sido seduzido pelos dirigentes do Belenenses, “por intermédio de simpatizantes”, para ali realizar alguns treinos, “afim de melhor ajuizar as suas qualidades, e verificando não poder apreciar as mesmas no curto espaço de uma semana, foi solicitado, pelo jogador, à firma onde laborava, uma prorrogação das suas férias por mais uma semana”. Ainda durante o mês de Agosto, foram “debalde todas as diligências” de um dirigente do Sporting da Covilhã junto do Capitão António Cardoso e do Dr. Salazar Carreira, inspectores dos desportos, “aos quais foram feitas sentir as graves consequências para o desporto se este caso, semelhante a outros, que mostram a desprotecção à Província, não tivesse justiça”.

Para esclarecer o caso, a Direcção Geral consultou o Dr. Octávio de Brito, presidente da Direcção do «Os Belenenses», que guiou o clube ao seu primeiro e único título nacional, conquistado precisamente na época seguinte, 1945/46. A sua versão da história era um pouco diferente. O jogador “tinha vindo espontaneamente para Lisboa com o propósito de aqui se fixar”. Depois de alguns treinos no Sporting, e uma vez que existiam relações pessoais entre esse jogador e alguns sócios do Belenenses, “este manifestava o claro desejo de ingressar no Belenenses”. A mudança para Lisboa resultava do facto de António Martinho, um homem com “inegáveis qualidades de correcção, educação e aprumo” se ter incompatibilizado com um director do Sporting da Covilhã. Mesmo perante a impossibilidade de alinhar pelo Belenenses, já que o pedido havia sido indeferido em primeira avaliação, e face à irreversibilidade da decisão do jogador que “longe de desistir da sua intenção de ficar em Lisboa, manteve-a firmemente”, os directores daquele clube “pretendiam obter o pagamento de uma avultada quantia em dinheiro para autorizar a transferência do jogador”. O dirigente do Belenenses manifestava-se, aliás, incrédulo com o teor do ofício do Sporting da Covilhã, “que se pretende basear em altos conceitos de moral e direito”, esquecendo “certamente, que elementos directivos do mesmo clube vieram a Lisboa com a missão de levar o atleta ou 25.000\$00! E nem sequer encobriram tal propósito,

pois publicamente numa conversa de café invectivaram o atleta e um parente seu...e acusavam o Belenenses da tremenda deslealdade de ter recebido o jogador sem dar, ao menos, 20.000\$00”. A decisão final do recurso baseou-se no valor da palavra dos intervenientes mais do que em qualquer inquérito formal. Autorizava-se a transferência do jogador, já que o Dr. Octávio de Brito “pessoa que nos merece o maior crédito e por quem temos a mais alta consideração, afirmou que a mudança por motivos particulares”, para além de que o mesmo Dr. Octávio de Brito assegurava que o “Sporting da Covilhã tinha pedido uma certa quantia para permitir a transferência do jogador, e esta afirmação reforçou a resolução da Direcção Geral.”⁶⁰⁸

As relações de confiança de natureza pessoal inclinaram, neste caso, a balança a favor do Belenenses. O Unidos do Barreiro, já redenominado CUF, voltou à carga a propósito dos casos anteriormente expostos à Direcção Geral. Não só José Luís Ribeiro Florêncio não havia regressado ao clube depois de cumprido o serviço militar, como a transferência de João da Palma, para o Olhanense, fora autorizada. A estes dois casos acrescia a saída de Camilo Marques Pina “inclusivé para outro clube da mesma associação distrital”, o Vitória de Setúbal, “o que, segundo informação que nos foi dada pela Federação Portuguesa de Futebol, a propósito do requerimento de transferência feito para o nosso clube, não pode de forma alguma ser permitido”. Por, segundo o clube, se fazer eco na imprensa desportiva de que a justificação para as transferências seria o facto de aqueles jogadores serem necessários à selecção nacional, o CUF apresenta longamente as suas credenciais desportivas, interrogando-se, “Por que razão, serão êsses jogadores mais úteis à Selecção Nacional alinhando por aqueles Clubes do que pelo nosso Club?” A longa exposição de seis páginas à Direcção Geral conclui-se não somente com um lamento sobre a “inutilidade de formar atletas se as transferências forem permitidas desta forma”, como também com uma nota sobre os prejuízos decorrentes do respeito pelos regulamentos, já que o clube poderia com aquelas três transferências ter recebido mais de 100.000\$00.

⁶⁰⁸ ADGEFDSE, Caixa 04/14 - Transferências, 1945. Ofício - L.º 1'45, N.º 11/3, Fls. 33-v, 19 de Janeiro de 1946. Todo o processo encontra-se apenso a este ofício.

Ao contrário do que havia sucedido um ano antes, da Direcção Geral saiu uma seca resposta, reafirmado o deferimento das transferências.⁶⁰⁹

Também o Benfica beneficiou desta renovada vontade por parte da organização que tutelava o desporto português em incrementar a competitividade de algumas equipas, mesmo se à revelia de alguns dos valores que dirigiam o espírito da lei, que a instituição continuamente alegava salvaguardar. Em Novembro de 1945, desta feita prejudicando o Belenenses, era autorizada a transferência de José Roca da Luz, jogador do Club Glória ou Morte Portimonense, para o clube das águias. Quando foi autorizada a mudança, o Belenenses protestou, recordando à Direcção Geral que o mesmo pedido para o clube de Belém havia sido indeferido. A resposta, assinada por Sacramento Monteiro, o director-geral, é clara: “o requerimento do pedido de transferência deste jogador foi indeferido quando fez o pedido para o Belenenses porque não apresentou a dispensa do clube. Agora vem o jogador pedir transferência para o Sport Lisboa e Benfica e traz a dispensa do seu clube. Se não fosse a necessidade, que reconheço, da reconstituição do primeiro team do Sport Lisboa e Benfica e que desejo que se faça, não poderia autorizar. Mas, pelas razões expostas, não podendo conceder transferência por o requerimento ter entrado fora de prazo, concedo uma autorização especial para este jogador alinhar pelo S.L.B.”.⁶¹⁰ A mesma autorização especial não foi concedida a Carlos Benedito dos Anjos Gomes, que solicitava a transferência, fora do prazo, do Benfica para o Académico Clube do Porto.⁶¹¹

Um mês antes, a transferência de José Vasco Leandro do Braga para o Valadares, do Porto, havia sido igualmente rejeitada de forma peremptória. Perante o recurso do Valadares ao indeferimento, a Direcção Geral estabeleceu doutrina, não percebendo “bem onde está a estranheza do Club de Valadares. Julga que o facto de mudança de residência obriga ao deferimento do pedido de transferência, no que se engana. É preciso que seja por motivo justificado, e a lei é bem clara. Um jogador que tem a sua vida organizada em Braga, com o auxílio do Sporting Clube de Braga, e se muda para o Porto, poderia facilmente justificar

⁶⁰⁹ *ADGEFDSE*, Caixa 04/14 - Transferências, 1945. Ofício - L.º 1'45, N.º 11/3, Fls. 29, 03 de Dezembro de 1945. Todo o processo encontra-se apenso a este ofício.

⁶¹⁰ *ADGEFDSE*, Caixa 04/14 - Transferências, 1945. Ofício - L.º 1'45, N.º 11/3, Fls. 27, 07 de Novembro de 1945. Todo o processo encontra-se apenso a este ofício.

⁶¹¹ *ADGEFDSE*, Caixa 04/14 - Transferências, 1945. Ofício - L.º 1'45, N.º 11/3, Fls. 25-v, 14 de Novembro de 1945. Todo o processo encontra-se apenso a este ofício.

essa mudança? A seguir-se o critério de que todas as mudanças de residência garantiam um deferimento ao pedido de transferência, teríamos a porta aberta para muitas irregularidades que desejo a todo o transe combater”.⁶¹² Alguns anos mais tarde, em 1955, mesmo à obtenção de um emprego público, motivo que até então justificava o deferimento do pedido de transferência, foi acrescentada uma nova alínea, a pedido do Governador Civil de Évora. Para assegurar o respeito pelo espírito da lei, e como meio “para restringir o processo imoral de subtrair jogadores aos clubes, arranjando-lhes lugares públicos em localidades diferentes daquelas onde está situado o clube a que estão vinculados” o atleta transferido apenas poderia representar a sua nova equipa após cumpridos 180 dias de trabalho no novo emprego.⁶¹³

As ligações verticais que se estabeleciam entre as diferentes redes de poder, e a própria afinidade entre diferentes instituições do regime e os seus interesses particulares, mas também a autonomia relativa de muitos destes agentes, governadores civis, presidentes de câmara e os “notáveis”, permitiam, em muitos casos, que estes processos de transferência e contratação de novos jogadores para as equipas fossem agilizados. Em Dezembro de 1952, o Almada Atlético Clube protestou contra a transferência de Júlio Capelo Ferreira para o Torreense. A transferência fora deferida com base no argumento de mudança de residência por motivos profissionais, tendo o jogador sido transferido da sede do BNU, onde trabalhava, para o balcão de Torres Vedras do mesmo banco. O Almada alegava que a transferência se ficara a dever ao facto de não ter cedido às exigências monetárias do atleta. Entretanto, o atleta passara férias em Santa Cruz, afirmando o Almada que o Torreense estava interessado na sua colaboração como jogador e que a sua direcção, “conjuntamente com pessoas de influência conseguiriam que ele, jogador, fosse transferido para aquele Clube, bastando para tanto que fosse colocado na filial de Torres Vedras do Banco Nacional Ultramarino.” O Almada não cedeu nas pretensões do jogador, argumentando que a transferência se deveu ao desporto e não a uma real mudança de emprego, já que desta “não resultou qualquer promoção”, “nem sequer qualquer aumento de vencimento”. Tal como sucedeu no caso da transferência de Martinho para o

⁶¹² ADGEFDSE, Caixa 04/14 - Transferências, 1945. Ofício - L.º 1'45, N.º 11/3, Fls. 21, 23 de Outubro de 1945. Todo o processo encontra-se apenso a este ofício.

⁶¹³ «Legislação e Doutrina», *Boletim da Direcção Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar*, Fascículos III e IV (1955).

Belenenses, o BNU encontrava-se acima de qualquer suspeita, tendo a Direcção Geral a certeza de que o banco “não se presta a combinações que envolvam transferências de jogadores”.⁶¹⁴ Em Aveiro era o governador civil, Francisco José Rodrigues do Vale Guimarães, que em Setembro de 1957, solicitava, por telegrama dirigido ao director geral dos desportos, seu “Exmo amigo”, a “fineza” de autorizar com “urgência”, e “caso seja possível”, a transferência de Heitor Marreiros do Tramagal para o Beira-Mar, dado que o clube de Aveiro “desejava poder utilizar já estes jogador no próximo domingo”.⁶¹⁵

Dois meses antes, havia sido Lourenço Baptista Lopes Mendonça, presidente da Câmara Municipal de Olhão e do Olhanense, para além de proeminente industrial conserveiro, líder de associações locais de beneficência e membro da Câmara Corporativa, na IX legislatura, entre 1965 e 1969, a procurar utilizar a sua influência para impedir a transferência de dois jogadores do Olhanense para o Peniche, desta feita sem sucesso.⁶¹⁶ No ano seguinte, contudo, reverteram-se os papéis. Novamente o CUF, sentindo-se lesado nos seus interesses, protestava, em Novembro de 1958, contra a transferência de Jorge Campos Lopes, tendo a contenda chegado ao Conselho Permanente de Acção Educativa. Oficialmente, o atleta transferiu-se por motivo de mudança de residência, já que iria ocupar um cargo público, fiscal no matadouro municipal, em Olhão. Argumentava o CUF que o atleta foi para Olhão receber um salário inferior àquele que recebia naquela empresa. Acrescia o facto de o presidente do clube ser também o presidente da Câmara Municipal. O protesto, contudo, consubstanciou-se apenas pelo facto de o jogador ter alinhado pelo clube de Olhão antes de se terem cumpridos 180 dias após a mudança de emprego. A decisão da Direcção Geral desta vez favoreceu o Olhanense, considerando a transferência “legalmente irrefutável”. Quanto ao incumprimento do prazo estipulado, reconhecia a violação da lei, mas nada podia fazer, dado que era provado que a Federação Portuguesa de Futebol não havia feito circular a

⁶¹⁴ *ADGEFDSE*, Caixa 04/406 - Actividades Desportivas, Transferências, 1952. Ofício - L.º 3'52, N.º 24' I-2, Fls. 185, 04 de Dezembro de 1951. Todo o processo encontra-se apenso a este ofício.

⁶¹⁵ *ADGEFDSE*, Caixa 04/457 - Actividades Desportivas, Diversos, 1957. Pasta - Federação J/2, N.º 24, 1957. Ofício - L.º 3'57, N.º 24/ I-2 (110), Fls. 82/658, 12 de Setembro de 1957. Todo o processo encontra-se apenso a este ofício.

⁶¹⁶ *ADGEFDSE*, Caixa 04/457 - Actividades Desportivas, Diversos, 1957. Pasta - Federação J/2, N.º 24, 1957. Ofício - L.º 3'57, N.º 24/ I-2 (110), Fls. 80, 82, 87, 92, 31 de Julho de 1957. Todo o processo encontra-se apenso a este ofício.

determinação de 1955 por todo o universo desportivo.⁶¹⁷ Não se trata, contudo, de casos isolados. Ao longo de todo este período, entre o início dos anos quarenta e o final dos anos cinquenta, chegaram à Direcção-Geral inúmeros relatos de utilização dos serviços públicos e empregos oficiais, para além da prossecução de estudos ou o cumprimento do serviço militar, para camuflar a transferência de atletas desportivos.

Entre os casos mais notáveis de transferências nesta época, e que não gerou problemas com a Direcção-Geral, encontrava-se o de José Maria Pedroto. O jogador, que iniciou a sua carreira no Leixões, destacou-se em 1949 ao serviço do Lusitano de Vila Real de Santo António. Depois de cumprido o serviço militar naquela localidade, era desejado pelos maiores clubes do país. Acabou, em, 1950, por assinar contrato pelo Belenenses, apesar de o FCP ter efectuado uma proposta financeiramente mais atraente. O clube do Restelo ofereceu 25 contos de luvas ao atleta e 25 contos ao seu anterior clube. Para formalizar a transferência, como o próprio jogador admitiu na sequência da sua polémica transferência, em carta publicada no jornal *A Bola* de 3 de Julho de 1952, o clube conseguiu nomeá-lo funcionário do Ministério da Marinha, numa função para a qual nem sequer possuía as necessárias qualificações académicas. Em Dezembro do ano seguinte foi colocado na secção de contabilidade da Hidroeléctrica do Zêzere, com um bom salário, até o momento em que apresentou a sua demissão, a 27 de Julho de 1952.⁶¹⁸ Naquele Verão, Pedroto concretizou a mais sensacional transferência de sempre do futebol português até então. O Belenenses recebeu do FCP 335 contos pela carta de desobrigação do talentoso médio direito, que por sua vez recebeu de luvas a incrível quantia de 150 contos.⁶¹⁹

No mesmo ano em que se afirmava de modo irrefutável o profissionalismo no futebol e o mercado de transferências atingia valores até então impensáveis, Jesus Correia, um dos cinco violinos, abandonou, aos 28 anos, a prática do futebol. O Sporting exigia, a partir desse ano, ao também atleta de hóquei em patins do Paço d'Arcos, a dedicação exclusiva ao clube e ao futebol. O mais assombroso dos extremos da táctica moderna, como o classificou Cândido de

⁶¹⁷ ADGEFDSE, Caixa 04/370 - Futebol, Transferências; Federação Portuguesa de Futebol, Serviço de Assistência Médico-Desportiva, 1958. Pasta - Transferências. Ofício - L.º3/58, N.º 24-I/2/, 04 de Novembro de 1958.

⁶¹⁸ «Uma carta do jogador Pedroto», *A Bola*, 03 de Julho, 1952, 2.

⁶¹⁹ Alfredo Barbosa, *Pedroto, O Mestre* (Porto: Gráfica Aloma, Aleixo & Maia, 1988), 53.

Oliveira, havia sido contratado pelo Sporting, em 1943, por 12 contos, ao Estoril-Praia, por influência do chefe de serviço de Jesus Correia, no Grémio dos Armazenistas de Merceria, abdicou da sua carreira futebolística para prosseguir a sua actividade como jogador de hóquei, “no cume da extraordinária aura popular por ele conquistada”.⁶²⁰ Nesse mesmo Verão sagrou-se campeão europeu e mundial de hóquei em patins ao serviço da selecção portuguesa. Tratou-se, contudo, de um gritante desvio à norma.

Se a colocação de entraves ao negócio dos passes de jogadores tinha como objectivo, para além da moderação da competição desportiva, o bloqueio da mobilidade social e geográfica por meio da prática desportiva, os efeitos perversos da medida eram tangíveis. Em inúmeros casos, os atletas, presos a contratos desportivos, não poderiam prosseguir os seus projectos profissionais e sociais em função da prioridade concedida pela Direcção-Geral a esses mesmos vínculos desportivos. Em diversas ocasiões, a entidade que supervisionava o desporto português decidiu não conceder o direito de transferência ao atleta, subordinando a sua existência social aos regulamentos desportivos estabelecidos. Se a “incompatibilidade com o meio” e “impossibilidade de progressão desportiva” raras vezes permitiram aos atletas a obtenção da sua carta de desobrigação, antes permitindo aos dirigentes e aos clubes manter os atletas sob sua tutela, em muitos outros casos motivos escolares, profissionais ou familiares eram afastados dos factores relevantes no processo de avaliação dos pedidos de transferência.

A própria condicionalidade das transferências era aplicada assimetricamente. Se a mudança de Eduardo Martins Vidal do Atlético para o FCP, por motivos de nomeação para um cargo público, foi autorizada sem qualquer entraves, possibilitando a posterior transferência do jogador para o Sporting de Braga em Setembro de 1952,⁶²¹ o caso de Fernando Manuel Mendonça, três meses depois, foi um pouco diferente. Sobre transferência do atleta do Sporting para o Juventude de Évora, por ter sido nomeado para um cargo público – escriturário de 3ª classe, naquela cidade - em Setembro de 1951,

⁶²⁰ Vítor Santos, *Entre Dois Amores, Memórias de Jesus Correia* (Lisboa: Soc. Tipográfica, 1954), 25.

⁶²¹ ADGEFDSE, Caixa 04/406 - Actividades Desportivas, Transferências, 1952. Ofício - L.º 3'52, N.º 24' I-2, Fls. 155, 22 de Outubro de 1952. Todo o processo encontra-se apenso a este ofício.

entendeu a direcção geral “como o tem entendido sempre em casos idênticos que, cessadas as condições que motivaram a transferência, deveria o recorrente regressar à primitiva situação”. No início da época seguinte, em 1952 portanto, o jogador requereu a transferência para a Académica de Coimbra, por mudança de residência. Entre os motivos que justificavam aquela mudança, o jogador alegava “que o seu pai estava em vias de obter um emprego como fiscal num dos serviços da Câmara Municipal daquela cidade”, e que o próprio jogador, acompanhando o seu pai naquela mudança, “requerera a inscrição na Escola de Enfermagem Ângelo Fonseca”, que frequentaria no ano seguinte. O processo, que acabou por não chegar à conclusão por desistência do requerente, seguiu mesmo para o Supremo Tribunal Administrativo, esgotadas todas as instâncias de recurso do universo desportivo. O Tribunal condescendeu com o julgamento inicial da Direcção-Geral, que argumentava, para fundamentar a sua decisão, com a existência de escolas de enfermagem em Lisboa, para além de outros aspectos, processuais e formais.⁶²²

Face ao aumento do poder negocial dos atletas mais desejados no mercado, também os clubes dispunham de inúmeros estratagemas para castigar os mais recalcitrantes. Um dos mecanismos clássicos para punir um atleta que recusava a sua transferência ou empréstimo para outro clube, ou recusava a renovação do vínculo com a equipa que representava, era colocá-lo a titular em dois ou três encontros no início da época para impossibilitar qualquer pedido de transferência, já que esta apenas era autorizada nos casos em que o jogador ainda não se tivesse “qualificado” por nenhuma equipa. Noutros casos, tratava-se de impor castigos sucessivos, com suspensões internas e multas diversas, até que a vontade do clube prevalecesse. Foi, por exemplo, o que sucedeu com José Inácio da Costa Nunes, do Belenenses, que, em Janeiro de 1959, “lesado como desportista e como homem”, expôs em detalhe o seu caso à Direcção Geral. Representando o clube desde os 16 anos, e sénior há quatro, e tendo prestado provas perante dois treinadores, Fernando Vaz e Alejandro Scopelli, nunca o jogador foi utilizado em provas oficiais. Apesar das sucessivas promessas dos dirigentes do Belenenses, e mesmo não lhe interessando o seu contributo desportivo, o clube não lhe passava a carta de desobrigação, já que a sua colaboração interessava ao Almada Atlético

⁶²² ADGEFDSE, Caixa 04/406 - Actividades Desportivas, Transferências, 1952. Ofício - L.º 3'52, N.º 24' J/2, Fls. 182, 20 de Dezembro de 1952. Todo o processo encontra-se apenso a este ofício.

Clube. Em troca do seu passe o Belenenses reclamava um jogador de andebol e um “principiante de muito futuro” do futebol daquele clube. O jogador sentia nesta situação, de acordo com o seu requerimento à Direcção-Geral, “uma enorme injustiça quer sob o ponto de vista moral como desportista, quer sob o ponto de vista material como homem, pois que estou subcarregando a casa de meu pai que é um operário acidentado e portanto de poucos recursos, quando eu podia praticando o meu desporto auxiliar financeiramente os meus pais, principalmente neste período em que não posso exercer a minha actividade de electricista montador”. O caso acabou por cair. Quando a Direcção-Geral inquiriu a direcção do Belenenses sobre a situação do atleta, recebeu, de forma curta e seca, a resposta. O jogador havia sido transferido para o Desportivo Unidos de Algés, a seu pedido, conforme carta em nosso poder”.⁶²³ Quinze anos antes a situação não era muito diferente. Manuel da Costa pediu transferência do Benfica para o Atlético, já que “foi arbitrariamente punido com a multa de 50 % dos seus vencimentos e supressão das suas regalias como atleta por ter jogado mal no desafio Benfica-Sporting”. Acrescia o facto de não lhe ter sido concedido o prémio especial por vitória no campeonato, a que tinha direito por disposições estatutárias, para além de ter sido propositadamente afastado da primeira equipa. Finalmente, depois de ter pedido demissão em virtude destes factos o clube suspendeu-o durante um ano. Depois do relato das muitas e recambolêscas situações que originaram a suspensão por aquele período, o atleta viu indeferido, em primeira instância, o seu pedido. Após o recurso, a transferência acabou por ser autorizada, já que se tratava de “um caso especial” nos termos do n.º 3 do art. 62º do decreto 32.946, isto é “impossibilidade, para jogador de comprovados recursos, de progredir por falta de condições no clube a que pertence.”⁶²⁴

Um dos casos mais extremos desta realidade de subordinação dos jogadores ao poder dos clubes e dos seus dirigentes é o de Carlos Gomes, o guardião do Barreirense que com 18 anos chegou ao Sporting, na época de 1950, para suceder a Azevedo, o “Hércules do Barreiro”. Assumiu a titularidade na época seguinte, depois de Matateu, na sua estreia pelo Belenenses, ter marcado

⁶²³ ADGEFDSE, Caixa 04/370 - Futebol, Transferências; Federação Portuguesa de Futebol, Serviço de Assistência Médico-Desportiva, 1958. Pasta – Transferências. Ofício - L.º3/58, N.º 24-I/2/, Fls. 165, 12 de Janeiro de 1959. Todo o processo encontra-se apenso a este ofício.

⁶²⁴ ADGEFDSE, Caixa 04/14 - Transferências, 1945. Ofício - L.º 1'45, N.º 11/3, Fls. 27, 15 de Janeiro de 1946. Todo o processo encontra-se apenso a este ofício.

quatro golos ao Sporting. A chegada do genial e reivindicativo guarda-redes ao Sporting não foi, desde logo, pacífica. Confrontado pelos dirigentes do Barreirense com a sua transferência para o Sporting como um facto consumado, exigiu 50 contos como prémio de assinatura, contra os 10 que os dirigentes do Sporting lhe ofereciam. O presidente do Sporting, António Ribeiro Ferreira, concedeu. Três anos depois, já com Carlos Góis Mota na presidência do clube, o atleta exigiu um aumento salarial, para 20 contos mensais. A resposta dirigente evoluiu de um paternalismo condescendente – “Queres mais dinheiro? Pois mete na tua cabeça, se é que a tens, que são cinco contos ou nada. Para que queres mais dinheiro? Para putas e automóveis?” –, argumentando também que todos os jogadores do Sporting ganhavam o mesmo – “e se há alguém que recebe algum extra, isso deve-se à dádiva de algum sócio” –, para um autoritarismo irredutível. A intransigência do jogador – “Pois então, senhor presidente, trate de encontrar um sócio desses para mim ou um outro guarda-redes para si...” – que relegou Costa Pereira, do Benfica, para o banco de suplentes da selecção nacional, custou-lhe um período de serviço militar no quartel da Ajuda, com ameaças de transferência para Angola. Quando finalmente Carlos Gomes cedeu, foi junto do monárquico Santos Costa, Ministro da Guerra desde 1944, um dos *ultras* do regime, que Góis Mota exerceu o seu poder de influência. O guardião foi colocado, depois não comparecer repetidas vezes no posto do Hospital Militar da Estrela para onde havia sido entretanto transferido, no gabinete do Ministro. Depois de mais cinco épocas ao serviço do Sporting, e já sob o comando de Cazal-Ribeiro, a sua situação no clube tornou-se insustentável, tendo saído, pela quantia recorde de um milhão de pesetas, cerca de 570 contos, para o Granada de Espanha, na época treinado pelo argentino Alejandro Scopelli. De volta a Portugal, em 1962, após ter também representado o Oviedo e o Atlético de Madrid, e na sequência da perseguição que lhe foi movida pela PIDE - condenado a 11 anos de prisão por violação - no que alega ter sido uma armadilha montada pelo Sporting, o guarda-redes de orientação política progressista e igualitária, refugiou-se, desde 1963, em Marrocos, onde obteve o estatuto de exilado político. Representou ainda durante três épocas o Ittihad de Tânger, regressando apenas em 1983 a Portugal, depois de uma longa carreira de treinador em Marrocos e na

Os passos finais para a profissionalização

Entre os agentes que se encontravam no comando deste processo, podem identificar-se algumas figuras ligadas ao Estado Novo, que ocupavam na orgânica administrativa e política do regime lugares de relevo. As lideranças do Sporting, entre meados dos anos quarenta e o final dos anos cinquenta, ilustram não somente a diversidade dos posicionamentos de homens do regime, como permitem também problematizar a sua inscrição noutras instituições e noutras esferas, dotadas de lógicas próprias. António Ribeiro Ferreira, admitido como sócio do clube em 1935 assumiu a sua presidência entre 1946 e 1953, período no qual o clube venceu 7 campeonatos em 8 anos. Uma das suas primeiras medidas foi a contratação de Cândido de Oliveira. Ao dirigente da União Nacional, Governador Civil de Évora e vereador da Câmara Municipal de Lisboa,⁶²⁶ seguiu-se Carlos Góis Mota, membro de diversas direcções do Sporting desde os anos quarenta, e que ao longo da sua vida foi Procurador Geral da República, Secretário-Geral da Legião Portuguesa e Comandante dos Centuriões, um dos batalhões da Legião mais empenhados na repressão da campanha de Humberto Delgado em 1958. Sucedeu-lhe Casal Ribeiro, também legionário, um dos mais radicais elementos afectos ao regime, deputado à Assembleia Nacional e vice-presidente do clube durante três das gerências de Góis Mota. Durante este período, e como tivemos oportunidade de verificar, as práticas desportivas do clube verde e branco não se distinguiam especialmente daquelas que se poderiam observar em quase todo o universo desportivo europeu e sul-americano. Assistiu-se durante as suas gerências à profissionalização definitiva do futebol do futebol do Sporting, à revelia da legislação instituída e das concepções oficiais sobre a gestão dos clubes de futebol. E se, de facto, durante alguns anos a denegação administrativa do profissionalismo ofereceu algumas vantagens aos maiores clubes, desde o início da década de cinquenta que as organizações desportivas, quer por via de figuras próximas ao regime, como por outras que politicamente se

⁶²⁵ Carlos Gomes, *O Jogo da Vida* (Lisboa, A Regra do Jogo, 1984).

⁶²⁶ Simões, *Desporto com...*, 172.

lhe opunham, exerceram uma pressão crescente para a transformação do estatuto laboral dos jogadores de futebol.

Praticamente dez anos depois da formação da Direcção Geral, a resistência prática à tentativa de injunção estatal sobre o campo desportivo ganhava espaço num debate que se tornava público. No mesmo ano de 1951 em que Góis Mota relatou ao Presidente do Conselho a viagem do Sporting ao Brasil, o seu clube instituiu o *Estatuto do Jogador do Sporting Club de Portugal*. Criado ainda durante a presidência de António Ribeiro Ferreira, tratava-se de um documento interno no qual eram codificados dos direitos e os deveres dos jogadores, e onde se definiam os “compromissos desportivos” e “os instrumentos que obrigam o clube e os jogadores nas recíprocas relações que deles resultam como contratos de prestação de serviços”. Ainda assim, num tempo de profissionalismo inacabado, os jogadores, mais do que prestadores de serviços, eram ainda, e obrigatoriamente, “sócios atletas do clube, competindo-lhes, nesta qualidade, todos os direitos e regalias que os Estatutos consignam para os sócios daquela classe”. Apesar deste vínculo formal, o tempo dos jogadores, simultaneamente dirigentes e sócios do clube, já havia sido irremediavelmente ultrapassado. Na prática, os jogadores, divididos entre “amadores, subsidiados e remunerados, classes a que correspondem compensações monetárias, subsídios e ordenados, expressamente fixados no Regulamento da Secção de Futebol”, eram já funcionários dos clubes mais do que membros participativos da vida social de uma associação desportiva. E, como tal, eram estabelecidas, ao longo de mais de trinta artigos, uma série de regras relativas a remunerações, subsídios de doença e incapacidade - que poderiam ser transferidos para uma empresa seguradora e incluídos no seguro contra acidentes pessoais do atleta - estágios desportivos, vida privada e indemnizações pela cedência da carta de desobrigação do atleta caso deixasse de interessar ao clube a renovação do seu contrato.

Tratava-se de um documento que objectivava um conjunto de relações laborais que já se encontravam em vigor nos clubes portugueses há algum tempo e que ao mesmo tempo procurava, por via da formalização jurídica, eliminar, pelo menos contratualmente, alguma da discricionariedade e da diversidade dos modelos de remuneração dos atletas no interior de um mesmo clube. Assim, era determinado o pagamento de 1000\$00 de ordenado mensal para os atletas remunerados, prémios de jogo, especificados por competição e resultado

desportivo, por exemplo, “300\$00 por cada vitória alcançada fora de casa, quando alinhe na categoria de honra, e de 100\$00, quando alinhe na categoria de reservas”, sendo inclusivamente previstas gratificações, de 200\$00 por mês, no caso do jogador ser chamado à selecção do seu país. O clube, por sua vez, reservava-se o direito de obrigar o jogador a residir em local que entenda, “caso em que fornecerá casa e alimentação pela importância mensal de 1.000\$00 que lhe será descontada na gratificação quando remunerado”, ou ainda “concentrar o jogador dentro ou fora do clube, quando julgar conveniente ao conjunto, até cinco dias antes da realização dos jogos, caso em que fornecerá casa e alimentação”. Finalmente, e “findo este contrato e não manifestando o clube interesse em renová-lo, em hipótese alguma o clube fica obrigado a ceder ao jogador qualquer data para festas de homenagem ou de despedida, e o jogador disporá da sua carta de desobrigação para o clube que indicar, mediante o pagamento de uma indemnização da importância que será indicada no compromisso, salvo se abandonar a sua actividade desportiva.”⁶²⁷ Assim, o jogador, mesmo deixando de interessar ao clube, continuava preso a ele, tendo necessariamente de obter a sua autorização para continuar a sua carreira desportiva. Na prática nem sempre as coisas funcionavam daquela maneira.

No início dos anos cinquenta, contudo, o pagamento de uma indemnização para obter a carta de desobrigação constituía um claro avanço no sentido do reconhecimento de um mercado de transferências, tal como o *Estatuto do Jogador do Sporting*, com a admissão da existência de uma classe de jogadores “remunerados”, marcava uma nova fase no futebol português e um avanço face à legislação em vigor. Numa época de clara hegemonia desportiva do Sporting, e em que os maiores clubes já reuniam perto de vinte mil associados e avançavam para a inauguração dos grandes estádios, no Benfica o passo decisivo no avanço do profissionalismo foi dado, em 1954, com Joaquim Ferreira Bogalho na presidência e Ribeiro dos Reis na vice-presidência, com a chegada do técnico brasileiro Otto Glória. O antigo treinador do Vasco da Gama, um dos que integraram a vaga de técnicos sul-americanos no futebol português nos anos cinquenta, aplicou, logo após a sua chegada, um novo modelo de organização do futebol do clube. Criou “O Lar do Jogador”, onde viviam os jogadores mais

⁶²⁷ Sporting Clube de Portugal, *Estatuto do Jogador* (Lisboa: Tip. Gomes & Rodrigues, 1951).

jovens e os que chegavam de fora de Lisboa, mas que servia também para a realização de estágios antes dos jogos, e excluiu imediatamente do futebol do clube todos os atletas que não fossem profissionais. Um dos poucos atletas que não seguiu o caminho imposto pelo novo treinador foi Rogério Carvalho, conhecido como Rogério Pipi, que em 12 épocas ao serviço do Benfica, e ao longo de 310 jogos, marcou 210 golos. O avançado, que havia inclusivamente jogado uma época no Brasil, no Botafogo, preferiu manter a sua ocupação profissional, vendedor, depois de ter sido colega de Peyroteo no Grémio das Carnes, e terminou a sua carreira desportiva no Oriental de Lisboa.

Ao mesmo tempo que era declarado publicamente o profissionalismo nos maiores clubes portugueses, alargava-se igualmente o terreno de recrutamento de jogadores. Numa fase em que o Estado Novo se preparava para avançar, de forma lenta, num tímido projecto de industrialização do país, alicerçado nos Planos de Fomento, e a excepionalidade do colonialismo português era afirmada com base no luso-tropicalismo de Gilberto Freyre começavam dominar o discurso colonial,⁶²⁸ o futebol português conhecia um novo salto, depois da formação do campeonato nacional nos anos trinta.

Um ofício de 1949, da Direcção Geral, dirigido à FPF, possibilitava que os “jogadores que queiram transferir-se dos clubes das Províncias Ultramarinas para clubes da Metrópole...possam inscrever-se livremente sem dependência de quaisquer formalidades”.⁶²⁹ Muitos destes atletas passaram para os clubes portugueses sem terem sequer jogado nos principais campeonatos dos territórios coloniais. No segregado futebol moçambicano, por exemplo, e apesar de não existirem barreiras jurídicas à participação de atletas negros nos clubes e competições daquela organização, “até ao final da década de 50 o número de atletas não brancos a competir na associação [de Futebol de Lourenço Marques] foi ínfimo”.⁶³⁰ A contratação destes jogadores manifestava, por outro lado, e para além de um projecto ideológico, uma maior assunção do profissionalismo, embora não isenta de problemas.

Os resultados na composição dos clubes metropolitanos foi imediato e a chegada de jogadores negros ao campeonato português, tendo muitos deles

⁶²⁸ Cláudia Castelo, «*O Modo Português de Estar no Mundo*», *O Luso-Tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961)* (Porto: Afrontamento, 1998).

⁶²⁹ «Legislação e Doutrina» *Boletim da DGEFDSE*, fascículos I e II, 1948, 419.

⁶³⁰ Nuno Domingos, *Futebol e Colonialismo* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012), 80.

constituído a base da selecção de 1966, contribuiu, ao longo da duas décadas seguintes, para o argumento sobre a excepcionalidade do colonialismo português.⁶³¹ Só ao Benfica chegaram, entre 1954 e 1955, cinco jogadores, brancos e negros, provenientes das colónias portuguesas: Costa Pereira, Ângelo, Artur, José Águas e Mário Coluna. No Belenenses, e depois de Matateu, distinguiu-se o seu irmão Vicente Lucas. No Sporting, notabilizava-se Juca, proveniente do Sporting de Lourenço Marques, em 1949. No mesmo ano havia chegado àquele clube Mário Wilson, que ao fim de duas épocas se transferiu para a Académica de Coimbra. Também o Porto, presidido entre 1951 e 1954 por Urgel Horta, médico e deputado à Assembleia Nacional, procurou explorar o filão colonial. No ano em que Pedroto rumou ao Porto, o clube do Norte, a viver um longo período sem conquistas desportivas, contratou 4 jogadores provenientes dos territórios coloniais. Rodolfo Albasini, do 1º de Maio de Lourenço Marques, o extremo Fernando Perdigão, do Grupo Desportivo de Lourenço Marques, e o angolano Carlos Duarte chegaram todos ao Porto em 1952. Do plantel já fazia parte o defesa-central angolano, proveniente do Sporting de Benguela, Miguel Arcanjo. Chegado ao clube em 1950, foi o primeiro atleta negro a jogar no FCP. Em 1956, e depois de 16 anos sem vencer um campeonato nacional de futebol, o Futebol Clube do Porto, que contava ainda com os argentinos Porcel e José Valle e o italiano Del Pinto, sagrou-se finalmente campeão.

A chegada de estrangeiros, e a sua integração no labirinto jurídico do futebol português não era, contudo, linear. O Olhanense solicitou, mais uma vez, em Dezembro de 1952, a revisão do processo de transferência de dois jogadores espanhóis que a Direcção-Geral havia autorizado a transferirem-se para o União de Montemor. Apesar do contrato de “prestação de serviços” dos atletas caducar no final da época de 1952, argumentava o clube algarvio que isso se devia à legislação relativa à transferência de jogadores em vigor em Espanha. Foi, assim, obrigado a apresentar às autoridades daquele país um “contrato que acautelasse a vinda dos seus súbditos para Portugal”, formalidade que, segundo o clube, “em nada interfere com a qualificação de qualquer desportista”. Como a lei portuguesa proibia, “formalmente”, a existência de quaisquer contratos, “não podia, sob pena de sanção legal, o nosso clube vincular-se a qualquer contrato”.

⁶³¹ Coelho, A Equipa... e Cardão, «Fado Tropical...», em especial a parte 2, «As peregrinações exemplares ao ‘ultramar português’».

Assim, continuava o Olhanense, o documento depositado no Consulado Espanhol em Faro vinculava tão somente o Sr. Lourenço Mendonça, “Vereador da Câmara Industrial e, ao mesmo tempo, presidente do clube”, pessoa que pela “sua condição material, moral e política, poderia garantir as suas cláusulas [do contrato]... Não existe, pois, entre o nosso Clube e os referidos jogadores qualquer contrato”. Conclui o recurso, afirmando que em momento nenhum foi prometida aos jogadores a desobrigação no final da época e que a prova disso mesmo era um empréstimo que Carrascosa, um dos atletas em questão, pediu ao clube e que seria pago com descontos nos prémios de jogo que viesse a ter direito na época seguinte. Para provar esse mesmo ponto era anexado ao ofício do Olhanense o “documento em questão.”

O União de Montemor respondeu afirmando em primeiro lugar que a transferência já havia sido autorizada pela Direcção Geral e manifestando a sua surpresa pelo recurso do Olhanense, dado que ambos os jogadores se encontravam livres, não por força de qualquer contrato, que o próprio Olhanense considerou “falho de valôr e apenas para ludibriar as Autoridades Espanholas... mas por força de uma realidade que não foi contestada: a de que tais jogadores não se comprometeram a representar o Olhanense para além de 1951-52.” Mais, atacava o União de Montemor, que foi a título pessoal que o vereador da Câmara Municipal de Olhão e presidente do clube se comprometeu a dar emprego aos dois jogadores e que, se o problema se colocava a esse nível, restava a Lourenço Mendonça recorrer ao Tribunal do Trabalho. O mesmo princípio se aplicava ao empréstimo concedido ao jogador Carrascosa. Se, de facto, concluía o ofício de Simão Luís Reis Malta, presidente do clube, “estivesse vinculado ao seu Clube só porque lhe devia dinheiro, estaríamos no domínio da escravatura do futebol.”⁶³² Nada impedia, por outro lado, segundo o presidente deste clube, os jogadores de pagarem os referidos empréstimos com os prémios oferecidos pelo União de Montemor.

Esta ampliação dos terrenos de recrutamento de jogadores colocou novas questões aos organismos que superintendiam o desporto português. Sobre os jogadores estrangeiros, a própria FPF alertou, a 12 de Setembro, a Direcção Geral para os inconvenientes quer morais quer desportivos “dos clubes interessados nos

⁶³² ADGEFDSE, Caixa 04/406 - Actividades Desportivas, Transferências, 1952. Ofício - L.º 3'52, N.º 24' J/2, Fls. 220, 24 de Dezembro de 1952. Todo o processo encontra-se apenso a este ofício.

jogos de passagem de Divisão utilizarem, sem limite de prazo de inscrição, a colaboração de jogadores estrangeiros”. Para impedir esse descabido uso de atletas estrangeiros a FPF propunha 15 de Março como a data limite para a inscrição de jogadores estrangeiros. O Director Geral anuiu, respondendo já no mês de Março que, “verificando-se nestes últimos tempos, sobretudo na modalidade futebol, abuso na importação eventual de jogadores estrangeiros, julgo conveniente aos interesses do desporto nacional dar, a essa progressiva invasão, normas de estabilidade”. Daqui resultou a decisão, publicitada numa circular de 19 de Março, de que a “inscrição de desportistas estrangeiros em competições oficiais de qualquer modalidade, só é livre antes do início da época, ficando posteriormente condicionada à residência efectiva de seis meses no país”. As dificuldades no cumprimento da referida circular levaram, contudo, a FPF a voltar atrás no seu pedido, tendo posteriormente sido fixada a data de 1 de Dezembro como o limite para a inscrição de jogadores estrangeiros, uma medida que até aí não estava prevista no regulamento de transferências.⁶³³

Independentemente dos protestos, das complicações legais e dos impedimentos regulamentares, a profissionalização dos jogadores de futebol continuou inexorável, ainda que lentamente, a avançar. Em 1954, as práticas subterrâneas e os relatórios oficiais deram lugar ao manifesto “Por uma nova ordem desportiva!”, encabeçado pelos presidentes dos quatro grandes, aos quais acresciam dois outros clubes de Lisboa, o Oriental e o Atlético.⁶³⁴ Já não era apenas nas páginas da imprensa que a discussão sobre o profissionalismo no desporto decorria. Desta feita eram os clubes a assumir uma posição pública e a dirigir-se directamente ao poder político. Os signatários do documento, dirigido “aos desportistas portugueses”, apresentado, a 12 de Agosto de 1954, ao Ministro da Educação Nacional, Fernando Andrade Pires de Lima, asseguravam, desde logo, com todo o respeito e deferência pelas autoridades e dentro dos termos por elas aceites, que não se tratava um acto de desafio ou de oposição, mas de reflexão sobre um conjunto de ideias e articulação de propostas que possam actualizar o funcionamento do desporto português. Considerando que a “orgânica

⁶³³ *ADGEFDSE*, Caixa 04/627 - Liv. 3/52, Federação Portuguesa de Futebol (A – Árbitros; C – Castigos e cumprimentos; J/2 – Jogos Internacionais), Fundo de Assistência Médico desportiva, 1952. Pasta - Federação D. Ofício - L.º 3'52, N.º 24 D, Fls. 1, 17 de Setembro de 1952. Todo o processo encontra-se apenso a este ofício.

⁶³⁴ Joaquim Ferreira Bogalho, Carlos Góis Mota, José Moreira de Sousa, Francisco Madeira Mega, José Manuel Lopes da Costa, Mário Damas Mora

actual não corresponde às solicitações e anseios dos homens do desporto, conscientes e responsáveis”, e “que a insatisfação paira neste sector da vida nacional”, cujo crescimento resultou mais “de diversas experiências feitas e modelos adoptados, foi mais improvisada e imposta pelas circunstâncias de momento” do que “resultante dum estudo sério em que se ponderassem devidamente as condições do nosso meio e as circunstâncias próprias das diversas actividades”, propunha “uma reforma da organização desportiva nacional tendo como único fim ou interesse o prestígio, a dignificação e o progresso do desporto, em todas as suas modalidades”.

Essa reforma, de sabor levemente corporativo, sem nunca se afirmar como tal ou ousar sequer entrar no debate sobre a organização política do país, visava opor aos inconvenientes do modelo da dispersão das diversas modalidades um modelo de “concentração das diversas actividades ou modalidades, com repúdio da anterior descentralização”. Dividido em três grandes linhas de intervenção, “Estruturação e orgânica desportiva – jurisdicionalização das actividades desportivas e da sua arbitragem”, “Do Estatuto dos Atletas, Direitos e Deveres dos Atletas – Regime de Transferências”, e, finalmente, “Regime de Provas”, pode ser lido como uma tentativa de afirmar a autonomia da esfera desportiva em relação à jurisdição da Direcção Geral, e, por outro lado, reforçar a prioridade do princípio económico no regime de provas. Em termos mais concretos, os presidentes dos grandes clubes, evocando conceitos como o “superior interesse do Estado” e o “conceito unitário e imperial da Nação Portuguesa”, propunham a criação das “Associações Regionais dos Desportos”, que substituiriam as federações desportivas e as associações regionais. Estas, por sua vez, seriam reunidas sob a égide de um só organismo dirigente – União Portuguesa dos Desportos - para os signatários, a “única fórmula” que “poderá conduzir à extinção da situação de subalternidade que hoje em dia se verifica em quase todos [os desportos], em relação ao futebol”.

Com a reorganização proposta, os grandes clubes poderiam alargar a sua influência mesmo àquelas federações onde não apresentavam um poder significativo. Na terceira parte, a proposta de reorganização das competições desportivas, a questão fundamental era a redução de despesas e o incremento das receitas, quer através do aumento da competitividade das provas, quer alimentando as rivalidades clubistas, que o regime havia desde sempre negado,

através da redução das distâncias geográficas entre os clubes que participam na primeira fase das competições. Daqui resultava a proposta de divisão dos campeonatos em duas poules - Norte e Sul – sendo que “*o factor económico-financeiro deve presidir às regras que hão-de orientar as modificações a introduzir nas fórmulas que actualmente regem as modalidades consideradas pobres*”, já que, para além do inoportável fardo da taxaço de bilhetes, “na maior parte dos clubes as receitas não chegam para pagar as percentagens obrigatórias para o conjunto das Finanças, Federação, Associações, Centro de Medicina Desportiva, Polícia, Guarda Republicana, etc) mais as deslocações excessivas.”

A questão central, como não poderia deixar de ser, era o futebol. E aí, a segunda parte do documento, relativo ao estatuto dos atletas, é o elemento que oferece a chave para a interpretação da reorganização proposta. O regime de contratos e transferências é o objecto das maiores críticas. Já depois de historiado brevemente o desenvolvimento do desporto em Portugal, e analisando a constituição da Direcção-Geral, não deixam os principais clubes de referir que “temos assim assistido, nos últimos anos, à incongruência de se considerar totalmente amadorismo, nas relações oficiais e no condicionalismo do Estado, aquilo que na realidade, e em certas actividades, é declarado e manifesto profissionalismo. Os inconvenientes que desta incongruência resultam são palpáveis, gritantes e aflitivos.” Estes gritantes e aflitivos inconvenientes eram o resultado da tentativa da legislação portuguesa de 1942 de “ignorar certas realidades contrárias ao conceito clássico de amadorismo desportivo, e contrariar a nova corrente do profissionalismo, que se esboçava e ameaçava transbordar.”

Neste contexto, os clubes são retratados pelos próprios dirigentes como vítimas destas circunstâncias e até mesmo do espírito negociante dos atletas. O novo Estatuto do Atleta deveria, assim, reconhecer e separar diferentes categorias de atletas, entre os quais os profissionais. As relações entre estes e os clubes deveriam ser reguladas por contratos escritos e “esses documentos de vinculação deverão sempre estipular e fixar o prazo da sua validade, as condições fixadas para a sua renovação e todas as demais cláusulas acessórias mutuamente negociadas e aceites”. Assim, e tal como sucedia com o trabalhador, se não se poderia ignorar a condição humana do atleta, que não devia ser tido como simples mercadoria, e que não deveria, portanto, ver vedada ou impedida a possibilidade

progredir nas modalidades que pratique nem “o atendível anseio de atingir maiores culminâncias...em contra-partida também não se pode esquecer que os clubes contribuem muitas vezes poderosamente para a formação dos atletas e para o seu aperfeiçoamento; que os clubes fazem avultadas despesas em proveito da melhoria ou progresso desses atletas; que os clubes contribuem com uma importante quota-parte para a sua valorização técnica e desportiva; e que, os mesmos clubes, vivendo quase sempre em regime económico deficitário, e dedicando-se ao progresso do desporto com desinteresse e abnegação, têm indiscutível direito a ser compensados razoavelmente de despesas feitas e encargos suportados, quando, por iniciativa de outros clubes concorrentes, ou por acção dos atletas que procuram a sua transferência, se vêem ameaçados de ser prejudicados no seu património técnico e desportivo”. Na procura do “justo equilíbrio” entre estes interesses divergentes são identificadas no documento um conjunto alargado de propostas para a nova legislação. Entre as de maior alcance encontrava-se o direito de os clubes poderem negociar as cartas de desobrigação dos atletas e que a Direcção-Geral apenas pudesse intervir no caso das transferências de amadores ou subsidiados.⁶³⁵

O “Estatuto do Jogador” e o início da mudança legislativa

A implementação definitiva do profissionalismo tornou a sua denegação administrativa cada vez mais problemática. Mas, ainda assim, durante o lento processo de produção da nova legislação relativa ao estatuto do praticante desportivo as velhas regras não foram aligeiradas. O debate, que chegou à Câmara Corporativa apenas em 1959, foi precedido de um longo período de consulta, iniciado com a produção, em 1956, de um estudo prévio intitulado “Estatuto do Jogador”, da autoria de uma comissão federativa, durante o mandato do tenente-coronel Ângelo Ferrari na presidência da FPF⁶³⁶ e posteriormente aprofundado por elementos da Associação de Futebol de Lisboa. Durante o período de debate

⁶³⁵ *Para uma nova ordem desportiva! relatório dos presidentes dos clubes Sport Lisboa e Benfica, Sporting Clube de Portugal, Futebol Clube do Porto, Clube Futebol Os Belenenses, Atlético Clube de Portugal, Clube Oriental de Lisboa, apresentado a sua Excelência o Ministro da Educação Nacional em 12 de Agosto de 1954* (Lisboa: s.ed., 1954).

⁶³⁶ E debatido durante o mandato do Capitão Maia Loureiro, presidente da FPF entre 1957 e 1960.

do referido projecto, nem os clubes se submeteram à doutrina oficial - o Sporting, por exemplo, e apesar de vedado pela lei o negócio de transferência de jogadores, criou em 1958 um Fundo de Recrutamento de Jogadores - nem o poder político afrouxou os constrangimentos às transferências.⁶³⁷

O projecto do Estatuto do Jogador era precedido de um conjunto de apreciações doutrinárias.⁶³⁸ Historiado o desenvolvimento do desporto em Portugal, reafirmava-se o “fim eminentemente educativo” do desporto, considerado como prática de lazer que “nada tem que ver com o lucro material”. Uma vez “perdida a pureza do desporto e portanto a sua essência”, o autor considerava inevitável regulamentar essa nova situação. Assim e se “naquelas modalidades que maiores paixões despertam, mais público chamam e mais dinheiro movimentam, os praticantes respectivos, afinal os dadores do espectáculo, não puderam deixar de se profissionalizar”, noutras modalidades, congratulava-se, os seus praticantes mantiveram-se “felizmente com as características muito dignificantes de puros amadores”.

As alíneas mais importantes do projecto possibilitavam a todos os clubes da 1ª e 2ª divisões criar secções profissionais, sendo também possível aos clubes das divisões inferiores utilizar atletas profissionais. O campeonato da 1ª divisão seria limitado a clubes com secções profissionais. Eram definidos como profissionais “aqueles que pela prática do referido desporto (...) recebem uma determinada remuneração”, perdendo os amadores esse estatuto se utilizados por clubes com secções profissionais. O estatuto definia ainda termos mais precisos na relação contratual estabelecida entre clube e atleta. Era codificada a duração mínima do contrato (3 anos para os portugueses, 1 ano para os estrangeiros), definidos os limites de atletas estrangeiros, dois por equipa, bem como os termos da renovação e cessação do contrato e a remuneração dos jogadores. Salário mínimo de 2000\$00 mensais para os profissionais da primeira divisão, aumentados para 2500\$ caso o clube exercesse o direito de retenção. Eram igualmente fixadas as condições de transferência, as regras de constituição do Fundo do Jogador, um sistema de previdência social, destinado “a auxiliar o jogador em caso de retirada, invalidez e, ainda, a sua família em caso de morte”.

⁶³⁷ Sporting Clube de Portugal, *Fundo de Recrutamento de Jogadores de Futebol* (Lisboa: s.ed., 1958).

⁶³⁸ ADGEFDSE, Caixa 04/457 - Actividades Desportivas, Diversos, 1957. Pasta - Estatuto do Jogador.

De inscrição obrigatória, o Fundo seria constituído por uma mistura de receitas provenientes das remunerações recebidas pelos jogadores (5%), das indemnizações recebidas por retenção (5%), das compensações recebidas pelos clubes pelas transferências (5%), receitas de jogos internacionais (5%) e do campeonato nacional (1%) e outras de natureza indefinida. Para resolver eventuais diferendos era ainda estabelecida uma comissão arbitral, composta por três membros (um licenciado em direito indicado pela Direcção Geral, um representante da FPF e um representante dos jogadores) e detalhadas as penalidades para as infracções ao estatuto.

Híbrido na sua concepção, o documento procurava harmonizar duas realidades conflituantes. Enquadrava o profissionalismo, mantendo ainda em vigor alguns dos preceitos do amadorismo. Eram, na estrita definição em causa, considerados profissionais todos aqueles que recebessem qualquer remuneração pelos seus serviços desportivos. As equipas com secções profissionais eram obrigadas a manter secções amadoras. Os atletas menores de 18 anos continuavam a ser considerados amadores. A imposição de uma duração mínima dos contratos, “em vista a dar ao clube e ao atleta uma estabilidade e permanência de contactos, que assegure laços de devoção e carinho e transcenda, portanto, do próprio profissionalismo” limitava a livre circulação dos jogadores. Qualquer amador que alinhasse com profissionais, perderia o seu estatuto. Independentemente da sua situação desportiva, os estudantes teriam sempre o futebol como ocupação secundária, podendo eles mudar livremente de clube por “inscrição, comprovadamente indispensável, em Estabelecimento de Ensino Oficial de outra localidade”. A rescisão por mudança de residência, apesar de anuladas as cláusulas por serviço militar, mantinha-se para os casos em que o jogador exercesse outra profissão, considerada principal, “do que se refere, decorre, necessariamente, a ideia de só factos excepcionais poderão determinar tal rescisão. É o caso de transferência no serviço público, por imposição ou promoção e aqui é o reconhecimento de uma outra profissão, fonte de mais segura subsistência para o jogador e seus familiares”.

No final de 1956 começavam a chegar ao gabinete do subsecretário de estado da educação, Baltazar Rebelo de Sousa, as primeiras respostas dos agentes e organizações a quem havia sido enviado o relatório. Dentro das concepções políticas e ideológicas do regime, apoiado num poder discricionário, possibilitado

também pela natureza supostamente apolítica do fenómeno desportivo, o conjunto de vozes da sociedade civil que se pronunciaram sobre o novo estatuto, antes da sua chegada à Câmara Corporativa e à Assembleia Nacional, marginalizou os principais interessados no novo Estatuto: os jogadores, que tal como os restantes trabalhadores, se encontravam excluídos da capacidade de organização sindical autónoma. A possibilidade de retenção automática, e a obrigatoriedade de autorização do clube e pagamento de indemnização para obter a carta de desobrigação, mesmo no final do contrato, concorriam para manter a subordinação dos jogadores em relação aos clubes, os quais eram beneficiários dos maiores privilégios nos termos da nova relação contratual. Por exemplo, e caso o atleta não alinhasse em pelo menos 1/3 dos jogos do clube, poderia ver o seu salário e a sua indemnização por retenção reduzidas em 50%.

Ao contrário do que aconteceu com os jogadores, os maiores interessados, os clubes, federações e associações desportivas, inspectores dos desportos e jornalistas foram consultados. O confronto entre estas posições revela um pouco das propriedades do campo desportivo no final dos anos cinquenta e, sobretudo, a forma como as instituições e os agentes do regime continuavam a reflectir sobre o profissionalismo no desporto e a intervir nesse campo. A mudança legislativa não revelou uma transformação das concepções desportivas do regime ditatorial nem resultou de uma alteração nas suas representações sobre o desporto espectáculo. Materializou antes, e como ficou expresso no manifesto dos presidentes, a necessidade, já inadiável, de regular um conjunto de práticas que há muito escapavam às suas determinações e ao seu controlo, colocando quotidianamente em causa a autoridade de diversas instituições e figuras do regime.

Do lado das instituições políticas e dos seus agentes o tom dos comentários, num projecto de controlo de danos, era de resignação. Era, essencialmente valorizado por parte da Direcção Geral, o “sopro de ordem social que perpassa por esta legislação”, que iria regularizar uma situação de “de facto” e que não pretendia englobar outras modalidades, “que não se podem reduzir à lógica de funcionamento de uma em particular: o futebol”. Os inspectores dos desportos manifestaram-se de forma enfática. O Capitão António Cardoso afirmava, em jeito de preâmbulo à sua resposta, que “as considerações dos autores do projecto do Estatuto do Jogador não conseguem modificar as ideias que tenho sobre o assunto e que expuz na minha informação”. Entre as propostas concretas

do Capitão, apoiadas na ideia da promoção da igualdade entre profissionais e amadores, destacavam-se a obrigação de todos os clubes com secções profissionais manterem secções amadoras, limitação do número de profissionais nos escalões inferiores e abertura da primeira divisão a amadores. Sobre as transferências motivadas por serviço público, elas deveriam “ser sempre precedidas de inquérito destinado a averiguar se a nomeação teve em vista servir de base à transferência”, já que a sua “experiência de 13 anos de serviço” havia “mostrado quanto é fácil obter nomeações de jogadores para lugares públicos graças à protecção que governadores civis, presidentes de câmaras, influentes públicos, etc., etc., dão aos clubes das suas terras ou das suas simpatias.” Rotulou de “inaceitável” a possibilidade de os clubes rescindirem contrato com os atletas por “rendimento técnico inferior, sem motivo justificado”, já que “tantos e tão grandes são os abusos a que se pode dar lugar”, em virtude “das influências clubistas e da fraca compleição moral de alguns dirigentes”. Para além de se opor à diferenciação de salários mínimos por diferentes categorias de jogadores, “porque constitui um estímulo senão um incitamento ao jogador que possui outra profissão para a abandonar e dedicar-se exclusivamente ao futebol”, defendeu, inspirado no regulamento francês, a fixação de salários máximos. Era necessário pôr cobro à loucura de existirem treinadores a receberem “importâncias que orçam por 50 contos mensais, vencimentos mais de 3 vezes superiores ao de um ministro e superior ao de Sua Ex.^a o Presidente da República”. Finalmente, opôs-se ao “direito de retenção”, já que, “tal como estão redigidas”, as disposições “favorecem apenas os clubes não dando justa compensação ao jogador”, o que “em regime de profissionalismo não é justo nem moral”. Julgava ainda que, redigida como estava, “esta forma de direito de retenção favorece apenas os clubes grandes e prejudica os pequenos”, já que “o que se propõe no projecto corta o direito de liberdade contratual aos profissionais e inibe-os de receberem melhor remuneração pela sua profissão”.⁶³⁹

Salazar Carreira, um pouco menos categórico, considerava a instituição do profissionalismo “um mal inevitável e que portanto urge regulamentar para que menores sejam os seus efeitos nefastos”. Para além das apreciações de natureza

⁶³⁹ ADGEFDSE, Caixa 04/457 - Actividades Desportivas, Diversos, 1957. Pasta - Estatuto do Jogador, Apreciação do Estatuto Jogador pelo Inspector dos Desportos Cap. António Cardoso, 12 de Dezembro de 1956.

geral, as alterações que ambos sugeriram, diferentes entre si, expõem o modo como encaravam o projecto em causa. O antigo presidente do Sporting concentrou-se, sobretudo, no Fundo do Jogador. Tendo em conta a insuficiência das verbas destinadas ao referido Fundo, “um dos pontos nevrálgicos da inconveniência do profissionalismo”, colocou a hipótese de uma solução à francesa “e que consiste na frequência obrigatória por parte dos jogadores profissionais de estágios de aprendizagem profissional, em escritórios ou oficinas cujos proprietários lhes facultam, sem qualquer remuneração, essa possibilidade durante algumas horas por dia”. Por outro lado, e no final das duas curtas páginas em que concentrou as suas análises sobre o estatuto, defendeu a limitação ao “máximo possível” do número de estrangeiros nas equipas profissionais, já que “a principal, senão a única, vantagem atribuível ao profissionalismo, é o aperfeiçoamento técnico que pode proporcionar aos jogadores; ora, este aperfeiçoamento deve ser utilizado no plano nacional, para valorização da nossa equipa representativa, objectivo que fracassará se for consentido que todos os clubes preencham os seus postos em falha com jogadores importados e cuja presença impedirá o progresso e a promoção dos jogadores portugueses habilitados”.⁶⁴⁰

Do ponto de vista da instituição que ambos representavam as questões prioritárias eram outras, e as propostas bastante mais diluídas do que as dos seus inspectores. Ao longo de 15 páginas de considerações, e para além dos elementos doutrinários, no parecer da Direcção-Geral, sem assinatura e sem data, a preocupação central era esclarecer os termos da existência das secções profissionais e, sobretudo, a sua adesão à realidade. Por oposição àqueles que advogavam a separação completa dos dois universos interrogava-se retoricamente: “Quais são as equipas portuguesas que só têm jogadores amadores?” E perante a dificuldade então sentida pela instituição em segmentar dessa forma o campo desportivo, não só colocava obstáculos à obrigatoriedade de haver uma equipa amadora em todos os clubes que tenham uma secção profissional, o que “contraria a realidade conhecida”, como procurava deixar à livre iniciativa contratual as questões relacionadas com a “profissão principal” e o estatuto de estudante, “que apenas dirá respeito aos próprios interessados, em

⁶⁴⁰ ADGEFDSE, Caixa 04/457 - Actividades Desportivas, Diversos, 1957. Pasta - Estatuto do Jogador. Salazar Carreira, 24 de Setembro de 1956.

matéria de direitos e obrigações”, como se opunha também às hipóteses de imposição de um tecto salarial. Dentro da ideia do “mal menor”, em vez de “ficar o regulamento mais perfeito e, no papel, mais moral” era preferível “moralisar, dentro das realidade, e até onde fosse possível”, já que se considerava, numa apreciação profundamente determinada por uma leitura conjuntural da evolução do futebol português, que nas condições objectivas que então vigoravam era impossível separar completamente amadorismo e profissionalismo.

O profissionalismo seria apenas aceite no futebol, no ciclismo e no pugilismo. As outras modalidades “todas as outras – seriam rigorosamente praticadas por amadores”. Apesar de se reconhecer que o profissionalismo permitiu o desenvolvimento técnico das actividades desportivas, ao Estado interessava “a prática do desporto como meio de revigoramento do corpo” mais do que “simples espectáculo para entretenimento dos povos”. Continuaria a caber ao Ministério da Educação a superintendência, orientação e fiscalização disciplinar, de toda a actividade desportiva, mas, e perante as dificuldade sentidas na implementação do anterior modelo, deixava-se “às Federações respectivas a possibilidade de regulamentar, como lhes parecer de mais interesse para a sua modalidade, os vários aspectos da vida desportiva dos praticantes amadores, não amadores e profissionais.” Para além de deixar de se imiscuir nos aspectos mais estritamente desportivos, como por exemplo os regulamentos das competições, também “a dupla qualidade do praticante profissional leva a subordiná-lo à jurisdição dos respectivos e competentes departamentos do Estado.” Tal como acontecia com os artistas teatrais e cinematográficos, também no caso dos praticantes desportivos passava para a competência do Ministério das Corporações e Previdência Social “tudo o que disser respeito à actividade meramente profissional dos praticantes, às relações e disciplina do seu trabalho, à sua organização corporativa e ao seu enquadramento na previdência”.⁶⁴¹

Perspectiva diferente sobre a questão tinham os jornalistas e órgãos oficiais do mundo do futebol. Entre as primeiras respostas a chegar, entre o final de 1956 e o início de 1957, encontram-se as dos consagrados jornalistas Luís Alves, Ribeiro dos Reis, Raul Oliveira e Ricardo Ornellas, alguns dos principais intervenientes no debate sobre a profissionalização dos praticantes desportivos e

⁶⁴¹ ADGEFDSE, Caixa 04/457 - Actividades Desportivas, Diversos, 1957. Pasta - Estatuto do Jogador, 24 de Setembro de 1956.

alguns dos maiores responsáveis pela “invenção” e popularização do futebol em Portugal. Com a excepção de Ribeiro dos Reis, todos eles foram bastante parcimoniosos nos comentários feitos ao documento. Raul Oliveira, director do *Mundo Desportivo*, um dos mais importantes periódicos desportivos da época, e que continuava a oferecer à cobertura noticiosa um enquadramento mais próximo das concepções desportivas oficiais, “desvanecido pela honra” que lhe era conferida, comentou, em jeito de síntese crítica, as condições que levaram ao estabelecimento do novo estatuto. Acrescentou, na sua curta comunicação, a descrença na capacidade desta nova regulamentação criar uma “mentalidade desportiva nos praticantes, colocando como faceta subsidiária os interesses materiais a que o movimento das bilheteiras dá foros de legitimidade”. Verificava-se, “porém, que nem os dirigentes se mostraram aptos a desempenhar o seu papel, nem os órgãos de contacto com o público evidenciaram melhores disposições. A «campeonite» avassalou os mentores das colectividades” e assim “o que se tem feito é uma obra deseducativa, que por vezes assume aspectos de suma gravidade”. Apesar de acreditar que o documento poderia ajudar a “corrigir muitos dos destemperos que no dia-a-dia se registam”, manifestou-se sobre apenas um dos seus artigos, aquele em que se estabelecia que os juniores serão sempre amadores. Tendo em conta que “os jovens jogadores são recrutados nas camadas populares”, a quem faltavam “recursos para acudir nas necessidades de higiene e alimentação”, para Raul Oliveira aquele artigo teria apenas um de dois resultados: “ou os rapazes se desinteressam do futebol ou os dirigentes procurarão por todas as formas fugir ao cumprimento do referido artigo”.⁶⁴²

Luís Alves, do generalista *O Século*, elogiando “a forma clara como foi elaborado este estudo”, considerando-o “mais perfeito que a maioria dos estrangeiros que se conhecem”, acrescentou algumas sugestões de revisão do Estatuto. As suas preocupações, baseadas em critérios estritamente desportivos, concentravam-se na remuneração dos jogadores e nos critérios de transferência. Com as suas sugestões procurava diluir um pouco do carácter híbrido do documento. Não só sugeria que fosse ouvida uma delegação de jogadores, “a parte mais directamente interessada”, constituída “talvez pelos capitães das quatro principais equipas”, como se opunha à definição estrita de amadorismo advogada

⁶⁴² ADGEFDSE, Caixa 04/457 - Actividades Desportivas, Diversos, 1957. Pasta - Estatuto do Jogador, Raul Oliveira, 06 de Março de 1957.

no estatuto. Para Luís Alves, o jogador só deveria perder o estatuto de amador caso fosse remunerado e não simplesmente por alinhar com profissionais, já que tal princípio só se justificaria se a finalidade fosse canalizar todos os melhores praticantes para o profissionalismo. Mas não é.” As suas considerações finais destinaram-se ao direito de retenção, “que fere a sensibilidade”. Defendia, por outro lado, o pagamento de indemnizações aos amadores que passassem a profissionais, tal como sucedia nos casos de retenção ou transferência, e opunha-se à possibilidade de os jogadores que realizassem menos de ¼ dos jogos se pudessem transferir, dado que “pode forçar as equipas a aceitar perturbações de ordem técnica, só para darem satisfação a uma condição burocrática”.⁶⁴³

Também Ricardo Ornellas, uma das grandes figuras do jornalismo desportivo e do futebol português, então redactor do Diário Popular, retorquiu de forma comedida à interpelação do Ministério da Educação. Sem destinar grandes elogios às instituições do regime e sem desenvolver considerações sobre a evolução do futebol em Portugal, questionou apenas o sentido de manter limitadas a clubes profissionais as duas primeiras divisões, opondo-se, tal como Luís Alves, a que fossem considerados profissionais todos os praticantes que jogassem com outros profissionais. Finalmente, e ao contrário de Salazar Carreira, considerou, também com base em argumentos de natureza exclusivamente desportiva, insuficiente, “pois há que ter em conta a lei das lesões e dos impedimentos”, o limite de inscrição de jogadores estrangeiros. Propunha que pudessem ser inscritos quatro, que se somariam aos trinta profissionais previstos para cada plantel das principais divisões do futebol português.⁶⁴⁴

Ribeiro dos Reis voltou, em Dezembro de 1956, a comentar a versão definitiva do projecto. Algumas das suas sugestões, de Outubro do mesmo ano, relativas à concessão de um subsídio de família e prémio de fidelidade aos atletas, não haviam sido consagradas na versão final do Estatuto. O mesmo sucedeu com a maior parte das suas propostas, “consideradas judiciosas”, sobre o Fundo do Jogador, o qual deveria, na sua opinião, “sem grande sobrecarga para a Federação e para os clubes”, ser dotado de receitas mais estáveis e menos dependentes das receitas de jogos internacionais, cujos resultados, comprovava, não garantiam ao

⁶⁴³ ADGEFDSE, Caixa 04/457 - Actividades Desportivas, Diversos, 1957. Pasta - Estatuto do Jogador, Algumas considerações sobre o «Estatuto do Jogador», Luís Alves, 17 de Março de 1957.

⁶⁴⁴ ADGEFDSE, Caixa 04/457 - Actividades Desportivas, Diversos, 1957. Pasta - Estatuto do Jogador, Ricardo Ornellas, 29 de Março de 1957.

Fundo a dimensão necessária. Ao mesmo tempo advogava o pagamento por inteiro dos subsídios por doença aos atletas, mesmo se essa possibilidade era negada pelo princípio consagrado pela previdência do trabalhador português. Ainda na defesa da posição do jogador, e para além da rejeição da forma como o estatuto do estudante havia sido conceptualizado, Ribeiro dos Reis, propunha, sem contudo recusar o princípio de retenção, que a renovação, depois de cumprido o primeiro contrato, fosse anual e não trienal como havia sido estipulado. O detalhado comentário do então vice-presidente do Benfica e jornalista de *A Bola* concentrava-se, por outro lado, na necessidade de “se ter ido mais longe no extremar dos campos”, evitando-se, por exemplo, a possibilidade de participação de profissionais remunerados nas competições amadoras. Ainda em relação a esta completa segmentação entre os dois universos, expressou a “vantagem em não tornar obrigatória essa exigência” de secções profissionais na 1ª divisão. De um modo geral, as propostas do homem que há mais de trinta anos vinha pugnando pela profissionalização do praticante de futebol iam no sentido de garantir a autonomia do futebol profissional em relação ao regime amador e simultaneamente, sem descuidar as posições dos clubes, assegurar aos atletas um conjunto de direitos laborais e económicos, que haviam sido secundarizados no projecto.⁶⁴⁵

No mesmo sentido ia a leitura do Conselho Técnico da FPF. Defendendo a necessidade de estabelecer o projecto em bases sólidas, acentuou sobretudo as reflexões de natureza mais geral sobre o problema e para além de soluções casuísticas. Opunha-se, desta forma, inclusivamente não só à extensão do projecto da AFL, que não deixava de adjectivar de “excelente”, como colocava em causa, utilizando uma linguagem contundente, alguns dos pressupostos do projecto. Analisando o contexto de debate do novo estatuto, era consumado um balanço claro daquilo que havia sido a realidade do futebol português: “Nestes últimos anos gerou-se no futebol português um clima manifestamente mal-humorado, cheio de recíprocas desconfianças e de recurso a processos de influências pessoais, regionais e outras de índole estranha ao próprio Desporto. Nas esferas mais elevadas da hierarquia obtinham audiência quantos ostensivamente desrespeitavam os organismos responsáveis. E os despachos contraditórios,

⁶⁴⁵ ADGEFDSE, Caixa 04/457 - Actividades Desportivas, Diversos, 1957. Pasta - Estatuto do Jogador, Ribeiro dos Reis, 16 de Dezembro de 1956.

extraordinários e excepcionais, criavam nos clubes, nas associações e na Federação aquele mesmo clima! A longa permanência de comissões administrativas desnecessárias, mitigando a própria escola de formação de dirigentes que só a experiência pode garantir, e dando aos clubes a sensação de um divórcio com a hierarquia desportiva, avolumou com certa razão o ambiente.” Um passo fundamental para normalizar a situação no meio desportivo seria, necessariamente, e como era anunciado, um maior respeito pelos organismos estatutários e uma “nova orientação tendente a restituir às associações e à Federação os seus naturais poderes executivos”. Recusava, por outro lado, a ideia de que a nova regulamentação pudesse conduzir a um novo conceito corporativo de classe. Nem os clubes portugueses se deveriam aproximar de um modelo empresarial, nem os praticantes, subtraídos da sua índole desportiva, seriam equiparados a trabalhadores por conta de outrem. Na base desta impossibilidade estava, segundo o Conselho Técnico, a pequena escala em que caberia o profissionalismo na maior parte dos clubes portugueses, e não tanto a habitual crítica conservadora, e classista, à comercialização dos desportos e à profissionalização dos atletas.

Em termos específicos, nas recomendações regulamentares do Conselho Técnico da FPF denotava-se uma preocupação maior do que aquela demonstrada por outros agentes com os pequenos clubes e os jogadores. Sobre a qualificação dos atletas manifestava-se “inaceitável o critério das três categorias propostas, já que uma análise realista do panorama desportivo e social do futebol português não comporta ideias radicais.” Era considerada “uma grave deficiência” do projecto original que “não se tenha previsto a necessidade de limitar a quantidade de jogadores profissionais” já que permitia aos melhores clubes açambarcar jogadores, sem que fossem utilizados. Para impedir a falsificação destas premissas, traficando atletas para a categoria de subsidiados, era sugerida a possibilidade de transferência de jogadores que não fossem utilizados. Tinha-se, por outro lado, como “deplorável” a doutrina sobre os estudantes, já que criava uma situação diferenciada entre estudantes e estudantes universitários, que não se compreendia como poderiam ser profissionais. Era também “inaceitável” o direito de opção, por parte dos clubes, já que a sua unilateralidade, que “parece repugnar ao sentimento de justiça social, quando se legisla para uma profissão”, propondo-se, em função das especificidades do contrato desportivo, o “direito de preferência

recíproco, embora condicionado à indemnização devida à parte contratante que não aproveite a preferência” para no passo seguinte se considerar “uma deficiência legislar sobre as relações dos jogadores com os clubes sem se prever o regime de acidentes que pode advir dos riscos da profissão”.⁶⁴⁶

Se algumas destas propostas foram incluídas no projecto final, nem por isso parte importante dos clubes desportivos aceitou a nova situação. Esta recusa só é surpreendente se ignorarmos a estrutura do campo desportivo português e as assimetrias que se estabeleceram, sobretudo após a II Guerra Mundial, entre os grandes clubes de Lisboa e Porto e uma massa de pequenos clubes que se encontrava abaixo deles. Ao mesmo tempo que, nos maiores clubes o profissionalismo encapotado se tornava já um problema administrativo mas sobretudo desportivo, nos clubes mais pequenos a realidade do profissionalismo era ainda incipiente. Pelo contrário, o sistema de patrocínio desportivo era ainda hegemónico. Implementado com base no apoio de notáveis locais, muitas vezes embrenhados em complexas redes políticas e económicas, que lhes conferiam os capitais necessários para promoverem a competitividade das suas equipas de futebol e por essa via se promoverem a si próprios, boa parte dos clubes da primeira divisão não dispunha de sólidas bases financeiras e sociais.

Neste contexto, as reacções mais inflamadas ao estatuto do jogador chegaram, precisamente, da parte dos clubes desportivos. Não dos maiores, que há muito reivindicavam semelhante projecto, mas dos clubes de segunda linha das principais competições futebolísticas nacionais. Em Maio de 1957, “os clubes componentes da primeira divisão, Atlético Clube de Portugal, Caldas Sport Clube, Sporting Clube da Covilhã e Grupo Desportivo da CUF” julgavam-se “forçados a rejeitar liminarmente todo o conteúdo do Estatuto do jogador, sobretudo por o considerarem atentatório da precária situação económica, em que todos aqueles clubes desenvolvem a sua actividade”. O regulamento, na opinião dos signatários,

⁶⁴⁶ADGEFDSE, Caixa 04/457 - Actividades Desportivas, Diversos, 1957. Pasta - Estatuto do Jogador, Parecer do Conselho Técnico sobre o Estatuto do Jogador Profissional de Futebol, sem data. Como se pode ler no Relatório e Contas da FPF de 1958/59, sobre o Estatuto do Jogador, «Foi elaborado um parecer que, em face de uma revisão feita ao projecto, principalmente determinado pela homologação de novos diplomas do Ministério da Educação Nacional, não prevaleceu, e ficou dependente do texto definitivo do projecto.» O Conselho técnico da FPF para a época 1958/59 era composto por Carlos Vieira de Carvalho, Rogério Baptista Batalha, Manuel José Pedro Tavares Júnior, Eduardo José de Almeida Fernandes, Alexandre da Silva Miranda. Federação Portuguesa de Futebol, *Relatórios da Gerência...1958*, 174.

“enferma essencialmente pelo desconhecimento da vida deficitária da maioria dos clubes sem distinguir entre agremiações das grandes cidades e das simples vilas, e do condicionalismo e diferenciação de estruturas próprias de cada um”.⁶⁴⁷

Os protestos daqueles clubes foram, contudo, em vão. Apesar de instados a apresentar uma alternativa, foi impossível organizar uma proposta colectiva. Isso mesmo relatava o Caldas Sport Clube à Direcção-Geral numa carta de 30 de Julho de 1957, onde se dava conta dos resultados de duas reuniões, a 20 e 27 de Julho, que havia tentado organizar com parte dos clubes da primeira divisão. Muitos deles haviam faltado aos encontros. Para a segunda reunião estava, porém, reservada a maior surpresa. Com excepção do Lusitano de Évora e do próprio Caldas, “os restantes clubes presentes entenderam que não era possível continuar a discutir o projecto, visto que, fosse qual fosse o Estatuto, o profissionalismo não podia amoldar-se às condições de vida dos seus clubes”. Nem por isso o Caldas deixou de apresentar algumas propostas, quase todas de natureza fiscal: o Estado deveria abdicar, ou pelo menos “reduzir a uma moderação justa e equilibrada” todas as contribuições que eram lançadas sobre os espectáculos desportivos; deveriam ser oficializados os concursos de prognósticos, cujas receitas deveriam ser distribuídas pelos clubes e pelo Fundo do Jogador; os clubes da 1ª divisão deixariam de contribuir, pelas receitas dos jogos, para os clubes das 2ª e 3ª divisões; os cartões de livre trânsito seriam restringidos; e finalmente, a taxa de 10 centavos sobre os bilhetes teria que deixar de ser suportada pelos clubes.⁶⁴⁸

O debate na Câmara Corporativa e na Assembleia Nacional

À Câmara Corporativa chegou, em 1959, uma versão bastante simplificada do projecto regulamentar. Dividido em 12 artigos, o Projecto de decreto-lei 506, de 26 de Outubro, distinguia três categorias de desportistas – amadores, não amadores e profissionais –, estabelecia as respectivas definições e dividia a tutela

⁶⁴⁷ *ADGEFDSE*, Caixa 04/457 - Actividades Desportivas, Diversos, 1957. Pasta - Estatuto do Jogador, Atlético Clube de Portugal, Caldas Sport Clube, Sporting Clube da Covilhã e Grupo Desportivo da CUF, 05 de Maio de 1957.

⁶⁴⁸ *ADGEFDSE*, Caixa 04/457 - Actividades Desportivas, Diversos, 1957. Pasta - Estatuto do Jogador, Ofício - L.º 3'57, N.º 24-D, P.º14, 01 de Agosto de 1957.

institucional sobre a nova ordem desportiva entre os Ministérios da Previdência e Corporações e o Ministério da Educação. Ao primeiro caberia, tal como havia sido previsto nos diversos estudos preparatórios, a supervisão de “tudo o que diga respeito à organização corporativa dos praticantes profissionais, às relações e disciplina do trabalho e à previdência.” À Direcção Geral continuava atribuída a responsabilidade de regular toda a actividade desportiva, cabendo-lhe “a aplicação das sanções que vierem a ser estabelecidas por infracção aos preceitos deste diploma, sem prejuízo da que couber às respectivas federações por força dos seus próprios regulamentos.” Tratava-se de uma das grandes novidades do projecto. Não só se autorizavam os clubes a celebrarem acordos de trabalho com praticantes profissionais como também, e segundo o que era reclamado pelo Conselho Técnico da FPF, pela primeira vez, desde a constituição da Direcção-Geral dos Desportos, deixava-se os pormenores regulamentares mais específicos, condições de transferência, rescisão de contratos, etc., às respectivas federações desportivas. Mesmo que, em última instância, fossem “resolvidas por despacho do Ministro da Educação Nacional as dúvidas que, em matéria de natureza desportiva, se suscitarem na interpretação e aplicação do presente diploma”, depois de quase vinte anos de controlo total da vida federativa pelo aparelho administrativo do Estado Novo, era novamente devolvida ao campo desportivo alguma da autonomia que lhe havia sido retirada.

No momento em que se regulavam as relações laborais dos desportistas profissionais em Portugal, os conceitos ideológicos que regiam o projecto não se haviam alterado substancialmente em relação ao que se observou no passado. No preâmbulo do projecto, podia ler-se que o desporto era “fundamentalmente um lazer, isto é, uma expansão entre dois tempos de trabalho, com o fim de mudar de preocupação, de ambiente e de ritmo de vida. Esta característica está implícita na etimologia da palavra - distração.... O desporto, porque é distração, nada tem que ver com o lucro material.” O enquadramento da lei, justificando a tutela do Ministério da Educação sobre a prática desportiva, reproduzia, assim, os termos da introdução do Estatuto do Jogador. Ou seja, “perdida a pureza do desporto e, portanto, a sua essência” e o simples facto de as actividades desportivas terem “integrado nas culturas ocidentais, invadindo todos os meios sociais” justificava o projecto de regulamentação em debate. As actividades desportivas profissionais, “ainda que discutidas na sua designação, na sua essência ou na elevação dos seus

predicados, são realidades que têm de reconhecer-se e regularizar-se.” Importava ainda a “delimitação tanto quanto possível, do âmbito do profissionalismo. Dentro dessa orientação, procurou-se ir ao encontro das realidades e, portanto, entendeu-se, para já, que somente certas modalidades desportivas - o futebol, o ciclismo e o pugilismo - poderiam ter praticantes profissionais ou não amadores e as outras - todas as outras - seriam rigorosamente praticadas por amadores.”.⁶⁴⁹

Ainda nesse mesmo ano, a Secção dos Interesses de Ordem Cultural, por via da 4ª subsecção – Educação Física e Desportos - iniciou o debate sobre a proposta de “alteração ao funcionamento de vários desportos”. Nessa sessão de 25 de Novembro, Manuel Fradinho, um dos fundadores da Sociedade Portuguesa de Medicina Desportiva e Presidente do Ginásio Clube Português, chamava a atenção para os dois anos durante os quais havia aguardado por uma proposta de reforma da educação física portuguesa. O médico cirurgião da Faculdade de Medicina de Lisboa, algo desiludido com o limitado alcance da proposta em análise, aproveitou a ocasião para se “antecipar a qualquer projecto emanado superiormente”, alertando para o “declínio que vem acusando de ano para ano a nossa educação física”. Fradinho concentrou a sua intervenção essencialmente nas instituições estatais, propondo desde logo uma “remodelação imediata do ensino oficial, se bem que profunda, todavia quase que requerendo só o acordo e boa vontade dos responsáveis”, já que “o problema que abordamos é mais de organização do que de investimentos, embora se nos depare sistematicamente a falta de verbas como rótulo da inacção”. Não se tratava, todavia, de opor aquelas às numerosas colectividades desportivas que se haviam desenvolvido no país e que reuniam “as condições básicas donde pode partir o mais rápido e eficaz impulso à nossa educação física.” Mais consentâneas com os modelos de educação física que haviam sido oficialmente advogados, as propostas do procurador, que classificava de “duvidosos os resultados de quaisquer reformas que pretendam de um momento para o outro remover a inércia sedimentada em muitos anos de rotina e incompreensão”, não encontraram, porém, eco no breve debate que se verificou na Câmara.⁶⁵⁰

Nas duas sessões que se seguiram, o debate entre os procuradores centrou-

⁶⁴⁹ *Actas da Câmara Corporativa*, n.º 67, 26 de Outubro, 1959, 757-760 (Projecto de Decreto-Lei n. 506, «Alterações ao funcionamento de vários desportos»)

⁶⁵⁰ *Actas da Câmara Corporativa*, n.º 75, 25 de Novembro, 1959, 797-808.

se praticamente em exclusivo em dois pormenores da proposta. O uso do termo “subsidiado” ou “não amador” para definir a categoria intermédia entre profissionais e amadores puros, tomando-se como ponto de referência os critérios utilizados por organizações internacionais como o COI ou a FIFA e, por outro lado, a possibilidade de extensão do profissionalismo para além das três modalidades nas quais era aceite. Em qualquer dos casos, mesmo se aceite a ideia de que “a participação de profissionais nas actividades desportivas levou ao aperfeiçoamento de muitas das suas técnicas” e que a segmentação das diferentes categorias de praticantes seria indispensável para “restituir, com seriedade, o amadorismo à sua acepção mais perfeita”, no parecer final da câmara entendia-se que “o reconhecimento do profissionalismo desportivo não deverá representar, no entanto, mais do que a necessidade de uma regularização”. De acordo com esse mesmo espírito, “não se limitou mesmo o Governo a deixar aos organismos desportivos que superintendem nas diversas modalidades o decidir da admissão ou não admissão de profissionais e não amadores (subsidiados) nas competições que organizam, o que estaria na lógica do carácter supletivo da sua intervenção em matéria de regulamentação, ainda no presente diploma afirmado, mas, pelo contrário, não só fixou as modalidades em que admite a participação de amadores e profissionais, como conservou para si o direito da apreciar em que medida no futuro eles poderão ser admitidos em quaisquer outras.” Confirmava-se o princípio do amadorismo, ao mesmo tempo que se encarava a profissionalização, limitada, como um instrumento de salvaguarda do verdadeiro desporto.

A “admissão dos desportistas profissionais à prática de determinadas modalidades”, podia ler-se na apreciação na generalidade da Câmara, teve ainda como “evidente propósito não só de delimitar a sua participação naquelas actividades onde, em verdade, o facto já se observava, mas ainda, e certamente, o de evitar que os clubes desportivos, na ânsia de valorizarem os seus quadros, até para darem satisfação às massas associativas, enveredassem por um caminho que poucos economicamente poderiam suportar e que levaria os restantes a alhearem-se da prática daquelas modalidades em que, afinal, não poderiam competir, ou melhor, não o poderiam fazer com viabilidade de, no confronto, conseguirem, resultados satisfatórios.”⁶⁵¹ A legislação, por outro lado, e tal como expresso no

⁶⁵¹ *Actas da Câmara Corporativa*, n.º 86, 03 de Março, 1960, 883-894.

parecer final, era tida apenas como um reflexo da necessidade de enquadrar práticas há muito instituídas naquelas modalidades desportivas em que o profissionalismo era aceite. A autonomia das federações desportivas sendo ampliada não deixava de se encontrar sob tutela estatal.

Depois do debate na especialidade, e mesmo após a proposta ser aprovada pela Câmara, na sua declaração final, a 3 de Março de 1960, alguns dos procuradores mantinham resistências a alguns aspectos particulares da proposta. Carlos Augusto Farinha, industrial, presidente do Grémio Nacional dos Comerciantes de Lã, fundador e proprietário do *Diário Popular* e antigo presidente da Federação Portuguesa de Esgrima e membro do COI, opunha-se ao reconhecimento do profissionalismo em qualquer modalidade para lá do futebol, ao mesmo tempo que salientava a necessidade de as definições de qualificação dos atletas em Portugal corresponderem àquelas das respectivas federações internacionais, algo que a proposta, de facto, não contemplava. Bento Mendonça Cabral Parreira do Amaral, presidente da FNAT, por sua vez, objectava a que “aos amadores fosse permitido receber prémios pecuniários, o que, naturalmente, lhes deve ser inteiramente vedado.” De igual modo, erguia-se contra a possibilidade de atribuição de «subvenção para estudos ou preparação profissional», dado que “não só está fora do conceito tradicional de amador como pode dar origem a fraudes que frustrarão completamente os objectivos que o diploma prossegue.” Finalmente, e para além da defesa de uma concepção pura da qualificação de “amador”, julgava absolutamente indispensável “ao perfeito enquadramento dos praticantes profissionais no conjunto das restantes profissionais”, a regulação clara das relações laborais. A sua tutela deveria recair sobre o Ministério das Corporações e, mais importante, a legislação deveria igualmente explicitar a possibilidade de os praticantes profissionais se poderem organizar corporativamente em sindicatos nacionais, uma das alíneas que constava no projecto original e que havia caído na proposta final da Câmara Corporativa, já que os procuradores entenderam ser essa matéria relativa a regulamentação específica por parte das federações desportivas, subordinando, por essa via, a representação laboral dos atletas aos desígnios dos clubes desportivos, que dominavam as estruturas federativas.

Na Assembleia Nacional, os termos e o âmbito da discussão não foram muito diferentes daqueles já observados na Câmara Corporativa, ainda que

tenham adquirido uma dimensão polémica um pouco mais acesa. Caracterizaram-se pela atenção a detalhes e pormenores da proposta legislativa que não deixou de ser interpretada, pela maior parte dos deputados, como um instrumento para a regularização de uma situação “de facto”. A 22 de Março, a intervenção de Rodrigues Prata, director do Centro de Estudos Político-Sociais de Portalegre e instrutor e dirigente de Mocidade Portuguesa, entre 1943 e 1950, anunciou o tom geral do debate. Para o deputado, “a educação física como elemento indispensável a uma formação integral do homem” encontrava-se “universalmente reconhecida”. Fazendo o elogio quer da actividade da Mocidade Portuguesa, quer do desenvolvimento da educação física escolar nas duas décadas anteriores, Rodrigues Prata defendia que se relacionasse “o funcionamento dos desportos no plano da competição, regional ou nacional, com o seu funcionamento no plano da competição escolar”, dado que seria dessa massa de praticantes que sairiam “por lógica aplicação prática dos princípios teóricos aceites, os que praticando o desporto pelo desporto, melhor e maior contribuição poderão e deverão dar para a defesa da pureza e da essência do desporto - o amadorismo”. Com base nestes pressupostos opunha-se, somente, a que os amadores pudessem receber prémios pecuniários instituídos em competições.⁶⁵²

Nesta sessão, Mário de Figueiredo, antigo Ministro da Educação, rebateu sistematicamente todas as hipóteses de emendas à proposta de lei. A Rodrigues Prata retorquiu que os prémios previstos na legislação eram para vencedores e não para os atletas. Na sequência desse mesmo ponto, e sobre a necessidade de adequar as qualificações previstas na legislação portuguesa àquelas dos organismos internacionais, considerou que “ao lado do regime instituído pela hierarquia desportiva pode existir, e existe, um regime instituído pelo Estado, contra o qual aquele não pode prevalecer senão quando o Estado o consente”. Ao contrário do que era proposto pela Câmara Corporativa, e que Rodrigues Prata também defendia, aceitava o pagamento de subvenções aos estudantes, insensível aos argumentos que encontravam nesse ponto um alçapão para a fuga ao espírito da lei e a continuação do negócio encapotado das cartas de desobrigação mesmo entre os supostamente amadores.⁶⁵³

⁶⁵² *Diário das Sessões*, n.º 156, 22 de Março, 1960, 479-490.

⁶⁵³ *Diário das Sessões*, n.º 156, 22 de Março, 1960, 479-490.

Nas sessões seguintes, realizadas entre o final de Março e o início de Abril, os oradores provinham de outros sectores desportivos e políticos e a discussão seguiu por novas vias. O médico Urgel Horta, histórico presidente do Futebol Clube do Porto, criticou a cultura desportiva do país: “olha-se, as mais das vezes, o desporto, que é, na essência, da sua prática, um derivativo para melhoria de sanidade geral, como espectáculo, simples distracção, divertimento, e ainda como exasperado sentimento clubista, gerador de aborrecidas manifestações de um sentimento ruim e doentio...”. Finda a introdução, não sem antes realizar o elogio da política desportiva do Estado Novo e em particular da Direcção-Geral, que prestou “à vida desportiva portuguesa serviços da maior valia, bem dignos de serem encarecidos e louvados na magnífica acção que exercem”, para o responsável pela contratação de Pedroto e um dos obreiros do Estádio das Antas, era um “erro adulterante do verdadeiro princípio e fim do amadorismo, dando origem a clima da contusão, onde todos os subterfúgios se tornam possíveis”, quer a possibilidade de os amadores terem direito a prémios pecuniários, quer a possibilidade de existência da subvenção destinada a estudos, tal como havia defendido Rodrigues Prata. Tendo em conta que “o receio, os temores e o medo desse mal [o profissionalismo], hoje desaparecido, e agora reputado útil nas suas consequências”, importava sobretudo extremar campos.⁶⁵⁴

Esta era, antes de mais, a grande novidade oferecida por estas discussões. Tornou-se necessário não somente regulamentar a situação como, aos olhos de um conjunto de deputados, o desenvolvimento do profissionalismo era encarado com alguma simpatia. A sua rejeição integral deu, portanto, lugar a uma leitura mais ambivalente do profissionalismo e da competição desportiva. Disso mesmo deu conta à Assembleia Mário de Oliveira, antigo Secretário dos Ministros Mário de Figueiredo e Cancela de Abreu e Presidente da Junta Nacional do Vinho: “O grande perigo que o desporto pode suscitar no plano político, como poderosa força imanente que é, consiste, a meu ver, na circunstância de ser um instrumento cultural polivalente. De facto, tanto pode servir para exaltar a concepção materialista, numa espécie de glorificação nietzchiana, como a cristã, pela promoção do desenvolvimento harmonioso do complexo humano em que o espírito floresce e se superioriza na morada de um corpo forte e sadio.” Sem

⁶⁵⁴ *Diário das Sessões*, n.º 158, 24 de Março, 1960, 497-508.

aprofundar como a concepção cristã do desporto seria desenvolvida, Mário de Oliveira procurou, tal como Mário de Figueiredo, defender a proposta na sua totalidade. O deputado sublinhou a necessidade de não “apoucando a sua vitalidade ou minimizando a sua hierarquia própria” se manter a tutela estatal sobre o campo desportivo. Uma tutela que, não obstante apresentar um “carácter supletivo” deveria, “em plano sobranceiro, vigia-la atentamente, interpretando os seus problemas, arbitrando nas suas querelas, reprimindo os seus desvios e desvarios.”⁶⁵⁵

Os debates na especialidade, largamente concentrados na questão dos estudantes e dos prémios pecuniários aos amadores, reproduziram oposições semelhantes às observadas na Câmara Corporativa. Augusto Simões, Conservador do Registo Civil em Tábua, Presidente da Câmara Municipal de Poiares, isto é uma figura secundária da União Nacional, que se tornou Presidente da FPF em 1965, sintetizou em duas intervenções algumas das questões centrais do projecto, fugindo um pouco ao tom dominante. Em primeiro lugar, explicitava o “baixo nível” do desporto nacional “que, além de só contar com um número de praticantes extremamente reduzido - pouco mais de 30 000 em todas as modalidades para os 10 milhões de portugueses metropolitanos -, não encontra valores de craveira internacional que o possam representar dignamente nas importantes competições mundiais, prestigiando-nos convenientemente, com resultados esclarecedores da nossa valia técnica.” Em segundo lugar, constatava que “no mundo estranho do desporto nacional há muito que se impõe um conjunto de providências legislativas que ponha termo a um sempre crescente avolumar de situações confusas, que de modo algum dignificam e prestigiam certas modalidades de maior projecção onde se verificam” interrogando-se sobre a quem caberia “editar tais providências?” A resposta que o próprio ofereceu foi clara e destoou um pouco das leituras fraccionadas do projecto, que haviam sido a nota dominante na maioria das intervenções: “Pretende o Governo dar solução aos magnos problemas com que se topou, reconhecendo, definindo e condicionando o profissionalismo nas modalidades de futebol, ciclismo e boxe, editando as regras da classificação dos atletas praticantes destas modalidades. Cumpre desde já afirmar que se deixaram sem equação muitos dos importantes

⁶⁵⁵ *Diário das Sessões*, n.º 159, 29 de Março, 1960, 509-520.

problemas que o evolucionar da vida criou ao mundo do nosso desporto.”⁶⁵⁶

No dia 2 de Maio foi finalmente aprovada a versão final do projecto. A proposta de Augusto Simões sobre a limitação das transferências dos amadores, que assim não se poderiam desvincular dos seus clubes no final de cada ano desportivo, acabou por integrar o decreto. As outras alterações introduzidas pela Assembleia Nacional foram de pormenor. O debate não transformou de forma significativa a natureza do projecto. A sensação na Assembleia Nacional era a de que se abria uma nova era no desporto português. A Lei n.º 2104 de 30 de Maio de 1960 lançava finalmente, e depois de praticamente 20 anos de denegação administrativa, as “Bases para a classificação dos praticantes como amadores, não amadores e profissionais”. No ano seguinte, a 31 de Maio, exactamente um ano depois da aprovação desta lei, em Berna, no Estádio Wankdorf, o Benfica, ainda sem Eusébio, venceu o Barcelona por 3-2 na final da Taça dos Clubes Campeões Europeus. Perante este processo de profissionalização dos jogadores de futebol em Portugal, condição indispensável para a construção de equipas competitivas e para o desenvolvimento do jogo enquanto espectáculo popular, é difícil encontrar uma causalidade política entre a iniciativa legislativa, o enquadramento político do profissionalismo desportivo e o triunfo do Benfica. A sua instrumentalização política e ideológica posterior é outra questão.

Conclusão

O conjunto de regras e restrições à remuneração e transferência de atletas desportivos, estabelecidas pelo Decreto-Lei N.º 32.946, não deixavam de se afigurar anacrónicas, ainda em 1942, não somente à luz do processo global de reconhecimento do profissionalismo dos jogadores de futebol como também perante uma economia de trocas e práticas que se vinha afirmando no próprio futebol português, desde a segunda metade da década vinte. A chegada dos treinadores húngaros, e atletas estrangeiros, a par de uma gradual, ainda que incompleta, profissionalização do jogador de futebol em Portugal podem ser considerados os principais indicadores do avanço do processo de popularização

⁶⁵⁶ *Diário das Sessões*, n.º 160, 30 de Março, 1960, 521-534.

do futebol e da sua inscrição na cultura popular portuguesa contemporânea.

Também neste aspecto em particular, e tal como se verificou com outras esferas de intervenção, a Direcção-Geral dos Desportos revelou-se incapaz de reformar e dirigir o campo desportivo de acordo com os pressupostos e objectivos do seu programa. A resistência à intervenção estatal resultou não tanto de qualquer forma de oposição política, como foi argumentado, mas antes das lógicas instituídas num campo de actividades, inserido numa cultura popular mediatizada e globalizada, dotado de uma autonomia relativa, onde se travavam lutas em torno de recursos específicos. Mais ainda, não foi apenas nas páginas da imprensa desportiva, ou no interior dos clubes, que esse projecto oficial foi colocado em causa. Como procurámos detalhar, colaboraram nesse processo um conjunto poderes periféricos, nos quais a Direcção-Geral e o próprio Estado apoiavam o seu poder.

A transformação do estatuto jurídico e laboral do jogador de futebol, que discutimos ao longo deste capítulo, resultou mais do reconhecimento de uma realidade que não era possível continuar a camuflar do que de uma renovação dos quadros ideológicos que configuraram o programa oficial do Estado Novo no campo desportivo, como, aliás, foi reconhecido nos debates que precederam a aprovação Lei n.º 2104 de 30 de Maio de 1960, que aceitava a transformação da prática do futebol numa actividade remunerada. Ao longo de todo este período, do ponto de vista estatal e das suas instituições, o amadorismo revelou-se, persistentemente, é necessário reforçar, como o paradigma de enquadramento da prática desportiva. Neste modelo ideológico, estribado numa concepção higiénica e disciplinar dos desportos, a limitação da mobilidade dos praticantes e a rejeição de um mercado de transferências de atletas entre clubes relevaram-se os mecanismos privilegiados para a moderação do desenvolvimento do espectáculo desportivo, cuja utilidade política raras vezes foi reconhecida pelo poder político.

Conclusão

O futebol português do início da década de sessenta do século XX era já bastante diferente daquele que se observava no final dos anos vinte. Ao longo deste período de cerca de 35 anos, sobre o qual se debruça este trabalho, deixou de ocupar uma posição periférica e marginal no contexto europeu para assumir um lugar de destaque, ainda que temporariamente, no plano internacional, como atestam os resultados europeus de algumas equipas nacionais durante a década de sessenta. A década anterior, por sua vez, havia já assistido à construção de grandes estádios em Lisboa e no Porto. Recintos que atestavam a massificação do consumo do espectáculo desportivo, ainda antes de a televisão transportar para fora do estádio a emoção do jogo. Estes factos têm sido objecto de interpretações centradas no seu presumível significado político. Por um lado atribui-se-lhe, como o fez Eduardo Lourenço em 1959, um efeito de distração ou alienação. Por outro lado, e como têm salientado investigações situadas no terrenos dos estudos culturais, destaca-se o seu papel como enquanto veículo de difusão e legitimação do luso-tropicalismo, em torno da qual se organizava ideologicamente o Estado Novo e o colonialismo português.

Argumentámos ao longo deste trabalho que não é possível estabelecer uma relação causal entre o desenvolvimento e a popularização do futebol em Portugal e o investimento estatal na promoção do espectáculo desportivo. Antes pelo contrário, aqueles resultados são, sobretudo, a consequência de um processo de racionalização e autonomização de uma prática, que se fez não independentemente do Estado, mas muitas vezes contra ele. O estado português, seja durante a ditadura militar, seja já durante o Estado Novo, manifestou-se até ao início da década de sessenta consistentemente hostil ao duplo processo de *espectadorização e comercialização* do desporto e, em particular, do futebol. Não se tratou de uma especificidade do regime corporativo português.

A distinção entre educação física e desportos, entre prática desportiva e consumo do espectáculo desportivo, definiu as políticas estatais dos regimes autoritários europeus. O seu projecto de enquadramento do campo desportivo perfilou, num contexto histórico mais amplo, a diferença, cujas raízes remontam pelo menos ao século XIX, “entre práticas de lazer consideradas enriquecedoras, que relevam da esfera do amadorismo, e distrações consideradas pouco respeitáveis, empobrecedoras ou demasiado ligadas ao profissionalismo. Esta tensão, de ordem ética, entre a busca do lazer «racional» e a do divertimento sem finalidade moral caracteriza desde cedo o debate tal como se estabeleceu além-Mancha, ao mesmo tempo que a ideologia que valoriza o trabalho está no seu apogeu.” Neste ponto, a actuação do Estado Novo permite identificar importantes continuidades entre aquilo que se observou nos regimes autoritários e nos regimes liberais e democráticos contemporâneos. O controlo e a repressão das distrações tidas como desregradas e desordenadas, que teve a sua vanguarda na Grã-Bretanha, de onde originam também os desportos modernos, também faz parte de um projecto mais amplo de regulação dos usos do tempo e de enquadramento do lazer popular.⁶⁵⁷

Introduzido no país no quadro das actividades de lazer das elites, o futebol já se havia tornado, no final dos anos vinte, num dos lazeres predilectos de amplas camadas da população urbana e também, certamente, a partir da identificação dos adeptos com a selecção nacional de futebol, um dos elementos de produção de um nacionalismo banal. A compreensão da sociogénese do campo desportivo em

⁶⁵⁷ Alain Corbin, *História dos Tempos Livres* (Lisboa: Teorema, 1995), 8.

Portugal é indispensável para se interpretar a popularização do futebol no país e, por conseguinte, a forma como o Estado Novo, no âmbito do seu programa ideológico, procurou dirigir e orientar aquela actividade. A configuração específica do lugar do futebol, e de outras modalidades como o boxe ou ciclismo, no campo desportivo e no espaço social português, resultou da convergência contingente e variável do interesse do público e da imprensa, da construção de uma rede associativa e da intervenção de um conjunto de forças económicas diversificadas. Em qualquer dos casos, o processo de profissionalização dos praticantes daquelas modalidades constitui o marcador fundamental da transformação que se observa neste contexto.

É precisamente em torno da questão do profissionalismo, da concomitante alteração da origem social dos praticantes e da finalidade da prática desportiva, que deixa de se orientar para o prazer dos jogadores para se subordinar a princípios de representação comunitária, que se estabelecem as fronteiras mais claras no âmbito de uma estrutura de práticas dual na qual se cinde o campo desportivo. Organizadas em torno do Comité Olímpico Português um conjunto de modalidades. como a vela, a esgrima ou o hipismo, mantiveram-se como os baluartes da defesa do amadorismo e dos valores mais puros do desporto, como o desinteresse, o cavalheirismo e o *fair-play*, por oposição a outras onde a procura da vitória gerava comportamentos considerados por aqueles sectores como impróprios, imorais e atentatórios dos verdadeiros valores do desporto.

A institucionalização do Estado Novo e o seu projecto político autoritário não representaram um corte significativo no processo de afirmação de uma economia de trocas e práticas específicas. A gradual extensão e estabilização dos campeonatos de futebol continuou ao longo da década de trinta. A intervenção do regime no campo desportivo avançou apenas no início da década seguinte, e já depois de estabelecidas um conjunto de instituições, como a Mocidade Portuguesa e a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, e fixados os programas de educação e desporto escolares, todos eles organizados em torno das funções higiénicas e ideais regeneradores dos modernos métodos de educação física. Terá sido precisamente a dupla incapacidade destas organizações do Estado Novo em massificar o programa oficial e em suplantar a concorrência da esfera associativa e competitiva que levou à formação da Direcção-Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar. O arquivo desta organização relativamente periférica

da orgânica do regime permitiu interpretar a forma como se materializou numa prática quotidiana um conjunto de concepções ideológicas sobre as funções do desporto por parte do regime.

O poder de sancionar as direcções dos clubes e federações desportivas, de fiscalizar as suas assembleias-gerais, os seus orçamentos, relatórios e contas, enfim, a higienização política de uma esfera da sociedade civil portuguesa não encontrou correspondência na capacidade de reforma das suas práticas. O objectivo de mobilizar aquela extensa rede associativa para a disseminação da ginástica e dos modelos racionais de educação física ou a realização de exames médicos aos desportistas esbarrou numa recusa generalizada de interferência do Estado. Do mesmo modo, a tentativa de restringir, dentro do próprio terreno de jogo, um conjunto de práticas que, à margem do espírito das leis do jogo, e contra as regras idealizadas do cavalheirismo e do *fair-play*, ofereciam vantagens competitivas aos intervenientes, embateu perante uma lógica da prática já sedimentada no campo desportivo. A limitação da mobilidade dos praticantes desportivos, a denegação de um mercado de transferências de jogadores e o embargo jurídico à sua profissionalização revelaram-se, mais do que quaisquer outros, os marcadores fundamentais deste projecto oficial de limitação do espectáculo desportivo.

Tal projecto de controlo e reforma do campo desportivo, que canalizava os seus poucos recursos para a intervenção quase sempre repressiva na esfera futebolística, defrontou-se com aquilo que comentadores coevos classificaram como “resistência passiva” e “resistência desrespeitosa”. Constatou-se uma discrepância assinalável entre as intenções plasmadas nos articulados jurídicos que regulavam estas práticas, os discursos dos agentes responsáveis pela sua implementação e as práticas observadas no campo desportivo e nos principais clubes desportivos portugueses. Esta resistência à intervenção estatal não resultava de qualquer forma de oposição política ao regime. É precisamente a lógica da autonomia do campo - o conjunto de lutas específicas que aí se observavam e os recursos que os diferentes agentes que aí se inscreviam mobilizavam - que permite compreender os posicionamentos dos diferentes actores e instituições neste processo. Do ponto de vista daqueles que se encontravam mais próximos quer das instituições estatais quer daqueles sectores do campo desportivo onde prevaleceu a lógica do amadorismo, manteve-se até ao

fim do período em análise uma visão crítica do processo de comercialização do desporto e da sua transformação num espectáculo de massas. Pelo contrário, entre aqueles que ocupavam posições mais salientes no campo desportivo, jornalistas e dirigentes dos principais clubes, prevaleceu uma prática orientada para a defesa da profissionalização do futebol. Foi sobretudo a inscrição dos agentes neste campo específico que permitiu situar alianças que muitas vezes cruzavam o espectro político.⁶⁵⁸

Este conjunto de resistências e incompatibilidades não se manifestou somente no plano discursivo, ainda que a imprensa, e em particular o jornal *A Bola*, se tenha afirmado como um dos terrenos onde a razão estatal foi mais abertamente contestada. A inserção do futebol numa cultura popular comercializada, que cresceu à margem das definições oficiais da cultura popular, obrigou diferentes agentes, situados em diferentes posições do campo político, como presidentes de câmara e governadores civis, mas também no campo económico e no espaços social local, empresários e notáveis locais, a manterem, como sustentáculo da sua própria legitimidade política e social, uma colaboração próxima com os clubes desportivos. Esta cooperação, tornada necessária pelo papel de representação comunitária que os clubes assumiram, desenvolveu-se em termos que em diversos casos subvertiam o estabelecido em muitos dos articulados jurídicos que regulavam aquela esfera de actividade, como se verificou no caso do desenvolvimento de um mercado de transferências de jogadores.

Não procurámos tratar a questão do desenvolvimento do futebol em Portugal do ponto de vista de uma história política em que se procurasse, por exemplo pela abordagem da orientação político-ideológica dos agentes do campo desportivo, compreender esse mesmo processo. Uma tarefa, refira-se, que, no quadro deste problema em concreto, se revelaria condenada ao insucesso. Não se ensaiou aqui uma tentativa de identificar os significados dos momentos ou dos acontecimentos - como o protesto estudantil na final da Taça de Portugal de 1969 ou o alcance político do encontro entre Portugal e Espanha, realizado em Vigo,

⁶⁵⁸ Daí que se tenha secundarizado ao longo deste trabalho uma análise sistemática dos processos de selecção política, bastante acentuados ao longo do período, que as organizações do regime, como a PIDE, por exemplo, levaram a cabo na esfera desportiva associativa. Para uma análise da lógica da circulação de agentes entre os campos desportivo e campo político, já no período democrático, veja-se Rahul Kumar, «Futebol e Política no Portugal Democrático, A lógica da conversão de capitais», em *Futebol Português, Política, Género e Movimento*, Coord. Nina Clara Tiesler e Nuno Domingos (Porto: Afrontamento, 2012)

em 1945 - a partir dos quais habitualmente se considera que o futebol e a política se encontraram. De um modo geral, mesmo que constituam importantes referências históricas, reflectem mais uma excepção do que um padrão geral das lógicas de politização do campo desportivo e da sua relação com o campo do poder. Procurámos, antes, a partir da compreensão do funcionamento de uma série de instituições do regime e da sua prática rotineira, analisar o modo como aquele interveio no campo desportivo e confrontar essa mesma lógica da prática com a lógica da prática de um campo dotado de uma autonomia relativa, cujos limites se pretendeu estabelecer.

A forma como o Estado Novo se relacionou com a esfera desportiva e em particular com um fenómeno da cultura de massas, como o futebol, resulta de outra ordem de processos que não os limitados a tomadas de posição a favor ou contra o regime. Em primeiro lugar, esta investigação possibilitou questionar o alcance e a eficácia da construção de um modelo oficial de cultura popular confrontando-o com uma actividade situada no quadro de uma cultura popular globalizada. Em segundo lugar, possibilitou averiguar a efectiva penetração dos valores mas também dos agentes do Estado Novo numa esfera particular da sociedade civil portuguesa, nomeadamente dos clubes e periódicos desportivos. Em terceiro lugar, permitiu ampliar o conhecimento em torno das estruturas de poder do regime a partir dos seus regimes de práticas. Verificámos que, por oposição a um dispositivo totalitário organizado de cima para baixo a partir da vontade de um líder ou de uma pequena elite, a persistência de um conjunto de autonomias administrativas e a sobrevivência de um conjunto de redes de poder verticais, de características muitas vezes clientelares, orientadas por objectivos por vezes dissonantes em relação àqueles emanados pelo centro político, nas quais este sustentava parte do seu poder e com as quais teve de negociar.

Fontes

Arquivos

Arquivo da Direcção Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar (ADGEFDSE)

Periódicos

Actas da Câmara Corporativa

A Bola

Boletim da Direcção Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar

Boletim da Emissora Nacional

Boletim do Instituto Nacional de Educação Física

Comércio do Porto

Diário de Lisboa

Diário de Notícias

Diário das Sessões da Assembleia Nacional

Eco dos Sports

Gazeta Desportiva,

O Norte Desportivo

O Século

Sport Ilustrado

Os Sports

Legislação

Decreto-Lei nº 3091, de 17 de Abril de 1917

Decreto-Lei n.º 5516, de 7 de Maio de 1919

Decreto-Lei n.º 11.651, de 7 de Maio de 1926

Decreto-Lei n.º 14.396, de 10 de Outubro de 1927

Decreto-Lei n.º 21.110, de 3 de Abril de 1932

Decreto-Lei n.º 25.495, de 13 de Julho de 1935

Decreto-Lei n.º 26.611, de 19 de Maio de 1936

Decreto-Lei n.º 27.301, de 4 de Dezembro de 1936

Decreto-Lei n.º 30.752, de 14 de Setembro de 1940

Decreto-Lei n.º 31.908, de 9 de Março de 1942

Decreto-Lei nº 32.241, de 5 de Setembro de 1942

Decreto-Lei nº 32.946, de 3 de Agosto de 1943

Decreto-Lei n.º 35.992, de 23 de Novembro de 1946

Decreto-Lei n.º 36.281, de 16 de Maio de 1947

Conferir decreto-lei n.º 36 507 de 17 de Setembro de 1947

Lei n.º 2104 de 30 de Maio de 1960

Decreto-Lei n.º 46.449, de 25 de Julho de 1965

Impressas

- «O 3º espectáculo regional organizado pela E.N. - Província do Douro». *Boletim da Emissora Nacional*, n.º 5 (1935): 45.
- Almeida, Fernando de. «Notas sobre o ensino da Anatomia na futura Escola Superior de Educação Física». Em *Tudo pela Nação, Nada contra a Nação, I Congresso da União Nacional, Discursos, Teses e Comunicações*. Lisboa: União Nacional, 1935, 317-324.
- Andrade, Ruy de. «Em defesa da difusão dos exercícios físicos e do desporto». Em *Tudo pela Nação, Nada contra a Nação, I Congresso da União Nacional, Discursos, Teses e Comunicações*. Lisboa: União Nacional, 1935, 401-415.
- Araújo, Júlio «O «foot-ball» e os «sports» ricos e pobres. A aplicação das receitas dos desafios», *Diário de Lisboa*, 17 de Janeiro de 1924: 2.
- Ataíde, Augusto de. 1971. *II Plano de Fomento Gimnodesportivo: Relatório Preliminar*. Lisboa: Direcção Geral de Educação Física e Desportos, Centro de Informação e Documentação.
- «Bola de Saída», *A Bola*, 29 de Janeiro de 1945: 1.
- Botto, José de Ayala. «Salazar e o Desporto». *Boletim da Direcção Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar*, Fascículos I e II (1954): 5-21.
- «Uma brilhante vitória do futebol português», *Diário de Notícias*, 28 de Maio de 1928: 1.
- «Uma carta do jogador Pedroto», *A Bola*, 03 de Julho de 1952: 2.
- Correia, Fernando da Silva. «Os Desportos e o «Velho do Restelo»». Lisboa: Portugália, 1942.
- «Capitão António Rodrigues Cardoso». *Boletim da Direcção Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar*, Fascículos I e II (1960): 7-9.
- Carreira, Salazar. «Evolução dos récores nacionais, apontamentos para a história do atletismo português», *Boletim da Direcção Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar*, Fascículos I, II, III e IV, ano II (1945): 23-52.
- «O chefe do Governo afirmou hoje que teremos em breve um estádio nacional», *Diário de Lisboa*, 03 de Dezembro de 1933: 8.
- «Chegou ontem a ‘équipe’ nacional de football», *Diário de Notícias*, 05 de Maio de 1928: 4.
- «Circular, n.º 106, de 7 de Outubro de 1942». *Boletim da Direcção Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar*, Fascículos I e II (1946): 155.
- «Circular, n.º126, de 7 de Dezembro de 1942». *Boletim da Direcção Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar*, Fascículos I e II (1946): 159.
- «Circular, n.º130, de 15 de Dezembro de 1942». *Boletim da Direcção Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar*, Fascículos I e II (1946): 150-161.
- «Circular, n.º148, de 1 de Fevereiro de 1943». *Boletim da Direcção Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar*, Fascículos I e II (1946): 161.
- «Circular, n.º161, de 29 de Março de 1943». *Boletim da Direcção Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar*, Fascículos I e II (1946): 163.
- «Circular, n.º189, de 10 de Junho de 1943». *Boletim da Direcção Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar*, Fascículos I e II, ano II (1946): 166.

- «Circular n.º 190, de 10 de Julho de 1943». *Boletim da Direcção Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar*, Fascículos I e II, ano II (1946): 166.
- «Circular n.º 194, de 5 de Agosto de 1943». *Boletim da Direcção Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar*, Fascículos I e II, ano II (1946): 166-167.
- «O Club Internacional vai passar por uma nova orientação segundo nos afirma um director do antigo e prestimoso club», *Os Sports*, 6 de Novembro de 1924: 3.
- Comité Olímpico Português. *Profissionais e Amadores, conferências desportivas patrocinadas pelo Comité Olímpico Português*. Lisboa: Comité Olímpico Português, 1942.
- Costa, Quintino da. «Conceito de Estádio». *Boletim do Instituto Nacional de Educação Física*, n.º 4 (1943): 352-357.
- Costa, Quintino da. «A educação física na escola primária elementar». *Boletim do Instituto Nacional de Educação Física*, n.º 4 (1943): 320-345.
- Costa, Quintino da. *Missão de Estudo na Alemanha em Guerra*. Lisboa: Tip. da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1943.
- Costa, Quintino da. «O problema da educação física nacional». *Boletim do Instituto Nacional de Educação Física*, ano 13, n.º 1-2, Lisboa (1952): 39-54.
- «Depois do triunfal Portugal-Itália», *Diário de Notícias* 17 de Abril de 1928: 4. «‘O desportista que intervém numa competição com entradas pagas deve ser remunerado visto ser ele a razão de existir do espectáculo’, disse-nos o actor José Amaro», *A Bola*, 24 de Fevereiro de 1951, 1.
- «Diário de Notícias nos Jogos Olímpicos: partiu ontem para Amesterdão o nosso camarada António Ferro», *Diário de Notícias*, 21 de Maio de 1928: 1.
- «O ‘Diário de Notícias’ fará amanhã, na fronteira, a entrega das suas medalhas aos jogadores portugueses», *Diário de Notícias*, 9 de Junho de 1928: 6.
- Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, *15 Anos de Obras Públicas (1932-1947)* (Lisboa: Comissão Executiva da Exposição de Obras Públicas, 1948).
- Direcção Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar. *Plano de Fomento Gimno-desportivo para 1966-1970*. Lisboa: Ministério da Educação Nacional, 1965.
- Direcção Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar. *Relatório da aplicação das receitas das apostas mútuas desportivas atribuídas ao ministério da educação nacional no triénio 1963-1965*. Lisboa: Ministério da Educação Nacional, 1967.
- «O discurso do sr. Tenente-Coronel Salvação Barreto foi um luminoso programa traçado às novas directrizes do Desporto Nacional», *O Norte Desportivo*, 24 de Janeiro de 1943: 1-2.
- «Ditos e boatos», *O Norte Desportivo*, 30 de Maio de 1943: 3.
- «O encontro de football realizado ontem no Porto entre Portugal e a Itália», *Diário de Notícias*, 16 de Abril de 1928: 4.
- «O encontro Portugal-França», *Diário de Notícias*, 29 de Abril de 1928: 6.
- Portuguesa de Box. *Relatório e Contas da Gerência dos anos de 1942-1943*. Lisboa: s/ed. 1944.

- Federação Portuguesa de Futebol. *Relatório e contas da gerência de 1942/43 e da gerência das Comissões Administrativas até 20/07/1946*. Lisboa: Tip. Americana, s.d.
- Federação Portuguesa de Futebol, *Relatório e Contas da Gerência da Comissão Administrativa de 21/7/1946 a 30/6/1949*. Lisboa: Tip. Americana, s.d.
- Federação Portuguesa de Futebol, *Relatório e Contas da Gerência da Comissão Administrativa de 1/7/1949 a 30/06/1951 e Parecer do Conselho Fiscal e Jurisdicional*. s.l., s.e., s.d.
- Federação Portuguesa de Futebol, *Relatórios da Gerência, de 1951/52 e Parecer do Conselho de Contas*. Lisboa: Tip. Americana, s.d.
- Federação Portuguesa de Futebol. *Relatório da Gerência de 1956-57 e Parecer do Conselho de Contas*. Lisboa: Federação Portuguesa de Futebol, 1957.
- Federação Portuguesa de Futebol. *Relatórios da Gerência de 1958-59 e Parecer do Conselho de Contas*. Lisboa: Comp. e Imp. nas Ofic. Gráf. da EER, s.d.
- Ferro, António. *A Idade do jazz-band*. São Paulo: Monteiro Lobato, 1923.
- Ferro, António. *Viagem à Volta das Ditaduras*. Lisboa: Empresa Diário de Notícias, 1927.
- Ferro, António. «Impressões da viagem Paris-Amesterdão», *Diário de Notícias*, 29 de Maio de 1928: 1.
- Ferro, António. «Uma grande vitória dos portugueses em Amsterdão», *Diário de Notícias*, 2 de Junho de 1928: 1.
- Ferro, António. «A segunda vitória dos nossos jogadores», *Diário de Notícias*, 3 de Junho de 1928, 1.
- Ferro, António. «Os portugueses vencidos mas não convencidos...», *Diário de Notícias*, 10 de Junho de 1928: 5.
- Ferro, António. *Problemas da Rádio*. Lisboa: SNI, 1950.
- «O ‘foot-ball’ nas ruas, continua desenfreado, apesar da vigilância policial», *O Século*, 2 de Março de 1924: 4.
- Frade, Álvaro. «Amadores e Profissionais - Um depoimento despretencioso no caminho das soluções». Em *Profissionais e amadores, conferências desportivas patrocinadas pelo Comité Olímpico Português*. Lisboa: Comité Olímpico Português, 1942, 57-62.
- Freitas, Alberto «O momento actual do pugilismo português». Em *Figuras do Pugilismo Nacional*, Isidro Pinto. Lisboa: s/ed., 1942.
- Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho. *Dez anos de alegria no trabalho*. Lisboa, Tip. Ideal, 1945.
- Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho. *I Relatório Anual do II Pelouro, 1947-1948*. s.l.: s.ed., 1949.
- Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho. *Relatório e Contas da Gerência de 1954*. s.l.: s.ed., 1955.
- Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho. *Relatório e Contas da Gerência de 1956*. Lisboa: Gabinete de Divulgação, 1957
- Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho. *Relatório e Contas da Gerência de 1957*. Lisboa: Gabinete de Divulgação, 1958.
- Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho. *Relatório da gerência de 1952*. s.l.: s.ed., 1953.
- Gomes, Carlos. *O jogo da vida*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1984.
- Guedes, Eng. F. Nobre. «Certas incompreensões dos amadores sobre amadorismo». Em *Profissionais e amadores, conferências desportivas*

- patrocinadas pelo Comité Olímpico Português*. Lisboa: Comité Olímpico Português, 1942, 3-13.
- Guedes, Eng. F. Nobre. «O meu intento: levar os amadores a fazer coincidir os seus actos com as suas convicções». Em *Profissionais e amadores, conferências desportivas patrocinadas pelo Comité Olímpico Português*. Lisboa: Comité Olímpico Português, 1942, 73-85.
- Guimarães, Manuel de Mesquita. 1946. «Relatório da actividade do Centro de Medicina Desportiva no ano de 1945». *Boletim do Instituto Nacional de Educação Física*, n.º 3-4: 70-87.
- I Congresso da Organização Nacional «Mocidade Portuguesa», Discursos, Relatórios, Teses, Discussões e Conclusões*. Lisboa: Editorial Império, 1939.
- I Congresso Nacional de Futebol*. Lisboa: Soc. Nacional de Tipografia, 1938.
- Instituto Nacional de Estatística, *Estatística da Educação, Ano Lectivo 1956-1957*, Lisboa: Sociedade Tipográfica Lda., 1958.
- «O III Portugal-França», *Diário de Notícias*, 29 de Abril de 1928: 1.
- «O Inspector Ayala Botto, Chefe de Repartição da Direcção-Geral». *Boletim da Direcção Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar*, Fascículos III e IV (1960): 245-247.
- «Jogos Olímpicos Internacionais, Portugal alcança o 3.º lugar na prova hípica ‘Prémio das Nações’», *Diário de Notícias*, 28 de Julho de 1924: 5.
- «Legislação e Doutrina» *Boletim da Direcção Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar*, Fascículos I e II (1948): 419.
- «Legislação e Doutrina», *Boletim da Direcção Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar*, Fascículos III e IV (1955): 392-393.
- Lima, Sílvio. *Ensaio sobre o Desporto*. Lisboa: Sá da Costa, 1937.
- Lima, Sílvio. *Desporto, Jogo e Arte*. Porto: Civilização, 1938.
- Lima, Sílvio. *Desportismo Profissional: Desporto, Trabalho e Profissão*. Lisboa: Inquérito, 1939.
- Mega, Francisco Madeira. «A Assistência aos Jogadores de Futebol». Em *I Congresso Nacional de Futebol*. Lisboa: Soc. Nacional de Tipografia, 1938.
- Melo, César de. «A grande confusão. O desporto e o profissionalismo que vive à sua sombra». Em *Profissionais e amadores, conferências desportivas patrocinadas pelo Comité Olímpico Português*. Lisboa: Comité Olímpico Português, 1942, 33-38.
- «As mentiras do Sport», *Eco dos Sports*, 05 de Junho de 1927: 3.
- Mota, Carlos Góis. *Viagem Maravilhosa a um País de Maravilha*. Lisboa: Tipografia Silvas, 1951.
- «Notícias e comentários do desporto lisboeta», *O Norte Desportivo*, 07 de Março de 1943: 3.
- «Novas Directrizes, A palestra do Presidente da Associação de Futebol do Porto proferida no Lima constitui um documento de elevado valor disciplinar», *O Norte Desportivo*, 25 de Outubro de 1942: 1.
- «As olimpíadas/ Lisboa no Verão», *Diário de Lisboa*, 31 de Julho de 1924: 3.
- Oliveira, Cândido de. «Amadores e Profissionais, Na Sombra, A transferência dos ‘azes’», *Gazeta Desportiva*, 4 de Julho de 1923: 5.
- Oliveira, Cândido de. «Os nossos jogadores esperam aproximar-se das meias-finais», *Diário de Lisboa*, 29 de Maio de 1928: 3.
- Oliveira, Cândido de. «Os portugueses bateram a Yugo-Slavia por 2-1», *Diário de Lisboa*, 29 de Maio de 1928: 8.

- Oliveira, Cândido de. «O desafio Portugal-Chile descripto pelo nosso redactor Candido de Oliveira seleccionador da ‘équipe’ portuguesa», *Diário de Lisboa*, 1 de Junho de 1928: 4-5.
- Oliveira, Cândido de. «Portugal nos Jogos Olímpicos», *Diário de Lisboa*, 2 de Junho de 1928: 1.
- Oliveira, Cândido de. «A vitoria de Portugal sobre a Yogo-Slavia foi difficil de alcançar devido à fadiga da nossa ‘équipe’», *Diário de Lisboa*, 2 de Junho de 1928: 8.
- Oliveira, Cândido de. «A ‘équipe’ de Portugal comparada com outros ‘teams’ que disputavam o campeonato olímpico», *Diário de Lisboa*, 11 de Junho de 1928: 3.
- Oliveira, Cândido de. «A Formação dos Jogadores de Futebol». Em *I Congresso Nacional de Futebol*. Lisboa: Soc. Nacional de Tipografia, 1938.
- Oliveira, Cândido de. «O desporto deve estar à margem das lutas políticas», *Diário Popular*, 17 de Novembro de 1945: 1-5.
- Oliveira, Cândido de. «A maior derrota do ‘onze’ nacional», *A Bola*, 26 de Maio de 1947: 5.
- Oliveira, Cândido de. «O seleccionador não foi o responsável...pela derrota de domingo», *A Bola*, 29 de Maio de 1947: 1-5.
- Oliveira, Cândido de. «O ‘segredo’ da superioridade dos jogadores ingleses», *A Bola*, 5 de Junho de 1947: 1-6.
- Oliveira, Cândido de. «No Rio de Janeiro joga-se a bola... e toma-se banho de mar durante todo o ano», *A Bola*, 03 de Março de 1951: 1.
- Oliveira, Cândido de. «A nossa inferioridade futebolística é cada vez mais nítida de ano para ano segundo se revela nos jogos internacionais», *A Bola*, 26 de Abril de 1951: 1.
- Oliveira, Cândido de. «O Estádio e a Multidão», *A Bola*, 26 de Abril de 1951: 1.
- Oliveira, Leal de. «Bases para a organização da educação fisica escolar». Em *Tudo pela Nação, Nada contra a Nação, I Congresso da União Nacional, Discursos, Teses e Comunicações*. Lisboa: União Nacional, 1935, 293-316.
- Oliveira, Leal de. *O Sétimo Congresso Internacional de Educação Física em Bruxelas e Outra Viagem de Estudo À Suécia*. Caxias: Tip. do Reformatório Central de Lisboa, 1936.
- Oliveira, Leal de. *Reflexões sobre os Jogos Olímpicos de 1936*. Lisboa: s/ed., 1938.
- «O ‘Onze’ de Portugal empatou com a ‘équipe’ da França por 1-1», *Diário de Notícias*, 30 de Abril de 1928: 4.
- Ornellas, Ricardo. «O encontro de abertura do Torneio Olímpico de Football», *Diário de Notícias*, 28 de Maio de 1928: 5.
- Ornellas, Ricardo. «A segunda vitória dos portugueses no torneio olímpico de football», *Diário de Notícias*, 30 de Maio de 1928: 5.
- Para uma nova ordem desportiva!: relatório dos presidentes dos clubes Sport Lisboa e Benfica, Sporting Clube de Portugal, Futebol Clube do Porto, Clube Futebol Os Belenenses, Atlético Clube de Portugal, Clube Oriental de Lisboa, apresentado a sua Excelência o Ministro da Educação Nacional em 12 de Agosto de 1954*. Lisboa: s.ed., 1954.
- «A parada dos clubes desportivos revestiu-se de grande importância», *Diário de Lisboa*, 3 de Dezembro de 1933: 1.
- Peiroteio, Fernando. *Memórias Peyroteio*. Lisboa: s.ed., 1957.
- Pereira, Alberto Feliciano Marques. *A Lição de Ginástica na Própria Aula*.

- Lisboa: Tip. Casa Portuguesa, 1947.
- Pereira, Celestino Marques. *A Educação Física na Suécia e Dinamarca e Contribuições para o seu Estudo em Portugal: relatório-extractos*. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura, 1939.
- «A personalidade do primeiro director geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar», *Diário de Lisboa*, 12 de Setembro de 1942: 4.
- Pina, Luís de. «Crónica Científica, Educação Física e Desporto», *Comércio do Porto*, 15 de Fevereiro de 1935: 2.
- Pinto, Isidro. *Figuras do Pugilismo Nacional*. Lisboa: s/ed., 1942.
- «O ‘Placard’ Animado em Braga», *Diário de Notícias*, 09 de Setembro de 1928: 5.
- Pontes, José. *Quási um século de desporto*. Lisboa: Sociedade Nacional de Tipografia, 1924.
- Pontes, José. «Citius, Altius, Fortius». Em *Profissionais e amadores, conferências desportivas patrocinadas pelo Comité Olímpico Português*. Lisboa: Comité Olímpico Português, 1942. XXI-XXXIX.
- «Portugal nos Jogos Olímpicos, Partiu ontem para Amsterdão a ‘equipe nacional de football’», *Diário de Notícias*, 22 de Maio de 1928: 5.
- «O presidente do Conselho Fiscal e Jurisdicional da AF do Porto, proferiu na Constituição, a segunda palestra disciplinar dirigida aos jogadores, árbitro e público», *O Norte Desportivo*, 15 de Novembro de 1942: 1.
- «‘O profissionalismo e a especialização não são manias são necessidades para a verdadeira técnica’, -disse-nos o Prof. Vasco Botelho do Amaral», *A Bola*, 13 de Setembro de 1951: 9.
- «‘O profissionalismo é um modo de vida e qualquer profissão pode manter um ideal elevado’, - disse-nos o eng. Varela Cid», *A Bola*, 17 de Maio de 1951: 8.
- «‘O profissionalismo parece estar na base do perfeito funcionamento da máquina que é uma equipa’ – disse-nos o maestro Pedro de Freitas Branco, desportista cem por cento e chefe de uma família de desportistas», *A Bola*, 17 de Fevereiro de 1951: 1.
- «Uma proposta patriótica do delegado português, Dr. Salazar Carreira para que a lingua lusitana seja considerada oficial dentro do Congresso Olímpico», *Diário de Notícias*, 29 de Maio de 1928: 1.
- «O que se diz», *Sport Ilustrado*, 25 de Outubro de 1924, 2.
- Rato, Armando. «Há profissionalismo em Portugal», *Sport Ilustrado*, 25 de Outubro de 1924: 1.
- Reis, Ribeiro dos. «A equipe portuguesa de ‘football’ sai hoje da Holanda de regresso a Portugal», *Diário de Notícias*, 5 de Junho de 1928: 5.
- Reis, Ribeiro dos. «Os Impostos e o Futebol». Em *I Congresso Nacional de Futebol*. Lisboa: Soc. Nacional de Tipografia, 1938.
- Reis, Ribeiro dos. «A superior classe do ‘onze’ inglês esteve sempre em evidência», *A Bola*, 26 de Maio de 1947: 4.
- Reis, Ribeiro dos. «Não se exagere: Os nossos jogadores não valem tão pouco como o resultado deixa transparecer», *A Bola*, 29 de Maio de 1947: 1.
- «Relatório e Conclusões da 16.^a Sub-Secção do II Congresso da União Nacional». *Boletim do Instituto Nacional de Educação Física*, n.ºs 1-2-3 (1944): 5-27.
- «A representação de Portugal nos Jogos Olímpicos Internacionais», *Diário de Notícias*, 21 de Maio de 1928: 5.

- «O resultado não se deve à sorte mas às características do Benfica», *Diário de Lisboa*, 10 de Maio de 1943: 7.
- Ribeiro, Vasco. «Tratemos dos Amadores e Deixemos os Profissionais». Em *Profissionais e amadores, conferências desportivas patrocinadas pelo Comité Olímpico Português*. Lisboa: Comité Olímpico Português, 1942, 65-70.
- Sabbo, Augusto. *Estratégia e método, base do futebol associativo científico*. Beja: Edição de Autor, 1945.
- Salazar, Oliveira. *Discursos, 1928-1934*. Coimbra: Coimbra Editora, 1935.
- Santos, Júlio dos. «Um aspecto do problema da Educação Física». Em *Tudo pela Nação, Nada contra a Nação, I Congresso da União Nacional, Discursos, Teses e Comunicações*. Lisboa: União Nacional, 1935, 365-396.
- Santos, Júlio dos. «Para a formação do professor de Educação Física». Em *Tudo pela Nação, Nada contra a Nação, I Congresso da União Nacional, Discursos, Teses e Comunicações*. Lisboa: União Nacional, 1935, 325-363.
- Santos, Vítor. *Entre Dois Amores: Memórias de Jesus Correia*. Lisboa: Soc. Tipográfica, 1954.
- «Saúde Pública, Higiene do Corpo e do Espírito - Necessidade de defender uma e outra», *Comércio do Porto*, 14 de Fevereiro de 1934: 1-2.
- Sérgio, Carlos. «O Sport», *Diário de Lisboa*, 14 de Janeiro de 1924: 1.
- Silva, J. Ribeiro da. «Caso grave, um exemplo», *Sport Ilustrado*, 25 de Outubro, 1924, 2.
- Silva, Serras e. «Discurso do Presidente da Sub-Secção de Educação Física». Em *Tudo pela Nação, Nada contra a Nação, I Congresso da União Nacional, Discursos, Teses e Comunicações*. Lisboa: União Nacional, 1935, 417-425.
- Silva, Tavares da. «Nossa maneira de ver o desafio Benfica-Belenenses», *Diário de Lisboa*, 9 de Outubro de 1944: 4.
- Silva, Tavares da. «O Sporting merecia melhor resultado com o Vasco da Gama», *Diário de Lisboa*, 2 de Julho de 1951: 8.
- Silva, Tavares da. «O Sporting foi prejudicado pela violência dos uruguaiois», *Diário de Lisboa*, 4 de Julho de 1951: 3.
- Silva, Tavares da. «O Sporting perdeu no Brasil mais um jogo em que merecia não ter perdido», *Diário de Lisboa*, 8 de Julho de 1951: 7.
- Silva, Tavares da. «O Vasco da Gama deve ser a melhor equipa do mundo como o demonstrou em Maracanã contra a forte equipa da Austria», *Diário de Lisboa*, 9 de Julho de 1951: 4.
- Sem título, *Diário de Lisboa*, 6 de Junho de 1928: 1.
- «‘Só um profissionalismo integral, bem dirigido com os deus direitos e deveres pode dar satisfação’, - afirma o Dr. Mário Damas Mora», *A Bola*, 8 de Setembro de 1951: 1.
- «O ‘Sparta’ de Praga empatou ontem com o ‘Sporting Club de Portugal’ por dois ‘goals’ a dois», *Diário de Lisboa*, 14 de Janeiro de 1924: 3.
- Sporting Clube de Portugal. *Estatuto do Jogador*. Lisboa: Tip. Gomes & Rodrigues, 1951.
- Sporting Clube de Portugal. *Fundo de Recrutamento de Jogadores de Futebol*. Lisboa: s.ed., 1958.
- «O Sporting no ‘Torneio dos Campeões’», *A Bola*, 19 de Maio de 1951: 2.
- «O Sporting recusou o convite para jogar no Brasil no ‘Festival’ 1º de Maio», *A Bola*, 19 de Abril de 1951: 4.
- «Os Sports no Porto», *Os Sports*, 23 de Outubro de 1924: 3.

- «Taça de Portugal, A Académica eliminou o Vitória mas o jogo deve ser esquecido», *Diário de Lisboa*, 11 de Maio de 1944: 2.
- Teixeira, Joaquim Alves. «Quando a ‘classe’ fala», *O Norte Desportivo*, 25 de Maio de 1947: 6-7.
- Teixeira, Joaquim Alves. «A ‘verdade’ deles e a nossa ‘mentira’», *O Norte Desportivo*, 1 de Junho de 1947: 1-4.
- Teixeira, Joaquim Alves. «A realidade, O ‘amadorismo’ do nosso futebol», *O Norte Desportivo*, 1 de Junho de 1947: 4.
- Teixeira, Joaquim Alves. «Em que ficamos, Senhores Críticos, progredimos ou não?», *O Norte Desportivo*, 8 de Junho de 1947: 1-5.
- Teixeira, Joaquim Alves. «Ao sr. Ministro da Educação Nacional – O futebol do futuro», *O Norte Desportivo* 15 de Junho de 1947: 1-3.
- Teixeira, Joaquim Alves. «Quem dá mais?... », *O Norte Desportivo*, 4 de Julho de 1943: 1.
- Teixeira, Joaquim. «Acaba de ser suprimido em França o profissionalismo desportivo», *O Norte Desportivo*, 4 de Julho de 1943: 1.
- Teixeira, Joaquim Alves. «As cartas de desobrigação para os dirigentes», *O Norte Desportivo*, 11 de Julho de 1943: 1.
- Teixeira, Joaquim Alves. «Comentários...», *O Norte Desportivo*, 28 de Fevereiro de 1948: 10.
- Teles, Rodrigues. *História do Football Club do Porto*. Porto: Empresa Diário do Porto, 1933.
- «O torneio dos campeões do Brasil está comprometido?», *A Bola*, 21 de Maio de 1951: 1.
- Tudo pela Nação, Nada contra a Nação, I Congresso da União Nacional, Discursos, Teses e Comunicações*, Lisboa, União Nacional, 1935.
- Vilar, Carlos. «A Educação Física, os Jogos e os Desportos». Em *Tudo pela Nação, Nada contra a Nação, I Congresso da União Nacional, Discursos, Teses e Comunicações*. Lisboa: União Nacional, 1935, 397-400.
- «A visita do Sr. Director Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar ao Porto», *O Norte Desportivo*, 17 de Janeiro de 1943: 6.

Bibliografia

- Adorno, Theodor. 2003. *Sobre a Indústria da Cultura*. Coimbra: Angelus Novus.
- Agarez, Ricardo. 2012. «A Construção do Quotidiano: Arquitectura ‘Bread-and-butter’ no Sul de Portugal, 1925-1950». Comunicação apresentada no *IV Congresso História da Arte Portuguesa*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 366-373.
- Almeida, Pedro Tavares de, António Costa Pinto e Nancy Bermeo, orgs. 2006. *Quem Governa a Europa do Sul?*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Alves, Armando. 2003. *Portimonense Sporting Clube: 89 anos de história, 1914-2003 / textos*. Portimão: Portimonense Sporting Clube.
- Alves, Vera Marques. 2013. *Arte Popular e Nação no Estado Novo: a Política Folclorista do Secretariado de Propaganda Nacional*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Amado, João Leal. 2002. *Vinculação versus Liberdade: o processo de constituição e extinção da relação laboral do praticante desportivo*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Andresen, Teresa, coord. 2007. *O Estádio Nacional: Um Paradigma da Arquitectura do Desporto e do Lazer*, Actas das Jornadas Europeias do Património. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.
- Antão, Nelson Moreira e Célia Gonçalves Tavares. 2008. «Henrique Galvão e o assalto ao Santa Maria: Percurso de uma dissidência no Estado Novo e suas repercussões internacionais». *Revista Sapiens*, n.º 0: 84-110.
- Appadurai, Arjun. 2004. *Dimensões Culturais da Globalização*. Lisboa: Teorema.
- Arriaga, Lopes. 1976. *Mocidade Portuguesa, Breve História de uma Organização Salazarista*. Lisboa: Terra Livre.
- «Artur José Pereira ou A Origem do Belenenses», em <http://osbelenenses.blogspot.pt/2009/06/artur-jose-pereira-ou-origem-do.html>, acedido a 7 de Janeiro de 2014.
- «Associação de Futebol do Algarve: historial» <http://www.afalgarve.pt/afa/Historial/index.htm>, acedido a 9 de Abril de 2012.
- «Augusto Sabbo: o 1º treinador campeão de Portugal pelo Sporting». <http://www.sportingcanal.com/?p=179> acedido a 24/12/2013.
- Bakhtine, Mikhail. 1968. *Rabelais and his World*. Cambridge: M.I.T. Press.
- Baptista, Luís. 1999. *Cidade e Habitação Social*. Oeiras: Celta.
- Barbosa, Alfredo. 1988. *Pedroto, O Mestre*. Porto: Gráfica Aloma, Aleixo & Maia.
- Barreiros, José António. 2012. *Traição a Salazar*. Alfragide: Oficina do Livro.
- Barros, Júlia Leitão de. 1991. «O caso Shell: a rede de espionagem anglo-portuguesa (1940-1942)». *História*, ano XIV, n.º 147: 55-83.
- Barroso, João. 1993. *Os Liceus, Organização Pedagógica e Administração (1836-1960)*. Lisboa: FCG/JNICT.
- Barroso, Miguel. 2001. *História do Ciclismo em Portugal*. Lisboa: CTT.
- Bebiano, Rui. 2003. *O Poder da Imaginação: Juventude, Rebeldia e Resistência nos Anos 60*. Coimbra: Angelus Novus.
- Bendix, Regina. 2009. *In search of authenticity: The formation of folklore studies*. Madison: University of Wisconsin Press.

- Benjamim, Walter. 1992. «A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica». Em *Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Billig, Michael. 2004. *Banal Nationalism*. Londres: Sage.
- Bispo, Raminhos. 2004. *Sporting Clube Olhanense, 90 Anos de História*. vol. 1. Távira: Tipografia Tavirense.
- Bourdieu, Pierre. 1996. *As Regras da Arte, Gênese e Estrutura do Campo Literário*. Lisboa: Presença.
- Bourdieu, Pierre. 2001. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel.
- Bourdieu, Pierre. 2001. *Razões Práticas*. Oeiras: Celta.
- Bourdieu, Pierre. 2010. *A Distinção*. Lisboa: Edições 70.
- Bourdieu, Pierre e Loïc J. D. Wacquant. 1992. *Réponses*. Paris: Seuil.
- Brás, José Gregório Viegas. 2006. «A fabricação curricular da educação física: história de uma disciplina desde o antigo regime até à I República». Tese de doutoramento em Ciências da Educação, Lisboa, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.
- Bromberger, Christian. 1995. *Le Match de Football: Ethnologie d'une passion partisane à Marseille, Naples et Turin*. Paris: Maison des Sciences de l'Homme.
- Brownell, Susan, ed. 2008. *The 1904 Anthropology Days and Olympic Games, Sport, Race and American Imperialism*. Lincoln e Londres: University of Nebraska Press.
- Burke, Peter. 1981. *Popular Culture in Early Modern Europe*. Nova Iorque: Harper Torchbooks.
- Cabral, Manuel Villaverde. 1977. *O Operariado nas Vésperas da República*. Lisboa: Editorial Presença.
- Caldeira, Arlindo. 1986. «O partido de Salazar: antecedentes, organização e funções da União Nacional (1926-34)». *Análise Social*, vol. XXII, n.º 94 (1986): 943-977.
- Camarão, António, António Sardinha Pereira e José Miguel Leal da Silva, coord. 2008. *A Fábrica – 100 anos da CUF no Barreiro*. Lisboa: Bizâncio.
- Canclini, Néstor Garcia. 1995. *Hybrid Cultures: Strategies for Entering and Leaving Modernity*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Candeias, António, Ana Luísa Paz e Melânia Rocha, dir. e coord. 2004. *Alfabetização e Escola em Portugal nos Séculos XIX e XX: Os Censos e as Estatísticas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Cardão, Marcos. 2012. «Fado Tropical, O luso-tropicalismo na cultura de massas (1960-1974)» Tese de doutoramento em História Moderna e Contemporânea, Lisboa, Instituto Universitário de Lisboa.
- Cardoso, Carlos Paula. 2000. *História do Atletismo em Portugal*. Lisboa: Clube do Coleccionador dos Correios.
- Cardoso, José Luís. 2013. «O Gabinete de Estudos Corporativos (1949-1961) e a Gênese de Uma Biblioteca Moderna de Ciências Sociais». *Análise Social*, vol. XLVIII, n.º 206: 193-219.
- Carvalho, Raquel. 2011. «Uma história do basquetebol em Portugal». Em *A História do Desporto em Portugal*, coord. José Neves e Nuno Domingos. vol. III, *Classes, Associativismo e Estado*, José Neves e Nuno Domingos, Vila do Conde: Quid Novi, 137-165.
- Castelo, Cláudia. 1998. «O Modo Português de Estar no Mundo»: *O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Afrontamento.

- Castelo-Branco, Salwa El-Shawan e Jorge Freitas Branco. 2003. *Vozes do Povo: a Folclorização em Portugal*. Oeiras: Celta.
- Casulo, José Carlos Oliveira. 2010. «Currículo e Pedagogia nos Liceus Portugueses entre a Monarquia e a República: as reformas do ensino secundário de 1905 e 1917». *Revista Ibero-Americana de Educação*, n.º 54/4: 1-11.
- Catroga, Fernando. 2008. «Os intelectuais portugueses entre a decadência e a regeneração (séculos XIX e XX)». Em *Optimismo e Pessimismo Acerca do Futuro de Portugal. VIII Curso Livro de História Contemporânea, Lisboa, 21 a 26 de Novembro de 2005*, coord. Fernando Catroga. Lisboa: Edições Colibri, Fundação Mário Soares e Instituto de História Contemporânea.
- Chartier, Roger. 1988. *A História Cultural, Entre Práticas e Representações*. Lisboa: Difel.
- Chartier, Roger. 1995. «‘Cultura Popular’, revisitando um conceito historiográfico», *Estudos Históricos*, vol. 8, n.º 16: 179-192.
- Coelho, João Nuno. 2001. *A Equipa de Todos Nós: Nacionalismo, Futebol e Media* Porto: Afrontamento.
- Coelho, João Nuno e Francisco Pinheiro. 2002. *A Paixão do Povo: História do Futebol em Portugal*. Porto: Afrontamento.
- Corbin, Alain. 1995. *História dos Tempos Livres*. Lisboa: Teorema.
- Correia, Romeu. 1980. *A história do ciclismo português*. Alcobaca: Edição de Autor.
- Correia, Romeu. 1981. *Jorge Vieira e o futebol do seu tempo*. Lisboa: Edição de Autor.
- Correia, Romeu. 1988. *Portugueses na V Olimpíada: Jogos Olímpicos de 1912, Subsídios para a história do desporto português*. Lisboa: Notícias D.L.
- Correia, Romeu. 2008. *José Bento Pessoa, Biografia*. Figueira da Foz: Casino Figueira.
- «Cortesão (Armando Zuzarte)». Em *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. VII. Lisboa e Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia Limitada, s.d., 816.
- Coser, Lewis. 1956. *The Functions of Social Conflict*. Nova Iorque: The Free Press.
- Cosme, João. 2006. «As preocupações higio-sanitárias em Portugal (2.ª metade do século XIX e princípio do XX)». *Revista da Faculdade de Letras do Porto: História*, III série, vol. 7: 181-195.
- Costa, Vítor. 1999. «O desporto e a sociedade em Portugal, fins do Século XIX - Princípios do Século XX». Tese de mestrado em História Social Contemporânea, Lisboa, ISCTE.
- Crespo, Jorge. 1976. «A formação de professores de educação física, alguns dados históricos». *Revista Ludens*, vol. 1, n.º 1: 29-36.
- Crespo, Jorge. 1977. «História da educação física em Portugal. Os antecedentes da criação do INEF». *Revista Ludens*, vol. 2, n.º 1: 45-52.
- Crespo, Jorge. 1992. *A História do Corpo*. Lisboa: Difel.
- Cruz, Luís André. 2005. «O Estádio Nacional e os Novos Paradigmas do Culto: Miguel Jacobetty Rosa e a sua Época». Tese de mestrado em Arquitectura, Lisboa, Universidade Lusíada.
- Cruz, Manuel Braga da. 1980. *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*. Lisboa: Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais.

- Cruz, Manuel Braga da. 1988. *O Partido e o Estado no Salazarismo*. Lisboa: Presença.
- Cruz, Manuel Braga da e António Costa Pinto, dir. 2004. *Dicionário Biográfico Parlamentar*. Lisboa: Assembleia da República e Imprensa de Ciências Sociais.
- Dias, Manuel. 2001. *O futebol no Porto: As Origens com Port Wine ao Estatuto de Força Social*. Porto: Campo das Letras.
- Dias, Marina Tavares. 2000. *História do Futebol em Lisboa: De 1888 aos Grandes Estádios*. Coimbra: Quimera.
- Dias, Marina Tavares. 2005. *Sporting Clube de Portugal: Uma História Diferente*. Porto: Fubu.
- Domingos, Nuno. 2007. *O Papel da Companhia Portuguesa de Ópera na «Política Social» do Estado Novo*. Lisboa: Lua de Papel.
- Domingos, Nuno. 2010. «Building a motor habitus: physical education in the Portuguese Estado Novo», *International Review for the Sociology of Sport*, vol. 45, n.º 1: 23-37.
- Domingos, Nuno. 2011. «Homens ao minuto: Para uma história do boxe nas décadas de quarenta e cinquenta». Em *A História do Desporto em Portugal*, coord. José Neves e Nuno Domingos. vol. III, *Classes, Associativismo e Estado*. Vila do Conde: Quid Novi, 167-216.
- Domingos, Nuno. 2012. *Futebol e Colonialismo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Domingos, Nuno e Joaquim Vieira. 2010. *Um Estádio na Cidade: 50 Anos do Parque dos Jogos 1º de Maio*. Lisboa: Fundação Inatel.
- Domingos, Nuno e Rahul Kumar. 2006. «A grande narrativa futebolística – história da notícia desportiva em Portugal no séc. XX». Em *Sociologia da leitura em Portugal no séc. XX*, dir. Diogo Ramada Curto, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 575-638.
- Domingos, Nuno e Victor Pereira, eds. 2010. *O Estado Novo em Questão*. Lisboa: Edições 70.
- Dunning, Eric e Kenneth Sheard. 2005. *Barbarians, Gentlemen and Players*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Eatvell, Roger. 1996. «On defining the 'Fascist Minimum': The centrality of ideology». *Journal of Political Ideologies*, vol. 1, n.º 3: 303-319.
- Edelman, Robert. 1993. *Serious Fun, a History of Spectator Sports in the U.R.S.S.* Nova Iorque e Oxford: Oxford University Press.
- Eisenstadt S. N. e René Lemarchand, eds. 1981. *Political Clientelism, Patronage and Development*. Londres: Sage.
- Elias, Norbert. 1992. *A Busca da Excitação*. Lisboa: Difel.
- Esse-Lichtenberger, Ulrich. 2002. *Tor! A Story of German Football*. Londres: WSC Books.
- Falasca-Zamponi, Simonetta. 1997. *Fascist Spectacle: The Aesthetics of Power in Mussolini's Italy*. Berkeley e Los Angeles: California University Press.
- Faria, Telmo. 2000. *Debaixo de Fogo!: Salazar e as Forças Armadas (1935-41)*. Lisboa: Cosmos, Instituto da Defesa Nacional.
- Federação Portuguesa de Ciclismo. 1999. *UVP-FPC, 100 anos*. Lisboa: F.P.C., D.L.
- Ferreira, António G. 2004. «O ensino da Educação Física em Portugal durante o Estado Novo». *Perspectiva, Revista do Centro de Ciências da Educação*, n.º

22: 197-224.

- Ferreira, António Gomes. 2004. «O ensino da Educação Física em Portugal durante o Estado Novo», *Perspectiva*, vol. 22: 197-224.
- Ferreira, António G. e Fernando Maia. 2004. «A afirmação do Estado Novo e as opções sobre a Educação Física». Comunicação apresentada no *III Congresso de la Asociación Española de Ciencias del Deporte*, Valência, Valência, 11-13 de Junho.
- Ferreira, António G. 2004. «O ensino da Educação Física em Portugal durante o Estado Novo». *Perspectiva, Revista do Centro de Ciências da Educação*, n.º 22: 197-224.
- Filho, Mário. 2003. *O Negro no Futebol Brasileiro*. Rio de Janeiro: Mauad.
- Fisk, John. 1989. *Understanding Popular Culture*. Boston: Unwin Hyman.
- Frankael, Ernst. 2006. *The Dual State, A Contribution to the Theory of Dictatorship*. Nova Jersia: The Lawbook Exchange, Ltd.
- Freire, João e Maria Alexandre Lousada. 1982. «O neomalthusianismo na propaganda libertária». *Análise Social*, vol. XVIII, n.ºs 72, 73 e 74: 1367-1397.
- Futebol Clube do Porto. 2011. *Almanaque do FC Porto, 1893-2011*. Alfragide: Caderno.
- Galeano, Eduardo. 2006. *Futebol, Sol e Sombra*. Viana do Castelo: Livros de Areia.
- Gans, Herbert. 1999. *Popular Culture and High Culture*. Nova Iorque: Basic Books.
- Garnel, Rita. 2007. *Vítimas e Violência na Lisboa da I República*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Gaspar, Jorge, et al. 1982. «Transformações recentes na geografia do futebol em Portugal». *Finisterra: revista portuguesa de geografia*, vol.17, nº 34: 301-324.
- Gaspar, Jorge. 1971. «Aspectos Geográficos do Futebol em Portugal». *Brotéria*, vol. 92, n.º 4: 491-505.
- George, João Pedro. 2002. *O Meio Literário Português (1960/1998)*. Miraflores: Difel.
- Gomes, Joaquim Cardoso. 2006. «Álvaro Salvação Barreto: oficial e censor do salazarismo». *Media e Jornalismo*, n.º 9: 57-88.
- Gomes, Pedro. 2011. «O andebol português - história e itinerários». Em *A História do Desporto em Portugal*, coord. José neves e Nuno Domingos. vol. III, *Classes, Associativismo e Estado*, José Neves e Nuno Domingos, Vila do Conde: Quid Novi, 93-136.
- Gonzalez Aja, Teresa. 1998. «Spanish sports policy in Republican and Fascist Spain». Em *Sport and International Politics*, ed. P. Arnaud e J. Riordan. London: Spon Press.
- González Calleja, Eduardo. 2010. «El Real Madrid, ¿‘Equipo del Régimen’?, Fútbol y política durante el Franquismo», *Esporte e Sociedade*, ano 5, n.º 14: 1-19.
- Gori, Gigliola. 1999. «Model of masculinity, Mussolini and the ‘new Italian’ of the fascist era», *International Journal of the History of Sport*, vol. 16, n.º 4: 27-61.
- Grazia, Victoria de. 1981. *The Culture of Consent, Mass Organization of Leisure in Fascist Italy*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Grazia, Victoria de. 2006. *Irresistible Empire: America's Advance Through Twentieth-Century Europe*. Cambridge: Belknap Press.
- Gregório, Nídia. 1992. «“Subversão” e repressão na universidade no início do Estado Novo, dois casos exemplares». Em *Ideologia, Cultura e Mentalidade no Estado Novo: Ensaio Sobre a Universidade de Coimbra*, Nídia Gregório et al., coord. Luís Reis Torgal. Coimbra: Faculdade de Letras, 23-77.
- Griffin, Roger. 1991. *The Nature of Fascism*. Londres: Pinter Publishers.
- Gruber, Helmut. 1991. *Red Vienna: Experiment in Working-Class Culture, 1919-1934*. Oxford: Oxford University Press.
- Guttman, Allen. 1995. *Games and Empires*. Nova Iorque: Columbia University Press.
- Guttman, Allen. 2003. «Sport, politics and the engaged historian», *Journal of Contemporary History*, vol. 38, n.º 3: 363-375.
- Hall, Donald, ed. 1994. *Muscular Christianity: Embodying the Victorian Age*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hargreaves, John. 1986. *Sport, Power and Culture: A Social and Historical Analysis of Popular Sports in Britain*. Oxford: Polity Press.
- Hasse, Manuela. 1999. *O Divertimento do Corpo: Corpo, Lazer e Desporto na Transição do Séc. XIX para o Séc. XX em Portugal*. Lisboa: Editora Temática.
- Hobsbawm, Eric. 1998. *A questão do nacionalismo*. Lisboa: Terramar.
- Hobsbawm, Eric. 2003. «Mass-producing traditions: Europe 1870:1914». Em *The invention of tradition*, eds. Eric Hobsbawm e Terence Ranger. Cambridge: Cambridge University Press, 263-308.
- Hoggart, Richard. 1973-1975. *As utilizações da Cultura: Aspectos da Vida da Classe Trabalhadora, com Especiais Referências a Publicações e Divertimentos*. Lisboa: Presença.
- James, Cyril Lionel Robert. 2007. *Beyond a Boundary*. Durham, NC: Duke University Press.
- Jonathan Wilson. 2009. *Inverting the pyramid*. Londres: Orion Books.
- «Júlio de Araújo». Em *Wiki Sporting, a enciclopédia do Sporting Clube de Portugal*.
http://www.forumscp.com/wiki/index.php?title=J%C3%BAlio_de_Ara%C3%BAjo acessado a 22 de Janeiro de 2014.
- Júnior, Joaquim Simões. 1996. *Antiga Crónica de Olhão*. Olhão: Gráfica Algarve.
- Krüger, Arnd. 1998. «Sport in German international politics, 1918-1945». Em *Sport and International Politics*, ed. P. Arnaud e J. Riordan. London: Spon Press.
- Kuin, Simon. 1993. «A Mocidade Portuguesa nos anos 30: anteprojectos e instauração de uma organização paramilitar da juventude». *Análise Social*, vol. XXVIII, n.º 122: 555-588.
- Kumar, Rahul. 2004. «Da bancada aos sofás da Europa: apontamento sobre media e futebol no séc. XX português». Em *A Época do Futebol - o jogo visto pelas ciências sociais*, eds. Nuno Domingos e José Neves. Lisboa: Assírio e Alvim, 231-262.
- Kumar, Rahul. 2011. «Os piratas da corrida – fragmentos para a história do atletismo em Portugal». Em *A História do Desporto em Portugal*, coord. José Neves e Nuno Domingos. vol. III, *Classes, Associativismo e Estado*, José Neves e Nuno Domingos. Vila do Conde: Quid Novi, 37-91.

- Kumar, Rahul. 2012. «Futebol e Política no Portugal Democrático: A lógica da conversão de capitais». Em *Futebol Português, Política, Género e Movimento*, coord. Nina Clara Tiesler e Nuno Domingos. Porto: Afrontamento, 83-111.
- Lains, Pedro. 1995. *A Economia Portuguesa no Século XIX*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Lanfranchi, Pierre e Alfred Wahl. 1998. «La professionnalisation du football en France (1920-1939)». *Modern & Contemporary France*, vol. 6, n.º 3: 313-325.
- Lanfranchi, Pierre. 2000. «Entre iniciativa privée et question nationale. Genèse et évolution des politiques sportives en Europe (Grande-Bretagne, Allemagne, France, Italie)». *Politix*, vol. 13, n.º 50: 29-48.
- Leal, João. 2000. *Etnografias portuguesas, cultura popular e identidade nacional*. Lisboa: Dom Quixote.
- Levine, Lawrence. 1988. *Highbrow/Lowbrow, The Emergence of Cultural Hierarchy in America*. Cambridge: Harvard University Press.
- Levine, Lawrence. 1992. «The folklore of industrial society: popular culture and its audiences», *American Historical Review*, vol. 97, n.º 5: 1369-1399.
- Loff, Manuel. 2008. *O Nosso Século é Fascista! O Mundo Visto por Salazar e Franco (1936-1946)*. Porto: Campo das Letras.
- Lopes, José Sergio Leite e Jean-Pierre Faguer. 1994. «L'invention du style brésilien». *Actes de la recherche en sciences sociales*, vol. 103: 27-35.
- Lourenço, Eduardo. 1976. «A nova república deve nascer adulta». Em *O Fascismo Nunca Existiu*. Lisboa: Dom Quixote.
- Lucena, Manuel de. 1976. *A Evolução do Sistema Corporativo Português*. Lisboa: Perspectivas e Realidades.
- Machado, Paula. 2004. *António Lopes Ribeiro, 1908-1995: Cineasta*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Magalhães, Álvaro e Manuel Dias. 1995. *F.C. Porto, 100 anos de história, 1893-1993*. Porto: Asa.
- Maguire, Joseph. 2005. *Global Sport: Identities, Societies and Civilizations*. Londres: Routledge.
- Mangan, J.A. 1987. *The Games Ethic and Imperialism*. Londres: Viking.
- Mangan, J. A. 1999. «Global fascism and the male body: ambitions, similarities and dissimilarities», *International Journal of the History of Sport*, vol. 16, n.º 4: 1-26.
- Mann, Michael. 1984. «The autonomous power of the state: its origins, mechanisms and results». *European Journal of Sociology*, vol. 25: 185-213.
- Mann, Michael. 2011. *Fascistas*. Lisboa: Edições 70.
- Marques, Fernando Moreira. 2003. *Os Liceus no Estado Novo: Arquitectura, Currículo e Poder*. Lisboa: Educa.
- Marschik, Matthias. 1999. «Between manipulation and resistance: Viennese football in the Nazi era», *Journal of Contemporary History*, vol. 34, n.º 2: 215-229.
- Martin, Simon. 2004. *Football and Fascism, the National Game under Mussolini*. Oxford: Berg.
- Martins, Hermínio. 1998. *Classe, Status e Poder e outros Ensaios sobre o Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Martins, Hermínio. 2006. *Classe, Status e Poder*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

- Mason, Tony. 1995. *Passion of the People? Football in South America*. Londres: Verso.
- Matos, José Nuno. 2012. «Anarquistas e Desportistas: A Batalha vs A Batalha». Em *Futebol Português, Política, Género e Movimento*, coord. Nina Clara Tiesler e Nuno Domingos. Porto: Afrontamento, 25-45.
- Matos, José Nuno. 2013. «O Operário em Construção: das relações humanas ao trabalho temporário». Tese de doutoramento em Sociologia, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Matos, Sérgio Campos. 1990. *História, Mitologia e Imaginário Nacional: A História no Curso dos Liceus (1895-1939)*. Lisboa: Livros Horizonte.
- McFarland, Andrew. 2006. «Ricardo Zamora: The First Spanish Football Idol». *Soccer and Society*, vol. 7, n.º1: 1-13.
- Melo, Daniel. 2001. *Salazarismo e Cultura Popular (1933-1958)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Melo, Daniel. 2003. «A FNAT entre a consagração e fragmentação». Em *Vozes do Povo: a Folclorização em Portugal*, eds. Salwa El-Shawan Castelo-Branco e Jorge Freitas Branco. Oeiras: Celta, 37-57.
- Melo, Daniel. 2003. «Parque Mayer: história dos 80 anos da Broadway portuguesa», *História*, vol. 54, n.º 7: 44-50.
- Melo, Daniel. 2010. *A Cultura Popular no Estado Novo*. Coimbra: Angelus Novus.
- Melo, Daniel. 2010. «A força do povo: photomaton do associativismo popular». Em *Como se faz um povo*, org. José Neves. Lisboa: Tinta-da-China, 353-367.
- Mestre, Alexandre Miguel. 2012. *Ou Ganho ou Morro!: Francisco Lázaro: A Lenda Olímpica*. Porto: Afrontamento.
- Mills, C. Wright. 2000. *The Sociological Imagination*. Oxford e Nova Iorque: Oxford University Press.
- Mónica, Maria Filomena. 1978. *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar: A Escola Primária Salazarista 1926-1939*. Lisboa: Presença.
- Monteiro, Carlos. 2013. «Vasco, time de todos: os 89 anos da Resposta Histórica», <http://www.vasco.com.br/site/index.php/noticia/conteudo/4715/#.UrbxLoW0ubI> acedido a 24 de Janeiro de 2014.
- Morais, Jorge. 2008. *Rua do Ácido Sulfúrico, Patrões e Operários: Um Olhar Sobre a CUF do Barreiro*. Lisboa: Bizâncio.
- Mosse, George L. 1982. «Estética Fascista e Sociedade, algumas considerações». Em *A estética no fascismo*, George L. Mosse, Emily Braun e Ruth Ben-Ghiat, Lisboa: Sá da Costa, 3-12.
- Mosse, George L. 1991. *The Nationalization of the Masses: Political Symbolism and Mass Movements in Germany from the Napoleonic Wars through the Third Reich*. Ithaca: Cornell University Press.
- Mosse, George L. 1996. *The Image of Man: The Creation of Modern Masculinity*. Oxford e Nova Iorque: Oxford University Press.
- Mouzelis, Nicos. 1985. «On the Concept of Populism: Populist and Clientelist Modes of Incorporation in Semiperipheral Polities». *Politics and Society*, n.º 14: 329-348.
- Nery, Rui Vieira. 2012. *Para uma História do Fado*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

- Neves, José. 2004. «O Eterno Fado dos Últimos Trinta Metros – Futebol, Nacionalismo e Corpo». Em *A Época do Futebol - o jogo visto pelas ciências sociais*, eds. Nuno Domingos e José Neves. Lisboa: Assírio e Alvim, 103-142.
- Neves, José. 2009. «Ler Desportivamente Lenine - Para a História do Comunismo e do Desporto em Portugal», *Esporte e Sociedade*, ano 4, n.º 11: 1-23
- Neves, José e Nuno Domingos. 2012. «Uma Entrevista a Detlev Clausen, Futebol e Modernidade: Béla Guttmann, Eusébio, Adorno, Fritz Lang, Alban Berg e Outros». Em *Futebol Português, Política, Género e Movimento*, coord. Nina Clara Tiesler e Nuno Domingos. Porto: Afrontamento, 140-156.
- Nobre, Antero. 1984. *História Breve da Vila de Olhão da Restauração*. Olhão: A voz de Olhão.
- Nóvoa, António. 1992. «A educação nacional». Em *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques. vol. XII, *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, coord. Fernando Rosas. Lisboa: Presença, 456-519.
- Nóvoa, António, dir. 2003. *Dicionário de Educadores Portugueses*. Porto: Asa.
- Nunes, A. Seda. 2000. «Portugal, sociedade dualista em evolução». Em *Antologia Sociológica*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Nunes, João Paulo Avelãs. 1995. «As organizações de juventude do Estado Novo (1934-1949)». *Revista de história das ideias*, vol. 17: 167-227.
- Ó, Jorge Ramos do. 1999. *Os Anos de Ferro, O Dispositivo Cultural durante a "Política do Espírito", 1933-1949*. Lisboa: Estampa, 1999.
- Ó, Jorge Ramos do. 2003. *O Governo de Si Mesmo: Modernidade Pedagógica e Encenações Disciplinares do Aluno Liceal (Último Quartel do Século XIX – Meados do Século XX)*. Lisboa: Educa.
- Oliveira, Jorge Castanheira de. 2002. *A Educação Física na Escola Primária do Estado Novo*. Coimbra: Tenacitas.
- Pais, Carlos Silva. «Augusto Sabbo (1887-1971)». http://www.vinculadosaobarreiro.com/26sabbo/main_sabbo.html acedido a 24 de Dezembro de 2013.
- Pais, Carlos Silva. «Júlio de Araújo (1891-1977)». http://www.vinculadosaobarreiro.com/23julioaraujo/main_julioaraujo.html acedido a 22 de Janeiro de 2014.
- Pais, José João Marques. 2002. *História do Ciclismo em Alpiarça*. Alpiarça: Agarrido Artes Gráficas.
- Passmore, Kevin. 2002. *Fascism, a Very Short Introduction*. Oxford, Nova Iorque: Oxford University Press.
- Patriarca, Fátima. 1995. *A Questão Social no Salazarismo: 1930-1947*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Paxton, Robert O. 2004. *The Anatomy of Fascism*. Londres: Penguin.
- Payne, Staley. 1995. *A History of Fascism, 1914-1945*. Madison, WI e Londres: The University of Wisconsin Press.
- Perdigão, Carlos. 2004. *Benfica, 100 gloriosos anos, Jogadores e Técnicos*. Matosinhos: Quid Novi.
- Pereira, Hugo S. 2009. «A acção social, desportiva e cultural da Fábrica do Carvalhinho». *Boletim Cultural da Associação dos Amigos de Gaia*, n.º 69: 12-27.
- Pfister, Gertrud. 2003. «Cultural Confrontations: German Turnen, Swedish gymnastics and English sport - European diversity in physical activities from a historical perspective». *Culture, Sport, Society*, vol. 6, n.º 1: 61-91.

- Piçarra, Maria do Carmo. 2006. *Salazar Vai ao Cinema: O Jornal Português das Actualidades Filmadas*. Coimbra: Minerva.
- Pimentel, Irene. 2000. *História das Organizações Femininas no Estado Novo*. Lisboa: Circulo de Leitores.
- Pinheiro, Francisco. 2010. «História da imprensa periódica desportiva portuguesa (1875-2000)». Tese de doutoramento em História, Évora, Universidade de Évora.
- Pinheiro, Francisco. «Primeira República e Desporto: a ideia de herói nacional em tempo de crise». Comunicação apresentada no *XXX Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social*, Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão, 19-20 de Novembro de 2010, www.iseg.utl.pt/aphes30/docs/progdocs/FRANCISCOPINHEIRO.pdf acedido a 08 de Novembro de 2011.
- Pinheiro, Francisco e João Nuno Coelho. 2012. *República, Desporto e Imprensa: O Desporto na I República em 100 Primeiras Páginas 1910-1926*. Porto: Afrontamento.
- Pinto, António Costa. 1992. *O Salazarismo e o Fascismo Europeu: problemas de interpretação nas ciências sociais*. Lisboa: Estampa.
- Pinto, António Costa. 1992. «As elites políticas e a consolidação do salazarismo: o Nacional Sindicalismo e a União Nacional». *Análise Social*, vol. XXVII, n.º 116-117: 575-613.
- Pinto, José dos Santos e Hélder Tavares. 1990. *Casa Pia Atlético Clube, Ateneu Casapiano: 70 Anos de Cultura de Solidariedade de Desporto*. Lisboa: Biblioteca – Museu Luz Soriano.
- Pinto, Rodrigo António. 2004. *Portugal nos Jogos Olímpicos do Século XX*. Lisboa: Comité Olímpico de Portugal.
- Pope, S.W. 1997. *Patriotic Games, Sporting Traditions in the American Imagination, 1976-1926*. Nova Iorque e Oxford: Oxford University Press.
- Putney, Clifford. 2001. *Muscular Christianity: Manhood and Sports in Protestant America, 1880-1920*. Cambridge: Harvard University Press.
- Quina, Mário Gentil, coord. 2008. *Olímpicos de Portugal: 1912-2008*. Lisboa: Instituto do Desporto de Portugal.
- Rebelo, José Manuel Tavares. 2010. «Artur d'Oliveira Valença: um tripeiro de fibra», *Revista Tripeiro*, Janeiro.
- Ribeiro, Nélson. 2003. «A emissora nacional como instrumento de propaganda do Estado Novo (1933-1945)». Tese de mestrado em Ciências da Comunicação sobre Indústrias Culturais, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa.
- Rocha, António Moraes e António Costa Sequeira. 1980. *Contribuição para a História da Educação Física na Casa Pia de Lisboa*. Lisboa: edição de autor.
- Rocha, Filipe. 1987. *Fins e Objectivos do Sistema Escolar Português. Período de 1820 a 1926*. Aveiro: Livraria Estante Editora.
- Rodrigues, Joaquim Manuel. 1997. «A indústria de conservas de peixe no Algarve». vol. 1. Dissertação de mestrado em História do Século XX, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Rodrigues, Luís Nuno. 1994. «A Legião Portuguesa (1936-1944)». Tese de mestrado em História dos Séculos XIX e XX, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.

- Roniger, Luís e Ayse Gunes-Ayata, eds. 1994. *Democracy, Clientelism and Civil Society*. Londres: Lynne Rienner Publishers.
- Rosa, Acácio. 1960. *Factos, Nomes e Números da História do Futebol Clube Belenenses*. Lisboa: s/ed.
- Rosário, Alberto Manuel Trovão do. 1994. «O conceito de educação física em Celestino Marques Pereira». Tese de doutoramento em Motricidade Humana, Lisboa, Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa.
- Rosas, Fernando. 1995. *Portugal entre a Paz e a Guerra 1939-1945*. Lisboa: Ed. Estampa.
- Rosas, Fernando. 1996. *O Estado Novo nos Anos Trinta: Elementos para o Estudo da Natureza Económica e Social do Salazarismo 1928-1938*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Rosas, Fernando, coord. 1998. *O Estado Novo (1926-1974)*. vol. 7, *História de Portugal*, dir. José Mattoso. Lisboa: Estampa.
- Rosas, Fernando. 2001. «O Salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo». *Análise Social*, vol. XXXV, n.º 157: 1031-1054.
- Rosas, Fernando. 2012. *Salazar e o Poder: A Arte de Saber Durar*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Samara, Maria Alice. 2010. «As repúblicas da República: história, cultura política e republicanismo». Tese de doutoramento em História Contemporânea Institucional e Política de Portugal, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Santos, Ana. 2011. *Volta a Portugal em Bicicleta, Territórios, Narrativas e Identidades*. Lisboa: Mundos Sociais.
- Santos, Rogério. 2005. *As Vozes da Rádio, 1924-1939*. Lisboa: Caminho.
- Schmitter, Philippe. 1999. *Portugal: do Autoritarismo à Democracia*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Scott, James C. 1990. *Domination and the arts of resistance: hidden transcripts*. New Haven: Yale University Press.
- Serpa, Homero. 2000. *Cândido de Oliveira, uma Biografia*. Lisboa: Caminho.
- Serrado, Ricardo. 2009. *O Jogo de Salazar: a Política e o Futebol no Estado Novo*. Alfragide: Casa das Letras.
- Serrão, Joel. 1992. «Decadência». Em *Dicionário de História de Portugal*. dir. Joel Serrão. vol. II. Porto: Livraria Figueirinhas, 270-274.
- Shaw, Duncan. 1988. «The political instrumentalization of football during francoism». Tese de doutoramento em História, Londres, University of London, Queen Mary College.
- Silva, Astregildo. 2004. *Ribeiro dos Reis: Vida que Brilhou em Tempos Sombrios*. Lisboa: Caminho.
- Silva, Manuel Deniz e Pedro Russo Moreira. 2010. «‘O essencial e o acessório’: práticas e discursos sobre a música ligeira nos primeiros anos da Emissora Nacional (1933-1949)» Em *O Estado Novo em Questão*, eds. Nuno Domingos e Victor Pereira. Lisboa: Edições 70, 111-130.
- Simões, António. 2011. *Desporto com Política*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Slimani, Hassen. 2000. «La professionalization du football français: un modèle de dénegation». Tese de doutoramento em Sociologia, Nantes, Faculté des Lettres et Sciences Humaines Université de Nantes.

- Smart, Barry. 2005. *The Sports Star: Modern Sport and the Cultural Economy of Sporting Celebrity*. Londres: Sage.
- Sobral, José Manuel. 1999. *Trajectos: o Passado e o Presente na Vida de uma Freguesia da Beira*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Sobral, José Manuel. 2004. «O genuíno, o espúrio e a identidade local: um estudo de caso das políticas de património em meio rural». *Etnográfica*, vol. 8. n.º 2: 243-271.
- Sobral, José Manuel. 2004. «O Norte, o Sul, a raça, a nação - representações da identidade nacional portuguesa (séculos XIX-XX)». *Análise Social*, vol. XXXIX, n.º 171: 255-284.
- Sobral, José Manuel. 2007. «Pierre Bourdieu e o Estudo da Identidade Nacional». Em *Pierre Bourdieu, A Teoria da Prática e a Construção da Sociologia em Portugal*, orgs. José Madureira Pinto e Virgílio Borges Pereira. Porto: Afrontamento.
- Sobral, José Manuel. 2012. *Portugal, Portugueses: Uma Identidade Nacional*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Sporting Clube de Portugal. 2004. *Almanaque do Sporting Clube de Portugal, 1906-2006*. Lisboa: Almanaxi.
- Springhall, John. 1987. «Building character in the British boy: the attempt to extend Christian manliness to working-class adolescents, 1880-1914». Em *Manliness and morality: middle-class masculinity in Britain and America 1800-1940*, eds. J.A. Mangan e James Walvin, Manchester: Manchester University Press, 52-74.
- Storey, John. 2004. *Inventing Popular Culture: from Folklore to Globalization*. Oxford: Blackwell.
- Teixeira, Nuno Severiano. 1987. «Política Externa e Política Interna no Portugal de 1890: o Ultimatum Inglês». *Análise Social*, vol. XXIII, n.º 98: 687-719.
- Teja, Angela. 1998. «Italian sport and international relations under fascism». Em *Sport and International Politics*, ed. P. Arnaud e J. Riordan. London: Spon Press.
- Torgal, Luís Reis, coord. 2000. *O Cinema Sob o Olhar de Salazar*. Lisboa: Circulo de Leitores.
- Torgal, Luís Reis. 2009. *Estados Novos, Estado Novo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Torgal, Luís Reis, coord. 2000. *O Cinema sob o Olhar de Salazar*. Lisboa: Circulo de Leitores.
- Tostões, Ana et al. 2003. *Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian: Francisco Caldeira Cabral e a Primeira Geração de Arquitectos Paisagistas (1940-1979)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Trigo, Jorge e Luciano Reis. 2004. *O Parque Mayer*. Lisboa: Sete Caminhos.
- Trindade, Luís. 2008. *O Estranho Caso do Nacionalismo Português*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Trindade, Luís. 2011. «A imagem do Sportsman e o espectáculo desportivo». Em *Uma História do Desporto em Portugal*, coord. José Neves e Nuno Domingos. vol. I, *Corpos, Espaços e Media*. Vila do Conde: Quid Novi, 121-146.
- Valente, José Carlos. 2010. *Para a História dos Tempos Livres em Portugal: da FNAT à INATEL (1935-2010)*. Lisboa: Colibri.

- Vaquinhas, Irene. 1992. «O conceito de ‘decadência fisiológica da raça’ e o desenvolvimento do desporto em Portugal: Finais do século XIX Princípios do século XX». *Revista de História das Ideias*, vol. 14: 365-388.
- Vaz, Cecília Santos. 2008. «Clubes Nocturnos Modernos em Lisboa: Sociabilidade, Diversão e Transgressão (1917-1927)». Tese de mestrado em História Moderna e Contemporânea, Lisboa, ISCTE.
- Veblen, Thorstein. 1994. *The Theory of the Leisure Class*. Nova Iorque: Penguin.
- Viana, Luís. 2010. *A Mocidade Portuguesa e o Liceu*. Lisboa: Educa.
- Vieira, Ismael. 2011. «Contributos da «Liga Nacional contra a Tuberculose» para a luta antituberculose em Portugal (1899-1907)». Comunicação apresentado no XXXI Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social. Em *XXXI Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social*, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 18 e 19 de Novembro.
- Vieira, Patrícia. 2011. *Cinema no Estado Novo: a Encenação do Regime*. Lisboa: Colibri.
- Villares, João. 2004. *Quem é Quem em Olhão*. Olhão: Livraria Clinar.
- Wagner, Peter. 1994. *A Sociology of Modernity, Liberty and Discipline*. Londres: Routledge.
- Wahl, Alfred. 1986. «Le footballeur français: de l’amateurisme au salariat (1890-1926)». *Le Mouvement Social*, n.º 135: 7-30.
- Weber, Eugen. 1971. «Gymnastics and Sports in Fin-de-Siècle France: opium of the classes». *The American Historical Review*, vol. 76, n.º 1: 70-98.
- Weber, Max. 2009. *Conceitos sociológicos fundamentais*. Lisboa: Edições 70.
- Williams, Raymond. 1976. *Keywords, a Vocabulary of Culture and Society*. Glasgow: Fontana/Croom Helm.
- Worsley, Peter. 1984. *The Three Worlds*. Londres: Weidenfeld and Nicolson.